

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

**ANTIRRACISMO E EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE DAS DIRETRIZES
NORMATIVAS DA UNESCO**

Ana Cristina Juvenal da Cruz

Orientadora: Anete Abramowicz

São Carlos
2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

**ANTIRRACISMO E EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE DAS DIRETRIZES
NORMATIVAS DA UNESCO**

Ana Cristina Juvenal da Cruz

Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutora em Educação, sob orientação da Prof^a. Dra. Anete Abramowicz.

Durante a elaboração deste trabalho a autora recebeu apoio financeiro da CAPES.

São Carlos
2014

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária/UFSCar**

C957ae Cruz, Ana Cristina Juvenal da.
Antirracismo e educação : uma análise das diretrizes
normativas da UNESCO / Ana Cristina Juvenal da Cruz. --
São Carlos : UFSCar, 2014.
391 f.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São Carlos,
2014.

1. Relações raciais. 2. Antirracismo. 3. Educação. 4.
UNESCO. I. Título.

CDD: 305.8 (20^a)



Programa de Pós-Graduação em Educação
Comissão Julgadora da Tese de Doutorado de

Ana Cristina Juvenal da Cruz

São Carlos 20/03/2014

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Anete Abramowicz

Prof^ª. Dr^ª. Tatiane Cosentino Rodrigues

Prof. Dr. Valter Roberto Silvério

Prof^ª. Dr^ª. Ione da Silva Jovino

Prof. Dr. Pap Ndiaye

Three handwritten signatures in blue ink are positioned to the right of the list of examiners. The top signature is above a horizontal line and is partially legible as 'Tatiane Cosentino Rodrigues'. The middle signature is also above a horizontal line and appears to be 'Valter Roberto Silvério'. The bottom signature is above a horizontal line and appears to be 'Pap Ndiaye'.

ANTIRRACISMO E EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE DAS DIRETRIZES NORMATIVAS DA UNESCO

Resumo: Esta tese objetiva analisar os princípios orientadores e as diretrizes normativas relativas ao tratamento do racismo em matéria de educação da Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura – UNESCO. A investigação consiste em analisar o modo pelo qual a Organização atribui determinados usos e sentidos à temática racial. Constitui-se em uma abordagem qualitativa de cunho teórico no interior dos estudos sobre relações raciais e educação. Visa diagramar nos documentos os diferentes usos e sentidos do debate acerca da questão racial, tendo por objetivo identificar o processo de construção da educação como uma política antirracista empregada pela UNESCO. Isto foi feito através da análise em perspectiva histórica, dos documentos oficiais da UNESCO buscando identificar com o desenvolvimento dos debates que culminam em instrumentos normativos na gestão relativa à questão racial. Desde a sua constituição a UNESCO publicou documentos e materiais a fim de propiciar uma união intergovernamental entre países de modo a atingir uma “paz universal”. Essa inclinação da UNESCO frente ao tema se converteu desde logo, em conceitualizar e compreender a questão racial vista, então, como um obstáculo na busca da paz. A educação foi justamente o meio escolhido pela Organização para equacionar esse obstáculo. Neste sentido, pode-se dizer que a UNESCO institui a educação como uma política antirracista. Dar-se-á foco a partir do debate contemporâneo das relações raciais, especialmente no que se refere aos aspectos da produção racializada das diferentes populações, no que confere a dimensão plural e subjetiva da questão racial.

Palavras-chave: Antirracismo, UNESCO, Educação.

Abstract: This dissertation intends to analyze the guiding principles and normative directives related to racism treatment in Education by United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization – UNESCO. Through a theoretical qualitative approach, the research verifies how the organization deals with uses and meanings of racial thematic in Education. In this way, the investigation aims to reflect critically upon different uses and meanings about the debate on racial relations, and to comprehend the education construction as an anti-racist policy performed by UNESCO. Therefore, UNESCO’s official documents were analyzed using a historical perspective as a way to understand how the development of the debates produces normative instruments to the management of the racial issue. Since its beginning, UNESCO has published several documents and materials as an attempt to join countries and make them find out the universal peace. Moreover, its position about the theme became a key point to deal with the racial matter, seen as a problem to have peace. So, the education was a chosen option by it to win this obstacle. For this reason, it can be said that UNESCO proposes education as an anti-racist policy. The research focuses on a contemporary debate about racial relations, especially in aspects of racialized people production as an individual or group.

Keywords: Anti-racism; UNESCO; education.

Résumé : Ce texte a pour but de présenter les données centrales de notre thèse, dont l'objectif est d'analyser les principes qui régissent l'action normative de l'Unesco relative au racisme et à l'éducation. Cette recherche consiste à étudier la façon dont cette organisation attribue certains usages et autres significations à la thématique raciale. Il s'agit d'une approche qualitative de type théorique qui s'inscrit dans les études sur les relations raciales et l'éducation. Notre démarche a consisté à analyser divers documents, bulletins et ouvrages afin de comprendre le processus cher à l'Unesco faisant de l'éducation la base de sa politique antiraciste. Nous avons étudié ces documents sous une perspective historique, afin de comprendre l'évolution des débats ayant mené à la rédaction des directives relatives à la gestion de la question raciale. Depuis sa constitution, l'Unesco a investi dans des actions normatives pour stimuler une union intergouvernementale entre les différents pays visant la « paix universelle » et le « vivre-ensemble », deux expressions qui constituent l'axiome fondamental de l'organisation. Cet intérêt marqué de l'Unesco pour ces thématiques s'est vite transformé en une tentative de conceptualisation et de compréhension de la question raciale en tant qu'obstacle à la paix. L'éducation a justement été le moyen choisi par l'Unesco pour surmonter cet obstacle. En ce sens, on peut dire que l'Unesco a fait de l'éducation l'élément central de sa politique antiraciste. À partir du débat contemporain sur les relations raciales, l'organisation s'est plus particulièrement intéressée à différents aspects de la conception racialisée des populations et à ce qui confère sa dimension plurielle et subjective à la question raciale. En fonction de ces objectifs, l'Unesco est à l'origine d'un mouvement interventionniste qui, en centralisant et en cloisonnant le débat, a donné lieu à la délimitation des contours de la lutte antiraciste.

Mots-clés : Antiracisme, Unesco, Education.

Dedico este trabalho aos meus pais
Ana e Mario (sempre presente).
E ao Alex ao meu lado sempre.

Agradecimentos

Para além deste trabalho ou qualquer outro agradeço a minha mãe Ana cuja força e exemplo me inspira a ser melhor a cada dia e ao meu pai Mario (sempre presente).

Ao Alex, pela amizade, pela parceria, por acreditar sempre em mim, pela paciência nas minhas ausências e crises, por fazer tudo ficar melhor, pelo amor. Ao Thomas e Maria Carolina pela parceria.

À Anete agradeço pelo afeto constante. Pela presença ao longo do percurso que me motivou a construir uma sensibilidade para a diferença. Sou profundamente grata pelos inúmeros encontros e experiências que vivemos e que me motivam a manter o compromisso com aquilo que acredito. Pela leitura atenta e as questões sempre motivadoras sem as quais terminar o trabalho não teria sido possível.

À Tatiane cuja amizade me faz crer que há sempre formas mais bonitas e fecundas de solidariedade, pelas experiências, pela parceria sempre.

Ao Valter Silvério por acompanhar meu processo de formação desde o mestrado que com as provocações me inspiram a buscar o rigor teórico e aprofundamento intelectual.

Ao Prof. Pap Ndiaye por sua generosidade, por ter me acolhido durante o estágio doutoramento na *École des Hautes Études em Sciences Sociales* em Paris, experiência que foi, sem dúvida alguma, um marco na minha vida pessoal e profissional.

Aos amigos e amigas parceiras de muito tempo, professores e colegas, que acompanharam meu processo de formação e são sempre fonte de inspiração: Professor Sergio Norte, Professora Tânia Macedo, Professora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva durante os aprendizados que acumulei no Núcleo de Consciência Negra na USP, aos malungos do Núcleo Negro da UNESP para Pesquisa e Extensão do Campus de Assis e no Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros NEAB-UFSCar.

Aos amigos e amigas da Colheita Assis, do CRUSP e as Louva-Deusas, pelos sorrisos, pelo samba e pela parceria.

Aos amigos e amigas que fazem parte da minha história, lista que certamente apresenta ausências Katucha, Thalita, D. Cecília, Cristiane, Luci, Ana Paula e Rogério, Douglas e Andrea.

Às amigas e companheiras de trabalho no “Grupo de Estudos sobre a criança e a infância: políticas e práticas da diferença” Andrea, Gabriela, Walburga, Débora, Lucélio, Ione, Julia, Carolina pelos bons momentos de encontros.

Às famílias Gabriel e Cardoso pela ternura e apoio contínuo.

Aos funcionários da Biblioteca e dos arquivos da sede da UNESCO em Paris.

À Capes pela bolsa concedida.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS CITADAS NO TEXTO

AGNU – Assembleia Geral das Nações Unidas

CDH – Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas

CERD – Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial das Nações Unidas

CESCR – Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais

ECOSOC – Conselho Econômico e Social das Nações Unidas

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação

MRE – Ministério das Relações Exteriores

NAACP - National Association for Advancement of Colored People

OCI – Organização de Cooperação Intelectual

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

ONUREC – Organização das Nações Unidas para a Reconstrução Educativa e Cultural

ONUCEC – Organização das Nações Unidas para a Cooperação Educativa e Cultural e OIECC – Organização Internacional para a Educação e a Cooperação Cultural

SECAD – Secretaria de Educação Continuada, Diversidade e Inclusão

SEPPIR – Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a
Cultura

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Sumário

Introdução	16
I. O problema da pesquisa	17
II. Estrutura e desenvolvimento da pesquisa.....	25
Capítulo 1	33
Formação e desenvolvimento da UNESCO como espaço regulador da questão racial	33
1.1 A exaltação da humanidade e a produção do “Homem Universal”.....	44
1.2 A afirmação da diversidade como um direito humano	53
Capítulo 2	60
Proposições em torno de uma questão racial	60
2.1 As ações da UNESCO diante da influência de uma concepção moderna de raça ...	62
2.3 Do discurso biológico entre o físico e o moral ao caráter normativo da raça.....	93
2.4 O caráter descritivo da raça como um <i>tropo</i> da cultura	99
2.5 A UNESCO e a constituição de uma agenda em torno da questão racial.....	109
A UNESCO pesquisa a raça	112
3.1 A produção de um debate: a descrição dos “ <i>especialistas</i> ”	118
3.2 Raça como um mito social (1950).....	122
3.3 Exterioridades e feições: a categorização das diferenças raciais (1951)	128
3.4 Definindo sentidos: a incorporação do campo biológico acerca da questão racial (1964)	131
3.5 Racismo e preconceito racial (1967)	132
3.6 Uma leitura sociológica e uma leitura biológica da questão racial.....	136
3.7 O pensamento e a ciência moderna examinam a questão racial	140
3.8 Diretrizes normativas para a educação	155
3.9 Princípios orientadores e argumentos científicos sobre a questão racial	167
Capítulo 4	179

A propaganda antirracista: <i>O Correio da UNESCO</i>	179
4.1 Desmistificando a noção de raça	184
4.2 Um exemplo de relações raciais: o caso do Projeto UNESCO.....	189
4.3 Questões de método na apreensão dos aspectos comportamentais sobre as relações raciais.....	232
4.4 A condição pós-colonial e o <i>apartheid</i>	245
4.5 Os autores e suas disciplinas definem as bases conceituais do racismo	271
4.6 O percurso de ações da UNESCO e sua difusão na revista <i>O Correio da UNESCO</i>	291
Capítulo 5	303
Conceituações em torno da política antirracista da UNESCO	303
5.1 Diretrizes contemporâneas do antirracismo.....	311
5.2 Pressupostos teóricos em torno do antirracismo.....	318
5.3 A aplicabilidade das conceituações antirracistas no Brasil	330
5.4 Decorrências no debate contemporâneo	339
Considerações Finais	347
Bibliografia	356
Artigos, documentos e materiais da UNESCO e da ONU consultados:.....	373
Edições completas e artigos do periódico <i>O Correio da UNESCO</i> consultadas:	379

Lista de materiais gráficos da UNESCO consultados

Figura 1 - Capa da revista <i>O Correio da UNESCO</i> , de outubro de 1960, consagrado ao racismo.	15
Figura 2 - Capa do informativo <i>Quatre déclarations sur la question raciale</i> . © UNESCO/1978.....	120
Figura 3 - Capa do informativo <i>Qu'est-ce qu'une race?</i> Publicado pela UNESCO em 1952. © UNESCO/1952.....	142
Figura 4 - Ilustração reproduzida do informativo <i>Qu'est-ce qu'une race ? Des savants répondent</i> . Referente à origem das raças. Publicado pela UNESCO em 1952, p. 11. © UNESCO/1952.....	142
Figuras 5 - Esquema reproduzido do informativo <i>Qu'est ce-qu'une race ? Des savants répondent</i> . Sobre o isolamento geográfico na formação dos grupos raciais, p. 38-39. © UNESCO/1952.....	144
Figura 6 - Fotografia anexada ao capítulo " <i>Le concept de d'inégalité raciale</i> " que indica que as crianças devem ser ensinadas a julgar os indivíduos como tais e não como representantes do grupo que são identificados. (BIBBY, 1965, p. 76). © UNESCO/1965.	161
Figura 7 - Fotografia anexada ao capítulo " <i>Le concept de d'inégalité raciale</i> " mostra a distinção de acesso aos serviços públicos para negros e brancos na África do Sul. (BIBBY, 1965, p. 86).....	162
Figura 8 - Fotografias anexadas ao capítulo " <i>Les racines enchevêtrées des préjugés</i> " que apresenta, na primeira foto, Martin Luther King e Ralph Bunche, subsecretário das Nações Unidas, ambos em marcha pelos Direitos Civis no Alabama em 1965. A segunda fotografia retrata trabalhadores em usina na África do Sul (BIBBY, 1965, p. 96). © UNESCO/1965.....	163
Figura 9 - Capa do periódico <i>O Correio da UNESCO</i> de Agosto/Setembro de 1952. Ano V, Nº 8/9, 12p. Foto de Capa de Pierre Verger (<i>Le Courrier de L' UNESCO</i> , 1952, p. 1).	208
Figura 10 - Fotografias de Pierre Verger (<i>Le Courrier de L' UNESCO</i> , 1952, p. 15)...	209
Figura 11 - Fotografia de Pierre Verger que ilustra o texto de Gilberto Freyre (<i>Le Courrier de L' UNESCO</i> , 1952, p. 7). © UNESCO/1952.	214
Figura 12 - Fotografia de Pierre Verger que ilustra o texto de Roger Bastide (<i>Le Courrier de L' UNESCO</i> , 1952, p. 9). © UNESCO/1952.....	220
Figura 13 - Fotografia de Pierre Verger que ilustra o texto de Charles Wagley (<i>Le Courrier de L' UNESCO</i> , 1952, p. 13). © UNESCO/1952.	225

Figura 14 - Fotografia de Pierre Verger que ilustra o texto de Thales de Azevedo (<i>Le Courier de L' UNESCO</i> , 1952, p. 13). © UNESCO/1952.	227
Figura 15 - Capa da edição da revista de Agosto-Setembro de 1953. (<i>Le Courier de L' UNESCO</i> , 1953). © UNESCO/1953.	234
Figura 16 - Capa da revista <i>O Correio da UNESCO</i> , de dezembro de 1986, consagrado ao Brasil. © UNESCO/1986.	268
Figura 17 - Capa do portfólio “ <i>Luttes contre l’esclavage</i> ” referente ao Ano Internacional de comemoração da luta contra o escravismo e sua abolição em 2004. Katerina Stenou, editora. © UNESCO/La route de l’esclave/2004.	282
Figura 18 - Capa do portfólio “ <i>De l’esclavage à la liberté</i> ” referente ao Ano Internacional de comemoração da luta contra o escravismo e sua abolição em 2004. Katerina Stenou, editora.	282
Figura 19 - Capa do informativo do projeto a <i>Rota do Escravo</i> . Reproduzido de Sources UNESCO de 1998. UNESCO. <i>La route de l’esclave: la memoire affranchie</i> . Sources UNESCO, Paris,1998. © UNESCO/ Sources UNESCO/1998.	283
Figura 20 - Capa do periódico <i>O Correio da UNESCO</i> de Março de 1996, Ano 49e, Nº 3, p. 50. “ <i>Visages de manifestants antiracistes</i> ” França, 1992. Montagem fotográfica de Eric Frogé e Georges Servat.	285
Figura 21 - Capa do periódico <i>O Correio da UNESCO</i> de Setembro de 2001, Ano 49e, Nº 3, p. 50. Ilustração de capa “ <i>We are one</i> ”[<i>Nous sommes un</i>] de Fang Chen.Figura 4.13.	289



Figura 1- Capa da revista *O Correio da UNESCO*, de outubro de 1960, consagrado ao racismo.
© UNESCO/1960.

Introdução

A presente tese tem por objetivo analisar os princípios orientadores que regem as diretrizes normativas relativas ao tratamento do racismo em matéria de educação da Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura, UNESCO. A investigação consiste em analisar, em primeiro lugar, o modo pelo qual esta agência internacional atribui determinados usos e sentidos à temática racial. Neste sentido, evidencia-se que com o objetivo de equacionar o modo pelo qual as diferenças humanas, tornaram-se uma problemática a ser resolvida, a UNESCO fomentou a construção de um campo de debates sobre as diferenças de cunho racial. Ao dar significado e alcance global à temática, produziu pesquisas e estudos que determinaram a elaboração de instrumentos normativos visando estabelecer uma gestão supranacional relativa à questão racial.

Em segundo lugar, procurou-se compreender qual o estatuto que a educação obteve nas diretrizes normativas da UNESCO. Desde a sua constituição a UNESCO publicou documentos e materiais a fim de propiciar uma união intergovernamental entre países de modo a atingir uma “paz universal” e, posteriormente no *slogan* “*viver juntos*”. Essa inclinação da UNESCO frente ao tema se converteu desde logo, em conceitualizar e compreender a questão racial vista, então, como um obstáculo na busca da paz. A educação foi justamente o meio escolhido pela mesma para equacionar esse obstáculo, sendo uma via pela qual a UNESCO busca materializar uma prática, uma reorganização política em nível internacional visando equacionar as resoluções normativas e as ações políticas para um consenso comum (BELLI, 2009). Neste sentido, afirma-se que a UNESCO institui a educação como uma política antirracista.

A articulação entre os termos política e antirracismo referem-se a uma terminologia sobreposta a instrumentos que compreendem formas de procedimentos específicos em torno das quais se estabelecem ações de combate ao racismo e as discriminações de cunho racial. É interpretado como um qualificativo cuja função se aplica à definição de políticas, conhecimentos e práticas ministradas como resposta ao racismo e às discriminações de cunho racial. Os

estudos antirracistas constituem-se alicerçados em torno do próprio desenvolvimento dos estudos sobre “raça” e racismo, junto à evolução de seus temas e objetos. Esse espectro de estudos definem diferentes formas de compreensão do tema, de quais elementos devem ser utilizados para identificação daqueles diretamente vitimados pelo racismo, e do modo como o mesmo se desenvolve. Nesse sentido, o antirracismo é recuperado como um “conjunto de discursos; modos de análise; políticas e práticas estatais; e identidades políticas” (BRAH, 2011, p. 265).

I. O problema da pesquisa

Os combates ao racismo e às discriminações de natureza racial e étnica figuram na pauta de ação do Sistema das Nações Unidas desde a sua formação. A UNESCO como instituição específica afiliada às Nações Unidas é destinada a promover medidas normativas nas suas áreas centrais de atuação: a ciência, a cultura e a educação. Como entidade supranacional central tem o objetivo de estabelecer a planificação de uma comunidade política em dimensão planetária de forma harmoniosa além de mediar conflitos e resguardar seus princípios fundamentais (UNESCO, 1949).

A esfera de ação dos princípios da UNESCO e das demais agências especializadas das Nações Unidas refere-se à proteção do Estado-nação como uma unidade política. Essa concepção do Estado-nação como uma entidade coesa é legatária de uma construção política moderna e ocidental. Tal princípio alia-se ao mote da busca pela “cultura da paz”, por meio de uma noção da convivência por meio da tolerância e da compreensão entre as nações que garantiriam a soberania, o Estado de direito e a democracia, temas que se tornaram princípios gerais de um modelo de organização política propagado no campo das relações internacionais.

No contexto de constituição da UNESCO a coexistência entre diferentes grupos raciais e étnicos no interior de diversas formações nacionais era marcada por intensos conflitos, os quais colocavam em risco uma determinada ordem global. No período posterior à Segunda Guerra Mundial, os processos de descolonização de países africanos e asiáticos, acontecimentos como o do

Movimento pelos Direitos Civis contra a segregação racial nos Estados Unidos e o regime de *apartheid* na África do Sul faziam parte de uma tensão de ordem racial em escala global, que se apresentou como “um novo momento da racialização das relações raciais” (SILVÉRIO, 1999).

A questão racial constitui-se, assim, como uma problemática em aberto que exigiu da UNESCO uma série de providências para o seu equacionamento. Essas medidas permitem-nos compreender a maneira pela qual o sentido atribuído a esses diferentes conflitos fez com que os mesmos passassem a ser analisados e definidos sob o prisma de uma questão racial. Isso nos possibilita pensar, ainda, as implicações políticas que resultam da inserção na pauta internacional desses conflitos serem identificados como raciais. Em outras palavras, quando as problemáticas advindas das relações sociais são nomeadas como de relações raciais coloca-se uma questão epistemológica e política específica. Essa problemática é especialmente significativa, sobretudo, por estes conflitos serem interpretados como um impasse ao pleno desenvolvimento das nações. Estes acontecimentos históricos compõem o cenário que paulatinamente influencia as ações normativas da UNESCO.

Estas estratégias são operacionalizadas em áreas distintas, a educação, a ciência e a cultura forneceriam as bases de sedimentação para a promoção e o entendimento da paz, da tolerância e do “*viver juntos*”. Esses princípios tornaram-se o axioma propagado pelo sistema das Nações Unidas e pela UNESCO, a linguagem da tolerância e da convivência harmônica passam a ser introduzidas na agenda internacional acerca das problemáticas que se exteriorizam do Estado-nação.

Desde a sua concepção a UNESCO adotou um programa de ação focado em uma política antirracista que compreendia, efetivamente, duas esferas: primeiramente compreender o “conteúdo ontológico” conferido à “raça” e, conseqüentemente, elaborar diretrizes para a erradicação do racismo em seus efeitos concretos. Ao tomar para si a questão racial, a UNESCO desencadeia um processo de produção teórica sobre o tema por meio de pesquisas científicas e, em especial, as medidas normativas que se configuraram em documentos que constituem uma política antirracista na qual a educação teria papel fundamental.

Logo de início é importante ressaltar que não se trata de realizar uma história apenas relacionada ao passado da UNESCO, como uma narrativa cronológica. Assim, o presente estudo se orienta por configurar o objeto em suas dimensões históricas e, temporais, tanto nas continuidades como nas rupturas. Deste modo, buscar-se-á identificar por meio das indicações expressas nos materiais o que se institui como problemática e como resolução para a questão racial. Como problemática, a organização propaga que a crença na existência de raças é a justificativa para o racismo e os conflitos raciais. Já como resolução, institui a educação como uma política antirracista. Este percurso informa os modos pelos quais a UNESCO organiza uma plataforma política, relativa à gestão da problemática racial em nível global.

Uma análise detida da contemporaneidade da questão racial remete à conjugação de temporalidades e acontecimentos, que se configuram em articulação: a modernidade, o colonialismo, o movimento em torno do modo como as relações sociais foram racializadas, o contexto posterior à Segunda Guerra Mundial no qual emerge o advento pós-colonial e a configuração inserida pelos debates em torno do multiculturalismo. De forma interdependente, cada temporalidade agrega diferentes desenhos à questão racial. Estes diferentes momentos históricos atuam como indicativos das mudanças pelas quais a questão racial emerge como conflito, além de informarem muito dos modos pelos quais a questão racial se apresenta na contemporaneidade. De forma que o “contingente e o liminar tornam-se os tempos e os espaços para a representação histórica dos sujeitos da diferença cultural em uma crítica pós-colonial” (BHABHA, 2007, p. 249). Assim, não se trata de reconstituir de forma exaustiva esses momentos e seus fenômenos correspondentes, mas de analisá-los a partir de um esquema que aponta para indícios do presente, dos problemas e questões peculiares ao nosso tempo visto que, embora se verifique contingência, suas questões derivam mais da constituição do presente do que da história do passado.

Tais conjugações vistas em perspectiva acionam outra relação com o tempo, que já não o compreende apenas na perspectiva cronológica, como algo sucessivo e contínuo. Em lugar disso, a noção de tempo é de como se este

estivesse em suspenso, na medida em que podemos ver incidir no presente, no que toca à questão racial, uma dimensão racializada, que opera sobre as pessoas, sobretudo através da violência e do conflito, e de igual maneira, da resistência. Por isso, não deixamos o imperativo das condições contingentes e históricas ao uso das categorias analíticas.

As diversas transformações nos estudos sobre a questão racial, o racismo e o antirracismo ampliaram em método e quantidade, no entanto, por vezes, o tema tornou-se obsoleto, centrando-se apenas em torno do debate sobre a utilização ou não da categoria “raça”. Isso limitou o debate, impedindo o avanço sobre o que é e de como podemos caracterizar o racismo nas relações sociais, o que ainda na contemporaneidade é um dos temas mais controversos das teorias que pensam o social, seja no debate público, no plano político ou ainda, como objeto de análise no campo da produção de conhecimento. Essa limitação ancorou muitos autores e autoras que se mostravam reticentes quanto à utilização da categoria “raça” mesmo para pensar o racismo. A princípio, em linhas gerais, as justificativas apresentam a mesma finalidade para a abolição do seu uso. A associação e a relação quase direta que une “raça” a algum tipo de traço comum que culminaria em um elemento essencializante é marca comum nas críticas. Mesmo com a evolução do debate epistemológico e da total descaracterização biológica da categoria “raça”, as controvérsias em torno da adoção da palavra e do conteúdo semântico dado ao termo estão longe de se extinguirem.

O que existe em comum e o que ainda mantém vivo o debate é o fato das pessoas ainda se identificarem e serem identificadas por uma dimensão racial. Em que pese é axiomático afirmar que como uma categoria utilizada no campo teórico como ferramenta conceitual o termo adquire uma adequação linguística que não se refere a qualquer acepção biológica. A permanência do debate teórico ainda é realizada sob os mesmos elementos o que direciona a impossibilidade de construir uma definição conceitual excluída do contexto histórico e dos diversos quadros de interpretação. Essa continuidade de identificação e os modos pelos quais as relações sociais são pautadas por uma dimensão racial, as constituem como racializadas. Por essa razão qualificamos a análise para compreender sua

funcionalidade em relação ao modo como se constituem, conforme uma dada formação social.

Empregamos a categoria “raça” em acordo com o modelo metodológico de Stuart Hall (1997), segundo o qual “raça” é um “significante”, uma categoria *discursiva* (2011) que ao atuar *sob rasura* permite-nos compreender os significados diversos que o termo adquire de acordo com o contexto histórico e social, ou seja, as determinações teóricas ou “posição discursiva” em que se aloca o termo no campo do pensamento. Essa discussão possibilita-nos fazer uma análise social que incorpore a categoria “raça” sem uma hierarquização predeterminada (NDIAYE, 2008, p. 28). Como a disposição aqui adotada é de compreender o percurso dado ao debate racial ensejado pela UNESCO a fim de diagramar o funcionamento de sua plataforma antirracista e de que maneira podemos compreender a contemporaneidade da questão racial, doravante “raça” é citada sem aspas.

Tomar as sociedades contemporâneas como racializadas requer compreender o processo de constituição racial que as organiza, para isto nosso foco metodológico de análise configura-se em identificar os planos de inscrição nos quais se estruturam esses processos. Como categoria analítica, o termo racialização é utilizado para descrever a processualidade pela qual opera certa dimensão histórica, geográfica e social da questão racial. O termo é empregado para compreender o modo pelo qual um grupo tem sua subjetividade assujeitada e impactada pela dimensão racial. Nesse sentido, é pelo debate racial que a UNESCO enseja que objetivamos analisar a contemporaneidade da questão racial por meio da construção da educação como uma política antirracista. A pesquisa se singulariza pela escolha da UNESCO como lócus de investigação, na medida em que possui uma longa tradição de pensamento sobre a questão racial.

O corpo teórico que dá sustentação à pesquisa faz referência a pensadoras e pensadores cujas obras estão situadas nos estudos pós-coloniais (*post-colonial studies*), estudos culturais (*cultural studies*), e estudos subalternos (*subaltern studies*), os quais sugerem novas metodologias temporais, enfatizam os discursos e as narrativas. Esses estudos aliaram uma combinação de fatores junto a outras

abordagens que colocaram novas problemáticas ao pensamento social as questões trazidas pelos estudos de sexualidade e gênero, os estudos críticos de raça, do multiculturalismo, da diversidade, do reconhecimento, da contribuição das diversas culturas para a humanidade temas que de forma progressiva têm sido debatidos no cenário internacional¹ (BENEÏ, 2000, p. 146). Adjacente a esses estudos se inserem pensadores e pensadoras que embora não estejam vinculados a estes campos refletiram sobre a temática das relações étnicas e raciais.

Por derivar de uma perspectiva metodológica que coloca outra temporalidade na história, mediante a proposta de romper com a leitura linear de inspiração hegeliana, segundo a qual a racionalidade da história fundamenta-se sob uma fronteira absoluta entre o temporal e o espacial, os estudos subalternos oferecem um arcabouço teórico fecundo nesta pesquisa. Essa perspectiva coloca uma tensão na gênese que confere ao trabalho do historiador, a função de narrar o que “realmente” aconteceu e assim explicar as sociedades (CARDOSO & VAINFAS, 1997). Para Jacques Le Goff (1990) é o historiador que de alguma forma, escolhe o que deve aparecer, o que deve ser visto, o que elege como “realidade histórica”. Joseph Ki-Zerbo argumenta que há sempre uma opção naquilo que adquire lugar na História (KI-ZERBO, 2009). Isso permite olhar o passado sob outra perspectiva, como “um meio de fornecer perspectivas sobre o presente” (WHITE, 1994, p. 53).

Para estabelecer um olhar contemporâneo sobre a pesquisa, sobretudo pela sua localização na articulação entre questão racial e educação, outro conceito utilizado no desenvolvimento da análise é o de diáspora inicialmente utilizado para identificar processos de dispersão. Por propiciar uma relação mais disruptiva com o tempo, a diáspora como instrumento conceitual pode ser utilizada para pensar modelos de periodização histórica que ao relativizar o tempo e o espaço possibilitam uma articulação entre os acontecimentos históricos. Um pensamento que, desde logo, em uma dimensão diaspórica, permite visualizar o tempo

¹ Veronique Beneï (2000) identifica esses estudos no quadro geral da evolução dos estudos de área (*area studies*), de inspiração norte-americana. Segundo a autora, há um processo de transição, marcado por implicações epistemológicas diversas que vem ocorrendo dos estudos de área aos estudos diaspóricos (*diasporic studies*), (BENEÏ, 2000, p. 146).

histórico não apenas nas continuidades visíveis, mas nos laços de sentido estabelecidos entre estes acontecimentos. A diáspora como categoria analítica, torna possível conectar espaços, tempos e acontecimentos distantes cronologicamente, mas que “conversam” na medida em que os ecos das ações perpetradas pelas pessoas encontram ressonância.

Esta pesquisa pretende, portanto, pensar a partir de uma perspectiva analítica que utiliza a diáspora como conceito que oportuniza realizar o debate que apresenta mais semelhanças no campo teórico com a interlocução entre categorização racial e história. Além de deslocar o que emerge sobre a imbricação entre esses campos e apresentar de que maneira essa análise permite compreender o debate contemporâneo sobre políticas antirracistas. Tal perspectiva fornece instrumentos para reposicionar o modo pelo qual as diversas utilizações e noções racializadas atuam em espaços vinculados a sexualidade, ao gênero, a etnia gerando as diversas configurações pelas quais as pessoas são subjetivadas. Isto significa que ao mesmo tempo em que voltamos o olhar para os processos que subjetivam um grupo em uma dimensão racial, podemos compreender a maneira pela qual as pessoas operam uma inflexão a tal subjetividade de forma singular.

Aqui reside nosso interesse, no debate realizado em meio a essas linhas teóricas o qual auxilia a compreensão das diferentes formas pelas quais se constituem noções de racialização em diferentes grupos sociais, os modos como as categorizações raciais atuam no social e como elas têm sido mobilizadas, reguladas e qualificadas, já que é em torno destes aspectos que se estabelecem os conflitos das relações sociais contemporâneas. Estes estudos analisam os elementos que constituem os saberes e práticas que marcam os modos de constituição das relações sociais, os processos de identificação e reconhecimento, os quais atravessam racialmente a micro e a macro política de uma dada formação social.

Em outras palavras, as dimensões mais gerais que desdobram no tecido social estão diretamente vinculadas aos aspectos mais comuns, individuais e rotineiros da vida cotidiana. Incorporam-se a esta constituição, as narrativas, ideias, discursos e as “condições de emergência” e processualidade que imprimem

uma condição racial interdependente a outras categorias que influenciam a composição social na qual a educação tem um lugar importante como constitutiva e estruturada por uma dimensão racializada. A escolha teórica e o emprego analítico das categorias elaboradas no interior destes campos é um exercício de análise que possibilita analisar a UNESCO pelos temas que atribui ao debate.

Deste modo, pretendemos avançar na discussão sobre a temática específica da educação e das questões raciais e étnicas. Fundamentalmente, o campo das pesquisas brasileiras na área da articulação entre as questões étnicas e raciais e a educação, possui uma variabilidade de denominações. De modo específico, a qualificação de educação das relações étnico-raciais constitui-se como uma área de pesquisa em educação voltada para a compreensão do impacto do racismo e das diferenças na esfera educacional e, por conseguinte, articula alternativas teóricas e metodológicas para coibir os efeitos das discriminações. É fortemente marcado por pesquisas empíricas e de cunho qualitativo, além de análises focais para a compreensão dos efeitos do racismo no campo educacional.

A educação das relações étnico-raciais, como campo de pensamento a partir de uma conjuntura brasileira, é de natureza múltipla e se delinea sob a influência de linhas teóricas diversas. Possui um viés historicamente intervencionista, sobretudo pelo acúmulo protagônico de ações dos diversos grupos que compõem o movimento negro. Em linhas gerais, as pesquisas brasileiras promoveram um avanço significativo, ao romper com uma leitura determinista da educação como campo onde se identifica as desigualdades raciais como um epifenômeno da desigualdade socioeconômica. As pesquisas estruturaram-se ao identificar a implicação de um racismo de tipo institucionalizado que opera na distribuição desigual de recursos e de tratamento, sendo o acesso à educação um dos recursos mais disputados.

Tendo em vista esta reflexão, a pesquisa pretende realizar uma leitura de alguns materiais selecionados da UNESCO direcionada pela forma como apontam, informam e são corroborados pelo contexto em que são divulgados e pelos objetivos que tentam suprir no momento de sua publicação. As argumentações acerca dos materiais de análise realizam-se em meio a

acontecimentos que, de forma ampla, dialogam com o debate aqui colocado. Portanto, esta pesquisa pretende articular o debate realizado pelos estudos das relações raciais ao campo da pesquisa em educação que, por sua vez, é tomada desde logo, como área marcada pela dimensão racial.

II. Estrutura e desenvolvimento da pesquisa

A partir dessas notas introdutórias descreve-se a estrutura do texto que se refere ao esquema de disposição da pesquisa. A investigação constitui-se em um estudo qualitativo, de caráter exploratório cuja proposta é integrar a análise a um debate teórico que leve em conta as interlocuções entre as dimensões raciais e étnicas e a educação. A problemática foi determinada por um conjunto de materiais, dentre os quais documentos normativos, textos informativos e pesquisas encomendadas pela UNESCO. Assim, para delimitar o objeto de pesquisa, o foco recaiu sobre documentos como convenções, recomendações e declarações, ou seja, o campo normativo de ação. Junto a esses documentos incorporaram-se materiais informativos de pesquisas, publicações específicas, relatórios derivados de conferências entre outros. Isto compõe o corpo analítico da pesquisa e permite expor algumas das rupturas e continuidades que a UNESCO adota para a questão racial. Tendo por preocupação compreender os sentidos atribuídos a temática racial pela UNESCO a estrutura e o desenvolvimento do texto foram elaborados sob os princípios que a orientam no investimento de fundamentar a educação como uma política de ação antirracista.

Utilizamos como fonte de pesquisa o *corpus* documental composto pelos materiais selecionados, através de uma metodologia construída com aportes da análise do conteúdo, para com isto, realizar uma leitura do modo como se institui uma questão racial no interior da UNESCO. A análise de conteúdo permite descrever e avaliar as qualidades e distinções dos textos, de modo a compreender as construções presentes nos documentos (FAIRCLOUGHT, 2005). Alia-se a isso a compreensão contemporânea dos estudos da linguagem, para os quais os discursos são produtos históricos e contingentes. Constrói-se assim, uma afinidade

entre os materiais produzidos pela UNESCO para a questão racial e a educação junto aos acontecimentos, os quais são colocados em perspectiva histórica, não para realizar uma trajetória cronológica como já afirmamos, mas para configurar uma temporalidade acerca da questão racial que atua contemporaneamente. A pesquisa compreende um estudo teórico, a partir do qual são analisados os termos constituintes da resolução da questão racial a fim de identificar quais indícios presentes diretrizes elaboradas pela UNESCO apontam sobre o debate da temática racial. Esta tese, além desta introdução e de uma conclusão, está sumarizada em cinco capítulos.

O ponto de partida desenvolvido no primeiro capítulo “*Formação e desenvolvimento da UNESCO como reguladora da questão racial*”, estuda a formação da UNESCO e apresenta um breve diagnóstico sobre o desenho da sua política de atuação frente à questão racial em contexto internacional. Este tópico ocupa-se das primeiras ações da UNESCO que se desdobram em duas iniciativas complementares. A primeira refere-se ao objetivo de fazer dissipar as diferenças a fim de produzir a universalidade da condição humana dada pela fórmula de que todos pertencem a “mesma espécie humana”. Esta medida direcionou as ações da UNESCO acionada pelo debate acerca da noção de *humano universal*, buscando consolidar uma conceituação de gênero humano pautada em uma noção de humanidade única e indivisível. Aqui se encontra o ponto central do princípio moral mobilizado pela UNESCO para a resolução da questão racial: estabelecer a universalidade da condição humana.

Problematizamos a concepção de humano propagada a partir de uma visão ocidentalizada de igualdade construída pela semântica do *homem-branco-heterossexual-ocidental* questionada por diversas teorias “subalternas” na medida em que ela constrói uma humanidade limitada. Nesta seção, destacam-se ainda as primeiras ações da agência por meio das pesquisas científicas e da referência à Declaração Universal dos Direitos Humanos onde consta o primeiro posicionamento sobre a questão racial da UNESCO, qual seja a de corroborar a noção universal de humano, a partir da diretriz de consagrar a humanidade sem diferenças. A segunda iniciativa é objeto da segunda parte do capítulo que discute a estratégia de articular a universalidade da humanidade a ideia de que a

diversidade de povos constitui o “*patrimônio da humanidade*”. Os significantes de sexo, gênero, raça antes anulados da constituição do humano, adquirem status de variabilidades que constituem a humanidade, esses elementos adentram pela rubrica da diversidade que passa a ser interpretada como um direito humano. O modo pelo qual a UNESCO “regula” o debate converte-se para uma postura de contenção do debate, pressuposto que transcorre entre os demais capítulos a fim de delinear o espectro em que a contenção não é apenas restritiva, mas produtiva.

O segundo capítulo “*Proposições em torno de uma questão racial*” é dedicado a delinear as diferentes atmosferas a partir das quais se discute os conflitos iniciais colocados pela UNESCO sobre os debates em torno das diferenças humanas visualizadas como raciais. O tópico detém-se primeiramente, sobre o confronto entre diferentes apelos a categorização das diferenças humanas em meio às justificativas filosóficas, religiosas, políticas que circundam o debate. O ponto de partida estabelece-se com a contribuição dada pelo debate contemporâneo dos estudos pós-colonial, culturais e subalternos ao modo como as diferenças humanas tornaram-se um objeto de estudo e de saber. Os demais itens que estruturam este segundo capítulo retomam os diferentes sentidos empregados ao debate a fim de eleger qual código “ontológico” de raça seria o mais adequado a ser operado na instituição.

A referência pós-colonial é utilizada para estabelecer uma reorientação temporal ao analisar a modernidade a partir de outro ângulo, na medida em que menciona o período por uma noção específica da dimensão racial, as diferenças foram associadas ao desenvolvimento sociocultural que culminaram em diversas formas de racialização. A UNESCO realiza esforços para que a linguagem “racial” seja retirada dando lugar a uma linguagem baseada na etnia e na cultura. O itinerário traçado ao longo deste capítulo permite observar o modo como há um processo de absorção e reutilização dos debates teóricos que se traduzem nas ações normativas da UNESCO.

Com este escopo histórico, analisamos no terceiro capítulo de que maneira “*A UNESCO pesquisa a raça*” que versa os efeitos dos eventos históricos que impulsionaram um contexto problematizado acerca da questão racial que se insere nos temas abordados. São recuperados, de forma não exaustiva, fontes

documentais como discursos produzidos, organizados e validados por “especialistas” convocados para pensar sobre raça e racismo. Realizam-se articulações entre as alusões às noções dos campos biológico, cultural e político presentes nos documentos. Este é o núcleo do princípio filosófico que rege a UNESCO, o emprego de argumentos científicos para o estabelecimento de um programa logístico de intervenção pela eliminação de termos considerados equivocados, no qual o objetivo é a eliminação do termo raça da língua corrente com a substituição por outros termos considerados mais adequados, como cultura e etnia.

O material publicado com as declarações científicas sobre a questão racial [*Quatre déclarations sur la race et la question raciale*²] evidenciam os desdobramentos do debate, pois as diferenças de interpretação encontradas no conjunto de declarações mostram a constituição de um campo de produção e pensamento sobre a matéria. Lidos em conjunto os documentos apresentam um percurso das ideias correntes em cada momento de publicação sobre categorização racial que se iniciam no debate biológico chegando ao debate cultural. Identificamos que a produção de conhecimento pautada pela UNESCO trouxe como preocupação central os contextos de emergência do racismo e as crenças e práticas que o endossavam, com o objetivo de romper com a ideia de que as capacidades intelectuais não fossem hereditárias, mas sim adquiridas culturalmente. Ainda no interior desse debate, enfatizamos a articulação entre categorização racial, modernidade, colonialismo e racismo, articulação esta que se constitui a partir de uma concepção racializada.

Além da seleção dos documentos, realizou-se uma análise de edições do periódico *O Correio da UNESCO* que se desdobra no quarto capítulo dedicado à propaganda de suas ações, denominado “*A propaganda Antirracista: O Correio da UNESCO*”. A análise resulta da experiência de pesquisa realizada na sede da UNESCO em Paris integrada ao estágio de doutoramento realizado na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS), sob orientação do Professor Dr.

² Mais conhecidas pela denominação em inglês *Statements on race*, as Declarações também foram publicadas em francês e espanhol.

Pap Ndiaye durante o segundo semestre de 2012³. O estágio centrou-se nas etapas de levantamento e coleta de materiais, como informativos oficiais e textos sobre a temática racial, cedidos pelo Escritório de Educação da UNESCO, e paralelamente, a ampliação da bibliografia sobre o tema por meio da participação em atividades e seminários na EHES.

Este levantamento pôde oferecer elementos para compreensão do debate sobre a questão racial no interior da UNESCO. *O Correio da UNESCO* é um periódico construído em um contexto institucional cujo objetivo é fornecer em linguagem acessível ao grande público as ações desenvolvidas pela UNESCO, mas, sobretudo, as ideias defendidas pela Organização. Podemos ver esta publicação como um veículo que se propôs a formar uma rede de pesquisadores e ideias diversas construindo conhecimento sobre a temática. A análise dos periódicos selecionados constitui-se como uma possibilidade de mapear o que é publicado ao exterior do normativo no que se refere à questão racial.

Apresentamos no quinto capítulo “*Conceituações em torno da política antirracista da UNESCO*” uma generalização de parte dos argumentos substanciais em torno do campo teórico contemporâneo do antirracismo aliado aos pressupostos da UNESCO para a educação. Por fim, delineamos os pontos traçados ao longo da pesquisa e que se interligam na projeção da educação como uma política antirracista, enfatizando, o debate a educação ao se tornar um recurso de proposta antirracista.

Alana Lentin (2000) argumenta que o discurso antirracista da contemporaneidade está comprometido, pois há uma ampliação da utilização semântica do racismo, em que o termo é apropriado para nomear variadas formas de discriminação, preconceito e marginalização contra grupos diversos. Essa utilização indiscriminada do termo obscurece uma precisão relativa ao que de fato deve ser denominado como racismo e impossibilita a identificação de atitudes e práticas racistas.

³ Estágio de doutorado integrado ao Programa Institucional de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE), financiado pela CAPES.

Lentin argumenta que esta utilização aleatória do termo além de perder o “risco”, ou seja, a radicalidade que se exige de uma política antirracista que tenha por objetivo alterar as estruturas da produção do racismo, impede a construção de ferramentas teóricas apropriadas para a análise do mesmo. Risco aqui pode ser interpretado como uma medida dos processos e funcionamentos que regulam, estruturam e movimentam o racismo. Ainda segundo Lentin (2011) a análise teórica do antirracismo alocada em políticas voltadas para a superação da utilização do termo raça configurada na proposta do “pós-racial”, relativiza diferentes experiências de discriminação no amplo espectro de racismo que ao invés de combatê-lo auxilia no seu perpetuamento. Segundo Hall (1997) a existência de uma apropriação indiscriminada do racismo impede uma conceituação daqueles que o experienciam cotidianamente.

Este é o cenário diante do qual analisamos a UNESCO pelo debate racial que ela enseja atrelado à educação. Junto a esta forma de abordagem projetada pelas vertentes teóricas mobilizadas na pesquisa se analisa as medidas adotadas pela UNESCO. As medidas em matéria de educação colocam em relevo o caráter dado à educação e à forma de compreensão do racismo, do antirracismo e das relações raciais e étnicas na contemporaneidade. Esta pesquisa pretende delinear os expedientes de conhecimento projetados pela UNESCO para definir como, quando e de que maneira se deve falar sobre a questão racial.

De maneira transversal entre os capítulos delinea-se o argumento central segundo o qual a UNESCO produz a educação como espaço de contenção da diferença racial. Isto é feito a partir do direcionamento de uma política antirracista pelo argumento de que o racismo opera por uma concepção ideológica de raça. Nesse sentido, o investimento no conhecimento é um ponto capital de sua ação. Admitir que a questão é ideológica está diretamente associado à consciência, de modo que ser consciente de que raça não existe romperia com a prática racista cotidiana a qual todos estamos sujeitos. Dito de outra maneira, ao apostar que raça existe apenas “na mente dos homens”, ou seja, atua por ideologia é crer que as pessoas podem se posicionar de forma consciente e política contrariamente ao racismo. Em sentido oposto, a referência em torno de conscientização individual é limitada. Não se trata de algo dessa natureza, posto que a racialização que

circunda e orienta o modo capilar como opera as práticas racistas é mais complexa. Em outras palavras, se opor conscientemente ao racismo não é impedimento para que as práticas racistas se revelem nos atos mais corriqueiros da nossa experiência cotidiana.

Este é o limite das proposições que se dirigem para indicações de que as pessoas devem não apenas reconhecer o racismo, mas devem tomar para si o dever moral de combatê-lo (COSTA, 2006). De modo que a política antirracista seja orientada para “iniciativas culturais e processos educativos e pedagógicos capazes de dar ao valor do anti-racismo raízes no seio societário” (*Op. cit.*, 218). Por um propósito de um “processo coletivo de aprendizado” as pessoas teriam clareza da existência das hierarquias raciais e de que há um beneficiamento de uns em detrimento de outros (*Op. cit.*, 218). Esse otimismo embora bem intencionado e satisfatoriamente aceito entre alguns autores e autoras, mostra o tipo de orientação política recomendada para o trato da questão racial. Colocar a problemática nesses termos reforça a crença no paradigma da racionalidade ocidental e ainda restringe na proposição de que as políticas efetivas sejam efetivadas no campo da cultura cujo corolário reverte-se na educação. Essas proposições, no entanto são inócuas quando nos direcionamentos ao modo pelo qual a racialização se constitui de modo orgânico em todas as esferas do tecido social. Tais ideias não rompem com a própria postura levada a cabo pela UNESCO e demais agências das nações unidas cujo paradigma da racionalidade ocidental é central.

As problemáticas na contemporaneidade se assentam sobre a equação entre o local e o global. Sob tal aspecto a manutenção da nação se torna um ponto de investigação. Em tal perspectiva há uma medida que exige uma reinterpretação acerca das formações sociais que são determinadas por uma noção de Estado-nação visto como uma unidade, na semântica do território, um povo, uma cultura, um grupo e uma raça. Há, no entanto uma inflexão em algumas destas formações sociais que se deparam com os modos independentes em que se agregam elementos dispersos ou diaspóricos. Isto impacta as ações das organizações

internacionais nos direcionamentos que ocorrem nas realidades específicas no interior de diferentes Estados-nação e fora dele.

Ao colocar o foco na UNESCO a visualizamos no modo de uma instituição que organiza o debate, investe na sua repetição e endossa sua postura diante do tema. Esta linha de investigação nos estimula a pensar a constituição de ferramentas que possibilitem pluralizar a compreensão do racismo e das relações étnicas e raciais na contemporaneidade, que permita realizar uma revisão radical e contínua do que propomos como antirracismo.

Capítulo 1

Formação e desenvolvimento da UNESCO como espaço regulador da questão racial

A Organização das Nações Unidas (ONU) é oficializada com essa denominação em 1945, mas é originária da Liga das Nações – ou Sociedade das Nações (1919), uma organização de países que fora suprimida após o fracasso em impedir a Segunda Guerra Mundial – e da Organização de Cooperação Intelectual (OCI, 1921-1946). A própria nomenclatura reflete o projeto em torno de uma configuração política pautada no fortalecimento do Estado-nação. A formação da instituição dá-se em torno de um conjunto de nações, no contexto de uma geopolítica bipolarizada e com a maioria dos seus membros representantes residindo no lado ocidental. A formação da ONU surge no contexto dos efeitos da Segunda Guerra Mundial, indicação assinalada na Carta das Nações Unidas na qual afirma o objetivo de garantir a segurança e a paz em âmbito internacional. Essa configuração originou a necessidade de um órgão regulador que atuasse de modo a evitar possíveis conflitos entre as nações. Entre os princípios de atuação destacam-se os esforços na direção de garantir a soberania das nações, por meio da igual consideração e participação de seus membros:

As Nações Unidas nasceram com a vocação de se tornarem a Organização da sociedade política mundial, à qual deveriam pertencer, portanto necessariamente, todas as nações do globo empenhadas na defesa da dignidade humana (COMPARATO, 2010, p. 226).

A Organização das Nações Unidas é constituída por uma Assembleia Geral, o Conselho de Segurança, o Conselho Econômico e Social, o Conselho de Tutela, uma Corte Internacional de Justiça e um Secretariado (Carta das Nações Unidas, 1945, Artigo 7º). Para atingir propósitos de “paz universal” e evitar conflitos entre grupos sociais e nações, a ONU institui organizações específicas de cooperação internacional. Uma dessas organizações foi a UNESCO cuja meta principal estabeleceu-se no desenvolvimento de conhecimentos e ações

normativas para a educação, a ciência e a cultura. No quadro das Agências Especializadas do Sistema ONU, a UNESCO figura no eixo ligado ao Conselho Econômico e Social (ECOSOC) cuja função é coordenar o trabalho em torno das problemáticas sociais e econômicas da ONU, de suas Agências Especializadas e demais instituições integrantes do Sistema das Nações Unidas. Entre suas muitas atribuições dadas pelo ECOSOC é a de formular recomendações e conectar atividades relacionadas ao comércio internacional, industrialização, direitos humanos, condição da mulher, bem-estar social entre outras questões econômicas e sociais. O direito à educação fica a cargo do Comitê de direitos econômicos, sociais e culturais da ONU, o CESC (UNESCO, 2008).

A UNESCO é considerada uma agência central, pois atua com certa autonomia em relação à ONU, além de definir muitos dos temas a serem pensados pelas outras agências e inseridos na pauta interna das nações. É definida por assegurar a cooperação no plano internacional, encorajando estudos embasados nas descobertas mais recentes da ciência para resolução de conflitos e tensões⁴ (UNESCO, 1958). Coube à UNESCO, desde sua formação, responsabilizar-se por um tema que ascendia como problemática a ser solucionada: a convivência entre os povos e entre as nações.

A formação da UNESCO após um período de guerra deparava-se com o compromisso de possibilitar que o projeto do “viver juntos” fosse concretizado. Considerando o contexto de reforço a discursos de identidade nacional diante dos efeitos do colonialismo e dos problemas raciais (FISTETTI, 2009). O esforço em torno de propostas que possibilitassem a convivência harmônica e a ênfase na racionalidade ocidental junto a esta perspectiva faz com que a UNESCO passe a ser considerada a última investida iluminista (LENGYEL, *apud* MAIO, 2010). Este capítulo explicita o marco de formação da UNESCO como componente de uma política localizada de produção e regulação dos debates e dos conflitos raciais que adquirem uma atmosfera global. Isto é feito, em um primeiro momento, apresentando aspectos institucionais de formação da UNESCO. Em

⁴ L’unesco : ce qu’elle est, ce qu’elle fait: La maison de l’unesco. *O Correio da UNESCO*, 1958, Ano XI, nº 11, pp. 37-38.

seguida, discute-se a incisiva difusão de uma humanidade universal cuja representação é a insígnia do homem branco heterossexual e ocidental. Por fim, discute-se a atuação estratégica de manter a universalidade da humanidade que integra a égide do princípio moral orientado pela UNESCO.

Em sua estrutura interna a UNESCO possui comitês subsidiários responsáveis por atividades específicas. O comitê sobre as Convenções e Recomendações tem como função garantir a aplicabilidade normativa dos documentos, sendo subordinado ao Conselho Executivo da UNESCO⁵. A Conferência Geral é o órgão decisório fundamental que reúne representantes de todos os Estados-membros, sendo composta por um Conselho Executivo, um Secretariado e as Comissões Nacionais. A UNESCO conta ainda com o prolongamento de atuação em algumas nações que fica a cabo dos escritórios e postos locais, há ainda instituições específicas educacionais e culturais e as parcerias com ONGs, entre outras organizações da sociedade civil.

De maneira geral, é consenso que a criação da UNESCO foi uma resposta dada aos conflitos ocorridos na Europa cujo ápice com o holocausto devastou a crença na convivência entre grupos diversos. Quando de sua criação, as problemáticas eram compostas pelas experiências de violência em vários formatos como as existentes naquele momento nos então espaços coloniais. A UNESCO encontrava-se diante da imprescindibilidade de fortalecer as nações como unidades políticas independentes a partir do princípio da soberania, porém para que as mesmas exercessem a capacidade de autonomia deveriam seguir determinados critérios. Tal contexto é considerado um momento fundamental para a compreensão das relações étnicas e raciais na contemporaneidade. Atribui-se a esse momento um sentido global da dimensão e problemática racial, isto significa que se identifica naquele momento um conjunto de conflitos marcados por relações sociais racializadas.

O historiador e teórico egípcio Samir Amin (2000) aponta que a Segunda Guerra Mundial além de marcar a história pelo genocídio de vários povos,

⁵ O Comitê tem entre outros objetivos, o de examinar as questões relativas à aplicação dos instrumentos normativos da UNESCO encomendados pelo Conselho Executivo.

especialmente os que foram marcados por alguma diferença, deixou como legado duas derrotas, a do fascismo e a do velho colonialismo; e duas vitórias, a da democracia e o êxito dos povos africanos. Esses povos, entre outros, marcados por uma diferença particular, não o eram sem uma medida central: a do homem europeu. Ao analisar a situação do continente africano e o processo de descolonização dos países africanos, Amin localiza que os conflitos advindos do processo de descolonização no pós-guerra adquiriram uma dimensão *trans-étnica*, ao manter a busca pelo fortalecimento da nação que se constitui, sobretudo com uma narrativa de um povo com uma língua e uma cultura. A derrocada do fascismo contribuiu para a consolidação da ideia de que o racismo é a decorrência de uma ideologia baseada na crença em raças biológicas.

A formação das instituições internacionais no pós-guerra mostrou a preocupação em reconstruir a Europa, sendo a educação eleita como o espaço político desta reconstrução. Inúmeros projetos foram propostos antes da formalização de uma instituição responsável por tal tarefa. Todos esses projetos tinham o objetivo de preservar as nações pela regulação por meio dos princípios da democracia, da cidadania e pautados pela garantia da educação formal. Isto não ocorreu sem discordâncias no interior das instituições, o que se pôde notar pelo vigoroso debate que ocorreu nas conferências da ONU sobre os termos a serem utilizados nos documentos normativos que deveriam orientar as ações nos Estados. O debate sobre o racismo foi intenso, no sentido de que a aplicação do termo raça se tornou alvo de disputas políticas, principalmente entre as delegações europeias, que acordavam que a UNESCO nada poderia publicar sobre raça⁶. A concepção de educação também foi objeto de discussões para ser incluída na nomenclatura da UNESCO, pois havia uma alegação de que no termo cultura subentender-se-ia a educação (MAUREL, 2013).

Em 1943 são criados os projetos: ONUREC – *Organização das Nações Unidas para a Reconstrução Educativa e Cultura* –, o ONUCEC – *Organização das Nações Unidas para a Cooperação Educativa e Cultural* – e o OIEC – *Organização Internacional para a Educação e a Cooperação Cultural*

⁶ UNESCO. *Biología de las poblaciones humanas*, Paris, 1977.

(GUIMARÃES, 2003). Estes projetos vincularam-se à proposta de estímulo à compreensão entre as nações da necessidade em estabelecer uma “cooperação intelectual” e, além disso, procuraram articular uma proposta educativa que tivesse uma aplicação em diversas nações, algo que deveria ocorrer em “termos transnacionais” (COSTA, 2006).

A constituição dos países africanos após suas lutas internas de independência e a entrada de alguns deles na UNESCO ocasionou sua modificação e composição política. O movimento de descolonização destes países pautaram outras demandas à UNESCO, na medida em que trouxeram questões relativas à sua realidade social conduzindo a modificações na própria gênese da Organização vista, então, como reguladora de um conflito bipolar entre Oriente e Ocidente (GUIMARÃES, 2003). Ao analisar os trinta primeiros anos de ação da UNESCO, a historiadora Chloé Maurel (2013) identifica que a organização inicialmente não se opõe formalmente à colonização, mas se adapta à política colonial ainda predominante em várias regiões do mundo. A partir da década de 1960, com as independências políticas em diversos contextos, a UNESCO dirige-se a elaborar programas e projetos característicos em regiões do continente africano, se restringindo basicamente a empreendimentos locais e a criação de fundos específicos. Tal proposição é implantada, sobretudo em projetos educacionais cujo objetivo ao mesmo tempo em que articula a cultura ao desenvolvimento econômico insere nas políticas locais dessas regiões diretrizes e objetivos específicos a serem alcançados na educação. Os conflitos raciais são paulatinamente inseridos nesses projetos de atuação como obstáculos a serem solucionados.

De acordo com Maio (2004), racismo e raça eram enquadradas no âmbito das “*tensões que afetam o entendimento internacional*”⁷. O que causa “tensão” deriva de um projeto aprovado na Conferência Geral de 1947⁸, cuja proposição destinava-se a investigar as causas que geravam guerras, dirigindo-se às análises dos conflitos entre nações e os povos. Basicamente o enfoque colocava-se nos

⁷ No original: “*Tensions affecting international understanding*” (MAIO, 2004).

⁸ 2ª Conferência Geral da UNESCO, realizada na Cidade do México em 1947.

modos pelos quais os estereótipos sobre alguns povos, visualizados como elementos que ocasionavam conflitos, eram formulados e veiculados. Os estudos dos *estados de tensão* tornaram-se medidas de análise de situações de potencial conflito, ou seja, os elementos existentes em um dado contexto social que poderiam vir a se caracterizar em algum tipo de enfrentamento. Segundo Louis Wirth (1949), um *estado de tensão* é identificado quando se verifica comportamentos ou atitudes que poderiam desencadear um conflito declarado (WIRTH, 1949)⁹. Esses contextos derivavam de uma preocupação central acerca da formação da nacionalidade.

Hanna Arendt (1989) afirma que as “diversas nacionalidades” tornaram-se uma problemática de governo, um inconveniente incrustado no interior dos Estados que afetava a soberania nacional. Esses grupos alocados no lugar do “outro”, do “estrangeiro” de determinada nacionalidade eleita como genuína e autêntica – da qual havia o pressuposto que pudesse ser identificada em cada país – eram entregues à Liga das Nações para a salvaguarda de seus direitos (ARENDDT, 1989, p. 305). Neste grau há uma constatação do caráter diferenciado em termos de reconhecimento e de direitos sociais que esses grupos representavam. Identificados como “minorias” eram constantemente subordinados a um direito distinto definido pelos imprecisos Tratados de Minorias que referendavam os deveres das minorias em relação aos novos Estados, lhes ofertando um abstrato conceito de cidadania. Esses Tratados de Minorias se organizavam em torno de “um método indolor e supostamente humano de assimilação” (*Op. cit.*, p. 306).

O Preâmbulo de constituição da UNESCO é elucidativo dos pilares filosóficos que informam sua ação política. A afirmação sobre os conflitos entre grupos e nações como originários da “*ignorância e do preconceito*” demonstra a crença na ideia de que a ausência de conhecimento é o motor que gera os conflitos. Na gênese de sua formação a ação da UNESCO apresentava como meta o desenvolvimento de uma ciência para o conhecimento, visando à “*superção da ignorância, do preconceito e do nacionalismo xenófobo, por meio da educação, da*

⁹ WIRTH, L. UNESCO, 1949, pp. 146-153.

cultura e da ciência” (MAIO, 2005). Por indicação da Subcomissão de Prevenção à Discriminação e Proteção de Minorias, em 1949 o ECOSOC sugeriu para a UNESCO a formulação de um programa destinado ao combate à discriminação racial. Neste programa, além do financiamento de pesquisas no âmbito da Organização, havia a indicação da criação de um comitê de especialistas em “teorias e práticas de ensino” cuja função seria estudar os elementos para formulação de uma educação “democrática e universal” (WIRTH, 1949). No interior da elaboração deste programa a UNESCO realiza um congresso sobre o “*problema das raças humanas*”, no qual, entre outras medidas adotadas, colocou-se ênfase em pesquisas teóricas sobre a temática racial, propondo-se uma ampla “campanha educacional” para divulgação dos resultados.

As diretrizes inicialmente adotadas pela UNESCO pautavam-se na execução do projeto moderno de oferecer a todas as nações as condições materiais de desenvolvimento. Fundamentalmente a concepção era de que a desigualdade socioeconômica constituía-se como grande fator de tensões sociais. O léxico que marca a noção de modernidade ocidental é caracterizado em termos políticos com a constituição do Estado-nação como um bloco unitário e homogêneo. De igual maneira, a concepção política de *Estado*, encara-o como um tipo de organização pautada em um território, em instituições específicas e na *Nação* que aciona os elementos como a cultura e demais processos de identificação. Segundo Arendt foi a “ideologia racial e não a de classes que acompanhou o desenvolvimento da comunidade das nações europeias” (ARENDRT, 1989, p. 191). Michael Banton ([1970] 2010) afirma que a “*ideia de raça*” adquire uma centralidade na formação do que viria da constituição dos futuros sistemas políticos ocidentais. Foram, portanto as ideias de classe, raça e nação que passaram a atuar na formulação de tais sistemas políticos. Segundo Banton, a ideia de nação assegurava a hipótese de que o Estado deveria ser o catalisador dos diferentes grupos, a ideia de classe forneceria uma união em torno da situação comum perante a propriedade dos meios de produção e a ideia de raça seria o recurso narrativo que possibilitaria às pessoas identificarem-se e serem identificadas como um grupo. Sendo assim, atuando de forma conjunta, raça, classe e nação articularam os sistemas políticos

ocidentais quando passaram a ser interpretados como Estado-nação (BANTON, 2010).

Stuart Hall (2011) identifica que os elementos de formação de uma nação giram em torno de “imagens, panoramas, cenários, eventos históricos, símbolos e rituais nacionais que simbolizam ou representam as experiências compartilhadas, as perdas, os triunfos e os desastres que dão sentido à nação” (HALL, 2011, p. 52). Há, ainda, os demais elementos que derivam do uso da construção narrativa da nação: a tradição, a repetição, o mito fundacional e a formação de um povo. Os estudiosos que pensam a nação desenvolveram muitas definições para o termo. Para Benedict Anderson (2008), as nações são constituições intimamente definidas por meio de dois elementos centrais: a narrativa e o tempo. As nações são construídas por meio de narrativas que atuam na prefiguração de algo que possibilita atravessar o tempo oferecendo a nacionalidade como um “produto cultural” (ANDERSON, 2008):

A ideia de um organismo sociológico atravessando cronologicamente um tempo vazio e homogêneo é uma analogia exata da ideia de nação, que também é concebida como uma comunidade sólida percorrendo constantemente a história, seja em sentido ascendente ou descendente (ANDERSON, 2008, p. 56).

Hall (2011) identifica que a formação daquilo que se denomina “cultura nacional” carrega em si múltiplos sentidos. Está diretamente vinculada a concepções e “padrões de alfabetização universais”, a extensão geral de “uma única língua vernacular como o meio dominante de comunicação em toda a nação” (HALL, 2011, p. 50). Isto permite a criação de “uma cultura homogênea e manteve instituições culturais nacionais, como, por exemplo, um sistema educacional nacional” (*Op. cit.*, p. 50).

É possível identificar a ação política da UNESCO em torno de uma determinada concepção de nação que deveria ser levada à realização do projeto moderno, visando direcionar os países membros ao fim último do progresso. Essa concepção é pautada por uma das ideias centrais da UNESCO: a da cooperação das nações. Tal proposta iluminista de cooperação traduz-se em termos como

“*compromisso*” ou “*responsabilidade*” e se refere à tarefa das nações mais desenvolvidas em auxiliar as menos desenvolvidas, nesse sentido a educação cumpriria papel fundamental.

Para assegurar a tarefa de cooperação entre as nações, o debate sobre a questão racial é inserido com a percepção de que a “intolerância” com o outro na sua diferença constituída como racial torna-se um entrave entre as relações sociais (SILVÉRIO, 1999). A UNESCO proclama a possibilidade de o racismo ser combatido por medidas normativas, ocorre, portanto, um direcionamento no sentido de apreender de forma inteligível o racismo. Tal disposição ocorre primeiramente pelo investimento na pesquisa científica sobre a categoria raça e sobre o racismo e, posteriormente, na instauração de medidas normativas para combatê-lo. Alguns destes objetivos foram contrapostos, internamente alguns intelectuais argumentavam que a UNESCO poderia combater as ações apenas no domínio da discriminação, o que neste caso, tornaria as ações normativas por meio de medidas legislativas algo limitado.

A atuação da UNESCO no direcionamento da resolução da questão racial dada em escala global inicia-se com a formulação de uma agenda antirracista e com o investimento em produzir um escopo teórico acerca da noção de raça (GUIMARÃES, 1999; MAIO, 2010; SILVÉRIO, 1999). Isto esteve atrelado à participação de diferentes intelectuais o que internamente incentivou a UNESCO ao combate às diferentes formas de racismo. Está implícito no núcleo da questão central formulada – sobre o estatuto científico da raça – se há, de fato, uma diferença moral ou intelectual entre os diferentes grupos raciais.

Há um processo desencadeante do debate concernente à concepção de raça no interior da Organização que visa “*provocar o desaparecimento do que se chama preconceito de raça*” (UNESCO, 1945). Tal empreendimento aponta uma interpretação da UNESCO de que a existência do racismo dá-se, fundamentalmente, pela crença na existência de “raças humanas”. A partir daí, ganha força a ideia de que as raças são como crenças ideológicas que poderiam ser dissipadas pela educação, tornando-se esta última a principal ação política da UNESCO.

No Preâmbulo de sua Constituição figura que “*a grande e terrível guerra que acaba de terminar não teria sido possível sem a negação dos princípios democráticos*” causados por “*preconceitos e a ignorância, pelo dogma da desigualdade dos homens e das raças*” (UNESCO, Ato Constitutivo, 1945). Termos como “*espírito*”, tendo por objetivo atingir a paz, e “*consciência*” atravessam os textos elaborados no âmbito da UNESCO e expressam a exaustiva propagação de que “*as guerras nascem no espírito dos homens*” promulgado no Ato Constitutivo mostrando a referência desta argumentação.

Em 1949, durante a quarta Sessão da Conferência Geral da UNESCO em Paris, a Organização introduz em seu Programa de Ciências Sociais o capítulo “*Estudo e disseminação de fatos científicos concernentes a questões de raça*” e elabora ações no sentido de estudar questões relativas à temática racial, divulgar os resultados, e ainda, disseminar uma “*campanha educativa*” com base nessas informações (MAIO, 1998). O ECOSOC sugeriu que a UNESCO adotasse providências estratégicas para o combate à discriminação racial.

Segundo Wirth (1949), a motivação para a elaboração de tais medidas pautava-se na necessidade de congregar os estudiosos em teoria e prática educacional para auxiliar na elaboração de princípios comuns para uma “*educação democrática*” e para “*combater qualquer espírito de intolerância ou hostilidade entre nações ou grupos*” (WIRTH, 1949, p. 146). Wirth indica ainda que o estudo de outras relações sociais em outros contextos nacionais poderia auxiliar na compreensão das relações raciais que se configuravam, então, como único fator de impedimento para relações tolerantes e harmônicas aquelas baseadas em diferenças biológicas e culturais (*Op. cit.* p. 147).

A proposta apresentada por Arthur Ramos em 1949, quando assume o Departamento de Ciências Sociais da UNESCO, recomendava o desenvolvimento de estudos sobre “*os grupos negro e índio*” que auxiliariam para a “*integração ao mundo moderno*”, tal proposta foi ao encontro das preocupações da UNESCO para a resolução de problemáticas de cunho racial. Em 1950, a UNESCO cria a subdivisão de pesquisas “*Divisão para o estudo das questões de raça*”¹⁰ no interior do Departamento de Ciências Sociais. Esse departamento constitui uma

¹⁰ “*Division pour l'étude des questions de race*” (MAUREL, 2007).

das quatro seções¹¹ que a UNESCO define para o ano de 1950 para a questão racial, baseada na produção e divulgação de dados sobre a questão racial, bem como na organização de uma campanha educacional utilizando os resultados destas pesquisas.

Quatro anos após a formalização da UNESCO, é criado um programa chamado “*La question des races*” que se fundamentou em uma série de medidas normativas e publicações¹² com a finalidade de elucidar o conceito de raça e de dirimir o racismo e seus efeitos. Para realização deste programa a UNESCO formulou um comitê com especialistas sobre “*problemas da raça*”¹³. As pesquisas realizadas são inicialmente de cunho comportamental, na busca de compreender a atitude das pessoas de diferentes grupos raciais nas relações sociais.

O debate realizado entre esses especialistas apresentou um impasse acerca da compreensão da noção de raça: se poderia ser considerada uma categoria qualificativa descritora de um agrupamento humano ou se apenas um termo alegórico, um mito. Essa se tornou uma das principais dimensões dadas ao debate. No campo da pesquisa, a consolidação da UNESCO e sua orientação de repelir qualquer noção de raça influenciariam o redimensionamento das pesquisas nas áreas das ciências humanas, evidenciando o contexto de uma nova dinâmica nas relações raciais. O primeiro artigo da Carta das Nações Unidas destaca que sua missão é “[...] *promover e estimular o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião [...]*”¹⁴. Não havia discordâncias sobre a urgência em assegurar os direitos humanos, no entanto isso impeliu um longo debate sobre a noção de humanidade e sua universalidade, alguns pontos deste debate são aprofundados a seguir.

¹¹ Organização internacional no domínio das ciências sociais; estados de tensão e compreensão internacional, colaboração internacional e questões raciais (*Bulletin*, UNESCO, 1950).

¹² As publicações foram criadas em diversos campos: histórico, demográfico, psicológico, antropológico, religioso e educacional.

¹³ “*Comité d’experts sur les problèmes de la race*” (MAUREL, 2007).

¹⁴ *La lutte pour inclure l’éducation dans la Carte des Nations Unies* (G. ARCHIBALDI, 1993).

1.1 A exaltação da humanidade e a produção do “Homem Universal”

Até o início do século XX, os estudiosos das relações humanas acreditavam que a humanidade pudesse ser dividida em agrupamentos com base em critérios bem distintos e facilmente decodificáveis¹⁵. Basicamente, tais diferenças ficariam mais simplificadas ao serem definidas por um conjunto de dados que permitissem a identificação e classificação daqueles alocados no léxico do *Homem*. Permaneceu assim no masculino e no singular durante um longo período com raras objeções. As hesitações que se instalavam entre os estudiosos do tema eram de cunho metodológico, como classificar os homens, como ordená-los, qual tipologia seria mais adequada. O debate sobre o modo de diferir e caracterizar as diferenças entre os grupos humanos tornou-se pauta de discussão entre inúmeros estudiosos em uma tipologia temporal de uma historiografia de longa duração. No entanto, as perguntas sobre a existência e a necessidade de aferir as diferenças humanas somente adquire importância posteriormente.

Os procedimentos arquitetados para assinalar e distinguir os agrupamentos humanos foram prolongados e sofisticados, sendo incorporados a termos que paulatinamente foram atraindo outras terminologias como nação, identidade, cultura, entre outros. Primeiramente, o foco se deu nas diferenças visíveis, criptografadas no corpo e, posteriormente, agregaram-se as diferenças linguísticas entre outros elementos utilizados para efetuar a categorização. É neste contexto que alguns conceitos adquiriam uma linguagem política.

Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade (Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948, Artigo 1º).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pela Assembleia das Nações Unidas em 1948, é elaborada sob a orientação da Comissão de

¹⁵ “*Nouvelle division de la terre par les différents espèces ou races qui l'habitent*” texto de François Bernier de 1684 considerado primeiro texto em que aparece uma classificação da humanidade em raças e espécies segundo critérios estéticos (BENBASSA, 2010, p. 75).

Direitos Humanos das Nações Unidas¹⁶ (CDH) cuja tarefa era definir “padrões internacionais de direitos humanos que todos os estados deviam observar” (BELLI, 2009, p. 23). O documento torna-se, portanto, um registro específico que fundamenta os conceitos gerais do princípio da igualdade e da humanidade. Por ser um documento central, atua diretamente na elaboração de instrumentos jurídicos, nacionais e internacionais onde seus princípios gerais sejam traduzidos em regulações e normas de garantia do controle concreto de suas diretrizes.

O Artigo 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos traz as noções centrais que irão se constituir como primordiais das ações da UNESCO: a igualdade das pessoas inerente ao nascimento, sua liberdade e dotação de razão e consciência. Durante um significativo período, os saberes científicos foram trabalhados a serviço de analisar as pessoas conforme critérios e graus medidos pelas noções de racionalidade e consciência. Muitos pensadores associaram a diferença natural e irreduzível de alguns grupos à equivalência da razão e da consciência em contraste aos que possuíam “porções não europeias de humanidade” (SAID, 2002, p. 314).

A UNESCO propaga a ideia da existência de um universal abstrato cujo conteúdo é materializado sob a noção de algo que pode ser aplicado a todos os seres humanos, e igualmente partilhado e reconhecido por todos. Daí se constata seu projeto central. Começa-se a se constituir, conseqüentemente, um conjunto de fatores em torno de promover um sujeito de direitos assegurado em uma “linguagem de direitos humanos” que teria por objetivo “lembrar-nos de que certos abusos são intoleráveis e de que certas desculpas para tais abusos são inaceitáveis” (BELLI, 2009, p. 19). A noção de pertencimento aparece nos textos a partir das metáforas de “*familia*”, “*grupo*” em que todos possam se reconhecer e ser reconhecidos na insígnia *humanidade*.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos se torna o documento de referência para todos os outros elaborados pelo sistema das Nações Unidas se

¹⁶ Belli (2009) aponta que a Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas tinha por objetivo o monitoramento de ações relativas aos direitos humanos. A definição de monitoramento se refere à ação de verificar a implantação pelos estados membros das Nações Unidas.

tornando o “ícone do ideário iluminista no mundo atual” (CARDOSO, 2003, p. 99). O texto contém um posicionamento em relação à questão racial, refletida como uma das preocupações centrais que passam a ser desenvolvidas na UNESCO. O pressuposto da humanidade mediante uma norma legislativa constitui-se naquele momento em conformação com os direitos fundamentais associados à noção liberal de direitos na qual todos devem ser considerados iguais perante a lei. A Declaração Universal dos Direitos Humanos atua de forma a consolidar as bases de um direito internacional (BELLI, 2009).

O documento singulariza-se por aplicar uma norma acerca da concepção universal de humanidade, visto que a noção moderna de humanidade de forma imanente conferida ao ser humano no momento do nascimento funda-se em uma temporalidade relativamente recente, pois não havia consenso sobre o caráter genérico de que todas as pessoas poderiam ser consideradas seres humanos. Tal dimensão de uma categorização universal ao *Ser Humano*, de alguma forma, tenta articular a discussão entre os campos filosóficos, religiosos e políticos ocidentais que disputavam uma conceituação sobre a categoria *Ser Humano*.

Universal é aquilo que supera os limites de cada individuo e se aplica a todos os seres da mesma espécie. Embora abstratos, os universais são objetivos, ou seja, são realidades em si mesmas e não apenas como ideias ou esquemas existentes na mente humana (CARDOSO, 2003, p. 75).

O acordo comum acerca da *natureza racional* de *todos* os seres humanos é uma construção histórica que possui margens enraizadas nos discursos ocidentais do século XVIII, designado por Arendt (1989) como o século das “nações e das raças” (ARENDR, 1989, p. 37). Reconfigurada como uma construção social, a condição contingente da noção de humano, mostra sua ascensão edificada em uma unicidade, mas que não permitiu, ao menos em um primeiro momento, a todos os grupos serem perencerem a tal dimensão humana. A ideia de humanidade apresenta, por conseguinte, uma dimensão racializada, não apenas entre aqueles não incluídos nos primeiros sentidos dados ao termo, mas antes naqueles que foram infalivelmente designados como humanos.

É com a Declaração Universal dos Direitos Humanos que se observa uma inflexão normativa a ideia de humanidade ao conferir uma universalidade atribuída ao *Ser Humano* primeiramente obliterando todas as diferenças sejam nacionais, de raça, sexo, gênero.

Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição (Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948, Preâmbulo).

É importante notar a função dada ao ensino e à educação que devem atuar de forma a propagar, no interior das nações, a universalidade da humanidade.

[...] povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforce, através do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universal e efetiva, tanto entre os povos dos próprios Estados-Membros, quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição (Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948, Preâmbulo).

O artigo 6º da Declaração Universal dos Direitos Humanos propaga o direito de todo o ser humano ser reconhecido como pessoa “todo ser humano tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a lei” (Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948, Artigo 4º). Comparato (2010) afirma que a constituição ocidental de pessoa passou por cinco fases complementares: a primeira foi de ordem religiosa sobre a condição humana e divina a partir da cristandade; a segunda ateve-se ao debate sobre a natureza da igualdade localizada a partir do período medieval; a terceira, expressa no pensamento kantiano segundo o qual haveria uma relação intrínseca entre a constituição do ser humano e a racionalidade; a quarta é relativa à transformação dos valores éticos e, por fim, a quinta fase refere-se ao pensamento existencialista.

Foi, de qualquer forma, sobre a concepção medieval de pessoa que se iniciou a elaboração do princípio da igualdade essencial de todo ser humano, não obstante a ocorrência de todas as

diferenças individuais ou grupais, de ordem biológica ou cultural. E é essa igualdade de essência de pessoa que forma o núcleo do conceito universal de direitos humanos. A expressão não é pleonástica, pois se trata de direitos comuns a toda a espécie humana, a todo homem enquanto homem, os quais, portanto, resultam da sua própria natureza, não sendo meras criações políticas (COMPARATO, 2010, p. 23).

A busca em uma concepção medieval traz em si duas problemáticas especialmente ilustrativas. A primeira é a alusão a uma temporalidade ocidental e europeia: o medievo. Termo que supõe a articulação entre localidade e tempo: o espaço europeu e uma temporalidade medieval. A segunda é a própria gênese deste contexto histórico carregada de uma construção estruturalmente hierárquica e desigual¹⁷.

A representação histórica da noção de Humano impressa na gênese da idealização teórica do pensamento ocidental concentrou-se no *homem-ocidental-branco-heterossexual-cristão* formado no interior da produção de um conhecimento local no contexto de uma Europa difusora dos saberes e de uma humanidade “imaneante”. Há, no entanto, uma compreensão de que a noção de Humano, tal como concebemos hoje, passou por um processo histórico de construção, restrição e limitação. A concepção adotada na Declaração Universal dos Direitos Humanos é influenciada pelos princípios filosóficos e políticos gestados nas revoluções francesa e americana, e pelos documentos seguidos de tais revoluções; tal concepção considera que há uma definição de humano universal marcada a partir do nascimento e sagra que “*todos os homens nascem livres e iguais*” (Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948, Artigo 1º).

O documento francês Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, da qual deriva o núcleo central da Declaração Universal dos Direitos Humanos, é considerado um marco, pois define a separação do pressuposto da autoridade divina sobre o destino do homem (ARENDR, 1989). Marca a adoção de uma concepção de humanidade atrelada a uma noção de cidadania: “*todos os cidadãos são iguais a seus olhos, são igualmente admissíveis a todas as dignidades*”

¹⁷ A sociedade feudal fundada por estamentos definidos pelo nascimento.

(Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, Artigo 6º). A declaração francesa consolidava o homem como fonte única da lei, concepção que atrelada à perspectiva equivalente de cidadania e nacionalidade, deliberava que o pertencimento a uma unidade política nacional contemplava em si a qualidade de cidadão e os direitos estabelecidos a partir de tal condição (ARENDDT, 1989). O texto faz uma distinção entre os direitos do homem, marcados pelo nascimento, e os direitos do cidadão, associados ao território e à nação francesa. Em seu artigo 1º: “*Os homens nascem e são livres e iguais em direitos. As distinções sociais só podem fundar-se na utilidade comum*” (Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, artigo 1º). Tais noções de liberdade, igualdade e fraternidade, bases da tradição republicana francesa expressa na Declaração Universal dos Direitos Humanos tornaram-se baluarte da política ocidental. A conjugação dos direitos do homem e do cidadão é expressa em um mesmo princípio de igualdade presente na Declaração Universal dos Direitos Humanos, trata-se do princípio da isonomia.

A concepção dos direitos humanos como um léxico político em sua acepção universal e irrestrita às nações é recente, pois a compreensão de respeito aos direitos humanos era de domínio particularista e local nos Estados, sendo, apenas posteriormente, tratada em âmbito transnacional (BELLI, 2009). É, portanto, por meio da Declaração Universal dos Direitos Humanos que a UNESCO tenta produzir o *Homem universal* dotado de direitos específicos.

Essas noções influenciaram o imaginário social construindo uma representação acerca daqueles que estavam distante da figuração já constituída de *Ser Humano*. Tal imaginário estava associado a uma determinada região, a uma determinada religião e a um determinado corpo. A conhecida Controvérsia de Valladolid entre Sepúlveda e Las Casas, é um exemplo sobre os termos em que se coloca a definição de humanidade¹⁸. A incerteza sobre se os indígenas da América

¹⁸ Reunidos em Valladolid entre 1550-1551, teólogos e juristas debatiam sobre como os indígenas deveriam ser tratados. No debate teológico cristão representado por Juan Ginés Sepúlveda a questão colocava-se sobre se estes “habitantes” eram ou não descendentes de Adão e Eva. Seu argumento baseava-se em proposições como “os índios são por natureza, submissos; praticam o canibalismo; sacrificam seres humanos; ignoram a religião cristã” (TODOROV, 1982, p. 183). No campo jurídico, do lado de Bartolomé de las Casas debatia-se o tipo de legitimidade que se deveria

eram de fato homens trazia na ontologia da pergunta as demais problemáticas sobre o lugar em que esses grupos deveriam ser alocados. A aliança entre esses imaginários e informações baseadas em uma produção de conhecimento a serviço de determinadas noções justificou a classificação desses “outros” povos, relegando-os a uma condição sub-humana ou mesmo não humana. Taguieff (1998) afirma que a construção da sub-humanidade forjada na ciência moderna é a contra face do humanismo moderno. A dimensão de uma noção evolutiva, sucessiva e contínua na formação do *Ser Humano* influenciou fortemente essa concepção na qual alguns povos tiveram sua humanidade limitada.

A humanidade, tal como passa a ser propagada pela UNESCO somente pôde ser apreendida em um determinado lócus de enunciação a partir do qual se constituíram gradientes de humanos e não humanos, “*a partir de esa definición, la universalidad del Humano se defiende como un modelo que supera todas las diferencias (de sexo, género, raza, nacionalidad o lengua, entre otras)*” (MIGNOLO, 2007, p. 172). Sylvia Wynter (1995) localiza o momento no qual a noção de Humanidade fundiu-se ao modelo civilizatório moderno em uma noção de homem em um modelo regional europeu, cristão e branco: uma noção renascentista de homem que se transfigura na humanidade, quanto mais semelhante a esse modelo mais humano. Winter identifica que o ano de 1492 é um marco representacional da projeção entre a humanidade e a não humanidade. Envoltos neste contexto uma “nova visão de mundo” foi produzida a partir de uma engenharia de classificação racial (WYNTER, 1995).

Segundo Hayden White (1994) a noção de “humanidade total” fundamentada em uma representação duplicada pela projeção de gregos e romanos, de um lado, e cristãos, do outro, fornece os modos de pensamento sobre a diferença entre os grupos humanos. Para os dois primeiros, a diferença é cultural e física, já para os últimos é moral e metafísica (WHITE, 1994, p. 176). O debate travado, sobretudo na teologia cristã entre os séculos XIV e XV¹⁹, sobre o

conferir a estes povos. A contenda, ao pender para las Casas, ascendeu na historiografia como a condição que oportunizou o início da importação da mão de obra africana.

¹⁹ A bula papal *Sublimis Deus* publicada em 1537 por Paulo III, outorga humanidade aos povos nativos ao afirmar que podem ser considerados ‘verdadeiramente homens’ por compreenderem a fé católica (Verbetes *Sublimis Deus* In: BENBASSA, *Dictionnaire des racismes*, 2010, p. 635).

reconhecimento dos indígenas e dos negros no gênero humano é elucidativo do modo como a noção de humanidade foi construída, mas não para todos.

Edward Said (2007) afirma que o pensamento acerca da constituição do humano tem uma base eurocêntrica construída a partir de hierarquias de classificação cuja característica principal é o embasamento em determinadas “tipologias” marcadas por uma dimensão essencializante:

[...] que faz do ‘objeto’ estudado um outro ser, em relação ao qual o sujeito que estuda é transcendente; teremos um homo sinicus, um homo arabicus (e por que não um homo aegypticus, etc.) um homo africanus, sendo o homem – o “homem normal”, bem entendido – o homem europeu do período histórico, isto é, desde a antiguidade grega (SAID, 2007, p. 147).

Isso permitiu ao autor identificar que:

Um homem oriental era primeiro um oriental, e só em segundo lugar um homem. Essa tipificação radical era naturalmente reforçada pelas ciências (ou discursos, como prefiro chamá-los) que adotavam uma direção para baixo e para trás rumo à categoria das espécies, que também devia ser uma explicação ontológica para cada membro das espécies (*Op. cit.*, p. 312).

Franz Fanon (1925-1961), considerado figura chave naquilo que veio a ser denominado pensamento pós-colonial, identifica que a concepção de humano universal cristalizada pelo iluminismo e a ideia de se estabelecer uma noção de diferença entre “inferiores” e “superiores” instituíram a base concreta de elaboração da colonização (FANON, 2008). Os discursos religiosos e filosóficos atuaram em conjunto para definir a humanidade em determinados padrões e hierarquizações. Para Fanon, isso permitiu que o colonialismo empreendesse um conjunto de discursos no qual a medida do Homem e, conseqüentemente, de sua humanidade, pudesse ser quantificada por meio de seus caracteres físicos vistos por um olhar racializado.

Fanon reconhece a impossibilidade desta noção de humano ocidental ser atribuída ao homem negro. Há um processo cognitivo de representação no qual o

“Outro” é pré-codificado na linguagem e na percepção. Essa passagem sugere o modo pelo qual a categoria *humano* se constitui com elementos limitados, mas é projetada de modo universal, embora o espaço destinado ao humano tenha sido durante muito tempo restrito pelas marcas da racialização e da etnização, o que Fanon chamou de uma “desumanização organizada racionalmente” (FANON, 2008, p. 190).

Gilroy afirma que a constituição histórica do humano passou ao largo das análises sobre o fato de que “o humano e o infra-humano emergiram juntos, e a raça era a linha entre elas” (GILROY, 2007, p. 67). Para Gilroy o debate sobre a humanidade dos negros foi fundamental na episteme moderna.

Ao final da Segunda Guerra Mundial, as condições que foram até então objeto de medidas de superioridade e inferioridade projetaram o foco de ação da UNESCO para sua recusa e, em contrapartida, o direcionamento da promoção da humanidade. Logo, a UNESCO acolhe a condição racial como objeto na luta para a promoção e valorização da humanidade. A partir do pós-guerra, essa concepção se internacionaliza e a UNESCO se consolida e se dedica a fortalecer os direitos humanos.

É possível compreender o modo de aplicação de noções como “evolução” e “desenvolvimento” para se referir à humanidade: “*Todos os povos do mundo estão dotados das mesmas faculdades que lhes permitem alcançar a plenitude do desenvolvimento intelectual, técnico, social, econômico, cultural e político*” (Declaração sobre Raça e os Preconceitos Raciais, 1978, Artigo 1º). A expressão “desenvolvimento intelectual” esteve atrelada à ideia de razão.

Para Achile Mbembe,

[...] no pensamento iluminista, a humanidade se define pela posse de uma identidade genérica que é universal em sua essência, e da qual derivam direitos e valores que podem ser partilhados por todos. Uma natureza comum une todos os seres humanos. Ela é idêntica em cada um deles, porque a razão está em seu centro. O exercício da razão leva não apenas à liberdade e à autonomia, mas também à habilidade de guiar a vida individual de acordo com princípios morais e com a ideia do bem. Fora deste círculo, não há lugar para uma política do universal (MBEMBE, 2001, p. 177).

Essa utilização de um tempo contínuo e sucessivo formulou a base da compreensão da ação histórica da noção de humanidade. Este debate é propagado por seu objetivo de universalidade e internacionalidade ao compor os direitos humanos na pauta do direito internacional. A continuidade da luta pelos direitos humanos permanece na obra de autores contemporâneos, que contém o projeto de realização das aspirações iluministas modernas a partir do qual a Europa deveria difundir a noção de direitos humanos baseada em uma “cultura política comum” como elaborada por Jürgen Habermas (COSTA, 2006). Aqui a educação atua de forma a possibilitar o inteligível, como a possibilidade de construção de um modelo que possibilitaria às pessoas o acesso à democracia, ao desenvolvimento, notadamente europeus, e à construção de uma “ética mínima” (COSTA, 2006).

A perspectiva da humanidade indivisível vinculada a uma dimensão universalista da UNESCO é intensamente criticada por algumas linhas teóricas. A existência do racismo e do sexismo se tornaram obstáculos para a consolidação da fórmula universalista de uma humanidade que atuou desconsiderando uma imensa parcela de pessoas. Esse movimento inspirou para o direcionamento de que a produção do humano adquirisse certa sinuosidade, pois ainda que mantivesse uma “essência”, passa a incorporar aqueles elementos antes negados, os quais passam são visualizados, a partir de então, como variações da diversidade que caracteriza a unidade humana.

1.2 A afirmação da diversidade como um direito humano

Todos os povos têm o direito de ser diferentes, de se considerarem diferentes e de serem considerados como tais. Sem embargo, a diversidade das formas de vida e o direito à diferença não podem em nenhum caso servir de pretexto aos preconceitos raciais; não podem legitimar nem um direito nem uma ação ou prática discriminatória, ou ainda não podem fundar a política do apartheid que constitui a mais extrema forma do racismo (Declaração sobre Raça e os Preconceitos Raciais, 1978, Artigo1°).

A adoção da ideia de que a diversidade de povos constitui o “*patrimônio da humanidade*” se torna um dos pilares de orientação da UNESCO. Há, portanto,

uma mudança de orientação nos discursos da UNESCO: distinções como raça, sexo, gênero que, inicialmente, significantes que obliteram a concepção universal de humanidade, posteriormente, passam a ser consideradas como pertencentes à diversidade humana. Dito de outra maneira, a referência à concepção de que os elementos distintivos, que antes fracionavam os grupos em porções distintas de humanidade, passam a constituí-la de modo integral na rubrica da *diversidade* que adquire relevância como um valor humano. Essas distinções passam a ser derivadas da humanidade.

Maurel (2010) identifica que a UNESCO passa a incorporar uma noção de valorização dos particularismos, vistos como culturais, a partir da metade dos anos 1970, e termos como “*conhecer*” para “*preservar*” ganham força no discurso da Organização e nos projetos por ela impulsionados.

Comparato (2010) resume a pauta que a UNESCO passa a adotar:

O pecado capital contra a dignidade humana consiste, justamente, em considerar e tratar o outro – um indivíduo, uma classe social, um povo – como um ser inferior, sob pretexto da diferença de etnia, gênero, costumes ou fortuna patrimonial. Algumas diferenças humanas, aliás, não são deficiências, mas bem ao contrário, fontes de valores positivos, e como tal, devem ser protegidas e estimuladas (COMPARATO, 2010, p. 241).

Em consonância com seu segundo artigo da Declaração Universal dos Direitos Humanos declara:

Todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação (Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948, Artigo 2º).

Alastra-se a partir de então uma concepção múltipla do humano. A UNESCO se posiciona para o argumento de que as distinções culturais, físicas, religiosas, entre outras, são manifestações da pluralidade que constitui a humanidade. O “direito à diferença” refere-se ao reconhecimento de cada elemento passa a ser cunhado como um aspecto cultural, assim como expresso na *Convenção Internacional sobre Eliminação de Todas as Formas de*

Discriminação Racial de 1965. Ou seja, o que nos diferencia compõe é colocado no lugar da diversidade como variações culturais²⁰. A concepção de diferentes culturas retorna, contemporaneamente, na noção de multiculturalismo que passa a incorporar princípios de reconhecimento, preservação, divulgação e “diálogo de culturas” permanecendo em seu objetivo de construir uma “cultura da paz”.

A UNESCO, ao proclamar a humanidade sem distinção de quaisquer diferenças, extrai a pluralidade da humanidade, consagrando-a como uma. Posteriormente, o desafio é de ao mesmo tempo manter o caráter único da humanidade sem obliterar sua condição plural. A diversidade, outrora retirada da humanidade, é retomada como um valor a ser preservado, alicerçado no discurso de um relativismo cultural. Os condicionantes de raça, sexo, língua e religião, antes constituintes de porções de humanidade, passam a ser adotadas como elementos integrais a serem considerados e preservados. Há, por conseguinte, uma positivação do diverso, pautando, assim, um “novo universalismo baseado na diferença e na diversidade” (MATTELARD, 2005). A UNESCO deparou-se inicialmente com uma contenda, pensar a igualdade como princípio básico da democracia e a diversidade utilizada historicamente em diferentes contextos nacionais como elemento de obstrução da igualdade. Articular tal dimensão à garantia política de fortalecer a democracia e a soberania dos Estados torna-se a questão fundamental da UNESCO. A resolução é dada no reconhecimento do valor da diversidade.

Após a Declaração Universal dos Direitos Humanos, várias publicações são elaboradas e divulgadas de forma massiva. No texto da *Declaração sobre Raça e os Preconceitos Raciais* de 1978 aparece uma modificação na concepção da UNESCO. O que anteriormente distinguiria os agrupamentos humanos se traduz no reconhecimento de que tais distinções são um direito no léxico da humanidade:

Todos os seres humanos pertencem à mesma espécie e têm a mesma origem. Nasceram iguais em dignidade e direitos e todos

²⁰ Ver: RODRIGUES, T. C. ABRAMOWICZ, A. O debate contemporâneo sobre a diversidade e a diferença nas políticas e pesquisas em educação. *Revista Educação e Pesquisa*: São Paulo, v. 39, n. 1, jan/mar. 2013, pp. 15-29.

formam parte integrante da humanidade. Todos os indivíduos e os grupos têm o direito de serem diferentes, a se considerar e serem considerados como tais. Sem embargo, a diversidade das formas de vida e o direito à diferença não podem em nenhum caso servir de pretexto aos preconceitos raciais; não podem legitimar nem um direito nem uma ação ou prática discriminatória, ou ainda não podem fundar a política do apartheid que constitui a mais extrema forma do racismo (Declaração sobre a raça e os preconceitos raciais, 1978, Art. 1º § 2).

No interior dessa mudança a educação ocupa um papel estratégico de combate ao racismo, sendo tomada, igualmente, como um direito de toda a humanidade ter uma educação que contemple a diferença, direcionada para o ensino da “unidade e diversidade humana” (UNESCO, 1978).

O Estado, conforme seus princípios e procedimentos constitucionais, assim como todas as autoridades competentes e todo o corpo docente, têm a responsabilidade de fazer com que os recursos educacionais de todos os países sejam utilizados para combater o racismo, em particular fazendo com que os programas e os livros incluam noções científicas e éticas sobre a unidade e a diversidade humana e estejam isentos de distinções odiosas sobre qualquer povo; assegurando assim, a formação pessoal docente afim; colocando a disposição os recursos do sistema escolar a disposição de todos os grupos de povos sem restrição ou discriminação alguma de caráter racial e tomando as medidas adequadas para remediar as restrições impostas a determinados grupos raciais ou étnicos no que diz respeito ao nível educacional e ao nível de vida e com o fim de evitar em particular que sejam transmitidas às crianças (Declaração sobre a raça e os preconceitos raciais, 1978, Art. 5).

A UNESCO toma como princípio fundamental “eliminar a praga do racismo e pôr fim às suas manifestações odiosas em todos os sectores da vida social e política no marco nacional e internacional” (Conferência Geral da UNESCO, 1978). O documento é seguido da Carta das Nações Unidas (1945) onde raça consta como uma distinção que não pode ser considerada como impeditivo para os propósitos expressos na ONU.

A proposição conceitual em torno da noção de cultura na trajetória da UNESCO também se altera no período entre guerras, duas concepções se

alternam, pois há uma ideia universalista de cultura como expressão da totalidade, e outra comunitarista, na qual as culturas são distintas (MAUREL, 2005). Para Maurel as definições comunitarista e universalista de cultura são redimensionadas na projeção da UNESCO da existência de fronteira cultural, entre o Oriente e o Ocidente. Com isso, a UNESCO pretende equacionar tal distinção²¹, propondo que as culturas por serem distintas deveriam manter-se afastadas, de modo a salvaguardar sua distinção particular, em razão de que os conflitos de ordem cultural se dariam na esfera do desconhecimento entre as culturas. Aqui a noção de “*diálogo de culturas*” na qual os propósitos de assegurar a “*unidade na diversidade*” e “*construir uma consciência de unidade da espécie humana em sua diversidade*” institui o investimento central da Organização. A ampliação da noção moderna de cidadania é retomada para a noção de reconhecimento da especificidade cultural dos grupos: o sujeito de direitos é inventado por um contexto e um conjunto de elementos normativos que passam a garantir a diferença individual como um direito. A preocupação da UNESCO em empreender uma “cultura mundial única” permanece nestas interpretações, de modo que as fronteiras entre as culturas seriam um entrave para o desenvolvimento humano e para a paz, neste sentido a investidura em pesquisas se torna o pilar de ação da organização (MAUREL, 2007).

De acordo com Stoczkowicz (1999), o investimento em pesquisas que desacreditassem a existência das raças se tornou o pilar de sustentação da construção da semântica do “Homem Universal” da UNESCO. O autor vai identificar que o conjunto de estudos antes consagrados a estudar as distinções raciais, substancialmente, tornar-se-ia obsoleto, tendendo a se transformar em exames sobre as similitudes entre os homens, aquilo que os caracterizaria como membros do universal. Em sentido próprio, fazia-se crer que o estudo sobre raças era um equívoco epistemológico, visto que elas não existiam, mas os esforços se concentravam nos estudos sobre as ações dos homens naquilo que os iguala e não os diferencia. Percebe-se claramente o esforço em dissipar aquilo que fundamentou as atrocidades da Segunda Guerra Mundial, sobretudo as diversas justificativas das diferenças humanas. Identificar diferenças tornou-se um erro, o

²¹ “*Projet majeur pour l’appréciation mutuelle des valeur culturels entre l’Orient et l’Occident*”1957-1966 (MAUREL, 2005).

que se consagraria como algo de fato relevante eram os encontros que permitissem “alargar ao máximo as fronteiras da humanidade” (STOCZKOWICZ, 1999, p. 44).

Todos os esforços no campo do conhecimento caminham em paralelo com as ações da UNESCO na tentativa de incluir os que habitaram historicamente à margem da concepção de humanidade. A produção do “Homem Universal” da UNESCO foi uma sistemática tentativa de alargar a concepção universal de humano. Piovesan (2000) afirma que a Declaração Universal dos Direitos Humanos significou a reconstrução dos direitos rompidos com os acontecimentos da Segunda Guerra Mundial. Tal instituição permitiu, ainda, além do reconhecimento dos sujeitos em sua especificidade (crianças, negros, mulheres), a internacionalização de uma concepção de direitos humanos.

O valor ético e político (em vários sentidos, também jurídico) da Declaração Universal dos Direitos Humanos viria a adquirir importância progressiva na política internacional, influenciando o conteúdo de convenções, tratados, protocolos e declarações nos mais diferentes domínios da diplomacia multilateral (SILVA, 2008, p. 33).

O discurso dos direitos humanos torna-se o epicentro político das ações da UNESCO na medida em que possibilita que aqueles retirados da noção de humano pudessem ser reconhecidos como tais sem abolir as diferenças que os constituem. Esse discurso se consolida na contemporaneidade de forma incontestável. Ao priorizar o indivíduo, no entanto, muitas vezes há um desconhecimento dos meios pelos quais a noção de humanidade é uma construção histórica e social que para se afirmar excluiu alguns povos. A UNESCO busca materializar o universal pela ideia de pertencimento à humanidade. Há um investimento maciço nessa ideia, a Declaração Universal dos Direitos Humanos foi promovida por meio de exposições, conferências, textos informativos, filmes entre outras medidas de popularização dos princípios expressos no documento.

Salientada sobre o campo da proteção aos direitos humanos, a UNESCO se formaliza em concordância entre as nações que, se governadas sob a égide de uma mesma matriz idealizadora, extinguiriam seus conflitos, entre eles, especialmente,

os de origem racial. Tal proposição congregar-se-ia em uma “cultura mundial única” um meio de organização do pensamento e da ação direcionada para a harmonia e a paz (MAUREL, 2005). Neste sentido é que a política colocada em prática pela UNESCO no âmbito do antirracismo ocorreu inicialmente por meio da negação do racismo como uma ideia falsa por meio da afirmação dos direitos humanos.

Brah (2010) constata que

Hoy está ampliamente aceptado que la invención del «hombre europeo» como sujeto universal del pensamiento social y político occidental fue realizada definiéndolo frente a una plétora de «Otros» —mujeres, gays y lesbianas, «indígenas», «gente de color», «clases populares» y demás. (BRAH, 2010, p. 247).

As concepções internas a ONU e a UNESCO mostram a proposta de reconstruir um mundo pautado nos direitos humanos. Essa reconstrução esteve envolta em princípios que deveriam ser garantidos por meio da adoção de políticas nos Estados nacionais. No cerne das problemáticas levantadas, ascende a questão racial antes pautada como elemento de definição da humanidade. O presente capítulo buscou delinear o modo pelo qual, em torno desses esforços, a UNESCO passou a centralizar suas ações, se constituindo como um espaço regulador e difusor da questão racial. As propostas de regulação se constituem no procedimento em que a UNESCO toma para si a condução do debate inicialmente produzindo a concepção de “*Homem Universal*” potencializada pela publicação da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Mesmo atuando de forma inexorável para a consolidação da concepção universal e diversa de humano ela passa a ser pressionada pelas críticas crescentes elaboradas por países africanos e asiáticos que ingressavam na ONU e pelos efeitos do Movimento pelos Direitos Civis dos negros norte-americanos. Tais críticas direcionaram as ações da UNESCO para o pensamento sobre a questão racial, conduzindo-as a proposições que assumiram uma proporção mundial na qual as temáticas de combate ao racismo e as diversas formas de discriminação racial se tornaram centrais na agenda da UNESCO. São precisamente essas proposições e os argumentos que delas derivaram o objeto de discussão do próximo capítulo.

Capítulo 2

Proposições em torno de uma questão racial

Um dos principais instrumentos no combate ao racismo adotado pela UNESCO referiu-se à produção de pesquisas cujo objetivo específico enfatizava a definição dos conceitos e termos relativos às relações étnicas e raciais. As campanhas com foco na educação se tornaram prioridade e abriram caminho para que se construísse um campo de saberes sobre a questão racial. Estes saberes foram direcionados para questionamentos sobre o modo pelo qual o racismo se manifesta, com objetivo de romper com a ideia de que as capacidades intelectuais fossem hereditárias, mas adquiridas culturalmente. É em torno deste contexto que o modo como o tema ascende junto à UNESCO e o direcionamento para o debate sobre a linguagem a ser adotada convertem-se em resolução para a questão racial.

Eric Fassin e Didier Fassin (2009) adotam o termo *questão racial* para se referir a conflitos atravessados especificamente por uma dimensão racial. Esses conflitos são analisados a partir da concepção de que sociedades estruturadas por processos de racialização adquirem uma determinada regulação informada pela dimensão racial. Sociedades racializadas são aquelas que apresentam a dimensão racial não como um dado circunstancial, mas que a exhibe inscrita em sua própria formação de modo tal que se alia a um conjunto de categorias mobilizadas para identificação e hierarquização entre grupos sociais. O alcance da racialização situa-se de modo tão inexorável em nossas vivências e experiências cotidianas que perceber sua presença requer um exame atento e constante. Sua abrangência atravessa as representações atuando junto a formas de pensamento que orientam práticas e representações contemporâneas.

A ideia de que todas as pessoas são pertencentes ao gênero humano, ou seja, compõem a humanidade é como vimos o discurso mais inflamado da UNESCO. Promover a ascensão e consolidação da noção de humanidade seria o mesmo que afirmar a igualdade de todas as pessoas, não existindo, portanto, qualquer diferença que poderia impedir o pertencimento de todas as pessoas à

categoria universal de humanidade: “*Todos os seres humanos pertencem à mesma espécie e têm a mesma origem. Nascem iguais em dignidade e direitos e todos formam parte integrante da humanidade*” (Declaração sobre Raça e os Preconceitos Raciais, 1978, Artigo 1º).

A noção do pertencimento de todos os homens que constituiria a igualdade entre eles é o pilar de sustentação dos documentos da UNESCO para a resolução da questão racial. Logo, não existindo raça não haveria de igual maneira a diferença racial, de modo que o racismo não teria justificativa científica ficando somente no campo da ideologia e, como tal, passível de ser extirpado pela educação. Como resultado da Conferência Geral de 1949, a UNESCO empreende uma ação científica para oferecer uma recapitulação de “dados científicos concernentes às questões de raça”²². Nesta Conferência é aprovado um conjunto de medidas com objetivo de estabelecer uma rede propagandística e a elaboração de uma campanha educacional para difundir os dados das pesquisas. Para construir essa campanha torna-se consenso que os termos que faziam parte do empreendimento deveriam ser definidos.

A equação proposta pela UNESCO de que ao abolir o termo raça e tudo o que a ela se referisse aboliria, assim, o racismo e suas variantes, não atingiu os objetivos iniciais. Mesmo sua concepção biológica “não existente” sendo fortemente propagada, diferentes formas de racismo não apenas persistiam, como se transformavam, do mesmo modo que os discursos acerca da raça também se modificavam. A ideia de raça consolidada no imaginário social e utilizada como categoria de explicação apresenta na formação moderna, atrelada ao contexto colonial, um caráter normativo. Esta definição iniciada nos debates propostos pela UNESCO está envolta na disputa do século XVIII e XIX onde foram forjados os discursos que acionam a categorização de raça atrelada à biologia e posteriormente, à cultura, ou seja, a relação imbricada de elementos diversos na concepção moderna de raça. Procura-se, neste capítulo, delinear uma síntese das ideias originadas das disputas teóricas sobre o cânone e que sustentaram as proposições da UNESCO, convertendo-se em diversas declarações científicas

²² No original : “*Données scientifiques concernant les questions de race*” (UNESCO, 1949).

sobre o tema. O enfoque recai nos modos como os questionamentos teóricos em torno das diferenças humanas foram transpostos no discurso institucional da UNESCO. As diferenças entre os temas nos informam sobre os termos em que o debate é empregado no interior dos campos científicos que se ocuparam do tema.

2.1 As ações da UNESCO diante da influência de uma concepção moderna de raça

O primeiro enfrentamento com o qual a UNESCO se depara ao iniciar o debate sobre a questão da raça e do racismo é o de identificar qual código ontológico de raça deveria operar na instituição. Com objetivo de “[...] *provocar o desaparecimento do que se chama preconceito de raça*”, a pergunta filosófica sobre a ontologia do conceito continha o propósito de encontrar e estabelecer se existia e qual era a natureza da raça. A princípio, isso se resolveria com uma equação simples: existe racismo porque existe a *ideia* de raça logo, ao desvendar a *ideia* ou, posteriormente, mais propriamente a falácia da *ideia de raça*, se extinguiria o racismo. Os termos equivalentes à nomenclatura de origem grega da palavra *ideia* fazem referência a alguma “imagem visual” captada por meio de uma impressão da realidade. Tal definição é esclarecedora da proposta da UNESCO, se a concepção de ideia é associada a noções de imagem, opinião, fantasia, imaginação, estes são processos passíveis de serem desvelados. Ou seja, é possível descortinar os elementos que produzema ideia de raça. Esta é uma das concepções dadas à raça como ideia. Por extensão, raça, como elemento central do racismo, é interpretada como ideologia.

Nos séculos XVIII e XIX os debates sobre raça incluíram duas funções historicamente constituídas ao termo: no século XVIII denotava a concepção de linhagem, um modo de caracterizar um grupo; já no século XIX, passou a se referir a uma identificação de povo, tornando-se um conceito chave na construção da ideia de Estado-nação. Nos debates produzidos sob a chancela da UNESCO estes sentidos conferidos a raça foram exaustivamente debatidos e os documentos elaborados subsequentemente apontam que o debate esteve envolto nos

significados produzidos nos séculos XVIII e XIX, nos discursos que acionam a categorização racial atrelada a concepções biológicas e posteriormente, a concepções culturais.

Como já afirmamos a entrada definitiva da temática racial na agenda política da UNESCO é consolidada por meio da ação dos países em processo de descolonização. Em 1949, instala-se na ONU um grupo de países descrito como “afro-asiático”. Em 1955 a Conferência de Bandung reuniu 29 delegados de nações asiáticas e africanas para a elaboração de um documento com medidas para a luta contra o colonialismo, racismo e neocolonialismo. Essa correlação entre colonização e a constituição de uma “questão racial” é fundamental no interior desse processo.

É possível e imperativo desdobrar a questão da colonização em sua relação com a modernidade, já que ambas, são partes de um mesmo processo no qual a categoria raça atuou como conceito organizador das relações sociais no espaço moderno e colonial. Isso permite identificar o ponto de referência a partir do qual a categoria raça adquire uma centralidade como formas de caracterização e hierarquização fundamentalmente modernas. A história da noção moderna do conceito está atrelada ao escravismo moderno (NDIAYE, 2008). Embora a maior parte das autoras e autores dedicados ao tema acorde acerca de uma cronologia segundo a qual o século XIX é o momento no qual a categorização política de base racial emerge como um modo de arranjo de diferentes formações nacionais, algumas linhas teóricas passam a sugerir uma inflexão no tempo e no espaço utilizado para se referir à modernidade, deslocando este momento para o “*descobrimento das Américas*” e o “*encontro colonial*” europeu com o “*novo mundo*”.

Tvzetan Todorov (1982) afirma que “toda a história da descoberta da América, primeiro episódio da conquista, é marcada por esta ambiguidade: a alteridade humana é simultaneamente revelada e recusada” (TODOROV, 1982, p. 57). Este trecho traduz o esforço de sua obra “*A conquista da América: a questão do outro*”, cujo objetivo é traçar esse movimento que possibilitou o encontro com esse “outro”. “*Descobrimento*”, “*encontro*” e “*novo mundo*” compõem as

narrativas empregadas para se referir ao espaço e ao tempo da modernidade. A suposição de espaço deriva de uma crítica à concepção de espacialidade relacionada aos limites de uma delimitação territorial de mundo a partir da Europa, e a temporalidade se refere aos acontecimentos históricos que deslocam o momento moderno como o escravismo e a colonização.

Na contemporaneidade, as leituras sobre a questão racial atestam que a correlação entre raça e racismo na maneira como a categorização racial emerge como produto do colonialismo possuem enunciação na concepção da modernidade como a junção de um espaço e tempo próprios. Nesse sentido, compreender as relações raciais contemporâneas demanda direcionar o olhar sobre os sentidos que a modernidade imprime no seu tempo e os modos pelos quais o que se faz contemporâneo é, em algumas perspectivas, denominado de pós-modernidade. A categorização racial se alimenta de narrativas constituídas por distintos processos históricos política e culturalmente orientados para a exaltação da diferenciação, por seu caráter contingente variam conforme o local, o tempo e a conjuntura.

Afirmar que a modernidade concebida como projeto político é constituída desde sempre em uma dimensão racial, requer imprimir uma inflexão nos modos de compreensão de tal projeto político. A promessa de que com o progresso trazido pela modernização, os conflitos de cunho racial se extinguiriam não apenas não se realizou como nos exigiu compreender que a modernidade protagonizou e propagou estes conflitos raciais. Alguns estudos contemporâneos acordam em torno dessa premissa, auxiliando a constituição de um campo analítico que se dirige às mudanças que a classificação racial adquiriu ao longo do tempo, mas, sobretudo aos modos pelos quais ela foi utilizada em diferentes momentos para justificar acontecimentos eminentemente modernos. Assim, é possível colocar em relevo e compreender a semelhança intrínseca entre a estrutura racial da modernidade e sua ostensiva prática contemporânea.

Para Anne McClintock (2010), as categorizações utilizadas na modernidade atuam de forma articulada, em ligação a outras, estabelecendo uma interdependência instável e histórica. A referência dada à modernidade se constitui como uma menção a um significado daquilo aferido como global

(MEZZADRA, 2006). Anibal Quijano (2005) afirma que raça se constituiu na primeira categoria social da modernidade e, associada ao tipo de configuração dada ao capital, operou na constituição do que se denominou moderno. Bhabha (2007) argumenta que a modernidade pensada como temporalidade que armazenava em si o *começo*, somente poderia ser pensada no “*espaço-colonial*”, um lugar “vazio”, a partir do qual se iniciaria uma história (BHABHA, 2007, p. 339).

Naquele momento, a ideia de raça foi difundida como uma categoria taxonômica a partir da qual a classificação dos grupos humanos e das relações de poder entre eles foi efetivada por meio da definição do pertencimento a um grupo racial. Essa noção teria se desenvolvido inicialmente na invenção da “*América*”, primeiramente na transformação dos grupos étnicos nativos em “*índios*” e, posteriormente, na definição dos diversos grupos étnicos africanos em “*pretos*” colocando-os a partir de então, em um lugar racializado, por meio de um *discurso colonial* que *produz* o Outro, o qual passou a ser um colonizado. É nesse lugar “vazio” a ser construído que raça operou como uma categoria classificadora e hierarquizadora desse espaço, ocorrendo, portanto, a construção de um conjunto epistemológico que construiu um lugar racial para o “preto”, o “índio” e o “branco”.

No caso de negros e indígenas, o processo de transformação/conversão dos anteriormente identificados por bantus, haussás, malês, iorubás, tupinambás, aymarás, baniwa entre outros, obedece a uma lógica na qual estes grupos foram colonizados e conseqüentemente estereotipados, agrupados nas concepções racializadas de “pretos” e “índios” (MIGNOLO, 2008). Os vocábulos “*preto*” e “*índio*” compuseram as diferenças raciais em um processo que construiu estes grupos em coletividades determinadas. Isto é particularmente importante, pois a nomeação é um exercício de poder, dar um nome “equivale a tomar posse” (TODOROV, 1982, p. 31). Sob tal aspecto, apenas considerando estas dimensões como um processo histórico, é possível compreender de que maneira esses termos adquirem diferentes significados em um dado contexto. Essa dimensão auxilia a compreensão processual na qual estes grupos foram identificados como opostos a

uma determinada medida de semelhança de modo que puderam ser representados tão somente por uma linguagem de etnicidade em um contexto racializado. Esse intrincado conjunto de classificação partiu de um eixo comum: o da distinção a partir de marcadores abstratos “*los significante/s específico/s – color, fisonomía, religión, cultura, etc. – al rededor de los cuales se constituyen estos diferentes racismos*” (BRAH, 2011, p. 216). São esses marcadores que possibilitam uma linguagem corporificada. Estes marcadores operaram simultaneamente com determinados significados historicamente articulados, o que contemporaneamente constituem sentidos diversos. É na junção entre linguagem e corpo que estes elementos adquirem sentido e se materializam nas relações sociais.

Essa classificação racial forjou esses grupos em uma categorização da *colonialidade*, a partir da qual são movidos elementos que desenvolvem processos de subjetivação.

Consolidou-se assim, juntamente com essa ideia, outro dos núcleos principais da colonialidade/modernidade eurocêntrica: uma concepção de humanidade segundo a qual a população do mundo se diferenciava em inferiores e superiores, irracionais e racionais, primitivos e civilizados, tradicionais e modernos (QUIJANO, 2010, p. 86).

Houve, portanto, um conjunto de discursos religiosos, morais e científicos que atuaram de forma conjunta produzindo a categorização racial utilizada como argumento para o processo de racialização iniciado na modernidade com o escravismo e o colonialismo. A racialização destes povos foi exercida como justificativa do escravismo e do colonialismo, além de sedimentarem a modernidade. Eminentemente pensadores da modernidade representaram em suas produções as ideias sobre raça, especialmente as noções de inferioridade relativa aos povos não europeus.

Emmanuelle Saada (2009) argumenta que o império colonial moderno empreendeu uma novidade no modo de execução e utilização do racismo do qual sobressaiu a racialização pela diferença física, pela exclusão e pela especificidade das práticas discriminatórias (SAADA, 2009). Anderson (2008) afirma que o

nacionalismo nos mundos coloniais é fundamentado por três artefatos culturais: o censo, o mapa e o museu. Atuando em conjunto esses artefatos “moldaram profundamente a maneira pela qual o Estado colonial imaginava o seu domínio – a natureza dos seres humanos por eles governados, a geografia do seu território e a legitimidade do seu passado” (ANDERSON, 2008, p. 227). O censo constituiu-se em uma forma de quantificação das classificações étnico-raciais, tornando-se a inovação em relação à taxonomia racial nos anos 1870 (ANDERSON, 2008). O mapa delimitou os territórios, forjando pertencimentos e o museu ao mesmo tempo em que mantinha as memórias, as (re) produzia em um relato de modo infundável (ANDERSON, 2008). No caso do museu sua função de repositório de encenação da narrativa colonial mantém-se na contemporaneidade como repertório que ao mesmo tempo em que repete determinada narrativa a produz.

Said (2007) destaca as maneiras pelas quais alguns teóricos que pensaram a questão racial estabeleceram ligações com o momento histórico no qual produziram suas obras:

[...] os filósofos conduzirão suas discussões sobre Locke, Hume e o empirismo sem jamais levar em conta que há uma conexão explícita nesses escritores clássicos entre suas doutrinas “filosóficas” e a teoria racial, as justificações da escravidão ou os argumentos para a exploração colonial (SAID, 2007, pp. 41-42).

Identificar o modo pelo qual alguns desses pensadores incluíram em suas teses articulações em relação à dimensão racial da forma como foram forjadas, permite-nos apontar a existência de um tipo de silenciamento que explicita o lugar de onde falam esses pensadores. Análises que desconsideram tais articulações mantêm muitos dos pressupostos que ressoam contemporaneamente no pensamento social, na medida em que muitas obras continuam sendo utilizadas e pouco questionadas sobre a função estratégica de tal silenciamento. Textos onde aparecem representações formuladas em termos como “incapazes”, “inferiores”, “naturalmente inferiores”, medidas de “menos” ou “mais desenvolvidos” são ainda pouco identificadas em suas funções políticas na continuidade de tais representações. Além disso, o modo como essas obras são epistemologicamente

construídas e permanecem intocadas como “clássicos” entre as teorias que pensam o social atua como perpetuação de tais representações. É neste contexto que muitas dessas obras propagam uma noção de modernidade agrupada a noções de futuro, previsão e destino, mesmo que não para todos.

Esse conjunto de elementos discursivos constituiu a base de sustentação do racismo moderno. Pap Ndiaye (2008) argumenta que a diferença racial não é uma construção anterior à modernidade, mas contrariamente é constitutiva da racionalidade moderna. A partir desse contexto passa a operar um movimento em escala global a partir do qual novos cenários se constituem destacando as relações sociais racializadas. Há, portanto, a argumentação de que a matriz da modernidade é racial de modo que “a partir daí, a ideia de raça, o produto mental original e específico da conquista e colonização da América, foi imposta como o critério e o mecanismo social fundamental de classificação social básica e universal de todos os membros de nossa espécie” (QUIJANO, 2005, p. 55).

Quando o advento do que se convencionou nomear modernidade efetivou-se, a produção de saberes foi incorporada a uma visão binária das relações, o que fundamentou a modernidade em uma sucessão de díades analíticas e lineares: primitivo/moderno, inferior/superior, civilização/incivilizado. Robert Young (2005) argumenta a maneira pela qual a teoria racial foi legitimada no período moderno associada à produção de conhecimento acadêmico.

O fato brutal, que ainda hoje não foi encarado, é que o racismo moderno foi uma invenção acadêmica. Estamos às voltas aqui com o predomínio da teoria racial, de tal maneira ampla, que funcionou como uma ideologia, penetrando consciente e plenamente o edifício de quase todas as áreas do saber de sua época (YOUNG, 2005, p. 79).

O conjunto de saberes que atuou de forma a justificar a colonização na modernidade constituiu-se tendo como alicerce uma teoria racial fortemente vinculada à linguagem a época, como a referência aos grupos que estavam na “infância da humanidade”, incorporados ao estágio primitivo de civilidade moderna. Ella Shohat e Robert Stam (2007) elaboram uma definição de

colonialismo como um “processo através do qual os poderes europeus atingiram posições de hegemonia econômica, militar, política e cultura na maior parte da Ásia, África e Américas” (SHOHAT; STAM, 2007, p. 40). Contemporaneamente, o debate que integra a noção entre moderno e pós-moderno, ou da “crise da modernidade” está na própria pauta do debate teórico sobre a modernidade. Ernest Laclau (1992) indica que o debate está no significado que circunda as fronteiras. Por um lado, a organização das fronteiras da modernidade em torno da formulação de algumas metanarrativas, por outro lado, a potência de tais narrativas ao longo do tempo (LACLAU, 1992). A negação das metanarrativas e dos discursos totais são apontados pela maioria dos estudiosos que analisam a pós-modernidade como o que confere sua eficácia na contemporaneidade. Segundo alguns autores e autoras, a pós-modernidade só pode ser compreendida explorando os termos nos quais se organiza a modernidade, o que significa compreender que a crítica ou crise pós-moderna é profundamente moderna, sobretudo por se caracterizar por uma leitura interna aos pensadores europeus (GILROY, 2001).

Parte das análises teóricas atesta que a modernidade carrega em si uma dimensão binária, entre o que é moderno e o que não é moderno. Apenas a limitação entre o que poderia ser considerado moderno e o que se fez daquilo que não era moderno movem os questionamentos das teorias que analisam essa equação. As linhas teóricas mais contemporâneas apontam que as variadas formas e locais onde as sociedades modernas se estruturaram são atravessadas por uma dimensão racial em consonância com a articulação modernidade/colonialismo/escravismo, ou seja, são sociedades racializadas (BHABHA, 2007; HALL, 2009). Tal formulação permite identificar que o colonialismo e o escravismo são duas práticas eminentemente modernas, operando simultaneamente, uma vinculada à outra. Os estudos sobre a questão racial afirmam que a modernidade e todo seu universo de incidência se estruturam com a colonização, isso significa identificar que muitas das problemáticas raciais que ocorrem no presente são oriundas das tensões marcadas pelo colonialismo e pelo racismo. Tal proposta se alia aos debates contemporâneos sobre “[...] o discurso crítico em torno da modernidade histórica como estrutura epistemológica” (BHABHA, 2007, p. 330).

A análise contemporânea dessas questões deve se estabelecer a partir de outra base conceitual e analítica, seja a questão dos grupos minoritários e suas histórias locais, sejam os inúmeros conflitos de ordem racial e das diferenças, ações de grupos separatistas, ou ainda, os movimentos sociais contra as diversas formas de discriminação e preconceito, todos eles guardam em alguma medida uma dimensão racializada. A denominação de minoritários não se refere a um grupo quantitativamente menor, mas aqueles que são alvo de práticas históricas sejam tais práticas econômicas, culturais ou ideológicas que os mantêm em desvantagem nas relações de poder e, assim, adquire em determinada circunstância o qualificativo de minoria²³. O que as leituras contemporâneas têm agregado a este debate são as maneiras pelas quais estas práticas são construídas. Comparato (2010) aponta alguns critérios de definição de minoria: a dimensão numérica da existência de um grupo no interior de um território, as diferenças de representação nas esferas de poder e, ainda o reconhecimento de tratamento discriminatório na formação social em que reside.

O debate sobre o modo como o termo minoria deveria ser aplicado ocorreu na ONU no interior das definições e dimensões a respeito da soberania das nações. A *Declaração Sobre os Direitos das Pessoas Pertencentes a Minorias Nacionais ou Étnicas, Religiosas e Linguísticas* de 1992, apresenta em sua introdução a dificuldade em haver um consenso em torno do termo minoria. O texto acabou sendo elaborado pela Comissão dos Direitos Humanos e a maioria de seus artigos dirige-se aos direitos dados às pessoas falantes de línguas ou de grupos religiosos ou étnicos em territórios cada vez mais marcados por grupos imigrantes.

Ndiaye (2008) utiliza o termo minoria para se referir ao modo pelo qual os negros ocupam um espaço ambivalente e minoritário no espaço social francês. Seu livro *“La condition noire”* utiliza o termo condição para fazer referência a um qualificativo para descrever, por um lado o processo de identificação dos negros franceses enquanto grupo, e por outro, de uma determinada constituição de uma

²³ O conceito de minoria para Gilles Deleuze (1992) adquire conotação semelhante de não se ater a um grupo numericamente identificável, mas daqueles que estão fora da representatividade que aqueles que estão alocados na maioria exercem.

política racial negra na França que deriva tal identificação. Ao denunciarem a existência do racismo e de práticas discriminatórias de cunho racial na sociedade francesa, os negros enunciam as experiências que marcam a “condição negra”.

Esses apontamentos acerca das discriminações revelam o modo como as pessoas experimentam uma condição específica marcada pela processualidade da identificação racial, “de serem consideradas como negras” (NDIAYE, 2008, p. 29), demonstrando, assim, o modo como tal política opera singularmente. Isto é central no próprio tecido social francês, pois Ndiaye afirma que os negros são individualmente “invisíveis”, mas “visíveis” como grupo (*Op. cit.* p. 21). Há, portanto, uma metodologia política racialmente orientada para os negros, que os identifica, classifica e discrimina. Essa percepção teórica, segundo Ndiaye, possui duas consequências imediatas. Por um lado, potencializa um campo novo de estudos e pesquisas. Por outro lado, faz um desvio no cerne do que constitui a narrativa da república francesa cuja semântica reconhece apenas indivíduos e não grupos. Isso organiza a “questão negra” no contexto francês (NDIAYE, 2005, p. 95).

A constituição de um discurso político em torno do léxico *negros* e a verificação da apropriação de tal discurso sobre aqueles que se identificam como negros não apenas evidenciam a existência política dos negros enquanto grupo, mas mostram mais sobre a maneira pela qual atua uma esfera racializante na sociedade francesa. Esta análise sobre a sociedade francesa formulou a construção de conhecimentos que considerassem a análise e o impacto social desses grupos, o que o levou a adotar a noção de “*minorités*” que consiste em uma política que incide sobre os grupos, baseada em um tratamento discriminatório sobre alguns deles no interior da sociedade. Este tratamento é construído de acordo com critérios arbitrários criando, desse modo, uma “política minoritária” (NDIAYE, 2008, p. 26).

Para Ndiaye, a construção conceitual dos negros como grupo minoritário evidencia uma problemática social. O termo minoria se refere à dimensão da experiência, “*minorité*” é, pois, um conceito que permite identificar os modos pelos quais um grupo é identificado ou caracterizado por um conjunto de

caracteres que atuam sobre a subjetividade do grupo e dos indivíduos identificados como pertencentes ao grupo. A experiência compartilhada os faz vivenciar de um modo específico o social: habitar a condição negra, marcada pela racialização. O modelo de análise que utiliza o termo *minorité* difere do modelo de análise culturalista, pois os grupos que sofrem uma discriminação não têm necessariamente, uma pertença cultural, religiosa etc. Aqui reside o hiato entre as análises que pensam na perspectiva de uma constituição minoritária e aqueles que enaltecem da “política identitária”, a qual, por sua vez, centraliza-se na articulação de solidariedade entre diferentes comunidades.

Parte dos estudos que buscam teorizar sobre os aspectos das diferenças culturais mapeiam o campo a partir de uma cronologia, na qual a emergência das culturas é algo atrelado ao debate teórico e conceitual sobre a modernidade e a pós-modernidade.

Anthony Giddens (1991) sugere que este período denominado de pós-moderno é tão somente a consequência da modernidade. O sociólogo define a pós-modernidade como um movimento de diferenciação na ordem social, nos “novos modos de vida”, o que inclui as mudanças acerca das instituições, do capitalismo e de suas funções modernas que estariam se modificando no advento desta pós-modernidade. De modo que “[...] se estamos caminhando para uma fase pós-modernidade, isto significa que a trajetória do desenvolvimento social está nos tirando das instituições da modernidade rumo a um novo e diferente tipo de ordem social” (GIDDENS, 1991, p. 52).

No ensaio “*As consequências da modernidade*” (1991), o autor realiza, a partir de um ponto de vista sociológico, uma análise institucional da modernidade a partir das “ênfases cultural e epistemológica” (*Op. cit.* p. 50). Ao localizar e datar a modernidade como um fenômeno europeu do século XVIII, o autor exclui de sua análise os fenômenos originários e consequentes desta modernidade, como o tipo de colonização constituída pelo escravismo que se desenvolve nas Américas, questões de cunho fundamentalmente moderno. Ao se voltar para a modernidade por meio de seus estabelecimentos institucionais, recupera a modernidade como um fenômeno intrínseco de institucionalização em sua

dimensão de “extensionalidade”, a qual o autor denomina globalização. Essa globalização é visualizada como um movimento de estender um tipo de governo ocidental ao mundo (IANNI, 2002; COSTA, 2006).

Essa noção foi também atribuída às ações da UNESCO como indicadora de uma política que tendeu a produzir o modelo de método ocidental a todo o globo. O autor evidencia os pressupostos básicos da modernidade, dentre eles, o papel do conhecimento, como seu elemento constitutivo. Segundo Costa (2006), Giddens por meio do conceito de reflexividade detém uma noção de que as sociedades europeias forneceriam os exemplos para produzir “sujeitos ‘mais astutos e aptos’ a compreender os efeitos de suas próprias ações num mundo interdependente” (COSTA, 2006, p. 16).

As pesquisas realizadas sobre a analítica dos estudos pós-coloniais tem feito a crítica sobre a modernidade nas bases sob as quais esta noção foi teoricamente construída e, posteriormente refletida na concepção de pós-modernidade. Em alguma medida, essa perspectiva opera um deslocamento cronológico na compreensão da modernidade antecipando e rearticulando a formação dos Estados nacionais, como um produto moderno junto com o colonialismo e escravismo. Ao articular esses diferentes acontecimentos, a dimensão da construção da diferenciação racial e étnica é fundamental. Atualmente, a retomada de termos como identidade nacional, pertencimento e cultura que têm sido representados em diferentes sociedades, indica sob quais ligações estes termos se referem ao serem encenados. Rearticular a modernidade ao colonialismo e ao escravismo permite questionar o significado de noções como progresso e desenvolvimento, características dos discursos modernos, e ainda permite compreender o significado dessas noções retomadas na contemporaneidade.

Said (2007) aponta que a percepção de que a cultura ocidental passa por uma crise é própria de uma análise ocidental, um indício da maneira pela qual a contemporaneidade é pensada na busca da realização do projeto moderno. Gilroy (2001) aponta que a crise da modernidade é uma crise dos intelectuais, pois está diretamente associada à produção de conhecimento acadêmico sobre a

modernidade. Este autor argumenta que a noção de pós-modernismo é empregada como uma sucessão da modernidade, no entanto, sugere que a diáspora, a diferenciação racial e o colonialismo forcem uma mudança na concepção de modernidade.

Para Gilroy as “culturas dos negros da diáspora” podem ser lidas como “expressões e comentários” das “ambivalências da modernidade”, ambivalência no sentido de colocarem em convivência elementos supostamente opostos como a racionalidade e o racismo. Para Gilroy, a modernidade é uma configuração onde surgem a sociedade civil, o Estado moderno e o capitalismo industrial (GILROY, 2001, p. 114). Já o pós-moderno emerge no momento em que “Estados-nações estão sendo eclipsados por uma nova economia do poder que atribui à cidadania nacional e às fronteiras nacionais um novo significado” (*Op. cit.* p. 90). Para Zygmunt Bauman (1998), a modernidade forneceu o alicerce para que o racismo se constituísse como um “produto moderno”, que somente foi plausível, por meio da “ciência moderna, da tecnologia moderna e das formas modernas de poder estatal” (BAUMAN, 1998, p. 83).

A vasta bibliografia a respeito da modernidade e da pós-modernidade, dos seus resquícios, continuidades e descontinuidades se reflete de maneira geral nas análises teóricas sobre diversas problemáticas contemporâneas, especialmente, as de cunho racial. O que tem caracterizado uma concepção de um tempo pós-moderno é a própria rejeição das totalidades e temporalidades únicas, as quais tendem ao relativismo, à descontinuidade, ao descentrado, ao fragmentado a partir da emergência do “capitalismo tardio”, como formulado por Fredric Jameson (2002). Jameson argumenta que o pós-modernismo se constitui em uma fase do capitalismo para o qual a tecnologia da informação muda a forma de dominação antes colonial, mas que na contemporaneidade se centraliza no capital financeiro. Bhabha (2007) identifica que os textos “coloniais” já teriam antecipado as problemáticas contemporâneas, sobretudo as narrativas lineares da pós-modernidade.

A ideia de raça edificada com a modernidade e com o colonialismo ao se configurar como uma matriz de dominação e classificação implica reconhecer,

como sugere Silvia Wynter que há uma maneira totalmente nova de classificação, a partir da modernidade colocada ao lado do colonialismo e do escravismo desde o século XVI (WYNTER *apud* MALDONADO-TORRES, 2009). Os percursos pelos quais diferentes noções biológicas, culturais e políticas, adquiridas pela categoria raça em determinados campos narrativos atuaram, por vezes, em conjunto e, em outras, de forma separada. No entanto, a cada momento verifica-se que emerge uma noção mais associada a uma ou a outra dimensão, o fato é que ainda se pode ver que as imagens e narrativas acerca da raça se alimentam destas esferas de sentidos a ela atribuídas. E cada uma dessas dimensões, em dado momento, adquiriram alusões positivas e negativas.

Ocorre, assim, um movimento, uma inflexão temporal: a mudança cronológica da história moderna que passa a ser pensada a partir do início do “*encontro colonial*”. Este “encontro” produziu uma conjuntura semântica que articulou teoria e prática pra justificar a sua ação, o pode ser inferido pelo uso do léxico da “*missão civilizadora*”. Essa reorientação temporal permitiu que houvesse uma releitura dos dados da semântica em torno desse encontro, no qual a categorização racial encontra um lugar fundamental. A pergunta que vai permanecer sobre o conteúdo “ontológico” da raça está relacionada a uma “repetição” histórica, a uma questão da temporalidade moderna.

Esta interrogação nos mostra mais sobre os procedimentos e esquemas discursivos e argumentativos pelos quais se constroem as representações sobre as diferenças raciais e de que maneira elas adquirem uma roupagem específica, tornando-se via de acesso às representações sobre as diferenciações raciais na contemporaneidade. O conceito de representação é central para Hall na medida em que é no espectro da representação que são construídos e organizados sentidos e percepções acerca daquilo que constitui o “nós” e os “outros” (HALL, 2011) isto se tornou fundamental no uso da categoria raça no contexto colonial.

2.2 O contexto colonial e a concepção moderna de raça

A constituição das Nações Unidas ocorreu em um contexto histórico em que ainda se verificava a existência de territórios em processo de colonização. Essa configuração política ao ser modificada com a inserção dos territórios que haviam conquistado independência política pressionava as Nações Unidas a se posicionar a respeito da política de colonização que mantinha povos segregados na condição de não cidadãos.

Inicialmente, a UNESCO não realiza nenhum pronunciamento direto a respeito da presença das nações europeias em territórios africanos e asiáticos. Essa questão tocava em um ponto crucial a respeito da soberania das nações. Neste sentido, tal temática é considerada uma problemática interna das nações, o que impedia qualquer ação mais diretiva como na descrição da Carta das Nações Unidas que revela:

Nenhum dispositivo da presente Carta autorizará as Nações Unidas a intervirem em assuntos que dependam essencialmente da jurisdição de qualquer Estado ou obrigará os Membros a submeterem tais assuntos a uma solução, nos termos da presente Carta (Carta das Nações Unidas, 1945, Capítulo 1º).

A UNESCO não condenava diretamente as práticas colonialistas em voga até a década de 1960, embora as reivindicações anticolonialistas forçassem uma resposta, a UNESCO se furtou ao manter o equilíbrio da lógica colonialista²⁴ (MAUREL, 2005). Em 1948, a UNESCO elabora uma “divisão dos territórios não autônomos”, no qual as medidas políticas estiveram atreladas à promulgação da educação dos povos colonizados.

Os anos 1960 marcaram o debate sobre o colonialismo junto a uma internacionalização dos denominados estudos africanos, da produção de uma história da África escrita por africanos, da causa pan-africana pautada por críticas políticas às ciências antropológicas e às narrativas histórias que atuaram no colonialismo. Este ano é especialmente importante, pois neste período dezesseis países africanos adquiriram independência e o pan-africanismo consolidava-se

²⁴ As ações da UNESCO provocaram em 1955 a intenção da África do Sul em se retirar da Organização alegando uma “ingerência” da Organização nas questões raciais criticando os princípios racistas que vigoravam no país (MAUREL, 2005).

como “um conjunto de relações unindo os africanos além das suas fronteiras territoriais” (MAZRUI, 2010, p. 1106). Essa proposta já se delineava quando da criação da *Société Africaine de Culture* (1949) que por meio da revista “*Presence Africaine*”²⁵ colocava como pauta política a elaboração de uma “história da África descolonizada” este intento é a origem da posterior elaboração do projeto História Geral da África (KI-ZERBO, 2010, p. 20). O documento da 16ª Conferência Geral da UNESCO de 1960 que estabeleceu a convocação para a Conferência dos Estados Africanos em 1961 indica “com o objetivo de fazer o inventário de suas necessidades em matéria de educação e estabelecer, para os povos vindouros um programa de ação em resposta a essas necessidades” (KOUASSI, 2010, p. 1085). Para Kouassi (2010) esse movimento expressa a mudança de orientação da ONU junto à África direcionada até então de forma paternalista. Ao final dos anos 1960 a Assembleia Geral da ONU vota uma Declaração exigindo a independência dos povos colonizados. Essa mobilização política se configurou de modo interno nos países africanos com reflexos na produção intelectual cuja proposta de descolonização das ciências adquiria força política.

O debate acerca da descolonização das ciências interpelava as categorias centralizadas em diversas disciplinas, sobretudo nas ciências humanas. Fanon (2008; 2010) ao estabelecer uma leitura crítica da concepção de homem aponta que o contexto colonial construiu uma percepção do homem negro que somente pôde ser compreendida no contraste com o homem branco, no esquema corporal a partir do qual a “negrura” adquire uma determinada dimensão em oposição à “brancura”. Há, portanto, toda uma percepção, todo um universo narrativo que se constrói no corpo, como representação. Fanon reivindica uma humanidade, de um tempo não contínuo, sua busca é de poder agir de modo que não fosse pré-definido pela representação impressa em seu corpo negro (FANON, 2008, p. 28). Fanon imprime seu pensamento identificando que o colonialismo representa o ápice de uma prática insidiosa cuja negação da humanidade para homens e

²⁵ O primeiro número define o objetivo da revista, escrito por seu editor André Gide de além não se submeter a qualquer ideologia ou política se abre a colaboração de todos os homens de boa vontade que auxilie a “*définir l'originalité africaine et de hâter son insertion dans le monde moderne*” (GIDE, A. *Presence Africaine*, 1947).

mulheres negras não apenas constituiu produto de tal prática, mas acima de tudo seu modo de sustentação.

Algumas dessas ideias são essenciais para compreender os casos clínicos narrados por Fanon em *Pele Negra, máscaras brancas*²⁶. A representação do corpo concretizada pela linguagem é um aspecto que atravessa a analítica que o autor empreende para compreensão “psicanalítica do problema negro” (*Op. cit.* p. 27). Sob a influência da parceria com Jacques Lacan, cuja proposição é de que o método na psicanálise deveria se atentar não ao sonho propriamente, mas à sua expressão, a linguagem utilizada, ao modo como as pessoas relatam o sonho. O estudo tenciona a ênfase na linguagem uma vez que alinha a perspectiva segundo a qual é por ela que a representação organiza uma determinada ordem simbólica. Esta obra de Fanon trata dos modos pelos quais os sujeitos negros, especialmente os que viviam a experiência da colonização na Martinica, são racializados.

Ao trazer um capítulo sobre a linguagem²⁷ o autor antecipa as questões colocadas em torno da agência [*agency*] – um conceito central das perspectivas analíticas subalternas e pós-coloniais – da possibilidade e da autenticidade da fala do povo colonizado. Fanon está preocupado em identificar as maneiras pelas quais opera tal dimensão racializada, na linguagem, mas também e outras práticas sociais como o casamento inter-racial como forma de assimilação e o que constitui a centralidade da experiência e da vivência sob o contexto colonial. No texto, a linguagem do colonizador atua como um código, o elemento central para que o colonizado seja incorporado à cultura e à civilização, destarte, dominar a linguagem do colonizador é o signo máximo de assimilação. Segundo Bhabha, o título deste texto de Fanon reflete a “negação da diferença” ao fazer do sujeito colonial um “marginalizado” (BHABHA, 1992, p. 193). A obra de Fanon fornece as perspectivas que irão permear os textos posteriores colocados sob a rubrica de pós-coloniais e que influenciarão os autores e autoras vinculados a esta perspectiva. As obras de Fanon serviram de base a conceitos inspiradores da

²⁶ *Peau noire, masques blancs*, originalmente publicada em 1952. Utilizamos nesta pesquisa a edição traduzida para o português em 2008.

²⁷ “O negro e a linguagem” (FANON, 2008).

crítica pós-colonial como estereótipo, mimese, tradução, que são atualmente considerados como fundadores do pensamento pós-colonial.

Para Fanon, o colonialismo se configurou em uma atmosfera onde por meios diversos, mas especialmente pela linguagem, colonizado e colonizador, vivenciaram *nos corpos* suas experiências. O corpo é o “texto” que possui uma determinada linguagem que somente pode ser lida em um contexto com um determinado significado. No entanto, é imperativo não desconsiderar os modos criativos pelos quais as experiências diaspóricas negras moldaram o corpo como um “capital cultural” de modo que homens e mulheres negras produziram seus corpos como “telas em representação” (HALL, 2009, p. 342).

O ato da leitura corporal é uma forma de abordagem que antecipa o processo em que se é “sobredeterminado pelo exterior” (FANON, 2008). Tais experiências foram (e são) vivenciadas pela experiência corporal que Fanon denomina de epidermização. Há, portanto, algo que precede e permite a primeira leitura que, imersa em um campo de sentidos, opera por meio de uma linguagem que ao estar inscrita nos aspectos físicos do corpo que os antecede e efetua a epidermização. É um tipo de “dermopolítica” que sucedeu a biopolítica (GILROY, 2007, p. 69). Van Dijk afirma que a linguagem que compõe o discurso racista se constitui nas esferas da representação positiva de si ao mesmo tempo em que constrói uma representação negativa do Outro (VAN DIJK, 2007, p. 49).

Nesta conjuntura é que diferenças se tornam marcas e quando inscritas no corpo e articuladas a outras constroem esferas de estruturação de narrativas de diferenciação social. A partir disso é possível identificar os modos pelos quais as diferenças humanas são projetadas como diferenças sociais. Assim, o contexto que permite as diferenciações sociais pode ser empregado metodologicamente como campo de análise (BRAH, 2006). Aqui, a leitura de Fanon torna-se importante, uma vez que muitas pensadoras e pensadores da crítica colonial inspirados em seu trabalho investem na avaliação do processo consecutivo das narrativas sobre as diferenças culturais e, também, sobre as reconstruções realizadas pelos povos colonizados.

Assim, é possível compreender as razões pelas quais autores e autoras do que se denomina crítica pós-colonial partem das narrativas históricas e da literatura como *corpus* de análise, para criar conceitos e compreender o contexto da narrativa colonial. Nesta verificação de outra análise para além do binarismo colonizador/colonizado, os termos “*híbrido*”, “*mistura*”, “*impuros*”, “*ambíguo*” marcam o léxico pós-colonial a partir dos quais tais críticas localizam estas construções e identificam os modos pelos quais são absorvidas nas sociedades marcadas pela colonização. A utilização deste campo semântico permite situar na textualidade colonial a presença do “Outro”, colocado no lugar de colonizado aquele que se posiciona de modo ambivalente, produzindo uma contranarrativa ao cânone.

Voltar-se para as narrativas históricas é uma das propostas que articulam os estudos subalternos, estudos culturais e estudos pós-coloniais. Em termos de alinhamentos acadêmicos, os estudos subalternos, culturais e pós-coloniais são colocados como um conjunto de pensamentos com áreas e metodologias amplas. De maneira geral, são sempre citados em conjunto como derivados das correntes pós-estruturalistas e desconstrucionistas e vistos como herdeiros da *French theory*, formada por Foucault, Derrida, Deleuze, Althusser, porém os autores e autoras alocados em tais linhas teóricas fazem menção também a Fanon, Césaire e Gramsci, autores centrais dessas linhas de análise. De maneira específica, se apropriam do método genealógico das disciplinas empreendido por Foucault e a desconstrução do pensamento metafísico ocidental identificado por Derrida. Os estudos subalternos, estudos pós-coloniais e estudos culturais têm um ponto de encontro comum ao se voltarem para as formas de construção das narrativas utilizadas para constituição da nação (FISTETTI, 2009).

Os estudos subalternos constituem-se por uma corrente historiográfica cuja crítica epistemológica se dirige aos métodos científicos que produzem a condição de subalternidade. Um dos desdobramentos que derivam desta crítica epistemológica refere-se à escolha da metodologia a ser adotada na medida em que aborda de forma crítica a utilização e análise das fontes históricas. A radicalidade da proposta teórica está relacionada à produção e utilização de

conceitos que permitam realizar uma intervenção analítica sobre as fontes de produção histórica sob um ângulo diferenciado. Os estudos subalternos propõem ampliar o horizonte do que foi construído sob a lógica de análise metodológica marxista como modelo conceitual, problematizando a dimensão subjetiva da experiência histórica, de forma a inserir as articulações e modos de transmissão das narrativas e discursos históricos. Desde logo, a pluralidade acerca das fontes e dos temas modifica e amplia os tipos de fontes e de objetos a serem examinados. Daí que as narrativas, mitos, símbolos são colocadas no centro da proposta teórica.

Os estudos subalternos, iniciados por pensadoras e pensadores que propunham uma “*história vista de baixo*” a partir do contexto indiano que implicava o rompimento com o “paradigma nacionalista” e uma crítica ao marxismo ortodoxo que pautava de modo predominante a historiografia indiana (POUCHEPADASS, 2000). Com a proposição de outra historiografia a partir de uma reescrita da história e das narrativas dos povos, especialmente os que estiveram sob o domínio colonial, havia o objetivo de “restabelecer o povo como sujeito de sua própria história” além de operar uma mudança do eixo cultural a partir do qual se centraria a análise. Essa dinâmica problematiza a denominação de “micro” a tais pesquisas, de conhecimento fragmentado dada na epistemologia historiográfica tradicional, proporcionando que tais temas não sejam subjulgados à totalidade e se restrinjam às “dinâmicas econômicas”, mas que, ao serem pensados a partir de si próprios, ascendam ao campo de forma autônoma. Junto à perspectiva historiográfica dos estudos subalternos outras proposições teóricas se alinham na recusa de uma história teológica. Joan Scott (1994), pensadora dos estudos feministas, aponta que o pensamento sobre o gênero no presente contém elementos na constituição história da diferenciação entre homens e mulheres. Um olhar retrospectivo para a história deste processo permite além de identificar suas consequências verificar “como isto ocorre” (SCOTT, 1994, p. 13).

Para além do que pode sugerir uma centralidade simplificada da cultura, os estudos culturais se dirigem aos modos pelos quais a cultura atua sobre o social como um campo de força e de disputa, “fazendo proliferar ambientes

secundários, mediando tudo” (HALL, 2002, p. 5). A complexidade deriva da ênfase colocada na textualidade, na representação, no contexto e no modo como esses elementos se configuram como uma “formação discursiva” culturalmente elaborada e que atribui sentido as relações sociais, pois (HALL, 2009, p. 188).

Os estudos pós-coloniais problematizam o colonialismo como experiência histórica, e se constituem como um conjunto “híbrido” de estudos. O “momento fundador” situa-se em pesquisas segundo as quais o colonialismo, ademais de se fundar em um projeto que extrapola a estrutura militar-econômica, direcionada aos espaços colonizados é pautado por uma infraestrutura discursiva e um intenso aparelho de poder que atuou com o saber epistêmico e a violência física (MBEMBE, 2008). Mesmo em um contexto desfavorável, o colonizado produz um certo modo de experienciar a condição colonial, aquilo que Bhabha denomina de “ambivalência” o processo pelo qual de modo híbrido as pessoas se utilizam de estratégias de absorver e mesclar as experiências culturais que vivem.

Hall (2009), ao analisar os usos do termo pós-colonial, alerta para os diversos sentidos atribuídos ao conceito e aponta a necessidade de compreender em quais momentos o mesmo é utilizado, como uma temporalidade, isto é, um momento após o colonialismo ou como elemento de uma dimensão discursiva. No entanto, o pós-colonial como teoria apresenta algumas inter-relações indissociáveis: as sociedades formadas a partir do colonialismo, a dimensão racializada constituinte de suas formações e as diferentes formas de descolonização. Hall propõe que o pós-colonial, enquanto categoria analítica seja utilizado como termo que distingue e delinea os diversos processos de descolonização como parte de um processo transnacional e transcultural com objetivo de “descrever ou caracterizar a mudança nas relações globais” (*Op. cit.* p. 101) e assim o define: “o termo se refere ao processo geral de descolonização que, tal como a própria colonização, marcou com igual intensidade as sociedades colonizadoras e colonizadas” (*Op. cit.* p. 101). O termo alia-se, ainda, a outras perspectivas que rompem com as análises binárias ao pluralizar o foco nas histórias locais. Nessa perspectiva, a configuração das relações dadas com o pós-colonial indica os elementos coloniais e pós-coloniais ocorrendo, mesmo que de

forma diferenciada, nas sociedades com experiência colonizadora ou colonizada (HALL, 2009).

No momento em que, como categoria analítica, o pós-colonial nos possibilita tratar de modo intercambiante a temporalidade da modernidade, a processualidade do contexto colonial nos auxilia a analisar o advento da modernidade nos locais “periféricos” e na continuidade dos “terceiros mundos”. Isto é fundamental para uma outra compreensão da dimensão racial que se (re)ordena a partir da modernidade e para suas correlações na contemporaneidade. Essa nova “moldura temporal” (BHABHA, 2007) possibilita rearticular o que constitui a diferenciação social.

O pós-colonial como corpo teórico é fundamentalmente múltiplo, tendo em vista a natureza diversa dos textos considerados fundadores, o que em parte, dificulta defini-lo em termos teóricos, mas que o converge por romper com temporalidades fechadas, na ênfase dada à experiência cultural utilizando uma noção de cultura “fluída”, “incomensurável”, “incompleta” vendo-a desde logo como “híbrida”. As referências que aparecem no pensamento pós-colonial em termos como “*crítica*”, “*perspectiva*”, “*discursos*”, ou a utilização conjunta destes termos como “*discurso crítico pós-colonial*” apontam a profusão de termos que marca sua fundamentação.

O pós-colonial permite colocar discursos, textos e documentos na perspectiva histórica do seu contexto e na situação investida de seu enunciado. O prefixo *pós* pode nos remeter a uma referência temporal, mas coloca questões acerca da narrativa daquilo que se localiza entre “o que é contado” na história e entre “o que aconteceu” na história (MEZZADRA, 2006). Bhabha identifica que “as críticas pós-colonial e negra propõem formas de subjetividade contestatórias que são legitimadas no ato de rasurar as políticas da oposição binária” (BHABHA, 2007, p. 249). Como possibilidade metodológica reside aqui um dos ganhos dos estudos pós-coloniais, o de romper com uma categorização binária que em geral é abundantemente presente nas teorias que pensam o social. A utilização da palavra “pós” em outros léxicos (pós-colonialismo, pós-moderno, pós-nacional entre

outros) segundo McClintock revela mais uma crise acerca da ideia de “progresso histórico linear” (MCCLINTOCK, 2010, p. 102).

Ao estabelecer outra relação com o tempo, a utilização metodológica do pós-colonial permite compreender como as pessoas em condição diaspórica (mesmo dentro e/ou fora dos territórios) reinventam as noções de pertencimento e comunidade, fazendo com que sejam necessárias outras formas de pensar as nações. Gilroy (2001) ao construir a metáfora do *Atlântico negro* identificou os modos pelos quais os negros vivenciaram este espaço produzindo uma cultura própria ao *Atlântico negro* que somente na experiência dos negros significou sofrimento, morte e resistência.

Achille Mbembe (2008) afirma que o termo pós-colonial mantém em sua heterogeneidade questões que são essenciais ao pensamento pós-colonial como construção crítica. Primeiramente, tem-se o questionamento da maneira pela qual a racionalidade é negligenciada como conceito estruturante do colonialismo, como uma “experiência global de representações, técnicas e instituições” (MBEMBE, 2008, p. 2). Mbembe constrói uma cronologia sobre a constituição dos estudos pós-coloniais que se inicia com as lutas anti-coloniais e os trabalhos de Frantz Fanon, Léopold Senghor e Aimé Césaire.

A partir de 1980 passam a se delinear as bases do pensamento pós-colonial, sobretudo com a inflexão proposta por Edward Said ao criticar os saberes da modernidade colocados a serviço do colonialismo. Com uma análise criteriosa do orientalismo, Said produz uma obra considerada referência sobre as representações do Oriente, em um livro definido pelo autor como um estudo sobre “cultura, ideias, história e poder” (SAID, 2007, p. 13). Próximo aos anos 1990 há a entrada dos estudos subalternos com o projeto de reescrita das histórias locais e com os estudos “afro-modernos” que Mbembe indica como pautados na leitura da metáfora do Atlântico, das diásporas e das categorias de análise que instrumentalizam o pensamento teórico.

Ella Shohat (1992; 2006) argumenta que o termo pós-colonial é forjado na terminologia do “terceiro mundo” e, a partir dos anos 1960, é associado a

corrente de análise que ficou conhecida como *teoria da dependência* a partir da América Latina e da “teoria do desenvolvimento” a partir da África. Ambos os projetos decorrem de uma crítica de ênfase marxista ao capitalismo global, identificando as relações hierarquizadas de poder que produzem a riqueza dos países alocados no “Primeiro Mundo” e de continuada pobreza de alguns países restritos ao “Terceiro Mundo”²⁸.

A teoria da dependência marcou um campo de pensamento cuja suposição fundamentou-se na aceção de que países “subdesenvolvidos” localizados no espaço do “Terceiro Mundo” tinham como função na economia política da ordem capitalista ser os produtores de mão de obra “barata”. Para escapar a esta função restava somente o caminho de seguir o desenvolvimento dos países localizados no “Primeiro Mundo”. Tal denominação foi também produzida como uma categoria geopolítica ao localizar os países na América Latina, África e Ásia no “Terceiro Mundo”, o que com a reorganização capitalista fomentou o que passou a ser denominado de globalização. Para Spivak (2010) o “Terceiro Mundo” torna-se um léxico para continuação das práticas colonialistas em um contexto neocolonial. Segundo Bhabha a perspectiva pós-colonial abdica da analítica da dependência e da subordinação e se volta para os locais limites, dirigindo-se para as formas pelas quais as relações entre o “Primeiro” e “Terceiro mundo” revelam ainda os limites do relativismo ou pluralismo cultural.

A partir dos anos 1990, o termo “Terceiro Mundo” passa a ser empregado também para se tratar de uma determinada condição na qual viviam as sociedades marcadas pela experiência recente da colonização. Shohat (2008) argumenta que a crise no pensamento “terceiromundista” fornece as explicações para a ascensão da designação pós-colonial. Termos como mundialização atuam contemporaneamente no mesmo sentido dado à globalização mais fortemente utilizada nos debates teóricos dos anos 1980 e 1990. Já o termo “terceiro mundo” durante um tempo esteve ligado à terminologia aplicada a países “em desenvolvimento”. O momento de ascensão do “Terceiro Mundo” ocorre não somente no campo teórico, mas a UNESCO se volta como “defensora” dos países

²⁸ Verbete “Teoria da Dependência” do Dicionário Terminológico da Crítica Literária Pós-Colonial, http://poscolonial.dlc.ua.pt/P_TermosListaPT.aspx, acesso em 12 de maio de 2012.

do “Terceiro Mundo” (MAUREL, 2005)²⁹. Os países recém-descolonizados entram imediatamente no “Terceiro Mundo” e no quadro de nações da UNESCO buscando utilizá-la como “instrumento de descolonização cultural” (MAUREL, 2005). A eleição do senegalês Amadou Mahtar M’Bow como Diretor-Geral da UNESCO em 1974 é considerada uma conquista neste empreendimento. Atualmente é mais difícil encontrar essa terminologia para se referir às posições e relações entre países, pois as bases sobre as quais se caracterizava o “Terceiro” e o “Primeiro Mundo” mostram-se insuficientes diante do modo fluído com qual se assenta o capital.

O pós-colonial é associado à condição dos sujeitos sob o jugo da experiência colonial, ou seja, de como esse sujeito é formado, deste modo, o pensamento pós-colonial “ênfatiza a desterritorialização, o processo de construção do nacionalismo e das fronteiras nacionais, assim como a inadequação do discurso anticolonialista” (SHOHAT, STAM, 2005, p. 73). Sob a utilização contemporânea do pós-colonial, existem críticas em relação à utilização do termo como unidade analítica para se reportar a espaços diferentes sob a mesma rubrica de pós-colonial. Para Shohat não se pode ignorar na contemporaneidade, a compreensão de que as práticas que sustentavam o colonialismo como uma forma de governo, adquirem novas remodelações em uma espécie de “neo-colonialismo” (SHOHAT, 1992, p. 102).

A crítica central de Shohat está focalizada no fato de que o pós-colonial, do mesmo modo que faz uma crítica discursiva ao modo pelo qual a Europa se inscreve como ponto central e difusor da modernidade e de seus pressupostos de progresso e desenvolvimento, coloca a própria Europa na centralidade da análise, impedindo o afastamento deste lugar como ponto de partida. O termo possibilita, entretanto, deslocar tal percepção ao colocar a centralidade do colonialismo como ponto de referência e permitir questionar esse lugar privilegiado no qual a Europa se constrói. De modo específico, o pós-colonial como unidade de análise que

²⁹ MAUREL, C. L’UNESCO face aux enjeux de politique internationale (1945-1974) *In* : UNESCO, *60 ans de l’histoire de l’UNESCO* : Actes du colloque internationale, 16-18 novembre, Paris, 2005, pp. 295-308. Les idéaux à l’épreuve de l’histoire. Mesa redonda 5: Dans les tourbillons de la politique internationale: guerre froide et décolonisation.

possibilita compreender as experiências culturais híbridas, avança no debate teórico uma vez que expõe a impossibilidade do projeto colonial como uma fração da modernidade um substrato do projeto moderno. Para Shoah e Stam (2007) o eurocentrismo faz referência a um discurso político e epistemologicamente orientado, cuja prática evidencia um único tipo de pensamento que normatiza representações e impacta inexoravelmente as subjetividades. De modo específico, não se refere à Europa *per se*, mas a um posicionamento teórico.

No plano metodológico, o pós-colonial insere uma possibilidade de análise por meio da qual os discursos se inserem em uma relação específica. Emanuelle Sibeub (2004) argumenta que os estudos, por vezes, limitam a análise porque em alguma medida, manter a ênfase no colonialismo retrocede ao binarismo entre colonizados e colonizadores, o que no limite pode levar a manter o enfoque na condição colonial restringindo a experiência histórica apenas ao contexto colonial (SIBEUB, 2004).

Entre as linhas de pensamento em torno do pós-colonial existem críticas de cunho metodológico e epistêmico sobre utilização da temporalidade moderna. Embora de forma geral alguns termos e leituras sejam semelhantes, existe uma crítica ao uso do pós-colonial como categoria que mantém as estruturas de análise não rompendo com a própria modernidade associada à história europeia (MADONADO-TORRES, 2009)³⁰. Essa ênfase é dada por uma linha de análise que se propõe ser *descolonizadora*, uma clara referência de oposição à proposta pós-colonial. Embora também produzida a partir da teoria da dependência, o pensamento *descolonial* dirige a crítica ao eurocentrismo e à epistemologia utilizada na produção do conhecimento³¹. Entre as propostas de crítica ao termo, o “pensamento crítico de fronteira” derivado da proposta da teórica feminista

³⁰ A perspectiva denominada de latino-americana se posiciona como grupo latino-americano de Estudos Subalternos distinto daqueles que compõem os “*Estudos Subalternos do Sul-Asiático*” denominado de pós-colonial. Essa diferenciação se deu no fim dos anos 1990 no interior de um congresso realizado nos Estados Unidos que uniu ambos os grupos. A diferenciação teórica ocasionou uma crítica do grupo latino-americano à produção do grupo sul-asiático principalmente pela orientação teórica na utilização de um cânone epistêmico ocidental o que segundo tal interpretação não apresentava uma mudança efetiva no pensamento “ao preferirem autores ocidentais como principal instrumento teórico, traíram o seu objetivo de produzir estudos subalternos” (GROSFOGUEL, 2010, p. 456).

Gloria E. Anzaldúa é apresentado como projeto de “resposta epistêmica do subalterno ao projeto eurocêntrico da modernidade” (GROSFOGUEL, 2010, p. 456).

Walter Mignolo (2007) denomina de “*perspectiva de la colonialidad*” a ideia a partir da qual se identifica o continente americano e especialmente *Latino* americano construído a partir da Europa. O autor propõe analisar por outra perspectiva a construção da noção de América Latina, no mesmo sentido construído por Edward Said em sua análise da construção do Oriente. Mignolo inicia tal linha teórica a partir de Fanon, o que segundo ele, forma uma análise “fanoniana” que se refere a:

[...] una corriente de pensamiento crítico (que, si bien se complementa con el ‘marxismo’, es más amplia) que contribuye a la transformación descolonial en el campo del conocimiento y la acción, y se inspira en la obra del intelectual y activista del siglo XX originario de Martinica, Franz Fanon (MIGNOLO, 2005, p.16).

Esta perspectiva propõe um “*projeto descolonial*” como oposição ao pós-colonial, primeiramente, por se tratar de uma crítica ao conceito de universal, sua proposta é de ir além do cânone ocidental, considerando neste termo uma objeção a autores que habitam e mantêm referência teórica ocidental (GROSFOGUEL, 2010, p. 119). Ao lado do epíteto *descolonial*, aparecem nas descrições conceitos com o objetivo de articular as falas daqueles que habitam o “lado subalterno da diferença colonial”, ou mais propriamente no “sul” ou no “Terceiro Mundo” não apenas do ponto de vista geográfico, mas de se opor às ideias de autores localizados nas universidades do “norte”. Propõem ainda um dialogo horizontal, pautados nos “saberes subalternos” entre os povos “subalternos” (GROSFOGUEL, 2010).

Para além da ambiguidade sugerida em tal proposição que parece retomar o próprio binarismo entre o “sul” e o “norte” que tenta suprimir, a proposta dos estudos descoloniais apresentam correspondências com o pensamento pós-colonial as quais podem enriquecer a análise se não se ater a uma proposição cujo corolário ressoa improdutivo. Mignolo (2005) estrutura sua análise em algumas

premissas importantes no debate contemporâneo sobre raça e racismo: “não existe modernidade sem colonialidade”. O sentido atribuído a colonialidade é a relação desigual de poder que a partir dela se estabelece: a “colonialidade do poder” e do “saber” (MIGNOLO, 2005, p. 57). Sua atribuição da teoria *descolonial* definida como uma possibilidade de descolonizar o conhecimento alude a um repensar das esferas da economia, da política e da cultura (MIGNOLO, 2005). Sua compreensão da modernidade a partir da colonialidade é o ponto de partida de uma análise que pretende inverter e compreender a própria modernidade e a sua contiguidade, que tem sido nomeada de pós-modernidade.

Maldonado-Torres (2006) afirma que a produção de conhecimento centrada em uma perspectiva *descolonial* inicia-se concomitantemente à colonização, nesse sentido, propõe uma nova periodicidade acerca da relação entre colonialismo e *descolonialismo*, a partir da luta e da fala do colonizado. A noção de *descolonialidade* está referenciada em leituras cujo conceito de “*matriz colonial do poder*” é central, pensado a partir da ideia de que há uma estrutura de pensamento que fomentou as diferenças coloniais, por meio da economia do trabalho, do controle do gênero e da sexualidade, e da noção de raça. A perspectiva *descolonial* é colocada noutra noção em relação ao termo pós-colonial.

Sendo assim, o modo como as relações coloniais persistiram na história dessas formações nacionais acaba por nortear grande parte das análises pós-coloniais. Segundo essas críticas esta relação prosseguiu, pois, embora ocorresse a independência política, a ascensão social das elites locais nos países independentes manteve a lógica da colonização pelo fenômeno denominado de “colonialismo interno”, fato este destacado nos primeiros trabalhos de Fanon, Césaire, entre outros autores e autoras.

Isso denota que modernidade e colonialidade são constructos em torno dos quais derivam, mutuamente, a dimensão contemporânea da raça e do racismo. McClintock argumenta que a raça junto ao imperialismo são invenções modernas, como aspectos decisivos na formação da identidade de classe e da formação das raças (MCCLINTOCK, 2010, p. 98). Seria, segundo Arendt (1989), no

imperialismo, nomenclatura dada para versar a economia capitalista do início do século XX, que raça atuaria novamente como “principio de estrutura política” (ARENDDT, 1989, p. 215) no momento em que se reorganizam politicamente os povos.

Com isso, é possível afirmar que somente podem ser compreendidas as relações raciais contemporâneas a partir da apreensão articulada entre estes elementos. Nesse contexto, articular raça e modernidade significa historicizar a partir do colonialismo e, diretamente, com a prática de ocidentalização europeia em vários locais do mundo, a situação relacional e processual dos conflitos que apresentam, em alguma medida, uma problemática racial. Tal forma de abordagem localiza no tempo e no espaço a colonialidade de origem europeia. Essa dimensão do colonialismo como uma “forma de narrar a história” se aliou a uma poderosa e influente estrutura teórica produzida incessantemente em uma perspectiva racial, ou seja, a maneira pela qual a colonização foi justificada a partir da construção contemporânea contada cotidianamente daqueles ‘Outros’ corpos racializados em uma esfera racialmente produzida (NDIAYE, 2008, p. 243).

A atmosfera racial contextualiza e afeta os grupos operando um processo de racialização. Nos Estados Unidos, por exemplo, chineses e irlandeses eram chamados de “*nigger*” por habitarem nos bairros de maioria negra e, sobretudo por estarem excluídos do léxico da brancura. Aqui a inter-relação espaço e categorização racial se mesclam no modo como uma linguagem racial passa a operar sobre estes grupos. Os italianos eram chamados de “brancos de cor” em uma “categorização racial intermediária” (NDIAYE, 2008, p. 102). No caso dos irlandeses, no entanto, ao se afastar da comunidade negra passaram a ser embranquecidos, racializados a partir da denominação de brancos, mesmo a concepção racial estadunidense sendo realizada pela hipodescendência.

Mesmo que os Estados Unidos se declarassem um *melting pot*, era claro que existiam grupos aos quais não era permitido dissolver-se na sopa étnica, era algo assim como elementos indissolúveis na parte de baixo do caldeirão. Tanto a estrutura do poder como o caráter das razões apontadas indicavam uma continuidade do legado do racismo nos Estados Unidos. Isto é,

havia etnias que eram tratadas e continuam sendo tratadas como raças (MALDONADO-TORRES, 2006, p. 119-120).

No campo do pensamento teórico, o que há de original trazido por estes saberes subalternos, culturais e pós-coloniais são as formas pelas quais auxiliam a descortinar o caráter teleológico da modernidade. Permitem ainda sincronizar os pressupostos do projeto universalista moderno (incompleto, nos termos de Habermas), a constituição e o desejo da modernidade a fim de mapear o que isso acarretou para os povos desconsiderados da noção de “moderno”. Combinados a outras problemáticas específicas as questões trazidas por estes estudos junto as perspectivas feministas, a revisão crítica do marxismo e da raça e do racismo colocam novas questões de forma e de estilo aos paradigmas teóricos tornando obsoletas algumas oposições e pressupostos antes considerados incontestáveis.

Ao deslocar a temporalidade da modernidade para o início da colonização europeia, alguns autores e autoras irão recorrer à noção de racialização para compreensão deste processo, colocando a colonização como processo desencadeante da modernidade e, sobretudo indagando a colonização pela sua violência e pelo método de classificação racial como um processo de racialização. O termo racialização entendido como um conceito analítico é cunhado como categoria analítica para compreensão das estruturas racializadas (SILVÉRIO, 1999; HALL, 1980). Aqui novamente uma referência a Fanon pode ser visualizada, visto que suas ideias anteciparam e influenciaram de certa forma os pensadores contemporâneos para analisar as relações em termos de racialização. O termo é empregado a partir de uma dialética entre colonizador e colonizado que se estabelece em critérios raciais. Segundo Fanon, o colonizado nasce de um “processo de inferioridade” do qual se inventa um “povo colonizado” (FANON, 2008, p. 34).

Miles (2000) conceitua racialização como um “processo político e ideológico”, a partir do qual uma população é “compreendida” em termos biológicos por se utilizar de uma noção de raça dos séculos XVIII e XIX (MILES, 2000, p. 456). Seu uso a partir da década de 1970 amplia-se, atrelando uma determinada linguagem utilizada para se referir a um grupo pensado racialmente.

Silvério (1999) sintetiza as utilizações do termo racialização como uma caracterização que opera por meio da representação, em uma política de incentivo a uma diferenciação étnica e racial e, por fim a um componente constitutivo da modernidade (SILVÉRIO, 1999).

Segundo Ndiaye (2008) racialização alude a uma ordenação do mundo, uma estrutura de poder racialmente hierarquizada a partir do século XVI, paralelamente à escravização negra e à colonização, que fez do homem negro um “Outro” diametralmente oposto ao homem branco (NDIAYE, 2008, p. 239).

Gilroy (2007) articula racialização a um processo constituído de discursos organizadores a partir dos quais se produz um grupo ou comunidade, de modo racial. Fassin e Fassin (2009) argumentam que a racialização é um mecanismo social marcado por práticas e discursos que distinguem um sujeito e o subjetivam a partir de uma diferenciação associada a uma dimensão racial, religiosa ou de origem, por exemplo.

Brah (2011) utiliza o termo “*racializaciones diferenciales*” como formas que marcam a posição do sujeito por meio de campos de poder diferenciados e articulados. Tais formações reportam-se a diferentes formas de racialização em diferentes esferas e contextos. Para Taguieff (1998) racialização concerne às formas de circularidade na qual operam expressões de cunho racial.

Racialização, portanto, pode ser compreendida, ao mesmo tempo, como um componente histórico e social ligado ao escravismo e à colonização moderna e, uma categoria analítica que marca as relações sociais. Como componente histórico e social é a prática pela qual os grupos foram “fixados” racialmente como negros, índios etc., sendo assim, um processo de qualificação de um grupo por critérios adscritos que adquirem sentido em determinado contexto. Nesse sentido é empregado como componente metodológico de classificação e hierarquização social. Hall (1997) argumenta que classificar está diretamente ligado ao domínio e uso do poder de qualificar e de alocar determinados grupos na escala de classificação, da diferença e da similaridade. Como categoria analítica, racialização pode ser empregada para descrever a maneira pela qual opera de

forma racial certa atmosfera histórica que se dirige e incide sobre as pessoas e capta suas experiências espiraladas pela raça ou outra categoria construída.

Estas conceituações em torno da raça e da racialização formaram textos alocados em leituras teóricas que possibilitaram compreender não apenas como os grupos foram racializados, mas, sobretudo, *produzidos* como racializados. Isso permite ampliar e direcionar o foco sobre a construção e utilização dos discursos que constituíram um caráter normativo à ideia de raça, que de alguma maneira irá informar os textos produzidos sob a chancela da UNESCO.

2.3 Do discurso biológico entre o físico e o moral ao caráter normativo da raça

Entre as distintas teorias que pensavam sobre as diferenças humanas a associação de que um grupo racial era equivalente a um grupo social gerou a combinação entre a dimensão de um corpo, uma língua, uma religião e um território, que de modo articulado posteriormente passaram metaforizar a ideia de cultura. A associação entre estes elementos atuava em conjunto gerando um tipo de discurso moral cuja ideia inicial assegurava que o “*caráter-corno-resignação*” assegurava de forma direta uma “classificação fisiológico-moral” (SAID, 2007, p. 173). Dito de outra forma, alguns desses fatores combinados a um conjunto de crenças irrefutáveis originou a máxima segundo a qual as características biologicamente herdadas eram um dado determinante da conduta e do comportamento moral dos indivíduos. Nesse sentido, o procedimento metodológico se dirigiu ao campo social de modo que se instituíram medidas de análise e, assim, concepções essencialistas e diretivas tornaram-se alicerce fundamental da associação entre o discurso biológico, pautado pela exterioridade do corpo, ao caráter da raça como categoria normativa. Daí que o “social se transformou em epifenômeno da biologia” (SHOHAT; STAM, 2006, p. 136) originando, o que seria denominado de darwinismo social.

Inúmeros pensadores pautaram suas análises acerca de uma busca pelo exame das diferenças humanas pela dimensão racial: Arthur de Gobineau, Francis Galton, Louis Agassiz entre outros. Esses autores foram intensamente lidos, relidos e mesmo desacreditados em suas interpretações sobre as diferenças humanas (SAID, 2002; SHOHAT e STAM, 2006). Seus discursos fundadores da dimensão biológica conferida à raça aplicada aos agrupamentos humanos ganharam notoriedade e seguidores. Mesmo que, com o decorrer do processo histórico, os resultados e pressupostos teóricos tenham sido desvalorizados, os efeitos do pensamento que integra características físicas, heranças genéticas e práticas sociais perduraram durante muito tempo nas teorias sociais. Essas ideias, de algum modo, ainda podem ser verificadas de diferentes formas na contemporaneidade.

White (1994) ao procurar compreender, por meio da historiografia, a noção de Homem Selvagem atrelada aos saberes pré-modernos, cuja data o autor atribui a partir dos séculos XVII e XVIII, afirma que tal designação é uma forma de projeção cultural (WHITE, 1994, p. 176). White empreende, com essa premissa, pensar os “trópicos da linguagem” por meio de uma arqueologia das ideias em torno desta alegoria de homem, construída na “história cultural da civilização ocidental” (*Op. cit.*, p.169). Ao se deter na ascensão da ficção de “*Selvagem*”³² na narrativa ocidental, o autor reflete sobre a construção da desumanização creditada aos povos nativos em um processo que os inferiorizava, “quando os homens não tinham certeza da qualidade exata do seu senso de humanidade, recorriam ao conceito de estado selvagem para designar uma área de subumanidade que se caracterizava por tudo o que esperavam que não fosse” (*Op. cit.*, p. 171). Essa mesma narrativa possui uma ambiguidade. Este homem ao mesmo tempo em que é temido é invejado, pois está livre das “garantias supostamente fornecidas pelas instituições especificamente cristãs da vida civilizada”: a família, o sustento e a salvação (*Op. cit.*, p. 187). Ele é desobrigado das “restrições impostas pelo fato de pertencer a essas instituições” seu sexo é

³² White afirma que: “No mito medieval principalmente, o Homem Selvagem é concebido coberto de pêlos, negro e deformado [...] Mas, qualquer que seja o modo de encará-lo, o Homem Selvagem quase sempre representa a imagem do homem liberto do controle social, o homem em quem os impulsos libidinosos lograram predominância total” (WHITE, 1994, p. 187, *sic*).

livre, pois não precisa formar família, seu sustento é se apropriar do que precisa quando deseja e não sente necessidade de salvar-se está fora da igreja (*Op. cit.*, p. 187). Constituída no interior dessas bases, produziu-se a construção de um conjunto de conhecimentos, cujas ideias foram fomentadas sobre as noções que os europeus elaboraram sobre o “outro”, as quais, por sua vez, somente puderam ser elaboradas, a partir da ideia de unidade que os europeus atribuíram a si próprios.

Os relatos dos viajantes no período pré-colonial atestam uma noção “fantástica” pautada em uma narrativa metafórica sobre as distinções corporais e comportamentais dos povos descritos como “selvagens canibais”, ou seja, aqueles que habitavam o exterior do restrito espaço europeu. Todas essas imagens³³ são reencenadas marcando o lugar daqueles a margem ou totalmente fora do que se considerava humano, o que na época, era análogo ao homem europeu. Said (2002) afirma que a ideia de Europa tornou-se “hegemônica” na maneira pela qual ela circunscreve e dirige outras imagens, pela “ideia de identidade europeia superior a todos os povos e culturas não europeus” (SAID, 2002, p. 34).

Ao analisar os discursos a respeito do homem selvagem, White se pauta em algumas narrativas centrais do pensamento ocidental. A perpetrada por Santo Agostinho faz uma distinção entre a “*alma animal*” e a “*alma humana*”, essa distinção caracteriza a *alma animal* dotada de um “incontrolável desejo” que não “cede à raça”. Neste caso, os seres que detêm uma *alma animal* deveriam ser “domesticados” por aqueles possuidores de uma *alma humana*, uma vez que “se esse era o destino dos animais, então os homens selvagens, homens dotados de alma animal, tinham de ser tratados de maneira semelhante pelos homens normais” (WHITE, 1994, p. 185).

Essa fração ajudou a compor a noção de “escravo natural” (dado aos povos nativos) que junto a outras foram criadas e legitimadas por um determinado conjunto de saberes. As concepções atribuídas ao conceito de “humanidade selvagem” apresentam, segundo White, duas acepções: uma na qual o nativo era visto como uma continuidade do homem *normal*; e outra, em que o “selvagem”

³³ Imagens que reproduziam a “[...] nudez, a comunhão da propriedade, anomia, promiscuidade sexual e canibalismo” (WHITE, 1994, p. 208).

era tão somente um *anormal* que representava a pureza em estado bruto³⁴. Havia um entendimento de contiguidade, a partir do qual os grupos eram divididos em “raças” no sentido de designação: inferiores ou superiores. Essa compreensão de contiguidade fundamentou as práticas de invasão, destruição e extermínio intrínseco a colonização europeia realizada em diversas regiões do mundo. De modo específico, tais práticas compuseram um vigoroso debate teórico sobre a possibilidade de mobilidade e ascensão dos inferiorizados a ascensão aos estratos superiores da humanidade. White argumenta que este debate refletiu mais os questionamentos dos europeus sobre sua própria humanidade do que propriamente a dos “Outros” nas quais ele se espelhava para se definir. Essas mudanças em relação à análise da condição selvagem junto a um “evolucionismo antropológico” sobre o estudo das sociedades não ocidentais consideradas “primitivas” como substitutas da nomenclatura “selvagens” (MUNANGA, 2009).

Schwarcz (1993) identifica no conceito de “perfectibilidade” do “bom selvagem” de Rousseau a leitura segundo a qual haveria uma qualidade inerente a todos os homens “de sempre se superarem” (SCHWARCZ, 1993, p. 59). Tal conceituação reporta-se ao argumento segundo o qual a desigualdade entre os homens se confrontava com a ideia de igualdade inerente à universalidade do gênero humano, uma problemática do campo das ideias que colocava um empecilho à política de constituição das nações modernas a partir do século XVIII (*Op. cit.*, p. 60).

Essa separação entre uma pseudo “alma humana” ou “animal” reflete o antigo debate entre natureza e razão, a dualidade razão *versus* corpo. Tal distinção deriva da análise cartesiana que estabeleceu uma categorização binária a partir da qual a razão é associada ao espírito, em uma dimensão de superioridade que somente poderia ser adquirida pela própria razão e o corpo à natureza, ao estágio de inferioridade (QUIJANO, 2000). Aqui a apreensão biológica do pensamento é reforçada, pois corpo e natureza compõem a narrativa biológica.

³⁴ “Qualquer que fosse o caminho tomado pelo argumento, tinha como efeito estabelecer uma distinção, com o caráter de oposição, entre uma humanidade *normal* (gentil, inteligente, decorosa e de cor branca) e uma *anormal* (obstinada, alegre, livre e de cor vermelha)” (WHITE, 1994, p. 209, grifos do autor).

Dessa relação podemos compreender, ainda, a maneira pela qual o corpo foi instituído de forma ambígua como lugar do desejo e do castigo (a separação do corpo da alma). À cor da pele foi atribuído o mesmo sentido, “o branco estava na esfera da verdade, traduzindo a santificação. O negro na do falso, um contrário imperfeito” (OLIVEIRA, 2011). De modo que a cor de pele escura é ora o fetiche, a lascívia e ora associada ao castigo divino, a cor do pecado, da impureza. As incessantes narrativas do mal, o enegrecer, o denegrir.

Bhabha afirma que a pele “é o significante-chave da diferença cultural e racial do estereótipo e é o fetiche mais visível, conhecido publicamente em uma gama de discursos culturais, políticos e históricos” (BHABHA, 1992, p. 197). É em parte a partir destas premissas que se fundamentam as teorias racialistas do século XIX, nas quais o corpo foi objeto de experimentações raciais. Quijano (2000) afirma que a noção de cor associada à raça foi formulada por meio da prática de tráfico de escravizados africanos, que passam a ser denominados de negros. Ndiaye (2008) afirma que no século XVIII os termos “negro”, “preto” e “escravo” eram considerados equivalentes sinonímicos na língua francesa³⁵. Há, portanto, toda uma narrativa que é repetida cotidianamente acerca do significado dos corpos e da cor que esses corpos possuem. Teun Van Dijk (2013) argumenta que a prática discursiva do racismo é construída pela dualidade de uma representação positiva de si e, por conseguinte, negativa do outro.

Mignolo (2005) ao analisar os *mapas-múndi* do século XVII, verifica que nas representações da localização da África e da América aparecem imagens de mulheres nuas ou seminuas. Mary Del Priore (2011) destaca que os “gravadores do Renascimento” mostravam as mulheres da América nuas adornadas de plumagens, flores e frutas tropicais³⁶. Existe um repertório marcado por uma linguagem ambivalente de gênero que associa estes territórios “vazios” às

³⁵ No original: “*au XVIII^e siècle, les mots de ‘Noirs’, ‘nègre’ et ‘esclave’ étaient pratiquement synonymes dans la langue française*” (NDIAYE, 2008, p. 230).

³⁶ Mesmo a nudez não sendo associada ao erotismo a autora aponta que “os gravadores do Renascimento as representavam montadas ou sentadas sobre animais que os europeus desconheciam: o tatu, o jacaré, a tartaruga. Mas, aí, a nudez não era mais símbolo de inocência, mas de pobreza: pobreza de artefatos, de bens materiais, de conhecimentos que pudessem gerar riquezas” (DEL PRIORE, 2012). Assim se constituíam as narrativas sobre a América e os seus habitantes, feminina, nua, pobre, de animais “exóticos”.

mulheres das quais a nudez pode em certa dimensão representar uma sexualidade concupiscente e lasciva ou ao inverso, uma ingenuidade e inocência como a que foi atribuída aos povos indígenas. Há, dessa forma, um conjunto de significantes em torno dessas imagens que definiu um lugar análogo ao gênero e à raça na construção e representação discursiva sobre o espaço³⁷ denominado de “América” e, posteriormente, “Latina”. Algumas análises vão identificar que as propagandas veiculadas no mundo moderno/colonial são uma fonte interessante para compreender a construção dos estereótipos raciais. Muitas pesquisas tem se dedicado a compreender as maneiras pelas quais a prática de propagar esses discursos esteve a serviço da manutenção das hierarquias de poder que sustentaram a colonização. Brah afirma que

De hecho, en términos generales, no se niega la complicidad, en la constitución de las desigualdades sociales, de la cientificidad de la «modernidad», sus utopías evolutivas y la linealidad de algunas de sus visiones de desarrollo social y cultural. Sus grandes historias de «desarrollo» produjeron jerarquías clasificadoras eurocéntricas como norma para determinar los «logros» de diferentes pueblos del mundo. Tales teorías generaron formas de pensamiento sobre la tradición, la religión, la etnicidad y el nacionalismo que cada vez más observaban estos fenómenos como arcaicos y anacrónicos, que iban a ser barridos, con mucha probabilidad, por los procesos de modernización (BRAH, 2011, p. 255)

Nesse contexto é possível visualizar os modos pelos quais os discursos biológicos e raciais operaram de forma conjunta, cultivando as narrativas que perscrutaram o corpo, sobretudo o corpo negro, exposto como lugar de experimentos, esquadrinhamentos e testes. Nesse sentido, a experiência da existência é dialeticamente produzida em relação ao outro, a partir daquilo que ele não é, daquilo que a ele falta, seja uma cor, um determinado jeito, um determinado corpo, e esta falta é hierarquizada e inferiorizada³⁸. Essa

³⁷ Já a carta de Pero Vaz de Caminha fazia menção pormenorizada da descrição fenotípica aos homens ali encontrados “Eram pardos, todos nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas” Caminha, P. Vaz de (1999). *A carta de Pero Vaz de Caminha: reprodução fac-similar do manuscrito*. Em 2005 o documento foi inscrito no Programa Memória do Mundo da UNESCO, <http://www.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=91>, acesso em 16 de outubro de 2013.

³⁸ Isso pode ser identificado de diferentes formas. Oliveira destaca na hagiografia do século XVIII que a cor “preta” ou “parda” era descrita como um “acidente” expressava “um defeito do corpo”,

caracterização é definida pela brancura, a medida da normalidade e da universalidade, e, o seu oposto, a cor escura, a medida da inferioridade, o perigo, a repulsa (NDIAYE, 2008, p. 89). Estas narrativas compõem o tropo que repertoria o corpo negro fazendo de sua aparência, racialmente construída, sua exterioridade moral e social³⁹. Há, dessa maneira, um modo de articulação no tocante aos caracteres descritivos do corpo que quando informados por um conjunto de saberes conferem um caráter normativo à diferenciação racial, em que se pode observar como natureza e cultura atuam metonimicamente (HALL, 1997).

O exame destas questões sob uma analítica retórica pós-colonial requer compreender como essas imagens tomam empréstimo de teorias que pensaram as diferenças humanas. Mbembe nota o uso que “a centralidade do corpo no cálculo da sujeição política explica a importância dada, ao longo do século XIX, pelas teorias da regeneração física, moral e política dos negros e, mais tarde, dos judeus” (MBEMBE, 2001, p. 178). É, portanto, de forma mais incisiva no século XIX, que a perspectiva em torno da desigualdade entre os agrupamentos humanos será definida a partir do termo raça o qual passa a ser equivalente a povo e, posteriormente, como um tropo para cultura.

2.4 O caráter descritivo da raça como um tropo da cultura

Etimologicamente tropo é um tipo de figura de linguagem que altera o significado de uma palavra produzindo um determinado desvio uma transposição do seu sentido original para outro metaforizado. White (1994) ao propor um experimento teórico-metodológico para pensar a história como uma narrativa formula a “teoria tropológica do discurso” uma proposta de classificar diferentes

mas que era narrado como algo que não descaracterizava o santo na hierarquia da igreja (OLIVEIRA, 2011, p. 55).

³⁹ Ndiaye (2008) analisa o modo como os esportistas negros franceses são representados em uma dimensão biológica e corporal. Inseridos no contexto da construção da nacionalidade francesa a “potência” inata dos negros no esporte os permite adentrar por um caminho a sociedade francesa e também cria uma noção de uma diferença biológica dos corpos negros o que explica um relativo sucesso em modalidades esportivas, e como essa narrativa escamoteia uma análise social da imigração negra na França e as relações sociais desiguais que criam uma estrutura que limita e restringe outras oportunidades de sucesso para os negros na França.

modalidades de discurso (como romances, poemas, sátiras). White cunha o termo *trópico* que consiste no “processo pelo qual todo discurso constitui os objetos que ele apenas pretende descrever realisticamente e analisar objetivamente” (WHITE, 1994, p. 14). Segundo o autor, cada narrativa trabalha com um tipo de retórica da qual se denominam os *tropos*:

“os tropos geram figuras de linguagem ou de pensamento mediante a variação do que ‘normalmente’ se espera deles e por via das associações que estabelecem entre conceitos que habitualmente se supõem estarem relacionados de maneiras diferentes da sugerida no tropo utilizado” (WHITE, 1994, p. 14).

White, ao analisar variadas formas de construção de um texto histórico, aponta que um determinado discurso ou imagem nos oferece um repertório de sentidos sobre uma determinada coisa ou pessoa, criando um tropo ou *metáfora*. Estes textos indicam “qualidades” que ao serem entoadas despertam “simbolismos”, “nos usos linguísticos corriqueiros da cultura ocidental” (WHITE, 1994, p. 105), uma vez que, “a narrativa histórica não imagina as coisas que indica: ela traz a mente imagens das coisas que indica, tal como o faz a metáfora” (*Op. cit.*, p. 108).

A metáfora então,

[...] funciona como um símbolo, e não como signo: vale dizer ela não nos fornece uma descrição ou um ícone da coisa que representa, porém nos diz que imagens procurar em nossa experiência culturalmente codificada a fim de determinar de que modo nos devemos sentir em relação à coisa representada (WHITE, 1994, p. 108).

O tropo é o mecanismo pelo qual o discurso opera, podendo levar além da proposição de identificar um suposto erro de uma imagem falseada ou de alguma fala estereotipada, mas de compreender como este suposto erro funciona como “um aspecto da realidade” (WHITE, 1994, p. 35). Isto posto, são como artificios tropológicos que os estereótipos raciais atuam, pois “transferem” para os caracteres raciais sentidos interpretativos que forçam a apreensão do sentido

metafórico. Atuam como efeito de um discurso repetitivo que representa o outro e operam também, conforme ressaltam Shohat e Stam, como parte constituinte do discurso colonial gerando um “racismo que se auto-reproduz e gera novas atitudes racistas” (SHOHAT e STAM, 2007, p. 293). Isto equivale a dizer que o estereótipo pode ser definido em termos de um “modo ambivalente de conhecimento e poder” (BHABHA, 1992, p. 178). Desse modo, o estereótipo seria como uma metáfora, que organiza, seleciona, suprime e age de modo a criar e sustentar a continuidade do discurso que são contemporizados e transferidos para algo diferente, cumprindo função análoga a tal figura de linguagem.

Shohat e Stam (2007) afirmam que raça é mais um tropo do que uma realidade. É uma metáfora que mistura noções de descendência, herança e, por vezes, dignifica um determinismo, menos de como foi produzido como caráter climático para a esfera racial do que no âmbito da representação. Mesmo que a ideia de raça como propagada nos séculos XVIII e XIX tenha sido desacreditada, a força de suas metáforas continuam a se perpetuar.

Gilroy afirma que

É bem mais interessante perceber que essa atividade de produção da ‘raça’ exigiu uma síntese do logos com o ícone, da racionalidade científica formal com algo mais – algo visual e estético em ambos os sentidos desta palavra escorregadia. Eles resultaram conjuntamente numa relação específica com o corpo e num modo de observação do corpo. Eles se fixaram num certo tipo de percepção que favoreceu escalas específicas de representação, podendo apenas prosseguir com base no isolamento, quantificação e homogeneização da visão (Gilroy, 2007, p. 57).

A utilização dos *tropos* organiza os sentidos que serão estabelecidos e produzidos. É, portanto, deste modo que podemos compreender as maneiras pelas quais vemos o emprego da cultura como tropo para raça, ou seja, cultura se torna uma metáfora para raça e ambas passam a representar o domínio de um ou mais elementos comuns a um grupo. Ocorre, assim, uma correlação entre estes termos

(e no modo pelo qual eles são empregados) seja como uma variação de interpretação de determinado termo ou uma nova acepção, ou ainda, como sentido a um determinado termo. Logo, podemos localizar nas leituras contemporâneas acerca da “raça” a necessidade de transpô-la, transcendê-la, e deste modo abdicar de sua utilização, seu desuso poderia extirpar os fenômenos decorrentes dela:

[...] assim considerado, o emprego de tropos é ao mesmo tempo um movimento que vai de uma noção do modo como as coisas estão relacionadas para outra noção, e uma conexão entre coisas de modo tal que possam ser expressas numa linguagem que levem em conta a possibilidade de serem expressas de outra forma. O discurso é o gênero em que predomina o esforço para adquirir este direito de expressão, com crença total na probabilidade de que as coisas possam ser expressas de outro modo (WHITE, 1994, p. 15).

Para Fanon, a cultura auxilia na compreensão dos modos pelos quais “o inconsciente coletivo” é culturalmente, “adquirido” (FANON, 2008, p. 160). O autor explica a suposta contradição de como um negro tendo vivido a experiência de se formar em uma sociedade racista internaliza uma aversão contra os negros, fazendo dele um “negrófobo” (FANON, 2008). Para explicar este fenômeno, Fanon faz um percurso que se inicia a partir da análise das expressões “lendas, histórias” construídas culturalmente nos discursos da Europa sobre o negro à compreensão de tais discursos. Ocorre que esses discursos operam uma “imposição cultural irrefletida” e ao serem internalizados por todos, mas mais especificamente pelos negros, sendo utilizados para definir a si próprios, ou fundamentalmente, a cor de sua pele e o significado da “brancura” e da “negrura” (*Op. cit.*, p. 105).

Desse modo, os “significantes corporais visíveis e facilmente reconhecíveis” (HALL, 2009, p. 67) inscritos no corpo somente podem ser visualizados em um contexto onde estes elementos adquirem sentidos. Os tropos são construídos e operam por meio de “gestos, atitudes, olhares” e assim, sublinham uma marca “como se fixa uma solução com um estabilizador” (FANON, 2008, p. 103). Ao fazer esse movimento formam estereótipos como metáforas ou tropos que são incessantemente repetidos, recriados “fixando”,

sobretudo no corpo das pessoas um “‘*excesso*’ do que pode ser provado empiricamente ou explicado logicamente” (BHABHA, 2007). O enfoque no tipo de tropo utilizado permite compreender como eles atuam nas pessoas por meio de “*processos de subjetivação*” (BHABHA, 2007, p. 177).

[...] o reconhecimento do estereótipo como um modo ambivalente de conhecimento e poder requer uma resposta política e teórica que desafia os modelos deterministas e funcionalistas da concepção do relacionamento entre discurso e política e perguntas relativas às posições dogmáticas e moralistas dos significados das opressão e da discriminação (BHABHA, 1992, p. 178).

Bhabha argumenta que as formas em que foram articulados os discursos racial e sexual em torno do corpo constituíram as bases de construção do discurso do poder colonial e da dimensão hierárquica do contexto colonial (BHABHA, 1992). Para o autor, o discurso colonial é “um aparato que acende o reconhecimento e a negação das diferenças raciais/culturais/históricas” e opera por meio da “criação de um espaço para a ‘subjetividade das pessoas’” (BHABHA, 1992, p. 184), com base na construção de conhecimento tanto do colonizado como do colonizador.

Fanon vai identificar que é pela repetição racialmente estereotipada que a história vai sendo formulada e contada, tal dimensão de repetição é construída como figura de linguagem.

Said define como,

[...] declarativas e auto-evidentes; o tempo verbal que empregam é o eterno atemporal; transmitem uma impressão de repetição e força; são simétricas e, ainda assim, diametralmente inferiores a um equivalente europeu, que ora é especificado, ora não. Para todas essas funções, basta frequentemente usar o simples elemento de ligação é (SAID, 2007, p. 113).

Fanon afirma que há um esquema histórico-racial tecido por meio de “mil detalhes, anedotas, relatos” (FANON, 2008, p. 105) que formam nosso imaginário que se faz racial e é ativado na linguagem. Fairclough (2001) aponta que devemos

observar a linguagem como uma “prática social” um “modo de representação” que somente pode ser apreendido na compreensão do contexto em que se produz o sentido do termo e no modo como esse sentido se desenvolve. Ainda em relação à linguagem, Fanon, pensando a condição do homem negro em uma sociedade racializada, afirma que a utilização de uma linguagem o aprisiona a uma imagem de modo a “embebê-lo, vítima eterna de uma essência, de um *aparecer*⁴⁰ pelo qual ele não é responsável” (FANON, 2008, p. 47).

Para Hall (2002) a linguagem é um elemento central no momento do qual emerge a “centralidade da cultura” identificada como a “virada cultural”, dada quando a linguagem se torna um assunto mais amplo para identificação de práticas de representação, do que meramente um elemento subjulgado em um tipo de ordenação superior. De modo que é dada à linguagem “uma posição privilegiada na construção e circulação do significado” (HALL, 2002, p. 9). A cultura está diretamente associada à produção daquilo a que atribuímos sentido e no modo como esses sentidos, ao significar “algo”, direcionam práticas, condutas, de modo real no social (HALL, 2009).

Shohat e Stam identificam que “o par de palavras ‘branco’ e ‘preto’ se presta facilmente para descrever oposições maniqueístas entre bem e mal, espírito e matéria, anjo e demônio” (SHOHAT e STAM, 2007, p. 51). Deriva desse maniqueísmo, a produção e veiculação excessiva de imagens sobre o negro tais como a “imagem do preto-selvagem” ou do “*preto-biológico-sexual-sensual-e-genital*” (FANON, 2008, p. 169), as quais definiram a colonização, a escravidão das populações negras e o racismo como uma forma de governo. Hall vai identificar o “*negro-preguiçoso-invejoso-traiçoeiro-etc.*” (HALL, 2009, p. 181) ou ainda nos discursos religiosos a “associação da luz com Deus e o espírito, e da Escuridão ou ‘negrume’ com o Inferno, o Diabo, o pecado e a condenação” (*Op. cit.*, p.181) estes termos advêm de uma “cadeia de conotações” ou sentidos que adquirem ímpeto a partir do momento histórico da escravidão. Os termos aparecem no singular *O negro; O corpo*, um tipo de estereotipia que estruturou o racismo antinegro (NDIAYE, 2008, p. 239). Uma sintaxe visualmente

⁴⁰ Grifo no original.

reproduzida, incessantemente distribuída, confortavelmente alocada ao mesmo tempo naquilo que não é dito ou mostrado apenas fantasiado (HALL, 1997). Isso é particularmente importante porque a cada vez que essas imagens são reencenadas elas nos remetem a um movimento o de “reconhecer que nós nos tocamos uns aos outros na linguagem” (hooks, 2008, p. 863-864).

Gilroy (2007) aponta que os ingredientes utilizados na produção de raça reúnem o logos e o ícone, uma construção entre uma estrutura racional e da percepção de uma estética aparente, deste modo, “a cognição de ‘raça’” nunca poderia ter sido um processo exclusivamente linguístico. Este contexto envolveu desde o seu princípio um distintivo imaginário “óptico e visual” articulado a práticas concretas de violência (GILROY, 2007, p. 57). Gilroy destaca ainda que:

[...] a história científica sobre as ‘raças’ se faz através de uma sequência longa e sinuosa de discursos sobre morfologia física. Ossos, crânios, cabelo, lábios, narizes, olhos pés, genitália e outras marcas somáticas de ‘raça’ têm um lugar especial nos regimes discursivos que produzem a verdade de ‘raça’, tendo-a descoberto, repetidas vezes, alojada no corpo e nele inscrita (GILROY, 2007, p. 56).

Estas são em geral as imagens construídas sobre o negro que circundaram nos textos coloniais europeus e ainda reverberam contemporaneamente. Tais imagens constituem o “esquema epidérmico racial” de que fala Fanon (2008), que pode ser compreendido ao voltar-se a partir de uma analítica diaspórica para o movimento histórico de construção e reprodução destas imagens. Na medida em que adentram e formam um pensamento social, tais representações de homem negro e da mulher negra e das culturas a eles associadas criam formas de retratar o grupo social negro, forjando diversas internalizações de uma representação social baseada em uma dimensão racial tecida na ideia de raça. Identificar o espectro do caráter discursivo da raça como um tropo da cultura significa assumir uma “posição discursiva” (HALL, 1997) em relação aos textos e narrativas que atribuem distintos sentidos a ideia de raça.

Para compreensão dos modos pelos quais estas noções de raça são constantemente reencenadas na contemporaneidade, Hall propõe que raça deva ser

pensada como um “significante flutuante” (1997), uma construção discursiva que se organiza na e pela linguagem sendo readaptada de diferentes maneiras em cada contexto histórico. A linguagem organiza aquilo que está ocorrendo ao que atribuímos sentido pela representação, de modo que seu significado é apreensível nos diferentes contextos históricos em que o termo é empregado. Isto nos permite reter o que há de específico de acordo com o contexto e o que permanece como um tropo ao longo do tempo. Sendo assim, é possível identificar os modos pelos quais raça foi construída como uma categoria de classificação e como as condutas sociais que derivam de tais classificações se dirigem a grupos racializados, notadamente aos negros (HALL, 1997). É neste sentido que bell hooks (2008) destaca que “para cicatrizar a fissura da mente e do corpo” os povos “marginalizados e oprimidos” dentre os quais ela se denomina, procuram “retomar nós mesmos e nossas experiências na linguagem” (hooks, 2008, p. 863).

Explorar os modos pelos quais estas narrativas são orquestradas na contemporaneidade oportuniza compreender como o corpo e sua exterioridade, por meio de determinados sinais diacríticos que permanecem simbioticamente fixos no corpo negro que é “lido” sob a referência do corpo branco. Este último que habita um lugar ambivalente desse processo de leitura, pois é na “ausência” de cor, a presença esvaziada de sentido expresso que reside a eficácia produtiva da narrativa sobre este corpo. Sob tal aspecto, evidencia-se um axioma propagado pelos modos como “essas cores sustentam uma retórica especial que passou a ser associada a um jargão de nacionalidade e filiação nacional, bem como nos jargões de ‘raça’ e ‘identidade étnica’” (GILROY, 2001, p. 34).

Schwarcz (1993) aponta que civilização e progresso tornaram-se modelos universais no século XIX, essa projeção permitiu que atuasse de modo equivalente à cultura denominada como léxico para “estágios de evolução... únicos e obrigatórios” (SCHWARCZ, 1993, p. 76). Denys Cuche (2002) argumenta que a noção de cultura moderna passou a atuar como uma resposta, uma substituição ao termo raça, cultura passou a operar nesse sentido como um *tropo* da ideia de raça. O autor reconstrói a gênese da ideia de cultura apresentando seus paradoxos e a maneira pela qual cultura se torna uma noção bem aceita no pensamento social.

Segundo ele, cultura pode ser apreendida como uma atmosfera na qual o homem se faz homem, no momento em que ele pode “transformar a natureza” (CUCHE, 2002, p. 10). Essa forma na qual o homem se inventa pode ser explicada pela cultura, retirando suas ações de uma carga essencialista, a cultura permite pluralizar a ação de ser homem e assim amplifica a noção de humanidade. Há, portanto, um processo histórico de alargamento da noção de cultura, na medida em que determinados modos e comportamentos passam a ser identificados como diferentes expressões culturais, passando então a ser associado a um grupo, o que permite a formação e o reconhecimento de diferentes grupos. Brah (2011) argumenta que cultura é uma construção simbólica utilizada para descrever as experiências de um grupo social, é ainda,

“el juego de significar las prácticas; el lenguaje en el que el significado social es constituido, apropiado, discutido y transformado; el espacio donde se pone en acción la maraña formada por la subjetividad, la identidad y la política” (BRAH, 2011, p. 266).

Para alguns pensadores da modernidade a cultura operaria por meio de estágios de desenvolvimento. Esta visão teleológica da cultura informa as relações estabelecidas entre as diversas culturas e as relações que mantém com a natureza (sendo que todas em um dado momento devem se afastar do estado inferior rumo ao superior). Esta classificação das culturas em posições diferenciadas é associada ao percurso temporal: de uma condição da infância à maturidade. Neste sentido é que o negro foi associado à “infantilidade” e à ingenuidade dos nativos como povos ainda em estágios “atrasados”. Um dos discursos mais propagados da modernidade consistiu na proposição de que os “encontros coloniais” possibilitariam aos nativos adentrarem na cultura, os permitiria adquirir os elementos da assimilação/integração, ou seja, a passagem para a modernidade. Aqui o “*tropo da infantilização*” (SHOHAT, STAM, 2007, p. 203) opera de forma a cristalizar os colonizados num estágio aquém da modernidade: “infantilizados”, “ingênuos”, “tolos”, incapazes de exercerem liderança sobre si

próprios, inábeis para se representarem, devendo, portanto, “serem representados”⁴¹.

A noção singular de cultura é atribuída é de inspiração francesa de uma categoria que descreve um conjunto agregado de “saberes acumulados e transmitidos pela humanidade” (CUCHE, 2002, p. 21) que se constrói no século XVIII se tornando comum no pensamento da época atrelada a dimensões de “progresso, de evolução, de educação, de razão” (*Op. cit.*, p. 21). Naquele momento, a cultura era tomada como contínua, cumulativa, crescente assim como a noção de raça presente no vocabulário daquele período.

De acordo com Cuche, a cultura refere-se especificamente ao que é humano (*Op. cit.*, p. 13), nesse sentido, de alguma forma, a UNESCO, ao atribuir as diferenciações pela noção de cultura, opera um processo que *humaniza* as diferenciações, tornando-as diversidades culturais. Cada grupo étnico e/ou racial possui uma determinada diferença e/ou cultura. Tal noção de cultura se alinha ao debate iluminista e às noções de desenvolvimento, progresso e superação, as quais seriam possíveis pela educação. Essa noção de continuidade e evolução cujas ações se baseavam na “confiança no futuro perfeito do ser humano” (*Op. cit.*, p. 21) é introduzida pela UNESCO ao consolidar o debate sobre a unidade abstrata do gênero humano, dirigindo-se aos particularismos “culturais”.

Para este autor, duas disciplinas irão atuar no sentido de conceituar cientificamente a noção de cultura: a sociologia e a etnologia. A ênfase da etnologia sobre a unidade do homem e a preocupação em pensar a sua diversidade sem perder a unidade vai se tornar uma questão central nas ações da UNESCO. A “etnologia” como um saber, cuja função foi pensar a diversidade humana, populariza-se nos meios científicos junto à antropologia social (SILVEIRA, 2005, p. 35). A aliança entre os saberes modernos, construídos sobre a rubrica da racionalidade científica europeia ocidental, fomentou e legitimou a “aventura colonial”. Ainda de acordo com Cuche, a etnologia vai se constituir com um

⁴¹ “Eles não podem representar a si mesmos, devem ser representados”, MARX, K. *O 18 brumário de Luis Bonaparte*, 1960.

embate interno sobre uma leitura “evolucionista” da cultura, de um lado, e de uma leitura afeita a “diversidade”, por outro, o que direcionaria as ações da UNESCO.

Neste sentido identificamos que há um processo em que o estereótipo racial atua culturalmente constituindo imagens e representações metaforizadas produzindo de modo sub-reptício. Há diferentes tipos de representações religiosas, estéticas, políticas que atuam contemporaneamente como tropos de uma linguagem racializada. Os tropos raciais passam a atuar como tropos da cultura por seu caráter ambivalente, na medida em que o tropo da “animalização” é transfigurado nas narrativas de virilidade, força de modo que “os povos colonizados são representados como corpos em vez de mentes” (SHOHAT; STAM, 2007, p. 201).

2.5 A UNESCO e a constituição de uma agenda em torno da questão racial

Este capítulo ao buscar sintetizar os debates teóricos sobre o pensamento acerca das diferenças humanas e o modo como orientam as ações da UNESCO, vincula-se a proposta metodológica de articular temporalidades, espaços, e campos disciplinares e examiná-los de forma articulada como nos auxilia a diáspora como categoria analítica. Tal proposta possibilita estabelecer conceitualmente uma ótica intertextual sobre os textos, representações, imagens que atuam de modo conjunto em nossa vida social contemporânea.

Ao optar em manter a noção de unidade do homem, havia uma expectativa, sobretudo entre as leituras dadas pela perspectiva liberal, de que a ênfase colocada na humanidade seria uma forma de proteger também as minorias culturais. Essa percepção foi dirigida à proposição de que a proteção aos direitos individuais *ipso facto* resguardaria o grupo ou a comunidade. A partir do investimento de áreas de conhecimento distintas, como a etnologia que irá atribuir um caráter descritivo às diferenças entre os grupos e estas diferenças serão caracterizadas como culturais, a UNESCO vai investir na conceituação de etnia em substituição à raça. Esse investimento vai contribuir para um debate sobre a

oposição entre raça e etnia, e a indicação sobre o modo como as diferenças devem ser pensadas em termos culturais e não raciais.

A ação da UNESCO vai influenciar também a adoção de outros métodos empíricos para identificação das diferenças e como elas se modificam. Nas ciências, a utilização de testes investidos nos corpos passa a dar lugar para análises teóricas sobre as relações e comportamentos sociais na qual a etnografia é o método mais utilizado. Esse direcionamento encapsulado pela UNESCO, instituição que traz em si os paradigmas da racionalidade moderna, aponta a mudança de orientação do Estado-nação antes visto como uma unidade homogênea, política e culturalmente, passa a ser questionado como um espaço heterogêneo. O expediente utilizado pela UNESCO é reconhecer tal heterogeneidade cultural sem, no entanto, abdicar de suas premissas centrais trazendo implicações para suas diretrizes normativas.

Com esse objetivo em pauta, a UNESCO regulou a produção de um conjunto de saberes diversos sobre a raça e o racismo. Aqui nosso foco é a compreensão dos diferentes sentidos descritivos que a UNESCO emprega ao debate racial, inicialmente pelas diferentes noções de raça, a partir dos debates empregados e de que modo essas descrições aparecem na sucessão dos documentos e das publicações encomendadas, instituindo um caráter normativo da questão racial. Refere-se a uma tentativa de ver “por dentro” o que exprime em sua exterioridade, que são os materiais publicados sobre sua orientação.

As sucessões de termos que aparecem nos documentos e nas publicações encomendadas pela Organização mostram um itinerário acerca da construção do termo raça, que caminha com o processo histórico de constituição da noção moderna de raça e do racismo, pautado pelos tropos acerca da ideia de raça vistos acima. Isso nos levou ao encontro dos discursos sobre a noção de raça que aparecem nos documentos e as maneiras pelas quais a categoria raça foi sendo construída.

Já foi dito que a presença de alguns pressupostos culmina em algumas dissonâncias entre os documentos desenvolvidos pela UNESCO. Essas

dissonâncias desencadearam uma sucessão de documentos com diferentes interpretações acerca da noção de raça a ser empregada. Estas diferentes interpretações apontam por um lado, a disputa interna na instituição e, por outro, a disputa externa onde se identificam diferenças de compreensão e interpretação sobre a questão racial. É a partir deste escopo teórico que nos voltamos para os textos produzidos pela UNESCO. O esforço de síntese objetiva pensar a dimensão história do termo raça e do racismo pelo interior dos debates teóricos que a UNESCO imprime, este é o objeto do próximo capítulo.

Capítulo 3

A UNESCO pesquisa a raça

Em primeiro lugar, entende-se que a UNESCO é uma instituição global de referência e autoridade em seus campos de competência. Isso significa que ao mesmo tempo em que promove o debate necessário para que as inovações intelectuais ganhem espaço no mundo, deve garantir que o conhecimento produzido e acumulado sejam preservados como legados para toda a humanidade. A credibilidade, ética, estratégica e normativa é, portanto, um dos pilares de sua atuação no mundo (UNESCO, 2001, p. 24)⁴².

Os estudos encomendados pela UNESCO direcionados a objetos de referência específicos, ao apresentarem uma heterogeneidade de abordagens que ampliaram as conceituações sobre raça e racismo, contribuíram para o alargamento do debate sobre a questão racial. Como já apontado, a preocupação inicial da UNESCO era orientar a constituição de um conjunto de medidas políticas no interior das nações e entre elas para que as relações sociais fossem retiradas de uma esfera racializada. Afastar-se de tal concepção racializada implicava abandonar a ideia de que as relações sociais de pessoas de pertencimentos étnicos e raciais distintos fossem interpretadas como relações raciais. Essa percepção estava pressuposta na concepção de que estas relações organizavam-se de forma hierarquizada. Isto acabou se tornando o argumento central para a efetivação de medidas normativas que articularam ciência e política.

A UNESCO dirigiu suas ações para fundar uma proposta em torno da unidade da humanidade em uma perspectiva “universal”, ou seja, em que os pertencimentos étnicos, raciais e culturais não estabelecessem uma distinção, mas fossem interpretados como patrimônio pertencente ao “universal”, como derives de algo único e comum. A partir dessa perspectiva, verifica-se um investimento na produção de um debate, no âmbito das ciências, com estudiosos de várias áreas e localidades geográficas sobre a questão racial. Tal empreendimento caracterizou

⁴² UNESCO. Brasil: Novos marcos de ação, Brasília, 2001, 152p.

um debate internacional sobre a matéria que consistiu na produção de materiais informativos e documentos específicos sobre o tema.

Klineberg (1973) afirma que as duas medidas de ação mais eficazes a serem tomadas pela UNESCO seriam as “declarações científicas” e as monografias temáticas de caráter educativo sobre os temas de interesse. Ao atuarem em conjunto essas ações tornaram-se aparelhos fundamentais da “ofensiva educativa” sobre o tema no contexto do empreendimento antirracista da UNESCO (KLINEBERG, 1973 *apud* STOCZKOWICZ, 2007). Neste capítulo, o foco é direcionado a distintos documentos e materiais com objetivo de explorar e identificar os termos em que se estabeleceu o debate teórico empreendido pela UNESCO sobre a questão racial. Isto é realizado com enfoque na mudança na interpretação dos conceitos utilizados nos documentos da UNESCO.

Durante os anos de 1950 a 1978, a UNESCO reuniu profissionais de variadas áreas de conhecimento das ciências humanas e biológicas orientados a produzir pesquisas sobre o caráter científico da categoria raça⁴³. Tais pesquisas pautaram a elaboração de um conjunto de documentos sobre a temática racial. Para cada documento elaborado sobressaem termos de determinada área de conhecimento: biologia, sociologia, psicologia, entre outras, nas quais seus respectivos estudiosos fizeram formulações acerca do conteúdo científico do conceito de raça. A proposição de uma compilação de estudos dessa natureza resulta do *Programa de Informações Científicas da UNESCO sobre a Raça e para o Combate ao Preconceito Racial* (UNESCO, 1969).

É possível identificar que esta construção gerida pela UNESCO, produziu uma dimensão de saberes e noções a respeito da existência de uma questão racial cujo resultado seria um tipo de racismo movido por uma “crença” falseada. A alusão ao termo crença reforça a tese segundo a qual se assenta os debates realizados sob a rubrica da UNESCO de que a plataforma de luta contra o racismo deveria ser o investimento na consciência, na alma do sujeito com o objetivo de atingir sua moralidade. Havia um pressuposto de que a evidência da inexistência

⁴³ UNESCO. *La UNESCO et son programme* : la question raciale. Vol. III, 1950, 11p.

das raças levaria à conclusão de que o preconceito racial é subjetivo, uma vez que se concluía que o modo de operação da ideia de raça ocorreu em esferas de saber díspares, porém interdependentes, como a biologia, a cultura e a política. Cada uma dessas esferas adquiriu uma determinada emergência em tempos históricos específicos. Os documentos da UNESCO refletem essas esferas. A noção de diferença racial, tal como podemos visualizar hoje, traz elementos específicos constituídos no interior de cada um destes princípios, junto aos quais, por vezes, incidem no social em conjunto ou de maneira específica.

Esse processo de incentivo à pesquisa em âmbito transnacional conferiu um caráter global ao debate sobre a questão racial, ao passo que a dimensão política concreta efetivava-se por meio de análises comportamentais acerca das relações raciais e em medidas para coibir práticas racistas no interior dos espaços nacionais. No entanto, para não alimentar os possíveis conflitos políticos que poderiam ocorrer a partir das opiniões contrárias de alguns Estados-membros, a UNESCO opta por analisar as “situações positivas”, ou seja, os locais que não apresentavam distúrbios raciais considerados graves.

A maior parte das publicações como monografias temáticas, livros e informativos gerais destinados ao público amplo, estão disponíveis ou a venda nos serviços comerciais da UNESCO⁴⁴. Alguns relatórios de conferências ou eventos de outra natureza estão disponíveis na página eletrônica da organização. Os periódicos compostos por revistas temáticas pertencem à coleção da Biblioteca da UNESCO, algumas edições podem ser repertoriadas via o suporte eletrônico. Outras publicações específicas são distribuídas gratuitamente com objetivo de informar e promover as opiniões e objetivos da organização⁴⁵. Há determinadas diferenciações entre estas obras:

- a. Publicações nominalmente creditadas à UNESCO.

⁴⁴ Podem ser encontrados na base de dados unesdoc:

<http://www.unesco.org/new/fr/unesco/resources/publications/unesdoc-database/>

⁴⁵ Algumas dessas publicações estão disponíveis para consulta física na Biblioteca da UNESCO em Paris e para consulta via web: <http://www.unesco.org/library/fr/>.

- b. Obras elaboradas a pedido da UNESCO financiadas de maneira integral ou parcial pela instituição.
- c. Obras publicadas por outras instituições como ONGs que foram beneficiadas ou subvencionadas pela UNESCO.
- d. Obras específicas publicadas pelas comissões locais nos países membros a pedido do Secretariado da UNESCO.

Compreender a mudança na interpretação dos conceitos utilizados nos materiais elaborados sob a chancela da UNESCO pode nos informar de modo indicativo a constituição de um campo analítico acerca da ideia de raça e de racismo. De fato, tal como poderá ser visto, identificar as maneiras pelas quais emergem os conflitos de origem racial revela muito sobre a processualidade das relações sociais como um todo. Verificar esses conflitos pelo conjunto de termos e utilizações que são mobilizados permite compreender como são retomados de formas diversas termos e expressões precedentes de debates raciais de outros contextos. Dito de outra forma, a cada vez que vimos surgir, nos mais diferentes lugares, uma menção ou um conflito que alude a qualquer significante racial são invocados valores, percepções e sentidos estabelecidos entre diversas temporalidades. Esse funcionamento não ocorre de modo isolado, compreendê-lo nos permite avançar no exame do modo contemporâneo em que atua sobre o social.

Já mencionamos que as indicações e termos que aparecem nos documentos da UNESCO apresentam os debates em torno da noção moderna de raça e de racismo. A discussão sobre qual seria a melhor forma de combater o racismo ocasionou um investimento na linguagem, ou seja, implicou em pensar sobre qual terminologia seria mais adequada para se referir e compreender como o racismo evidencia-se no social. Isso incidiu naquilo que estamos denominando como política antirracista da UNESCO. Desta forma, a ação no sentido de repudiar o termo raça provocou um debate teórico sobre seu conteúdo semântico no qual se percebe as formas pelas quais o termo foi construído no interior de diferentes temporalidades que deram diferentes formas de interpretação às diferenças raciais.

A equação não há raças, por conseguinte não deve haver racismo é forjada pelos intelectuais de “notório saber” sobre a questão. Isso pode ser verificado na introdução das declarações científicas sobre o tema de 1950 e 1951 que se iniciam com os “*estudiosos acordam*”, e no texto de 1964 “*os estudiosos reconhecem*”. É, portanto, nos estudos sob a tutela da UNESCO e nas suas indicações normativas que é possível verificar um percurso histórico em torno da construção da categorização racial no qual a contenda entre antropólogos, sociólogos e biólogos apresenta não apenas divergências teóricas, mas de igual maneira, indicações sobre as diferentes conceituações acerca do tema.

Os temas que aparecem na publicação dos documentos trazem a construção histórica do racismo, das ideias sobre a classificação das diferenças humanas cujos exemplos se conhecem por meio do racismo anti-negro e antissemita. No século XVIII, as justificativas que apontavam o meio-ambiente como fator de “desenvolvimento racial” e no século XIX, do “racismo científico” fundado sobre caracteres biológicos, surgem de modo alusivo nos documentos analisados. Ao nos voltarmos para os documentos e demais materiais, identificamos um caráter relacional, permeado por uma lógica racial, o qual se dirige ao contemporâneo. Seguindo a analítica proposta nesta pesquisa, optamos por não seguir uma cronologia em relação aos textos, ao invés disso, dirigimo-nos aos contextos dos discursos de construção racial que compõem a conjuntura a partir da qual os termos que aparecem nos documentos da UNESCO são articulados.

No momento em que uma agência das Nações Unidas elege um objeto a ser investigado, o órgão realiza determinadas etapas anteriores à formalização de um documento acerca da matéria. Para sua efetivação, primeiramente é realizado um estudo preliminar sobre o tema, o qual deve ser tratado no que concerne às suas dimensões técnicas e jurídicas. Em seguida, cria-se uma “proposta de regulamento internacional da questão” para posteriormente decidir se o documento será uma Convenção, Recomendação ou Declaração. Após essa etapa são convocados para análise os “especialistas” de cada Estado-membro para

realizarem um debate pormenorizado sobre os temas levantados para avaliação e posterior ratificação e aceitação dos Estados.

O termo *documento*⁴⁶ na estrutura da UNESCO tem um propósito operacional, atuando de modo a descrever o objeto de referência ao qual se destina e para direcionar de maneira organizativa as ações políticas em relação a este objeto. Deste modo, é designado para elucidar as fases de um trabalho, descrição de reunião ou deliberação corporativa. Os documentos possuem especificidades de acordo com a configuração jurídica e política do objeto que descreve. A Convenção de Viena realizada em 1969 define as caracterizações e diferenciações entre Declarações, Convenções e Recomendações⁴⁷:

- **Convenções:** definem um regulamento da questão a ser tratada, estão sujeitas a ratificação ou aceitação pelos Estados e definem as regras que os mesmos se comprometerão a adotar, incorporando-as ao seu direito interno. As Convenções têm eficácia de Lei para os Estados-Parte (Convenção de Viena, 1969).
- **Declarações:** apresentam a dimensão dos temas de grande importância para o Sistema das Nações Unidas, “é um instrumento formal e solene, que se justifica em raras ocasiões, quando se define os princípios de grande importância e valor duradouro, como no caso da Carta de Direitos do Homem” (Convenção de Viena, 1969).
- **Recomendações:** tem caráter menos formal que as Declarações, formulam os “princípios e normas” a serem adotados para a regulamentação nacional no interior das nações. Referem-se à indicação aos Estados-Parte para a elaboração de legislações, preceitos e regras de ação específicas sobre a temática. As

⁴⁶ Acordos Internacionais incluem-se convenções, pactos, cartas entre outros acordos que são denominados de Tratados celebrados entre Sujeitos do Direito Internacional sendo, portanto regulados pelo Direito Internacional (ALLEMÃO, 2011, p. 2).

⁴⁷ Instrumentos normativos da UNESCO <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/this-office/unesco-resources-in-brazil/legal-instruments/>, acesso em 12 de maio de 2012. A Convenção de Viena sobre os Direitos dos Tratados, elaborado em 1969 entra em vigor internacionalmente em 1980.

recomendações incitam os Estados a elaborar medidas legais, não estão sujeitas a ratificação, mas mesmo os Estados que não a aprovam assumem um pacto moral de “obrigações a cumprir” sobre a matéria (Convenção de Viena, 1969).

Após um levantamento preliminar sobre as Convenções, Recomendações e Declarações exclusivas ao tema da questão racial, procedeu-se à leitura dos textos de modo a identificar na escrita a lógica interna dada em cada documento. Em acordo com o desenho que orienta esta tese, os estudos encomendados pela UNESCO, ao mesmo tempo em que acompanham o curso do debate, interferem nas mudanças conceituais e teóricas sobre o tema. Primeiramente, os discursos estão centrados entre os biólogos, os sociólogos e os antropólogos que serão autorizados a teorizar sobre o que é raça e de que maneira o termo deve ser utilizado. Portanto, esses discursos cujos resultados serão *cientificamente* validados irão construir uma analítica biológica e social-antropológica a respeito da categoria raça. Posteriormente incluem-se teóricos de outras áreas como a psicologia e os estudos da genética, é importante ressaltar que embora essas disciplinas possuam objetos e métodos específicos, e por vezes apresentem distinções internas sobre o modo de referência a temática, a intencionalidade colocada a questão as colocam como atuantes centrais da política da UNESCO.

As mobilizações entre as disciplinas e a ação da UNESCO revelam um modo articulado de contenção do debate cujo trajeto inicial permitirá a posterior construção da noção de raça veiculada ao termo cultura. Este efeito será centralizado na proposta de expurgar a nomenclatura raça substituindo-a por uma categorização sobre a categoria etnia como empreendimento central na busca por produzir um antirracismo a partir da linguagem.

3.1 A produção de um debate: a descrição dos “especialistas”

Em 1949, em sua Conferência Geral realizada em Paris, a UNESCO orienta que o “Diretor-Geral é encarregado: de pesquisar e reunir os dados

científicos concernentes às questões raciais [...] difundir amplamente os dados científicos assim reunidos [...] preparar uma campanha de educação baseada nestes dados” (UNESCO, Conferência Geral, 1949). Esses dados deveriam ser construídos e discutidos por meio de encontros e pesquisas com a finalidade de mapear e identificar as motivações que geram os conflitos relacionados às questões raciais. O brasileiro Arthur Ramos, impulsionado por Julian Sorell Huxley (então Diretor-Geral da UNESCO), convida estudiosos para a constituição de um comitê específico composto por “especialistas” sobre os “problemas da raça”⁴⁸ com objetivo de definir “o estatuto científico” do conceito. Entre os especialistas convocados, destaca-se a participação de Claude Lévi-Strauss um dos poucos estudiosos do campo das ciências sociais chamado, por mais de uma vez pela UNESCO, a apresentar seus conhecimentos sobre o tema. Após o falecimento de Arthur Ramos, uma segunda reunião é realizada com o título “*Encontro sobre os Problemas Raciais*” (MAIO, 2010).

Em 1950, é criada a “*Divisão para o estudo das questões de raça*”⁴⁹ no interior do Departamento de Ciências Sociais. Segundo Maurel (2010) muitos estudiosos, especialmente sociólogos, se mostraram reticentes em participar do departamento, sobretudo por interpretarem que havia uma imprecisão com referência ao debate sobre a temática racial e em relação à função do setor. Neste mesmo ano no informativo⁵⁰ sobre seu programa de ações a serem realizadas a UNESCO afirma o objetivo de resolver o “problema da raça” definida no texto como uma questão de ordem “biológico, social e moral” (UNESCO, 1950, p. 3). Aponta ainda sua função de tomar posição diante do racismo, um dos “males sociais que a nova instituição deve combater” (UNESCO, 1950, p. 1). Na publicação o racismo é definido como uma expressão “mesquinha e virulenta” baseada em um modelo de organização social pautado no conceito de casta. Desta forma, o racismo torna-se um desafio ao método científico por se tratar de uma ideologia e não ser fundado por fatos científicos.

⁴⁸ *Comité d’experts sur les problèmes de la race*, UNESCO, 1949.

⁴⁹ *Division pour l’étude des questions de la race* MAIO, 2010.

⁵⁰ UNESCO, *La UNESCO et son programme : la question raciale*, 1950.

Essas reuniões resultaram em diversos documentos publicados paulatinamente. Em 1969 é lançado um informativo que contém as quatro declarações científicas sobre a questão racial no interior da coleção “*Por e para os jovens*” no quadro do *Programa de informação científica sobre a raça e a luta contra o preconceito racial* (UNESCO, 1969). Nesta edição consta a *Declaração sobre a raça* de 1950; a *Declaração sobre a raça e as diferenças raciais* de 1951; *Proposições sobre os aspectos biológicos da questão racial* de 1964 e, por fim, a *Declaração sobre a raça e os preconceitos raciais* de 1967. Publicadas conjuntamente, apresentam-nos o percurso das mudanças que ocorrem no interior da instituição sobre o tema. Tais mudanças igualmente nos informam sobre o debate empregado no interior dos campos científicos que se ocuparam sobre o tema.

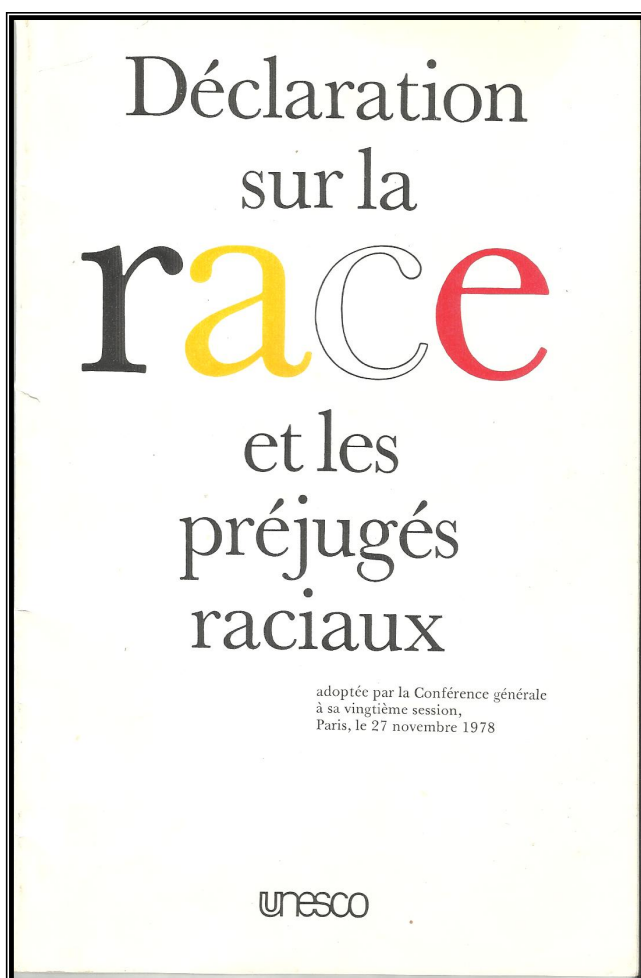


Figura 2 - Capa do informativo *Quatre déclarations sur la question raciale*. © UNESCO/1978.

Ao ler as duas primeiras Declarações é possível perceber a supremacia de duas áreas de conhecimento que vão conceituar raça: a biologia e a sociologia; posteriormente, incorporam-se às análises geneticistas filósofos e antropólogos cuja influência adquire espaço ao propor que a teorização passasse a ser feita sobre o conceito de etnia. Constitui-se então, uma disputa teórica e científica entre as interpretações desses campos em prol da conceituação do termo raça e etnia. Ao mobilizar os saberes da ciência, a UNESCO constituiu um campo heurístico em torno da questão racial, potencializando a ascensão de termos como cultura, raça, etnia entre outros. Assim, a UNESCO vai investir na noção de que a existência de raças cria o preconceito racial e a própria ideia de raça. O biólogo inglês Julian Huxley⁵¹, o primeiro Diretor-Geral da UNESCO (1946-1948), se mostrava preocupado com as questões raciais e acaba por propor a substituição do termo raça por grupo étnico.

Ao publicar as declarações científicas, a UNESCO completa naquele momento um ciclo de publicações neste formato sobre a temática, iniciada nos anos 1950. O material é acrescido de dois textos acerca do conteúdo das declarações: um de Jean Hiernaux⁵² na perspectiva biológica e outro do sociólogo inglês Michael Banton⁵³ na perspectiva sociológica do tema. Estes textos são indicados como o resultado de estudos dos autores, cujas expressões não se referem necessariamente à UNESCO. Os textos de Hiernaux e Banton apontam o debate que se estabelecia entre os campos da biologia e da sociologia para pensar a categoria raça.

A retomada de escrita de documentos dessa natureza ocorreria após uma década com a publicação da *Declaração sobre a raça e os preconceitos raciais*, aprovada pela 20ª Conferência Geral de 1978⁵⁴. Este texto consagra-se como

⁵¹ Que embora tenha escrito em 1924: “*L’esprit du nègre est aussi différent de l’esprit du Blanc que le corps du nègre est différent du corps du Blanc*”, quando se torna Diretor-Geral da UNESCO em 1946 coloca-se como um dos mais dedicados na questão da luta contra o racismo (STOCZKOWSKI, 2007).

⁵² HIERNAUX, J. Les aspects biologiques de la question raciale. In: UNESCO, *Quatre déclarations sur la question raciale*, 1969, pp. 9-16.

⁵³ BANTON, M. Aspects sociaux de la question raciale. In: UNESCO, *Quatre déclarations sur la question raciale*, 1969, pp. 17-29.

⁵⁴ A última declaração neste formato e sem textos teóricos complementares. Cf. Figura 3.1, neste capítulo.

referência final da compilação dos argumentos descritos e intensamente debatidos nos documentos anteriores. Em 1979, é disponibilizada em formato brochura uma publicação com a mesma denominação na qual esta declaração de 1978 é apresentada como texto “adotado por aclamação”, em seguida, “a fim de mostrar a continuidade das iniciativas da tomadas pela UNESCO neste campo” o livreto apresenta em anexo as demais declarações desde 1950 a 1967 (UNESCO, 1979). A proposta com esta última publicação é a de tentar, de alguma maneira, concluir o longo debate a respeito da definição das categorias mais adequadas a serem utilizadas nas discussões sobre a questão racial.

A opção em iniciar a análise por essa coletânea permite pensá-la a partir dos debates em voga no momento de sua publicação que nos auxiliam a verificar o percurso feito pela UNESCO até esta publicação. O pouco tempo entre as publicações dos textos demonstra a preocupação da UNESCO com o “problema racial”. Além dos debates suscitados por estes textos, a análise dá ênfase ao conteúdo de outros materiais publicados nos interstícios de tempo entre eles.

3.2 Raça como um mito social (1950)

A *Declaração sobre raça* de 1950⁵⁵ consistiu em um dos desdobramentos da agenda antirracista inicialmente deliberada pela UNESCO. Construída sobre as argumentações do tema à época, o texto foi difundido como propaganda de uma postura positiva acerca de uma tese monogênica, segundo a qual a humanidade possui uma origem única, em oposição à tese contrária, poligênica⁵⁶. Em quinze pontos o texto assevera a origem comum de todos os homens, na qual o *Homo sapiens* é uma espécie composta por agrupamentos que se diferenciam por possuírem um conjunto genético particular.

⁵⁵ Publicada anteriormente como *Déclaration d'experts sur les questions de race*. Signatários da *Declaração sobre a raça*: Ernest Beaglehole (Nova Zelândia); Juan Comas (México); Costa Pinto (Brasil); Franklin Frazer (Estados Unidos); Morris Ginsberg (Reino Unido); Humayun Kabir (Índia); Claude Lévi-Strauss (França); Ashley Montagu (Estados Unidos).

⁵⁶ A tese poligênica teria servido de argumento a ideologia propagada pelo nazismo, por postular a existência de linhagens distintas de raças humanas.

Tal variabilidade genética atribui aos grupos distintas constituições físicas, mas geneticamente suas semelhanças são maiores que as suas diferenças (Declaração sobre raça, 1950, Ponto 2º). O termo raça é descrito biologicamente como nomenclatura que pode ser designada para uma população com caracteres genéticos comuns, mas que todas as populações constituem a espécie *Homo sapiens* sendo, portanto, variações de uma mesma matéria (Declaração sobre raça, 1950, Ponto 3º). As diferenças entre esses grupos compõem sua “história biológica”, são variações de um “mesmo tema”. Sob um caráter descritivo, raça é indicada para ser utilizada de modo a designar um grupo ou população. Nesta declaração, há a indicação de que o emprego de raça para definir coletividades religiosas ou nacionais é um equívoco, primeiramente pela ampliação errônea dada ao termo que induziria a “graves erros ocasionados pelo emprego da palavra ‘raça’ na linguagem corrente” (Declaração sobre raça, 1950, Ponto 6º).

As definições produzidas no texto de 1950 podem ser lidas no interior da discussão sobre as formas de categorização das diferenças entre os agrupamentos humanos dadas na “*teoria da tipologia racial*” que segundo a análise de Banton (2010) afirmava-se pelo debate entre natureza, classificações e tipologias. Tal modo de classificação aplicava-se com a modificação de uma terminologia que distribuía os tipos humanos em populações. Este é o primeiro investimento na estratégia política de supressão do conceito de raça, sua substituição pelo termo população. Não por acaso, este debate esteve presente na *Declaração sobre raça* de 1950 na qual há a indicação normativa de que a expressão “*população*” seja aplicada no lugar da categoria raça. Tal como foi concebida, a noção de tipologia racial apresentava o desacordo presente entre os cientistas de que se haveria (ou não) um número limitado de populações que possuiriam origens diferentes, devendo, portanto ser categorizadas em “tipos” diferentes.

O documento de 1950 confirma o caráter de categoria descritiva que apenas do ponto de vista biológico poderia ser utilizada para designar uma população geneticamente semelhante. Conceitua ainda que não se pode atribuir a pessoas que possuam a mesma nacionalidade, religiosidade ou língua a designação de grupo racial, desse modo o documento indica a utilização do termo

“grupo étnico” (Declaração sobre raça, 1950, Ponto 6º). Embora apresente o caráter comum da especificidade humana, o documento expõe uma ambiguidade ao fazer referência favorável à categorização dos antropólogos sobre a divisão da espécie humana em três grupos: “*mongolóide, caucasóide e negróide*” (Declaração sobre raça, 1950, Ponto 7º). Isso pode ser verificado como indício de um desacordo sobre o debate que aparece no texto, embora o investimento seja na ideia de universalidade a partir de algo que unifica todos os seres humanos, aquilo que deriva deste universal é caracterizada em coletividades fechadas. Segundo a descrição dada no texto, essa divisão não possui um caráter estático, mas dinâmico, ainda que a introdução de subgrupos seja debatida, não há consenso sobre a ampliação dessa classificação e somente poderia ser adotada de maneira descritiva sem qualquer atribuição de inferioridade ou superioridade mental ou cultural dos indivíduos pertencentes a cada grupo.

Essa classificação de ênfase antropológica, no entanto, não deveria ser aferida por testes para medição de quaisquer caracteres comportamentais reconhecíveis, especialmente psicológicos, no sentido de analisar a intelectualidade entre os diferentes grupos. Sob tal afirmação, a conclusão expõe a impossibilidade de aferir diferenças inatas de comportamento, refere-se, ainda, à percepção de que as atitudes individuais são tão somente adquiridas culturalmente especialmente, pela via da educação, e pela possibilidade do indivíduo obter acesso social. A construção de uma classificação sobre essas atitudes implicaria em um método arbitrário, posto que instalada sobre a seleção de determinados caracteres fenotípicos que se estabeleceram ao longo da história da classificação racial. Essa forma de classificação vinculada, por exemplo, a informações externas como localizações geográficas junto a outros dados, introduziriam determinados discursos a respeito da personalidade das pessoas enquadradas nessas caracterizações. O texto aponta que os dados científicos utilizados destacam que as variabilidades genéticas hereditárias não poderiam ser empregadas de modo a justificar as diferenças entre os povos e suas produções culturais, de modo contrário, assinalam que essas diferenças compõem a “história cultural de cada grupo” (Declaração sobre raça, 1950, Ponto 10º). A possibilidade de evoluir do ponto de vista intelectual é dada pela “faculdade de aprender e a sua

plasticidade” caracteres essenciais do “*Homo sapiens*” (Declaração sobre raça, 1950, Ponto 10º). O documento dedica um artigo para debater o “cruzamento de raças” fator que promove a “formação, extinção ou fusão” das raças, o seu caráter de “hibridação” de modo positivo e não negativo (Declaração sobre raça, 1950, Ponto 13º).

O texto ratifica a condição de “*mito da raça*” em relação a um “*fato biológico*”, “*a realidade de que raça é menos um fenômeno biológico que um mito social*” premissa que segundo o texto deve ser propagada como o “dever do homem moderno” (Declaração sobre raça, 1950, Ponto 14º). Essa é a afirmação central do documento e se torna um emblema propagado pela UNESCO. O texto conclui-se com as afirmações dadas pela antropologia sobre as diferenças entre indivíduos e grupos, pontuando o princípio moral que rege a noção sobre a unidade da humanidade tanto biológica como social. A obrigação conferida como tarefa do “homem moderno” deveria ser realizada, sobretudo utilizando a ciência, símbolo próprio onde se aloca a razão, motor da modernidade. Essas opiniões descritas no texto referem-se de modo específico à visão dos antropólogos para os quais não se pode construir uma classificação racial definida em caracteres físicos e psicológicos. Não é possível aferir inteligência e personalidade por meio de diferenças entre os grupos e a mestiçagem não é degenerativa do ponto de vista biológico.

Por fim, o texto atesta a natureza social do homem e sua inclinação à fraternidade universal, “pois o homem é, por tendência inata, levado à cooperação e, se esse instinto não encontra maneira de se satisfazer, indivíduos e nações sofrem igualmente com isso” (Declaração sobre raça, 1950, Ponto 15º). Essa perspectiva da vocação do homem de naturalmente tender a cooperação, acima de tudo em momentos de embate será o ponto capital da postura da UNESCO junto à função das nações.

Um artigo opinativo⁵⁷ sobre o lugar das nações, publicado em revista específica sobre ciências sociais, destaca que o papel de cada nação é desempenhado de acordo com a potência que cada uma exerce no quadro internacional mediante um conflito. Nesse contexto, uma política diretiva em determinados momentos refere-se ao que cada nação possui e consegue administrar em termos de “diplomacia, propaganda e armamento” (*Bulletin international des sciences sociales*, 1949). No mesmo texto novamente há uma ratificação da posição sobre o homem como “parcela da humanidade a qual ele é indissolúvelmente ligado” (*Declaração sobre raça*, 1950, Ponto 15°).

O conteúdo da *Declaração sobre raça* de 1950 sofreu intensa reprovação pelo caráter associativo entre raça e biologia. Entre as principais críticas à redação final do texto está a da apropriação da linguagem denominada racalista. Entre os estudiosos havia certo consenso acerca do abuso no emprego de raça para se referir aos agrupamentos humanos. Essa contenda demonstra as controvérsias internas do campo de atuação dos cientistas naturais, debate que já se anunciava no período entre guerras (MAIO, 1998). Além dessa crítica se revela uma disputa entre os antropólogos e geneticistas, por um lado, e os sociólogos, de outro, sendo a linguagem destes últimos preponderante na versão final do texto. Os comentários críticos são adicionados à redação final que constitui um esforço de estabelecer um trabalho unificado entre as ciências sociais e as “ciências naturais”.

A redação creditada a Ashley Montagu⁵⁸ foi duramente criticada pela linguagem utilizada pelos antropólogos e geneticistas que assinam o texto. Montagu argumentara na década de 1940, que os contextos sociais marcados por conflitos fazem emergir uma concepção racial, de modo que as pessoas passaram

⁵⁷ SCHWARZENBERGER. G. La paix et la guerre dans une société internationale. In: *Bulletin international des sciences sociales*: revue trimestelle publiée par l'UNESCO: Paris, 1949, vol. I, n° 3-4, pp. 69-76.

⁵⁸ Montagu foi estudioso da teoria sintética da evolução, doutrina que representou uma mudança nas concepções sobre as análises taxonômicas entre as populações humanas. Seria possível, nesta perspectiva, analisar as mutações de uma população pelas mudanças do genótipo dominante, isto constituiu uma síntese das teorias mendeliana e da seleção natural de Darwin, o que posteriormente passou a ser denominado como “neodarwinismo”, o que pode ser verificado na presença de termos como “populações”, “grupos”, “evolução” no texto da Declaração segundo (STOCZKOWSKI, 1999).

a mobilizar uma conceituação racial em momentos de conflito (algo próximo do sentido da expressão “*bode expiatório*”). O texto descreve todas as afirmações com base, sobretudo, nas considerações da ciência. As conceituações precedem de termos como “*os cientistas estão de acordo*”, “*fatos científicos*”, “*a opinião dos sábios*”, “*o que foi cientificamente estabelecido*”, “*pesquisas científicas revelam*”. As áreas citadas fazem menções ao “*ponto de vista biológico*”, “*classificação de um antropólogo*”, “*estudos históricos e sociológicos*”. Todas as afirmações são corroboradas pelos campos da antropologia, da biologia e das ciências sociais, além de apreciações do campo filosófico e do direito.

O texto coloca ênfase sobre o que “*raça não é*”, a falta de consenso sobre o conteúdo ou mesmo se haveria necessidade de debater sua existência, já que para alguns dos que assinam o texto, o termo seria ilegítimo, portanto não deveria sequer ser discutido (MAIO, 2010). No entanto, no texto final termos como “*natureza do homem*” são comuns, ou ainda “*conjunto*” ou “*tronco*” são utilizados para se referir à totalidade dos grupos mencionados e definidos como pertencentes à humanidade. No que concerne aos indivíduos, o termo “*espécie*” é o mais empregado. Há uma noção de distinção associada à caracterização que permite assinalar e individualizar os grupos. Essa distinção é visualizada na utilização dos termos “*concentração*”, “*particularidade*”, “*frequência*”, “*grupo*”, “*população*”, “*coletividades*”. O termo cultura é designado como um conjunto de caracteres que são associados a um determinado “*grupo racial*”.

Outro destaque é a forma singularizada na qual a palavra raça aparece tanto no título como no decorrer do texto. Tal acepção segundo Maio (2010) aponta que o emprego do termo dessa forma revela o triunfo da tradição de pensamento antropológico boasiano, além de se constituir em um “manifesto antirracista” por insistir na discussão sobre a utilização linguística dos termos que devem reger o debate. Para Stoczkowicz (1999) o texto de 1950 apresenta uma contradição, pois ao mesmo tempo em que indica a exclusão da nomenclatura racial, atenua as diferenças biológicas entre os seres humanos. Pode-se verificar que enquanto se indica a extinção das aferições biológicas de raça, acentuam-se os termos de acepção biológica atravessadas pelo caráter qualitativo da diferenciação

racial. Essa adjetivação qualitativa atrelada à interpretação quantitativa das populações está na base do debate sobre o discurso racista.

Diante do exame e da insatisfação com o texto de 1950, os biólogos convocam outro grupo de estudiosos ligados às ciências naturais como geneticistas e antropólogos físicos para comentá-lo. Este debate gera a *Declaração sobre a raça e as diferenças raciais* em 1951 cuja ênfase é dada nas formas de classificação e nas origens das diferenças raciais.

3.3 Exterioridades e feições: a categorização das diferenças raciais (1951)

Os conflitos decorrentes da *Declaração sobre raça* de 1950 compeliram o Diretor-Geral a convocar, três meses após a proclamação do texto, um segundo grupo de especialistas no tema que culminou na *Declaração sobre a raça e as diferenças raciais* em 1951⁵⁹. A propaganda realizada pela UNESCO a partir do texto de 1950 fundamentou-se no argumento de que ali se encontravam as conclusões mais desenvolvidas sobre o tema. Esta afirmação causou uma divergência da parte de biólogos, antropólogos físicos e estudiosos da genética os quais concluíram que seus campos não se encontravam presentes no texto. O texto de 1950 investiu na retirada da validade conceitual de raça, mas seu emprego é recolocado em 1951, ocasião do encontro no qual os críticos indagaram sobre a indicação de raça como um “mito social”, uma vez que não haveria ainda consenso sobre o uso do conceito nos estudos das ciências naturais e biológicas.

Em nove pontos o texto mostra as interrogações acerca do limite metodológico sobre a utilização da categoria raça. Os estudiosos descrevem que o emprego de raça somente teria sentido no interior da pesquisa antropológica e das pesquisas no campo da zoologia, exclusivamente com a finalidade de estudar a

⁵⁹ Assinam a *Declaração sobre as raças e as diferenças raciais* de 1951: R.A.M. Bergman, (Holanda); Gunnar Dahlberg, (l'université d'Uppsala); C. Dunn, (Estados Unidos); S. Haldane, (Londres); Ashley Montagu, (New Brunswick, N.J.); E. Mourant, (Inglaterra); Hans Nachtshiem, (Alemanha); Eugène Schreider, (França); Harry L. Shapiro, (Estados Unidos); J.C. Trevor, (Inglaterra); Henri Y. Vallois, (França); S. Zuckerman, (Inglaterra); Dobzhansky, (Estados Unidos); Julian Huxley (Estados Unidos).

variedade de evolução entre as espécies. O termo, entretanto, não deveria ser aplicado para diferenciar traços físicos transmissíveis. Essas diferenças físicas seriam atribuídas pela constituição hereditária, existindo outras diferenças, mais substanciais, suscitadas pelo meio social. Utilizar essas classificações causaria implicações de acordo com o objetivo proposto à medida que o fato de existir imensas variações no interior de um mesmo grupo, a escolha de um caráter arbitrário para defini-las seria um erro metodológico (Declaração sobre as raças e as diferenças raciais, 1951, Ponto 3º).

O texto indica um tipo de separação no interior do campo da antropologia, algo que já demonstrava o desenho de uma divisão que se constituía entre a antropologia física, por um lado e a antropologia social, por outro, ambas em disputa no estudo do “Homem”. Isso ocorreu em paralelo com a classificação taxonômica de raça, na medida em que o objeto da antropologia assentou-se nas diferenças entre os grupos humanos e que a noção de raça auxiliou na construção de ideias antropológicas sobre a humanidade. Utilizando-se do termo “*raças humanas*”, o texto sugere que os antropólogos não deveriam utilizar os “*caracteres mentais*” para classificar tais raças (Declaração sobre as raças e as diferenças raciais, 1951, Ponto 4º). Afirma, ainda, que a noção de raça embora tenha sido utilizada como critério do reconhecimento das diferenças entre os agrupamentos humanos, a partir daquele momento, seu uso deveria se restringir à citação de critérios físicos transmissíveis. O texto apresenta também uma crítica à utilização de testes, como os de cunho psicológico, visto que naquele momento eram amplamente utilizados para aferir diferenças intelectuais entre grupos racialmente diferentes. Testes dessa natureza utilizando variáveis externas, embora pudessem inferir nos resultados afirmando que é o meio social e cultural que interferiria diretamente no desenvolvimento cultural, se constituíram como método diligente da pesquisa nessa matéria.

A noção de “mito social” dada à raça não aparece em 1951, o que aponta um modo de demarcar o descompasso e o estabelecimento de um traço distintivo entre os domínios biológico e sociológico a respeito do tema. Nesse sentido, permanece uma indicação de que a raça não deva ser utilizada para se referir às

diferenças entre os seres humanos. As diferenças físicas são qualificadas por meio de duas esferas: a do meio ambiente e da hereditariedade. Para utilização metodológica do termo há uma indicação da divisão dos grupos em “*grandes raças*” essa medida de quantificação é mantida a partir da divisão da espécie humana apresentada em 1951, mas não utiliza a mesma nomenclatura para nomear estes grupos. No entanto, a premissa de classificação da “espécie” tem uma clara referência ao pensamento proveniente das ideias de Darwin referente ao século XIX.

O texto da declaração de 1951 retoma a maior parte dos dados expressos na declaração de 1950, inclusive passagens reproduzidas do texto anterior. A incorporação do termo “*diferença*” já no título do documento é empregada como menção a critérios físicos descritivos. No texto, as mutações genéticas que conferem estes determinados caracteres aparecem em palavras como “*hibridação*” utilizada para nomear o processo por meio do qual os grupos raciais são “*formados*”, “*extintos*” ou se “*modificam*” o que mostra o caráter mutável que os signatários atribuem à raça. O texto é finalizado com alguns pontos que oferecem um modo de compreender “*cientificamente*”, “*as diferenças entre indivíduos e os grupos*” (Declaração sobre a raça e as diferenças raciais, 1951, Ponto 5º). Há o reconhecimento da existência de especificidades biológicas, mas que podem ser encontradas em maior número no interior de um mesmo grupo do que entre grupos supostamente “*fechados*” e opostos. Promove a noção de universalidade do ser humano, mas que do ponto de vista biológico ainda não está preparado para a “*igualdade e direito à plena cidadania*” (HARAWAY, *apud* MAIO, 2010).

Há a descrição de termos de forma pluralizada como “*raças humanas*” e “*diferenças raciais*”. Destaca-se a influência de uma referência a psicologia como a expressão de que é possível identificar “*particularidades psicológicas especiais*” em um grupo nacional. O emprego do termo diferenças é relacionado às diferenças visíveis, fenotípicas. O termo “*raças humanas*” surge frequentemente associado a “*classificação*”, “*caracteres*”, “*hereditariedade*”, “*meio físico e social*”. Os termos como “*hibridação*” e “*mistura*” estão igualmente assinalados no texto os quais enfatizam o caráter contingente dos caracteres distintivos e a

insuficiência em utilizar raça como conceito justificativo de tais diferenças. Há ainda a indicação de uma diferença conceitual entre indivíduos e grupos humanos, um indivíduo não pode ser representativo das características gerais do grupo ao qual pertence. As afirmações são igualmente fundamentadas pelo campo da ciência “os cientistas reconhecem”, “dados científicos”, “estado atual da ciência”, e em relação às áreas citadas, estas estão centradas na antropologia, genética e na psicologia.

3.4 Definindo sentidos: a incorporação do campo biológico acerca da questão racial (1964)

As *Proposições sobre os Aspectos Biológicos da Questão Racial*⁶⁰ publicadas em 1964 se configuram como uma complementação à declaração elaborada em 1951, retomando parte de suas indicações. Esse documento ficou a cabo dos antropólogos e de profissionais de ciências médicas e naturais, que atribuíram uma similaridade simbólica aos caracteres descritivos entre os grupos, afirmando que a variabilidade genética seria pouco expressiva na definição dos comportamentos individuais. Raça passa então a ser cunhada junto ao termo população, em sentido semelhante a um sentido biopolítico. O termo população é utilizado para se referir ao conjunto de pessoas que se reproduzem entre si e guardam em comum determinadas características genéticas (MUNANGA, 2004).

Em treze pontos o texto detalha os argumentos biológicos sobre a constituição e as distinções entre os grupos. O documento utiliza o termo “*raças humanas*” e chama de “*diversidade*” o conjunto das “*populações humanas*”. As populações humanas são definidas com base nas “*três grandes raças*” expressas de forma classificatória como no texto de 1951. Há uma associação entre a percepção das mudanças no sentido evolutivo dos homens, assim como dos

⁶⁰Assinam as *Proposições sobre os Aspectos Biológicos da Questão Racial* de 1964 : P. Barnicot, (Inglaterra); P' Jean Benoist, (Canadá); P' Tadeusz Bielicki, (Wroclazo); D' A.E. Boyo, (Nigéria); P' V.V. Bunak, (Rússia); P' Carleton S. Coon, (EUA); P' G.F. Debetz, (Rússia); Ma. Ungria, (Venezuela); Pr. Santiago Genovés, (México); P' Robert Gessain, (França); Pr Jean Hiernaux, (França); Yaya Kane (Senegal); Pr Ramakrishna Mukherjee, (Índia); P' Bernard Rensch, (Münster); P' Y.Y. Roguinski, (Rússia); P' Francisco M. Salzano, (Brasil); Pr Alf Sommerfelt, (Noruega); P' James N. Spuhler, (EUA); Pr Hisashi Suzuki, (Japão); P'J.A. Valsik, (Bratislava); D' Joseph S. Weiner, (Inglaterra); Pr V.P. Yakimov, (Rússia).

animais que se agregam às mudanças genéticas do “*meio*”. Tais mudanças são analisadas como “*seleção natural*” e formadas igualmente por “*múltiplas mestiçagens*” vistas como algo positivo promovendo a “unidade da espécie humana em sua diversidade” (Proposições sobre os aspectos biológicos da questão racial, 1964, Ponto 9º).

Ao final, atesta que a variabilidade biológica não é impeditiva a “*ascensão*” material ou cultural de qualquer “*povo*” não importando qual “*nível de civilização*”, o que mostra a associação entre evolução cultural e material expressos no termo civilização a alguma característica pertencente a um “*povo*”. O destaque é a utilização do termo povo e não grupo, abundantemente empregado nos textos anteriores, ainda que ambos apareçam de forma equivalente. Civilização é associada ao desenvolvimento para o “*progresso*”, embora isto não pudesse atestar a existência de “*raças inferiores ou superiores*”, o que a coloca em contradição em relação às “*teses racistas*” (Proposições sobre os aspectos biológicos da questão racial, 1964, Ponto 10º).

A expressão “*diferenças biológicas*” é associada à “*hereditariedade*” e ao “*meio*”. O termo “*variação geográfica*” foi admitido como recurso alternativo à utilização presente no debate sobre os tipos de formulações aplicáveis as populações. Termos como “*composição*”, “*tipologia*”, “*equilíbrio*” aparecem para compreensão da descrição de um agrupamento, ou seja, a “*genética de cada população*” a qual possui, entretanto, alguns “*caracteres universais*” que auxiliam a “*adaptabilidade*”, “*evolução*” e “*progresso do homem*” (Proposições sobre os aspectos biológicos da questão racial, 1964, Ponto 8º). Por fim, se colocam contrários às teses racistas e recomendam que os resultados das pesquisas antropológicas não sejam “*deformados*” para fins “*não científicos*”.

3.5 Racismo e preconceito racial (1967)

O texto da *Declaração sobre a raça e os preconceitos raciais* publicada em 1967⁶¹ apresenta a preocupação com os preconceitos raciais compreendidos

⁶¹ Assinam a *Declaration sur la race et les préjugés raciaux* de 1967: Muddathir Abdel Rahim, (Sudão); Georges Balandier (França); Celio de Oliveira Borja (Brasil); Lloyd Braithwaite (Jamaica); Leonard Broom (Estados Unidos); G.F. Debetz (Rússia); J. Djordjevic, (Rússia);

como um dos efeitos diretos do racismo⁶². Consagra o “*princípio democrático universalmente proclamado*” segundo o qual todos os seres humanos, são considerados livres e iguais, a partir do nascimento. Essa afirmação logo no início do texto demonstra um direcionamento à problemática ao colocá-la no interior das ciências políticas e do direito. Os demais pontos, que totalizam dezenove, são dedicados a retomar e ampliar os princípios dos documentos anteriores.

O documento aponta que a persistência das desigualdades, por estar circunscrita a fatores socioeconômicos ou culturais como incidentes do racismo, possui algo que, além de prejudicial, incide sobre os indivíduos e “*divide as nações entre elas mesmas*”, sendo um obstáculo à “*paz mundial*” e ocasionando “*tensões internacionais*” (Declaração sobre a raça e os preconceitos raciais, 1967, Ponto 2º). Retoma extratos das declarações anteriores e os estudos realizados sobre o tema e destaca o papel das “doutrinas racistas” na perpetuação do racismo.

O texto de 1967 resgata algumas definições anteriores como a de que os conflitos compreendidos como “raciais” estariam mais associados a uma invenção social do que qualquer associação biológica, fato capital da constituição do racismo (Declaração sobre a raça e os preconceitos raciais, 1967, Ponto 2º). Assim, o texto aborda a forma alternativa pela qual as doutrinas raciais, ao sustentar a continuidade do racismo, atuariam de modo a realimentar tais doutrinas. É a primeira vez que uma declaração científica da UNESCO traz uma definição de racismo (SILVÉRIO, 1999). O texto aponta algumas premissas fundamentais: o caráter comum e unitário da origem da espécie humana, a arbitrariedade e a ausência de base científica na proposição de qualquer divisão da espécie humana em “raças” e, por fim, a impossibilidade de se atribuir as distintas “realizações culturais dos povos” a alguma justificativa biológica que os impeça de atingir qualquer nível de “civilização”.

Clarence Clyde Ferguson (Estados Unidos); Dharam P. Ghai (Quênia); Louis Guttman (Israel); Jean Hiernaux (Genebra); A. Kloskowska, Lodz; Kéba M'Baye, (Senegal); John Rex (Reino Unido); Mariano R. Solveira, (Cuba); Hisashi Suzuki (Japão); Romila Thapar (Índia) ; C.H. Waddington (Reino Unido).

⁶² Esta versão publicada em 1967 é a base da declaração que seria publicada com em 1978 com a mesma nomenclatura. O informativo que apresenta a versão da *Déclaration sur la race et les préjugés raciaux* de 1978, são acrescentadas em anexo as demais declarações de 1950 a 1967.

Logo, as doutrinas raciais que sustentam o racismo incitam tacitamente as atitudes individuais que, por vezes não são reconhecidas como racistas. O texto define o racismo como um acontecimento histórico de escala limitada, utilizado como justificativa da “conquista”, do “escravismo” e da “colonização” (Declaração sobre a raça e os preconceitos raciais, 1967, Ponto 7º). Há uma indicação de que a “revolução anticolonial” do século XX possibilitou eliminar o racismo e garantir às pessoas a “plenitude de seus direitos políticos” (Declaração sobre a raça e os preconceitos raciais, 1967, Ponto 7º). Como efeito do racismo, a exemplo do antissemitismo do qual os judeus foram alvo como “*bodes expiatórios*” (Declaração sobre a raça e os preconceitos raciais, 1967, Ponto 7º). A declaração destaca ainda o papel das lutas anticoloniais do século XX no combate ao racismo.

Há uma ressalva sobre os movimentos que politicamente mobilizam “*doutrinas*” ou produzem determinadas práticas baseadas, sobretudo, em um tipo de nomenclatura racial. De acordo com o texto, isto não deve ser visto como prática ou ideologia racista, uma vez que a existência do racismo “impediu” esses grupos de se reconstruírem em uma lógica fora da ordem racial. Dito de outra forma, o modo racializado pelo qual alguns grupos foram construídos forçou um tipo de articulação no qual uma construção política identitária positiva tornou-se a estratégia de sobrevivência com a finalidade de resistir às práticas racistas. Isto sugere o texto, deve ser interpretado como uma reação politicamente orientada sem qualquer aceção a um fundamento científico baseado em qualquer doutrina de base racial (Declaração sobre a raça e os preconceitos raciais, 1967, Ponto 9º). O racismo é visualizado como uma estrutura socialmente construída que atua sobre os indivíduos e sobre o seu comportamento, o que está diretamente vinculado ao debate pautado pela sociologia e pela psicologia sobre o aspecto comportamental do racismo, indicado pelo efeito insuficiente da denúncia do caráter falacioso da raça pelos biólogos.

A partir do 11º ponto o texto se dirige ao seu título e passa a destacar os elementos que originam o caráter de atuação social do “preconceito racial”. As causas sociais e econômicas estão entre as que potencializam as ocorrências de

preconceito racial, sobretudo quando ocorrem em um contexto com determinadas condições desiguais entre grupos. Essas condições podem ser de acesso a emprego, habitação, educação ou naquelas formações sociais cuja origem está na constituição de hierarquias entre grupos de diferentes pertencimentos étnicos e raciais. Entre as causas atreladas ao campo psicológico, a existência de indivíduos com “problemas de personalidade” potencialmente “inclinados a adotar e a manifestar preconceitos raciais”, assim como “grupos, associações e movimentos sociais” específicos que incitam comportamentos preconceituosos consistem em condicionantes para a existência do racismo (Declaração sobre a raça e os preconceitos raciais, 1967, Ponto 11º). Dessa descrição emerge uma referência jurídica dos efeitos do racismo na medida em que é identificado como o fundamento a partir do qual se desenvolve a discriminação sobre um grupo privado da igualdade de direitos.

A elaboração desta declaração ocorre diante do cenário dos movimentos anticolonialistas e da composição de novas formações nacionais, especialmente no contexto africano. Esta conjuntura é justificativa do apontamento de diretrizes concretas que devem ser adotadas pelos países, indicação que não aparece nos documentos anteriores. O texto informa que para a eliminação dos preconceitos raciais é necessário se fazer opções políticas, devendo ater-se a modificar a situação social que favorece o preconceito. Entre os tipos de “*instrumentos de progresso*” a serem adotados há indicação das áreas de ensino, desenvolvimento econômico e social, informação e do direito (Declaração sobre a raça e os preconceitos raciais, 1967, Ponto 13º). Os currículos escolares devem ser direcionados para a criação de planejamentos para divulgação dos resultados das pesquisas sobre o racismo e a unidade humana. Ainda devem se dirigir atenção aos programas de ensino e formação de professores e a elaboração de medidas a fim de equalizar desníveis que possa haver em sociedades que possuam grupos que apresentam “nível de educação e de vida inferior” (Declaração sobre a raça e os preconceitos raciais, 1967, Ponto 14º).

Em relação ao campo do direito há a afirmação de que o documento é um dos principais instrumentos de luta contra o racismo, pois sua função é assegurar a

igualdade entre os indivíduos e criar condições para a constituição de uma legislação nacional contra os preconceitos (Declaração sobre a raça e os preconceitos raciais, 1967, Ponto 17º). O documento encerra-se afirmando a condição dos pesquisadores, os quais devem utilizar seus conhecimentos a serviço de impedir que as ciências sejam utilizadas de modo abusivo para “propagar os preconceitos raciais e encorajar a discriminação” (Declaração sobre a raça e os preconceitos raciais, 1967, Ponto 19º).

3.6 Uma leitura sociológica e uma leitura biológica da questão racial

Os textos de Jean Hiernaux e de Michael Banton, sobre os aspectos biológicos e sociológicos da questão racial abrem o material “*Quatre déclarations sur la question raciale*” de 1969 no qual constam as quatro declarações da UNESCO sobre a matéria e são apresentadas considerações gerais das declarações em conjunto.

Jean Hiernaux apresenta a perspectiva biológica assinalando como os pressupostos racialistas de inferioridade e superioridade vinculam-se a convicção em um tipo de hereditariedade racial. Essas ideias associadas a caracteres morais e físicos culminaram em representações estereotipadas sobre estes grupos. Hiernaux retoma as indicações estabelecidas nas declarações científicas de 1951 e de 1967, mais comprometidas, como vimos à perspectiva biológica sobre a matéria. Com este objetivo, assinala que a formação do ser humano do ponto de vista mental e psíquico é resultado das interações entre o meio e a hereditariedade. Segundo Hiernaux a *Declaração sobre raça e as diferenças raciais* de 1951 teve por objetivo sustentar a indicação do uso metodológico da noção de raça como um conceito classificatório a partir de uma análise antropológica.

De acordo com o biólogo, na década de 1950 o emprego de uma terminologia racial referia-se a um conjunto populacional possuidor de uma frequência de determinados genes. Essa noção se consolida na década de 1960, ocasião em que a humanidade é compreendida como um agrupamento composto por um conjunto de populações que possuem uma determinada quantidade de

genes. Isto se torna uma das preocupações centrais da “biologia moderna”, ou seja, os modos pelos quais as pluralidades genéticas das populações são aferidas como diferenças raciais. Outro aspecto que se destaca da análise de Hiernaux é sobre o caráter da mestiçagem, segundo ele as declarações científicas auxiliaram na compreensão de que a mestiçagem não é em si algo trágico, pois cada população possui uma diversidade interna ao grupo. A prática da mestiçagem, ao contrário, deveria ser estimulada, uma vez que auxiliaria no esvaziamento do pensamento racista e de discriminações de cunho racial (HIERNAUX, 1969).

Hiernaux, entretanto, indaga sobre os limites da utilização de raça sugerindo, por conseguinte, o termo “*população*” para efeitos de categorização dos seres humanos. O autor adota a noção de população definida como uma “comunidade de indivíduos” (CUCHE, 2002, p. 29). O estabelecimento de relações matrimoniais e determinados elementos específicos à formação de cada grupo forjaria um tipo de pertencimento para o qual a noção de etnia é mais adequada para fazer referência a um agrupamento populacional.

O texto de Michael Banton aborda os principais pontos dos documentos anteriores analisados sob uma ótica sociológica e ainda apresenta um posicionamento em relação à postura que o profissional sociólogo deve ter sobre o tema. O autor centraliza a noção moderna de raça do século XIX, que serviu para explicar as “diferenças de desenvolvimento cultural e técnico existente entre os povos” (BANTON, 1969). Segundo o sociólogo, ao ser levada a reconhecer que as “*tensões sociais*” eram fundamentadas pela crença na existência de teorias “*racistas*”, a UNESCO foi considerada naquele momento a mais qualificada para compreender e difundir os dados sobre o caráter científico da categorização racial fundamentada na ideia de raça. Ainda sob este prisma, Banton argumenta que os cientistas concluíram que a *ideia* de raça seria a geradora de um obstáculo na compreensão das desigualdades que se mantinham entre grupos etnicamente diferentes.

Banton se inspira nas análises de Ruth Benedict sobre o caráter comportamental e sistêmico do racismo, na medida em que uma atitude racista se encadeia diretamente a outras atitudes. Com esse argumento, o autor indica a

necessidade de se observar os “conflitos raciais” junto a uma análise psicológica. A perspectiva de Benedict alega que os grupos ou cada cultura estão suscetíveis a determinado número de tipos classificados em raças ou os “tipos” possuem uma medida de concretude que pode ser estudada como um “modelo” (CUCHE, 2002) que compõe o racismo.

Banton qualifica o texto de 1967 como um manifesto “*engajado*”, uma vez que o tom é de alerta para a urgência dos efeitos do racismo e da necessidade de medidas concretas em seu combate, criadas pela educação, moradia, emprego, informação e legislação, o que deveria ser feito por meio de uma “discriminação positiva” (BANTON, 1969, p. 22). Aponta ainda a crença no caráter plural das causas da “hostilidade racial” de acordo com o contexto e as circunstâncias (BANTON, 1969).

O autor frisa que, naquele contexto, os trabalhos de analítica sociológica apontavam a plasticidade da formação do racismo no meio social. A pesquisa de cunho diagnóstico que afirmava o modo pelo qual se imprimem em um dado contexto social as práticas racistas e as maneiras pelas quais tais práticas são transmitidas é especialmente importante. Os modos de identificação utilizados pelos grupos “minoritários” deveriam influenciar as formas de análise sociológica (BANTON, 1969, p. 23). Conclui afirmando que não se pode ignorar o valor social atribuído à categorização racial no plano social pelo fato das pessoas se mobilizarem e se identificarem influenciadas por uma apropriação de tais classificações racializadas. A simples proposição da negação da categoria raça é inócua, pois não impede que as pessoas permaneçam pensando a si mesmas e aos outros em termos raciais. Por fim, afirma que os aspectos sociais da questão racial devem ser associados à desigualdade nas sociedades humanas.

Posteriormente, a posição de Banton sobre a analítica sociológica sobre a questão racial sofre uma modificação. No livro “*A questão de raça*”⁶³, Banton enfatiza a terminologia ‘relações raciais’ como um modelo metodológico de identificação antiquada, em razão de ser baseada em uma concepção biológica de raça sem qualquer fundamento. Afirma, também, que a compreensão da

⁶³ Versão publicada em português em 2010.

construção da “ideia de raça” deva ser feita a partir dos modos como historicamente ela foi sendo utilizada, a primeira mudança de significado teria ocorrido a partir de 1800 dando lugar ao que o autor denomina de racialização como um processo de categorização que acabou se tornando a engrenagem do colonialismo.

O autor sustenta a tese de que a raça foi utilizada inicialmente como elemento que caracterizaria descendência e, posteriormente, como modo de classificação. Essa ausência de embasamento a respeito da ideia de raça sustenta-se pelo caráter contingente do termo, visto que significou diferentes coisas em diferentes contextos históricos. No entanto, do ponto de vista analítico, o estudo das relações raciais deve ser direcionado para a apreciação do “crescimento do saber” acerca do tema, articulando o desenvolvimento do conhecimento, a percepção das pessoas e as obras acadêmicas sobre a temática (BANTON, 2010, p.13). Banton destaca ainda que a problemática central acerca dos conflitos étnicos ou raciais é a existência de desigualdades entre estes grupos no interior de um mesmo “Estado-nacional”. No entanto, não se pode deixar de pontuar que as reflexões do pesquisador se dão a partir de um contexto europeu e com um cunho marcadamente sociológico, dado o momento histórico de sua elaboração.

O aparecimento do termo racismo na *Declaração sobre a raça e os preconceitos raciais* de 1967 ocorreu junto à definição a partir da qual o racismo é uma doutrina cuja crença se refere à existência de uma tipologia que incide sobre os comportamentos individuais determinados por características hereditárias. Os sociólogos identificam que o racismo alia essa noção ao caráter da cultura e a possibilidade de identificação de “raças humanas”. Há uma ampliação das áreas de conhecimentos dos estudiosos convocados para a escrita do texto como a psicologia social, direito, etnografia, história.

A UNESCO realiza uma associação direta entre as ideias acerca das noções raciais e o racismo, isto é, a atribuição deste sentido de equivalência entre a existência da raça que sustenta o racismo. Ou seja, tal percepção orienta as medidas da agência que podem ser lidas como uma proposta de “desracialização” a ser operada, prioritariamente em âmbito linguístico, que culminaria na

finalidade de eliminar o racismo. Segundo Stockowicz (2007) há uma leitura de que o que faz as pessoas aceitarem ou excluírem o outro, definido como não pertencente ao seu grupo, reside em um tipo de pensamento racional comum e não somente no pensamento científico. A elaboração científica por ser considerada mais sofisticada se afastaria das justificativas e práticas comuns que geram as discriminações e atitudes preconceituosas.

Os tópicos que até aqui estruturam este capítulo, destinaram-se a análise das questões colocadas no âmbito das disciplinas acadêmicas que embasam as declarações científicas da UNESCO. De agora em diante, os itens que seguem, dirigem-se aos esforços da UNESCO na mudança de orientação ao identificar que operar primeiramente pelo campo científico apresentava determinados limites os quais tentaram ser resolvidos por meio do aumento no investimento em pesquisas específicas sobre o tema congregando áreas diversas.

3.7 O pensamento e a ciência moderna examinam a questão racial

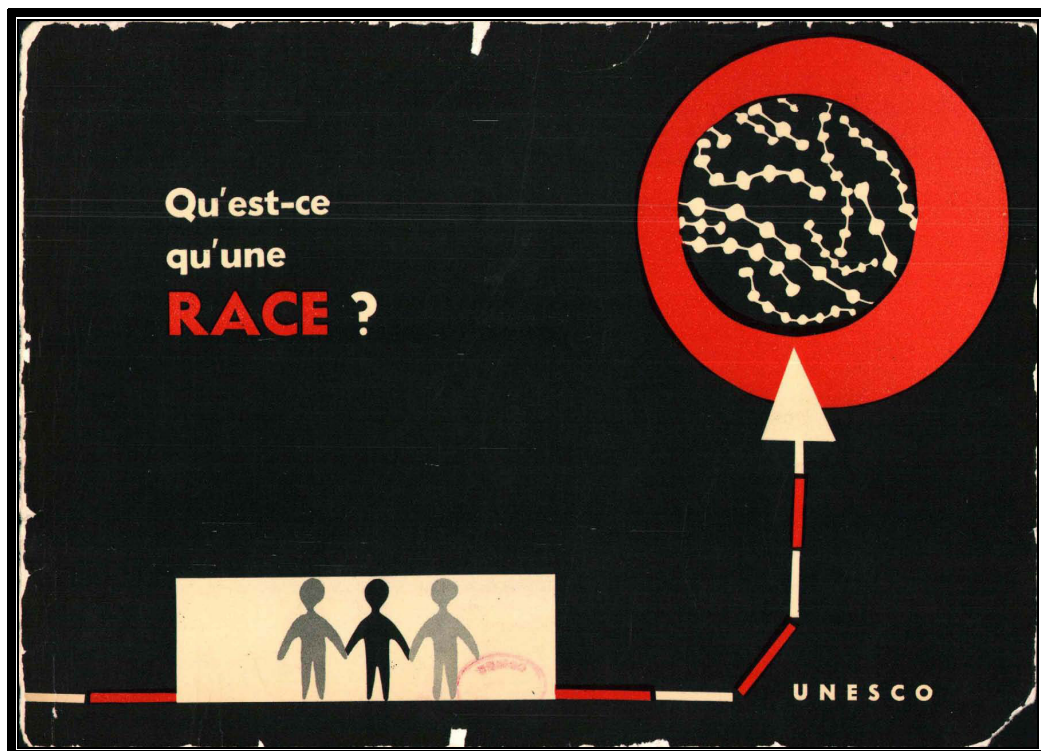
Como consequência dos debates e pesquisas realizados e em proximidade com as declarações científicas, resultaram determinadas publicações de caráter distintivo conhecido pelo objetivo de serem propagadas como veiculadoras de um “espírito” antirracista (UNESCO, 1953). Essas publicações compõem coleções específicas com a finalidade de traduzir os princípios que orientam as diretrizes normativas contidas nas declarações científicas. Embora possuam uma linguagem formal aplicada pelos estudiosos responsáveis pelas publicações, os livros buscam desdobrar o debate teórico para uma linguagem mais simplificada aos leitores leigos a fim de explicar as indicações dos documentos.

Le probleme de la race, tel qu'il se présente à l'époque actuelle, ne peut être résolu que par l'action conjointe de différentes disciplines scientifiques, car il se situe à la fois sur des plans biologique, social et moral. Par des brochures, dont la rédaction sera confiée à des spécialistes éminents, l'Unesco s'emploiera à

faire connaître à un vaste public les résultats obtenus dans ces divers domaines (UNESCO, 1950, p. 4).⁶⁴

De modo específico, este tópico se restringe a estas coleções, uma sobre a questão racial e a ciência moderna, cujos textos apresentam o debate no âmbito da psicologia, da história, da sociologia, e demais ciências “modernas”. A outra coleção refere-se ao enquadramento do debate diante do “pensamento moderno” onde se aloca o modo como diferentes religiões “modernas” pensam a problemática racial.

Como exemplo, dentre as publicações destinadas ao grande público, há um informativo ilustrativo⁶⁵ dedicado aos argumentos da pesquisa genética sobre o que é “uma raça”:



⁶⁴ UNESCO, *La UNESCO et son programme : la question raciale*. 1950, 11p.

⁶⁵ *Qu'est ce-qu'une race ? Des savants répondent*, publicado pelo Departamento de informação da UNESCO em 1952. Muitas dessas publicações sofreram duras críticas sendo interpretadas como textos fantasiosos sem rigor teórico ou científico. A estrutura do informativo é baseada nas obras de L. C. Dunn sobre as questões biológicas, no texto de Otto Klineberg sobre as questões psicológicas e o texto de M. Leiris sobre as relações raciais. Este texto foi o substituto de uma primeira publicação *Qu'est ce-qu'une race ? La science répond*, publicada em 1951.

Figura 3 - Capa do informativo *Qu'est-ce qu'une race?* Publicado pela UNESCO em 1952. © UNESCO/1952.

O material busca responder questões consideradas essenciais sobre os aspectos biológicos de raça⁶⁶. As questões procuram dar uma resposta sobre a origem das raças, além de tentar explicar a formação dos grupos raciais. Cumpre ressaltar, que o próprio informativo indica que tais questionamentos sofreram modificações em consequência das descobertas da genética e dos antropólogos.

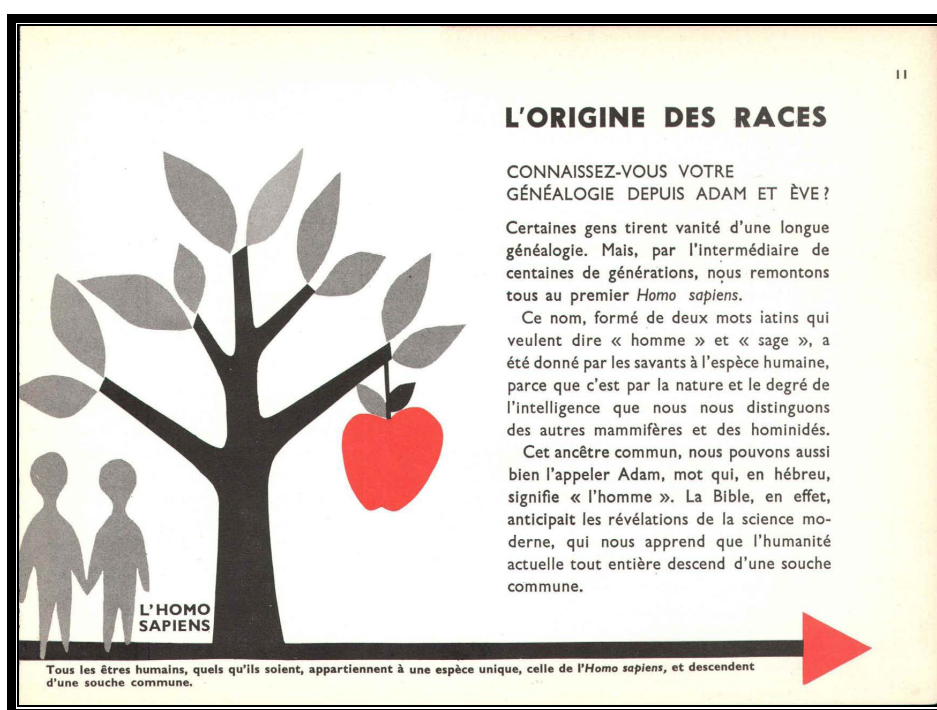
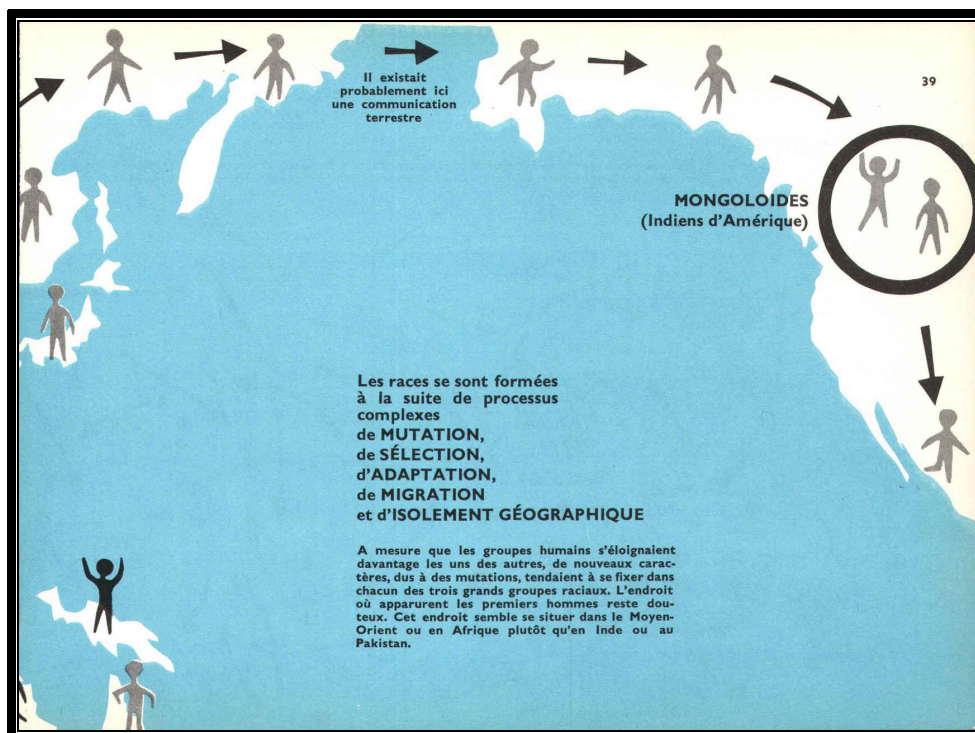
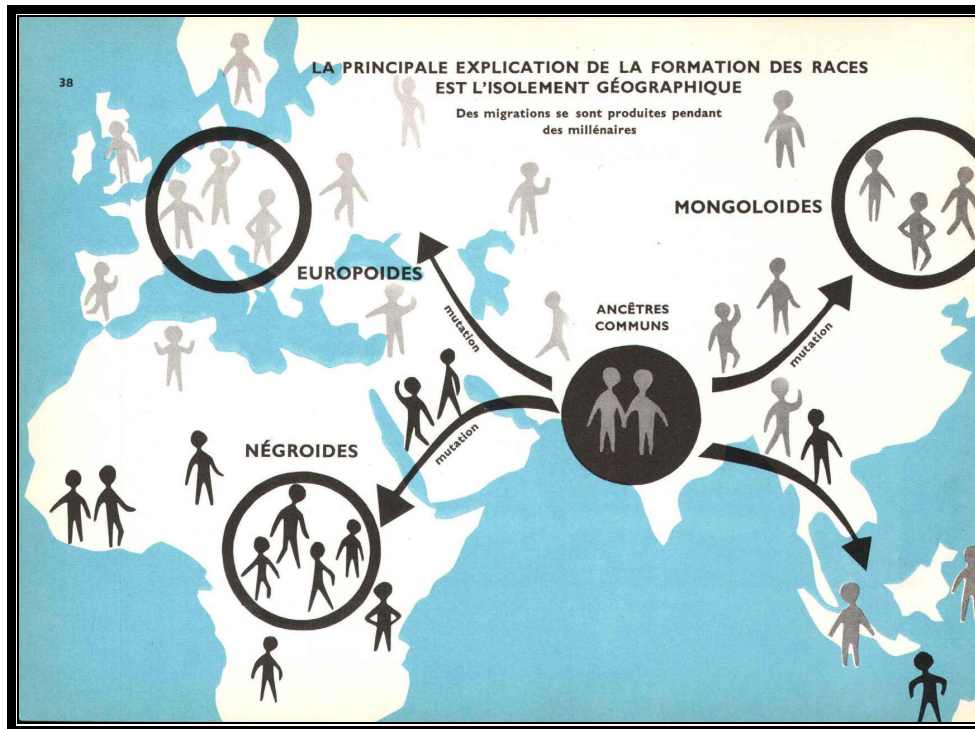


Figura 4 - Ilustração reproduzida do informativo *Qu'est-ce qu'une race ? Des savants répondent.* Referente à origem das raças. Publicado pela UNESCO em 1952, p. 11. © UNESCO/1952.

⁶⁶ O texto está dividido em três partes: a primeira, “*Existe-t-il une race pure?*”; a segunda, “*Existe-t-il une race supérieure?*” e, por fim, a terceira “*Existe-t-il des différences raciales immutables?*” (UNESCO, 1952, sumário).

Por fim, o informativo traz imagens e ilustrações sobre a formação dos grupos raciais além de oferecer elementos para que um educador possa organizar uma discussão sobre a raça⁶⁷.

⁶⁷As sugestões são questões nas quais os estudantes devem assinalar verdadeiro ou falso, além de questões diretivas relativas ao texto (UNESCO, *Qu'est-ce-qu'une race ?* 1952, p. 75).



Figuras 5 - Esquema reproduzido do informativo *Qu'est ce-qu'une race ? Des savants répondent*. Sobre o isolamento geográfico na formação dos grupos raciais, p. 38-39. © UNESCO/1952.

A coleção sobre as ciências modernas reúne em diversos livros os debates que circundam as duas primeiras declarações científicas de 1950 e 1951. Dentre estes livros um é dedicado a apresentar os dados de uma das pesquisas sobre o conceito de raça⁶⁸, publicada como livro em 1953. Este livro expõe as críticas e questionamentos enviados por carta à UNESCO por pessoas comuns, assim como argumentos de estudiosos de campos científicos como o da genética humana e o da antropologia física para descortinar a confusão entre a interpretação do conceito de raça como “*fato biológico*” ou “*fenômeno social*” (UNESCO, 1953, p. 7). Traz, ainda, uma exegese das declarações anteriores e a proposição de inclusão de artigos e sentenças para um posterior texto final.

A publicação completa que traz o debate do tema no interior das disciplinas acadêmicas alocadas na ciência moderna é publicada neste mesmo ano⁶⁹. Já na introdução há uma indicação de que o texto é destinado ao “grande público” para que conheça as várias interpretações dadas ao tema pela ciência e que seja visto como uma extensão a *Declaração sobre raça* de 1950. De igual maneira, advoga que a publicação é um espaço para a expressão das ideias de alguns estudiosos que não puderam estar presentes no encontro que gerou o documento. Os textos estão centralizados em cinco aspectos da questão racial: civilizatórios, biológicos, psicológicos, o caráter de mitos raciais e a origem dos preconceitos⁷⁰. Tais textos são publicados como materiais individuais em 1951 e posteriormente, em 1956, fizeram parte de outra coletânea, quando são publicados em volume único.

Em 1973, esta coleção é ampliada incorporando a estes textos acrescidos de outros sobre questões raciais em campos como a genética e descrições de experiências de convívio em contextos específicos onde convivem grupos raciais

⁶⁸ UNESCO, Le concept de race: résultats d'une enquête. In: *La question raciale devant la science moderne*, Paris, 1953, 117p.

⁶⁹ UNESCO. *La question raciale devant la science moderne*, 1956. Constitui-se de uma compilação de textos publicados entre 1951 e 1953, é publicada uma edição completa em 1965.

⁷⁰ Textos da Coleção de 1953: LEIRIS, M. “*Race et civilisation*” [Raça e civilização], ; KLINEBERG, O. “*Race et psychologie*” [Raça e psicologia], DUNN, L. C. “*Race et biologie*” [Raça e biologia]; COMAS, J. “*Les mythes raciaux*” [Os mitos raciais]; ROSE, A. M. “*L'origine des préjugés*” [A origem dos preconceitos]; LEVI-STRAUSS, C. “*Race et histoire*” [Raça e história]; MORANT, G. M. “*Les différences raciales et leur signification*” [As diferenças raciais e seu significado]; LITTLE, K. L. “*Race et société*” [Raça e sociedade].

distintos. No prefácio há a indicação de que nem a ciência nem a história se modificaram desde 1950, cita as conferências sobre o tema realizadas pela UNESCO em 1964 e 1967 centradas nas pesquisas sobre a genética de populações e nas ciências sociais ⁷¹ (UNESCO, 1973).

O objetivo dos textos publicados foi o de promover uma leitura minuciosa dos documentos da UNESCO e ratificar a distinção conceitual entre raça como “fato biológico” e raça como “fenômeno social” (UNESCO, 1953). Indica que a noção de que as diferenças culturais e realizações materiais entre os grupos, expostas em 1951 não seriam reflexos de diferenças biológicas genéticas e hereditárias. Afirma que até 1950, pensava-se em raça no campo teórico como uma categoria descritiva, após as reuniões ofertadas pela UNESCO há a recomendação de que a palavra seja substituída pelo termo “*grupo étnico*” assente na ideia de que as diferenças entre os povos passassem a ser interpretadas como culturais.

Dentre os textos que compõem a coleção sobre o racismo e a ciência moderna, o a apresentação ao seu conteúdo assinada pelo zoólogo L. C. Dunn aponta para a variabilidade no interior dos grupos raciais no que concerne a quantidade genética. As diferenças entre os grupos, portanto, são referidas aos caracteres de ordem cultural. Segundo ele, os signatários da *Declaração sobre raça* de 1950 apresentam a primeira proposta do limite da utilização da categoria raça visto que há um consenso de que ela não existe, havendo ainda uma indicação de que “raça” apenas deva ser utilizada quando estiver ligada a uma classificação antropológica de traços físicos “bem definidos” um “grupo biologicamente caracterizado” (DUNN, 1951, p. 39).

⁷¹ Com o título “*Le racisme devant la science*” e os textos “*Race et genétique contemporaine*” de N. P. Doubinine; “*Tribalisme et racisme*” de E. U. Essien-Udon; “*Le racialisme et la classe urbaine*” de Jon Rex. Há ainda os textos anteriormente publicados na *Revue internationale des sciences sociales*: “*Race, caste et identité ethnique*” de A. Béteille; “*Evolution de la situation professionnelle des Chinois em Asie du Sud-Est*” de Go Gien-tjwan e “*Changement, conflit et règlement: dimensions nouvelles*” de Max Gluckman, há um texto de Jean Hiernaux, anteriormente publicado, mas nesta edição com uma nomenclatura diferente “*L’espèce humaine peut-elle être découpée em races*” (UNESCO, 1973).

A coleção sobre a questão racial no pensamento moderno⁷² publicada em 1958 reúne um conjunto de publicações com objetivo de ampliar os conhecimentos sobre as questões raciais a partir de determinadas tradições religiosas modernas⁷³. Elaboradas por intermédio de Alfred Métraux são consideradas representativas dos debates acerca do relativismo cultural. A justificativa de encomendar a elaboração de publicações sob essas perspectivas ocorre mediante a concepção de que as pesquisas científicas para resolução dos conflitos raciais se mostravam insuficientes⁷⁴ (UNESCO, 1970). Os textos sobre a questão racial a partir do viés de varias religiões são compilados e publicados sequencialmente.

Um deles, a partir de uma perspectiva budista, retoma passagens de textos sagrados indianos e exploram a relação entre casta e grupos raciais diferentes. Dividido em três partes, o texto problematiza a relação entre raça, racismo e casta e o lugar da humanidade no budismo e a política budista em relação às raças e castas (MALALASEKERA, JAYATILLEKE, 1958). Além disso, afirma que há uma correlação entre casta e raça e que ao combater o preconceito de casta se combate de forma concomitante o racismo. Por seu turno, o texto elaborado do ponto de vista da igreja católica debate os princípios cristãos diante do problema racial e algumas problemáticas específicas sobre o tema, como o antisemitismo (CONGAR, 1953).

O texto do “movimento ecumênico” descrito como um “cristianismo moderno” (igrejas protestantes, anglicanas e ortodoxas) debate a questão racial a partir do encontro do “homem branco e os homens de outras raças”, o papel destas igrejas no escravismo negro e os demais conflitos de cunho racial (HOOFT, 1954). A perspectiva do islamismo é tratada em texto específico, o qual em sua relação com o racismo se utiliza de passagens sagradas a fim relacionar os

⁷² Coleção *Question racial et la pensée moderne* textos publicados a partir de 1953.

⁷³ Textos publicados: “*L’eglise catholique devant la question raciale*”, 1953 de Yves M. J. Congar; “*L’islam et la question raciale*” por ’Abd-al-’Aziz ’Abd-al-Qadir Kamil, 1970; “*La pensée juive, facteur de civilisation*”, por Léon Roth, 1954 (texto não encontrado *on line*); “*Le mouvement oecuménique et la question raciale*”, por W.A. Visser’t Hooft, 1954 e “*Le bouddhisme et la question raciale*”, por G.P. Malalasekera et K.N. Jayatilleke, 1958.

⁷⁴ Prefácio da edição de “*L’islam et la question raciale*” de ’Abd-al-’Aziz ’Abd-al-Qadir Kamil, de 1970.

preceitos religiosos às relações sociais, decorrendo na compreensão de a garantia de noções universais da luta contra o racismo ser uma obrigação humana (KAMIL, 1970).

Todos os textos, embora se dediquem ao debate literal e teológico de cada religião para a questão racial, apresentam semelhanças na construção dos argumentos. Essa derive no debate com a entrada do viés teológico visa responder as questões acerca do tema, colocadas pelas pessoas via correspondência direta a UNESCO, amplia a discussão sugerindo que as discussões fossem retiradas do espectro canônico das ciências acadêmicas e incluídas outras esferas de saber. Ao se dirigir para essa esfera, identifica-se um movimento para estabelecer uma relação com algo que concerne à experiência das pessoas, a sua religiosidade. Com a convocação de representantes de religiões diversas, a UNESCO procura falar às pessoas que pertencem a essas religiões, oferecendo em retribuição a possibilidade de que possam expressar-se por meio de um veículo da UNESCO. Isto, no entanto, não sugere um rompimento com a ciência, mas um modo de endossá-la, na medida em que os textos apresentam partes dedicadas a estabelecer a relação entre cada religião e a ciência, de modo a corroborar seus argumentos com as ideias científicas.

Alguns dos textos encomendados no interior da coleção, dedicada à ciência moderna, foram intensamente difundidos. O texto de Lévi-Strauss “*Raça e história*” é um dos mais debatidos, publicado pela primeira vez em 1952 é considerado como um complemento teórico à *Declaração sobre raça* de 1950. Lévi-Strauss se torna um dos nomes mais fortes do antirracismo na UNESCO, por conta do grande número de publicações postuladas em seu nome. Diante do sucesso adquirido nos meios acadêmicos “*Raça e história*” converte-se em emblema da literatura antirracista da época. O sucesso se deve ao fato de Lévi-Strauss trazer uma questão da etnologia, ao colocar uma proposição relativista acerca do problema da existência e do convívio entre várias culturas em oposição ao problema da raça. Esse é o léxico central por meio do qual o texto adquiriu o qualificativo de antirracista, por identificar e afirmar que seria um engodo

centralizar o debate no âmbito racial, visto que raça não existiria de forma concreta.

Lévi-Strauss aponta o erro de abordagem do campo antropológico em associar um fator biológico (como, por exemplo, a cor da pele) a algo cultural (a produção material e imaterial de alguns povos denominados como “*de cor*”), este é o núcleo da prática racista cotidiana (LEVI-STRAUSS, [1952] 1980). Indica que esse é o desafio colocado para a antropologia: o de deslocar a equivalência entre a existência de várias culturas e as escalas de civilização. O risco está na definição acerca da contribuição dessas diversas culturas, para isto forçosamente seria necessário partir de uma medida de desenvolvimento para identificar o progresso. É tendo como pano de fundo a noção de progresso como grau de medida que o autor fundamenta sua crítica no campo da análise historiográfica. O texto de Lévi-Strauss objetiva descortinar uma concepção de racismo pautada na correlação entre patrimônio genético e atitudes intelectuais e morais.

Lévi-Strauss questiona o uso da raça, seja como conceito ou categoria, visto que não havia consenso sobre sua definição na antropologia, havia uma significação sobre cultura, mas não de raça, de modo que esta categoria seria insuficiente. A contribuição do texto como a defesa da unidade da espécie humana e o caráter arbitrário em utilizar a noção de raça como critério de classificação da humanidade, o fez ser considerado um texto clássico do antirracismo. O qualificativo de antirracista está vinculado à afirmação de que não o progresso da humanidade, não afere qualquer tipo de desigualdade intelectual inata em razão de que cada cultura coopera de um modo específico para o desenvolvimento da humanidade. Colocado de outra forma, a humanidade caminharia para a execução do “projeto moderno” em um processo diretivo cujo alcance seria o pleno desenvolvimento e o ápice da racionalidade. Tal hipótese fundamenta as proposições que a UNESCO passa a sustentar.

Para o Lévi-Strauss, colocar a questão em termos de “contribuição das raças humanas” seria já um equívoco conceitual, pois coloca em pauta aquilo que a publicação tenta distanciar:

Falar da contribuição das raças humanas para a civilização mundial poderia assumir um aspecto surpreendente numa coleção de brochuras destinadas a lutar contra o preconceito racista. Resultaria num esforço vão ter consagrado tanto talento e tantos esforços para demonstrar que nada, no estado atual da ciência, permite afirmar a superioridade ou a inferioridade intelectual de uma raça em relação a outra, a não ser que se quisesse restituir sub-repticiamente a sua consistência à noção de raça, parecendo demonstrar que os grandes grupos étnicos que compõem a humanidade trouxeram, *enquanto tais*, contribuições específicas para o patrimônio comum (LÉVI-STRAUSS, 1980, p. 8).

Ao longo de dez pontos, Lévi-Strauss desenvolve argumentos propondo questões teóricas e metodológicas para pensar as características e particularidades que marcam os grupos humanos. Logo no início do texto, o autor afirma que é um equívoco utilizar raça e ao longo de seu desenvolvimento passa a empregar os termos “*culturas*”, “*culturas humanas*”, “*civilizações*”, “*sociedades*”. Versando sobre as culturas, identifica uma rede de significados das problemáticas entre as culturas, nesse sentido problematiza as noções de “*etnocentrismo*”, “*progresso*”, “*tempo histórico*”, estabelecendo uma crítica à pretensão da “civilização ocidental” e à colaboração entre as culturas que são a base para se pensar as trocas entre as culturas.

Mas a simples proclamação da igualdade natural entre todos os homens e da fraternidade que os deve unir, sem distinção de raças ou de culturas, tem qualquer coisa de enganador para o espírito, porque negligencia uma diversidade de fato, que se impõe à observação e em relação da qual não basta dizer que não vai ao fundo do problema para que sejamos teórica e praticamente autorizados a atuar como se este não existisse. Assim o preâmbulo à segunda declaração da UNESCO sobre o problema das raças observa judiciosamente que o que convence o homem da rua da existência das raças é "a evidência imediata dos seus sentidos, quando vê junto um africano, um europeu, um asiático e um índio americano" (LÉVI-STRAUSS, 1980, p. 5).

Lévi-Strauss afirma que a proposta de assimilação das culturas é um erro político e conceitual, algo como uma forma de “racismo de assimilação” (LEDOYEN, 1998). Desta perspectiva sua aposta será na indicação de que as culturas devem ser preservadas. A associação equivalente entre raça e cultura, base de sustentação do preconceito racial, é alvo de suas análises demonstrando

seu posicionamento na crença de que a existência das diferenças culturais entre as sociedades não deve ser negligenciada, mas ao contrário que as condições para a evolução de tais sociedades deveriam ser definidas a partir de critérios que garantissem sua preservação. Lévi-Strauss ainda afirma que a igualdade tão proclamada pela UNESCO negligencia a humanidade.

O texto "*Raça e História*" é seguido, após duas décadas, pelo texto "*Raça e Cultura*" apresentado na conferência inaugural do *Ano Internacional de Luta contra o Racismo* em 1983. O texto é interpretado nos círculos acadêmicos como oposto às ideias defendidas no texto "*Raça e História*". Em "*Raça e Cultura*", o autor descarta a necessidade de saber o que é raça e coloca ênfase no debate sobre cultura, mais especificamente sobre as diferenças culturais (LÉVI-STRAUSS, 1983, p. 3). A questão central sobre a qual se debruça é sobre capacidade de justificar e compreender as diferenças entre os grupos culturais por meio de seu patrimônio genético, ou ainda, se este tipo de questionamento é válido. Posicionando-se de forma contrária, se dirige à etnologia para debater as distinções entre as culturas, o texto prossegue com exemplos variados para resolver o impasse de que se a raça influenciaria a cultura e de que forma. Ao identificar o caráter irresoluto do tema, procura sofisticar o argumento de que são as formas próprias de cada cultura que determina sua evolução, de modo que raça é uma função entre outras da cultura (LÉVI-STRAUSS, 1983, p. 9). Lévi-Strauss retoma alguns argumentos desenvolvidos no texto "*Raça e história*" dentre os quais o apelo ao fato de que as culturas não poderiam permanecer isoladas para adquirir uma "*história cumulativa*".

Lévi-Strauss contrapõe-se à proposição da UNESCO acerca da "luta ideológica contra o racismo", afirmando que tal medida tem pouca interferência prática contra os preconceitos raciais. Essa alegação está posta sobre a impossibilidade de aferir se a intolerância racial deriva de ideias falsas. Tal perspectiva coloca em questão a interpretação de que o racismo atua por ideologia, de modo que reafirma a própria hipótese que tenta refutar, pois os contextos de desiguais relações de poder é que de fato auxiliariam a formação do preconceito racial. Portanto, o papel do etnólogo é inócuo nesse sentido, ao que

poderiam ocupar os psicólogos ou educadores na compreensão e repreensão de “sentimentos de repulsa e de hostilidade” (LÉVI-STRAUSS, 1983, p. 13). Lévi-Strauss empreende uma crítica à política da UNESCO por colocar nas ciências canônicas modernas a tarefa de desarraigar os preconceitos raciais. Isto acaba por se tornar um golpe na proposição central da UNESCO. O autor não compreende raça como uma formação ideológica que resulta no racismo e que pode ser modificada pela ciência. Sendo assim, o objetivo da tarefa demandada pela UNESCO seria a de afirmar o erro contido na apreensão de que as variações raciais resultam em variações culturais.

A conferência de Lévi-Strauss na comemoração dos 60 anos da UNESCO em 2005⁷⁵ recolocou a contenda incluindo a função da antropologia e da etnologia as quais se apresentam diante de um impasse aos seus princípios, visto que ressaltam aquilo mesmo que a UNESCO recusa: o ato de “reparar e isolar” as variações entre os grupos humanos que se constitui de objeto central da etnologia e da antropologia (*Op. cit.* p. 14). Isso impôs um problema à reflexão etnológica cujo objeto central reside justamente no conhecimento e na existência desses vários grupos. No texto apresentado na Conferência, Lévi-Strauss questiona a noção de cultura e o questionamento sobre o modo como deveria ser utilizada, no singular ou no plural. Utilizá-la no singular implicaria admitir a existência de algo que caracterizaria todas as culturas, no âmbito do universal o que causaria um problema na escolha do elemento que comporia tal universalidade. Já a utilização plural do termo demanda o questionamento sobre a equivalência ou sobre aquilo que distinguiria as culturas entre si, a escolha de uma medida de valor para a distinção seria em si algo perigoso (LÉVI-STRAUSS, 2005, p. 32). Lévi-Strauss atinge o núcleo da proposta da UNESCO de mudança do termo raça para grupo étnico como um erro político em sua proposta antirracista (STOCZKOWSKI, 2007, p. 18).

A crítica de Lévi-Strauss inicia-se com o princípio propagado pela UNESCO em sua luta ideológica contra o racismo, o que resulta na própria compreensão dada ao tema. Ao se dirigir para argumentos que justifiquem a

⁷⁵ *Cérémonie du soixantième anniversaire de l'adoption de l'Acte constitutif de l'UNESCO*, Paris 16-18 de novembro de 2005, UNESCO: Paris, 2007, p. 555.

competição entre os grupos em uma dada formação social, Lévi-Strauss apoia-se sobre os preceitos da psicologia e da demografia. O aumento demográfico proporcionado pela sociedade industrial e a existência do caráter de competição entre grupos humanos em um dado contexto social resulta em conflitos, “de repulsa e hostilidade mútua” (LÉVI-STRAUSS, 2005, p. 32), essa perspectiva seria a atualização do “bode expiatório”.

Ashley Montagu na década de 1940 já formulava uma reflexão em torno desse argumento, segundo o qual são os conflitos em determinados contextos sociais que fazem emergir uma concepção racial, de modo que as pessoas passam a mobilizar uma conceituação racial nestes momentos, quase sempre de modo a fomentar hostilidades. Essa concepção pauta, ainda na contemporaneidade, algumas análises sobre a emergência de conflitos raciais. Essa afirmação a respeito da competição opõe-se à proposta da UNESCO que procura trocar a ontologia do conflito, presente no texto de Lévi-Strauss como algo próprio das relações humanas, pela ontologia do consenso e da cooperação (STOCZKOWSKI, 2007, p. 20) como aparece em diversos documentos sobre o caráter de cooperação inata do homem. Lévi-Strauss posiciona-se de forma contrária a das trocas entre as culturas, voltando-se para a proposta de admitir que os grupos mantivessem suas particularidades culturais, tal foi a querela entre essa premissa e os princípios da UNESCO promulgados desde a sua formação. A questão sobre as culturas que suscita de tal debate, posteriormente se coadunaria com a proposta multicultural da UNESCO (LENTIN, 2000; RODRIGUES, 2011).

Stoczkowski afirma que os contextos de publicação dos textos de Lévi-Strauss moldam suas diferentes recepções acadêmicas. O texto “*Raça e cultura*” abre pressuposto à ideia da existência de conflito e não de cooperação entre os seres humanos, fato que marca uma justificação moderada a qual abre precedente para a recusa dos valores do outro (STOCZKOWSKI, 2007). Os dois textos demonstram ainda um debate sobre os cânones e caminhos da antropologia, seus métodos e funções. A contenda gira em torno da interpretação pública da mudança na analítica de Lévi-Strauss de um texto a outro, o primeiro considerado como claramente antirracista, o segundo denominado antirracista, anulando a

premissa do anterior. Ao situar cada texto em seu contexto de publicação permitindo compreender os efeitos de suas recepções, Stoczkowski (2007) afirma que o segundo não invalida o primeiro, mas que ambos apontam interpretações complementares ao tema.

O texto de Michel Leiris⁷⁶ aborda as pressuposições do preconceito racial, ao ser publicado em 1951 ainda sob os efeitos das duas primeiras declarações científicas, afirma que raça pode ser utilizada no campo da antropologia física para se referir à hereditariedade. Argumenta com base na ideia de que são o meio e o quadro social em que o indivíduo está inserido que definem suas “qualidades intelectuais e morais” (LEIRIS, 1951, p. 18). Os textos de Leiris e de Lévi-Strauss empreendem uma crítica à hierarquia das culturas perspectiva intensa no interior da etnografia.

O texto de Juan Comas⁷⁷, em 1950, versa sobre os mitos raciais. Retomando textos religiosos, de pensadores e as pesquisas científicas, o autor reconstrói as histórias de mitologias dirigidas a alguns grupos, dentre eles os mitos como a hereditariedade pelo sangue, a mestiçagem como algo degenerativo, afirmações sobre negros e judeus, os quais são retomados como discursos classificados como mitos. O texto de Monroe Berger⁷⁸ publicado em 1954 é dedicado às medidas adotadas nos Estados Unidos contra a discriminação racial. O texto sobre a relação entre preconceito e saúde mental de Marie Jahoda⁷⁹ (1960) aborda os antagonismos raciais sob a perspectiva da psicanálise e da personalidade. Embora parta desse campo de análise a autora alega que a psicanálise é uma disciplina inadequada para analisar o tema. Desta forma, o argumento central é postulado sobre a tese da irracionalidade do preconceito racial que se expressa por meio do estereótipo.

⁷⁶ LEIRIS, M. Race et civilisation *In: La question raciale devant la science moderne*. UNESCO: Paris, 1951, 48p.

⁷⁷ COMAS, J. Les mythes raciaux. *In: La question raciale devant la science moderne*. UNESCO: Paris, 1951, 54p.

⁷⁸ BERGER, M. Problèmes raciaux: l'égalité par la loi la action législative contre la discrimination raciale aux États-Unis. *In: La question raciale devant la science moderne*, UNESCO: Paris, 1951, 52p.

⁷⁹ JAHODA, Marie. Les relations raciales et la santé mentale. *In: Le racisme devant la science*. UNESCO: Paris, UNESCO, 1960, 57p.

O texto de Geoffrey Morant⁸⁰ (1960) sobre o significado das diferenças raciais amparado nos pressupostos da antropologia clássica aborda a premissa da necessidade de criação de mecanismos de pesquisa para compreensão das diferenças físicas. O texto de Arnold Rose⁸¹ (1960) sobre a origem dos preconceitos é uma tentativa de explicação dos preconceitos e de sua propagação. O autor os descreve como produto de um contexto histórico e social em que, perante determinadas circunstâncias, um grupo é selecionado e alvo de preconceitos (ROSE, 1960). Kenneth Little⁸² enfatiza que a causa das diferenças entre as culturas não é a raça, mas o “fato histórico das atitudes sociais” (LITTLE, 1952, p. 20), argumenta, ainda, que os desenvolvimentos econômicos e sociais tendem a suprimir as problemáticas raciais.

3.8 Diretrizes normativas para a educação

As ações da UNESCO no que tange à educação direcionaram-se a partir da proposta de “reeducação” contra os efeitos do nazismo e do fascismo ainda presentes no contexto europeu. Em 1951, a UNESCO institui como política a proposta de que a educação seja ofertada de forma gratuita e obrigatória. Nos anos 1950 e 1960 são realizados estudos de sistemas escolares de diversos países para aplicação desta indicação. A partir dos anos 1960, a UNESCO incorpora o discurso da “educação permanente” que se refere ao estudo ao longo da vida.

Em 1960 a UNESCO publica a *Convenção relativa à Luta contra a Discriminação no campo do Ensino*⁸³. O documento é considerado um dos mais importantes sobre a discriminação racial e a educação. Logo no primeiro artigo, o texto traz uma definição de discriminação, compreendida como “qualquer distinção, exclusão, limitação ou preferência” que seja utilizada para quaisquer

⁸⁰ MORANT, G.M. Les différences raciales et leur signification. *La question raciale devant la science moderne*, Paris, UNESCO, 1952, 51p.

⁸¹ ROSE, Arnold M. L'origine des préjugés. In: *La question raciale devant la science moderne*, Paris, UNESCO, 1951. 44p.

⁸² LITTLE, Kenneth L. Race et société. In: *La question raciale devant la science moderne*, Paris, UNESCO, 1952. 61p.

⁸³ Aprovado pela Conferência Geral em sua 11ª sessão em 1960.

tipos de limitação, imposição ou privação. Em seguida há uma definição de ensino na qual são mencionados o acesso e a oferta dos diversos níveis de ensino.

De maneira geral, os artigos são dirigidos aos Estados-membros, atribuindo suas funções de assegurarem educação para todos e em todos os níveis. O texto estabelece distinções entre as medidas a serem adotadas de acordo com o contexto, como exemplo, políticas específicas como as dirigidas às mulheres ou a manutenção de estabelecimentos escolares que garantam a integridade de um grupo minoritário religioso ou linguístico. Dito de outro modo, a prática específica voltada para a oferta de um ensino diferenciado seja de gênero, religioso ou privado, não deve ser caracterizada como discriminação, posto que garanta o princípio de acesso equivalente. Assim, há uma ampliação da percepção do modo como a política deve ser executada, no sentido de discernir os atos que se restringem apenas a um tipo particular de ato discriminatório daquelas medidas concretas que visam promover a equidade.

O documento se referindo diretamente à versão da Declaração Universal dos Direitos Humanos é identificado como o mais importante da UNESCO no campo da educação. Não gera surpresa que a publicação de um documento dessa natureza em 1960, período de intensos conflitos e práticas discriminatórias de cunho racial em vários territórios, não seja ratificada por países como os Estados Unidos⁸⁴. A justificativa dos EUA se pautava no argumento de que a Convenção limitava a liberdade de ensino, o que fere a soberania das nações expressa como princípio capital no ato fundador da UNESCO. É importante ressaltar que na década de 1960 o Movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos marcava o auge dos conflitos sociais de cunho racial na sociedade norte-americana.

A Convenção destaca que o papel dos educadores é essencial para assegurar a igualdade de oportunidades a todos os grupos humanos. O texto conceitua “ensino” como as diversas modalidades de oferta de ensino e o acesso aos mesmos. No texto, educação é considerada um direito universal que visa garantir a igualdade de direitos, além disso, em seu Artigo 1º, a discriminação é conceituada como uma prática de exclusão, distinção, limitação ou preferência

⁸⁴ Estados Unidos ratifica a Convenção apenas em 1971.

que impede a “igualdade de tratamento” (Convenção relativa à luta contra a discriminação no campo do ensino, 1960, Artigo 1º). Essa definição é qualificada de “discriminação ativa” (DAUDET, Y. e EISEMANN, 2005, p. 9).

Yves Daudet e Pierre Michel Eisement (2005) em um boletim informativo comentando o contexto de elaboração do documento⁸⁵ afirmam que o acordo em torno do mesmo produziu debates internos sobre as especificidades nacionais. Tais debates trazidos pelos países derivaram em posições divergentes quanto à forma e função do instrumento. Em 1958, o debate sobre a elaboração de uma medida normativa dessa natureza ocasionou uma ambiguidade acerca do tipo de documento, ou seja, havia dúvidas se haveria a preparação de um instrumento específico ou se as indicações seriam inseridas nos outros documentos já estabelecidos. Daudet e Eisement destacam que a Convenção é um dos pilares de “atividade normativa da UNESCO em matéria de educação” (DAUDET, e EISEMANN, 2005, p. 70). Os autores destacam os limites do documento e ao mesmo tempo sua contemporaneidade ao se dirigir especialmente às várias práticas de discriminação.

Fundamentalmente, impedir o acesso à educação e ao ensino com base em distinções qualificativas que possam em alguma medida impedir a “igualdade de oportunidades e tratamento” é o embasamento do texto, nesse sentido,

[...] a educação deve visar ao pleno desenvolvimento da personalidade humana e ao fortalecimento do respeito aos direitos humanos e das liberdades fundamentais e que deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações. Todos os grupos raciais ou religiosos, assim como o desenvolvimento das atividades nas Nações Unidas para a manutenção da paz (UNESCO, Convenção relativa à luta contra a discriminação no campo do ensino, 1960, Artigo 1º).

O termo raça aparece somente na descrição do primeiro artigo como elemento descritivo o qual não pode ser empregado para qualquer tipo de discriminação. A sequência dos artigos tem enfoque no desenvolvimento técnico e operacional, no âmbito dos Estados, das disposições da Convenção. Na

⁸⁵ DAUDET, Y. e EISEMANN, P. M. Commentaire Convention concernant la lutte contre la discrimination dans le domaine de l'enseignement. Paris, 2005 In : *Droit à l'Éducation*. UNESCO : Paris, 2005, p. 80.

continuidade, o texto descreve as obrigações dos Estados signatários na matéria que devem se atentar a medidas legislativas. De modo diretivo, a política de entendimento entre as nações define que a educação a ser oferecida a “todos os grupos raciais ou religiosos” deve ser conduzida para o “pleno desenvolvimento da personalidade humana e ao fortalecimento do respeito aos direitos humanos e das liberdades fundamentais e que deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações” (Convenção relativa à luta contra a discriminação no campo do ensino, 1960, Artigo 2º).

Assegura a possibilidade de que os grupos minoritários sejam “reconhecidos” em ensino próprio segundo a “política de cada Estado” de modo que esse ensino não comprometa a “soberania nacional” (Convenção relativa à luta contra a discriminação no campo do ensino, 1960, Artigo 3º). O Artigo 4º insta os Estados a “formular, desenvolver e aplicar uma política nacional visando à promoção, pelos métodos adequados às circunstâncias e práticas nacionais, da igualdade de possibilidades e de tratamento no domínio do ensino” (Convenção relativa à luta contra a discriminação no campo do ensino, 1960, Artigo 4º). Os demais artigos se referem às disposições legais do documento perante as Nações Unidas.

O informativo intitulado *Significação da Convenção relativa à luta contra a discriminação no campo do ensino* escrito por Hector Gros Espiell em 2005, quando delegado permanente do Uruguai na UNESCO apresenta uma exegese do texto. Espiell realiza uma analítica sob a perspectiva do direito internacional dividida em seis pontos, dentre eles, igualdade de acesso à educação, obrigações dos Estados, a defesa dos princípios da UNESCO no que se refere à luta contra a discriminação e a função da Convenção no sistema jurídico internacional (ESPIELL, 2005). Espiell destaca o fato de a Convenção ser o primeiro instrumento internacional da UNESCO em direito internacional promovendo dois princípios básicos da organização: o direito à educação para todos⁸⁶ e a não discriminação em matéria de ensino.

⁸⁶ A denominação *Educação para todos* se torna uma das plataformas políticas da UNESCO no campo da educação definida no Fórum mundial sobre educação em Dakar, 2000 cujo objetivo é instar os Estados-membros para construir políticas que ofereçam educação para todos os cidadãos. A Educação para Todos é reafirmada pela Declaração Mundial de Educação Para Todos que faz

Essa documentação específica se dirige à educação como um direito fundamental da pessoa sendo elemento central no desenvolvimento dos “direitos do homem”⁸⁷ (UNESCO, 2008). Esses documentos junto a outros são constituídos no princípio da exigibilidade jurídica, o qual se refere à defesa e salvaguarda dos direitos. Nessa concepção os tratados adquirem valor de norma constitucional podendo substituir normas legislativas.

O emprego da expressão “ato de ensinar”, e não “educação” pode ser interpretada como um movimento que parte da execução objetiva no desenvolvimento da política interna e das medidas legislativas a serem adotadas pelos Estados. Esse movimento, em parte, atribui para a figura de quem ensina a tarefa de evitar discriminações no campo da educação⁸⁸ visto que o ensino é uma etapa básica e fundamental da educação (DAUDET e EISEMANN, 2005, p. 71). Espiell ainda menciona a importância da Convenção no projeto de Educação para Todos (2002) e no contexto pós-Durban (2001).

A *Recomendação relativa à condição docente* publicada em 1966, na Conferência Intergovernamental Especial sobre a Condição Docente⁸⁹ se insere nas medidas normativas para a educação dedicada aos docentes de todos os níveis de ensino. Trata da definição da prática docente, dos seus atributos e das funções do profissional. O texto inicia-se indicando a exigência dos Estados na oferta de educação, inclusive técnica e profissional procura estabelecer um “conjunto de normas e medidas comuns” relativas à condição de exercício da docência (Recomendação relativa à condição docente, 1966, Preâmbulo).

O texto aplica-se a todos os docentes definindo-os como todas as pessoas responsáveis pela educação dos alunos, em seguida o termo “condição” é definido como a atuação do profissional “a posição social” ocupada e “reconhecida” (Recomendação relativa à condição docente, 1966, Definições, p. 5). Os demais itens relacionam-se à constituição de uma política educacional que inclua aspectos

referência à questão racial no item sobre equidade em referência a garantia do acesso aos grupos excluídos (Jomtien, 1990).

⁸⁷ UNESCO. *Analyse comparative : la Convention concernant la lutte contre la discrimination dans le domaine de l'enseignement (1960) et des articles 13 et 14 du Pacte international relatif aux droits économiques, sociaux et culturels*. Droit à l'Éducation. UNESCO: Paris, 2008, 69p.

⁸⁸ A distinção se refere ao fato de ensino se referir aos várias modalidades de ensino e educação ao processo de formação mais ampla e permanente.

⁸⁹ Conferência Intergovernamental Especial sobre a Condição Docente realizada em Paris em 1966.

específicos da formação docente, dotação orçamentária, programas de aperfeiçoamento, bem como direitos e deveres do profissional. A definição de educação está prevista nos “princípios gerais” e trata do “desenvolvimento” da criança por meio da personalidade, o respeito aos direitos humanos e liberdades fundamentais (Recomendação relativa à condição docente, 1966, Princípios gerais, p. 6).

A publicação elaborada por Cyril Bibby dedicada ao modo como os educadores devem agir diante do racismo, publicada em 1965 constitui-se de um material cujo objetivo é o trato com os conflitos raciais de acordo com as necessidades locais e as disciplinas ministradas nas escolas⁹⁰. O texto apresenta aspectos conceituais sobre a formação de grupos racialmente diferentes, a construção da discriminação racial na história e o papel da escola e dos educadores na luta contra o racismo. Em 14 capítulos, o livro estabelece um percurso desde a utilização da palavra raça, passando pelo debate biológico, as teorias sobre desigualdades raciais, a função da escola no combate ao racismo e de organizações da sociedade civil. De modo específico, o texto é voltado ao debate biológico da questão desde as argumentações aos exemplos utilizados, bem como, na divisão dos capítulos.

O texto traz desenhos, diagramas e fotografias que aparecem ilustrando as alegações desenvolvidas. Um dos temas que atravessa o livro é a centralidade da linguagem, de tal maneira que o primeiro capítulo é destinado ao modo de empregar a palavra raça (BIBBY, 1965, p. 9).

⁹⁰ BIBBY, C. *L'educateur devant le racisme*. Nathan-UNESCO: Paris, 1965, 110p.

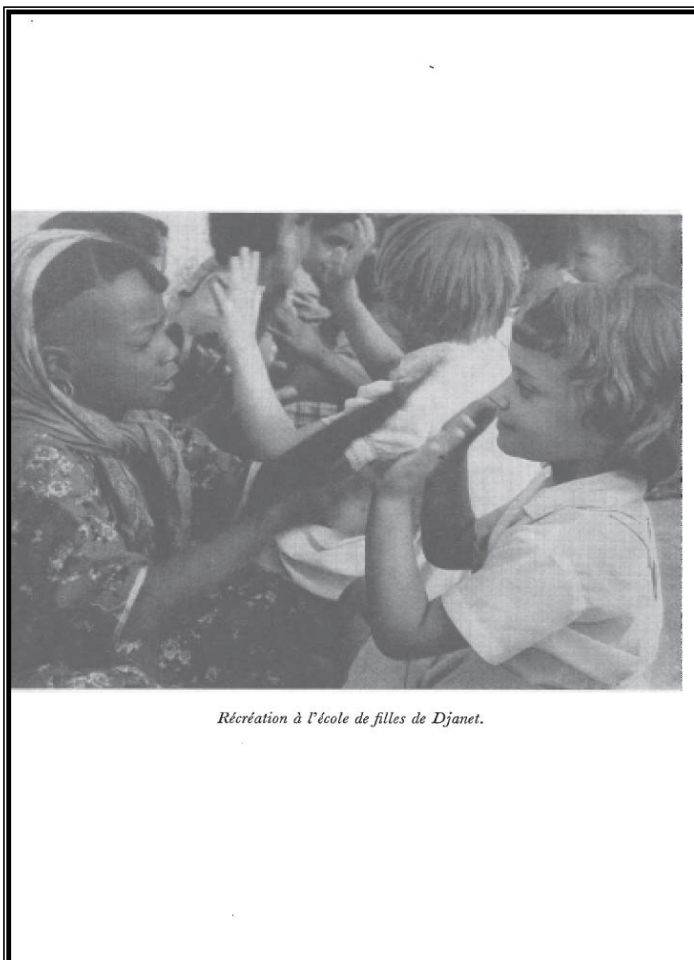


Figura 6 - Fotografia anexada ao capítulo “*Le concept de d’inégalité raciale*” que indica que as crianças devem ser ensinadas a julgar os indivíduos como tais e não como representantes do grupo que são identificados. (BIBBY, 1965, p. 76).    UNESCO/1965.

Destaca-se no livro um capítulo destinado à linguagem no sentido de debater o caráter “emotivo” das palavras. O emprego de determinado termo que remeta a uma percep  o racial possui uma carga não apenas descritiva, mas veicula sentimentos “hostis” a quem é dirigido (BIBBY, 1965).

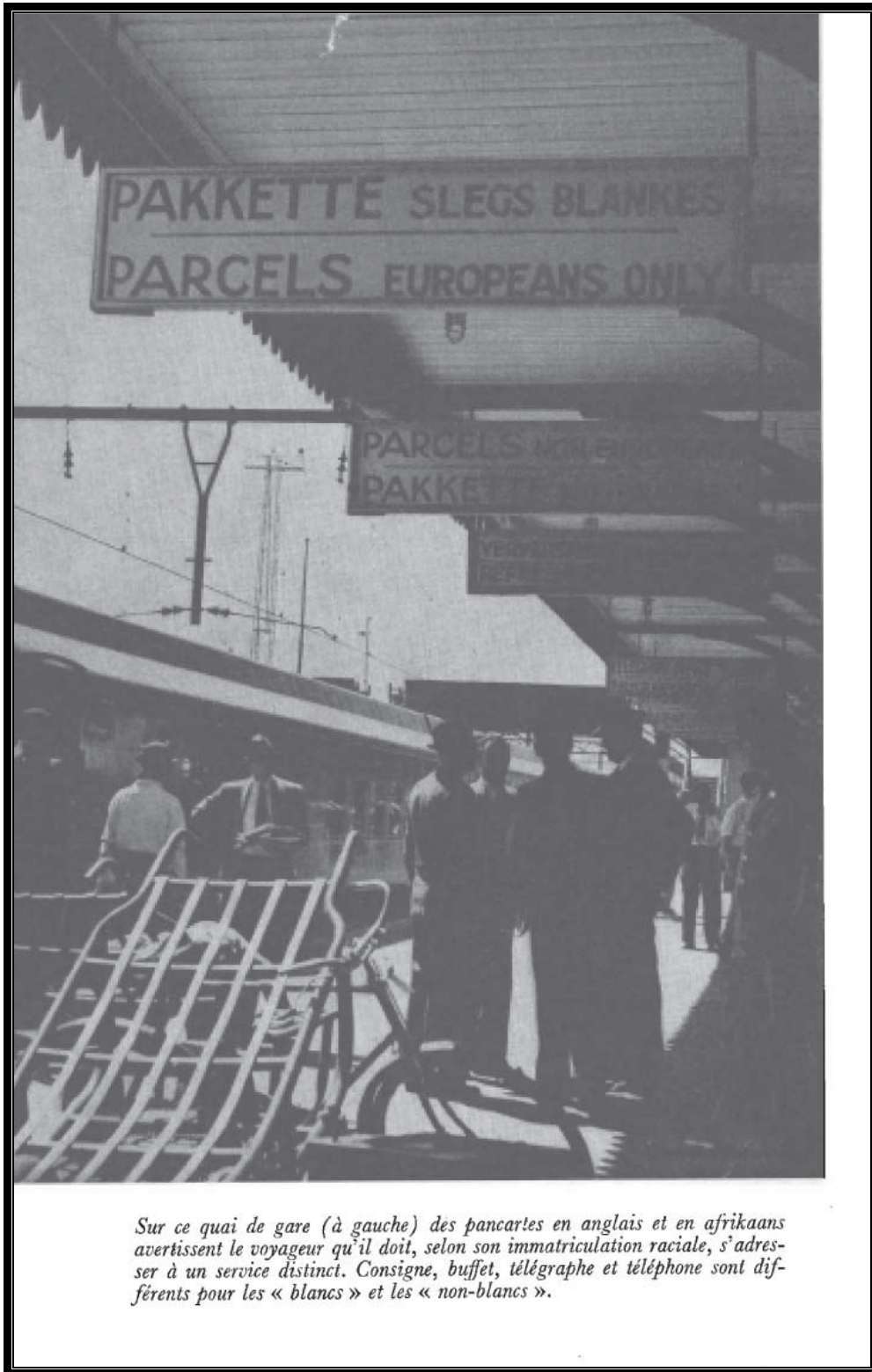


Figura 7 - Fotografia anexada ao capítulo “*Le concept de d'inégalité raciale*” mostra a distinção de acesso aos serviços públicos para negros e brancos na África do Sul. (BIBBY, 1965, p. 86). © UNESCO/1965.

Bibby indica que o professor deve direcionar os estudantes à utilização adequada da linguagem e à contextualização histórica de determinados temas. Com essa postura, os estudantes poderão utilizar os termos destituídos de sua semântica estereotipada, o que faz referência à concepção de que é possível, racionalmente, promover que os estudantes possam se apartar de práticas racistas na linguagem que utilizam. Com isso, os estudantes poderão formar “espíritos em uma atitude de fraternidade humana” (BIBBY, 1965, p. 83).



Figura 8 Fotografias anexadas ao capítulo “*Les racines enchevêtrées des préjugés*” que apresenta, na primeira foto, Martin Luther King e Ralph Bunche, subsecretário das Nações Unidas, ambos em marcha pelos Direitos Civis no Alabama em 1965. A segunda fotografia retrata trabalhadores em usina na África do Sul (BIBBY, 1965, p. 96). © UNESCO/1965.

Posteriormente, a UNESCO convocou um comitê para avaliar os manuais escolares e indicar aos professores uma vigilância à linguagem empregada para fazer menção aos grupos étnicos, religiosos ou outros antigamente colonizados⁹¹ (MAUREL, 2013).

Em 1965, é publicada a *Convenção Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial* da ONU considerado o primeiro instrumento normativo das Nações Unidas que se refere à eliminação da discriminação racial como eixo de proteção aos direitos humanos. A Convenção possibilitou a criação de outros instrumentos especiais de proteção aos direitos humanos entre eles a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (1979), a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989) e a Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos dos Trabalhadores Migrantes e seus Familiares (1990).

O texto da Convenção declara “[...] *as Nações Unidas condenaram o colonialismo e todas as práticas de segregação e discriminação que o acompanham, em qualquer forma e onde quer que existam*” (Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, 1965, Artigo 2º). Esta convenção é resultado direto da inserção dos países africanos na ONU e do registro de um aumento de casos de racismo na Europa. A convenção se torna documento de referência nas Nações Unidas sobre o racismo, consolidando o tema como elemento prioritário na agenda política da CDH.

O título do documento apresenta uma percepção da pluralidade das formas de discriminação ao descrever “*todas as formas de discriminação racial*”. O documento define discriminação racial como:

“[...] toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em motivos de raça, cor, classe ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto ou como resultado anular ou cercear o reconhecimento, gozo ou exercício, em condições de igualdade, dos direitos humanos e das liberdades fundamentais na esfera política, econômica, social, cultural ou em qualquer outra esfera da vida pública” (Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, 1965, Artigo 1º).

⁹¹ Entre as palavras recomendadas para serem banidas dos materiais escolares estão “*tribo*”, “*nativo*”, “*selvagem*”, “*incivilizado*”, “*negro*”, “*de cor*”, “*raça*” (MAUREL, 2013).

Há, portanto, na pluralização da discriminação racial a inclusão de outras formas de distinção que podem vir a se constituir em discriminação, como as condições de classe, gênero, pertencimento nacional ou étnico. A definição operacionaliza, ainda, como as noções de reconhecimento, direitos humanos e igualdade atuam na definição do que deve ser considerada discriminação.

A Convenção toma importância como documento de referência ao racismo e as formas de discriminação correlatas. Ao ser publicado no contexto de um intenso debate sobre as relações raciais na experiência norte-americana é identificado como uma resposta a estes conflitos. Segundo Rodrigues (2001) o texto consagra um princípio fundamental dos direitos humanos o “desenvolvimento progressivo e do princípio pró-homem (pró-pessoa humana)” (RODRÍGUES, 2001). Além de uma descrição sistematizada do sentido atribuído a discriminação, o texto traz aspectos importantes dos modos pelos quais se identificava a ascensão de problemáticas identificadas como raciais. Um artigo estabelece os deveres dos Estados e menciona o princípio da ação positiva ou ação afirmativa, o que fundamenta o argumento de tratamento desigual aos que são tratados de forma desigual.

Os Estados Signatários, conforme indicarem as circunstâncias, tomarão medidas especiais e concretas, na esfera social, econômica, cultural e em outras esferas, para assegurar o desenvolvimento adequado e a proteção de certos grupos raciais ou de pessoas pertencentes a esses grupos, com a finalidade de garantir, em condições de igualdade, a plena fruição por essas pessoas de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais. Em nenhum caso, essas medidas poderão ter como consequência a manutenção de direitos desiguais ou separados para os diversos grupos raciais depois de alcançados os objetivos para os quais elas foram tomadas (Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial, 1965, Artigo 1º).

Outro artigo faz referência à propaganda que estimula e encoraja a discriminação e a hostilidade entre grupos racialmente diferentes. Afirma que a inclusão deste item se refere ao temor do crescimento de ideias de superioridade racial e de violência racial (RODRÍGUES, 2001).

Os Estados Partes condenam toda propaganda e todas as organizações que se inspiram em idéias ou teorias cujo

fundamento seja a superioridade de uma raça ou de um grupo de pessoas de uma certa cor ou de uma certa origem étnica, ou que pretendam justificar ou encorajar qualquer forma de ódio e de discriminação raciais, comprometendo-se a adotar imediatamente medidas positivas destinadas a eliminar qualquer incitação a tal discriminação e, para esse fim (Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial, 1965, Artigo 4º).

O terceiro artigo condena a prática de apartheid e de qualquer segregação racial. O quarto artigo destaca:

Os Estados Partes, comprometem-se a tomar as medidas imediatas e eficazes, principalmente no campo do ensino, educação, da cultura, e da informação, para lutar contra os preconceitos que levem à discriminação racial e para promover, o entendimento, a tolerância e a amizade entre nações e grupos raciais e étnicos assim como para propagar ao objetivo e princípios da Carta das Nações Unidas, da Declaração Universal dos Direitos do Homem, da Declaração das Nações Unidas sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial e da presente Convenção (Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial, 1965, Artigo 4º).

Por ser um instrumento jurídico de proteção aos direitos humanos, instituiu a constituição de um Comitê das Nações Unidas para a Eliminação da Discriminação Racial (CERD), o primeiro designado para este fim (Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial, 1965, Artigo 8º). O CERD é um órgão de monitoramento e fiscalização dos efeitos e diretrizes indicadas pela Convenção, integrado por 18 especialistas sobre o tema. As funções do CERD e o caráter de suas atribuições nos Estados-partes e no interior das Nações Unidas⁹² consistem em solicitar a elaboração de relatórios aos Estados signatários, formular recomendações e receber denúncias de pessoas ou grupos, tendo por função avaliá-las. Dentre os grupos considerados mais vulneráveis a ser alvo de discriminação e ao qual o CERD deve dirigir atenção destacam-se as mulheres, determinados grupos étnicos, pessoas refugiadas e

⁹² O Comitê para a Eliminação da Discriminação racial orientou a instituição de três Décadas de Combate ao Racismo e a Discriminação Racial (1973-1983; 1983-1993 e 1994-2004), além de quatro Conferências Mundiais contra o Racismo e a Discriminação Racial, sob os auspícios das Nações Unidas em 1978, 1983, 2001 e em 2009 a Conferência de revisão de Durban. Houve ainda a criação do Ano Internacional da Luta contra o Racismo e a Discriminação racial em 1971 e o Ano de mobilização contra o racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Todas as Formas de Intolerância em 2001.

deslocadas, povos indígenas, ciganos, entre outros. O CERD estabelece igualmente a reparação econômica como um dos componentes de proteção jurídica às pessoas que sofrem discriminação.

O Comitê notifica aos Estados-Signatários que, na sua opinião, o direito de obter uma compensação ou satisfação justa e adequada por qualquer dano sofrido como resultado desses atos de discriminação, conforme estabelecido no artigo 6 da Convenção, não é garantido, necessariamente, pela mera punição do autor; ao mesmo tempo, os tribunais e outras autoridades competentes deveriam considerar, sempre que seja conveniente, a possibilidade de conceder compensação econômica pelos danos, materiais ou morais, sofridos pela vítima (Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial, ONU, 1966).

Os termos raça, sexo e etnia, são considerados diferenças pelas quais se operacionalizam as discriminações. Dentre as diretrizes para “*eliminar rapidamente*” estas discriminações, destacam-se a reprovação ao colonialismo e uma ação efetiva pela educação. A Convenção compromete os Estados-Parte a “tomar medidas imediatas e eficazes, sobretudo no campo do ensino, educação, cultura e informação, para lutar contra preconceitos que conduzam à discriminação racial” (CERD, UNESCO, 1966). O texto aponta o colonialismo como um elemento com práticas de segregação e discriminação que o acompanham, além disso, apresenta a descrição de diferenciação dos grupos pelo termo “grupos raciais” e manifesta a preocupação de que as discriminações raciais derivam de ódios e violências raciais. Por fim, indica que a “educação” e o “campo do ensino” devem se tornar campos de ação para a promoção da tolerância e da compreensão entre as nações.

3.9 Princípios orientadores e argumentos científicos sobre a questão racial

As variadas publicações realizadas sobre a chancela da UNESCO apontam a realização de um caminho epistemológico que se dirige à compreensão do

racismo como um fenômeno causador dos preconceitos e discriminações raciais. Nessa perspectiva, o percurso se inicia com a preocupação de compreender o caráter ontológico de raça, de modo que possa auxiliar na percepção de que os preconceitos raciais são os efeitos sustentados pelo racismo. A *Declaração sobre as raças e os preconceitos raciais* de 1978 pode ser visualizada como um documento que busca encerrar do ponto de vista científico a querela em torno das questões de raça, do racismo e dos preconceitos raciais. Do ponto de vista de sua importância política, representa a passagem da UNESCO de uma postura teórica apresentada nas primeiras declarações científicas para uma atitude mais prática de estímulo à elaboração de políticas diretas e mais efetivas de combate ao preconceito racial. O documento além de se constituir como uma compilação dos artigos dos documentos anteriormente publicados e acolhidos entre os pares abriga temas como a consideração das demais legislações e instrumentos internacionais sobre o tema, a soberania dos povos antes colonizados e o reconhecimento da contribuição dos diferentes povos ao “progresso das civilizações” (*Declaração sobre as raças e os preconceitos raciais*, 1978, Preâmbulo).

Essas indicações estão presentes no Preâmbulo⁹³ que reconhece o processo de descolonização como etapa que possibilitou o alcance a soberania e a integração dos povos a “comunidade internacional”. Esta comunidade formava então “um conjunto universal e diversificado e criando novas possibilidades de eliminar a praga do racismo e pôr fim a suas manifestações odiosas em todos os setores da vida social e política no marco nacional e internacional” (*Declaração sobre as raças e os preconceitos raciais*, 1978, Preâmbulo). Reafirma que a unidade da espécie humana e a igualdade em dignidade e em direitos de todos os seres humanos e povos são reconhecidas “pelas mais elevadas manifestações da filosofia, da moral e da religião, atualmente refletem um ideal até o qual a ética e a ciência converge” (*Declaração sobre as raças e os preconceitos raciais*, 1978,

⁹³ Artigos inspirados pela Convenção relativa à luta contra a discriminação no campo do ensino (1960), a Recomendação relativa à condição docente (1966), a Declaração dos princípios de cooperação cultural internacional (1966), a Recomendação sobre a educação para a compreensão, a cooperação e a paz internacionais (1974), a Recomendação relativa à situação dos pesquisadores científicos (1974).

Preâmbulo). Afirma ainda que o racismo, a discriminação racial, o colonialismo e o apartheid seriam ainda desafios prejudiciais no interior das nações na medida em que se apresentavam em variadas formas de governo, causando efeitos danosos aos “grupos desfavorecidos”. Destaca que a oposição a esses fatos que afetam a compreensão entre os povos e a segurança internacional procede aos artigos da declaração.

Os incisos que compõem o primeiro artigo fazem referência aos direitos dos indivíduos e dos grupos garantindo a igualdade de capacidade, de produção “intelectual, técnico, social, econômico, cultural e político” a todos os povos. Os resultados de produção entre eles, nestes termos, referem-se a fatores externos o que impede qualquer forma de classificação hierárquica entre “nações e povos” (Declaração sobre as raças e os preconceitos raciais, 1978, Artigo 1º).

O racismo é definido como terminologia que integra ideologias racistas utilizadas para subjugar e dominar outros povos. Igualado ao preconceito racial é visto como característico de sociedades com determinados contextos econômicos e sociais, notadamente os que se associam a sociedades de experiência colonizada. Os preconceitos raciais são identificados por meio de “comportamentos, disposições estruturais e práticas institucionalizadas” que geram a desigualdade racial (Declaração sobre as raças e os preconceitos raciais, 1978, Artigo 2º). Isso favorece a formação de “*ghetos*” constituídos por extrema desigualdade e pouca infraestrutura. Nesse sentido, o desenvolvimento do preconceito racial está atrelado a desigualdades de ordem socioeconômica. Os preconceitos raciais além de se manifestar nos comportamentos individuais se expressam em “disposições legislativas ou regulamentares” e em “crenças e atos antissociais” (Declaração sobre as raças e os preconceitos raciais, 1978, Artigo 2º).

As percepções anunciadas nos documentos expressam definições como as de que as pessoas formadas no meio de contextos sociais marcados por essas problemáticas podem desenvolver algum tipo de preconceito racial. Isto causa um efeito a partir do qual o racismo é “*cumulativo*”, ou seja, um contexto racialmente discriminatório causa desigualdade sobre determinado grupo. Este movimento apoia ou conduz novas elaborações de “teorias racistas”. Essa mudança de

percepção esteve associada ao movimento interno da UNESCO, à rejeição ao uso científico do conceito de raça e a um movimento externo, os efeitos do fascismo no contexto europeu a partir da utilização da noção de raça (SILVÉRIO, 1999).

Em seguida apresenta a cultura como “obra de todos os seres humanos”, além de compor o “patrimônio comum da humanidade” (Declaração sobre as raças e os preconceitos raciais, 1978, Artigo 5º). O texto indica ainda a necessidade de elaboração de instrumentos políticos que garantam o desenvolvimento econômico, o que é dever do Estado, como o ensino escolar para eliminação dos preconceitos de ordem racial, dever do “corpo docente” e das “autoridades competentes”. O destaque conferido à educação e ao ensino é elaborado a partir das seguintes medidas: o ensino e a elaboração de materiais didáticos onde constem as noções científicas sobre a categoria raça e da unidade humana; a integração de todos os grupos ao acesso a educação sem distinção; a criação de medidas que igualem as diferenças educacionais entre os grupos.

Segundo a Declaração:

[...] a educação no sentido mais amplo da palavra, proporciona aos homens e às mulheres meios cada vez mais eficientes de adaptação, que não somente lhes permitem afirmar que nascem iguais em dignidade e direitos, como também devem respeitar o direito de todos os grupos humanos a identidade cultural” [...] “todo o corpo docente, têm a responsabilidade de fazer com que os recursos educacionais de todos os países sejam utilizados para combater o racismo, em particular fazendo com que os programas e os livros incluam noções científicas e éticas sobre a unidade e a diversidade humana (Declaração sobre as raças e os preconceitos raciais UNESCO, 1978, Artigo 5º).

Quanto à função dos veículos de informação, eles devem atuar no sentido de não reproduzir discursos estereotipados que ridicularizem determinados grupos. Com relação aos grupos subordinados à assimilação, estes devem ser “encorajados” a manter sua identidade cultural.

No sentido de garantir essas medidas, a atuação do Estado não reside apenas na aplicação de medidas específicas, mas de formular em âmbito legislativo ações para coibir e prevenir o racismo. A noção de desenvolvimento é

centralizada como uma etapa a ser realizada, porém é impedida pela estrutura racial que é historicamente localizada. A educação é interpretada como um mecanismo capaz de subverter a estrutura na qual o racismo se fortalecia e se mantinha concepção que na contemporaneidade é sustentada. Adverte que a educação e o ensino são atrelados à educação formal, aquela oferecida pelas escolas, que compõem o sistema dos Estados que devem zelar pelo seu pleno desenvolvimento na “formação dos professores” (Declaração sobre as raças e os preconceitos raciais, 1978, Artigo 6º).

Em relação aos preconceitos, evoca os estudiosos das “ciências naturais, das ciências sociais e dos estudos culturais” a realizar pesquisas sobre os comportamentos racistas além de propagar os resultados ao público (Declaração sobre as raças e os preconceitos raciais, 1978, Artigo 6º). O nono artigo se refere novamente ao princípio universal da igualdade “qualquer que seja a sua raça, sua cor e sua origem”. Destaca ainda a condição dos trabalhadores migrantes que dever ter garantidas o livre exercício de suas particularidades culturais (Declaração sobre as raças e os preconceitos raciais, 1978, Artigo 9º).

A noção de estereótipos, bem como a dos discursos como componentes de uma estrutura construída racialmente, aparece, assim, em termos como “*conquista*”, “*escravismo dos negros*” e “*colônias*”. Em conjunto, a referência a estes termos, indica que os mesmos atuaram na promoção de uma racialização dos negros e de igual maneira evidencia o direcionamento do racismo centralizado na descrição do texto, que se refere ao racismo anti-negro e em seu desdobramento no racismo antisemita. Quanto aos grupos, estes aparecem em termos como “*grupos étnicos*” ou apenas “*grupos*”.

No texto, racismo é definido como um conjunto de “ideologias racistas, as atitudes fundadas nos preconceitos raciais, os comportamentos discriminatórios, as disposições estruturais e as práticas institucionalizadas que provocam a desigualdade racial” (Declaração sobre as raças e os preconceitos raciais, 1978, Artigo 2º). Há também uma aceção de que o racismo é um sistema de “crenças” definido por uma associação direta dos grupos sociais ao seu pertencimento

“biológico”. De modo que o racismo está estruturado de maneira a hierarquizar os grupos com argumentos “científicos” que geram preconceitos e discriminações.

Ao lhe conferir o caráter de ideologia, a UNESCO imprime as ações que irão sustentar sua política antirracista. Dessa forma, é no âmbito das ideias que a educação adquire espaço funcionando como um local em que os conflitos raciais podem ser geridos. Ainda de acordo com este texto, a educação e os meios para o “progresso econômico” podem ser utilizados para a perpetuação do racismo assim a indicação do campo da educação e do conteúdo do que deve ser ensinado e ainda na elaboração de medidas estruturais que impeçam a “limitação” que um “meio pobre” pode exercer sobre o ensino das crianças. Nesse sentido, a UNESCO promove para o combate aos comportamentos racistas, a educação e o trabalho aos “vitimados” de práticas racistas.

Alicerçadas na noção descritiva da raça, na crença na possibilidade de delinear-la e de buscar o elemento que a compõe foi, como demonstramos, que se fundamentaram as ações da UNESCO. A busca por tornar inteligível o racismo e a raça está diretamente associada à proposta de atribuir uma racionalidade e a de conhecer o objeto que deve ser reprimido. Há ainda uma correlação de que as relações raciais somente podem ser verificadas em um conflito aberto. A utilização contemporânea de *raça humana* para se referir à unicidade da humanidade e nos momentos em que essa noção é utilizada fazem referência direta à proposta da UNESCO.

Os estudos que permitiram a consolidação de uma via de inserção para os que antes estavam fora da humanidade, àqueles que habitavam o lugar do “primitivo” (HOFBAUER, 2006) permitia garantir a possibilidade de ascensão para algum dia “entrar na história”. Ao propagar um princípio de falácia a qualquer teoria que se baseasse em critérios raciais, a UNESCO busca atingir o objetivo de mostrar o caráter irracional do racismo. Destarte a não existência científica de raças impedia uma “legitimidade racional” ao racismo (FASSIN e FASSIN, 2009, p. 16). Tal significação de ideologia propagou a noção de que o racismo é uma doutrina (SILVÉRIO, 1999). No limite a partir do qual o racismo é considerado, presente somente no plano das ideias, é que os estudos investiram

pouco na compreensão histórica do modo como esse conjunto de ideias atuou de modo “concreto”, racializando a experiência dos que viveram sob o colonialismo, escravismo, fascismo, entre outros acontecimentos históricos.

Lentin (2011) aponta os limites dos modos como a UNESCO lidou com a questão do racismo e do preconceito racial, indicados nas suas publicações sobre o tema. A autora parte dos argumentos para justificar a substituição de raça por “grupo étnico”, o qual se caracterizou como um eufemismo para cultura. O erro basicamente pode ser visualizado no pensamento de que o racismo se baseava na ideia equivocada de que as pessoas tinham de raça, operando uma espécie de separação, na qual o mesmo estaria atrelado apenas aos indivíduos, sem relacionar-se ao Estado, sendo assim não haveria o racismo como forma de governo.

O investimento no descrédito da raça como um marcador que diferencia os agrupamentos humanos propiciou o investimento na noção de etnia como equivalente à cultura, como um termo autorizado a marcar e classificar a diferença. Banton, ao colocar em contraste a história da utilização dos conceitos de etnia e de raça, afirma que é possível compreender como o primeiro reflete “tendências positivas de identificação” e o segundo “as tendências negativas de dissociação e exclusão” (BANTON, 2010, p. 183). A UNESCO promove a positivação dos diferentes grupos por meio da ideia de cultura, na medida em que ela permite manter a especificidade como algo cultural, cada um com a sua cultura, mas todos pertencentes a um universalismo que mantém certa unidade. A concepção de relativismo cultural, segundo Albert Ledoyen (1998), deixou dois legados para o pensamento antirracista, a prescrição de preservar a diversidade e a fusão de cultura – produzida na nomenclatura de etnia – e raça. Para Bhabha (1996) a ideia de relativismo cultural produzida como positividade serviu como uma espécie de símbolo político a partir do qual a garantia de preservação das culturas seria sua indicação fundamental.

Brah argumenta que após a Segunda Guerra Mundial nos Estados Unidos o termo étnico se converteu em uma forma mais polida para se referir aos grupos alocados na condição de minoria (BRAH, 2011, p. 194). Posteriormente, há um

movimento no qual o termo étnico foi utilizado no mesmo sentido de minoria. Pode-se verificar uma trajetória em torno da classificação das diferenças humanas sobre o termo raça, e os diferentes léxicos que a ela vão sendo agregados: a conceituação de população, posteriormente grupo étnico ou etnia que são traduzidos como cultura e minoria. A palavra acaba se tornando um equivalente racializado para a “*gente de cor*” racialização dos grupos (BRAH, 2011).

Había una colusión implícita entre la idea de “grupo étnico” y la de “gente de color”, que ya era por sí misma una construcción colonial reciclada. Esta racialización de “grupo étnico” significaba que la “gente de color” era ahora discusivamente reinventada como “grupo étnico”, mientras que los grupos étnicos de ascendencia europea rara vez se veían asociados a estos términos (BRAH, 2011, p. 194).

Essa construção de textos e essa intervenção na linguagem não impediram que continuasse sendo uma linguagem racializada.

Está claro que los grupos étnicos *no* constituyen una categoría de lazos primigenios. Pero esto no significa que, bajo circunstancias políticas particulares, no puedan llegar a ser representados en tales términos. Los grupos étnicos se forman y existen dentro y a través de prácticas discursivas y materiales que incluyen modalidades económicas, políticas y culturales de poder. Son categorías heterogéneas diferenciadas por una serie de ejes como el género, la religión, la lengua, la casta o la clase. Pero la movilización política de la etnicidad en discursos nacionalistas o racistas puede servir para ocultar precisamente tales divisiones sociales. Los discursos de distinción étnica de «raza» y nación pueden apelar a metáforas de sangre, parentesco, herencia y sexualidad (BRAH, 2011, p. 95).

As declarações científicas sobre raça produzem um repertório de linguagem baseada nos campos de conhecimento mobilizados para elaboração dos textos, a sociologia mobiliza raça como um “mito social”, a biologia como um conceito de população e a antropologia como grupo étnico.

A percepção do racismo como ideologia adentra na UNESCO fortemente influenciada pelos estudos de analistas europeus e norte-americanos que passaram a construir a crítica ao racismo por meio do abandono da categoria raça, já a partir da década de 1930. Assim, o racismo é colocado no plano individual, ou seja, fruto da ignorância dos indivíduos, de uma patologia, o que afasta o exame de que

o racismo está inerente à formação moderna dos Estados-nações. Para Hall (2009) a noção de ideologia está associada aos “sistemas referenciais mentais – linguagens, conceitos, categorias, conjunto de imagens do pensamento e sistemas de representação – que as diferentes classes e grupos sociais empregam para dar sentido, definir, decifrar e tornar inteligível a forma como a sociedade funciona” (HALL, 2009, p. 250). Dessa maneira, ganha importância para a análise proposta, além da linguagem, a confluência de processos históricos que moldam as ideologias. Em Todorov (1982), uma das atribuições do racismo é seu caráter ideológico como justificativa das diferenças humanas denominado de racialismo.

Ainda de acordo com Brah, a indicação da substituição de raça por cultura pouco afeta a estrutura de hierarquização que pode se transferir para a ideia de cultura cuja forma de representação e utilização pode desempenhar o mesmo papel de raça quando se fala do seu potencial essencialista (BRAH, 2011). Os anos 1950 foram dedicados à construção de uma legislação antirracista e à compreensão dos comportamentos racistas, com aportes da sociologia e da psicologia cuja inspiração advém das ciências sociais norte-americanas. Os estudos diretos às relações interpessoais como foco da UNESCO derivam desta perspectiva. Nos anos 1960 as preocupações se dirigiam à compreensão da discriminação racial não apenas no nível interpessoal, mas de forma articulada às diversas formações sociais.

Para combater o racismo, a UNESCO precisou ter uma ideia daquilo que o fomentava, foi então que ela buscou produzir um conjunto de discursos sobre racismo a partir da concepção da ideia de raça. Ao promover um debate sobre o tema retoma os debates centrais desenvolvidos por diferentes áreas de conhecimento. O investimento da UNESCO deu-se em um projeto para definir o que era raça, e o modo como se deveria falar sobre ela, objetivando construir uma terminologia fundamentada no princípio do gênero humano e, de modo igual, para efetuar uma política que permitisse a união dos povos. Com relação à utilização do termo raça, a contenda permanece, o investimento da UNESCO pode ser analisado como um esforço para “empreender um elaborado trabalho de modo a tornar a ideia de raça epistemologicamente correta” (GILROY, 2007, p. 81). A

ausência de um consenso em torno do caráter “ontológico” da categoria raça permanece como ponto nodal do debate, embora não se tenha discordância sobre a existência do racismo, mas sim, sobre o modo como ele opera.

Hall conceitua que o termo aferido a discurso:

[...] refere-se a uma série de afirmações, em qualquer domínio, que fornece uma linguagem para se poder falar sobre um assunto e uma forma de produzir um tipo particular de conhecimento. O termo refere-se tanto à produção de conhecimento através da linguagem e da representação, quanto ao modo como o conhecimento é institucionalizado, modelando práticas sociais e pondo novas práticas em funcionamento (Hall, 2002, p. 10).

Os diferentes questionamentos e interpretações que aparecem nos documentos refletem, por um lado, mudanças na escrita dos estudiosos responsáveis, e por outro, apontam a dificuldade da UNESCO em assumir uma posição sobre um tema controverso. Tais problemas de posicionamento institucional ocorrem internamente na definição sobre quem escreve e com qual finalidade política os textos serão utilizados. As declarações científicas informam sobre a disputa e a constituição dos conhecimentos relacionados ao tema. O documento publicado em 1950 recebeu críticas pela leitura de um caráter associativo entre raça, biologia e aspectos culturais. Os debates permitem identificar que nos anos 1950, raça é pensada no campo teórico como uma categoria descritiva, após as reuniões da UNESCO, esta recomenda que raça seja substituída pelo termo “grupo étnico”, assente na ideia das diferenças culturais entre os povos.

Os documentos de 1951 e 1964 ficaram sob a responsabilidade de biólogos e geneticistas, que atribuem uma similaridade simbólica a caracteres adscritos entre os grupos, de modo que a diversidade genética é pouco expressiva. Esta indicação faz referência ao modo como raça era utilizada a partir da década de 1930 com o estudo da genética de populações, pois o termo população adquiria espaço como um conceito que se poderia utilizar para verificar a mudança no interior dos agrupamentos humanos. Ao ser rejeitada a categoria é indicada para ser substituída pelo termo etnia nas ciências sociais e por população nas ciências naturais. O texto de 1967, ao se centrar nos campos da ciência política, direito e

da educação, traz os elementos que apareceram na *Declaração sobre a raça e os preconceitos raciais* de 1978.

Mediante o exposto, percebe-se que a disputa sobre o caráter ontológico da categoria raça demonstra as disputas no interior dos campos científicos antropológico, sociológico, genético e biológico. Seja qual for a intencionalidade ao proceder a leitura dos documentos como textos, seja em sequência cronológica ou temática deve-se visualizá-los no modo como compõem narrativas que dialogam com outras, como as que se identifica neste percurso acerca da construção da ideia de raça nos contextos moderno e colonial ou ainda na construção histórica da noção de humanidade. Ao buscar definir um tema, estes textos abrem uma rede de significados que se constrói entre termos, tropos, e fórmulas que são dirigidas à ação de significar e formar repetições (GATES, 1992).

A propaganda da UNESCO de seus estudos, pesquisas e ações políticas podem ser identificadas, sobretudo, pela repetição exaustiva das mesmas afirmações, construções retóricas, citações, tornando-se, como já identificado um dos aspectos centrais de sua política antirracista. Toda essa produção demonstra o postulado da UNESCO em torno da racionalidade, não por acaso os textos são marcados por termos como “*razão*”, “*consciência*”, “*tolerância*”. Essas ações indicam a interpretação adotada pela UNESCO em trazer para si a tarefa de centralizar os sentidos sobre o tema, sobre o significado de raça, de que o racismo é uma crença baseada na “ideologia” de raça que poderia ser desconstruída por meio de argumentos científicos. Essa ação centralizadora e difusora de saberes se outorga como propagadora da forma correta para se pensar e falar sobre raça e racismo, na medida em que todo o seu repertório é fundamentado por algo que comumente é interpretado como incontestado, a ciência.

O objetivo de formular uma agenda antirracista sob este aspecto, em alguma medida produz um campo de conhecimento ratificado pela ciência e pela disputa da verdade a respeito do próprio racismo. Esse campo se constituiu norteado em aspectos da ciência moderna cujos temas se constituíram pela biologia, a história, o conhecimento dos mitos raciais, a psicologia, a preocupação

com a civilização, a causa da origem dos preconceitos, os aspectos das diversas sociedades e os significados atribuídos aos preconceitos. Traz ainda os dados publicados no âmbito das pesquisas empíricas que expõem problemáticas específicas em locais específicos como a questão racial no pensamento moderno, que trata das perspectivas de distintas religiosidades e pressupostos filosóficos. Todo esse contexto direcionou a análise a outra esfera da ação política de propaganda que a UNESCO projeta sobre suas ações e se constitui além dos documentos e outras publicações teóricas, trata-se de um periódico voltado para o público geral, a revista *O Correio da UNESCO* que é analisada no próximo capítulo.

Capítulo 4

A propaganda antirracista: *O Correio da UNESCO*

Paralelo ao debate interno sobre seus temas de interesse, a UNESCO produz uma série de publicações em suas áreas de atuação. Variados resultados das pesquisas realizadas foram divulgados em livros, informativos e periódicos especiais sobre a temática racial, constituindo-se como um meio de propaganda de suas atividades. Com essas publicações, a UNESCO projeta-se como um fórum de reflexão e de proeminência global, afetando diretamente seus domínios de ação.

O Ato Constitutivo da UNESCO pontua que seu objetivo é “favorecer a compreensão mútua das nações: [...] emprestando seu concurso aos órgãos de informação das massas, visando a facilitar a livre circulação das ideias pela palavra e pela imagem” (Ato Constitutivo da UNESCO, 1945). Algumas críticas foram dirigidas a muitas dessas publicações, dado o fato de que a atribuição de algumas temáticas foi creditada a pessoas próximas àqueles que detinham cargos no interior da UNESCO. No caso da questão racial, a indicação de pessoas desconhecedoras do tema foi também motivo de críticas externas à UNESCO.

Com o objetivo de mapear os princípios orientadores da UNESCO relativos à questão racial, incorporou-se nesta pesquisa uma análise das edições do *Le Courier de L'UNESCO* [O Correio da UNESCO]⁹⁴. Trata-se de um periódico informativo que mescla artigos, notícias e dados sobre temas diversos ligados aos projetos e objetivos da organização. O formato geral da revista é de trazer um tema central a partir do qual são apresentados artigos de opinião e de análise argumentativa de especialistas diversos.

A descrição de sua apresentação, em seu repositório eletrônico, relata a missão do periódico em “promover os ideais da UNESCO, manter uma

⁹⁴ Doravante utilizaremos a nomenclatura em português: O Correio da UNESCO.

plataforma para o diálogo entre as culturas e prover um fórum para o debate internacional”⁹⁵.

Com periodicidade mensal, antes de adotar essa nomenclatura o periódico chamava-se *Le Moniteur de L'UNESCO* [O Monitor da UNESCO]. Sob a direção do fundador e primeiro editor-chefe Sandy Koffer, figurou como a publicação oficial da UNESCO entre os meses de agosto e novembro de 1947. A partir de fevereiro de 1948, é renomeado e destinado a ser um veículo de informação das atividades para o grande público, enquanto o *Le Moniteur de L'UNESCO* tornou-se um veículo de divulgação interno da UNESCO.

A página eletrônica do Centro de Informações das Nações Unidas com sede no Rio de Janeiro, cuja missão é divulgar as ações da ONU, apresenta a revista como originário do período posterior à Segunda Guerra Mundial. Inserindo-se como uma fonte de informação alternativa mesmo no período da Guerra Fria, no qual a revista acaba por se tornar:

[...] uma rara “janela aberta” para um mundo dividido no qual a Europa pouco conhecia sobre as pessoas e a cultura da Ásia, da África e da América Latina e onde os mundos capitalistas e socialistas davam as costas uns aos outros. O *Correio* abriu a primeira brecha entre as divisões e foi bem recebido na Europa do Leste, onde, muitas vezes, foi a única publicação não-ideológica a circular livremente (ONU, 2009).

Com essa descrição, a UNESCO divulga a sua própria plataforma ideológica, porém assinalando se distinguir das ideologias socialistas e capitalistas. Édouard Glissant quando ocupava o cargo de editor do periódico, em 1988 descreveu sua função:

A revista tem cuidado em defender, em todos os domínios da cultura, educação e ciências, o ideal da justiça que honra a humanidade. Também é uma das raras publicações que revela e promove, de um horizonte a outro, a riqueza das civilizações individuais e a aspiração universal pelo compartilhamento do conhecimento (GLISSANT, 1988).

⁹⁵ <http://www.unesco.org/new/pt/unesco-courier/the-magazine/>, acesso em 20 de setembro de 2012.

A criação da revista tinha o objetivo de ser o vetor oficial de informações e das opiniões sustentadas pela UNESCO. As primeiras edições destinavam-se a apresentar sua estrutura organizativa como organograma, objetivos, escritórios e funções. Posteriormente seguiam os artigos opinativos dos autores. A inscrição destacada de que o periódico “*O Correio da UNESCO é publicado pela Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura*”, seguido da informação de que “*os artigos expressam as opiniões de seus autores que não necessariamente representam as opiniões da UNESCO*”⁹⁶. Isto resulta, por um lado, de uma postura de isenção diante das opiniões dos autores e, por outro, de uma reação diante das críticas em relação aos temas abordados.

Com um propósito descritivo e considerando algumas das categorias analíticas já mencionadas, a proposta deste capítulo é apresentar os dados de uma investigação bibliográfica acerca da temática racial realizada no interior da revista *O Correio da UNESCO*⁹⁷. O objetivo é visualizar o periódico como espaço no qual se desenvolve uma plataforma de ativismo político antirracista, pautada por um quadro intelectual de figuras consideradas pela UNESCO como referência no que se refere à questão racial. Este capítulo dialoga diretamente com o anterior, pois os artigos são publicados paulatinamente a partir dos documentos, das declarações científicas e dos resultados das pesquisas previamente encomendadas.

Pierre-André Taguieff observa que no período de criação da UNESCO havia um otimismo notadamente baseado na eficácia da ciência como ferramenta para a construção de um antirracismo de base cognitiva que, no final dos anos 1940, figurava como o elemento de aposta na luta contra o racismo e os preconceitos. Os documentos analisados no capítulo antecedente apontam que tal perspectiva cognitiva pôde ser identificada na apreensão de que pela aprendizagem e pelo conhecimento seria possível operar uma fratura na percepção racista.

⁹⁶ Ver: <http://www.unesco.org/new/pt/unesco-courier/the-magazine/>, acesso em 20 de setembro de 2012.

⁹⁷ Pesquisa realizada na sede da UNESCO em Paris resultante de estágio de doutoramento realizado na EHESS sob orientação do Prof. Dr. Pap Ndiaye, durante o segundo semestre de 2012.

A análise está estruturada a partir de tópicos descritivos nos quais se apresentam os temas, argumentos e modos de apresentação nos artigos do periódico. Essa apresentação realizou-se de acordo com a localização dos textos, a partir dos quais identificamos os objetivos e descrições relativos ao tema e, paulatinamente, aos acontecimentos que de forma progressiva nos informam a quantificação de uma determinada variação sobre o tema. Não se trata de uma análise pormenorizada dos artigos, mas de uma busca em alocar os textos a partir dos argumentos que os autores imprimem internamente em suas escritas, exposições e observações em diálogo com os respectivos momentos históricos a que aludem.

A revista, junto a uma série de publicações específicas, tornou-se um grande empreendimento editorial. Para Gastaut (2005)⁹⁸ este material é um objeto fecundo quando se propõe a compor o percurso de um determinado assunto. A maneira pela qual os textos estão dispostos mostram algumas linhas de análise que ao serem cartografadas permitem identificar uma trajetória em relação ao tema.

Preliminarmente, concentrou-se um esforço na construção dessas linhas de análise, a fim de constituir as temáticas na medida em que aparecem nos periódicos, não nos atendo a uma proposição cronológica, mas com uma analítica que possibilite compreender não apenas os diferentes acontecimentos históricos do debate sobre a temática racial promovido pela UNESCO. Em outras palavras buscou-se identificar que tipos de mecanismos narrativos são mobilizados quando a proposta é efetivar um debate sobre a questão racial. Com esta proposta, o direcionamento é apontado para uma analítica diaspórica sobre os contextos históricos, cuja proposição não se fixa em temporalidades e projeções, mas procura fracionar os tempos e os tipos de relatos. Como não se trata, como já afirmado, de realizar uma trajetória cronológica da revista e de seus temas, mas se constituindo em uma cartografia, outras trajetórias são possíveis de acordo com o referencial e os caminhos a serem traçados.

⁹⁸ GASTAUT, Y. L'UNESCO, les "races" et le racisme. In: UNESCO, 60 ans de l'histoire de l'unesco : Actes du colloque internationale, 16-18 novembro, Paris, 2005, pp. 197-210. Eixo : Les idéaux à l'épreuve de l'histoire. Mesa redonda 3 : La notion de race.

Os textos localizados articulam uma junção entre propostas e diagnósticos sobre a matéria, indicada pelas autoras e autores convidados a publicarem seus textos e a constituição de determinados enunciados sobre o tema. Em acordo com o aporte metodológico da análise de conteúdo, a ênfase recai sobre a textualidade, nos modos e usos dos textos construídos. A análise do material sinaliza o direcionamento dos textos no sentido de promover os princípios centrais da política antirracista agenciada pela UNESCO: a promoção e garantia da universalidade humana no âmbito de uma política de direitos humanos e das relações políticas para o fortalecimento e manutenção das nações⁹⁹ e da “paz” que se traduz em termos da convivência de grupos com diferentes pertencimentos étnicos e raciais.

Ao longo do tempo, o periódico apresentou modificações em seu formato, mas manteve o objetivo de ser o principal veículo de propaganda da agência para difusão de suas ideias e projetos. O termo propaganda é utilizado pela própria UNESCO para se referir às suas publicações. Desde a constituição original até o ano 2002 não aparece uma modificação substancial, a partir desse ano o periódico passa a ser semestral com o nome de *Le nouveau Courier* [O novo Correio]. Ocorre uma modificação no formato, a partir do qual os textos passam a ser alocados a partir de dossiês temáticos cujas matérias constituem-se partindo dos campos de ação centrais da UNESCO, além da educação, da ciência e da cultura, são incluídos tópicos de ciências sociais, comunicação e as notícias e ações da agência, como eventos e projetos subvencionados pela UNESCO.

Em 2006, o periódico retorna com a nomenclatura e forma original, adquire novamente uma periodicidade mensal e passa a ser disponibilizado também em formato eletrônico¹⁰⁰. As edições completas estão disponíveis em ambiente virtual, alojadas em uma página específica na plataforma da UNESCO e impressas na biblioteca e nos arquivos da sede da agência em Paris. A publicação

⁹⁹ Esta indicação está presente na descrição da página da revista: “As fronteiras nos mapas não supõem um reconhecimento oficial por parte da UNESCO ou das Nações Unidas, nem tampouco os nomes dos países ou territórios mencionados” (Reproduzido de O Correio da UNESCO em: <http://www.unesco.org/new/pt/unesco-courier/the-magazine/>, acesso em 20 de setembro de 2012).

¹⁰⁰ Os números impressos desde abril de 1996 podem ser acessados integralmente. O periódico é produzido nas línguas oficiais da UNESCO: inglês, francês, espanhol, árabe, russo e chinês. A primeira versão da revista em português é de 1972, publicada pela Fundação Getúlio Vargas. A versão on line em português está disponível desde 2008.

pode ser lida em formato PDF desde o primeiro número de fevereiro de 1948, que em oito páginas inclui a divulgação do programa da UNESCO daquele ano e a exaltação de suas temáticas centrais¹⁰¹. *O Correio da UNESCO* se popularizou tornando-se o mais lido e de maior receptividade entre os demais periódicos publicados pelas agências das Nações Unidas.

Para a escolha das edições a serem analisadas primeiramente foi realizado um levantamento das revistas, repertoriado na plataforma e recorrendo a palavras-chaves escolhidas a partir da temática central da tese, o período se estende desde o primeiro ano de publicação em 1948 até 2011¹⁰².

Após este levantamento, foi realizada uma seleção das edições selecionadas, entre artigos específicos e edições completas sobre o tema. Posteriormente, procedeu-se à elaboração das linhas temáticas, agrupadas segundo os registros bibliográficos encontrados na plataforma, por intermédio de palavras-chave. Por fim, a etapa de análise dos textos, os quais, considerando este levantamento, foram reunidos a partir das seguintes temáticas gerais: a desmistificação da noção de raça; o Brasil como modelo de relações raciais; os aspectos comportamentais na pesquisa sobre relações raciais; a função da ciência na luta contra o racismo; as formas contemporâneas de análise do racismo e, por fim, levando em conta os temas elencados, o indicativo das problemáticas contemporâneas que se abrem em torno da plataforma antirracista da UNESCO.

4.1 Desmistificando a noção de raça

Considerando o contexto histórico com o qual esta pesquisa é inspirada, é possível evidenciar nas edições da revista *O Correio da UNESCO* as preocupações face ao processo de reorganização das relações entre as nações, os acontecimentos vinculados ao contexto da Segunda Guerra Mundial e o modo

¹⁰¹ A educação de base e a luta contra o analfabetismo, a divulgação da informação, incentivo de estudos na área de ciências sociais para cooperação internacional (*O Correio da UNESCO*, 1948, Ano I, Nº 1, 8p.).

¹⁰² Palavras selecionadas e o número de ocorrências em parênteses: racismo (110); discriminação racial (109); raça (191); racismo e educação (4); discriminação racial e educação (6); estereótipo racial (9); preconceito racial (32); educação e raça (10); cultura e racismo (13). Fonte: <http://www.unesco.org/new/pt/unesco-courier/archives/>, acesso em 20 de setembro de 2012.

como esses temas são atrelados à preocupação com uma problemática racial em curso. As novas relações globais, guiadas pelos princípios ocidentais dos ideais de democracia e paz, são constantemente atualizadas nas páginas do periódico. Os artigos publicados complementam ou endossam as ações da agência sobre o tema central de determinada edição. Sobre a questão racial, durante os primeiros anos de publicação, os textos correspondem à elaboração dos documentos oficiais da UNESCO, intencionando divulgá-los e girando em torno do debate epistemológico sobre a constituição e validade da raça como categoria científica. Esse debate epistemológico, centralizado como já apontado, em torno da definição do caráter ontológico da utilização da categoria raça, possibilitou a abertura de estudos para a compreensão sobre qual noção de raça deveria ser mais adequada para ser utilizada no campo científico.

O antropólogo e etnólogo brasileiro Arthur Ramos escreve em um artigo sobre a questão racial e o “mundo democrático”¹⁰³ publicado em 1949, no qual afirma que a “técnica do racismo”, causadora das guerras, gerou um desequilíbrio entre as nações, sendo o racismo uma consequência direta da “europeização e do imperialismo”. Ainda de acordo com Ramos, a antropologia constituiria a ciência ideal para compreender o desequilíbrio que advém dessas teorias, pois a disciplina ao ser reformulada com enfoque nas “relações humanas” possibilitaria uma inflexão no pensamento que caracterizava os agrupamentos humanos. A reinterpretção em relação ao desígnio da disciplina centrou-se na recusa de um de seus postulados principais: o de se afastar de uma perspectiva etnocêntrica, o que ocasionaria os conflitos entre os grupos. Dito de outra maneira, a antropologia se firmava como campo de saber que incorporava outras disciplinas anteriormente utilizadas para a compreensão das diversas culturas e cuja finalidade dirigia-se a fornecer alternativas para dirimir os conflitos em formações sociais com agrupamentos diversos, como por exemplo, a proposta em torno da aculturação.

Na perspectiva de Arthur Ramos, a aculturação é análoga ao termo sincretismo, no qual os diferentes elementos culturais se somam formando outros.

¹⁰³ RAMOS, A. “La question raciale et le monde démocratique”. In: *O Correio da UNESCO*, 1971, ano II, Nº10, p. 14. Uma versão deste texto foi anteriormente publicada no *Bulletin international des sciences sociales*, em 1949.

De modo que a antropologia, antes vista como uma disciplina voltada ao conhecimento dos “povos primitivos” passa a ser considerada uma ciência que versa sobre as relações humanas e, de modo específico, sobre a cultura produzida pelos agrupamentos humanos. Havia um investimento na ideia de que esta variação interpretativa em relação à função da disciplina poderia auxiliar na compreensão das desigualdades entre povos racialmente distintos. Arthur Ramos indica duas maneiras de pautar as relações entre grupos raciais e culturais diferentes que habitam o mesmo espaço social: a assimilação e a convivência harmoniosa (RAMOS, 1949).

A noção de aculturação configurou-se como os processos de “encontro de culturas” (CUCHE, 2002). Cuche argumenta que a cultura obteve uma função política ao ser empregada como conceito organizador, no qual a proposta consistiria em fomentar por meio da somatória das culturas determinada identidade nacional. A “assimilação” seria o modo pelo qual atuaria a articulação de “diversas culturas” na constituição de uma “cultura nacional”. Tal perspectiva não foi inicialmente pauta de inspiração da UNESCO, cuja postura se direcionou para a preservação das culturas. Paulatinamente houve uma inclinação política em direção à pluralização do termo que passa a ser deliberado na proposição de que as culturas compõem a diversidade humana, definição que encontraria eco na UNESCO.

Quanto à proposta de assimilação, que acabou por ser descrita como correlato a aculturação, inicialmente foi concebida a partir da ideia de que todos pudessem experienciar o mundo de uma mesma maneira, baseada na concepção de humanidade como uma característica comum a todos os seres humanos (MBEMBE, 2001, p. 179). Haveria, portanto, a possibilidade de que todos fossem levados a viver tal experiência desde que fosse permitido adquirir as condições para isso. Em uma edição publicada no final de 1949 há uma descrição das atividades a serem realizadas no ano seguinte na qual aparece a indicação de um “estudo sobre os problemas raciais” (O Correio da UNESCO, 1949, p. 14). Na descrição, os temas centrais são o racismo, o antirracismo descrito como a “defesa do humanismo nas relações entre os povos” e a “coordenação de atividades

antirracistas”, assentados em estudos sobre locais onde coabitam diferentes grupos raciais ou culturais (*Op. cit.* p. 15).

A respeito das questões epistemológicas publicadas nas edições da revista, o texto de Humayun Kabir¹⁰⁴ publicado em janeiro de 1950 apresenta uma pequena introdução sobre a ontologia da categoria raça. O autor questiona a noção de que haveria uma “estabilidade dos tipos raciais”, perspectiva produzida pelos etnólogos, afirmando que todos os homens pertencem à mesma espécie. De modo que foram as “migrações, trocas comerciais e conquistas” que provocaram as diferenças entre os “tipos” humanos. Ao final, o autor aponta que a possibilidade de uso de raça como categoria descritiva que poderia ser aplicada aos homens, considerando os aspectos físicos, mas essas diferenças não sendo estáveis, não haveria fatores científicos que pudessem fundamentar as hierarquias entre os agrupamentos humanos.

A publicação dos documentos científicos, a *Declaração sobre raça* de 1950 e a *Declaração sobre a raça e as diferenças raciais* de 1951 impulsionam a revista a divulgar os princípios expostos nos documentos. Em uma publicação especial no mês de junho de 1950 é apresentada na capa uma dedicação aos cientistas que corroboram a posição da UNESCO contra o racismo¹⁰⁵. A edição apresenta um editorial com os aspectos centrais que aparecem no documento, apresentando o termo “*mito*” para se referir à raça e ao racismo. Ambos os termos, raça e racismo, são descritos como “mitos”, “alegorias falseadas”, e como tais poderiam ser desfeitos. O antropólogo Alfred Métraux publica um artigo descritivo que apresenta os termos da declaração científica sobre raça de 1950. Em seguida, afirma que o preconceito é o efeito de um mito, o qual define como racismo que consiste em uma crença em que determinados indivíduos detêm defeitos e virtudes inatas e hereditárias¹⁰⁶ (MÉTRAUX, 1950). Alfred Métraux, além de atuar como regente na escolha dos temas projetou sua própria influência, evidenciada pela autoria em várias publicações especiais sobre a questão racial.

¹⁰⁴ KABIR, H. Le mythe de la race. In: *O Correio da UNESCO*, Ano II N° 1, 1950. Kabir ocupava a época, o cargo de Secretário Adjunto do Ministério Indiano da Educação.

¹⁰⁵ Les savants du monde entier denoncent un mythe absurd ... le racisme. In: *O Correio da UNESCO*, Ano III, N° 6, 1950, p.16.

¹⁰⁶ MÉTRAUX, A. Race et civilization. In: *O Correio da UNESCO*, 1950, Ano III, N°6/7, p. 8.

Isto se deu, sobretudo, quando ocupou o cargo de chefe do Setor de Estudos Raciais do Departamento de Ciências Sociais da UNESCO. Seu desempenho como articulador entre os autores das pesquisas e dos relatórios conforme suas relações próximas gerou certo descrédito público em relação a essas publicações (MAUREL, 2005).

Métraux assim define que é a cultura e não a raça o elemento medular da civilização, de modo que o preconceito racial seria, entre outros, um “fenômeno cultural”. A cultura atuaria como código central de uma herança que permitiria aos homens atuar em sociedade e os distinguiria entre si (MÉTRAUX, 1950, p. 8). Como um elemento que pode modificar a condição do indivíduo, deve-se haver um estímulo à troca e ao desenvolvimento cultural. Métraux avança no texto caracterizando o racismo como um “mito novo”, desenvolvido junto ao movimento das potências europeias cujo êxito é explicitado pelo tráfico negreiro, consistindo em um fato moralmente nefasto, tanto para brancos como para negros. O texto é finalizado com a indicação de que o racismo e o preconceito são mitos baseados em “noções cientificamente falsas” em “dogmas irracionais” e que o papel da UNESCO é demonstrar os limites de tais doutrinas, sobretudo se utilizando de princípios e da divulgação de fatos científicos, assim como é função creditada à revista (*Op. cit.*, p. 9). A edição é encerrada com a apresentação da declaração científica sobre a raça de 1950.

Uma das ações diretas da UNESCO encaminha-se no sentido de mapear o modo como se estabelecem sociabilidades em formações sociais nas quais convivem grupos racial e etnicamente distintos. Na descrição de atividades do programa da UNESCO, a ser realizado em 1951, destaca-se a indicação de um “estudo experimental das relações raciais” a ser concretizado em “algum país da América Latina”, a fim de identificar os “fatores” sobre o desenvolvimento “harmônico de suas relações” (O Correio da UNESCO, 1950). As linhas gerais da pesquisa são descritas no estudo dos problemas de países em processo de industrialização, locais com densidade populacional elevada e com intensos

movimentos populacionais¹⁰⁷. Essa pesquisa convergiu na aposta da UNESCO, ao visualizar e escolher o Brasil como modelo positivo de relações raciais. Esses estudos promovem o país como exemplo de sociedades que concretizaram a aculturação de “negros e índios na cultura ocidental” (MAIO, 1998). Essa perspectiva apareceria nas demais edições do periódico.

4.2 Um exemplo de relações raciais: o caso do Projeto UNESCO

La confusion qui règne au sujet de la notion de race est telle qu'aucune campagne contre les préjugés qui en dérivent n'est concevable sans une définition du terme, susceptible de recevoir l'approbation des différents milieux scientifiques, et sans une mise au point de l'état actuel de la question raciale (UNESCO, 1950, p. 2).

Um informativo¹⁰⁸ de 1950, contendo itens do programa de ação daquele ano, apresenta um texto seguido da descrição da *Declaração sobre raça*. O texto do informativo apresenta a pesquisa a ser realizada no Brasil, descrita como nação que a despeito de ter recebido grupos raciais diferentes, não sofreria perante o efeito de preconceitos raciais comparados a outras nações com semelhante composição populacional, no que tange a diferentes pertencimentos étnicos e raciais (UNESCO, 1950).

Le moment est venu de nous pencher sur les sociétés qui ont réussi, dans une large mesure, à résoudre ces antagonismes en faisant li des différences raciales. C'est dans cet esprit que la Conférence générale de l'unesco réunie à Florence a recommandé pour 1951 l'étude des relations raciales au Brésil. Cette grande république, dont la civilisation a reçu l'apport direct de plusieurs races différentes, souffre moins que d'autres de l'effet de préjugés qui, dans des pays de composition ethnique analogue, sont à l'origine de tant de mesures vexatoires et cruelles. Nous sommes encore mal renseignés sur

¹⁰⁷ Além dessas descrições há a indicação da realização sobre as problemáticas específicas da juventude japonesa, bem como a orientação sociológica da pesquisa e a forma de divulgação dos resultados em guias e index. O objetivo desses estudos ainda é o de explorar métodos diferenciados e oferecer a ONU um “apoio popular” a fim de fortalecer sua estrutura. UNESCO, O programa de 1950. In: *O Correio da UNESCO*, 1950, p. 5.

¹⁰⁸ UNESCO, *La UNESCO et son programme* : la question raciale. 1950, 11p.

les facteurs qui ont amené une situation si favorable et, à bien des égards, exemplaire (UNESCO, 1950, p. 4).

A pesquisa teria o objetivo de oferecer, no âmbito dos conhecimentos das ciências sociais, informações sobre as condições que levam a uma “situação desfavorável” e que possam auxiliar na construção de “relações inter-raciais mais pacíficas e felizes” (UNESCO, 1950, p. 4).

No mesmo ano, a edição de agosto da revista expõe a pesquisa a ser realizada no Brasil, descrito como “país da igualdade racial”¹⁰⁹ (O Correio da UNESCO, 1950, p. 4). A narrativa de que as relações sociais no Brasil eram pautadas por uma “democracia racial” já estava presente no interior da UNESCO. O texto destaca alguns fatos que possibilitaram tal “igualdade” como, por exemplo, a inexistência de um Código Negro no Brasil. Por fim, exhibe a resolução que instituiu a indicação da pesquisa no país. A pesquisa possibilitaria que

Les résultats qu'on peut espérer d'une si vaste enquête nous donneront, probablement, des précisions sur les mécanismes de formation des préjugés de race. On pourrait, alors, attaquer le mal par ses racines, tâcher d'éliminer les conditions favorables à son développement (O Correio da UNESCO, 1950, p. 8).

A proposta¹¹⁰ de um “programa de difusão de fatos científicos destinados a fazer desaparecer o que se convencionou chamar de preconceito de raça” (PINTO *apud* MAIO, 1999) ficou conhecida pela realização de pesquisas sobre relações raciais em variadas formações sociais. O programa aplicado no Brasil tornou-se conhecido por “*Projeto UNESCO sobre relações raciais*”, realizado em parceria com a *Revista Anhembi* cuja intenção de realizar uma pesquisa nessa temática já se delineava. A UNESCO entra no projeto por meio da ação de Alfred Métraux e a *Revista Anhembi* articula a seleção dos pesquisadores no Brasil. Entre 1950 e 1953, a parceria financiou e orientou estudos com objetivo inicial de fazer “o

¹⁰⁹ Le Courriel de l'UNESCO. *Une enquête de l'UNESCO au Brésil 'pays de l'égalité raciale'*. Ano III, nº 8, p. 8.

¹¹⁰ A proposta foi aprovada na 5ª AGNU de Florença em 1950 na sessão do ECOSOC que solicita a UNESCO a pesquisa. A resolução da conferência indica que o Diretor-Geral da UNESCO deve “pesquisar e reunir os dados científicos concernentes às questões raciais; difundir amplamente os dados científicos assim reunidos e preparar uma campanha de educação baseada nestes dados”. Na edição de 1950 há referência a realização de um “estudo experimental das relações raciais” em “algum país” da América Latina (O Correio da UNESCO, 1950, Ano III, Nº 8, p. 8).

elogio da mestiçagem e da mistura étnico-racial, assim como do convívio harmonioso entre raças e etnias em sociedades modernas” (GUIMARAES, 2009, p. 145). A proposta era de que os resultados oferecessem “um verdadeiro retrato do Brasil”, antagônicos aos estudos realizados até então “sem base científica” (DUARTE, 1955, p. 8). A atuação de Arthur Ramos¹¹¹, evidenciada em variadas pesquisas sobre a UNESCO, refletiu tal postura política, por promover as disciplinas teóricas mais adequadas para análise das “tensões sociais”, especialmente as de cunho racial (principalmente a antropologia). Alguns textos das pesquisas realizadas compuseram uma coleção sobre relações raciais em diferentes sociedades entre os anos 1950 a 1960¹¹².

O Projeto UNESCO tinha à época o objetivo de ser uma “pesquisa completa sobre os diversos fatores sociais, econômicos, culturais e psicológicos que condicionam as relações entre as raças no Brasil” (UNESCO, 1952, p. 6)¹¹³. Constituiu-se em um inventário de dados cujo objetivo de analisar “as atitudes raciais no tempo e no espaço” terminou por se dirigir às “condições sob as quais preconceitos raciais diminuem em intensidade” (MAIO, 1997, p. 50). Compôs-se de pesquisadores estrangeiros e brasileiros que passaram a se empenhar para compreender “a realidade racial brasileira” (FERNANDES, 1972, p. 21). A pesquisa sobre a temática instituiu um campo de estudos sobre as relações raciais no Brasil, de modo que a noção de que o Brasil serviria como “laboratório de civilização” difundiu-se no interior da UNESCO (MAIO, 1997). Os estudos patrocinados e orientados pela agência inseriam-se na agenda do projeto *Tensions Affecting International Understanding*¹¹⁴, lançado em 1949. Como já identificado, a

¹¹¹ A morte de Arthur Ramos antes da formulação final do projeto não impediu que o mesmo se efetivasse (MAIO, 1997).

¹¹² Coleção *Race et société* com os textos: WAGLEY, C. *Races et classes dans le Brésil rural* de 1952, 167 p.; AZEVEDO, Thales de. *Les élites de couleur dans une ville brésilienne* de 1953, 107 p.; BERGER, Morroe. *Problèmes raciaux: l'égalité par la loi* de 1954, 85 p.; LEIRIS, Michel. *Contacts de civilisation en Martinique et en Guadeloupe* de 1955, p.249; TSAMERIAN, I.P.; RONINE, S.L. *L'égalité de droits entre races et nationalités en U.R.S.S.* de 1962, 111p. ; ZAVALA, Silvio. *La défense des droits de l'homme en Amérique latine (XVIe - XVIIIe siècles)* de 1964, 65 p.

¹¹³ Cf. *O Correio da UNESCO*, 1952, Nº 8-9, p. 8, descrição do projeto.

¹¹⁴ Este nome foi dado a um fórum realizado em 1948, no âmbito do projeto “*Tensions That Cause War*” do qual participaram entre outros Gilberto Freyre, Max Horkheimer, George Gurvitch, Gordon Allport. Nos debates realizados neste fórum a América Latina é interpretada como local fecundo de pesquisa social. Gilberto Freyre destacou no evento a importância da América Latina

definição de “estado de tensão” é dada na existência de um conflito que impeça a “tolerância”, o favorecimento da “paz e do bom entendimento entre os homens”¹¹⁵. O projeto¹¹⁶ visava elaborar estudos sobre as “relações raciais e a miscigenação” sob o enfoque “antropológico e sociológico” (MAIO, 2004, p. 147).

As circunstâncias sob as quais se realiza o Projeto UNESCO mostram-nos não apenas a consolidação do Brasil como campo de pesquisa, mas a influência e a participação política dos representantes brasileiros que passaram a figurar no quadro de decisões estratégicas da UNESCO. No que se refere ao tema do racismo e das tensões étnico-raciais, a participação de pensadores brasileiros na proposta antirracista efetivou-se de modo constante e ajudou a propagandear as linhas de configuração do ideário de “democracia racial” brasileira (MAIO, 1997).

A escolha do Brasil deu-se pela crença na representação, notadamente discursiva, do país como o lugar que havia conseguido equalizar os conflitos raciais. Para Roger Bastide o Brasil oferecia “*au monde le modèle d'une démocratie raciale; mais, pour la comprendre, il faut en chercher les racines dans l'histoire du passé esclavagiste*” (BASTIDE, 1957, p. 525). Exaltado pela exportação de uma imagem positivada de relações raciais não conflituosas, marcadas pela semântica da “democracia racial”, e apontadas como um conceito formador da brasilidade. Arthur Ramos alegava, a respeito de tal tese, que o Brasil teria “a solução mais científica e mais humana para o problema, tão agudo entre outros povos, da mistura de raças e de culturas” (Ramos, 1943 *apud* MAIO, 2007). Esta semântica atuava como uma representação cujo conteúdo é a narrativa de uma presença, uma determinada forma, uma essência brasileira que poderia e deveria ser propagandeada ao mundo. Essa construção forneceu amplas expectativas de um arquétipo racialmente democrático não apenas da figura do

na qualidade de uma região que poderia oferecer alternativas em matéria de relações sociais no contexto de crescente avanço da Guerra Fria (MAIO, 1997, p. 41).

¹¹⁵ Descrição da Seção de trabalho das ciências sociais dos estudos preliminares sobre o *projeto “Estados de tensão e entendimento internacional”* (UNESCO, 1947, 24p).

¹¹⁶ Entre os “Estudos de Tensão” foram direcionados a mudança de atitudes e a propaganda sobre essas mudanças. Em uma série de publicações intitulada “*Styles de vie*” são apresentados aspectos dos modos de vida de alguns países (UNESCO, 1947).

brasileiro, mas do país como espaço no qual as raças viveriam harmonicamente sem conflitos (PAIXÃO, 2005).

Tal visão foi, no entanto, criticada por alguns pensadores como Abdias do Nascimento, o qual apontava o “artificialismo de apresentar o Brasil no exterior como modelo de solução de convivência étnica” (NASCIMENTO, 1968, p. 74). A produção deste arquétipo de um lugar capaz de “oferecer ao mundo lições de civilização à brasileira em matéria de relações raciais” (MAIO, 2004, p. 144) influenciou de forma intensa as linhas de execução do projeto a ser realizado em diferentes regiões do país.

O programa aplicado no Brasil tornou-se conhecido por “*Projeto UNESCO sobre relações raciais*”, realizado em parceria com a *Revista Anhembi* de São Paulo entre 1950 e 1953. Ao articular empiria e teoria, “estimulou a produção de conhecimento científico a respeito do racismo, abordando as motivações, os efeitos e as possíveis formas de superação do fenômeno” (MAIO, 1999, p. 142). A UNESCO fez parte do projeto por meio da ação de Alfred Métraux que coordenava o Departamento de Relações Raciais da UNESCO e a *Revista Anhembi* que articulou a seleção dos pesquisadores brasileiros e estrangeiros para a realização das pesquisas empíricas no Brasil. Paulo Duarte idealizador e editor da *Revista Anhembi* alega que a proposta poderia oferecer resultados que auxiliassem a construção de “um verdadeiro retrato do Brasil” antagônico aos estudos até então realizados cujas características eram permeadas de “retoques exagerados de um favoritismo sentimental [...] sem base científica” (DUARTE, 1955, p. 8).

Conjuntamente aos resultados das pesquisas empíricas, são publicados ensaios teóricos que difundiram um determinado modo de analisar as maneiras pelas quais as pessoas se relacionavam do ponto de vista racial. Essa perspectiva tornou-se conhecida a partir da aplicação de um padrão metodológico de relações raciais, consolidado a partir dos anos 1950. Banton (2010) conceitua a metodologia aplicada ao estudo das relações raciais “como um corpo geral de conhecimentos que tenta juntar num mesmo quadro estudos de relações de grupo em diferentes países e em diferentes períodos da História” (BANTON, 2010, p. 10).

O Projeto UNESCO, ao fomentar um campo de estudos local com temas e métodos específicos, popularizou uma tipologia que se utilizava de categorização fixada na terminologia de relações raciais como equivalente de relações entre “brancos” e “pretos”. O Brasil, na medida em que atuou como protagonista na pesquisa global consolidou internamente nomes importantes no que se constituiria em um campo de estudos de relações raciais, cujos resultados produziram em conjunto e em um curto espaço de tempo “o mais importante acervo de dados e análises sociológicas sobre o negro brasileiro” (GUIMARAES, 2004).

Florestan Fernandes e Roger Bastide, na apresentação da etapa paulista do projeto de pesquisa intitulado “*O preconceito racial em São Paulo; projeto de estudo*”, descreveram os trajetos a serem percorridos e apontaram o objetivo da pesquisa em descortinar o preconceito racial. Os autores recomendaram que as pesquisas em outros contextos devessem ser utilizadas tão somente de modo comparativo, e que o objetivo de uma investigação direcionada por uma instituição supranacional sobrepor-se-ia ao desenvolvimento e às etapas de realização da pesquisa (FERNANDES; BASTIDE, 1979)¹¹⁷.

A orientação do sociólogo Costa Pinto¹¹⁸, na elaboração do Projeto UNESCO, direcionou o desenvolvimento dos resultados das pesquisas para a concepção da existência de uma natureza socioeconômica nas problemáticas acerca do racismo (MAIO, 1997). As pesquisas auxiliaram na conceituação de que a existência de uma desproporção de ordem econômica é causadora de uma distinção de tratamento dada por um elemento preexistente ao indivíduo, o qual opera por uma percepção socialmente construída. Tal atitude ocorreria por interferência de uma percepção constituída culturalmente que segundo informações sobre determinado grupo subsidiaria práticas racializadas. O

¹¹⁷ Sobre a pesquisa, os autores afirmaram que “o estudo deve ser projetado em bases científicas, mas tem uma origem e um fim que são igualmente *extra-científicos*: destina-se a uma instituição, a UNESCO, que o solicitou com o propósito de servir-se de seus resultados na reeducação social dos adultos e em sua política básica de aproximação das raças. Embora a natureza do trabalho não seja afetada por causa disso, o fato é que a seleção de problemas a serem investigados e a própria delimitação do âmbito da investigação foram amplamente influenciadas por essa circunstância” (FERNANDES, F. BASTIDE, R. 1979, p. 138. Grifo no original.). Este texto foi publicado no livro “*Pesquisa social: projeto e planejamento*” organizado por Seidi Hirano em 1979, no entanto há uma indicação de que o texto foi publicado no número 118 do Instituto de Administração da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo em 1951. Utilizamos aqui a versão publicada no referido livro de 1979.

¹¹⁸ Luiz de Aguiar Costa Pinto havia participado da preparação da Declaração sobre raça de 1950.

desenvolvimento das pesquisas possibilitou o exame das especificidades do preconceito racial por meio da análise de atitudes e ações individuais que culminariam em algum tipo de discriminação racial. Os saberes produzidos sob os auspícios da UNESCO tentaram compreender a materialidade do problema racial. Dito de outra forma, qualquer atitude de conflito direcionada as pessoas com pertencimento étnico ou racial distinto, pressupunha um tipo específico de ignorância orientada por alguma ideologia sendo, portanto, algo que poderia ser “desaprendido” pelo conhecimento.

Não obstante, tal proposição encontrou no elemento motivador “o preconceito racial” o cerne do problema, justificado pela compreensão de que a nação vivia uma fase a caminho da modernização. Essa forma de abordagem potencializou o paradigma teórico que perdurou no campo das ciências sociais brasileiro, que destinou um lugar metodológico específico para a categoria raça, como um componente gerado pela desigualdade social e causador do racismo. O Projeto UNESCO, ao utilizar metodologias de análises empíricas em seus estudos, permitiu a intercessão de pressupostos teóricos no desenho de determinadas políticas públicas orientadas para a resolução das problemáticas raciais (MAIO, 1997).

Entre as intervenções mais destacadas nessa matéria, a atuação intelectual do sociólogo Guerreiro Ramos é elucidativa, pois embora não participasse do Projeto UNESCO, construiu críticas audazes aos métodos utilizados¹¹⁹. As críticas de Guerreiro Ramos (1954) adquirem particular importância na medida em que representaram um direcionamento em seu posicionamento sociológico, demonstrando de maneira enfática sua insatisfação com os trabalhos dos “homens da *sciencia*” à época, como Sylvio Romero, Euclides da Cunha, Alberto Torres, Oliveira Vianna, Nina Rodrigues, Arthur Ramos, entre outros. As críticas eram dirigidas especialmente aos modos de construção dos objetos das pesquisas,

¹¹⁹ Alberto Guerreiro Ramos propôs no I Congresso do Negro Brasileiro em 1950 que fossem encaminhadas aos representantes da UNESCO propostas diretivas sobre as pesquisas a serem realizadas. Dentre elas, que as pesquisas fomentassem no governo brasileiro medidas de cooperação, que os estudiosos da UNESCO considerassem a experiência do Teatro Experimental do Negro (TEN) e que a UNESCO auxiliasse a elaboração de um congresso sobre a temática racial (RAMOS, 1958).

anteriormente focadas nas religiosidades afro-brasileiras e posteriormente, com enfoque na esfera qualitativa do preconceito e da discriminação racial. Essa análise o permitiu fazer uma inflexão teórica, identificando a aplicação conceitual do preconceito racial ou “preconceito de cor” no Brasil que encontrou eco nas pesquisas brasileiras.

Guerreiro Ramos (1954) identificou que o preconceito racial configurava-se por uma noção de raça consubstanciada por sinais diacríticos como a cor da pele, ou seja, operando pelos fenótipos e se tornando “estigma”, além de ser atravessado pela clivagem de classe, o que dificultaria a simplificação da análise teórica. A ênfase na especificidade do local e do modo pelo qual se atribui sentido ao fenótipo, da maneira que passa a ter uma função nas relações sociais, propiciou a Guerreiro Ramos elaborar uma crítica ao Projeto UNESCO, questionando os métodos de análise e a motivação do “negro” ser eleito como problemática social de pesquisa:

Que é que, no domínio de nossas ciências sociais, faz do negro um problema ou um assunto? A partir de que norma, de que padrão, de que valor se define como problemático ou se considera tema o negro no Brasil? À medida que se afirma a existência, no Brasil, de um problema do negro, que se supõe devesse ser a sociedade nacional em que o dito problema estivesse erradicado? Isto acontece desde os estudos de Nina Rodrigues até Arthur Ramos, e os atuais estudos sobre relações de raça, patrocinados pela UNESCO (RAMOS, 1954 *apud*, BASTOS, 2007, p. 265).

Guerreiro Ramos identificou que a assimilação e a ascensão social não garantiam o apagamento do racismo e do preconceito. A defesa da aculturação como prática de assimilação social dos negros e outros grupos com a adoção de determinados trejeitos é um engodo, sendo de fato a defesa de uma “política da brancura”.

É certo que os modernos sociólogos brasileiros não definem mais o problema em termos de raça, como dizia Nina Rodrigues em 1890, não o consideram expressamente como o problema de diluir o contingente negro a fim de assegurar a liderança do País pelos brancos. O problema é, em nossos dias, colocado em termos de cultura. Estima-se como positivo o processo de aculturação. Mas, repito, a aculturação, no caso, a uma análise

profunda, supõe ainda uma espécie de defesa da branquira de nossa herança cultural, supõe o conceito da superioridade intrínseca do padrão da estética social de origem européia. Do contrário, que sentido teria notar, registrar o negro até mesmo participando da classe dominante do País? Que sentido teria continuar a achar ‘curiosismos’, como se escreve num dos relatórios para a Unesco, os comportamentos do negro ainda quando exprimindo-se no plano artístico e científico? (*Op. cit.*, p. 266).

O livro *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo*, publicado pela Editora Anhembi em 1955, apresenta a descrição¹²⁰ e alguns resultados das pesquisas realizadas no Projeto UNESCO no contexto paulista¹²¹. Paulo Duarte descreve na apresentação do livro, o qual se dedicava a expor os resultados de mais de um ano de pesquisa no Brasil, que “entre todos os países brancos possuidores de importante parcela de população de cor”, o país era o que melhor estava dando “solução ao problema” (DUARTE, 1955, p. 7).

A pesquisa do sociólogo Oracy Nogueira¹²², descrita entre os textos do livro, destaca-se posteriormente no campo de estudos sobre as relações raciais brasileiras, sendo uma proposta precursora do pensamento que se desenvolveria no Brasil a partir dos anos 1970 (MAIO, 2008). Convidado por Florestan Fernandes para um congresso¹²³ sobre etno-sociologia em 1954, Nogueira apresenta o texto no qual examina de maneira comparativa os preconceitos raciais no Brasil e nos Estados Unidos, com base na pesquisa etnográfica sobre as relações raciais no município paulista de Itapetininga.

¹²⁰ Dentre as descrições, destaca-se uma preparação metodológica inspirada “por certos sociólogos norte-americanos” de criação de comitês específicos contendo entre os pesquisadores os “representantes mais qualificados dos paulistas de cor” de forma sistemática para orientar as perguntas a serem feitas (FERNANDES e BASTIDE, 1955, p. 11, *sic*). Além das questões, esses comitês elaboraram os métodos de coleta dos dados, como entrevistas formais e ocasionais, “método ecológico” de estudo de bairros específicos, biografia entre outros (*Op. cit.*, p. 11).

¹²¹ Fernandes descreve a pesquisa como uma investigação sociológica sobre “a situação de contato entre negros e brancos na cidade de São Paulo” visto que a cidade seria o exemplo do “Brasil moderno” (FERNANDES, 1972, p. 1973). Há uma descrição de que o livro se trata de um “ensaio sociológico sobre as origens, as manifestações e os efeitos do preconceito de cor no município de São Paulo” (UNESCO – Anhembi, Editora Anhembi Limitada, São Paulo, 1955, *sic*).

¹²² Oracy Nogueira se envolve de forma profunda na temática das relações raciais a partir da sua experiência nos Estados Unidos tornado-se membro inclusive da *National Association for the Advanced of Colored People* (NAACP).

¹²³ XXXI Congresso Internacional de Americanistas, realizado em São Paulo, 1954.

O texto faz referência ao Projeto UNESCO pela orientação de algumas características como a forte constituição empírica e a possibilidade de análises comparativas com outras formações sociais, indicações presentes nas orientações da UNESCO (NOGUEIRA, 1954). Nogueira passaria a ser identificado como o autor que destoaria das leituras até então atribuídas às relações raciais brasileiras, devido ao fato de negar a “democracia racial” e, ao mesmo tempo por afirmar a primazia da raça à classe na análise do preconceito racial. As definições de “preconceito de marca”¹²⁴ contrárias às do “preconceito de origem”, não apenas se constituíram como uma analítica específica sobre as relações raciais brasileiras, como agregaram ao debate o entendimento de que a prática do preconceito derivava da percepção fenotípica, ou seja, pelas marcas corporais visíveis. Tal distinção constituiria o que o autor denominou de “quadros de referência” segundo o qual permitiu caracterizar em domínio local a “situação racial” (NOGUEIRA, 1954).

No que tange a inspiração teórica, Bastide e Fernandes se apropriam da sociologia moderna de Durkheim acerca dos fatos sociais que se desenvolvem em uma dada realidade social (BASTIDE e FERNANDES, 1979, p. 139). Daí que os autores se inspiraram na formulação durkheimiana de que as representações “individuais” eram do domínio da psicologia ao passo que as representações “coletivas” seriam do âmbito da sociologia. É desta interpretação que se pode apreender a indicação de Bastide e Florestan de que as etapas de mapeamento das manifestações e preconceito racial na investigação sociológica proposta utilizassem a psicologia que poderia fornecer elementos para captar o comportamento de negros e brancos em relação social (BASTIDE e FERNANDES, 1979, p. 159).

Neste sentido, a fim de identificar o preconceito racial incorporar-se-ia “tanto a análise da educação na escola, quanto em casa (Grifo no original), nos grupos de folguedo, nos grupos de trabalho e nas demais situações de convivência humana” que auxiliariam identificar a “a função psíquica delas” (Op. cit., p. 162). Na estrutura da pesquisa realizada em São Paulo Bastide e Florestan descrevem a

¹²⁴ O autor faz referência à interpretação de que o “preconceito de marca” é equivalente ao “preconceito de cor” (NOGUEIRA, 1954).

organização de comissões que tratassem de temas específicos e uma delas foi “encarregada de examinar os característicos do preconceito de cor relativamente à mulher e à criança, e que se reunia quinzenalmente no gabinete I da Cadeira de Sociologia” (BASTIDE e FERNANDES, 1955, p. 12, sic)¹²⁵.

A partir desta divisão, no âmbito do Projeto UNESCO o lugar dado à educação figura como elemento subsidiário em textos de apoio como os trabalhos de análise psicológica de Virgínia Leone Bicudo¹²⁶ (1955) e Aniela Meyer Ginsberg (1955) realizados em São Paulo. Virgínia Leone Bicudo, única mulher negra¹²⁷ a participar do projeto, apresenta o texto “*Atitudes dos alunos dos grupos escolares em relação com a cor dos seus colegas*”¹²⁸ que é parte de sua dissertação de mestrado defendida no Brasil em 1945, considerada pioneira quanto ao tema das relações raciais e intitulada “*Estudo de atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo*”¹²⁹ sob a orientação de Donald Pierson.

¹²⁵ Os autores fazem menção a esta comissão sobre o nome de “Comissão do Estudo da Mulher Negra em S. Paulo” que se encontrava no Departamento de Sociologia e Antropologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (BASTIDE e FERNANDES, 1955, p. 14).

¹²⁶ Convocada a convite de Paulo Duarte (entrevista da autora dada a MAIO, 2010).

¹²⁷ Embora tenha sido descrita como “branca” em seu registro de trabalho na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (MAIO, 2010) Virgínia Bicudo, sendo filha de mãe branca (“imigrante pobre de origem italiana”) e pai negro (“descendente de escravo”) se identificava como negra. Sua experiência com a questão racial direcionou seu foco para este tema em suas pesquisas, fato destacado na entrevista dada em 1983 a Anna Verônica Mautner e Luiz Meyer: “*Eu fui criada fechada em casa, quando saí foi para ir à escola e foi quando, pela primeira vez, na escola, a criançada começou: negrinha, negrinha. Quando eu estava em casa, eu nunca tinha ouvido. Então eu levei um susto. Sai de casa para a rua e a criançada que era colega de escola, tal, só batia palmas com: negrinha, negrinha, negrinha. Eu me fechava em casa, voltava para dentro, um susto, né? Ter nota boa... ser ótima aluna e ter nota boa é uma proteção para o negativo: negrinha é negativo, nota boa é positivo. Ser negrinha com nota boa...*” (TEPERMAN, M. H.; KNOFF, S. Virgínia Bicudo: uma história da psicanálise brasileira. *Jornal de psicanálise*, São Paulo, v. 44, n. 80, jun. 2011, sic).

¹²⁸ Estudo com objetivo de evidenciar “os sentimentos e os mecanismos psíquicos de defesa manifestos nas atitudes relacionadas com a cor dos colegas; e a influência das relações intrafamiliares no desenvolvimento daquelas atitudes” (BICUDO, 1955, p. 227, sic).

¹²⁹ Do projeto “*Estudo da Consciência de Raça entre Pretos e Mulatos de São Paulo*” Virgínia Bicudo pesquisa as atitudes de pessoas ligadas a associações negras diante da questão racial. A autora utilizou entrevistas, estudos de caso e documentos da Frente Negra Brasileira (1931-1937) e do jornal “*Voz da Raça*”, entre 1941 e 1944. Desenvolve na dissertação de mestrado o argumento de que o “preto e o mulato” internalizam uma “concepção do branco para eles, dada a influência dos contatos primários, principalmente da infância” (BICUDO, 2010, p. 159-160 *apud* SILVA, 2011. Grifo no original). De maneira que “o ódio e o medo objetivados nos estereótipos referentes à cor foram transmitidos à criança principalmente pelos próprios pais negros” (BICUDO, 1955, p. 291, sic). Essa ideia seria apresentada posteriormente na analítica de Fanon em 1952 quando o autor teoriza sobre a constituição do “esquema epidérmico racial”, a branquura e o fato da negritude (FANON, 2008).

O texto sobressai-se por derivar da pesquisa pioneira que pensa as relações raciais na infância em contexto escolar, a partir de categorias como faixa etária, raça [cor], sexo e nacionalidade¹³⁰ em uma perspectiva sociológica. Suas impressões, articuladas a partir de uma ênfase teórica entre sociologia e psicologia social, demonstraram que havia a existência de um preconceito de cor independente do preconceito de classe, divergindo da análise de Pierson. A influência de Pierson se fez sentir mais nos pressupostos metodológicos de obtenção dos dados, como elaborado por Bicudo em sua pesquisa, baseados no “método estatístico e nos estudos de caso”¹³¹, a partir da perspectiva de inspiração da Escola de Chicago com a ênfase na observação da sociabilidade urbana e na interdisciplinaridade, do que propriamente no alinhamento e leitura de análise dos dados. Virgínia Bicudo mobiliza a análise sociológica para identificar como as crianças, segundo classificação fenotípica¹³² e de classes sociais diferentes, estabeleciam suas relações de sociabilidade. As conceituações de “preferência” e de “rejeição” no momento de situar as relações sociais entre os estudantes são informadas pela psicologia social. A autora conceitua por meio da noção de “relações de dependência”, o modo como categorizações de “cor, sexo, nacionalidade” interferem nas escolhas dos estudantes¹³³.

O trabalho de Aniela Meyer Ginsberg intitulado “*Pesquisas sobre as atitudes de um grupo de escolares de São Paulo em relação com as crianças de cor*” (1955) alinha-se a perspectiva semelhante ao mostrar um psicodiagnóstico

¹³⁰ A autora utiliza “*sexo*” utilizando a nomenclatura meninos e meninas, apenas na descrição das classes das escolas estudadas, na qual descreve classes “*femininas*”, “*masculinas*” e “*mistas*”. Em relação ao público, a autora utiliza como nomenclaturas “*escolares*”, “*alunos*”, “*colegas*”. Para diferenciar a nacionalidade a autora utiliza termos como “*brasileiros*” e “*estrangeiros*”, além de descrições de nacionalidades específicas.

¹³¹ Descritos como aplicação de questionários e entrevistas com os pais e professores a fim de mapear “os sentimentos, aos estereótipos e às atitudes entre os brancos e os de cor” (BICUDO, 1955, p. 226, *sic*). Esses pais foram selecionados a partir de análise estatística e seleção entre os escolares e meninos e meninas mais rejeitados e os mais preferidos entre as atitudes de “aproximação e afastamento” dos colegas (BICUDO, 1955, p. 227).

¹³² Os “*escolares*” entre nove e quinze anos “capazes de responder a um questionário através da linguagem escrita” foram classificados conforme descrição segundo a “aparência dos traços físicos” como “brancos, mulatos, negros e japoneses” (BICUDO, 1955, p. 228; 226).

¹³³ A autora filia-se, em suas conclusões, ao campo analítico “psico-social” a partir do qual desenvolve a pesquisa, ao afirmar que os meios de se estabelecer relações raciais “melhores” devem equivaler a oferecer condições para que a criança pudesse estabelecer “laços afetivos com pais e irmãos” o que possibilitaria “desenvolver a capacidade de amar e de usar sua agressividade em sentido construtivo” (BICUDO, 1955, p. 295, *sic*).

sobre diferentes tipos de atitudes de acordo com as percepções das crianças sobre negros e brancos, a partir dos marcadores de “idade, sexo, meio social, e a cor dos examinados” (GINSBERG, 1955, p. 311)¹³⁴. Os métodos empregados tornaram-se conhecidos em estudos dessa natureza em distintas áreas de conhecimento¹³⁵. Os dados apontam uma influência do “meio social”¹³⁶ nas atitudes “amigáveis” ou “menos favoráveis” das crianças de diferentes fenótipos, embora demonstrem “marcada preferência pelos brancos” (GINSBERG, 1955, p. 311).

Na descrição do “*Inquérito UNESCO-ANHEMBP*” em 1955, os dados do trabalho de Virgínia Bicudo e Aníela Meyer compuseram os estudos denominados de “*protocolos de pesquisa*”, que se constituíram em um conjunto de relatórios nos quais as temáticas especificamente encomendadas embasariam as demais pesquisas¹³⁷. Alguns desses “protocolos de pesquisa” auxiliaram na elaboração de textos mais conhecidos do Projeto UNESCO em São Paulo, como os de Florestan Fernandes e Roger Bastide. As pesquisas de envergadura empírica realizadas por Bicudo e Meyer centralizaram a analítica sociológica, utilizando o espaço escolar como amostragem principal e buscando compreender as atitudes de crianças

¹³⁴ São selecionados por Ginsberg três grupos de escolares, o primeiro composto por “crianças pobres operárias e artesãs”, “crianças filhos de operários de nível econômico mais elevado” e, por fim, “crianças de uma escola particular [...] filhos de ricos”. Na descrição racial, a autora afirma que o primeiro grupo tem o “hábito de ter negros como colegas e vizinhos”, o segundo grupo é de crianças que vivem em bairros onde “os negros são bastante raros” e no terceiro grupo da escola particular “há apenas mulatos muito claros” (GINSBERG, 1955, p. 315, *sic*).

¹³⁵ Ginsberg descreve os métodos H. G. Trager, M. Radke e H. Davis que consiste em parte no “jogo de bonecas”, em que as crianças devem escolher entre bonecas negras e brancas e “interpretação de quadros representativos” (GINSBERG, 1955, p. 313, *sic*) semelhante aqueles realizados por Kenneth Clark nos anos 1940. O método das bonecas é eficaz, segundo ela, para o “estudo das atitudes infantis”. O método das “interpretações dos quadros” consiste em outro meio de colher dados diante o constrangimento das crianças quando se recusam a responder determinada questão. A partir de quadros ilustrados com “situações cotidianas”, como brincadeiras e jogos, as crianças são questionadas a descrever a ilustração.

¹³⁶ A descrição de meio social é análoga a de classe social, descrita pelas aceções de “meio burguês” e “filhos de operários”. Aponta ainda que as crianças que habitavam em “bairro misto” apresentam atitudes “menos favoráveis” com os negros, ao passo que aqueles que habitam em “bairros quase inteiramente brancos” demonstram atitudes mais favoráveis. Já as “crianças de côr”, embora conservassem “o ideal branco” não deram aos negros “papel inferior”. Não há na análise da autora, distinção “significativa [...] entre as crianças de idade e sexo diferente” (GINSBERG, 1955, p. 340, *sic*).

¹³⁷ Roger Bastide na introdução do livro “*Relações Raciais entre Negros e Brancos em São Paulo*” descreve os trabalhos das autoras como “trabalho psicológico, feito em grupos infantis” cuja função no livro é “corroborar” o trabalho sociológico realizado em São Paulo (BASTIDE, 1955, p. 13).

pertencentes a grupos escolares em relação ao preconceito racial no espaço paulista.

Essas investigações, junto a outras citadas ¹³⁸, são pioneiras por articular uma categorização aprofundada, considerando os aspectos etários, de gênero e raciais nas análises sociais. O foco nas atitudes das crianças é ilustrativo da proposição analítica de junção da psicologia com a sociologia. Embora não figure entre as edições de *O Correio da UNESCO*, o trabalho das autoras ressoa como importante fonte dos textos produzidos no âmbito do Projeto UNESCO e dos artigos publicados na revista sobre o projeto. As experiências das autoras são igualmente elucidativas por mostrarem a influência dos métodos do campo da psicologia social e o enfoque em temas como atitude social, preconceito, estereótipo os quais compuseram a agenda dos estudos de relações sociais na esfera de ação do Projeto UNESCO no Brasil.

Um artigo de Roger Bastide com objetivo de descrever as tendências em pesquisa sobre relações raciais a época com enfoque nos negros dos Estados Unidos e das Américas, publicado em 1957 no *Bulletin international des sciences sociales*, ¹³⁹ destaca as pesquisas a serem realizadas no Brasil. A indicação do empreendimento nesta revista criada pela UNESCO em 1949 com o objetivo de “*rapprocher les communautés de spécialistes des sciences sociales, ainsi qu'à porter à la connaissance d'un large public des informations et des discussions en sciences sociales qui sont déjà connues des milieux spécialisés*”¹⁴⁰.

Neste artigo Bastide apresenta em destaque as pesquisas de Virgínia Bicudo com o método sociométrico e de Aniela Meyer com o teste das bonecas (BASTIDE, 1957, p. 525). Bastide analisa os resultados das pesquisas realizadas no Projeto UNESCO no Brasil e afirma:

¹³⁸ Bicudo cita a pesquisa de Carolina Martuscelli “*Aceitação de Grupos Nacionais ‘Raciais’ e Regionais*” com estudantes universitários de São Paulo, em texto publicado em 1950 no *Boletim CXIX* da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (BICUDO, 1955, p. 285).

¹³⁹ BASTIDE, R. Les relations raciales au Brésil. In : *Bulletin international des sciences sociales : Les noirs aux États-Unis d’Amérique*. Bulletin trimestriel, Ano IX, N°4, 1957. pp.525-548.

¹⁴⁰ Descrição da revista no index savant. Cf.:

http://www.indexsavant.com/index.php?title=Revue_internationale_des_sciences_sociales.

Les études brésiliennes montrent également l'importance du facteur culturel – conceptions colonialistes des Portugais, religion catholique, habitudes de miscegenation – à côté de ce facteur économique (développement du capitalisme industriel). Or, ce qui caractérise une culture, c'est qu'elle est apprise ; puisque les préjugés, les stéréotypes, les normes de conduite appartiennent à une culture, il est possible de les modifier par une éducation appropriée (*Op. cit.* p. 451).

Bastide credita à obra de Gilberto Freyre a possibilidade de identificar os elementos que permitem compreender a “démocratie raciale brésilienne” (*Op. cit.* p. 525).

Bastide afirma que as pesquisas indicam que o estudo das relações raciais de uma dada formação social deve ser realizado em análise com a “sociedade global” da qual ela faz parte (*Op. cit.*). Informado pelas pesquisas brasileiras, o texto enfatiza a terminologia aplicada e debatida nos resultados do projeto. Bastide utiliza o critério descritivo de modo *emic* “cor” (e não raça), afirmando que não é mais que uma variável com graus diferentes de importância quando articulada a regiões, épocas, elementos demográficos, econômicos entre outros (*Op. cit.*). A articulação entre esses elementos é o que faz com que “preconceito de raça e preconceito de classe se interpenetrem” (*Op. cit.*, p. 451). Os trabalhos realizados no Brasil, segundo Bastide, informavam as equivalências entre fator econômico e fator cultural, ou “infraestruturas e superestruturas” que incidiriam na mobilidade social dos negros, sobretudo a partir dos dados das pesquisas realizadas em São Paulo (*Op. cit.*, p. 451).

A partir de sua esfera de execução a pesquisa UNESCO auxiliou para que a questão racial fosse retirada do interregno a que esteve relegada, fator que propiciava certo “tabu” a cerca da questão racial no Brasil (*Op. cit.* p. 537). Assim, “la recherche de l'Unesco a « désinhibé » les sciences sociales brésiliennes de ce tabou de la question raciale” (*Op. cit.*, p. 537).

Em abril de 1951, Alfred Métraux publica um artigo na revista *O Correio da UNESCO* com um questionamento sobre a possibilidade de realização da “harmonia racial brasileira”¹⁴¹. O texto deriva da visita de Métraux ao Brasil e começa por uma análise da cultura de origem africana de Salvador, cidade de “gente ‘de cor’” caracterizada como uma “metrópole negra” (MÉTRAUX, 1951, p.3)¹⁴². No âmbito da proposta de avaliar diferentes contextos sociais, Métraux realiza um diagnóstico comparativo com o Haiti, lugar em que os ritos africanos são diferentes dos que são realizados no Brasil. O autor se baseia na narrativa primeva sobre o Brasil, a de que essa presença cultural africana em Salvador é originária da formação de um “tipo original” de uma “raça nova” procedente do cruzamento entre as três raças “branca, negra e indígena” (*Op. cit.* p.3). Tal tese empregada à época tinha forte influência de uma literatura influenciada por determinada antropologia cultural a qual postula que a sociedade brasileira é a formação desses três grupos étnicos e raciais.

Métraux afirma no texto que o Brasil poderia ser considerado um lugar onde as relações são harmoniosas, o que não significava ausência de certo preconceito racial. Examina anedotas, provérbios e canções nas quais afirma haver traços do preconceito racial no Brasil. De acordo com o autor, o preconceito cresceria conforme aumentasse a disputa e a concorrência econômica, isto é o que faria a pobreza “decepcionar” mais do que o “fato” de “ser negro” mediante a recente condição do pós-abolição (*Op. cit.*, p. 3). Ou seja, o novo desenho que a dimensão econômica imprimia ao contexto social brasileiro, produzia um certo tipo de configuração social no qual as pessoas eram impactadas em sua subjetividade a partir de sua localização na estrutura econômica. Entretanto, ao identificar que essa análise sustentava-se pela presença dos “mulatos” nos espaços sociais, os quais por habitarem um lugar intermediário na antiga estrutura colonial entre “brancos” e “pretos”, permaneciam de maneira diferenciada em uma sociedade polarizada (*Op. cit.* p. 4). Isto marcaria certa ambiguidade acerca da

¹⁴¹ MÉTRAUX, A. Le Brésil a-t-il réalisé l’harmonie raciale? In: *O Correio da UNESCO*, n. 4, 1951, p.8-9. O texto apresentava um balanço da visita de Alfred Métraux ao Brasil (MAIO, 1997, p. 112).

¹⁴² O autor descreve a cidade como “*La grand métropole noire du Brésil*” (MÉTRAUX, COURRIER, n. 6/7, p.8-9, 1950).

figura do mestiço, justificada segundo o autor, pelo fato de que os negros residiam nos estratos mais baixos da sociedade, compondo um proletariado desqualificado profissionalmente (MÉTRAUX, 1951). Isto, de alguma maneira apresenta o limite da análise que privilegia a estrutura econômica como única justificativa para o preconceito de base racial.

A complexidade que caracterizaria as relações brasileiras é expressa na percepção da existência de uma espécie de ética entre os brasileiros que os impedia de ser complacentes com o preconceito de cunho racial, fato que de acordo com Métraux, equivaleria a uma forma de se opor aos EUA¹⁴³. Ao final do texto, o autor faz referência ao investimento da UNESCO na pesquisa sobre relações raciais no Brasil. Métraux retoma alguns exemplos nos quais o Brasil figura com certa especificidade no tocante à questão racial, o que se fazia presente nas relações sociais marcadas por um “espírito de tolerância” existente na sociedade brasileira. No entanto, a “situação social” adquiria maior importância do que a “pigmentação da pele” fato que permitiria um modo específico pelo qual as pessoas se relacionariam em termos raciais (*Op. cit.*, p. 3). Ou seja, o que orientaria as relações sociais era a proximidade em um dado estrato social, o que definia o tipo de convívio entre aqueles reconhecidos como pertencentes ao mesmo estrato.

Tal especificidade acerca das relações sociais é justificada como reflexo de um legado lusitano, de uma disposição para a convivência entre povos diferentes, perspectiva assente nas ideias de Gilberto Freyre sobre a mestiçagem. Um dos subtítulos do artigo destaca que a “absorção” social ocorre “do claro ao escuro” uma alusão à “classe média intermediária” composta pelos “mulatos” (*Op. cit.*, p. 3). Esse discurso acerca da característica “harmônica” dada pela herança portuguesa ao Brasil a propósito das relações entre negros e brancos encontrou eco na tradição historiográfica brasileira, a qual se ampara na ideia de que os portugueses estabeleceram ligações que se aproximavam de um certo grau de

¹⁴³ Como exemplo Métraux descreve o famoso episódio com o engenheiro negro André Rebouças quando convidado para um baile da corte de D. Pedro II é chamado para dançar uma valsa com a Princesa Isabel censurando as demais mulheres haviam recusado dançar com ele por conta de sua cor (MÉTRAUX, 1951, p. 3). Este seria, segundo Métraux, um exemplo histórico da convivência racial harmoniosa brasileira.

“afetividade” com os povos que passaram pela sua colonização. Ainda em relação à harmonia das relações raciais brasileiras, isso se deve também, à existência de uma legislação local e de uma postura da igreja Católica que possibilitou aos escravizados negros certa “dignidade do homem” (*Op. cit.*, p. 3).

Os termos “*espírito de tolerância*”, “*ascensão dos mulatos*” e a diferenciação com a situação das relações raciais nos Estados Unidos, resultando numa especificidade brasileira são os léxicos que aparecem ao longo do texto de Métraux. Esse conjunto discursivo sobre a mestiçagem possibilitou a ideia e, por vezes a prática, de que, historicamente no Brasil, portar uma pele mais clara permitia não apenas ascensão social, mas a possibilidade de escapar de um lugar social subordinado, reservado aos negros. Essa acepção possui uma história, Oliveira (2011) afirma que *cor* e *condição* eram termos equivalentes no Brasil do século XVIII, o termo “preto” era sinônimo de “escravo” ou “escravo africano”. O significado em torno do emprego da palavra “pardo”¹⁴⁴, mesmo considerando as diferenças regionais, significava “o reconhecimento de um processo de ascensão social e maior afastamento do universo da escravidão” (OLIVEIRA, 2011, p. 58). De modo que a pele clara era a própria prova de ascensão, fato que não necessariamente se refletia na condição econômica do sujeito. A percepção dada à “aparência” conferia em certa medida a ascensão social. A concepção de esferas sociais fechadas durante a colônia sofreu uma inflexão durante o Império com a plasticidade social de uma classe média, formada por profissionais liberais entre os quais figuravam muitos mestiços. Como as identificações sociais no Brasil operavam (e ainda operam) por meio do fenótipo, as pessoas de pele clara podiam transformar sua condição social migrando de um estrato a outro. Essa possibilidade dada pela articulação entre fenótipo e condição socioeconômica figura como um dos elementos do modo como os discursos sobre Brasil estão representados na revista *O Correio da UNESCO*, o que iria fomentar o argumento amplamente difundido de que a ascensão social suplanta o preconceito racial.

¹⁴⁴ A historicidade do termo pardo igualmente é narrada em condição de ambiguidade, por vezes descrito como degeneração, com uma adjetivação negativa, outras vezes como ascensão, um signo de qualificação social (OLIVEIRA, 2011).

Essa perspectiva de uma brasilidade, sobre um caráter peculiar do brasileiro, sobretudo nos modos como estabelecem suas relações em âmbito racial, recairá na escolha de pesquisas que serão centradas no conhecimento da especificidade de seu comportamento. Métraux faz referência ao livro¹⁴⁵ de Donald Pierson (1945) no qual acentua que os casamentos inter-raciais ocorriam entre pessoas das mesmas classes sociais e não entre pessoas de polaridades extremas. De modo que a harmonia das relações raciais operava sob a condição de que ambos habitassem a mesma esfera socioeconômica, tal mecanismo permitia um tipo de sociabilidade, o que fomentou uma “ascensão dos mulatos” (MÉTRAUX, 1951, p. 3).

Essa tese da associação entre preconceito racial e preconceito de classe se tornaria o mote central de um determinado pensamento sobre o Brasil. Essa concepção impacta os trabalhos sobre os auspícios da UNESCO, na medida em que a análise sobre o Brasil cria um impasse entre o país como modelo de relações raciais a ser seguido por outros países e o fato de que, internamente, encontravam-se conflitos de cunho racial.

Ilustrada por fotos de Pierre Verger, a edição de Agosto/Setembro de 1952 é dedicada a apresentar sínteses dos resultados das pesquisas realizadas no âmbito do Projeto UNESCO¹⁴⁶. A capa mostra um grupo de pessoas cuja legenda faz referência à descrição da pesquisa realizada no Brasil:

¹⁴⁵ PIERSON, D. *Branços e pretos na Bahia: estudo de contato racial*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945.

¹⁴⁶ *O Correio da UNESCO*. Brésil une grande enquête sur les relations raciales. Ano V, Nº 8/9, 1952, 12p.



Figura 9 - Capa do periódico *O Correio da UNESCO* de Agosto/Setembro de 1952. Ano V, Nº 8/9, 12p. Foto de Capa de Pierre Verger (*Le Courrier de L' UNESCO*, 1952, p. 1).

Verger participou do projeto, desempenhando uma intensa colaboração com seu material fotográfico figurando em diversas edições do periódico, especificamente sobre o povo brasileiro, com imagens que registravam os indivíduos em situações cotidianas:



Figura 10 - Fotografias de Pierre Verger (*Le Courrier de L' UNESCO*, 1952, p. 15).

Alfred Métraux centraliza o texto de apresentação desta edição buscando responder a pergunta: “*Por que a UNESCO realizou uma pesquisa sociológica sobre relações raciais no Brasil?*”¹⁴⁷ A questão enuncia o caráter sociológico empregado nas pesquisas e apresenta o claro objetivo de responder às posições contrárias à realização de uma investigação dessa natureza que foram dirigidas à UNESCO. No texto, Métraux afirma que as vozes desfavoráveis à pesquisa apontam que seria desnecessário realizá-la em um local que apresenta poucos conflitos raciais, mas sim em locais em “crise” de relações raciais (MÉTRAUX, 1952, p. 6). Os questionamentos passam por concepções sobre o impacto de tal empreendimento, que poderia desencadear em certa “indiscrição” no local que pretende descrever, uma vez que colocaria questões aos brasileiros que “parecem dar pouca importância” às diferenças raciais (*Op. cit.*, p. 6).

O autor destaca que as ciências sociais não teriam por função influenciar “atitudes seculares”, mas a proposta da UNESCO seria de ampliar e “suplementar” problemas já debatidos e discutidos. Além da leitura sociológica, as pesquisas propunham um viés psicológico com enfoque nas atitudes, tendo por objetivo a análise da situação social destes locais. Com tal característica, seria legítima a realização da pesquisa, pois fazia parte da “luta da UNESCO contra o preconceito racial” (*Op. cit.*, p. 6). Dadas as explicações, o autor procede às razões pelas quais ocorreu a escolha do Brasil, destacando que pesquisas em outras regiões deveriam ter outros enfoques.

A seleção dos locais de realização das pesquisas da UNESCO foi responsável por um dos conflitos internos relativos ao programa de desenvolvimento do projeto: o da escolha dos lugares que deveriam receber a estrutura do programa. Segundo Métraux, o escasso interesse dos estudiosos em regiões com comportamentos positivos em matéria de relações raciais é outro motivo para se aventar as pesquisas nestas sociedades (*Op. cit.*, p. 6). Ainda segundo o autor, o Brasil é considerado um exemplo que poderia opor-se à validade dos “credos” racistas ainda em voga, alimentados por exposições de viajantes e sociólogos que descreviam sua surpresa diante das atitudes diferenciadas dos brasileiros em relação à diferença racial (*Op. cit.*, p. 6).

¹⁴⁷ O autor começa o texto com a questão: “*Pourquoi l’UNESCO a-t-elle entrepris une enquête sociologique sur les relations raciales au Brésil?*” (MÉTRAUX, 1952, p. 6).

Métraux aponta que o objetivo de estudar o comportamento dos brasileiros “em matéria de raça” e verificar a veracidade das relações harmônicas no Brasil teve êxito a partir das análises de Gilberto Freyre e Donald Pierson, as quais se inclinaram na percepção da positividade das relações raciais brasileiras. Há, ainda, uma indicação da busca pela compreensão do papel dos “índios” e “negros” na “civilização brasileira”, numa clara alusão às ideias de Gilberto Freyre cuja influência junto a Artur Ramos foi importante para a escolha do Brasil na pesquisa proposta¹⁴⁸. O estilo de escrita, tal como a ideia de que “escravos importados da África” pertencentes a “civilizações negras” e que junto aos brancos realizaram a “aventura” de colonizar o Brasil (*Op. cit.*, p. 6) ou ainda a utilização do termo “charme da vida brasileira” para se referir a um caráter específico do brasileiro dado pelas “tradições africanas” são próprios do pensamento desenvolvido por Freyre. De maneira textual, Métraux afirma que o Brasil é um dos poucos países que atingiu a “democracia racial” (*Op. cit.*, p. 6). O autor também aponta que o Brasil é um exemplo interessante para identificar o papel das mudanças econômicas nas relações raciais, os conflitos com o “proletariado” poderiam romper com a democracia racial não fosse o caráter “liberal e generoso” que compõe a tradição brasileira (*Op. cit.*, p. 6).

No entanto, havia ainda questionamentos a essa perspectiva de modo que a pesquisa auxiliaria a elucidar se a harmonia seria “real ou aparente” (*Op. cit.*, p. 6). As ações das “organizações negras” no Brasil demonstravam que as relações raciais não se configuravam de maneira “tão harmoniosa” da maneira como muitos brasileiros e estrangeiros “gostavam de acreditar” e que a função do intelectual seria a de mapear os fatores que criavam no Brasil a discriminação racial (*Op. cit.*, p. 6). Com esta proposta, o autor descreve que as pesquisas realizadas no Brasil, de caráter sociológico e psicológico, possuiriam uma ênfase pautada em uma analítica local e não na realização de uma história das atitudes raciais, embora justificadas por uma “longa tradição histórica” (*Op. cit.*, p. 6). Salienta, igualmente, o papel do “aporte dos índios e dos negros” na civilização

¹⁴⁸ Ambos os autores mantiveram uma ligação teórica, de modo que ratificavam as perspectivas um do outro sobre a positividade da mestiçagem. Porém, travaram uma disputa acerca das percepções sobre a influência lusitana Arthur Ramos chegou a afirmar que o colonialismo europeu originou o racismo por meio da escravidão (STOLCKE, 1999 *apud* TAMANO, 2011).

brasileira e que as atitudes supostamente positivas em termos de relações entre escravizados e não escravizados seriam testemunhos da particularidade portuguesa nas sociedades ibéricas. O “caso brasileiro” poderia ainda informar sobre a influência do aspecto econômico na formação dos preconceitos raciais (*Op. cit.*, p. 6).

Em relação aos casos de preconceito denunciados pelas organizações negras, a justificativa apoia-se na interpretação de serem procedentes de um processo de “rápida modernização” que promoveria uma concorrência entre os negros e os imigrantes estrangeiros brancos que chegavam ao Brasil, via uma política governamental de importação desta mão de obra. Aqui se encontra outro aspecto destacado pelo autor sobre o “exemplo brasileiro”: a influência dos fenômenos econômicos nos preconceitos raciais (*Op. cit.*, p. 6). Dito de outra forma, o recrudescimento do preconceito racial seria motivado por uma nova conjuntura econômica que promoveria um tipo de disputa – entre, por um lado os negros e, de outro os brasileiros e imigrantes brancos – nos centros industriais cujo efeito “destruiria essa ‘democracia racial’” (*Op. cit.*, p. 6). Ainda de acordo com Métraux, a existência de uma legislação de combate ao racismo surge não para aferir ao racismo uma “existência oficial”. Por fim, expõe as razões pelas quais uma pesquisa dessa natureza deve ser realizada no Brasil, considerado “país exemplar” cujo destino é desempenhar um papel fundamental em um mundo em vias de obter o “respeito mútuo entre as raças” (*Op. cit.*, p. 6).

O discurso da “harmonia racial brasileira” prossegue no texto seguinte de autoria de Gilberto Freyre, no qual discute o papel dos negros na formação e na civilização brasileira¹⁴⁹. A inclusão deste texto assinala a importância das ideias de Freyre no pensamento da época, visto que há uma indicação de que o texto não pertence aos resultados da pesquisa realizada pela UNESCO¹⁵⁰. Gilberto Freyre atuou como consultor junto às Nações Unidas e na UNESCO, especialmente na luta contra o racismo e as tensões sociais, sendo considerado um dos sociólogos

¹⁴⁹ FREYRE, G. Le role des noirs dans la civilization brésilienne. *O Correio da UNESCO*, n. 6/7, 1950, p.7-8.

¹⁵⁰ Embora não figurasse na pesquisa, Gilberto Freyre manteve relações próximas com a UNESCO por meio do financiamento do Instituto Joaquim Nabuco por ele idealizado, além das articulações para a incorporação da cidade de Recife na pesquisa da UNESCO.

brasileiros mais influentes na instituição, em parte, pela inspiração da percepção culturalista, que possibilitou a construção da semântica da “democracia racial”, creditada ao Brasil. Segundo Maio (1997), Gilberto Freyre foi um dos artífices para a escolha do Brasil na política antirracista adotada pela UNESCO, inicialmente, porque destoava da leitura negativa de alguns intelectuais brasileiros sobre o caráter racialmente miscigenado da população brasileira.

As leituras contemporâneas da obra de Gilberto Freyre têm reposicionado o impacto de sua narrativa sobre o Brasil. Por um lado, embora ainda se tenha adeptos, mantém-se a crítica sobre a leitura harmônica das relações raciais brasileiras e, por outro lado, considerando a perspectiva introduzida nas ciências sociais e na historiografia brasileira, valoriza-se a posição dada ao negro como um personagem civilizador do Brasil. Este texto publicado em 1952, quase mais vinte anos depois do livro *Casa Grande & Senzala*, obra tida como marco na mudança das interpretações naturalistas para uma análise sociológica das relações raciais, além de produzir a mestiçagem como categoria discursiva a partir da qual se cunha a narrativa da brasilidade¹⁵¹, enuncia alguns dos temas centrais desenvolvidos por Gilberto Freyre.

O título do texto é sugestivo. Logo de início, a proposta de elevar a um caráter civilizatório o “aporte negro” é ratificada (FREYRE, 1952, p. 7). Além disso, Freyre afirma que os negros foram “importados como escravos”, entretanto, essa condição não impediu que ascendessem, em sua análise, a um componente civilizador. O autor indica que essa mesma função deveria ser conferida aos indígenas, assim como aos portugueses que também colonizaram o Brasil. Percebe-se nesta descrição uma das semânticas centrais que se desdobram da obra de Freyre: o enredo discursivo de colocar de forma equivalente colonização e civilização, como movimentos congêntos pautados pelo desenvolvimento econômico e cultural, pelos quais foram responsáveis os negros africanos, os nativos indígenas e os brancos portugueses na inter-relação entre etnias e culturas. Tal enredo discursivo sobre a experiência colonial brasileira é pautado pelo escravismo, o patriarcado, a família, a produção agrária e os trópicos – todos os

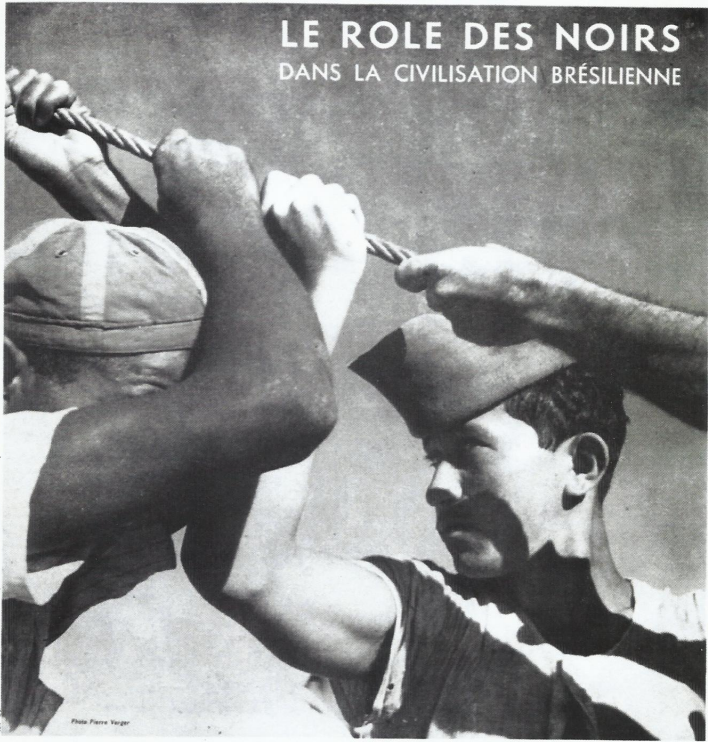
¹⁵¹ Freyre descreve sobre a obra “um estudo social, psicológico uma interpretação” sobre o Brasil (FREYRE, 1984).

temas desenvolvidos por Freyre. Cada um desses elementos subsidia um tipo de civilização especificamente brasileira em que os “negros formam o elemento de base, mas não o sistema inteiro” (*Op. cit.*, p. 7). Esse é o contexto no qual se constrói uma narrativa sobre a importância do papel dos negros no Brasil, não apenas pela “participação” econômica, mas também pela influência cultural e na organização social brasileira.

DE L'UNESCO

AOUT-SEPTEMBRE 1952. Page 7

LE ROLE DES NOIRS DANS LA CIVILISATION BRÉSILIENNE



par le Professeur Gilberto Freyre

Écrire l'histoire des noirs au Brésil, a-t-on dit, c'est écrire l'histoire du pays lui-même. Cette affirmation est exagérée, car la même chose a été dite des Indiens, et naturellement des Portugais qui firent du Brésil une nation en y établissant une société patriarcale, esclavagiste et saraze, dont les noirs forment l'élément de base mais non le système tout entier. Il y a eu, et il y a encore, des spécialistes pour qui l'Indien d'Amérique, et non pas l'Intrus européen ou noir, constitue au Brésil l'élément central du développement social et culturel. Ces savants sont d'avis que l'histoire du Brésil devrait être indocentrique et non basocentrique ou afrocentrique.

Ici, comme dans d'autres cas, le problème de la primauté est difficile à trancher objectivement. Mais les meilleurs témoignages réunis jusqu'ici par les sociologues et les anthropologues semblent indiquer que l'apport noir est, après celui des Portugais, le plus important, non seulement pour la structure économique du Brésil, mais aussi pour sa culture et son organisation sociale.

Car aujourd'hui, en Amérique, la culture brésilienne (bien qu'elle reste encore principalement européenne), se distingue plutôt, par ses traits extra-européens que par son héritage colonial. Et l'un des plus importants facteurs qui ont contribué à cette culture naissante de caractère typiquement brésilien, est le fait que le noir, grâce au traitement relativement libéral que lui ont accordé les Portugais, a pu se sentir Brésilien et n'a pas culturel. Des lors, il pouvait se considérer comme un Brésilien d'origine africaine et non comme un Africain indésirable qui n'aurait jamais dû entrer au Brésil.

L'Africain fut introduit comme esclave au Brésil dès le XVI^e siècle, peu après la découverte du pays par les Portugais. Il y fut amené d'abord comme élément de complément, et bientôt comme élément de remplacement. L'Indien était en effet si difficile à maintenir en esclavage que sa servitude n'offrait aucun intérêt économique. Les indigènes voient ici — dans le fait que l'Indien du Brésil était si difficile à capturer et à maintenir en esclavage — une preuve à l'appui de la théorie qu'il était, et est encore, ethniquement supérieur à l'Africain chez qui des psychologues comme McDougall n'ont pas hésité à déceler une sorte d'instinct de soumission. Plus encore, les indigènes voient également dans ce fait une preuve nouvelle que les Brésiliens devraient considérer l'Indien comme le « noble sauvage » et se sentir honorés d'avoir de son sang dans les veines.

Peut-être. Mais il est également vrai que l'insubordination de l'Indien, incapable de se plier à la routine du travail dans les plantations portugaises, n'était pas entièrement un trait de la psychologie de race ou du caractère racial; c'était aussi une conséquence du fait qu'au point de vue culturel, l'Indien en était à un stade nomade, non-écrit, tandis que de nombreux Africains amenés au Brésil comme esclaves, avaient déjà atteint ce stade agricole. La vie sédentaire ne leur répugnait pas comme aux Indiens nomades.

D'autre part, il n'est pas exact que les Africains au Brésil, aient toujours fait preuve de soumission envers leurs maîtres, ce qui, contrairement à l'insubordination manifestée par les Indiens. Les Africains s'adaptèrent aux tâches sédentaires mais pas toujours à l'esclavage. Il y eut, en fait, dès les débuts de la colonisation européenne et jusqu'à l'abolition de l'esclavage dans l'Empire brésilien en 1888, un certain nombre de soulèvements parmi les esclaves, non seulement dans les plantations, mais aussi dans les bourgs et les grandes villes. Salvador de Bahia, la plus importante ville du Brésil à l'époque coloniale, fut le théâtre, dans les premiers temps de l'Empire, d'une violente insurrection d'esclaves africains.

Les habiles esclaves musulmans jouaient dans ce soulèvement, comme du reste dans toutes les insurrections, le rôle « d'éminences grises », car le Brésil avait eu la chance d'importer pour les travaux domestiques et agricoles un très grand nombre de Musulmans et un nombre plus considérable encore de noirs, qui, ayant subi l'influence de l'Islam, avaient adopté sa religion et une partie de sa culture. De fait, certains de ces Africains savaient lire et écrire l'arabe, quelques-uns se procuraient même des livres arabes par l'entremise d'un libraire français établi à Rio de Janeiro à une époque où un grand nombre de planteurs blancs pouvaient à peine lire leur missel ou rédiger leur testament, et où les femmes étaient maintenues dans un tel état d'ignorance qu'elles étaient considérées comme instruites si elles arrivaient à tracer laborieusement leur prénom.

Il semble également exact qu'un certain nombre de jeunes Africains aient été amenés au Brésil pour servir de maîtres aux grands marchands portugais établis dans des villes comme Salvador. Il résultait que ces jeunes filles ont été choisies en quelque sorte d'après les critères occidentaux (européens) de la beauté féminine, et provenaient généralement de groupes islamisés ou traités.

Lorsque l'on étudie l'histoire des noirs au Brésil, il ne faut jamais oublier que ce pays fut colonisé par les Portugais qui, dès le XVI^e siècle, importèrent des esclaves d'Afrique pour travailler dans les champs et les maisons. L'historien portugais Zarrar, qui vivait au XVI^e siècle, relate qu'il connaissait nombre d'esclaves qui étaient traités comme s'ils appartenaient moralement et sentimentalement aux familles portugaises auxquelles ils étaient attachés, que

(Suite page 8)

Figura 11 - Fotografia de Pierre Verger que ilustra o texto de Gilberto Freyre (*Le Courrier de L'UNESCO*, 1952, p. 7). © UNESCO/1952.

A narrativa de Freyre se alicerça na ideia de que a cultura brasileira seria antes conhecida pelos seus aspectos “extra-europeus”, do que pela sua “herança colonial” (*Op. cit.*, p. 7). Freyre acrescenta que as correntes teóricas de intelectuais deveriam descrever a história do Brasil como “indocêntrica” [*indocentrique*], e não “lusocêntrica” [*lusocentrique*] ou afrocêntrica [*afrocentrique*], ou seja, conferindo centralidade de forma equivalente o “índio”, e não apenas o “branco” ou o “negro”.

O argumento a respeito da “incapacidade dos índios” em se acostumar à rotina de trabalho nas plantações, justificado por seu caráter “nômade” é descrito como um estilo cultural e não de qualquer existência de uma “psicologia da raça ou do caráter racial”¹⁵² que induziria a incapacidade dos indígenas (*Op. cit.*, p. 8). Essa interpretação tornou-se copiosamente utilizada para justificar a vinda dos africanos, explicação que perdurou durante muito tempo na analítica historiográfica sobre a escravização dos negros africanos no Brasil. O negro “introduzido como escravo” tornou-se “elemento complementar e de substituição” aos indígenas que não ofereciam “interesse econômico” (*Op. cit.*, p. 8).

A narrativa de Freyre destaca que embora o negro tenha se adaptado à vida sedentária e compelido ao escravismo, a condição em que habitavam é positivada de modo tal que observadores estrangeiros teriam afirmado que o trabalho escravizante nas plantações de açúcar e café no Brasil era melhor que o trabalho nas usinas europeias do século XIX. Fato identificado como proveniente do “regime paternalista” brasileiro (*Op. cit.*, p. 8). Essa condição dada por tal “regime” diferenciado de certo foi “duro”, mas ofereceu a possibilidade da formação de uma “personalidade mais forte entre a elite dos trabalhadores negros ou mestiços” (*Op. cit.*, p. 8). Freyre afirma, conjuntamente aos saberes sociológicos e antropológicos, a especificidade do caráter inserido pelo elemento negro na cultura e desenvolvimento social do Brasil.

Na esfera do debate historiográfico, Freyre se utiliza de influências do que foi denominado de nova história ou Escola dos *Annales* (BURKE, 1997), uma

¹⁵² Aqui Freyre faz uma crítica aos psicólogos cujo caráter de “indigenistas” fazia com que julgassem os indígenas “eticamente superiores” aos negros e que, portanto, os brasileiros deveriam sentir-se honrados por ter o sangue do “nobre selvagem” (FREYRE, 1952, p. 7).

tradição historiográfica em narrar a história pelas particularidades cotidianas, nas tramas de acontecimentos comuns. Esse direcionamento se deu a partir do interesse dos historiadores em pesquisas que considerassem hábitos alimentares, vestuários e costumes comuns¹⁵³. Deste modo, Freyre expôs uma cadeia discursiva que possibilita identificar a influência do elemento negro, visualizada, sobretudo, na conceituação de uma “cultura” pautada na especificidade, em uma forma, um jeito de ser brasileiro, algo que se poderia definir como uma “essência”, a “alma negra”¹⁵⁴ (*Op. cit.*, p. 7).

O autor conclui o texto afirmando que o negro no Brasil, à época, se sentia um “brasileiro de origem africana”, condição que o possibilitaria se comportar como um brasileiro e não como um estrangeiro, isto é, o que constituiria o caráter central da cultura brasileira que permitiria aos negros pertencerem “fisicamente e espiritualmente a família patriarcal” (*Op. cit.*, p. 8). O léxico “fisicamente” se refere aos “intercursos” sexuais que, mesmo marcados por uma hierarquia desigual imposta pelo poder e pela violência entre as partes, foram romantizados em algumas narrativas. Essa perspectiva foi possível seguindo a interpretação de que os negros eram tratados como “se pertencessem moralmente e sentimentalmente as famílias portuguesas” (*Op. cit.*, p. 7), fato que deve ser creditado à convivência que os portugueses teriam aprendido com os mouros, algo como certa “humanidade” em relação aos escravizados (*Op. cit.*, p. 7). Essa disposição estaria na própria gênese da “identidade portuguesa” a qual propiciaria a mobilidade, a dificuldade dos portugueses em se identificarem em termos raciais e, sobretudo, em seu caráter miscível que se pode misturar socialmente e sexualmente com outros grupos étnicos¹⁵⁵ (FREYRE, 1984).

¹⁵³ Dentre as referências desta perspectiva estão Georges Duby, Fernand Braudel, Philippe Ariès.

¹⁵⁴ O autor descreve no texto que : “*L'on peut dire que, même sans mélange de races, l'influence profonde des noirs s'est fait sentir au Brésil. Tout Brésilien, si blond soit-il, a en lui quelque chose de l'âme nègre. Cette influence se manifeste au Brésil dans certains aspects de la vie ou de la culture ; par exemple, dans un certain catholicisme coloré, dans la façon typiquement brésilienne de marcher, de rire, de danser*” (FREYRE, Reproduzido de *O Correio da UNESCO*, Nº 8-9, 1954, p. 8).

¹⁵⁵ Freyre afirma em uma das passagens do livro *Casa Grande e Senzala* que: “Quanto à miscibilidade, nenhum povo colonizador, dos modernos, excedeu ou sequer igualou nesse ponto aos portugueses. Foi misturando-se gostosamente com mulheres de cor logo ao primeiro contato e multiplicando-se em filhos mestiços que uns milhares apenas de machos atrevidos conseguiram firmar-se na posse de terras vastíssimas e competir com povos grandes e numerosos na extensão de

Todas as narrativas que constituem contemporaneamente algumas representações sociais sobre o Brasil estão presentes nos argumentos de Freyre para caracterizar a especificidade das relações raciais brasileiras. Termos impregnados de uma adjetivação positiva como “*ritmo*”, “*charme*”, “*sorriso*”, “*alegria*”, expressam um léxico narrativo ligado ao Brasil. Estes são os elementos descritos neste texto como a contribuição dos negros à cultura brasileira. A semântica da geografia do trópico é mobilizada uma vez que articula uma determinada narrativa de tempo e espaço. Estar localizado nos espaços marcados pelos trópicos é ser identificado como parte de um tipo específico de representação. Há uma atmosfera que circunda a geografia dos trópicos e transformam este ambiente em um artefato de representação de um lugar como espaço de “propaganda moderna”, onde figuram determinados tipos de “seres”. Habitá-lo é ser alocado em outra temporalidade e carregar em si um caráter ambíguo, dado que “os trópicos, que de fato são brutalizados por dívidas e devastados pela fome e subnutrição, se tornaram os que detêm o privilegiado sentido do erótico, do divertimento, do prazer, da folga ilimitada” (HALL, 2005, p. 9). É esta representação exportada para o mundo, que ecoa, ainda, nas narrativas sobre os lugares e formações localizadas nos trópicos. Tal representação se desdobra em um modelo de um “povo” para a UNESCO em matéria de relações raciais. A construção de uma narrativa que coloca o negro como “o polo alegre daquela antiga sociedade escravocrata que, a rigor, deveria ser fundamentalmente triste” (PAIXÃO, 2005, p. 491).

Todo o imaginário sobre o Brasil será expresso pela ideia de um corpo. Um corpo que quando descrito no feminino é aquele que traduz os “tipos mais originais de graça e de beleza feminina do Brasil”¹⁵⁶ impregnado de um “charme” que se harmoniza com as cores dos trópicos (FREYRE, 1952, p. 8). Um corpo com elementos que as “jovens brancas” ou as que não têm “uma gota de sangue indígena” não possuem. Este ícone aparece sempre no singular, o corpo. Um corpo com surpreendente poder sedutor. Caracteristicamente brasileiro, o corpo

domínio colonial e na eficácia de ação colonizadora” (FREYRE, Casa grande e senzala, 1984, p. 20).

¹⁵⁶ “*Plus d'un observateur étranger a parlé des types les plus originaux de grâce et de beauté féminine au Brésil*” (FREYRE, Reproduzido de O Correio da UNESCO, 1952, p. 8).

que se faz mestiço, com uma beleza particularmente mestiça, fruto da mistura, o corpo lascivo, o “corpo sonoro” (HALL, 1997) que fala que emana por certo gíngado, certa postura, o corpo a ser imitado, incessantemente o mesmo texto: *o corpo*. A narrativa de Freyre constrói um corpo em movimento, pois tem uma particularidade na maneira “de andar, rir e dançar” é híbrido, dado que mestiço, possuidor de qualquer coisa da “alma negra” (*Op. cit.*, p. 8). O corpo com um “tipo de beleza particular das mestiças”, imitado de forma “sutil e indireta” pelas moças “brancas de pele”¹⁵⁷ (*Op. cit.*, p. 8). Toda essa narrativa sobre o corpo como texto (HALL, 1997) que contém elementos culturalmente narrados torna-se item de exportação e atua contemporaneamente em um conjunto semântico sobre o Brasil e alguns brasileiros.

Deve-se notar certa inversão na narrativa freyreana sobre a formação da nação brasileira que destoa das tradicionais formas de construção das narrativas nacionais. Parte das narrativas das nações é, segundo Hall (2011), formada por uma textualidade que tenta suprimir as diferenças culturais produzindo o povo no singular. Freyre estabelece uma tensão a tal perspectiva, ao desvincular esta ideia e produzir o Brasil e os brasileiros por meio da contribuição de determinados elementos dos diferentes grupos – branco, negro e índio – cada qual com sua contribuição cultural. Portanto, aquilo que legitimaria uma divisão ou a separação, ou seja, os diferentes pertencimentos étnicos e raciais, é transformado na narrativa de Freyre em unidade nos termos de um “um *dispositivo discursivo*” que ao contrário de separar, integra (HALL, 2011, p. 62).

São, portanto, estes temas, o caráter civilizatório do negro, a humanização da escravização pelos portugueses entre outros, que vão sedimentar a ideia posteriormente denominada de “democracia racial”. A “cozinha afrodisíaca”, a “música”, as “histórias de ninar e de fantasmas”, são ingredientes de algo “pitoresco, vivo e criador” proveniente da influência africana no Brasil (FREYRE, 1952, p. 8). Isso é o que difere para Freyre – e ao final do texto ele responde aos anseios da UNESCO – as relações raciais no Brasil dos Estados Unidos e da África do Sul, de modo que o Brasil poderia oferecer exemplos de convivência a

¹⁵⁷ Freyre descreve como as moças brancas buscam imitar das moças mestiças “o ritmo, a graça do sorriso e os passos de dança”. (FREYRE, 1952, p. 8).

outras nações com conflitos raciais. O país forneceria, segundo Freyre, identificações que não excluiriam, mas agregariam de modo que qualquer negro “dotado de instrução literária” teria a possibilidade de se considerar não apenas um cidadão brasileiro dotado de “plenos direitos”, mas um latino (*Op. cit.*, p. 8).

Esse estilo discursivo opera de modo característico na ambivalência sobre a representação racial (HALL, 2007). Para Hall a ambivalência da representação racial é complexa e dúbia “tal como, tantas vezes nas culturas do Ocidente, a representação das mulheres aparece de maneira dividida – a moça boa/má, a mãe boa e má, madona e prostituta – também as representações dos negros, em diferentes momentos, exibem essa divisão, essa dupla estrutura” (HALL, 2005, p. 9). Hall indica que tal ambiguidade na representação daqueles colocados no lugar da diferença faz com que ocupem posições binárias desde o “*repulsivo-por-causada-diferença*” ao “*atraente-por-causa-do-estranho-e-do-exótico*” (HALL, 1997, p. 229).

Após o texto de Métraux que apresenta a pesquisa da UNESCO e o texto de Freyre que exhibe as especificidades da formação brasileira, os artigos seguem, nessa edição especial sobre o Projeto UNESCO, explorando os resultados parciais e as especificidades encontradas em diferentes regiões brasileiras que compuseram o projeto. Os dois primeiros artigos atuam de modo a “preparar o terreno” para os textos que seguem com excertos das pesquisas realizadas e publicadas integralmente em livros.

Roger Bastide descreve a pesquisa sobre os negros em São Paulo, argumentando que os conflitos raciais decorreriam do processo de crescimento acelerado de São Paulo e das vagas de trabalho que se abria para todos os grupos raciais na indústria paulista (BASTIDE, 1952, p. 9)¹⁵⁸. Descreve o processo de mudança da cidade a qual passa de uma formação colonial para uma cidade tentacular, repleta de construções e de confluências de raças e etnias (*Op. cit.*, p. 9). Esse conjunto de oportunidades de trabalho possibilitava, por um lado, uma concorrência entre esses grupos e, de outro, a ocupação de alguns desses postos constituíam uma “classe média de cor” já presente. No entanto, ainda se

¹⁵⁸ Bastide, R. São Paulo la cité tentaculaire. *O Correio da UNESCO*, N° 8-9, 1952, p. 9.

observava um impedimento dos negros terem acesso aos bons empregos, de modo que havia uma política que mantinha os negros em posição subalternizada (*Op. cit.*, p. 9).



Figura 12 - Fotografia de Pierre Verger que ilustra o texto de Roger Bastide (*Le Courier de L'UNESCO*, 1952, p. 9). © UNESCO/1952.

Segundo Bastide, a existência de uma tradição de relações “amigáveis” entre negros e brancos no Brasil atuava de modo a impedir a percepção do preconceito diretivo, mas que ainda assim permanecia. No entanto, havia um conflito entre brancos que se utilizariam de estratégias para manter seus postos de poder. Essas estratégias¹⁵⁹ eram múltiplas, considerando o fato de o Brasil constituir-se como um país “democrático” no qual a “cor era um tabu” (Op. cit., p. 9). Organiza-se, portanto, um tipo de configuração política cuja aplicação represou os negros nas funções que os brancos não queriam desempenhar, política que era sustentada por “estereótipos e ideologias” (Op. cit., p. 9). A rejeição dos negros nos espaços de festas, clubes esportivos¹⁶⁰ e lugares comuns dominados pelos brancos compunha outra esfera dessa configuração política que se efetivou como uma estratégia de defesa segundo Bastide. Isso induziu os negros a criarem espaços próprios¹⁶¹, o que gerou uma forma de segregação que, segundo o autor, não ocorreu em outras cidades do país. A questão central não seria apenas de classe, pois os negros do mesmo estrato social eram igualmente afastados do círculo social e do convívio em sociedade com os brancos.

A tese das “sociedades em transição” foi aplicada na analítica realizada sobre a cidade de São Paulo, amparada na ideia segundo a qual a mudança de uma antiga aristocracia rural para um contexto de formação de classes extingiria espontaneamente os preconceitos raciais por não mais adquirirem sentido em um contexto marcado pela primazia da classe. O argumento se sedimentava na equivalência de que raça atribuía-se a uma formação rural e escrava e a noção de classe a uma formação urbana e industrial. É nesta transição que o preconceito de classe substituiria o de raça. A industrialização possibilitaria aos negros ascenderem, o que desqualificaria a relação “dominação-submissão”. Tal proposta pode ser visualizada na contemporaneidade, na qual industrialização poderia ser

¹⁵⁹ Bastide descreve algumas estratégias, como a recusa da oferta de exames médicos a negros que tivessem passado em concursos públicos para cargos superiores (BASTIDE, 1952, p. 9).

¹⁶⁰ Segundo Bastide os negros participavam de competições dos clubes, mas não dos bailes nos quais eram “barrados homens muito escuros”, menos ainda nas piscinas. De modo que, de acordo com o autor, esses fatos não devem ser analisados pela condição social, pois o negro de classe média é igualmente barrado (BASTIDE, 1952, p. 9).

¹⁶¹ Esses locais operavam também como uma disputa no interior do próprio grupo.

substituída por desenvolvimento que, por sua vez, extingiria o preconceito de classe.

Ainda de acordo com Bastide, a industrialização provocava ao mesmo tempo um convívio profissional entre brancos e negros, mas um afastamento na vida social, circunstância que constituía em um dos efeitos contraditórios da industrialização e da urbanização. As “velhas forças sexuais” continuariam “misturando as cores” impedindo a formação de “castas separadas” (*Op. cit.*, p. 9). O crescendo de casamentos inter-raciais na cidade à época permitia que os “pretos” e, sobretudo “pardos”, pudessem atravessar a “linha de cor”, pois a configuração da cidade de São Paulo permitia àqueles que tivessem feito a travessia habitar certo “anonimato”, sendo em algumas situações “moralmente tratados como brancos” uma vez que podiam escapar do “controle genealógico das famílias” (*Op. cit.*, p. 9). Isso permitiria que o “tratamento” como “branco” possibilitasse uma mutação do preconceito de raça em preconceito de classe, o que justificaria as desigualdades de posições sociais entre brancos e negros na sociedade (*Op. cit.*, p. 9). O texto, ilustrado com fotografias de Verger com negros em trabalhos diversos, traz uma legenda que reforça a tese de que o Brasil atingiu a “harmonia” e a “democracia racial”, mesmo que de modo destoante nas várias cidades brasileiras.

O texto de Costa Pinto inicia retomando as considerações feitas por Bastide sobre São Paulo, considerações estas que poderiam ser aplicadas à realidade da cidade do Rio de Janeiro, já que o caráter harmonioso das relações inter-raciais no Brasil não corresponderia à realidade de uma única cidade. Tal percepção foi contestada por Costa Pinto ao utilizar os termos “dogma” para se referir aos conflitos raciais que se “dissimulam” em “sentimentos de rancor” como um mal “evidente” (PINTO, 1952, p. 10). Costa Pinto faz referência ao termo “criptomelanismo” [*cryptomélanisme*], desenvolvido por um sociólogo porto-riquenho, Renzo Sereno, que consiste no medo de admitir ou na aspiração em esconder a existência de uma questão de raça ou de cor (SERENO [1946] *apud* GODREAU, 2000). Essa conceituação se assemelha à denominação de “preconceito de ter preconceito” elaborado por Florestan Fernandes. Costa Pinto

argumenta que as formas extremas de racismo em outras regiões projeta a “situação brasileira” “como um modelo de tolerância e de harmonia” (PINTO, 1952, p. 10).

Para Costa Pinto, a compreensão das relações raciais deveria considerar uma confluência de fatores que combinados produzem sobre um grupo racial injustiças ou uma forma desigual de tratamento. No entanto, em sua analítica no caso dos negros, pudesse aferir a existência de preconceito, havia uma “ausência de violência nas formas de discriminação contra o negro” (*Op. cit.*, p. 10). O autor prossegue na tese segundo a qual os conflitos raciais aumentavam diante de uma determinada situação social, naquele momento com o aumento dos imigrantes e a competição nas indústrias.

A constituição de um proletariado urbano composto por negros e “mulatos” que se caracteriza em uma “situação racial nova” no Rio de Janeiro no período, reforça a tese da existência de discriminação nas contratações de trabalho, visto que negros e “mulatos” não estavam em postos de comando (*Op. cit.*, p. 10). Paralela a esse movimento, ergue-se uma “nova elite negra” que valoriza uma “negritude” quando “toma consciência da raça” (*Op. cit.*, p. 10). Isto seria, segundo o autor um reflexo da projeção do branco sobre o negro, na medida em que transforma sua experiência a partir da cor da epiderme. Com tal caracterização, Costa Pinto identifica o modo como raça se relaciona a uma “entidade mística”, a partir da qual as pessoas a experienciam.

O movimento em torno de uma “negritude” aparece em paralelo à ascensão de uma elite negra que identificaria um tipo de tratamento discriminatório específico por seu pertencimento racial. Isto diferia do “negro proletário” que se percebia como parte de uma “massa em que pertencem também homens de outra cor” (*Op. cit.*, p. 10). Este contexto favorecia a existência de uma questão racial no Brasil, atrelada a outras condições que viriam a se equacionar. Costa Pinto identifica que a “questão racial” não existiria de forma independente a outros problemas, de modo que haveria uma questão racial em vias de se agravar no interior de uma dada estrutura social.

O artigo de Harry Hutchinson apresenta uma caracterização sobre como as pessoas mobilizavam caracteres discricionários para se identificarem racialmente

no Recôncavo baiano¹⁶². A questão central situa-se nos termos escolhidos nos diálogos entre as pessoas para estabelecer a identificação racial, como uma conceituação “*emic*”. Termos como “linha de demarcação” e a comparação com a situação racial dos Estados Unidos apontam as influências daquele contexto sobre a analítica do autor. Entre as classificações listadas por Hutchinson, aparecem descrições de personalidade como no caso dos “saráás” ou “morenos”¹⁶³ que são “muito simpáticos” (HUTCHINSON, 1952, p. 11). Os caracteres escolhidos estão ligados ao fenótipo, primeiramente a cor de pele, e, depois, o cabelo que desempenhava o “critério decisivo” central no processo de identificação (*Op. cit.*, p. 11). A utilização dos termos é também analisada, o termo negro é sempre aplicado a grupos e não pessoas específicas que se utilizavam de “homem de cor”.

O texto de Charles Wagley identificava a existência de desigualdades educacionais e econômicas as quais colocavam as “pessoas de cor” nos estratos sociais mais baixos, reforçando a tese da supremacia do preconceito de classe sobre a raça no “Brasil rural” (WAGLEY, 1952, p. 13)¹⁶⁴. Wagley afirma que a existência de um leque variável de identificações raciais nos termos “intermediários” entre negros e brancos, impedia o estabelecimento de um sistema de segregação análogo a algumas regiões dos Estados Unidos, o que não permitiria, portanto, preconceito ou discriminação¹⁶⁵ (*Op. cit.*, p. 13). O texto é finalizado com a hipótese de que a melhora da situação econômica e a ampliação da educação favoreceriam as “pessoas de cor”¹⁶⁶ e, mesmo ocorrendo conflitos raciais, “o Brasil rural” oferecia exemplos com os quais o mundo poderia “aprender muito” (*Op. cit.*, p. 13).

¹⁶²HUTCHINSON, H. Nuances et demi-teintes. *O Correio da UNESCO*, 1952, N° V, p. 9.

¹⁶³ Quando possuem “cabelo duro” [rêches] (HUTCHINSON, 1952, p. 11).

¹⁶⁴ WAGLEY, C. Les traditions sociales dans le nord-est et l’Amazonie. *O Correio da UNESCO*, 1952, N° V, pp.13-15.

¹⁶⁵ O autor refere-se ao sistema *Jim Crow*.

¹⁶⁶ No entanto, as pessoas que possuem a pele mais escura tenderiam a perder espaço (WAGLEY, 1953).



LES RELATIONS RACIALES
AU BRÉSIL (Suite)

Photos Pierre Verger.

raciaux sont généralement équilibrés par les autres facteurs sociaux à pour conséquence de diminuer considérablement leur effet sur le comportement observé. Dans la vieille communauté minière, par exemple, un homme qui nous avait affirmé qu'il ne réserverait jamais un noir dans sa maison, y recut quelques jours plus tard un ingénieur noir avec beaucoup de respect et la plus grande cordialité. Dans des situations sociales déterminées, d'autres facteurs tels que la fortune, l'instruction, les liens de famille, les attachements personnels et la politique semblent déterminer, plutôt que le facteur de « race », la manière dont les individus se traitent les uns les autres.

Il existe, cependant, certaines circonstances où les préjugés raciaux influent sur le comportement. Des tensions se manifestent parfois à la « lisière » de la classe la plus élevée dans le cas où les autres facteurs ne sont pas déterminants. Le facteur racial prend alors une importance qui peut atteindre des proportions alarmantes. Les individus qui appartiennent indiscutablement à la classe inférieure n'essayent pas d'entrer en concurrence avec ceux de la classe supérieure, mais ceux qui tentent de pénétrer dans cette classe ou qui s'efforcent d'obtenir dans leur communauté une situation sociale éminente rivalisent entre eux, comme partout ailleurs du reste. À cet échelon de la hiérarchie sociale, le facteur de « race » a souvent constitué une qualification décisive pour la réussite sociale, que le but visé soit la participation à un festival, l'obtention d'un

poste officiel ou le mariage avec une personne de situation de fortune égale. Par contre, quand les critères économiques et culturels sont indiscutablement satisfaisants, des individus à peau très foncée franchissent facilement la frontière de la classe supérieure et y sont acceptés sans réserve. On trouve ainsi dans les couches élevées de la société des « gens de couleur » instruits, relativement fortunés, ayant un métier de « col blanc », apparentés de près ou de loin à une importante famille locale et dont l'apparence physique est celle de noirs, de mulâtres ou de caboclos.

par Charles Wagley
Professeur d'anthropologie à la
Columbia University

(Indiens). S'il est peut-être plus difficile pour une « personne de couleur » d'atteindre un rang social élevé, la chose n'est jamais impossible. Malgré le rôle relativement peu important que jouent dans la classification sociale les critères raciaux, la plupart des individus appartenant aux classes élevées des diverses communautés ont un physique d'apparence européenne. En d'autres termes, les « gens de couleur » occupent en général des positions inférieures sur les plans social, économique et culturel. Ce serait une erreur, toutefois, de considérer cette corrélation entre race et classe comme découlant, totalement ou en grande partie, de ce léger préjugé racial dont nous venons de parler.

Il faudrait plutôt chercher les causes de cette situation dans la lenteur avec laquelle les avantages économiques et éducatifs ont été jusqu'ici étendus à ces groupes historiquement défavorisés qui ne sont, somme toute, que des descendants de la troisième ou de la quatrième génération d'esclaves ou d'Indiens primitifs. L'obstacle principal qui se dresse devant le progrès social n'est pas le préjugé de race, mais plutôt le handicap séculaire du non-européen en ce qui concerne l'instruction et la fortune.

Dans cet ordre d'idées, le fait qu'il n'y ait pas de ségrégation organisée ni de discrimination basée sur l'unique facteur de « race » dans les domaines professionnels et éducatifs, est d'une importance capitale. Il se produit parfois certains exemples de ségrégation lorsque des individus pauvres qui sont également des « gens de couleur », occupent certains quartiers des villes. Mais en fait, la ségrégation sur une grande échelle serait tout à fait impossible dans ces communautés. Il serait absolument impraticable, en effet, de partager la population en deux ou trois grandes catégories selon des critères raciaux, afin de les grouper dans des quartiers résidentiels distincts et de leur assigner des écoles, des églises différentes, etc. Il existe, toutefois, de nombreux types physiques tels que le branco (européen), le mulâtre, le moreno escuro (brun foncé), le moreno claro (brun clair), le cabo verde (à la peau foncée mais aux traits européens), le sarará (à la peau claire mais aux traits négroïdes), le caboclo (Indien) et le pardo (bronzé), pour n'en citer que quelques-uns. Il

est difficile d'imaginer dans ces circonstances le fonctionnement, au Brésil, d'un système de ségrégation analogue à celui qui existe dans certaines régions des États-Unis (« Jim Crow »). Le fait qu'on reconnaisse l'existence de tant de types intermédiaires prouve dans un sens une conscience aiguë des différences raciales. Les gens vont même, au cours d'une conversation, jusqu'à en identifier d'autres en se référant à leur type physique. Les Brésiliens disent : « aquele mulato » ou « aquele caboclo » à peu près comme les habitants d'autres pays disent : « ce grand gringalet » ou « ce petit bonhomme ». L'une des plus importantes leçons que l'on puisse tirer d'une étude du Brésil est le fait que cette conscience aiguë des différences raciales ne s'accompagne pas nécessairement d'un préjugé, d'une discrimination ou d'une ségrégation d'intensité égale.

Dans le Brésil rural, les « gens de couleur » peuvent monter dans la hiérarchie sociale en améliorant leur situation économique, culturelle ou professionnelle. Dans la mesure où l'économie brésilienne se développera et où les facilités économiques et éducatives seront plus largement étendues, les individus à peau foncée qui occupent actuellement les rangs inférieurs de la société, tendront à prendre leur place parmi les groupes plus favorisés. Le Brésil rural n'est pas entièrement libre de préjugés et de discriminations basés sur la race mais, d'une manière générale, les relations raciales y témoignent d'une tradition sociale dont le monde pourrait beaucoup apprendre.

Figura 13 - Fotografia de Pierre Verger que ilustra o texto de Charles Wagley (*Le Courier de L' UNESCO*, 1952, p. 13). © UNESCO/1952.

O texto de Thales de Azevedo retoma novamente a tese da harmonia racial brasileira creditada à colonização portuguesa e afirma que a Bahia é um exemplo de Estado onde não há conflito, por não haver luta organizada e “conflitos armados¹⁶⁷”. O texto analisa a ascensão social de “pessoas de cor” na cidade de Salvador “reconhecida como modelo de harmonia racial¹⁶⁸” (O Correio da UNESCO, 1953, p. 19).

Azevedo afirma que a mestiçagem, “intensamente praticada” entre os estratos baixos e superiores da sociedade, seria um fator de ascensão social, e que a cor “mais ou menos escura da pele” não se referia às “qualidades morais” ou “intelectuais” e menos ainda determinaria a condição social, mas é um “símbolo” que historicamente corresponde à condição inferiorizada de negros e mestiços. No entanto, a mestiçagem possibilitaria “facilidades” para se “elevar na escala social” e quando chegavam a tal situação “elevada”, não seriam mais considerados “mulatos ou mestiços”, mas como “brancos”.

O autor faz uma ressalva de que a pesquisa realizada não objetivava descrever de modo “romântico” as relações entre negros¹⁶⁹ e brancos, mas de apresentar pesquisas sociológicas que verificaram tais relações. Afirma, ainda, que as relações raciais na Bahia embora fossem por vezes interpretadas como “antagonismos de classe”, no entanto, demonstravam a existência de mecanismos internos à sociedade baiana que apontavam para a existência de maiores dificuldades para os “indivíduos com características negróides mais acentuadas” (AZEVEDO, 1952, p. 15). Embora Azevedo identifique que os casamentos inter-raciais são obstaculizados nas classes “elevadas”, segundo o autor, não se poderia dizer que exista “preconceito racial” no Brasil.

¹⁶⁷ AZEVEDO, T. Bahia, la grand métropole noir. *O Correio da UNESCO*, 1952, Nº V, pp.13-15. .

¹⁶⁸ Descrição da obra no quadro da Bibliografie UNESCO de l’anti-racisme, *O Correio da UNESCO*, 1953.

¹⁶⁹ Wagley utiliza os termos de classificação fazendo alusão a cor da pele “homem de cor”, homem e mulher de “pele escura”, mulher “clara ou branca” (WAGLEY, 1952, p. 14-15).

LES RELATIONS
RACIALES
AU BRÉSIL
(Suite)

BAHIA LA GRANDE MÉTROPOLE NOIRE...

par **Thales de Azevedo**
Professeur à l'Université de Bahia

C'est sans doute dans les pays colonisés par les Portugais au cours des quatre derniers siècles que les rapports entre blancs et gens de couleur ont été le plus harmonieux. Telle est du moins l'impression qu'André Siegfried rapporte de ses voyages. N'échappe pas à cette règle le Brésil, la plus grande nation fondée par les colons portugais qui, après avoir découvert le pays, le peuplèrent. En réalité, l'une des

caractéristiques de la civilisation brésilienne est la coexistence harmonieuse des divers groupes ethniques qui constituent la population actuelle du Brésil, les uns originaires du pays même, les autres venus d'Europe, d'Afrique et plus récemment d'Asie. La coexistence pacifique de blancs d'origines diverses ou d'hommes de couleur venus de différents horizons peut être constatée dans plusieurs pays; mais il est aujourd'hui peu de ré-

gions au monde où les rapports entre blancs et hommes de couleur — ces derniers pour la plupart descendants des anciens esclaves africains — soient aussi satisfaisants qu'au Brésil.

Il n'existe pas dans ce pays de grave préjugé de race et moins encore de lutte organisée entre blancs et noirs, même dans les provinces où ces derniers sont en majorité, comme les Etats du Centre-Sud et de l'Est.

L'Etat de Bahia constitue un exemple type. Sa population est composée, en gros, de blancs descendant des Portugais, de noirs dont les ancêtres furent des esclaves originaires de la Guinée et de l'Angola, et de mulâtres provenant de l'intense métissage qui, depuis le milieu du xiv^e siècle, n'a cessé de se produire entre les deux premiers groupes et contre lequel s'est montrée impuissante la législation coloniale qui interdisait le mariage entre hommes libres et esclaves. Même avant leur suppression, ces lois étaient déjà « lettre morte » au Brésil. Et s'il est un facteur qui tende aujourd'hui à restreindre le métissage, c'est moins le préjugé de couleur que les barrières sociales dressées par les antagonismes de classe qui, sans être très virulents, sont indiscutablement plus puissants que ce préjugé.

Dans la capitale de cet Etat, les blancs constituent environ 33 % de la population (400.000 habitants), les noirs 20 % et les métis 47 %. Le nombre des blancs y augmente aussi lentement que diminue celui des noirs, tandis que celui des mulâtres de toutes nuances s'accroît à un rythme toujours plus rapide, atteignant les chiffres les plus élevés de tout le Brésil, dépassant même ceux des régions où les noirs sont proportionnellement les plus nombreux, comme les Etats de Maranhão et de Piauí.

Plus caractéristiques encore que le métissage, pratiqué intensément dans les couches inférieures de la population et même, jusqu'à ces derniers temps, dans les couches les plus élevées, sont les possibilités d'ascension dans l'échelle sociale dont jouissent à l'intérieur de la société, les gens de couleur. Dans cette société de classes multiraciales, à l'intérieur de laquelle il n'existe pas de castes (comme l'a démontré le sociologue Donald Pierson), noirs et métis peuvent, « en raison de leur mérite personnel ou grâce à certaines circonstances favorables, améliorer leur condition sociale et même se faire une situation dans les couches supérieures de la société, situation qui sera en rapport non seulement avec leur groupe de couleur mais aussi avec la communauté tout entière ».

Considéré comme un « simple accident » d'ordre physique — qui n'a rien à voir avec les qualités morales et intellectuelles de l'individu — la couleur ou moins foncée de la peau ne détermine pas *a priori* la position sociale, mais la conditionne tout juste comme un symbole correspondant historiquement au « statut » inférieur de la plupart des noirs et des métis. Les blancs, par contre, par le même jeu des facteurs politiques et économiques, tendent toujours à constituer la classe dominante. Pour ces mêmes raisons, les métis à peau très claire et les « blançoides » jouissent des plus grandes facilités pour s'élever dans l'échelle sociale, et quand, par leur fortune, leur talent, leur influence politique ou leurs titres universitaires, ils arrivent à une situation élevée, on ne les considère pas comme mulâtres ou comme métis, mais comme blancs.

Il serait aussi impertinent que peu élégant de faire allusion devant eux à leur origine ethnique. A Bahia, comme dans toutes les autres régions du Brésil, les groupes raciaux se mêlent dans les transports publics, les théâtres et les cinémas, les cafés et les restaurants, les églises, les écoles et



Figura 14 - Fotografia de Pierre Verger que ilustra o texto de Thales de Azevedo (*Le Courrier de L'UNESCO*, 1952, p. 13). © UNESCO/1952.

Dessa maneira, são os casamentos “mistos” ou inter-raciais que assinalam as teses sobre a harmonia das relações¹⁷⁰, mesmo reconhecendo a existência de um preconceito de cor amenizado em outras esferas da vida social, sendo até substituído pelo “orgulho” das “tradições de tolerância e seu senso de igualdade de raças” (WAGLEY, 1952, p. 15). Os textos de Wagley e Azevedo não identificaram a existência de um padrão múltiplo no que se refere à classificação racial e à esfera cultural na emergência do preconceito e na hierarquização social (MAIO, 1997, p. 259).

De forma específica, o Brasil figurou no periódico *O Correio da UNESCO* como um exemplo de relações raciais. A etimologia da palavra “exemplo” está arrolada numa semântica que alude a palavras como modelo, padrão, norma, arquétipo, a forma mais adequada de uma determinada coisa ou ideia que se deve ser imitada, reproduzida. De modo que o sentido atribuído ao “exemplo” é o que protagoniza uma determinada narrativa sobre o Brasil utilizada nas representações sobre o país e seu povo. Essa narrativa a respeito do Brasil repercute em outras edições da revista, em números específicos que tratam da temática racial, os léxicos da mestiçagem, da mistura e da cultura são intensamente descritos¹⁷¹. As unidades lexicais presentes nessa narrativa giram em torno de civilização, modelo¹⁷².

¹⁷⁰ Wagley faz uma articulação considerando as esferas de gênero e raça na realização dos casamentos, identificando que os homens de cor sofrem menos represália de suas famílias ao se casarem com uma mulher branca ou de pele clara do que as mulheres. Já a mulher de pele escura que se casa com um homem branco está mais exposta à hostilidade da família. Isto se deve ao fato de que há uma convenção de que o homem que se casa com uma mulher branca “*se eleva*” socialmente ao contrário do homem branco que ao se casar com uma mulher de pele escura “*sai de sua categoria*” (WAGLEY, 1952, p. 14-15).

¹⁷¹ Roberto DaMatta publica na edição de maio de 1987 um texto sobre os hábitos dos brasileiros à mesa, que demonstram as “maneiras de ser” do brasileiro. Uma das metáforas é a combinação do feijão preto com a farinha branca, que se misturam no centro do prato e, ao serem misturadas, formam uma “massa intermediária” ambas “tão apetitosas quanto uma pele mestiça” (DAMATTA, 1987). A ordenação das diferentes comidas servidas à mesa, com um prato principal seguido de outros, refletem o simbolismo acerca da sociabilidade brasileira: “*C'est un peu ce que nous faisons quand nous associons humblement et délicatement dans le même plat le noir du haricot et le blanc de la farine de manioc pour former en mélangeant les deux une masse intermédiaire, aussi appétissante qu'une peau métisse.*” DAMATTA, R. *Brésil: manières de table, manières d'être*. Reproduzido de *O Correio da UNESCO*. 1987, V. XL, N° 5, pp. 22-23. Há ainda dois textos de autoria de DaMatta na revista sobre o Brasil, um sobre a integração social promovida pelo futebol em 1992 (“*Brésil: um joli jeu de hanches*”) e outro em setembro de 1993 (“*La troisième rive du fleuve*”) sobre como a mitologia latina e brasileira impactam o pensamento moderno.

¹⁷² Em um texto com outra perspectiva é o de Oswaldo de Camargo, no qual retrata o centenário da abolição brasileira mesclando poemas e a descrição da continuidade de “gestos, atos e palavras” vindas da escravidão e da questão filosófica do homem negro ser considerado apenas um homem

No entanto, mais que exemplo, as descrições agregam elementos para estabelecer um histórico ao modo como as relações sociais brasileiras se constituíam organicamente de forma racializada e de que maneira aqueles que pensavam o Brasil descreviam essa racialização. Segundo Paixão (2005), os estudos da UNESCO no Brasil inserem-se em um período específico dos estudos de relações raciais. Segundo a cronologia proposta por este autor, o primeiro período estaria alicerçado nos debates sobre a mestiçagem do povo brasileiro, tendo como expoentes Silvio Romero e Nina Rodrigues. O segundo período, marcado pelo debate da tradição culturalista, na qual se fundamenta a democracia étnica ou racial e a possibilidade de assimilação como uma proposição política, é composto pelas articulações de Gilberto Freyre e Arthur Ramos. E, por fim, o terceiro período marcado pela análise do mito da democracia racial, fundamentados por Florestan Fernandes, o qual se apoia nos estudos da UNESCO. Além desses, haveria um quarto período, marcado pelos estudos de Hasenbalg e Valle e Silva, os quais por meio de suas análises dos indicadores sociais mostraram o modo pelo qual operam as relações raciais brasileiras. Todos esses trabalhos influenciaram os debates no campo educacional e, especialmente os estudos do último período, marcaram as análises sobre o impacto do racismo na educação.

Os artigos que compõem este número da revista *O Correio da UNESCO* dedicada a apresentar os resultados do Projeto UNESCO evidenciam as contradições atinentes à ideia intensamente propagada do Brasil como local de harmonia racial. Esta edição apresenta textos de apenas alguns autores que participaram diretamente do projeto, Florestan Fernandes, por exemplo, não escreve nos artigos desta edição, assim como outros autores e autoras. Diante das considerações apresentadas, das formas de construção da escrita e dos termos e léxicos utilizados verificam-se algumas contradições que derivam da proposição “harmônica” das relações raciais brasileiras.

De forma geral, nos estudos contemporâneos sobre as relações raciais brasileiras, há um consenso no que toca à perspectiva de que os resultados das

(CAMARGO, 1988). CAMARGO, O. Histoire d'une libération: Il y a cent ans, l'esclavage était aboli au Brésil. *O Correio da UNESCO*, 1987, Ano XLI, Nº 6, pp. 36-38.

pesquisas do Projeto UNESCO apontaram o contrário de sua proposta inicial: a do Brasil como país que equacionou as suas relações raciais. Isto pode ser visto nos artigos, entre outros, de Alfred Métraux nos quais descreve as razões para a realização da pesquisa. A postura argumentativa dos pensadores exalta as “relações harmoniosas”, no entanto, embora, de fato, os resultados apontassem que as relações em termos raciais não “eram tão harmônicas assim”, havia uma crença, uma esperança de que em um futuro próximo, quando o Brasil alcançasse o pleno desenvolvimento e adentrasse a modernidade, tal proposição se confirmaria. Não obstante, os resultados foram creditados à existência de um preconceito de cor sustentado por um preconceito de classe muito mais intenso, ainda que as problemáticas de cunho racial nas cidades decorressem de um processo de acelerado desenvolvimento pelo qual passava o Brasil.

Percebe-se nas descrições que os autores acordam sobre a existência de “preconceito” e de “discriminação”, mas não de “racismo”. O racismo é interpretado como algo mais agressivo cuja evidência somente poderia ser comprovada de modo estrutural, já o preconceito e a discriminação habitam na esfera individual. Mesmo as evidências apontando a existência de uma organização racialmente sistêmica que faz funcionar as relações sociais baseadas na percepção racial, tal dinâmica ainda é interpretada como algo do âmbito pessoal e não algo estrutural. A descrição dos exemplos e os objetos selecionados para a descrição são voltados a posturas individuais. De modo que não é somente a crença na existência de uma “harmonia racial”, mas os recursos mobilizados para interpretação dos dados que produzem a própria ideia de harmonia. Isso é particularmente importante na projeção creditada ao Brasil, pois coloca em pauta a apropriação, os expedientes e a forma de demonstração dos resultados das pesquisas. Há uma articulação na qual a concepção de preconceito racial e a discriminação operariam de forma apartada de um racismo, considerado como tal, somente quando articulado a políticas de Estado.

Isso significa que havia uma interpretação de que racismo somente existia quando impresso “concretamente” em políticas, pois o que ocorria no âmbito das relações sociais e interpessoais não era considerado enquanto tal. Embora a pesquisa realizada em São Paulo, por exemplo, indique que a presença dos

imigrantes acirraria relações raciais conflituosas, esta política não é associada pelos autores como uma prática induzida pelo Estado brasileiro como já sabido. É, portanto, na produção dessa narrativa que adquire força a tese da desigualdade racial como equivalente a desigualdade social, o que se tornaria central no debate brasileiro, estendendo-se ainda a alguns estudos contemporâneos sobre as relações raciais brasileiras.

A existência de um preconceito de cor subjulgado a classe que poderia ser identificado em recorrência de comportamentos discriminatórios e preconceituosos foi enfatizada nas pesquisas, dada a distinção da forma de tratamento dispensada às pessoas segundo seus fenótipos. Embora seja o fenótipo que determina o tipo de tratamento ofertado a ambos os grupos e por ambos os grupos, sendo dentre os caracteres adscritos (como a cor da pele) o “ponto de referência” (FERNANDES, 1965). Como legado, a crítica mais conhecida a esta análise é a de que a sociedade brasileira trabalha com um sistema heterogêneo baseado na percepção da cor, a partir do qual as os elementos traçados no corpo possuem uma plasticidade e imprecisão que adquire valor de acordo com a constituição do social.

De modo que os sociólogos acolheram a ideia de que o preconceito de cor diferiria do preconceito racial (GUIMARÃES, 2005). Esta percepção é que permite que no Brasil “cor” funcione como uma “imagem figurada de ‘raça’” (GUIMARÃES, 2005, p. 46). Os autores enfatizam que o preconceito é de classe, ou seja, opera por uma distinção de classe predominante, mas apenas quando as possibilidades de ascensão social não forem asseguradas, sobretudo pela educação. O texto de Thales de Azevedo é ilustrativo, sobretudo pela possibilidade de um “tratamento” diferenciado, ou seja, um tipo de relacionamento dado àquele que ascende socialmente. Isto é importante, pois o que se nota publicado na revista são artigos com os resultados de algumas das pesquisas realizadas e o alcance da revista é mais amplo no público geral do que as pesquisas publicadas em formato de livro, mais direcionadas a estudiosos.

Desse modo, percebe-se como a instauração da trama que envolve a “harmonia das relações raciais brasileiras” e como a proposta de que esta sociedade poderia servir de exemplo às demais são construídas e popularizadas

nas narrativas expressas na revista. O olhar sobre essa constituição narrativa permite ainda colocar a questão da escolha dos textos e dos autores e autoras. Gilberto Freyre que não participou de modo diretivo no projeto apresenta um artigo no periódico, mas Florestan Fernandes, Oracy Nogueira, Virgínia Bicudo, entre outros, não aparecem. Pode-se colocar como hipótese que o fato de apresentarem opiniões que não condiziam com a proposição orientada na pesquisa, afastou-os da possibilidade de apresentar os dados de suas pesquisas em um veículo com natureza diferenciada, qual seja destinado ao público geral.

De todo modo, percebemos que a importância dada ao tipo de resultado que se procurava, direcionou as pesquisas e os artigos publicados no periódico. Além do enfoque no formato das pesquisas, percebe-se a introdução de uma terminologia conceitual, termos como “*classe*”, “*classe média de cor*”, “*ascensão social*”, “*escala social*”, “*posição social*”, “*hierarquia racial*” “*grupos de cor*”, “*grupos raciais*”, “*comunidade*”, “*urbanização*”, “*industrialização*”, “*proletário*” passam a figurar nos textos, demonstrando a ênfase sociológica e o direcionamento das pesquisas.

Dentre as técnicas mais citadas para obtenção dos dados, nas variadas pesquisas destacam-se a análise da composição racial dos matrimônios. Há uma atribuição de função social aos casamentos e a escolha dos parceiros, algo ao mesmo tempo percebido como de caráter íntimo torna-se social e cultural, são analisados e considerados uma medida de análise¹⁷³. Há também a citação de relações de trabalho e ocupações empregatícias, há poucos dados diretos sobre escolarização. O enfoque no comportamento, nas atitudes e em quais seriam os métodos mais adequados para captar as relações raciais direcionou os demais tipos de pesquisa realizada pela UNESCO nesta matéria.

4.3 Questões de método na apreensão dos aspectos comportamentais sobre as relações raciais

Entre os temas que aparecem na década de 1950, parte é direcionada a situar a função da ciência para a compreensão das condições que possibilitam um

¹⁷³ Fernandes destaca que os casamentos são importantes, no caso da pesquisa em São Paulo, pois é através deles que se “pode julgar da força ou da persistência do preconceito de cor no meio paulista” (FERNANDES, 1955, p. 155, *sic*).

comportamento caracterizado como racista. Esta é uma das indicações expressas nas pesquisas da UNESCO para a compreensão da formação dos “preconceitos de raça” (UNESCO, 1950). Na edição de agosto de 1953, Patricia S. West e Marie Jahoda, publicam uma pequena descrição sobre a possibilidade das “boas relações” destruírem os preconceitos raciais¹⁷⁴. O texto é publicado no interior da descrição da bibliografia da UNESCO sobre o antirracismo cujo objetivo é “encorajar os estudiosos a exprimir suas opiniões” e segue com a descrição das obras publicadas, afirmando que serão ainda mais “enriquecidas” a “cada ano com novas obras¹⁷⁵”. As autoras argumentam que pesquisas com objetivo de estudar “mais de perto” os preconceitos e as origens em um contexto de convivência entre negros e brancos apontam que as atitudes hostis derivam de uma falta de convivência entre os grupos, baseados em “crenças sem fundamento” (WEST, JAHODA, 1953, p. 18).

Na mesma edição são publicados artigos¹⁷⁶ que apontam o racismo além de um crime é um erro. A edição é dedicada a popularizar as indicações da *Declaração sobre raça* de 1950, da *Declaração sobre raça e as diferenças raciais* de 1951 e demais publicações da UNESCO tendo como referência a perspectiva de cientistas e especialistas na temática. Há a preocupação em apresentar uma definição para o conceito de raça, mesclando as perspectivas biológicas e sociológicas.

Essas perspectivas se articulam à noção de que raça, do ponto de vista biológico, apenas poderia ser utilizada como uma categoria de classificação no interior da espécie *Homo sapiens* à qual todos os grupos são pertencentes e que os

¹⁷⁴ WEST, P. S. e JAHODA, M. Aux U. S. A. les relations de bon voisinage détruisent les préjugés raciaux. *O Correio da UNESCO*, 1953, Ano VI, Ano 8/9, pp.18-19. As autoras descrevem uma pesquisa sobre as atitudes e as relações sociais entre negros e brancos no interior de um imóvel em que os grupos habitam juntos nos EUA. As pesquisas dirigidas a compreender os “sentimentos e comportamento dos locatários” dos imóveis apontam um direcionamento psicossocial e antropológico das pesquisas.

¹⁷⁵ Descreve as obras nas quais são disponibilizadas as pesquisas encomendadas pela UNESCO sobre o tema. Bibliografie UNESCO de l’anti-racisme. *O Correio da UNESCO*, 1953, Ano VI, Nº 8/9, pp.18-19.

¹⁷⁶Intitulado “*Pire qu’un crime, Le racisme est une faute*” com os seguintes textos: W. W. Howells “*La formation des races : une équation qui comporte beaucoup d’inconnues*”; Révérand Père Yves Congar e W. E. Visser’t Hooft “*L’Église et las races*”; W. A. Visser’t Hoof, “*Prier, vivre et travailler en commun sans distinction de races est seul attitude vraiment humaine*”; E. Franklin Frazer “*Les aspects sociologiques des relations raciales*”. *O Correio da UNESCO*, 1953, Ano VI, Ano 11, pp.1-20.

caracteriza como dotados dos mesmos elementos que compõem uma espécie única. A apresentação dos textos, que ficou novamente sob a responsabilidade de Alfred Métraux, expõe a afirmação da unidade da espécie humana de modo que é a cultura que se modifica, nesse sentido é no campo da cultura que os questionamentos devem ser colocados.



Figura 15 - Capa da edição da revista de Agosto-Setembro de 1953. (*Le Courrier de L' UNESCO*, 1953). © UNESCO/1953.

O texto de autoria de Métraux indica a tese segundo a qual o racismo não estaria baseado na ignorância, mas no subconsciente produzido ou “alimentado de inquietudes” de forma a surgir por “angústias íntimas” ou emergindo em momentos de conflito econômico e social¹⁷⁷. Métraux define o racismo como uma “doutrina” e como tal deveria ser combatido decifrando as “formas de pensamento” que o tornavam possível. Nesse sentido, far-se-ia necessário identificar as condições sociais que favoreceriam a emergência do racismo, para posteriormente desenvolver estratégias para seu combate. Tais estratégias não poderiam se limitar ao debate científico, mas deveriam pautar medidas legislativas. Para Métraux é imperativo romper com a associação entre cultura e raça, pois enquanto ainda se utilizassem termos como “*alma*”, “*instinto*”, “*temperamento*” para se referir aos grupos, certa percepção racial ainda seria concebida em relação às pessoas.

A perspectiva introduzida por Métraux de que o combate ao racismo deveria ser dirigido para as práticas que possibilitam sua existência, cujo corolário é principalmente a relação que se faz entre raça e cultura, permanece entre as indicações da UNESCO. Essa recomendação insere-se na ótica de que o pensamento racial estaria diretamente associado à construção do pensamento científico sendo, portanto, algo possível de ser desconstruído especialmente pelas pesquisas e materiais informativos nos quais os cientistas divulgavam os equívocos do pensamento racial. A crítica à proposição de um debate acerca do trabalho dos cientistas e das pesquisas encomendadas pela UNESCO é desenvolvida de modo a ratificar sua ineficácia, classificando como “teorias pseudo-antropológicas” as alegações sobre a existência da discriminação racial.

Tais alegações surgem das constantes críticas às pesquisas desta natureza, ao que Métraux responde à função da ciência, algo próprio daquele tempo, uma “ideia forte” que atua em osmose com a educação. Essa crítica se referia aos usos da ciência na produção e perpetuação de “doutrinas racistas”. O racismo operaria por meio do preconceito racial que não existe por conta da “ignorância” ou de “conhecimentos intelectuais”, mas de “atitudes de ordem emotiva” (MÉTRAUX, 1953, p. 3). Métraux identifica uma relação direta entre ciência e educação de

¹⁷⁷ MÉTRAUX, A. Le racisme est pire qu'un crime, c'est un faute. *O Correio da UNESCO*, 1953, Ano VI, 11, pp. 3-4.

maneira a indicar que a educação é a plataforma pela qual seria possível mudar as mentes racistas (*Op. cit.*, p. 3). Termos como “*plasticidade*” e “*faculdade de adaptação*” são empregados para citar aos grupos humanos racialmente distintos. A utilização desses termos que fazem referência à mudança, desenvolvimento, capacidade dão prova de que a mescla desse tipo de expressão relativa ao comportamento racista, como um caráter personalista, é recorrente naquele momento em que as relações raciais são pensadas como efeito de aspectos comportamentais. Para Métraux a contenda entre sociólogos e antropólogos sobre o fato de as diferenças raciais poderem ou não ser transmitidas hereditariamente é falsa, pois se assenta em uma noção de “diferença racial” que seria inexistente.

A declaração científica sobre raça de 1950 é descrita como estopim que desencadeou um debate sobre a utilização da ciência, criticada por uns, por ser interpretada como um texto “utópico” sem relação com a realidade, e saudada por outros por ser um texto “libertador”, debate que abriu precedente para a elaboração da segunda declaração científica, além das discussões publicadas em livro. O erro na aceção de Métraux é descrito na colocação do problema acerca da correlação entre a possibilidade ou a impossibilidade de atitudes mentais “exibidas pelas raças” serem transmitidas e se tais características poderiam ser isoladas (*Op. cit.*, p. 3). A inexistência de um debate histórico sobre as “aptidões raciais” é outro erro de interpretação. Seria, portanto, creditada aos historiadores a tarefa de desenvolver “a revolução” mais importante daquela época, a de conferir aos “povos de cor” um lugar na “órbita” da “civilização”. O texto descreve alguns exemplos de boa convivência racial, além de abordar o papel das doutrinas religiosas no apoio ao antirracismo, o que abre precedente para os demais textos¹⁷⁸. Em seguida, a edição traz textos encomendados pela UNESCO no interior da proposta de mapear os comportamentos acerca da questão racial na

¹⁷⁸ O texto de W. W. Howells (*La formations de races: une équation qui comporte beaucoup d'inconnues*) estabelece um debate sobre a impossibilidade de mapear de forma precisa, no campo dos estudos antropológicos, a formação das raças. Questiona quando as diferenças entre os homens se tornaram diferenças raciais e afirma que é melhor pensar as diferenças como variações de um único tema, e finaliza que os estudos sobre o clima e a arqueologia auxiliarão a compreender essas diferenças. Em seguida, o texto de Harry J. Shapiro analisa a constituição populacional de uma ilha que por ter se mantido isolada por muito tempo permitiu cruzamentos entre grupos raciais distintos na constituição desses grupos (*Correio da UNESCO*, 1953, Ano VI, Nº 8-9, p. 5).

perspectiva das igrejas Católica e Protestante¹⁷⁹, publicados em uma coleção específica.

O texto de Edward Franklin Frazer encerra a edição apontando a necessidade de se aferir os aspectos sociológicos das relações raciais, dado o enfoque acentuado naquele momento aos aspectos “psicológicos e humanos” no tocante ao problema. Frazer publicou um estudo pioneiro sobre a constituição da família negra nos EUA durante o escravismo, além de participar dos encontros para a redação da declaração científica sobre a raça de 1950¹⁸⁰.

A crítica de Frazer reside na percepção de que as relações entre grupos raciais diversos baseavam-se nos sentimentos e nas ideias que uns tem sobre os outros, para o sociólogo as atitudes teriam uma causa social, na medida em que a prática de um indivíduo direcionada a determinado grupo refletia a representação que o grupo de pertencimento daquele indivíduo possuía. Isso pode ser percebido, segundo Frazer, na observação de crianças, as quais exprimiam a “significação racial” dada por seu grupo de pertença. Daí a importância de se estudar os estereótipos raciais, pois a imagem projetada pelo estereótipo atravessa a subjetividade motivando as ações individuais (FRAZER, 1953, p. 10).

Desse modo, a percepção de que o preconceito significasse uma experiência negativa com o grupo do outro é incorreta, pois se assim o fosse não se perpetuariam as imagens estereotipadas sobre determinados grupos. Frazer indica que estudos de arte, da literatura e do cinema seriam capazes de mostrar como as concepções raciais compõem a “herança de um grupo” e de que modo elas se propagam formando os estereótipos raciais (FRAZER, 1953, p. 10). Por fim, a indicação do estudo das origens e a natureza das atitudes raciais devem estar aliadas a um fortalecimento das instituições e da legislação específica de combate às discriminações.

¹⁷⁹ Cf. *La question raciale devant la pensée moderne*, UNESCO, 1953.

¹⁸⁰ FRAZER, E. Les aspects sociologiques des relations raciales. *O Correio da UNESCO*, Ano VI, Nº 8/9, 1953, p. 10. Frazer que foi diplomado em uma Colored High School nos Estados Unidos, posteriormente se destacou como docente na Universidade de Chicago. Em 1941 viaja ao Brasil para realizar estudos por um ano sobre as relações raciais, período no qual publica alguns textos: “*The Negro Family in Bahia, Brazil*”, 1942; “*Some Aspects of Race Relations in Brazil*”, 1942; “*Rejoinder to Melville J. Herskovit : The Negro in Bahia, Brazil : A Problem in Method*”, 1943; “*Comparison of Negro-White Relations in Brazil and in the United States*”, 1944.

Uma década após a ideia do paradigma do dilema americano¹⁸¹ ascender no debate teórico acerca das relações raciais estadunidenses e em meio ao processo de consolidação do Movimento pelos Direitos Civis, é publicada, em 1954¹⁸², uma edição especial sobre a situação do negro nos EUA¹⁸³. A temática central da edição é a decisão tomada pela Corte Suprema naquele ano, declarando inconstitucional a segregação racial nas escolas públicas, medida considerada uma vitória no caminho da busca pela igualdade dos negros estadunidenses. Outra questão discutida ao longo dos artigos é a do princípio, “separados, mas iguais”, que seguia as medidas legislativas de segregação racial norte-americana. A edição apresenta um mapa dos EUA de 1954 situando a segregação racial nas escolas do sul do país e, em seguida, o editorial de apresentação, aparece outra vez sob a autoria de Alfred Métraux. A descrição revela a existência do dilema sobre o “problema do negro”, entre os pressupostos universalistas da então democracia moderna americana e a persistência do preconceito racial.

Métraux destaca o objetivo da UNESCO em se concentrar sobre os aspectos “positivos” da questão racial, relegando a descrição dos conflitos aos responsáveis de cada região. Assim, Métraux retoma a propaganda da pesquisa apresentando a seleção dos países escolhidos: Alemanha Ocidental, EUA, França, México, Iugoslávia e Brasil, sendo este último o que conseguiu uma “solução satisfatória” da questão racial. Novamente o autor apresenta como “fenômeno positivo” o fato de que há povos que tem conseguido “assimilar” conhecimentos da “civilização industrial” (MÉTRAUX, 1954, p. 7). O texto destaca as diferentes medidas adotadas em realidades nacionais distintas para a resolução da questão racial, sejam medidas legislativas, educacionais, científicas, entre outras.

¹⁸¹ Publicação de *American Dilemma* de Gunnar Murdal em 1944.

¹⁸² A partir desta edição, passa a figurar nas edições a indicação de que as informações e opiniões impressas são expressões dos autores e não necessariamente do *O Correio da UNESCO* ou da UNESCO e ainda aparece no *slogan*, após o título da publicação, a frase “Uma janela aberta para o mundo”.

¹⁸³ *O Correio da UNESCO*, Ano 7º, Nº 6, 1954, p.4-14: “Le noir americaine”. Com os textos: MORROE, B. “*Sur Le Damier des Races : les noirs marquent les points*” e *Droits égaux, chances égales : le travailleur “de couleur” revendique*; STEDMAN, M. S. “*Égalité mais séparation équivaut à inégalité: en matière d’éducation, les juges ont statué*”; THURGOOD, M. “*Les droits dans les plateaux de la balance*”; KLINEBERG, O. “*32 Les sociologues ont déposé contre la ségregation*”; “*Ecole sans barrières : assimiler 2. 350.000 élève noires*”; “*Quelques étapes décisives : sur la route de l’égalité*”; “*Faits et chiffres : de la bataille contre les préjugés*”. (*O Correio da UNESCO*, Ano 7, Nº 6, 1954, pp.4-14).

Os artigos específicos sobre a situação do negro americano, cujo objetivo é apresentar a ascensão deste grupo, algo que seira um “fenômeno social” “surpreendente” para aquela época (*Op. cit.*, p. 3). Os textos centram-se principalmente nas medidas legislativas adotadas nos EUA para garantir a igualdade racial, em que se destacam aquelas realizadas no campo da educação. A edição faz indicação da ação dos negros na luta pela igualdade, reafirma a posição da UNESCO contra o racismo e a indicação de que os Estados devem adotar medidas legalistas de combate ao mesmo. A apresentação desta edição mostra os objetivos da UNESCO, que se dedica a selecionar e impulsionar os métodos empregados para a integração de grupos em comunidades nacionais, considerando as especificidades étnicas ou culturais que os caracterizam (O Correio da UNESCO, 1954, p. 6).

Os textos apresentados em seguida de Moore Berger¹⁸⁴, Murray S. Stedman Jr.¹⁸⁵, e Thurgood Marshall¹⁸⁶ atêm-se ao debate sobre os métodos jurídicos e legislativos mais eficazes na luta contra a desigualdade racial, em matéria de educação nos Estados Unidos. Moore Berger afirma que a existência de qualquer forma de desigualdade “antidemocrática”, no entanto, é na esfera econômica, localizando-se no âmbito da desigualdade social o entrave mais grave. Contudo, é necessário estudar o conjunto dos fenômenos sociais que possibilitariam a discriminação. O autor propõe a necessidade de compreender como se configurava a discriminação, definida como um ato preciso cuja ação priva as pessoas pertencentes a determinado grupo de obter vantagens e acesso a bens materiais. A discriminação por se configurar em uma atitude seria mais fácil de ser mensurada e combatida de forma legal (BERGER, 1954, p. 14).

Murray Stedman analisa os dados da segregação nas escolas dos estadunidenses daquele ano, quando 17 estados promulgaram a segregação nas escolas públicas entre “crianças brancas e crianças de cor” [*enfants de couleurs*].

¹⁸⁴ Moore Berger publica nesta edição três textos: *Sur Le damier des races les noirs marquent des ponts; Droits égaux, chances égales: travailleur 'de couleur' revendique; La cour suprême : subit les tendances nouvelles tout en guidant l'opinion publique.* O Correio da UNESCO, N° 6, 1954, VIII, 6, 1954, pp. 14-16.

¹⁸⁵ STEDMAN, M. S. Égalité mais séparation équivaut à inégalité: em matière d'éducation, les juges sont statué. O Correio da UNESCO, N° 6, 1954, VIII, 6, 1955, pp. 17-19.

¹⁸⁶ MARSHALL, T. Les droits dans les plateaux de la balance. O Correio da UNESCO, N° 6, 1954, VIII, 6, 1954, pp. 22-23.

O argumento central é de que as medidas de segregação mantinham as desigualdades no campo legal (STEDMAN, 1954, p.18). Thurgood Marshall aponta as medidas necessárias contra a discriminação no domínio da legislação, especialmente as que tiveram intervenção direta da NAACP. Marshall destaca a importância de medidas legislativas específicas, o papel do legislador e dos tribunais (MARSHALL, 1954, p. 22).

O texto de Otto Klineberg¹⁸⁷ destaca o fato da NAACP se reportar aos sociólogos e psicólogos sobre o estado da questão racial em seus domínios de estudos e como estes profissionais poderiam auxiliar as decisões jurídicas sobre o tema. Há a indicação de um documento¹⁸⁸ assinado por 32 sociólogos apresentado à Corte Suprema dos Estados Unidos junto a uma das ações da NAACP, a descrição do texto do documento figura que seu conteúdo é um acordo entre os sociólogos, mesmo que existam diferenças entre eles. O texto é considerado um resultado da “luz da ciência”, afirmando a inconstitucionalidade do princípio que rege a prática de segregação que afetava às crianças, sobretudo negras, designadas para tal política. Klineberg faz referência a um questionário enviado aos representantes das ciências sociais para que expressassem sua opinião sobre os efeitos da segregação. Os resultados apontaram que a maioria dos cientistas sociais destacam as implicações negativas da segregação em termos psicológicos em ambos os grupos. Tais decorrências seriam ainda mais nefastas por virem de uma concepção de diferença de inteligência advinda da diferença racial, visto que tal perspectiva não possuía “base sólida” (KLINEBERG, 1954, p. 23).

Klineberg afirma que mesmo não sendo possível medir o impacto de tal estudo na decisão da Corte Suprema, a investigação contribuiria para o debate. Por fim, faz referência à indicação da necessidade de uma investida educativa que aliasse o conhecimento das ciências sociais à compreensão da questão racial, tal medida estaria sendo realizada segundo Klineberg com a aproximação dos sociólogos e psicólogos que refletem em alguma medida na decisão da Corte Suprema norte-americana. Os textos seguintes desta edição destacam medidas

¹⁸⁷ KLINEBERG, O. 32 sociologues ont déposé contre la segregation. *O Correio da UNESCO*, N° 6, 1954, VIII, 6, 1954, pp. 24-25.

¹⁸⁸ “Les effets de la segregation et les consequences de mesures anti-discriminatoires”. *O Correio da UNESCO*, N° 6, 1954, VIII, 6, 1954, pp. 24-25.

positivas de escolas não segregadas¹⁸⁹, os processos históricos de constituição da igualdade entre brancos e negros. A edição além de apresentar pesquisas de aspectos comportamentais demonstra como a educação se constituía um campo de atuação no qual figura um projeto de igualdade racial e de ação antirracista.

Em junho de 1955 há outra publicação de Otto Klineberg em uma edição sobre os preconceitos nacionais e para a compreensão internacional. O texto de Klineberg¹⁹⁰ apresenta diversas pesquisas para apontar de que maneira os estereótipos influenciavam a percepção sobre uma nacionalidade ou pertencimento racial. Utilizando-se da psicologia social, faz uma análise comportamental sobre o aparecimento e o conteúdo de determinado estereótipo acerca da nacionalidade. Klineberg define estereótipo com base na conceituação desenvolvida por Walter Lippman (1922 [2008])¹⁹¹. Lippman assinala estereótipo como um termo que designa a construção da representação social criando imagens presentes “na mente”. Na esfera conceitual desenvolvida por Lippman, a cultura tem um papel chave, na medida em que a realidade mental na qual um indivíduo produz sua representação é constituída culturalmente, pois os dados que o informam sobre determinada pessoa ou objeto são retiradas de um recorte que opera e organiza a realidade social. Lippman afirma que as imagens rígidas são cristalizadas quando os grupos não têm contato entre si, tal perspectiva figuraria sobre as análises dos preconceitos e estereótipos raciais.

No texto de Klineberg há exemplos das generalizações estereotipadas sobre grupos étnicos que são associadas ao modo como as pessoas se comportam diante de alguns grupos e quais qualificativos empregam para se referir a tais

¹⁸⁹ O texto “*Écoles sans barrières*” (pp. 26-27) faz referência a Booker T. Washington “o grande educador americano” que pela oportunidade de estudar pôde modificar sua trajetória pessoal. Descreve o processo pelo qual alguns negros tem acesso à educação antes da Guerra de Secessão, em algumas cidades alunos negros e brancos frequentavam as mesmas escolas e após a guerra os negros se mobilizaram para abrir escolas com programas de ensino próprios, mesmo com os boicotes. Em seguida, apresenta uma espécie de linha do tempo sobre a igualdade desde 1849 a 1954 “*Quelques étapes significatives sur la route de l’égalité*” (pp. 30-31) na qual se mesclam as atitudes legais em busca da igualdade racial. Por fim, um apêndice “*Faites e chiffres: de la bataille contre les préjugés*” (pp. 31-33) recorda alguns acontecimentos sobre a história dos negros nos EUA e, em seguida as etapas para a conquista de voto dos negros.

¹⁹⁰ KLINEBERG, O. Méfiez-vous des images toutes faites [Tenha cuidado com imagens fabricadas] *O Correio da UNESCO*, N° 6, 1955, VIII, 6, 1955, pp. 5-8. O mesmo texto seria publicado nas edições de agosto de 1969 e maio de 1986.

¹⁹¹ O jornalista norte americano Walter Lippman em 1922 publica *Public Opinion*. O livro descreve o modo como as pessoas constroem as suas representações da realidade social (CABECINHAS, 2004). Em português foi publicado em 2008 pela Editora Vozes.

grupos. Conhecer esses diferentes comportamentos seria um modo de evitar a formação de estereótipos e coibir práticas preconceituosas. Os demais textos descrevem diferentes pesquisas sobre a constituição de estereótipos a respeito das nacionalidades.

A edição de fevereiro de 1956 traz um artigo¹⁹² de Cyril Bibby conhecido por seus trabalhos direcionados a educadores. A linguagem é o objeto sobre o qual discorre no artigo onde qual aponta o papel das palavras na propagação do preconceito¹⁹³. A utilização de expressões ofensivas e palavras que evoquem uma adjetivação pautada na distinção da cor da pele, quando utilizadas junto a uma designação de grupo, adquire uma carga simbólica em que tais termos tornam-se uma ofensa racista. Bibby se utiliza de variados exemplos e se atém à importância das palavras e como elas auxiliam na propagação de estereótipos e preconceitos.

O emprego de uma nomenclatura que se refere às cores para fazer menção a algum objeto não é em si algo problemático, mas quando a mesma é aplicada para definir grupos ou pessoas pode ser arriscado, pois as escolhas das cores estão sugestionadas por hierarquias de valor pré-dadas (BIBBY, 1956, p. 24). Dentre as cores utilizadas para se referir à pele, a cor branca se torna um catalisador, sendo empregada de modo diferenciado em relação às demais, de modo “oculto” atuando como uma cor não dita, ausente.

Esse caráter oculto é justamente onde reside seu aspecto mais potente, sua presença mais intensa, uma vez que as demais cores são projetadas a partir da cor branca, são enunciadas com base em sua ausência como nas expressões “pessoa de cor” ou “homem de cor” utilizada como eufemismo para “negro”. O autor destaca como os sentidos das palavras estão “ancorados na estrutura semântica da língua” (BIBBY, 1956, p. 24), como por exemplo, quando retoma as metáforas utilizadas no sentido empregado ao termo sangue, tido como uma hereditariedade moral vinculada a determinadas expressões¹⁹⁴. Por fim, o autor indica tarefas

¹⁹² BIBBY, C. Je ne crois pas aux revenants... mais j'en peur. *O Correio da UNESCO*, 1956, Ano IX, Nº2, p. 24.

¹⁹³ Em 1969 a UNESCO indicaria uma lista de palavras que não deveriam ser utilizadas em seus manuais, entre elas “tribo”, “nativo”, “selvagem”, “primitivo”, “incivilizado” (John R. Rarick, *Censorship of free speech*. UNESCO, pp. 1721-1722, In: MAUREL, 2013).

¹⁹⁴ Os pais quando vão se referir a um filho diz que ele é “do seu sangue”, ou ainda para definir linhagem e status como “sangue azul”, “sangue plebeu”, “sangue negro” entre outras (BIBBY, 1956, p. 24).

específicas aos professores que devem vincular sua prática pedagógica ao combate aos preconceitos raciais.

Ainda na atmosfera dos elementos que propiciam percepções preconceituosas, em 1958 o texto de Roger Bastide analisa a construção social da cor e seus significados¹⁹⁵. Para responder à questão acerca do local que se deve alocar a pergunta sobre a constituição do significado atribuído às cores, se na natureza ou no homem, Bastide fundamenta-se no debate trazido pela psicanálise. A questão subjacente à proposta é de como, culturalmente, nos apropriamos de uma ideia sobre algo e de que modo tal ideia se exterioriza nas práticas individuais. É daí que a proposta de Bastide se delinea, deve-se dissociar a percepção da cor como caráter afetivo e pessoal da percepção da cor como símbolo (BASTIDE, 1958, p. 24). Nessa perspectiva, segundo ele, a psicanálise seria pouco esclarecedora e o foco deveria ser dirigido ao simbolismo cultural, dando ênfase à cultura. O simbolismo é composto pelas associações estabelecidas historicamente e está diretamente associado ao preconceito baseado na cor que é seu corolário.

Bastide destaca os estudos dedicados a compreender se o simbolismo que envolve as cores opera de maneira semelhante em diferentes civilizações (BASTIDE, 1958, p. 24). Direciona-se a uma análise da narrativa cristã ocidental para identificar o modo pelo qual a informação é propagada na maneira como o preconceito de cor estabelece um dualismo entre o bem e o mal e a cor clara e escura da pele com a semântica cristã¹⁹⁶ (BASTIDE, 1958). O autor põe em relevo o significado atribuído à noção de negro ‘mas de alma branca’ que apresenta a conotação de pureza interna de caráter religioso, pois embora a pele seja escura a alma é boa, ou seja, clara¹⁹⁷ (BASTIDE, 1958).

O significado cultural das cores é estabelecido em diálogo com os estudos da psicologia, no modo equivalente pelo qual a percepção das cores opera

¹⁹⁵ BASTIDE, R. *Les symbolismes des couleurs*. Correio da UNESCO, 1958, Ano XI, N°6, p. 24-25.

¹⁹⁶ Cf, Capítulo 2 item 2.3.

¹⁹⁷ Fanon aponta que há “o hábito de se dizer na Martinica, do branco que não presta que ele tem uma alma de preto” (FANON, 2008, p. 163). Oliveira (2011) destaca que a cor preta era a cor do castigo na Idade Média, o negro era o “desgraçado” o despossuído da graça divina, já a cor branca significava “a cor dos bons e recompensados por Deus” (OLIVEIRA, 2011, p. 60). Fernandes traz os exemplos de “negro só por fora” ou “nem parece negro” como epítetos de designação de “ascensão social” (FERNANDES, 1972, p. 101). Daí se percebe o caráter ambíguo dos empregos desses termos.

mediante a identificação como símbolos. Utilizando como exemplo o simbolismo das cores em sociedades africanas, procura compreender se haveria uma correspondência entre o simbolismo e a existência de um preconceito em relação às cores. Bastide lembra a herança grega e cristã, a propósito da polarização “preto/branco” e de modo análogo a “demoníaco/pureza”, de forma que quando atuam em conjunto provocam uma ambivalência produzindo diferentes caricaturas (BASTIDE, 1958, p. 25). A definição alinha-se ao fato de que a apreensão de determinada cor e o seu significado é algo construído culturalmente e por tal ação a cor se torna um elemento de diferenciação social. Ao final do artigo, Bastide frisa que estudos dessa natureza podem auxiliar na tarefa a qual a UNESCO se dedica, de desconstruir os estereótipos étnicos.

Na mesma edição há a apresentação de uma série de artigos de Arnold Rose sobre a relação entre racismo e o comportamento preconceituoso. Os outros artigos construídos a partir da pesquisa,¹⁹⁸ sob a perspectiva psicológica, realizada pelo autor acerca das causas do preconceito são publicados sequencialmente nas próximas três edições¹⁹⁹. A pesquisa buscou identificar as “raízes profundas” do preconceito e de que modo são determinantes a uma “desvantagem pessoal” (ROSE, 1958, p. 12-13). Rose define preconceito como um tipo de comportamento diferenciado ou atitude que justifica discriminações, as quais são observáveis pelo “estado de espírito da pessoa preconceituosa” (ROSE, 1958, p. 12).

O debate é iniciado na associação da existência dos preconceitos a dimensões políticas e econômicas, impulsionadas pelo imperialismo entre as nações. Por conseguinte, a partir de tal condição imperialista os preconceitos raciais se edificariam, há uma convicção de que somente uma regressão da política imperialista diminuiria o preconceito racial. Sua perspectiva é de que os preconceitos são herdados ou adquiridos, sobretudo pelas crianças, que os adquirem ao serem expostas intencionalmente ou não a determinadas impressões sobre os grupos, reforçando a tese segundo a qual a ignorância e a falta de

¹⁹⁸ ROSE, A. L'origine des préjugés. In : UNESCO, *La question raciale devant la science moderne*, Paris, 1953.

¹⁹⁹ Os quatro textos são publicados sequencialmente nos meses de junho, julho, agosto e setembro de 1958.

conhecimento que uns têm em relação aos outros formam a base de todos os preconceitos.

A questão sobre “qual o fundamento psicológico do preconceito” é central para o autor, pois compõe “o horror das diferenças”, e para tornar inteligível tal aversão o autor busca as teorias psicológicas da frustração. O texto que encerra a série traz a questão sobre as causas da aversão a alguns grupos minoritários, o que seria atribuído à articulação entre ódio e crença, pois ambos habitam como desencadeadores dos preconceitos, aliados às condições socioeconômicas e a determinados acontecimentos históricos, como os contextos de descolonização e o apartheid na África do Sul.

4.4 A condição pós-colonial e o apartheid

Entre o final dos anos 1950 e o início dos anos 1960 ocorre um processo de ampliação da UNESCO, com a entrada dos países que em sua maioria vivenciavam recentes processos de descolonização, trazendo demandas específicas de suas experiências. Tais países localizados no léxico do Terceiro Mundo tornam-se alvo prioritário das ações da UNESCO (MAUREL, 2013). Em 1960, há um mal-estar da agência com os países que ainda exerciam a prática colonialista. A mudança de orientação das ações da UNESCO é então direcionada para o tema do desenvolvimento, marca que se tornaria genérica para a definição de quais países ocupariam o Terceiro Mundo. Fomentar o desenvolvimento econômico que, por sua vez, impulsionaria o desenvolvimento cultural e individual das nações, tornou-se uma plataforma de ação política arrolada à garantia de assistência técnica aos países que estavam conquistando autonomia política. Nos anos 1960, consolidou-se a noção de nação “desenvolvida”, não apenas aquelas que detinham certa medida econômica, mas que possuíam certo alcance cultural, o que se popularizou igualmente pelo uso contrário no termo “subdesenvolvido”. Ambos os termos tornam-se equivalentes medidas de avaliação, para ser considerado desenvolvido adicionaram-se os elementos

culturais, a educação, a ciência. De modo que estas últimas, ao serem estimuladas no interior das nações, promoveriam de forma paralela o desenvolvimento econômico.

Considerando os processos de descolonização dos anos de 1960 ao final dos anos 1980, as temáticas centrais que ascendem nas edições de *O Correio da UNESCO* são dedicadas a divulgar o debate promovido sobre os diversos modelos de relações raciais e os efeitos do racismo concretizados no contexto de *apartheid* na África do Sul. Anteriormente, em 1956, a África do Sul havia se retirado da UNESCO, alegando que algumas ações como as publicações temáticas “interferiam” nos “problemas raciais” do país, considerando que as questões raciais eram problemáticas internas ao país, de modo que qualquer intervenção externa afetaria a soberania nacional, algo caro às Nações Unidas.

Em 1960 é publicado um número especial sobre o racismo no qual a apresentação no texto de capa destaca a preocupação do Conselho Executivo da UNESCO com os crescentes casos de ódio racial e manifestações antissemitas em algumas regiões, faz referência à Declaração Universal dos Direitos Humanos e ao Ato Constitutivo da UNESCO. O editorial²⁰⁰ demonstra o desapontamento com o crescimento do racismo, cuja crença em sua diminuição era dada como certa após os acontecimentos da Segunda Guerra Mundial. Reafirma que mesmo havendo a inexistência da raça, alguns locais apresentavam efeitos da crença na sua existência e que o racismo contra negros junto ao antissemitismo estaria fazendo surgir uma espécie de “racismo ao contrário” como resposta dos negros às atitudes racistas (O Correio da UNESCO, 1960). Destaca que os registros de casos de hostilidade e violência racista e antissemita impactavam as Nações Unidas cuja orientação para suas instituições específicas, em especial a UNESCO, para pesquisas “científicas modernas” visava descortinar as causas sociais e psicológicas das manifestações racistas.

Novamente o educador inglês Cyril Bibby assina um artigo em que discorre sobre as diferentes formas de discriminação e preconceito racial,

²⁰⁰ *Le racisme cancer social de notre temps. O Correio da UNESCO. 1960, Ano XIII, Nº 10, pp. 4-5.*

destacando o papel do professor como fundamental no processo de abandono do termo raça²⁰¹. A preocupação de Bibby surge a partir da sugestão na utilização de termos como “grupo étnico” ou “populações geneticamente distintas”, em substituição a outras denominações, pois afirma que termos como judeu, britânico, árabe não poderiam ser empregados para tratamento de grupos raciais. Afirma que os preconceitos raciais surgem em determinadas condições, de modo que o professor deveria desfazer o mito de que a humanidade poderia ser dividida em classificações biológicas. Destaca o papel dos livros escolares que perpetuavam estereótipos e descreve exemplos buscando descaracterizar alguns preconceitos. Considerando as argumentações psicológicas do termo, afirma que o medo e a frustração atuavam como motores dos atos de discriminação. Indica que a postura do professor deveria ser direcionada tanto para a criança que age de maneira discriminatória quanto à criança que sofre a discriminação, de modo que ambas deveriam ser tratadas com “a mesma simpatia e compreensão” (BIBBY, 1960, p. 11). Ao final, descreve as posturas que os professores deveriam adotar no interior dessa perspectiva.

No texto do historiador russo Léon Poliakov²⁰², a questão acerca do racismo em presente no léxico de antissemitismo é problematizada a partir da própria etimologia do termo, que seria um “contrassenso semântico” já que os judeus não deveriam ser pensados como um grupo racial²⁰³. O autor descreve a história teológica acerca do antissemitismo e a relação com o holocausto e o antissemitismo na Europa.

²⁰¹ BIBBY, C. L'antirracisme commence sur les bancs de l'école. *O Correio da UNESCO*. 1960, Ano XIII, Nº 10, pp. 6-12. O texto aparece entre fotografias de uma escola em Little Rock nos Estados Unidos em dois momentos, o primeiro com crianças negras e brancas, em 1960, e outra em que estudantes negros são cercados por guardar brancos para ir estudar, em 1957. A escola se tornou palco de imagens marcantes da segregação racial nas escolas norte-americanas, pois o governador se opôs à deliberação do fim da segregação, impedindo os negros de estudar, porém após ceder a Washington que obrigou todas as escolas a receber estudantes negos estes passaram a ir à escola escoltados por policiais. Em 23 de setembro de 1957, conflitos diretos marcaram o assassinato de jovens negros.

²⁰² POLIAKOV, L. L'Antissemitisme plaie des temps modernes. *O Correio da UNESCO*, 1960, Ano XIII, Nº 10, pp. 13-17.

²⁰³ O autor descreve como a ciência atuou na produção do “antissemitismo científico” no século XIX na qual se estabeleceram debates sobre o caráter dos judeus além de reconstitui os significados dados à palavra ‘judeu’ nas línguas europeias como uma conotação negativa (POLIAKOV, 1960).

Alfred Métraux²⁰⁴ reaparece com um artigo com o objetivo de discutir as questões raciais na “América Latina espanhola” entre brancos, indígenas²⁰⁵ e mestiços. Enumera alguns dos elementos que modificaram as relações entre brancos e indígenas como a industrialização e nomeia de “pessimismo racial” a ideia segundo a qual em alguns desses países os fatos negativos fossem denominados de “herança do sangue indígena” o que nada mais seria do que o racismo manifesto pelo estereótipo. Há uma percepção de distinção entre a forma de racismo nas Américas e aquele que ocorria em outras partes, que não se afirmaria somente sobre as diferenças físicas, mas se fundamentavam em um desprezo pelos grupos pertencentes às “classes consideradas grosseiras e bárbaras” (MÉTRAUX, 1960). O autor se refere ao movimento denominado de “*indigenismo*”, de cunho artístico e político, dos “filhos da terra” em oposição ao que ele denomina de “pessimismo racial”. A América Latina é descrita como região que oferece questões e soluções para os conflitos acerca das relações raciais. Métraux destaca que a “integração” do indígena ao resto da nação significaria um passo no movimento dos contatos entre os grupos e a educação deveria ser um acelerador de tal movimento.

Apresentando outra investigação de natureza comportamental, o artigo de Marie Jahouda²⁰⁶ retoma a pesquisa cujo objetivo foi compreender por que as pessoas são racistas²⁰⁷. A exposição da pergunta na qual contém a descrição sobre o que representa o “sentimento de hostilidade racial” demonstra o caráter do estudo, o qual objetivava identificar e agir nas causas do preconceito. Os resultados apontaram que a emergência de tal comportamento de “hostilidade racial” estaria relacionada não diretamente a experiências reais, mas a características elaboradas a partir de concepções psicológicas que fundamentam os pressupostos de superioridade do “homem branco” sobre os demais

²⁰⁴ BASTIDE, R. Panorama des contracts en Amérique Latine. *O Correio da UNESCO*, 1960, Ano XIII, Nº 10, pp. 20-23.

²⁰⁵ O autor inicia o texto sobre as formas de classificação e se refere a um indígena como alguém que se reconhece como tal (MÉTRAUX, 1960).

²⁰⁶ JAHOUA, M. Portrait-robe d’un raciste. *O Correio da UNESCO*, Ano XIII, Nº 10, 1960, pp. 24-27.

²⁰⁷ Jahouda utiliza como exemplo o fato de que países como Brasil, Jamaica, Cuba e Haiti raças diferentes convivem “sem nenhum sintoma de conflito”, mas que tais sociedades são exceções a “regra geral” (JAHOUA, 1960, p. 25).

(JAHOUA, 1960). Os últimos textos da coletânea especial versam sobre experiências de racismo com outras características, como na Índia²⁰⁸ e, por fim, uma lista de filmes que podem ser utilizados no combate ao preconceito racial²⁰⁹.

Em 1961, Alfred Métraux²¹⁰ buscou responder as indagações geradas pela publicação sobre o racismo, cujas controvérsias entre os leitores da publicação foram endereçadas, especialmente ao papel da UNESCO. Muitas dessas controvérsias centraram-se nas proposições sobre ações políticas e econômicas contra o racismo. Métraux afirma que a atuação sobre “o espírito dos homens” é um dos princípios centrais da UNESCO e que em relação a medidas políticas efetivas de combate ao racismo, outros órgãos específicos no quadro das Nações Unidas seriam destinados para tal, de modo que essa função não competiria à UNESCO. É, portanto, sobre medidas educativas que a ação da agência estava centrada, de modo que é no campo do conhecimento e da educação que a ação da UNESCO deveria ser dirigida em relação ao racismo. Métraux descreve algumas das publicações da UNESCO sobre a matéria que apresentavam uma definição sobre o papel de cada área do conhecimento: a genética deveria fornecer uma nova definição de raça; a sociologia, identificar a natureza e as modalidades dos conflitos raciais; a antropologia cultural, expor a influência do meio cultural na formação da personalidade inclinada a práticas racistas (MÉTRAUX, 1961). Note-se o relativo sucesso das publicações traduzidas para onze línguas e o número de tiragens que revelam o interesse e a existência de um público que procura informações sobre o tema.

Métraux avalia que a questão racial não é unicamente um desafio colocado à ciência, mas da “consciência humana” (*Op. cit.*, p. 29). As diretrizes da UNESCO deveriam ser direcionadas de modo prático pela popularização dos estudos publicados, e de modo mais efetivo, atuando nas escolas por intermédio da formação de professores sobre a matéria. O título do texto retoma novamente o

²⁰⁸ SINGH, K. Conversations autour d’une table vide. *O Correio da UNESCO*, Ano XIII, Nº 10, 1960, p. 28.

²⁰⁹ MARCORELLES, L. Lé cinema refuse le racisme! *O Correio da UNESCO*. Ano XIII, Nº 10, 1960, p. 28.

²¹⁰ MÉTRAUX, A. Pour l’harmonie des races. *O Correio da UNESCO*, Ano XIII, Nº 10, pp. 28-29, 1961.

termo “harmonia” referindo-se ao Brasil e outras sociedades como o Havaí as quais seriam “exemplares”, ocupando posições privilegiadas no que se refere às relações raciais por se constituírem como sociedades multirraciais onde pessoas de fenótipos diferentes viveriam em harmonia (*Op. cit.*, p. 29).

Em abril de 1965, outra edição especial sobre as raças e o racismo é dedicada a homenagear a obra de Alfred Métraux, que por mais de uma década zelou pelas “questões raciais na UNESCO”²¹¹. Os textos são direcionados ao debate biológico sobre a matéria, o do biólogo Georghy F. Debetz²¹², o qual presidiu o encontro que resultou na declaração científica sobre as concepções biológicas da questão racial de 1964, destaca o processo de estudos e encontros que possibilitaram a redação de uma declaração que englobasse os debates biológicos e sociológicos do tema. Debetz reforça a ideia de que a permanência dos preconceitos repousava na ausência de conhecimento sobre as diferenças. Ressalta que no texto da *Declaração sobre raça e as diferenças raciais* de 1951, havia um equívoco conceitual indicado pelos antropólogos e geneticistas quanto à utilização de raça como fato biológico ou fenômeno social, nesse sentido, o documento assinado pelos biólogos e geneticistas seria uma resposta ao documento *Declaração sobre raça* de 1950 assinado majoritariamente por sociólogos²¹³. Debetz prossegue considerando as posições contrárias e favoráveis à utilização de uma classificação humana, afirma a necessidade dos estudos biológicos congregarem os aspectos sociológicos desenvolvidos, a fim de criar uma “barreira” ao racismo como um “sistema que falsifica dados científicos” (DEBETZ, 1965, p. 5).

Após a publicação do documento de 1964, o artigo de Jean Hiernaux se concentra no debate biológico da raça, ponto central do pensamento de Métraux²¹⁴. Os textos restantes destacam os pontos levantados na reunião que

²¹¹ Alfred Métraux falece em 1963.

²¹² DEBETZ, Une seul race, la race humaine. *O Correio da UNESCO*, 1965, Ano XVIII, N° 4, pp. 4-7.

²¹³ Os comentários a partir deste debate foram publicados na coletânea “*Le concept de race*” em 1952. As questões centrais dissertam sobre os temas da unidade da espécie humana e a utilização da categoria raça aplicada aos homens.

²¹⁴ HIERNAUX, J. L’Avenir de l’*homo sapiens* Point de vue d’un biologist. *O Correio da UNESCO*, 1965 Ano XVIII, N° 4, pp. 12-15.

culminou no documento sobre os aspectos biológicos da questão racial de 1964. Hiernaux indica que as pesquisas teriam indicado que não há diferenças genéticas ou físicas entre homens de diferentes grupos raciais e que as diferenças devem ser explicadas no plano da cultura (HIERNAUX, 1965, p. 12).

Após um texto sobre as contribuições mendelelianas para a genética, um artigo é dedicado a descrever uma pesquisa das Nações Unidas na África do Sul, finalizada em 1964, sobre a “política do apartheid e suas consequências”²¹⁵. O artigo descreve o processo histórico e os princípios que regiam, naquele momento, o apartheid como uma política de governo, que dividia e classificava as pessoas e o território. Os dados descritos trazem indícios do modo de operação de tal política, de sua atuação e de como as pessoas geridas no interior de cada espaço, dentro e fora das “reservas africanas” e na “zona branca” agiam e participavam, visto a oposição dos representantes dos grupos africanos, dos quais muitos eram presos ou silenciados de diversas maneiras.

O complexo alicerce de funcionamento do *apartheid* atuava por uma estrutura que articulava a violência física e simbólica. A intervenção é física, pois controla a mobilidade corporal interditando os casamentos inter-raciais e confinando-os a lugares específicos, o assento do transporte, o banco do parque, a rua, a escola, o banheiro... Em tão alto grau que muitos africanos eram expulsos dos espaços onde apenas sua presença poderia causar “dificuldades” (O Correio da UNESCO, 1965, p. 22). Nesse aspecto tais práticas se assemelhavam ao colonialismo pelo investimento no modo de ordenação das pessoas, articulando estratégias de controle e dominação. O texto descreve os atos de resistência dos africanos, especialmente contra as medidas do uso do “passe”, ou “livros de controle” práticas de execução do apartheid.

O artigo realiza uma análise da estrutura do sistema acusando sua complexidade ao indicar a existência de medidas em que algumas pessoas classificadas como brancas eram reclassificadas como negras, ou vice-versa, de modo que era possível cruzar a fronteira e receber uma “autorização” ou “permissão” para serem “consideradas” brancas ou negras. Narra, ainda, os casos

²¹⁵ L’Apartheid em Afrique du Sud. *O Correio da UNESCO*, 1965, Ano XVIII, Nº 4, pp. 20-28.

de prisão de pessoas encontradas sem a documentação de “controle” ao longo dos anos, ademais, apresenta dados de escolaridade, emprego, salários e mortalidade. Por fim, há um quadro com as pesquisas da UNESCO e os artigos publicados na revista sobre o tema. O artigo seguinte apresenta opiniões de um grupo de estudiosos convocado pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas em 1963, sobre os métodos capazes de “atribuir de forma integral, pacífica e ordenada os direitos do homem e liberdades fundamentais” na África do Sul (O Correio da UNESCO, 1965, p. 29).

O tema do *apartheid* prossegue nas edições seguintes da revista com enfoque na descrição da realidade de desigualdade racial vivida na África do Sul. Os textos enfocam o repúdio da UNESCO à segregação racial e as medidas para acabar com o sistema. Os textos fazem referência às pesquisas das Nações Unidas na África do Sul sobre a situação dos povos que vivem sob o *apartheid* que em 1966 é declarado pela UNESCO crime contra a humanidade²¹⁶. Nesse período, tomando posição normativa, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovaria uma série de tratados e resoluções relacionados ao combate ao racismo e às formas de colonialismo então vigentes. Essas proposições normativas foram justificadas como uma política em favor da proteção geral dos direitos humanos. Além da *Declaração sobre a Concessão de Independência aos Países e Povos Coloniais*, foram aprovados pactos internacionais no âmbito dos direitos civis e políticos, direitos econômicos sociais e culturais e outros instrumentos como a Declaração Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial de 1966. Os textos são centrados em descaracterizar as justificativas para o racismo e o *apartheid*, como a competição econômica alavancada por migrações e a pobreza em algumas sociedades que justificariam o “desenvolvimento separado”.

Em março de 1967, outra publicação especial sobre o *apartheid* destaca a proclamação do dia 21 de março, data do massacre de Sharpeville, como Dia Internacional para Eliminação da Discriminação Racial. A edição é dedicada a

²¹⁶ A Convenção Internacional sobre a Supressão e Punição do Crime de Apartheid seria aprovada em 1973 pela ONU com abstenções e votos negativos de Portugal, África do Sul, Reino Unido e Estados Unidos.

apresentar os dados de uma pesquisa sobre a condição da África do Sul realizada pelas Nações Unidas (citada na edição de 1956), além de trazer artigos opinativos de escritores africanos sobre as consequências culturais do regime segregacionista na África do Sul. Os artigos são de autoria de pensadores sul-africanos, o escritor Alan Paton argumenta que o princípio do regime em preservar a cultura de cada grupo acaba por impedir a troca (PATON, 1967, p. 16)²¹⁷. O também escritor e ensaísta Lewis Nkosi comenta sobre a função do escritor de produzir uma obra em diálogo com o contexto e com responsabilidade política, acrescenta que o escritor deve utilizar sua “energia vital” para recusar o *apartheid* e tomar parte no “debate revolucionário” (NKOSI, 1967, p. 20)²¹⁸. O educador e jornalista Dennis Brutus centraliza sua argumentação, na maneira como sistema de segregação rege os comportamentos e as convenções sociais e atua no cotidiano (BRUTUS, 1967, p. 23)²¹⁹. Os demais textos, do editor Ronald Segal²²⁰ e do escritor e pintor Breyten Breytenbach²²¹, descrevem os efeitos do *apartheid* na produção cultural. Ao final, os dois textos apresentam outros dados do relatório da UNESCO referentes ao *apartheid* na hierarquia e divisão do trabalho e nas relações nas igrejas.

Em uma edição especial sobre os direitos humanos de 1968, o sociólogo John Rex assinala que a existência do *apartheid* pautava-se numa estrutura de desigualdades oriunda de disputas e conquistas justificadas por meio de noções de superioridade e inferioridade, definidas pela cor da pele (REX, 1968, p. 22)²²². Rex afirma que o conflito identificado no século XIX entre nações configurou-se como um conflito de raças. Aponta que indicar a condição falaciosa do racismo seria insuficiente, caso tal recomendação não estivesse atrelada a uma política capaz de fortalecer a educação e a formação dos professores. O autor se alinha à

²¹⁷ Descreve as medidas que impediam a formação de grupos de esportistas “mistos” ou ainda a proibição de qualquer equipe que tivesse negros e brancos juntos de ir participar de alguma competição no país, a não ser em espaços privados e com autorização (PATON, 1967, p. 16). PATON, A. L’Influence de l’apartheid sur la culture. *O Correio da UNESCO*, 1967, Ano XX, N° 3, pp.14-19.

²¹⁸ NKOSI, L. *Les dialogues interdits*. *O Correio da UNESCO*, Ano XX, N° 3, 1967, pp.20-22.

²¹⁹ BRUTUS, D. Le drame du refus. *Correio da UNESCO*, Ano XX, N° 3, 1967, pp.20-22.

²²⁰ SEGAL, R. Le cercle vicieux de la peur. *O Correio da UNESCO*, Ano XX, N° 3, 1967, pp.24-26.

²²¹ BREYTENBACH, B. Un véritable suicide culturel. *O Correio da UNESCO*, Ano XX, N° 3, 1967, pp.27-29.

²²² REX, J. Le racisme sous le masque. *O Correio da UNESCO*, Ano XXI, N° 1, 1968, pp.22-25. Este mesmo texto seria novamente publicado na edição de novembro de 2008 (O Correio da UNESCO, 2008, N° 10, pp.11-14).

perspectiva que conferia a esta estrutura de desigualdades, derivada das imigrações e das diferenças entre os emigrados, a responsabilidade pelos conflitos raciais em outros locais. Desenvolver a problemática em termos de imigração, que acirra as disputas sociais, seria outra tendência observada nas análises sobre a persistência de conflitos raciais, sobretudo em países da Europa e dos Estados Unidos.

Rex defende a utilização da publicação sobre raça creditada aos biólogos de 1964, que definiu que os homens não são desiguais porque não nascem desiguais (*Op. cit.*, p. 25). Faz uma crítica a uma tradição de pensamento que analisou os grandes temas da transformação na Europa centrados na luta de classes perspectiva segundo a qual a Europa interpretou a política do mundo colonizado como “uma repetição de sua própria história” ignorando movimentos que questionavam tal perspectiva como o *Black Power* e a revolução dos “ex-colonizados” (*Op. cit.*, p. 25). Para Rex, o conflito visualizado por Marx no interior da nação entre os blocos econômicos e sociais constituiria, na verdade, um conflito racial. A problemática em torno da indicação de que a educação fosse o vetor da reforma e modificação da concepção de raça, se estabelece pela crença de que a educação forneceria uma “nova mentalidade” que daria fim ao racismo, sendo essa mesma uma medida mantenedora do mesmo. O combate ao racismo deveria seguir em paralelo com as condições sociais que o provocam. Em um relatório sobre o *apartheid* que seria publicado em 1986²²³ há uma descrição de que as relações raciais eram sempre ligadas a relações de classe utilizando como modelo a África do Sul.

Em 1971, declarado pela UNESCO como o Ano Internacional de Luta Contra o Racismo, outra edição especial sobre o tema²²⁴ é apresentada, centrada nos “aspectos psicológicos, biológicos, sociológicos e educativos do racismo” (O Correio da UNESCO, 1971). Novamente o psicólogo canadense Otto Klineberg reaparece na revista abordando a constituição do modo de operação do

²²³ UNESCO, *Consulte informelle d'experts en vue de definir les etudes qu'il conviendrait de mener sur le causes sociales, economiques, culturelles et politiques du racisme et de l'apartheid*. Relatório final. Beijing, China, 1984.

²²⁴ Contre Le racisme: ce drame que divise les hommes. *O Correio da UNESCO*, Ano XXIV, N°11, 1971, pp. 1-33. .

pensamento racista²²⁵ (KLINEBERG, 1971, p.4). O autor envereda as questões sobre o uso da ciência no debate sobre a existência e a possibilidade de caracterização das diferenças de “hierarquia genética ou inata”, a qual poderia ser lida pela questão presente naquele momento, da existência ou não de hierarquias de pensamento ou de inteligência. Klineberg enumera testes realizados naquele contexto (em diferentes locais como presídios e cemitérios) nos quais a inteligência aparecia de forma equivalente a “capacidade de aprender”, “diferenças psicológicas inatas”, “evolução” “aptidões intelectuais inatas” (*Op. cit.*, p. 5).

O texto centra-se na descrição dos variados testes e na apresentação de alguns resultados, visto que os dados apresentavam diferentes respostas de acordo com os procedimentos adotados, entre outros fatores diversos. Sua percepção psicológica dirige atenção às diferenças nos resultados, colocando ênfase nos indivíduos, de modo que é o contexto, o passado, a educação prévia, os “antecedentes culturais” que incidiriam sobre o desempenho individual nos testes (*Op. cit.*, 1971). Notável é o fato de que a preocupação é dirigida ao método, aos tipos de testes escolhidos, voltados para o âmbito do indivíduo, e não naquilo que mobilizaria a realização da mesma pergunta. Embora o autor destaque que a ciência já havia demonstrado que não existia nenhum caráter científico em uma hierarquização dessa natureza, ou tal formulação seria arbitrária, sua questão não se dirige ao fato de que o empenho dos estudiosos continuava centrado na mesma proposição, ao ponto de variadas pesquisas continuarem sendo realizadas.

Inversamente Klineberg dirige-se a afirmação de que os testes pouco avançavam na possibilidade de delinear a relação entre psicologia e raça, o que exigiria métodos mais “objetivos” com “técnicas mais claras” (KLINEBERG, 1971, p. 7). Por fim, o autor afirma que os desníveis de resultados entre os grupos raciais tendem a decrescer, na medida em que as condições de “desenvolvimento” se equalizem. Os demais textos abordam características específicas do funcionamento do *apartheid*²²⁶ e outros são opinativos de aspectos específicos

²²⁵ KLINEBERG, O. Face au pensée raciste d’aujourd’hui. *O Correio da UNESCO*, Ano XXIV, Nº11, 1971, pp. 4-13.

²²⁶ RUBIN, L. L’Afrique du Sud sous la loi de inégalité. *O Correio da UNESCO*, Ano XXIV, Nº11, 1971, pp. 14-17.

sobre a convivência inter-racial²²⁷. Destaca-se o texto do intelectual Ali A. Marzui sobre o papel da escola no conflito racial, tomando como exemplo o delineamento do problema nos Estados Unidos e na África do Sul²²⁸. Percebe-se no texto, o realce da questão centrada no indivíduo, especificamente neste caso nos negros em seu “sentimento de dependência” e nos brancos em seu “sentimento de arrogância” (MARZUI, 1971, p. 28)²²⁹. Marzui indica que junto à tríplice base da educação “ler, escrever e contar” deveria ser desenvolvida conjuntamente outra tríplice de valores “tolerância, trabalho árduo e trabalho em equipe” (*Op. cit.*, p. 29). Entre os modos para o desenvolvimento da tolerância, o valor “mais difícil”, o ensino deveria ser dirigido aos debates e à promoção da tolerância entre as crianças.

Em 1973, uma edição comemorativa do aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos traz o debate sobre a questão do racismo e da desigualdade. Os textos abordam diferentes temas sobre a constituição dos direitos humanos²³⁰. Novamente sobre a relação entre ciência, raça e racismo aparece no texto do filósofo Grigori Glezerman, no qual discorre sobre a correlação existente entre esses elementos como produto da história e não algo natural²³¹. A introdução no texto de termos como “nações oprimidas do Terceiro Mundo”, “nacionalismo opressor”, “libertação nacional” enuncia a inflexão no debate, já com as análíticas sobre o nacionalismo dos países em processo de descolonização. No mesmo ano, uma publicação sobre o processo de independência da “África

²²⁷ AWAD, M. La peau des autres. *Correios da UNESCO*, Ano XXIV, Nº11, 1971, pp. 20-22.

²²⁸ MARZUI, A. L'ecole et les l'apprentissage des trois “t”. *O Correio da UNESCO*, Ano XXIV, Nº11, 1971, pp. 28-30.

²²⁹ Esta figura de que fala Marzui nos Estados Unidos, descrito pelo estereótipo da “dependência” dos negros é retratada na figura do “Tio Tom” personagem do livro “*Uncle Tom's Cabin*” (Harriet Beecher Stowe, 1851) sobre os conflitos entre negros e brancos na Guerra de Secessão norte-americana. Esse personagem representado como acomodado cujo espectro se tornou representativo de um tipo específico de negro norte-americano é descrito no texto. No Brasil, essa história foi traduzida em personagem novelística no folhetim “*A Cabana do Pai Thomas*” pela Rede Globo, entre 1969 e 1970, sendo criticada à época por apresentar um ator branco pintado de negro nos moldes do *blackface*.

²³⁰ Entre os textos o de Eike Haberland sobre Leo Frobenius destaca a qualidade de humanista de Frobenius por ter destacado em sua obra que os africanos “tem uma alma” diferente e particular que os caracteriza sem julgamento de valor. HABERLAND, E. Frobenius et la découverte de l'âme africaine. *O Correio da UNESCO*, Ano XXVI, Nº10, pp.14-18.

²³¹ GLEZERMAN, G. La science, la société, Le racisme: le développement inégal des peuples des différents races est produit de l'histoire et non de la nature. *O Correio da UNESCO*, 1973, Ano XXVI, Nº10, pp.12-13.

portuguesa” coloca no centro do debate as ações das Nações Unidas diante do “último império colonial” (O Correio da UNESCO, 1973).

Entre outros textos opinativos do historiador britânico Basil Davidson, e do intelectual, político e agrônomo guineense Amílcar Cabral²³², que retomam o debate sobre a continuidade do colonialismo e a luta dos africanos, são inseridos textos com descrição das ações para auxiliar a libertação política desses territórios. O texto de Amílcar Cabral²³³ especialmente aplica uma terminologia que evidencia a influência do debate teórico à época articulando conceitos como “*imperialismo*”, “*mercado*”, “*mais-valia*”, “*dominação*” a outros termos “*opressores*”, “*oprimidos*”, “*massas populares*”, “*classe marginalizada*”, “*capital imperialista*” de modo a realizar uma crítica aos “países ricos” beneficiados com a “evolução econômica e política”. Toda essa conjunção de termos revela a atmosfera teórica em voga naquele momento no pensamento social. Cabral prossegue no texto dirigindo-se para o papel da cultura como força potente para as “massas populares”, verdadeiras “fontes da cultura” sendo a cultura, definida como “nível de consciência”, a chave para a independência (CABRAL, 1973, p. 14). Os demais textos descrevem as ações da UNESCO e das Nações Unidas na promoção dos movimentos de libertação africanos²³⁴.

Em 1977 outra edição especial no quadro de comemoração da Declaração Universal dos Direitos Humanos debate a constituição do apartheid ainda fundamentado como uma forma de administração sustentada pela segregação racial em diversos países africanos que empreendem uma “opressão racista”, apresenta também textos autorais e textos institucionais informativos da UNESCO (O Correio da UNESCO, 1977). O texto de abertura é do educador e geógrafo senegalês Amadou-Mahtar M’Bow, então Diretor-Geral da UNESCO. Colocando

²³² Amílcar Cabral havia sido assassinado dois meses antes da publicação do texto. Há uma informação de que o texto se refere a uma apresentação realizada por Cabral em um evento da UNESCO numa reunião sobre noções de “raça, identidade e dignidade” (Correio da UNESCO, 1973, p. 12).

²³³ Amílcar Cabral define-se como um “simples africano” que se propõe a pagar a dívida com seu povo e com seu tempo. Cabral, A. La culture et le combat pour l’indépendance. *O Correio da UNESCO*, 1973, Ano XXVI, Nº11, pp.12-16.

²³⁴ Entre as ações, destacam-se o envio de missões aos países junto a Organização da Unidade Africana em 1971, repasse de valores do PNUD (Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas) à educação de refugiados, formação de professores, fornecimento de equipamentos e materiais escolares. Por fim, apresenta dados de um relatório encomendado sobre educação nos territórios de controle português.

o *apartheid* como uma forma equivalente de escravidão moderno, apresenta o objetivo de demonstrar os efeitos do regime sobre a educação, a cultura, a informação²³⁵. Os demais artigos descrevem diferentes formas de *apartheid* em vários países africanos, apresentando-os como uma problemática de âmbito internacional²³⁶.

Ao analisarmos as mudanças entre o tipo de pesquisa realizada pela UNESCO acerca da questão racial, desde a sua formação, e as pesquisas sobre o *apartheid*, verificamos um deslocamento do foco de tais pesquisas, pois enquanto as pesquisas iniciais se dirigiram a mapear e propagandear os “casos positivos”, o *apartheid* é intensamente pesquisado como uma experiência negativa de relações raciais. As pesquisas de caráter descritivo mostram os efeitos da política do *apartheid*, suas consequências e proposições para sua finalização.

No final da década de 1970 há uma retomada de artigos do periódico para a divulgação de imagens de sociedades que apresentam experiências positivas sobre as relações raciais. Em 1977, a revista publica uma edição especial sobre a América Latina, que busca descrever as contribuições das culturas ibéricas, autóctones e africanas que atribuem a este espaço uma “imagem cultural única” (O Correio da UNESCO, 1977). Entre os textos que procuram definir “qual é a cultura” desta “constelação de povos”, a revista apresenta artigos dos “mais eminentes pensadores” da América Latina. O edital de apresentação faz alusão aos esforços da UNESCO para a compreensão desse mosaico cultural, objeto de um programa de estudos em 1967²³⁷. Os textos recolocam na pauta das páginas do periódico a “*mestiçagem cultural*” articulada como uma experiência de “*justaposição de culturas*”, “*identidade cultural*”, “*integração*”, traduzidas pelos temas dos artigos que buscam descrever a constituição das culturas latino-

²³⁵ M'BOW, Amadou-Mahtar. L'Apartheid, la forme la plus vile de l'esclavagisme moderne. *O Correio da UNESCO*, 1977, Ano XXX, Nº 11, p. 27. .

²³⁶ *O Correio da UNESCO*, 1977, Ano XXX, Nº11, pp.4-32. Artigos: REDDY, Enuga S. “*Contre l'apartheid les Nations Unies mobilisent le monde entier*”; RUBIN, Leslie. “*La réalité travestie : les allégations du racisme en Afrique du Sud et le démenti des faits*”; MACBRIDE, Sean “*Namibie la longue marche vers l'indépendance*”; GEINGOB, Hage G. “*Il se prépare d'autres écoles pour une autre Namibie*”; O'Callaghan, Marion “*De la Rhodésie a Zimbabwe : pour les noirs de Rhodésie le nom de l'antique Zimbabwe relie un passé prestigieux à la liberté de demain*”; OGOUKI, Stéphane “*Quand le racisme disqualifie le sport*”; “*L'Unesco dans la lutte contre l'apartheid*” ; *O Correio da UNESCO*, Ano XXX, Nº11, 1977, pp.4-32.

²³⁷ *O Correio da UNESCO*. L'Amérique Latine: immense mosaïque de cultures. Ano XXX, Nº 8-9, 1977, p. 5-69.

americanas por sua produção artística – música, pintura, escultura – sendo minuciosamente analisadas nos artigos. Estes textos podem ser lidos não somente como uma resposta à situação de apartheid em curso em países africanos, mas como uma esfera da inclinação antirracista da UNESCO, visto que um dos argumentos seria a preservação das culturas, enquanto a impossibilidade de convivência entre grupos diversos é altamente repelida.

Como exemplo de convivência de culturas diversas, o cientista social brasileiro Gilberto Freyre²³⁸ reaparece no periódico apresentando a experiência afro-brasileira como alternativa para as novas realidades especialmente das recentes “repúblicas africanas, do oriente e outras nações” no que se refere às relações raciais (FREYRE, 1977, p. 13). Freyre recupera a narrativa do Brasil como país mestiço, um lugar onde se criou um “novo tipo de civilização” pautando-se sobre os aspectos da cultura brasileira que são identificadas como oriundas da mistura de negros, brancos e indígenas que compõem o que segundo o autor é uma “metarraça”. Esse Brasil “de uma ecologia tropical”, narrado por ter sido primeiramente “uma projeção humana e histórica da Europa” com a presença dos portugueses, formula, por si mesmo, uma “nova entidade cultural no mundo dito moderno” pela consolidação de um novo “sistema cultural” (*Op. cit.*, p. 13).

Permeando a escrita por fotografias entre subtítulos como “*danças e mitos*” e “*traços do passado*”, Freyre discorre sua tese central da existência de uma “metarraça”, o “*ethos*” da formação da sociedade patriarcal brasileira. Esse “novo” povo cuja ascendência é diversa, de africanos que mesmo em condição escrava, “africanizaram” este espaço junto aos “principais fundadores da nova cultura”, os europeus. Essas matrizes se fundamentam como algo que extrapola ou “excede” a noção de raça como descrição de apenas um grupo, a “metarraça” brasileira (forjada em torno do pertencimento nacional) não é uma, mas tríplice, assumindo o aporte europeu, ameríndio e africano. A base culturalista de sua análise, presente na “metarraça” brasileira, somente pôde se realizar na medida em que as três raças atuavam como “estabilização cultural”, como complemento e não

²³⁸ FREYRE, G. L’expérience afro-brésilienne. *O Correio da UNESCO*, 1977, Ano XXX, Nº 8-9, pp. 13-18. Este texto viria a ser publicado novamente com algumas modificações, na edição de maio de 1986. .

afastamento. A influência negra é elevada pela “*mestiçagem física*” a qual possibilitou a formação de “*novas belezas femininas*” e que ao se integrar à “base etno-cultural” brasileira demonstram uma “consciência extra-europeia em seu comportamento sociocultural” (*Op. cit.*, p. 14).

Embora a obra de Freyre seja considerada “ambígua e imprecisa” utilizando-se por vezes de uma “linguagem racialista” (MAIO, 2010, p. 130), o artigo demonstra o objetivo de conferir um lugar ao negro: o de possuidor de uma “forma pré-nacional de cultura” (*Op. cit.*, p. 31). Freyre tece seu discurso recorrendo à metáfora acerca da mestiçagem brasileira, apresentando-a como exemplo da intensa influência do negro não apenas econômica, mas, sobretudo, cultural. Essa influência pode ser observada, por exemplo, na “africanização” do catolicismo (que se realiza na mimese das Virgens enegrecidas ou “mulatas”). Todo o léxico é pautado em algo que “*colore*”, que “*tropicaliza*”, para além da etimologia do termo tropical, neste tipo de narrativa, a palavra se transforma em um adjetivo empregado para identificar não uma configuração climática, mas uma qualidade, um tipo de comportamento²³⁹. A “tropicalização” do português do Brasil, mais “desenvolto” e menos “acadêmico”, as “novas combinações” de homens e mulheres, a música, a cultura são as formas pelas quais “sociologicamente” o negro foi integrado. Essa civilização possui um “estilo”, uma “higiene”, um futebol mais dionisíaco porque brasileiro, do que apolíneo porque britânico²⁴⁰ (*Op. cit.*, p. 31). Tais expressões ressoam novamente no discurso com o qual se constrói e se propaga a brasilidade²⁴¹. Ambos os termos,

²³⁹ Elide Rugai Bastos identifica que na obra de Freyre o trópico é um dos três polos de seu pensamento, junto ao “patriarcalismo e interrelação de etnias e culturas”. BASTOS, E. R. “Gilberto Freyre, a diversidade e a extensão dos direitos políticos” *Mimeo*. Texto apresentado no XVIII Encontro Anual da ANPOCS, em 1994.

²⁴⁰ No texto Freyre descreve o futebol “[...] *brésiliennement dionysiaque plutôt que britanniquement apollinien*” [brasileiramente dionisíaco mais do que britanicamente apolíneo] (Freyre, 1977, p. 31). Tradução livre. Essa referência é da construção conceitual antitética de Nietzsche sobre o apolíneo e o dionisíaco em “*A origem da tragédia*”, a respeito da arte grega. Ruth Benedict (1934 [2000]) constrói igualmente uma obra utilizando uma conceituação nestes termos sobre dois grupos indígenas aos quais ela denominará de “tipo apolíneo” para o grupo considerado conformista e tranquilo, e o “tipo dionisíaco” aos “ambiciosos, exagerados afetivamente”. BENEDICT, R. *Padrões de Cultura*, Trad. Alberto Candéias. Lisboa: Livros do Brasil, 2000. Em Freyre a metáfora faz referência ao modo como o brasileiro subverte a origem britânica do futebol traduzindo para algo mais brasileiro, ou seja, “dionisíaco” com a introdução, por exemplo, de passos da capoeira que faz a *ginga* do futebol brasileiro.

²⁴¹ De uma população cada vez mais “morena” de pele (FREYRE, 1977, p. 15).

apolíneo e dionisíaco, referem-se a uma narrativa grega, na qual adjetivação apolínea liga-se ao deus cujas qualidades são a razão, harmonia, ordem, equilíbrio, enquanto o dionisíaco é dado aos encantos, deleites e prazeres. Outra vez Freyre, de alguma forma, positiva o que é considerado negativo, forjando uma civilidade, uma brasilidade produzida como alegoria adjetivada pela alegria.

Freyre constrói uma semântica com termos como “*mistura-forma-alegria-colorido-desenvoltura-ritmo-intensidade-criatividade-audacia*” junto à da mestiçagem que posteriormente seria traduzida na “*morenidade*”, léxico utilizado para diferenciar o negro brasileiro do negro estadunidense. Essa é a diferenciação da metarraça brasileira que não se centra na identificação de origem étnica, pois a realidade nacional brasileira suplantaria a necessidade da origem, fixando-se no resultado que emerge da mistura. Isso, porém não ocorreria sem conflitos. Freyre adverte sobre a existência de segregacionismos, que se opõem à síntese mestiça biológica e sociológica na “interpenetração” das culturas.²⁴²

Os termos que constituem o texto, como “*mistura*”, “*infiltração*” “*interpenetração das culturas*”, vinculados à representação imagética da “*mãe preta*,” do “*negro velho*”, do “*negrinho do pastoreio* (‘*o bom anjo das savanas*’)” da “*Bá*” (a imagem da babá como a mulher negra que cuidava das crianças brancas), do “*bom crioulo*”, atuam junto ao pensamento sobre a sociedade patriarcal brasileira. Mesmo a sociedade agrária, substituída pela industrial, mantém o lugar dado a cada um destes personagens cada qual com sua função compondo o “*ethos*” ou o “essencial” da nação brasileira (*Op. cit.*, p. 18). Todas essas narrativas formam os elementos do “estilo brasileiro” que “enriquece” a cultura composta de um povo mestiço, moreno²⁴³. Essas *qualidades* atribuídas ao povo brasileiro atuam na contemporaneidade como indicativos dos modos de construção da imagem deste povo, daquilo que “nos fornece uma *descrição* ou um *ícone* da coisa que representa, porém *nos diz* quais imagens procurar em nossa

²⁴² Descreve que a independência do Brasil seja, cultural, econômica ou política ocorreu não por uma descolonização, mas por uma auto-colonização, que ele descreve como um neologismo da sociologia brasileira (FREYRE, 1977).

²⁴³ No texto em francês há a utilização do termo “*brun*” que se refere tanto ao termo “Moreno” como uma “cor escura” (MICHAELIS, 2003). Freyre significa o termo como mestiço para se referir aos variados tons de pele. Optamos por traduzir a palavra por moreno por considerar que no Brasil utiliza-se na língua corrente o termo moreno como análogo a mestiço.

experiência culturalmente codificada, a fim de determinar de que modo *nos devemos sentir* em relação à coisa representada (WHITE, 1994, p. 108)²⁴⁴. Daí que Freyre atribui a função da antropologia e da sociologia, pois o que “verdadeiramente” faz do homem “ser o que é”, ou seja, lhe atribui qualidade humana, deve ser identificado não pela “sua raça ou cor”, mas sim pelos seus “gostos mais profundos” suas “tendências” tanto artísticas como outras (FREYRE, 1977, p. 17).

Ao lado do texto de Gilberto Freyre figura um texto do escritor Jorge Amado sobre o caráter da mestiçagem na formação brasileira²⁴⁵. Apresentado como um dos maiores romancistas latino-americanos, Amado inicia o texto assegurando o caráter mestiço do povo brasileiro e a condição de contínua mistura que ocorria entre os brasileiros. Essa seria a contribuição brasileira para cultura mundial e a humanidade: a disposição e capacidade de se misturar “um pouco cada vez mais” (AMADO, 1977, p. 18). É esta capacidade que poderia resolver o problema racial existente em outros contextos nacionais daquele momento. Jorge Amado descreve essa habilidade de misturar-se, na capacidade de não impor hierarquias, assim brancos e negros seriam igualmente importantes, no campo da “mistura” a “palavra-chave da cultura brasileira” (*Op. cit.*, p. 18). É esse povo que possibilitaria superar os “obstáculos” que se impõem ao “desenvolvimento”²⁴⁶. Um povo formado pela narrativa da África “materna e maravilhosa” que junto aos indígenas e colonos portugueses ajudaram a formar um tipo de civilização (*Op. cit.*, p. 18).

A representação elaborada por Jorge Amado sobre o caráter do brasileiro permeia um pensamento imagético que projeta uma caricatura de um discurso comum sobre os negros brasileiros. Esse discurso compõe ainda na

²⁴⁴ Grifos do autor.

²⁴⁵ AMADO, J. *Nous, peuples de metis... O Correio da UNESCO*, Ano XXX, Nº 8-9, 1977, pp. 18-19. Trechos deste texto viriam a ser publicados novamente com algumas modificações Nas edições de maio de 1986, em uma antologia da revista em comemoração aos 40 anos da UNESCO, nos quais os textos refletem os eixos de ação durante o período. Alguns trechos deste texto de Jorge Amado foram publicados no eixo “*Longitudes e latitudes*” nas edições de julho de 1989 e dezembro de 2001.

²⁴⁶ “Um povo que se orgulha de não ser “nem europeu nem africano mais propriamente brasileiro produto de um vigor misturado de raças e culturas” (AMADO, 1986, p. 25).

contemporaneidade as representações do passado escravista brasileiro no qual o negro desenvolve a capacidade de “resistir à miséria, à opressão” e mesmo envolto em uma atmosfera de adversidades possuiria uma capacidade de “rir e amar a vida” (*Op. cit.*, p. 18), essa seria a contribuição negra para a mestiçagem brasileira. O discurso da especificidade brasileira residiria na “tendência geral” ou poderíamos nomear, na “essência do brasileiro” traduzida numa inclinação para as artes, a música, a dança, creditada ao “sangue negro” (*Op. cit.*, p. 18). Jorge Amado aponta que a cultura brasileira, por se constituir mestiça, é forjada na luta contra o racismo e reconhece que há pessoas racistas no Brasil, mas que isso não se refletiria em uma filosofia de vida racista, porque de fato havia uma filosofia brasileira de vida “profundamente antirracista por excelência” (*Op. cit.*, p. 19). O escritor faz uma crítica a algo que denomina de “retorno ao espírito colonial” o qual se fundamenta em forjar uma imagem de um Brasil sem preconceito racial, mostrando “no estrangeiro”, imagens de artistas negros, mas que não trazem a herança africana da música brasileira (*Op. cit.*, p. 19).

Muitas das análises dos estudos pós-coloniais inserem-se no campo dos estudos literários, utilizando a estética das narrativas como objeto de análise. A natureza representacional do romance, por exemplo, seu caráter heteroglóssico, ou seja, a diversidade de linguagens que nele habita, demonstra a escolha desses estudiosos em dirigirem atenção para a análise de tais narrativas. Os romances são objetos potentes para apreensão das maneiras de representação, seja de um povo, de um lugar, o texto do romance fala em um tempo e com um tempo, atua como um elemento de representação de artefatos simbólicos: o povo, o ambiente, a escolha da linguagem utilizada, o tipo de narrativa produzida.

Ambas as narrativas, de Gilberto Freyre e Jorge Amado, nos oferecem pistas interessantes para identificar elementos de uma dada narrativa estruturada racialmente. Sobre sua própria atuação como sociólogo Freyre a descreve como “criação sociológica” que se refere ao modo dos cientistas sociais atuam por “projetarem alguma coisa de si próprios” ou de uma “imaginação científica,

vizinha da artística e da filosófica²⁴⁷” (FREYRE, 1956 *apud* MAIO, 1997, p. 222).

Ambos usam uma narrativa que “*nos traz à mente* imagens das coisas que indica²⁴⁸” (WHITE, 1994, p. 108). Gilberto Freyre constrói o texto em terceira pessoa do singular “*os negros*”, “*os brasileiros*” empregando um vocabulário que os coloca em ação “*ativa*”, “*dinâmica*”, “*influyente*”, “*eles são*”, “*eles contribuíram*” “*eles participaram*”. Jorge Amado é um dos autores mais representativos de um tipo de produção romanesca como uma narrativa da nação, que “fala para a nação”, dando um lugar fundamental à “cultura negra”. Para corroborar sua tese, Amado destaca as produções culturais de personagens ilustres da história do Brasil²⁴⁹ e finaliza afirmando que “felizmente são todos misturados” (AMADO, 1977, p. 19). Jorge Amado utiliza a primeira pessoa do plural “*nós somos*” “*nossas características*” “*nossa capacidade*” “*nosso desenvolvimento*” (*Op. cit.*, p. 19).

Em entrevista para o *Correio da UNESCO* de 1989 sobre “a originalidade da cultura brasileira” cujo título evoca o “desejo de mestiçagem”²⁵⁰ Amado discorre em análise sobre o povo brasileiro. Afirma na resposta à pergunta se haveria possibilidade de se afirmar a existência de um povo brasileiro considerando o fato do Brasil ser um “microcosmo uma mistura de povos” que é possível reportar-se positivamente ao Brasil como local onde se constrói “um único povo, de uma cultura original nascida da mestiçagem de todas as raças” (AMADO, 1989, p. 4). Embora existam conflitos e desigualdades, não se cessou o processo de troca entre as etnias e as culturas, o que é algo tipicamente brasileiro. Essa “alma brasileira” nascida do “corpo a corpo” que habita entre a “melancolia portuguesa e a alegria brasileira” (*Op. cit.*, p. 6)²⁵¹.

²⁴⁷ Freyre fazia referência às críticas que havia recebido, sobretudo de Donald Pierson sobre a fragilidade de sua análise, na utilização de conceitos de inspiração biológica e na leitura generalizada sobre a sociedade brasileira (PIERSON, *apud*, MAIO, 1997, p. 222).

²⁴⁸ Grifos do autor.

²⁴⁹ As obras do “escultor mestiço” Aleijadinho, a música de Dorival Caymmi, a poesia de Gregório de Matos (AMADO, 1977, p. 19).

²⁵⁰ *Jorge Amado: um désir de métissage*. Entrevista. O Correio da UNESCO, Ano XLII, Nº 7, 1989, pp. 4-7.

²⁵¹ “*L’âme brésilienne est née du corps à corps entre la mélancolie portugaise et la gaieté africaine. Le Portugais est en proie au doute, il est tourné vers la mort, c’est d’abord un pessimiste. L’Africain respire la vie, il est à l’aise dans son corps et dans la nature, il sait rire,*

Sobre as expressões dessa cultura brasileira, o sincretismo é a exegese, o elemento central que aparece na arte e na religiosidade, assim como a literatura que sofreu mais influência do aporte europeu, embora se encontre “pouco a pouco” o aporte africano²⁵², todavia o “desejo da mestiçagem” aparece em outras expressões culturais, sobretudo o carnaval (*Op. cit.*, p. 6). Aponta que há racismo no Brasil, assim como em outros lugares, pois ele emerge no momento em que há o “encontro” de grupos étnicos diferentes em situação de conflito. Porém, afirma que a sociedade brasileira não é racista por não possuir um tipo de racismo “institucionalizado, enraizado” justamente por sua disposição à “mestiçagem e ao sincretismo” (*Op. cit.*, p. 7). É possível visualizar aqui, novamente, a percepção derivada dos anos 1950 sobre as relações raciais brasileiras de uma diferenciação sobre o que caracteriza o racismo. Ao final, Amado enfatiza a crença de que é a mestiçagem que poderia acabar com o racismo e termina por descrever que a imagem de “esperança” desta proposta é o carnaval, símbolo icônico, representação por exatidão da mestiçagem onde todos dançam, se misturam, cantam e se casam²⁵³ (*Op. cit.*, p. 7).

Os textos de Amado e Freyre, cada qual no seu campo específico, podem ser lidos como exemplos, por vezes ambivalentes, que cercam a representação discursiva sobre o brasileiro e suas relações raciais. Este é universo no qual ambos abrigam seus tropos, suas estratégias de escrita às quais dialogam em simetria com as narrativas complementares e representativas da construção do imaginário em relação ao negro no Brasil. Essa figura, *o negro*, tem sua presença marcada por uma determinada estereotipia nos textos de alguns autores, marcada por uma medida, quase sempre em demasia. Repetidamente toda a narrativa do corpo, a “doçura, a graça, a cordialidade e a imaginação” fazem “grande” o Brasil (AMADO, 1977, p. 19). Há um *excesso* (BHABHA, 1992) que marca o corpo negro. Um corpo descrito pela sua superfície, a presença negra é grifada pelo

fêter, jouer. Il a apporté à la nouvelle culture un rythme, une énergie vitale immédiatement reconnaissables”. (AMADO, Reproduzido de O Correio da UNESCO, 1989, p. 6).

²⁵² Amado cita autores “mulatos” como Machado de Assis e Gregório de Matos.

²⁵³ Quando perguntado qual a imagem de esperança Amado responde: “*L’image du carnaval. Tous ces blonds, ces bruns, ces noirs, qui parlent parfois de séparation entre les races mais qui se retrouvent, se mêlent, dansent ensemble, et finalement se marient entre eux !*” (AMADO, Reproduzido de O Correio da UNESCO, 1989, p. 7).

excesso, por uma medida que não é previamente definida, mas que está no lugar da “resistência” que se soma a “um riso”, “um movimento” a mais, sempre um algo a mais. Bhabha descreve o que gira envolto ao “corpo [que] se encontra sempre e simultaneamente inscrito tanto na economia do prazer e do desejo quanto na do discurso da dominação e do poder” (BHABHA, 1992, p. 180).

Aqui se percebe os modos de produção da estereotipia do corpo negro. Fanon (2008) identifica que a estereotipia no contexto colonial é baseada em hierarquizações raciais, a ênfase é dada nas formas pelas quais o corpo negro é representado, ora pela brutalidade e pela violência, ora pelo exótico. Se no período colonial o corpo negro trazia em si a marca da impureza, em Freyre e Amado são atribuídos outras textualidades. Os autores produzem outro tipo de representação estereotipada. A “resistência”, o “riso”, o “sabor”²⁵⁴, o “sangue negro” são como *artefatos* desse corpo que ao serem metaforizados como em uma tela adquirem textualidade de modo tal que podem ser “lidos” ou “audíveis” por esse corpo que “fala”. Outra vez o sujeito racializado, incorrendo em todas as narrativas “materializadas” no corpo negro. Essa figura é a representação desse tipo de pensamento, é como um personagem, uma imagem única e generalizada. Fazem referência ao conhecimento de um “esquema corporal” como conceituado por Fanon “em terceira pessoa [...] em torno do corpo reina uma atmosfera densa de incertezas” (FANON, 2008, p. 104). São nas diversas combinações, nas qualidades simbolizadas no corpo onde habita a ambiguidade, as narrativas que contemporaneamente estão disponíveis e sendo reencenadas.

Os discursos estereotipados produzem “*imagens*” que afetam os “processos de subjetividade” (BHABHA, 1992, p. 178). É possível encontrar nessa semântica os mesmos elementos utilizados no discurso colonial que quando fala do colonizado o faz sempre em demasia. O que Freyre e Amado de alguma maneira rompem é a utilização política do discurso da convivência com pessoas pertencentes a grupos racialmente diferentes. O mesmo discurso que faz uma diferenciação entre “*nós*” e “*eles*” em outros contextos e formações nacionais é reutilizado com outras roupagens, a distinção não deve ser um elemento de

²⁵⁴ Há toda uma construção metafórica que refere o corpo ao paladar, aos temperos, sobretudo em relação ao corpo das mulheres negras desse corpo lascivo de “sabor” diferenciado.

separação, mas o da união, da “mistura”. Essa perspectiva freyreana de país “racial e culturalmente miscigenado” tornou-se para o Estado brasileiro uma “ideologia não oficial” (SCHWARCZ, 1993, p. 325).

Ao motivarem uma possibilidade de integração, as ideias publicadas nestes textos se alinham à proposta da UNESCO, especialmente no contexto de formação das nações africanas. Para Guimarães (2009) esses autores auxiliam na composição da narrativa que fundamenta a modernidade brasileira, na qual figura “um destino nacional comum na superação do racismo e na valorização da herança cultural em uso pelos negros e caboclos brasileiros” (GUIMARÃES, 2009, p. 64).

Em 1986, o Brasil aparece novamente em destaque em uma edição completa dedicada ao “gigante do século 20”²⁵⁵. A perspectiva de um modelo de relações raciais mantém-se em textos variados²⁵⁶ com toda a narrativa do país de “cultura original, que respeita os usos, as crenças e os costumes das diferentes etnias que compõem a sua população” (O Correio da UNESCO, 1986, p. 3). É na demonstração dos aspectos mais “originais e menos conhecidos” que se objetiva desfazer imagens “falseadas e às vezes falsamente pitorescas que pode dar a indústria do turismo” (O Correio da UNESCO, 1986, p. 3). Dentre os textos que buscam descrever as características específicas do Brasil, alguns se voltam à narrativa da formação étnico-racial da nação brasileira, como o do cientista social Carlos R. Brandão que aborda a influência de cada grupo na formação da cultura brasileira verificada sobretudo pela mestiçagem.

²⁵⁵ Brésil géant du 20^e siècle. *O Correio da UNESCO*, 1986, Ano XXXIX, N° 12, pp. 4-46.

²⁵⁶MELLO, T. *Le pays du soleil et la patrie de l'eau*; GARDAZ, E. *Une terre d'accueil*; NEPOMUCENO, E. *Un géant et ses voisins*; CASTILHO, C. *Caraïbes: parents proches, parents lointains*; FREYRE, G. *Retour en Afrique*; MOTA, A. V. *Le théâtre Noir, éveil d'une conscience*; BRANDÃO, C. R. *Indiens, Noirs et Blancs: Les trois groupes qui ont créé le Brésil*; PISA, C. *La 'littérature de cordel'*; SAUDUY, S. *Le choc de la poésie concrète*; SOUZA, T. *La musique, langue populaire*; PARANAGUÁ, P. A. *Cinema Novo: une révolution culturelle*; CRISTOVÃO, F. A. *L'influence brésilienne au Portugal; Hommage à Paulo Freire*.



Figura 16 - Capa da revista *O Correio da UNESCO*, de dezembro de 1986, consagrado ao Brasil.
© UNESCO/1986.

Assim, utilizando-se das mesmas narrativas incessantemente repetidas de país com “*imensas riquezas culturais*”, “*dinamismo*” que enfrenta problemas demográficos, econômicos, mas diz com orgulho que “*Deus é brasileiro*” (O Correio da UNESCO, 1986, p. 3). Os textos são ilustrados por mapas, gravuras, fotografias e imagens de capas de obras clássicas da literatura brasileira. As relações internacionais, os aspectos geográficos, a história pregressa brasileira, a esfera cultural²⁵⁷, a música são tratados nos textos. Ao final há uma lista de obras²⁵⁸ que são traduzidas em outras línguas para “apreciação internacional” (O Correio da UNESCO, 1986, p. 39).

Em 1979, no Ano Internacional da Criança, a revista publica uma edição que debate o efeito dos “meios de informação”, cinema, televisão, livros, materiais didáticos sobre a personalidade das crianças²⁵⁹. Os textos são apresentados como resultado de um encontro sobre o racismo nos livros escolares realizado na Alemanha em 1978²⁶⁰. Dentre os textos voltados a este tema, dois são dedicados a debater o modo como o preconceito racial é esboçado no “espírito das crianças”, por intermédio especificamente dos livros escolares (O Correio da UNESCO, 1979). O primeiro texto, do educador cubano Hugo O. Ortega aborda os efeitos dos estereótipos utilizados em países da América Latina, analisando de que maneira os livros retratam os povos indígenas²⁶¹. Ortega destaca que é o léxico da “*descoberta*” como uma “concepção historiográfica europeia” que predomina nos livros didáticos para as crianças (ORTEGA, 1979, p. 28). Após apresentar diferentes exemplos das formas pelas quais os indígenas e os brancos são retratados nos livros, denomina que tal forma de escrita é baseada no

²⁵⁷ Dois destaques são feitos sobre os textos. Carlos Castilho cita Maria Carolina de Jesus que retratou a vida nas favelas ao lado de um cartaz da novela Escrava Isaura que se tornara um sucesso exportado para vários outros países (CASTILHO, 1986, p.16). O texto de Ático Vilas-Boas da Mota faz referência ao teatro negro brasileiro com destaque ao Teatro Experimental do Negro (TEN) descrito como um movimento de tomada de consciência dos negros que buscam produzir outra imagem de si mesmos. Mota coloca de forma equivalente o TEN como a Semana de Arte Moderna de 1922 (MOTA, 1986).

²⁵⁸ No quadro do programa “*Coleção UNESCO de obras representativas*” foram traduzidas para o francês e o inglês Macunaíma, de Mario de Andrade, O mulato de Aluizio Azevedo, Iracema de José de Alencar, entre outros.

²⁵⁹ L'enfant et l'image du monde. *O Correio da UNESCO*, 1979, Ano XXXII, Nº 3, pp. 4-33.

²⁶⁰ Evento realizado pelo Conselho Ecumênico das Igrejas “Le racisme dans les livres scolaires à l'usage des enfants”, Arnoldschain, República Federal da Alemanha, 1978.

²⁶¹ ORTEGA, O. H. Les stereotypes, un miroir deformant: le racisme dans les manuels scolaires. *O Correio da UNESCO*, 1979, Ano XXXII, Nº 3, pp. 28-30.

“genocídio cultural”. O segundo texto, do educador Beryle Banfield²⁶², aponta a maneira caricatural com a qual os livros tratam os povos indígenas e, por seu turno, o resultado dessa representação que influencia e abre precedente para que as crianças internalizem ideias racializadas sobre estes povos (BANFIELD, 1979, p. 71).

Em 1992, o tema do apartheid reaparece no periódico sendo apresentado como “a crônica de um fim anunciado”. A edição é iniciada com uma descrição das atividades da UNESCO sobre a matéria e, posteriormente, apresenta uma entrevista com o historiador burquinense Joseph Ki-Zerbo sobre a elaboração da coleção História Geral da África²⁶³. Ki-Zerbo alerta sobre o cuidado com a metodologia na elaboração de uma história sobre o continente africano, além disso, descreve exemplos que podem auxiliar a escrita de uma história africana e destaca que o colonialismo operou uma ruptura na história da África (KI-ZERBO, 1992, p. 8). Segundo Ki-Zerbo, tal movimento adentra a estrutura social de modo violento por romper com os elementos de ligação de um indivíduo com seu grupo de pertença, ao impedir que possa falar sua língua, proferir seus cultos próprios, se movimentar no espaço. No entanto, mesmo sob a colonização, muitas sociedades africanas lograram manter alguns de seus elementos culturais e potencializar estratégias de resistência.

Os textos destacam aspectos históricos do *apartheid*, bem como sua estrutura política interna. O artigo da cientista política canadense Francine Fournier sobre as ações da UNESCO contra o *apartheid*, por exemplo, destaca a pesquisa conduzida no interior do Programa de Pesquisa em Ciências Sociais para determinar os efeitos do *apartheid* nos campos da “cultura, da ciência e da educação” com objetivo de esclarecer “o que se passa realmente na África do

²⁶² BANFIELD, B. Où commence le racisme: le racisme dans les manuels scolaires [Onde começa o racismo: o racismo nos manuais escolares]. *O Correio da UNESCO*, 1979, Ano XXXII, Nº 3, p. 31.

²⁶³ Uma edição especial sobre a História da África com alguns dos pesquisadores que tiveram artigos publicados na Coleção História Geral da África foi publicada em agosto de 1979. Entre os textos dedicados ao debate metodológico da Coleção destacam-se textos de Joseph Ki-Zerbo, Amadou Hampâté Bâ e Amadou-Mahtar M’Bow. Ao final há uma descrição dos objetivos com a coleção de abordar a história das civilizações, das sociedades e das instituições, e de se constituir como uma obra de síntese considerando as diversas correntes de pesquisa sobre a África. *O Correio da UNESCO*, L’Afrique et son histoire. Ano XXXII, Nº 8/9, 1992, pp. 8-13.

Sul”²⁶⁴ (FOURNIER, 1992, p. 44), ressalte-se que os dados dessa pesquisa foram intensamente reproduzidos em várias edições da revista. Em seguida apresenta uma cronologia de fatos ocorridos na África do Sul, desde a chegada da Companhia Holandesa das Índias Orientais em 1652, percorrendo as datas marcadas por conflitos entre negros e brancos até as ações das Nações Unidas nos anos 1990, entre elas, a indicação de boicote da comunidade internacional.

Articular o *apartheid* ao contexto colonial é uma estratégia para identificar os modos como tais práticas figuram nas páginas de *O Correio da UNESCO*, na medida em que informam a maneira como o *apartheid* se constituiu em uma forma específica de colonialismo por incidir de modo estrutural em um contexto social. O *apartheid* assemelhou-se ao colonialismo por utilizar de um aparelho burocrático que se verteu em legislações e, embora se utilizasse da ciência para justificar as ações, se equiparou a um aparato mais diretivo, os argumentos utilizados para sua sustentação não negavam a possibilidade de “desenvolvimento”, mas tão somente se cada um se mantivesse fisicamente “em seu lugar”. Nessa analítica tal forma de organização é determinante, pois o *apartheid* mesclava em seu princípio o modo de incidência e disposição física das pessoas. O poder de definir para onde ir e com quem se relacionar opera uma fratura no corpo físico e social. Ainda que o *apartheid* não tenha funcionado somente com esta habilidade, foi emblemática a articulação da violência física e simbólica. É no contexto pós-colonial que as recentes nações emergiam em ação política diante das ações da UNESCO, apresentando contrapropostas e exigindo um posicionamento mais diretivo, assim, desafiando os pressupostos que fundamentavam o racismo.

4.5 Os autores e suas disciplinas definem as bases conceituais do racismo

O debate sobre o *apartheid* tornou-se tema central das Conferências Mundiais Contra o Racismo e a Discriminação Racial realizada sob os auspícios da ONU. Durante os anos 1980 e 1990, as temáticas que permanecem no *Correio*

²⁶⁴ Pesquisa denominada “*L’apartheid: ses effets sur l’éducation, la science, la culture et l’information*”, UNESCO, 1967. FOURNIER, F. L’Action de l’UNESCO. In: *O Correio da UNESCO*, Ano XLV, Nº 2, 1992, pp. 44-46.

da UNESCO continuam centradas na luta contra o racismo através da ciência. A divulgação de pesquisas científicas mantém-se como tarefa da agência considerando que ela continua a publicar de forma repetitiva os dados e resultados de pesquisas. O objetivo era consagrar o argumento de que a existência da ideia de raça sustentava o racismo e ainda desfazer os princípios que amparavam a política de segregação configurada como um tipo de racismo institucional ainda em vigor, naquele momento, do ponto de vista legal. Na mesma medida, busca afirmar a unidade da espécie humana de modo a concretizar a noção de humano universal, buscando consolidar uma conceituação de humanidade única e indivisível. Sendo assim, o *apartheid* era lido como um acontecimento dos elementos que compõem “um novo momento da racialização das relações raciais” (SILVÉRIO, 1999) iniciado após a Segunda Guerra Mundial.

Na edição de maio de 1981, Albert Jacquard, geneticista francês que compunha o grupo de estudiosos da UNESCO sobre a questão racial, publica um texto com o nome de um colóquio realizado em Atenas²⁶⁵ cujo objetivo foi o exame de teorias racialistas que justificam o racismo e a discriminação racial²⁶⁶ (JACQUARD, 1981). Jacquard afirma no texto alguns dos pressupostos definidos no colóquio, como o caráter do comportamento racista compreendido como o ato de desprezar o outro pelo pertencimento a um grupo racial ou étnico diferente (*Op. cit.*, p. 23). Jacquard atribui uma função capital à ciência a qual deveria ser utilizada na luta contra o racismo em substituição aos “argumentos do coração” (*Op. cit.* p. 24).

No encontro de Atenas, integrado ao *Programa da UNESCO consagrado a luta contra o racismo e a discriminação racial*²⁶⁷ reuniram-se “eminentes personalidades científicas” entre biólogos, geneticistas, antropólogos, sociólogos, psicólogos, historiadores de vários países que debateram o caráter do racismo e da concepção de raça. Os estudiosos sustentaram a tese segundo a qual a unidade humana deve ser incontestável. O documento originado do encontro apresenta uma mescla entre os saberes atrelados ao campo da biologia e da sociologia,

²⁶⁵ JACQUARD, A. Science pseudo-science et racisme. *O Correio da UNESCO*, Ano XXXIV, Nº 5, 1981. pp. 23-27.

²⁶⁶ UNESCO, *l'Appel d'Athènes : des hommes des sciences contre le racisme*. Atenas, 1981.

²⁶⁷ Programa integrado a Divisão dos direitos do homem e da paz da UNESCO junto a Fundação dos direitos do homem de Atenas.

campos centrais a partir dos quais se travou uma disputa no interior da UNESCO no que se refere à temática do racismo.

Um informativo sobre o encontro de Atenas publicado em 1982 de autoria do geneticista francês Philippe Leifat, expõe um apelo aos cientistas para separar definitivamente a articulação entre racismo e ciência²⁶⁸. O texto dividido em cinco tópicos²⁶⁹ distribuídos em itens de acordo com as temáticas tratadas no encontro é fundamentado nas ideias apresentadas nas falas dos estudiosos presentes. De maneira geral, os itens selecionados por Leifat apontam a permanência do racismo como prática e como ideologia, e que a utilização de raça como critério de seleção e de classificação é arbitrária. Ainda se descreve no texto a função da biologia como afirmação da diversidade genética no interior da unidade humana, afirmando que a humanidade como conjunto único e diverso²⁷⁰ e da prova de que não há correlação entre fatores genéticos e comportamentos determinados (LEIFAT, 1982, p. 8). O historiador e antropólogo senegalês Cheik Anta Diop, em sua comunicação neste colóquio, sobre a unidade da origem da espécie humana, problematiza a questão em outra esfera, ao introduzir o fato de que é pelo fenótipo, ou seja, pelos aspectos físicos que raça é construída na história e as relações sociais²⁷¹, de modo que se deve reeducar a percepção do ser humano (DIOP, 1981, p. 18)²⁷².

Ao final do informativo, apresenta-se o documento final decorrente do evento no qual se constata o reconhecimento da permanência do racismo e a preocupação em se recorrer à ciência para justificar as diferenças humanas por critérios hierárquicos, assim como ocorreu no século XIX.

²⁶⁸ LEIFAT, P. *Science et racisme: un mariage contre nature*. UNESCO, 1982, p.35.

²⁶⁹ Com os capítulos: *Races? Quelles races?*; *La violence: elle se fabrique!*; *Mesurer l'esprit et l'intelligence: risques et limites de la psychologie*; *Face au racisme, une impérieuse nécessité: la tolérance*; *Science et racisme: le monstrueux mariage* “*Raças ?*” (Reproduzido do Informativo *Science et racisme: un mariage contre nature*, LEIFAT, 1982).

²⁷⁰ “*L’humanité, ensemble unique; l’humanité, ensemble divers*” (Reproduzido do Informativo *Science et racisme: un mariage contre nature*, LEIFAT, 1982, p. 8).

²⁷¹ “*C’est au niveau du phénotype, c’est-à-dire des apparences physiques que la notion de race intervient dans l’histoire et dans les relations sociales: peu importe qu’un Zoulou soit, au niveau de son stock génétique, plus proche de VORSTER9 qu’un Suédois, dès l’instant qu’il a la peau noire*” (DIOP, 1981, p. 18). DIOP, C. A. Unité d’origine de l’espèce humaine. In: *Racisme, science et pseudo-science*, Collection Actuel - UNESCO, 1982, pp. 137-141.

²⁷² “*Donc, le problème est de rééduquer notre perception de l’être humain, pour qu’elle se détache de l’apparence raciale et se polarise sur l’humain débarrassé de toutes coordonnées ethniques*” (DIOP, *op. cit.*).

O documento elaborado a partir do encontro²⁷³ aponta que mesmo após as declarações e ações da UNESCO no campo do conhecimento, o racismo permanecia como um “mal que prossegue” sendo ainda naquele momento sustentado pela ciência do mesmo modo que ocorrera no século XIX. No documento de Atenas é dado destaque ao modo como a cultura poderia auxiliar para a compreensão dos comportamentos humanos. O texto reafirma a incapacidade de uma categorização sobre as diferenças humanas baseada no termo raça e condena a utilização das ciências biológicas na busca de identificar as diferenças humanas e associá-las com elementos de inferioridade e superioridade. Em relação à definição de racismo o documento assevera tratar-se de um fenômeno com múltiplos fatores de emergência econômicos, políticos, históricos, culturais e somente uma ação conjunta sobre esses fatores poderia combater o racismo.

O texto, sendo uma mescla das definições dadas pelas áreas da biologia, da psicologia e das ciências sociais, afigura-se como reflexo da reatualização da prática da UNESCO de se pautar na ciência para afirmar a humanidade universal e a tolerância com as diferenças. Destaca, ainda, o papel fundamental de difundir uma “*verdadeira atitude científica*” no combate ao racismo. A necessidade de continuar realizando encontros e textos desta natureza atesta a política da UNESCO primeiramente, de direcionar a função do combate ao racismo aos cientistas, e ainda, de definir na agenda das nações a maneira de realização do debate sobre o racismo, por meio dos sistemas educativos, medida que constitui a plataforma antirracista da UNESCO.

²⁷³ UNESCO, l'UNESCO et la lutte contre Le racisme. L'Appel d'Athènes, avril 1981. Assinam o documento: M. A.C. BAYONAS (Grécia) historiador e filósofo; M. T. BEN JELLOUN (Marrocos), filósofo e escritor; M. J. BJORNEBYE (Noruega) filósofo; M. A. BOUHDIBA (Tunísia) sociólogo; M. H. CONDAMINE (França), geneticista; M. E. CZEIZEL (Hungria), geneticista; M. M. DIABATE (Costa do Marfim), étno-sociólogo; M. C.A. DIOP (Senegal), antropólogo; M. R. DROZ (Suíça), psicólogo; M. M. FRAGINAL (Cuba), etnólogo; M. S. GENOVES (México), antropólogo; M. A. JACQUARD (França), geneticista e matemático; M. J. KI-ZERBO (Alto-Volta), historiador; M.C.B. KRIMBAS (Grécia), geneticista; M. E. NEVO (Israel), geneticista; M. H. TAWA (Líbano), historiador e matemático; M.D. TRICHOPOULOS (Grécia), professor de medicina; M. T. TSUNODA (Japão), professor de medicina; M. P. VEGLERIS (Grécia), advogado e professor de direito; M. L.P. VIDYARTHI (Índia), antropólogo; M. G. WALD (USA), prêmio Nobel de medicina; Mme A. YOTOPOULOS MARANGOPOULOS (Grécia), presidente da Fundação pelos direitos do homem de Atenas; Mme I.M. ZOLOTAREVA (URSS), antropólogo.

Em maio de 1982, uma edição especial sobre o legado de Darwin é publicada, em um dos textos sobre a relação entre a obra do autor e o racismo²⁷⁴ de autoria de Juan Comas, há a retomada pela história da ciência de determinados autores e suas obras que acabaram sendo incorporadas para o pensamento das desigualdades raciais. Isso auxiliaria a pensar como a ciência esteve a serviço da construção do racismo. O autor afirma que a apropriação das ideias darwinianas nomeadas de darwinismo social é um equívoco, o autor as criou estritamente do ponto de vista biológico.

O *apartheid* continuava sendo o grande desafio das lutas travadas pela UNESCO. Em janeiro de 1983 uma publicação sobre o planejamento da Organização entre os anos de 1984 e 1989 apresenta os itens de atenção da UNESCO²⁷⁵. O texto expõe os argumentos centrais das ações da UNESCO nesta matéria, o racismo que afeta a esfera cotidiana, os conflitos étnicos e de intolerância religiosa, veiculação de preconceitos na mídia e em outros veículos e o *apartheid*²⁷⁶. Os elementos da continuidade de um tipo específico de racismo integrado à política de governo como o da África do Sul, as já descritas justificativas para a efetivação do sistema como a imigração e aqueles que são colocados no lugar da metáfora do “bode expiatório” se perpetuam no texto. Há uma indicação de que os preconceitos ao serem veiculados pela mídia e pelos manuais escolares eram promovidos.

No mesmo ano, outra edição especial sobre o racismo²⁷⁷ trata dos aspectos teóricos e conceituais do racismo e as ações na África do Sul sob o regime do *apartheid*. Esta edição se destaca por apresentar o tema do racismo atrelado a outras temáticas, tais como a presença de diferentes culturas em um mesmo território nacional. No texto de apresentação uma questão é colocada pela

²⁷⁴ COMAS, J. Darwin et le racisme. *O Correio da UNESCO*, 1982, Ano XXXV, Nº 5, pp. 30-31.

²⁷⁵ O planejamento é definido de acordo com os programas da UNESCO: Os problemas mundiais reflexão e prospectiva; Educação para todos; A comunicação a serviço dos homens; As políticas da educação; Educação, formação e sociedade; As ciências e sua aplicação ao desenvolvimento; Sistemas de educação e acesso ao conhecimento; Princípios, métodos e estratégias de ação para o desenvolvimento; Ciência, tecnologia e sociedade, Meio ambiente humano e fontes terrestres e marítimas; A cultura e o futuro; Preconceitos, intolerância, racismo, apartheid; Paz, compreensão internacional, direitos do homem e direitos dos povos e, por fim, A condição das mulheres. *O Correio da UNESCO*, 1986, Ano XXXVI, Nº 11, p. 3. .

²⁷⁶Prejugé, intolerance, racisme, Apartheid. *O Correio da UNESCO*, 1983, Ano XXXVI, Nº 11, pp. 28-29. .

²⁷⁷ Racisme, racismes. *O Correio da UNESCO*, 1983, Ano XXXVI, Nº 11, pp. 4-33.

repercussão do tema internamente na UNESCO e também no debate externo, que se refere ao fato do tema do racismo figurar tantas vezes no periódico, como resposta está o reconhecimento da continuidade de manifestações discriminatórias e preconceituosas²⁷⁸. A apresentação faz referência ao papel objetivo da ciência que não deve se furtar à neutralidade diante dos casos de racismo que ainda eram registrados (O Correio da UNESCO, 1983).

Os textos são alocados em eixos temáticos nos quais se agrupam as questões que orientam a construção das ideias desenvolvidas nos artigos sobre a construção e a propagação do racismo²⁷⁹. No texto do etnólogo francês Michel Leiris²⁸⁰ sobre a construção do preconceito racial é mencionada sua recente origem. Segundo Leiris o preconceito pressupõe a crença, fundamentada culturalmente, na existência de uma diferenciação entre os grupos, que segundo o autor não são de ordem biológica, mas cultural (LEIRIS, 1983, p. 5). Descreve, também, exemplos de utilização da ciência para justificação de atitudes baseadas no preconceito racial.

O texto do etnólogo Mikhaïl V. Kriukov²⁸¹ partilha das questões sobre os aspectos científicos do racismo e aponta que a desigualdade étnica somente poderia existir de forma adjacente à desigualdade social. Kriukov utiliza exemplos de sociedades como a egípcia, grega, chinesa para atestar a construção histórica e social do preconceito. Em seguida, são apresentadas conclusões de um congresso, realizado no mesmo ano, cujo objetivo foi pensar a prática do genocídio em diferentes contextos (KRIUKOV, 1983, p. 6).

Na sequência, o texto do escritor de franco-tunisiano Albert Memmi²⁸² introduzido no eixo de análise sobre a constituição do racismo naquele contexto, retoma as teses que seriam utilizadas para justificar o racismo, afirmando que as pesquisas apontavam que os conceitos que as justificam não possuíam sustentação

²⁷⁸ “*Porquoi le racisme, forme évidente de la barbarie, doit-il faire l’objet d’une attention constante, périodiquement réaffirmée ?* » O Correio da UNESCO, Ano XXXVI, Nº11, 1983.

²⁷⁹ Os eixos estão divididos em seis pontos: “Os dogmas da desigualdade dos homens e das raças ao longo da história; O racismo no mundo contemporâneo; O apartheid: o racismo colonial institucionalizado; Racismo virulento, racismo latente; O racismo e a ciência; Preparar o futuro”. O Correio da UNESCO, 1983, Ano XXXVI, Nº 11, p. 6-8.

²⁸⁰ LEIRIS, M. *Le préjugé de race*. O Correio da UNESCO, Ano XXXVI, Nº 9, 1983, pp. 4-6. .

²⁸¹ KRIUKOV, M.V. *Les sources des idées racistes*. O Correio da UNESCO, Ano XXXVI, Nº 9, 1983, pp. 6-8.

²⁸² MEMMI, A. *Heterophobie et racismes*. O Correio da UNESCO, Ano XXXVI, Nº 9, 1983, pp. 11-13.

científica. O autor identifica que os discursos racistas construídos a partir de dados culturais e sociais preexistentes fundamentavam a continuidade do racismo (MEMMI, 1983, p. 11). Memmi introduz o termo heterofobia em substituição ao termo racismo, que por sua carga conceitual e histórica teria chegado ao limite para conceituar o efeito do medo da diferença seja cultural, racial ou outra, para justificar o preconceito nomeado como uma prática heterofóbica. Desse modo, Memmi adota uma definição de racismo então aprovada pela UNESCO que se pauta na ideia de valorização de um grupo em detrimento de outro, o qual passa a ser alvo de ataques e ofensas. Discorre ainda sobre o emprego do termo racismo para outros tipos de discriminação como em relação às mulheres, afirmando que o mais indicado é o termo heterofobia, conceituado como a recusa ao outro que possui determinada diferença.

O historiador britânico Basil Davidson aborda o *apartheid* como um tipo de dominação que se enquadrava como efeito de um tipo de racismo que atuou como motor da política colonial, e aponta de modo factual sua constituição na África do Sul (BASIL, 1983, p. 15)²⁸³. Em relação à análise do caráter do racismo, o texto do escritor franco-marroquino Tahar Ben Jelloun²⁸⁴ aponta que o racismo atua como ideologia em um tipo de comportamento em relação ao Outro e sua diferença (JELLOUN, 1983, p. 22).

O texto da socióloga Maria do Céu Carmo Reis²⁸⁵ retoma alguns aspectos sobre a luta contra o racismo e as mudanças no campo político e teórico para compreensão do racismo, dentre os quais ganha destaque a avaliação de como o indivíduo se torna sujeito e o papel crucial da educação nesse processo. A autora coloca a questão sobre os processos que levam à rejeição da alteridade, de qualquer diferença que o outro possua isso coloca no centro da resposta à pergunta o debate sobre cultura. Envereda pelo debate do direito à diferença e a questão da identidade nacional, considerando experiências locais como a dos negros nos EUA (REIS, 1983, p. 29).

²⁸³ DAVIDSON, B. *L'histoire de la honte. O Correio da UNESCO*, Ano XXXVI, Nº 11, 1983 pp. 14-16.

²⁸⁴ BEN JELLOUN, T. *Image du soi, image d'autre. O Correio da UNESCO*, Ano XXXVI, Nº 11, 1983, pp. 25-27.

²⁸⁵ REIS, M. C. C. *La contre-attaque culturelle. O Correio da UNESCO*, Ano XXXVI, Nº 11, 1983, pp. 28-30.

Reis destaca que as questões a serem colocadas devem articular o pensamento entre a ação política e a reflexão científica, movimento no qual a educação teria papel fundamental. Aponta as bases do debate deflagrado no período posterior à Segunda Guerra Mundial em relação ao reconhecimento e a relação entre diversas culturas cuja base sedimentou a formação da UNESCO. Reis apresenta questões que se tornariam primordiais no debate sobre o racismo no campo político, a partir dos efeitos de acontecimentos históricos que modificaram em alguma medida a dinâmica de interpretação do racismo, como, por exemplo, a contracultura, o contexto de Maio de 1968 na França e ainda o movimento feminista (*Op. cit.*, p. 29). A autora coloca uma centralidade na educação, problematizando sua função e objetivos na medida em que pela educação seria possível compreender como o indivíduo reage ao racismo e como o fenômeno estrutura o meio em que o mesmo habita (*Op. cit.*, p. 30). Ao final do texto Reis destaca ainda o papel dos movimentos sociais que ao colocarem as problemáticas específicas de suas lutas afirmavam a pluralidade de culturas em um mesmo espaço nacional.

O texto do poeta e filósofo cubano Roberto Fernandes Retamar²⁸⁶ retoma o artigo de Jorge Amado publicado em 1977²⁸⁷ que discorre e exalta a mestiçagem brasileira. Retamar utiliza-se da mesma narrativa de Jorge Amado estabelecendo uma analogia com as Antilhas como lugar de integração de “culturas mestiças” (RETAMAR, 1983, p. 32). O autor destaca que a mestiçagem antes de ser racial é cultural, sobretudo pelo que mais se caracteriza como cultura, a música, a língua, os hábitos etc., elementos característicos da mestiçagem, espaço para criação da ideia de inexistência das raças, de trocas de culturas que são construções sociais e históricas. No entanto, a mestiçagem não é colocada como a saída para o fim do racismo. O autor emprega o termo integração como uma tradução de aculturação e assimilação e utiliza o termo “transculturização”, elaborado por Fernando Ortiz, para nomear a mestiçagem cultural como uma possibilidade de alternativa contra o racismo. A negritude como oposição ao racismo e um modo de afirmação e de

²⁸⁶ RETAMAR, R. *La métissage culturel : la fin du racisme ? O Correio da UNESCO*, Ano XXXVI, Nº 9, 1983, pp. 31-33.

²⁸⁷ AMADO, J. *Nous, peuple de métis*. O Correio da UNESCO, 1977, pp. 18-19.

identificação positiva aparece no texto com referência a Aimé Césaire, Frantz Fanon e Marcus Garvey (*Op. cit.*, p. 32).

Os artigos que conferiram um lugar especial à ciência nos informam a maneira pela qual as implicações de sua utilização sobrevêm no precedente de delineamento e da ampliação do debate sobre o racismo.

A publicação de uma edição dedicada ao trabalhador imigrante em 1985 traz a tônica que passaria a exercer uma inflexão no pensamento sobre a questão racial. O texto do sociólogo britânico Robert Miles indica uma mudança na orientação das análises acerca da questão racial, ao examinar o contexto de discriminação no Reino Unido, sua analítica se volta para os conflitos raciais acerca da imigração²⁸⁸ (MILES, 1985, p. 21). Essa perspectiva já se exprimia como pauta dos estudos sobre o racismo, no qual os conflitos seriam incentivados por conflitos advindos da presença de imigrados das antigas colônias no contexto europeu. A ampliação do emprego da palavra racismo para denominação de conflitos não apenas entre grupos racialmente, mas culturalmente distintos, adquire força nos artigos do periódico a partir do final da década de 1980 como um reflexo do debate no âmbito do pensamento social.

A articulação do racismo como uma forma de violência torna-se objeto de dois textos na edição de fevereiro de 1993. O primeiro texto do sociólogo francês Loïc Wacquant²⁸⁹ analisa diferentes atos violentos envolvendo imigrantes no contexto europeu afirmando que tais conflitos por abrangerem jovens pobres, filhos de “imigrantes de segunda geração”, de bairros periféricos passam a ser designados de “distúrbios raciais”.

Essa imagem de um rapaz jovem, pobre, imigrado ascende na análise como um “problema negro”, o emprego da descrição “negro” reforça essa imagem, a representação de que esta figura potencialmente poderá se envolver em um conflito que será então descrito como racial. Tal perspectiva contemporaneamente é revisitada na descrição dos conflitos “raciais” na Europa (DELTOMBE e RIGOUSTE, 2006). Wacquant identifica os anos 1980 como

²⁸⁸ MILES, R. La lutte contre la discrimination: Royaume-Uni. *O Correio da UNESCO*, Ano XXXVIII, N° 9, 1985, pp. 21-23.

²⁸⁹ WACQUANT, L. J. D. *Emeutes dans la ville*. *O Correio da UNESCO*, Ano XLVI, N° 2, 1993, pp. 8-12.

período no qual ocorreram conflitos “híbridos” com “protagonistas pluri-étnicos” (WACQUANT, 1993, p. 10). No entanto, estes protagonistas são vistos como “os desfavorecidos” que se opõem ao desemprego, à segregação e à discriminação e passam a reivindicar acesso aos bens materiais e simbólicos.

Em seguida, o também sociólogo Michel Wieviorka²⁹⁰, que coordenou a edição, estabelece uma ponderação conceitual na violência interpretada como racista, na medida em que o racismo não é apenas hostil. O autor estabelece uma diferença entre o racismo direto, o da violência física e o racismo expresso com base em preconceitos raciais. Para se caracterizar como racismo, há que se ter um conjunto de fatores que atuem simultaneamente. Descreve os motivos que possibilitariam uma atitude racista com base na medida de suprimir o outro que ameaça a homogeneidade ou a identidade de um grupo, que geraria um “racismo de tipo identitário” que se orienta na busca da afirmação de uma identidade universal, fato dificultado por sociedades cada vez mais multiculturais onde convivem várias identidades (WIEVIORKA, 1993, p. 14).

Na analítica de Wieviorka, o primeiro elemento que propicia a perpetuação do racismo reside na atitude do poder público mediante ao ato racista. A ausência de um poder público encoraja a possibilidade, seja individual ou coletiva, de exercer e divulgar atos racistas. O caráter racial estruturalmente impresso nas instituições, ao atingir o funcionamento dos estabelecimentos públicos, perpetuaria o racismo. Os atos racistas antes de serem concretos ocorrem como atos esparsos, “explosões” interpretadas como aparentemente sem ligação (*Op. cit.*, p. 14). Ainda como elementos que provocariam a ascensão de uma violência racial figuram a ascensão de identidades em um mesmo espaço, como as identidades étnicas ou religiosas (*Op. cit.*, p. 15).

Em 1994, *O Correio da UNESCO* publica uma edição especial sobre os 200 anos da primeira abolição institucional do escravismo negro²⁹¹. Com a questão que orienta a edição, o historiador congolês Elikia M’Bokolo²⁹² alerta

²⁹⁰ WIEVIORKA, M. *Les ruses du racisme. O Correio da UNESCO*, 1993, Ano XLVI, N° 2, pp. 13-15.

²⁹¹ 200 ans après sa première abolition l’esclavage um crime sans châtiment. *O Correio da UNESCO*, 1994, Ano XLVI, N° 2, 60p.

²⁹² M’BOKOLO. *Qui sont les responsables? O Correio da UNESCO*, 1994, Ano XLVI, N° 2, pp. 11-4.

para a controvérsia continuamente presente no debate a respeito da escravidão, nomeadamente, a participação de africanos no tráfico de escravizados. A pergunta antecipa o que seria a problemática central sobre as consequências do escravismo nos debates que seriam realizados em torno da adoção de reparações para as vítimas do escravismo. O historiador argumenta que a participação de europeus e africanos no tráfico de escravizados negros foi desigual, na medida em que o tráfico se constituiu em uma política de dominação fundada pelo recurso de uma ameaça armada (M'BOKOLO, 1994, p. 12).

Os textos dos historiadores senegalês M'Baye Gueye²⁹³ e caribenho Oruno D. Lara²⁹⁴ assinalam que entre os efeitos visíveis da economia política do tráfico de escravos está aquele sobre a demografia da África, na medida em que o índice de mortalidade afetou a população africana. Os demais textos descrevem aspectos específicos do tráfico de escravizados, os diferentes processos de abolição e a continuidade de um tipo de trabalho forçado naquele período análogo à condição de escravizado.

Na continuação, tem-se a entrevista com o jurista senegalês Doudou Diène sobre o projeto *A Rota do escravo* lançado pela UNESCO em 1994 do qual era coordenador e cujo objetivo era romper com o silêncio sobre o tráfico negreiro e, ainda, destacar de forma positiva as culturas criadas a partir da interação destes povos nos espaços diaspóricos²⁹⁵. A proposta apresentada destaca a finalidade de traçar o percurso do tráfico de escravizados e suas consequências políticas, culturais, sociais e econômicas tanto para as populações africanas como para os países que participaram ativamente do tráfico.

²⁹³ GUEYE, M.B. Le continent de la peur. *O Correio da UNESCO*, 1993, Ano XLVI, Nº 2, pp. 16-18.

²⁹⁴ LARA, O. D. Des outils que l'on fouette. *O Correio da UNESCO*, 1993, Ano XLVI, Nº 2, pp. 8-10.

²⁹⁵ O projeto foi lançado no quadro dos demais projetos temáticos Histórias Gerais e Regionais da UNESCO: "La route de la soie" (1988), "Les routes du fer en Afrique" (1995); "Histoire de l'humanité" (1952), "Histoire general de l'Afrique" (1964); "L'Histoire de civilisations de l'Asie centrale" (1987), "L'Histoire de Amérique Latine"; "Aspects de la culture islamique" e "L'Histoire générale des Caraïbes" (1987).

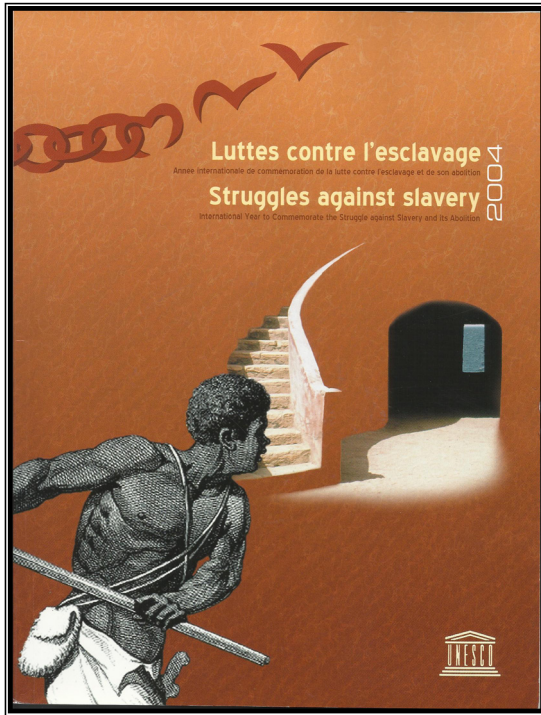


Figura 17 - Capa do portfólio “Luttes contre l’esclavage” referente ao Ano Internacional de comemoração da luta contra o escravismo e sua abolição em 2004. Katerina Stenou, editora. © UNESCO/La route de l’esclave/2004.

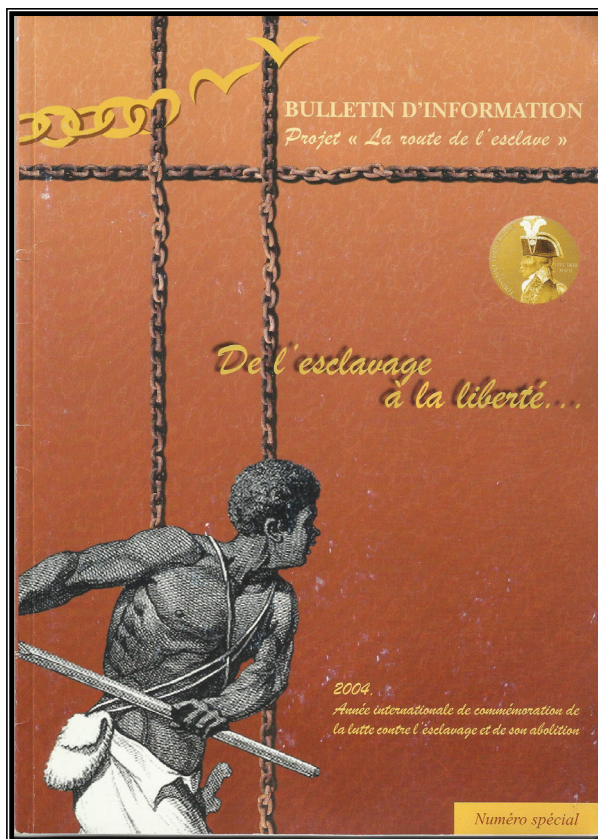


Figura 18 - Capa do portfólio “De l’esclavage à la liberté” referente ao Ano Internacional de comemoração da luta contra o escravismo e sua abolição em 2004. Katerina Stenou, editora. © UNESCO/La route de l’esclave/2004.

O projeto “*A Rota do escravo*” auxiliaria no reconhecimento oficial da escravização dos africanos como um crime contra humanidade em 2001. Doudou Diène afirma em um informativo sobre o projeto lançado em 1998, que o objetivo do projeto era oferecer a partir de um quadro científico qualificado os meios para a formulação de uma rigorosa pesquisa de fontes e dados para divulgar a história do tráfico de escravizados africanos, fundamentado em três eixos: verdade histórica, memória e diálogo intercultural (DIÈNE, 1998). De acordo com os objetivos do projeto, os resultados deverão se constituir na elaboração de materiais didáticos²⁹⁶.

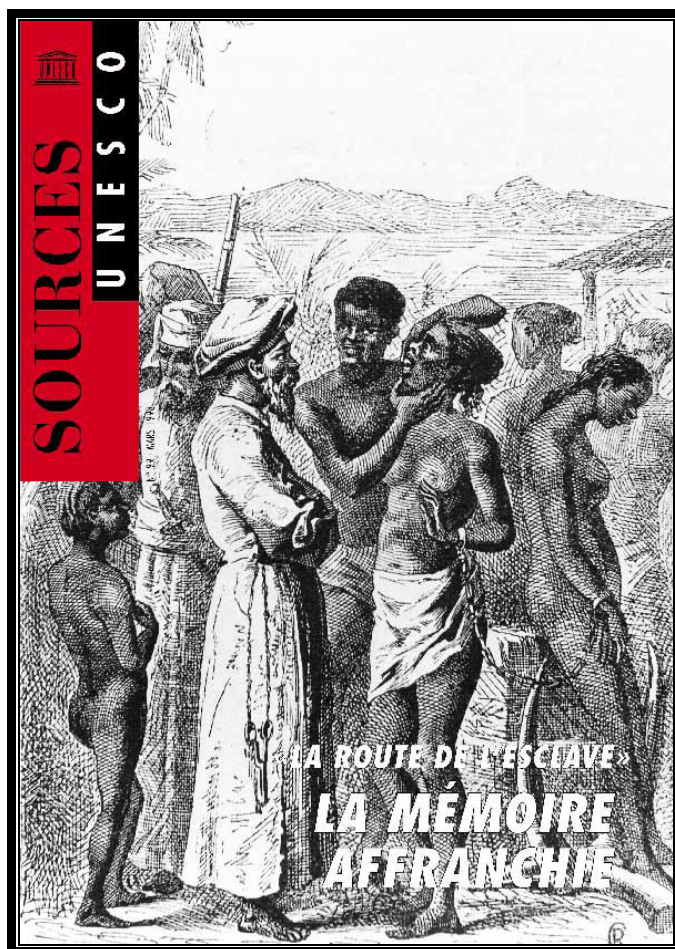


Figura 19 - Capa do informativo do projeto a Rota do Escravo. Reproduzido de Sources UNESCO de 1998. UNESCO. La route de l'esclave: la memoire affranchie. Sources UNESCO, Paris, 1998. © UNESCO/ Sources UNESCO/1998.

²⁹⁶ No interior do projeto pedagógico e educativo “*Briser le silence*” cujo objetivo é estabelecer entre uma rede de escolas e construção de materiais sobre o tráfico negreiro e oferecer cursos para formação de professores neste tema (Bulletin d’information spécial, 2004).

As demandas sobre reparações, a responsabilidade pelo tráfico de escravizados e a melhor compreensão de sua estrutura e atuação tornaram-se pauta política e teórica nos debates sobre a questão racial. De um panorama teórico colocam-se questões relacionadas à construção do conhecimento histórico sobre o tema e das disputas sobre o modo de constituição e transmissão da narrativa do fato. Daí deriva a vontade de “romper o silêncio”. Sob o ângulo político, o impacto do tráfico de escravizados africanos na constituição política das nações, sobretudo de modo crítico aquelas que lograram economicamente com tal empreendimento. E de modo propositivo, as reparações para além da proposta em si mesma, traziam a fundo a indagação de sua função e do legado daqueles que trazem no presente o irrefletido de um acontecimento que ainda é tangente.

O fim da política de segregação racial do apartheid na África do Sul, em 1994, representou um êxito no interior da UNESCO e das Nações Unidas. A posse de Nelson Mandela como primeiro presidente negro da África do Sul no pós-apartheid significou uma vitória no empreendimento das Nações Unidas. Isso que permitiu que a AGNU daquele ano aprovasse as credenciais da delegação sul-africana para reintegração ao sistema ONU – que tinha sido destituída de ser Estado-membro em 1960 – e retirasse o item *apartheid* de sua agenda de ações. Em paralelo, o Conselho de Segurança igualmente retirou o item e assegurou o fim das sanções econômicas recomendadas em 1985 e o reconhecimento de uma África do Sul “não-racial e democrática”²⁹⁷.

O racismo é novamente tema especial de uma edição em 1996, dirigida para a compreensão de sua “origem”²⁹⁸, considerando a continuidade de casos atribuídos ao fenômeno como demonstra o tom do debate. Novamente a publicação é organizada por Michel Wieviorka, que atribui ao racismo o sentido de um “corolário da modernidade”, efeito de uma “mundialização econômica” e do recrudescimento das “especificidades culturais” (WIEVIORKA, 1996, p. 10).

²⁹⁷ REDDY, E.S. *United Nations Against Apartheid: a chronology*, United Nations Centre Against Apartheid. Disponível em: <http://www.anc.org.za/un/un-chron./html> (SILVA, 2011, p. 61).

²⁹⁸ D’où vient Le racisme. *O Correio da UNESCO*, 1996, Ano 49^e, N° 3, pp. 3-50.

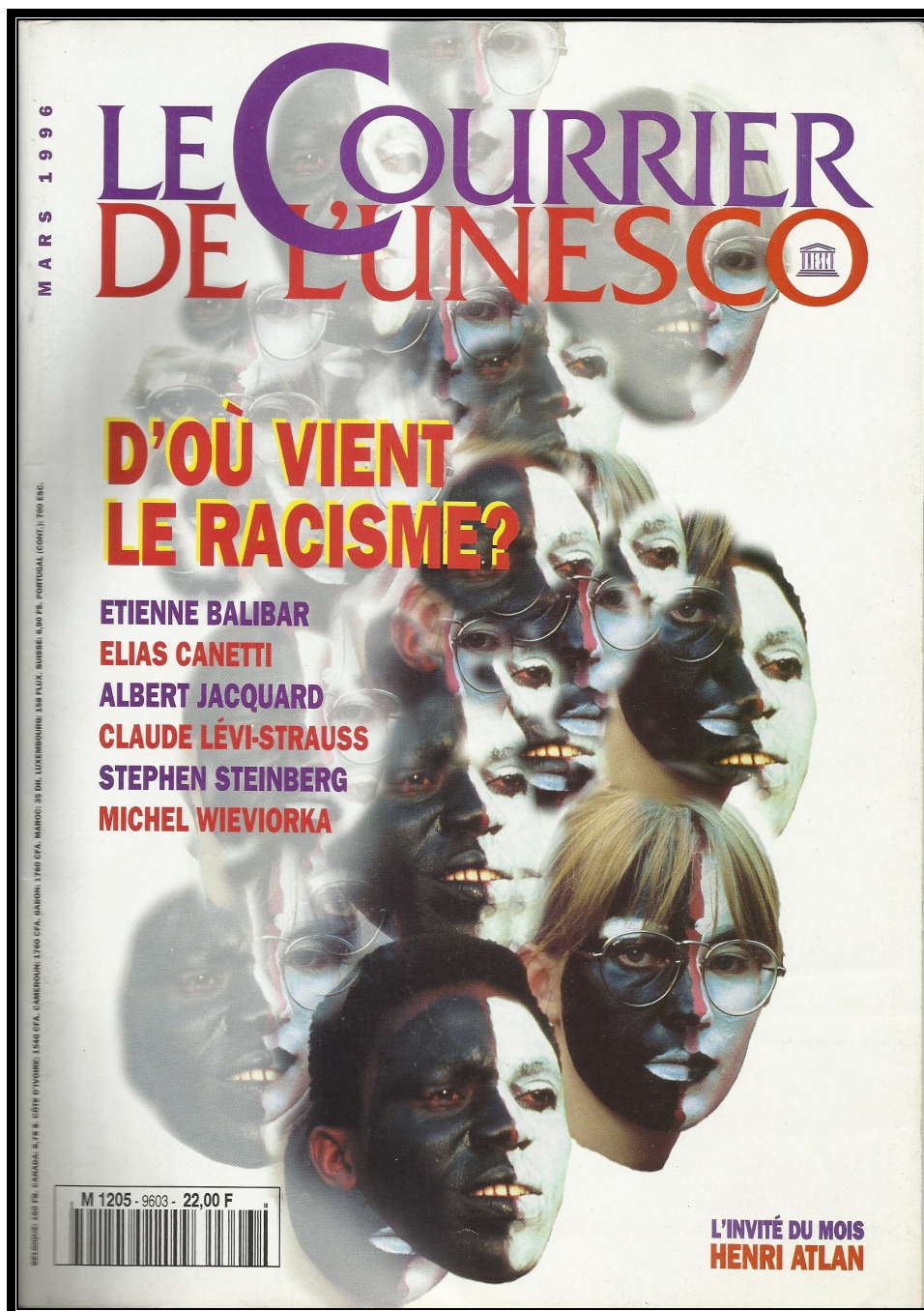


Figura 20 - Capa do periódico *O Correio da UNESCO* de Março de 1996, Ano 49e, N° 3, p. 50. “Visages de manifestants antiracistes” França, 1992. Montagem fotográfica de Eric Frogé e Georges Servat.

© Sygma, Paris (O Correio da UNESCO, 1996, p. 3).

© UNESCO/1996.

O dossiê²⁹⁹ é aberto com o texto do organizador no qual afirma que a mudança desencadeada no período posterior à Segunda Guerra Mundial, as descolonizações, o racismo colonial e o antissemitismo induziram a crença no fim do racismo em escala global, especialmente na Europa e, deste modo, estaria composto o caminho que permitiria a conclusão da modernidade³⁰⁰. No entanto, segundo Wieviorka, a partir dos anos 1970 a confiança de que o crescimento econômico aliado a uma organização política pautada na democracia culminaria na erradicação da pobreza e conseqüentemente na queda do racismo foi suplantada, fórmula que já nos anos 1960 dava sinais de fracasso. Mesmo considerando as especificidades locais dos países, já se identificava um novo desenho político devido ao recrudescimento de discursos em torno do nacionalismo. Questionamentos considerados antiquados acerca das formações nacionais, como culturas nacionais fortemente baseados em uma ideia de raça, consolidam-se a partir dos anos 1980, de modo que o racismo e o antissemitismo se tornam uma problemática fulcral no epicentro político europeu.

Wieviorka argumenta que aquele contexto já trazia certa unidade da problemática racial no espaço europeu dos anos 1990, emergindo junto a justificativas das questões socioeconômicas e de uma versão contemporânea de imigração que faz ascender uma tensão racial que coloca sobre os emigrados a culpa pelas crises econômicas e sociais. O autor descreve casos diversos de discriminação, alguns de cunho “xenófobos mais que racistas”, buscando denominar as causas que os reúnem e conferem-lhes certa unidade (WIEVIORKA, 1996, p. 12). A primeira justificativa é alocada na “crise da modernidade” cuja leitura é identificada por uma transformação na configuração social dada pelo deslocamento e na função do movimento trabalhador e dos sindicatos que se alteram a partir da mudança de uma economia industrial para pós-industrial. É nessa brecha deixada pela ação política dos trabalhadores que o

²⁹⁹ WIEVIORKA, M. *Les mutations de la haine* ; BALIBAR, E. *Racistes et antiracistes* ; STEINBERG, S. *L' 'affirmative action' aux Etats-Unis* ; JACQUARD, A. *Au regard de la science* ; REICHMANN, E. *'Sous le soleil noir du racisme' un entretien Imaginaire avec Elias Canetti* ; LÉVI-STRAUSS, C. *Race, histoire et culture*. Dossier Textes fondamentaux de l'Unesco: Pour la tolérance Race et préjugés raciaux. *O Correio da UNESCO*, 1996, Ano 49^e, N^o 3, pp. 10-13.

³⁰⁰ WIEVIORKA, M. *Les mutations de la haine* . *O Correio da UNESCO*, 1996, Ano 49^e, N^o 3, pp. 10-13.

racismo se instala, nos moldes da justificativa do “bode expiatório”³⁰¹ cuja hipótese é de que os conflitos sociais surgem em determinados momentos de crise econômica ou social (WIEVIORKA, 1996, p. 12). A mescla com os movimentos identitários de diversos matizes a partir dos anos 1970 modifica o contexto racial europeu, sobretudo pelo nacionalismo.

O texto do filósofo francês Etienne Balibar propõe o esboço de uma genealogia da palavra racismo em diversas teorias e na produção de conhecimento de pensadores europeus para caracterizar o antirracismo³⁰². Para Balibar é a polissemia de sentidos empregados para definir o racismo que permitiria sua continuidade, pelo modo como atua por um ideal que o indivíduo faz de si mesmo e a desvalorização do outro. Considerando o contexto europeu, afirma que o mesmo ocorre com o antirracismo por possuir uma origem xenófoba e essencialista (BALIBAR, 1996, p. 14). Essa esfera pode caracterizar certa forma ambivalente tanto no discurso antirracista, como no racista pela continuidade histórica que ambos os termos recorrem ao utilizar a noção de raça, ou seja, o fato de raça atuar como um “significante” em vários períodos históricos é que permitiu sua continuidade. A proposta de promover o universalismo no combate ao racismo é característica de uma ambivalência, na medida em que ambos os termos racismo e universalismo se fundamentam em uma noção de “singularidade absoluta” e “superioridade definitiva” (*Op. cit.*, p. 15).

Para Balibar a fragilidade do antirracismo se estabelece na leitura que não articula a existência de diferentes configurações “ideológicas sucessivas” que impedem a compreensão de diferentes formas de racismo (*Op. cit.*, p. 16). O autor afirma que a historicidade do racismo não seria consensual, especificamente pelas diferenças que caracterizam duas vertentes mais discutidas de racismo, a primeira relacionada ao antissemitismo e a segunda à emergência do “racismo moderno”

³⁰¹ Algumas problemáticas emergem da analítica que se pauta pelo uso da expressão “bode expiatório”, referente ao movimento em que um grupo se torna alvo em momentos de crise econômica e social. Primeiramente é que o contexto de utilização da expressão remonta a análise de um contexto histórico específico, basicamente que se refere às experiências de imigração nos países europeus com a chegada de trabalhadores que iriam realizar os trabalhos considerados ‘desqualificados’. Ao se utilizar o termo em outros contextos e realidades históricas cria-se uma problemática, pois o termo é pouco explicativo da permanência de discriminações nos períodos onde não há crise. Avaliando os diferentes contextos locais europeus Wieviorka se assenta no argumento da crise da modernidade, sobretudo de suas instituições.

³⁰² BALIBAR, E. Racistes et antiracistes. *O Correio da UNESCO*, 1996, Ano 49, Nº 3, pp. 14-16.

com a “descoberta das Américas no século XV” (*Op. cit.*, p. 16). Balibar destaca que para fins metodológicos deve-se atentar ao fato da existência de vários racismos, o que é fundamental para a descrição conceitual do antirracismo.

Em seguida, o debate sobre as Ações Afirmativas nos Estados Unidos é trazido no artigo do sociólogo Stephen Steinberg no qual descreve os acontecimentos a partir do movimento pelos direitos civis (STEIMBERG, 1996, p. 17)³⁰³. A publicação é finalizada com o texto *Race, histoire et culture*³⁰⁴ com trechos dos afamados textos proferidos por Lévi-Straus em 1952 e 1971.

Em 2001, sob a atmosfera da III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância em Durban, é publicado um dossiê questionando a existência do racismo, com textos que versavam sobre diversas experiências de racismo³⁰⁵.

As temáticas indicam a ampliação da utilização do termo racismo que “seus novos hábitos” que se dirigem às “faces ocultas” de suas vítimas, visto que há uma ampliação do alcance do racismo uma vez que ascende como terminologia empregada para nomear experiências de discriminação e preconceito de naturezas diversas. Entre as experiências discriminatórias relatadas como racismo estão os grupos indígenas do Chile, os “intocáveis”³⁰⁶ da Índia e do Japão³⁰⁷, a contínua segregação em países africanos, os imigrantes na Europa e a existência de preconceito racial no Brasil. Essas diversas experiências demonstram uma

³⁰³ STEIMBERG, S. ‘L’Afirmative action’ aux États-Unis. *O Correio da UNESCO*, 1996, Ano 49, Nº 3, pp. 14-16.

³⁰⁴ LÉVI-STRAUSS, C. *Race, histoire et culture*. *O Correio da UNESCO*, 1996, Ano 49, Nº 3, pp. 30-33. Em 2008, haveria uma nova publicação com a mescla destes textos, em uma edição especial sobre Lévi-Strauss. A edição de 2008 contém um texto de Lévi-Strauss no qual explica as suas relações com a UNESCO, suas efetivas participações e o momento em que a partir dos anos 1960 se retira das decisões políticas no interior da UNESCO para atuar como colaborador em momentos episódicos. Claude Lévi-Strauss: regards éloigné. *O Correio da UNESCO*, 2008, Nº 5, 54p. O texto seria também publicado no Bulletin des sciences sociales que se tornaria *Revue internationale des sciences sociales*.

³⁰⁵ Couleur, nation, caste, ethnie, race: pourquoi le racisme. *O Correio da UNESCO*, Ano 54, Nº9, 2001, 51p.

³⁰⁶ Há uma indicação de que o termo “intocáveis” [*intouchables*] (no sentido de serem ‘impuros’ segundo a estratificação de castas do sistema hindu) foi abolido em 1950 pela Constituição indiana, no entanto os *dalits* [*les brises*] cujo sentido é semelhante, porém politicamente apropriado entre os militantes *dalits* continua a ser empregado da mesma forma (GURU; SIDHVA, Inde: um apartheid cachê? 2001, p. 27).

³⁰⁷ No caso do Japão a problemática se assenta por um sistema semelhante de “castas invisíveis” na qual os *burakumin* ou *eta-hinin* traduzidos pela expressão “os muito sujos” [*les très sales*] representam o grupo que sofre um tipo específico de discriminação no contexto japonês (WERLY, *idem*, , p. 29)

pluralização no léxico do racismo, definido como uma prática de cunho racista que opera sobre outros grupos, seja pela cor da pele, pela nacionalidade, pela casta, pela religiosidade:



Figura 21 - Capa do periódico *O Correio da UNESCO* de Setembro de 2001, Ano 49e, Nº 3, p. 50.

Ilustração de capa “*We are one*”[*Nous sommes un*] de Fang Chen.Figura 4.13.

© Fang Chen, Shanghai, Sumário.

© UNESCO/2001.

Tal definição se alinha ao alargamento do termo ao incorporar elementos outros que passam a figurar como objetos de discriminação como a religiosidade, que passa a ser colocada como um aspecto de “diferença cultural” (O Correio da UNESCO, 2001, p. 16). O dossiê é apresentado em dois tópicos nos quais se alocam os textos, sobre as novas formas do racismo e os demais tipos de discriminação³⁰⁸. No primeiro tópico, os textos versam sobre formas específicas de racismo³⁰⁹ e o processo de constituição e queda do “racismo científico” (FREDRICKSON, 2001, p. 21)³¹⁰. Destaca-se entre os textos, o da jornalista brasileira Diane Kuperman sobre o fenômeno da democracia racial como um projeto político para embranquecer a população brasileira³¹¹. Kuperman atém-se ao debate acerca das disputas entre negros e brancos no mercado de trabalho e a continuidade das disputas no campo da contratação. Nota-se que o Brasil reaparece no periódico em relação à questão racial depois um período ausente.

Na mesma edição, o texto do cientista político senegalês Pierre Sané assinala o sucesso da Conferência em Durban, considerando a adesão dos países participantes, e do debate sobre a especificidade do racismo apontado pelos diversos movimentos que participaram do evento³¹². Desconsiderando as contendas ideológicas que pautaram a conferência e as acusações mútuas de racismo entre os países, sobretudo a Israel, e a saída das delegações americana e israelense da Conferência, nas páginas do *Correio da UNESCO* o encontro em Durban é visto como positivo.

³⁰⁸ Expressos no sumário que abre o dossiê coordenado por René Lefort e Ivan Briscoe: “1. Les nouveaux habits du racisme” e “2. Les visages cachés du racisme”. *O Correio da UNESCO*, Ano 54, Nº9, 2001 pp. 16-37.

³⁰⁹ REYES, A. A. Ces indiens qu'on ne voit pas. *O Correio da UNESCO*, Ano 54, Nº 9, 2001, pp. 18-20.

³¹⁰ FREDRICKSON, G. Fortune et decadence du racisme scientifique. *O Correio da UNESCO*, Ano 54, Nº 9, 2001, pp. 21-23.

³¹¹ KUPERMAN, D. Fausses notes dans la samba brésilienne. *O Correio da UNESCO*, Ano 54, Nº 9, 2001, pp. 24-26.

³¹² SANÉ, P. Si! La conférence de Durban a été un succès. *O Correio da UNESCO*, Ano 54, Nº 10, 2001, pp. 10-12.

4.6 O percurso de ações da UNESCO e sua difusão na revista O Correio da UNESCO

Com o objetivo de estudar as descrições existentes entre raça e racismo que se inserem na plataforma antirracista da UNESCO identificamos que *O Correio da UNESCO* converte-se em uma estratégia de comunicação, não apenas por sistematizar e atribuir uma determinada identidade visual à temática racial, mas por dar visibilidade às ideias e ações da UNESCO. De outra maneira, os assuntos e modos de exposição mobilizados permitem localizar a revista como uma composição das ações da UNESCO.

A edição especial “*Antologia do Correio da UNESCO*”³¹³ sobre os 21 anos do periódico afirma que sua missão era combater pelo texto e pela imagem os mal-entendidos e desconfiança entre os povos. Sob a alegação de trazer as histórias de homens e mulheres de países desconhecidos, estabelece-se a possibilidade de vencer a ignorância e permitir aos povos se conhecerem e compreenderem (O Correio da UNESCO, 1969, p. 4).

A última edição, dentre a cartografia aqui estabelecida, em que aparece um texto completo sobre a temática racial é no número comemorativo dos 60 anos da revista em 2008. A apresentação da edição aponta que o objetivo é revisitar o passado, identificando a evolução dos temas. O texto de Doudou Diène identifica o caráter “mutante” do racismo que continuava a agir junto a outras ideias como as de inspiração xenófoba³¹⁴. O cenário estaria sendo modificado com o reconhecimento do multiculturalismo como uma “realidade” (DIÈNE, 2008, p. 9). A entrada da temática do multiculturalismo no debate sobre a questão racial modifica o modo de apreensão do conflito, retirando-lhe de um campo unicamente racial, no qual predominavam estudos e argumentos para descaracterizar a noção de raça e conseqüentemente de racismo, para situá-lo num polo cultural. Nesse eixo, os grupos são retirados do léxico da raça e articulados ao da cultura, na apreensão do “*aprender a viver juntos*”. Ao final desta edição testemunhos de

³¹³ Correio da UNESCO, uma janela aberta sobre o mundo. *O Correio da UNESCO*. Ano XXII, Nº8/9, 1969, pp. 4-80.

³¹⁴ Que ocupava então o cargo de Relator Especial das Nações Unidas sobre as Formas Contemporâneas de Racismo, função que desempenhou entre os anos de 2002 a 2008 (Correios da UNESCO, 2008, p. 10). No texto o autor afirma que a então eleição de Barack Obama como presidente estadunidense representava uma ferida no racismo.

profissionais que participaram da revista descrevem o investimento e a crença no objetivo da revista.

Esta publicação comemorativa apresenta um mapa dos principais temas abordados pela revista *O Correio da UNESCO*. A retomada de uma comunicação proferida pelo primeiro editor-chefe da revista Sandy Koffer é elucidativa. Em sua explanação Koffer afirma que a revista instituiu-se em um meio de comunicação “não especializado destinado ao grande público que a considera um reflexo da UNESCO” (Correios da UNESCO, 2008, p. 48). O destaque feito em 1982 por Édouard Glissant, ano em que atuava como editor-chefe da revista a descreve como um veículo destinado a estabelecer uma relação entre a “sensibilidade dos povos” e a “modernidade e a paixão pelo conhecimento” (Correios da UNESCO, 2008, p. 48). Há uma descrição de que após a queda do muro de Berlim, possibilitou o surgimento de outros periódicos específicos vinculados às demais instituições especializadas das Nações Unidas. Tal empreendimento tornou a revista obsoleta, o que exigiu uma nova formatação, abrindo-a para temas específicos “de interesse universal”. A partir de 1977 a fotografia passou a ocupar grande parte das páginas do periódico, em detrimento dos textos, o que ratificou uma mudança em sua configuração.

É possível identificar um declínio da temática do racismo no periódico, inicialmente as primeiras publicações estiveram voltadas para debater a matéria, pela discussão sobre a definição de racismo e o conceito de raça, além de publicar as pesquisas da UNESCO. Nos últimos anos os textos ficaram circunscritos a edições especiais e datas específicas.

Embora se possa perceber a dificuldade de estabelecer uma cronologia fechada de temas e objetos de estudo, identifica-se momentos em que há ascendência de algumas vertentes metodológicas, acentuadas nos artigos do periódico. A dificuldade não está apenas na quantidade de artigos, mas na dispersão em que aparecem, visto que em algumas edições a temática da questão racial é retomada junto a assuntos de outra natureza, articular estes temas nas linhas descritas acima implicou em uma decisão arbitrária. No entanto, este capítulo se assenta ao objetivo inicial que era o de expor um percurso dos temas e não apresentar um levantamento sistemático dos artigos. Por essa razão, os

caminhos percorridos nos mostram em que medida o que há tempos se mobilizava no debate racial ressoa ainda na contemporaneidade, seja no pensamento sobre o racismo ou sobre o antirracismo.

Ao elencar preliminarmente, de acordo com o tema da pesquisa, os artigos para a quantificação da análise, a despeito das edições encontradas na base de dados, com este procedimento outras edições foram encontradas no processo de acesso aos exemplares físicos e na busca específica por autores. Esse conjunto de textos permitiu encontrar unidades semânticas derivadas dos temas que ascendem dos artigos e oportuniza constituir um determinado enunciado, certa significação presente quando uma palavra é aplicada.

Bardin (2009) afirma que pela análise de conteúdo se pode identificar a “associação de palavras”, por suas conotações ou figuras de pensamento. Isso possibilitou-nos dirigir o olhar para os artigos da revista quando repertoriados na plataforma, de modo a evidenciar o que nos é mostrado quando determinada termo é procurado. O movimento de codificar os dados permite estabelecer uma interlocução com os demais elementos verificados em outros documentos e materiais. Junto aos termos previamente selecionados, surgiram outros, junto a personagens, acontecimentos que se tornaram relevantes para exploração do material. Ao identificar a maneira frequente em que os termos ocorrem e junto a outras palavras que fazem referência ou se opõem, foi possível apontar o acesso a determinado conteúdo sendo mobilizado de modo de modo transversal e permanente. A preocupação não esteve apenas no ato de descrever o que os autores e autoras pensaram e conceituaram, mas os modos como o fizeram, já que as palavras e construções que utilizam nos mostram mais sobre a possibilidade de reconstituir uma atmosfera na qual cada tema emerge.

Desde a fundação da revista até os anos 1960, o percurso antirracista através dela veiculado apresenta um direcionamento atrelado à política da UNESCO de equacionar as problemáticas raciais junto à publicação das declarações científicas sobre a definição do racismo e da raça. O mote da UNESCO de gerir projetos com objetivo de “conhecer os elementos constitutivos de cada nação e ainda desmembrar o espírito dos povos que a compõem”

(UNESCO, 1949) demonstra a intencionalidade de manter as bases da organização política pautada pelo Estado-nação. Além do caráter dos estudos, a resposta que se procura encontrar nas pesquisas dialoga com as propostas sugeridas de “convivência”, “conhecimento”, e que as pessoas devem ser colocadas a se conhecer.

A divulgação de pesquisas com experiências positivas e de convivência racial pacífica predomina nos artigos. Verificamos a maneira pela qual algumas experiências, como a brasileira, acabaram por ser intensamente mobilizadas no interior desta narrativa e como essa construção nos informa uma dada textualidade que contemporaneamente continua a ser mobilizada. A expressão utilizada por Maio (1999) da “entrada do Brasil no concerto das nações” se tornou elemento central na atuação dos intelectuais brasileiros para incorporação do país na pauta da agenda internacional cujo desafio naquele momento se constituía na “questão da incorporação de determinados segmentos sociais à modernidade” (MAIO, 1999, p. 112). Na leitura de Fernandes, assim como de outros autores como Costa Pinto, a entrada na modernidade deixaria os resquícios do escravismo analisado como uma etapa do passado histórico do país, figurando apenas como episódio legatário de uma postura preconceituosa, mas que desapareceria com a modernização da sociedade brasileira. A configuração social impressa ao Brasil constituiu em lugar estratégico para o país no contexto global, visto que a problemática do Projeto UNESCO centrou-se no debate sobre um projeto de desenvolvimento para o Brasil. Os procedimentos utilizados nas pesquisas do Projeto UNESCO no Brasil marcaram a consolidação do modelo metodológico de relações raciais, com o emprego da tipologia negro/branco e da imagem de um país “eticamente democrático” (MAIO, 1997, p. 9).

Os conhecimentos produzidos nos anos 1950 sob os auspícios da UNESCO são marcados pela transição do campo das ciências naturais para as ciências sociais e da mudança do léxico do corpo humano para o léxico da cultura. Para Maio (1999), o legado do projeto UNESCO foi o de promover uma sociologia a partir de um campo específico, a sociologia das relações raciais, fundamentando ideias, as quais são ainda na contemporaneidade mobilizadas para pensar as diferenças raciais no modelo de relações raciais.

Podemos verificar a maneira pela qual a narrativa do mestiço, o que compõe o brasileiro na formação da sociedade brasileira, foi exportada e ainda encontra eco nas análises brasileiras, na inclusão discursiva da mestiçagem e no lugar dado a cada grupo. As narrativas já debatidas sobre as metáforas do corpo, o excesso, a forma de descrição são encontradas em vários textos publicados na revista. Essa escrita sinuosa de discursos sobre o que constitui não somente a nação brasileira, mas o povo que a constitui, revela o repertório mobilizado em torno da nação. Esse repertório contém alguns dos elementos centrais que formam uma nação, Hall o nomeia como “um *dispositivo discursivo* que representa a diferença como unidade ou identidade [...] sendo ‘unificadas’ apenas através do exercício de diferentes formas de poder cultural” (HALL, 2011, p. 62).

Nos anos 1950, os textos do periódico são marcados por termos como “*harmonia*”, aparecendo ao lado de “*raça*”, “*relações raciais*”, “*relações inter-raciais*”, “*fator racial*”, “*relações raciais harmoniosas*”, “*cordialidade*” “*raças diferentes*” “*coexistência*”. A partir de seu derivativo, sobretudo nas vezes em que se menciona a pesquisa no Brasil, as relações “*harmoniosas*” aparecem junto à “*tolerância*”, “*orgulho*” “*mistura*”, “*democracia racial*”. Ainda sobre os textos que descrevem as pesquisas realizadas no Brasil, percebe-se a utilização de uma nomenclatura voltada à identificação racial “negro” aparece junto a “*mulato*”, “*branco*”, “*cor*”, “*homem de cor*”, “*pessoa de cor*”, nos momentos em que são empregados no singular. Ao serem mobilizados de forma plural, “*negros*” são personificados como “*escravos*”, “*cidadãos*”, “*trabalhadores*”, “*livres*” e de forma correlata a “*índios*”, “*civilização*”. Já o termo “*brancos*” está atrelado a “*origem*”, “*descendentes*”.

O termo “*mestiçagem*”, por exemplo, é uma palavra que não foi escolhida entre os termos mobilizados inicialmente nesta pesquisa, no entanto, quando se procedeu à leitura dos textos percebeu-se que o termo é abundantemente utilizado pelos autores. Na pesquisa na base de dados do repertório da revista, o termo aparece junto às palavras “*cruzamento*” e “*mistura de raças*” assim como “*cultura*” aparece como correlato de “*pluralidade*”, “*música*”, “*dança*”, que por sua vez apresentam termos mais distantes, “*sensualidade*”, “*desejo*”. Essa estrutura semântica pode ser observada no corpo dos textos quando essas palavras

são mobilizadas. Afro-descendência aparece como sinônimo de cor, e às vezes direcionada a personalidades negras ou como descrição qualificativa de algo próprio como a “*música negra*” ou “*cultura negra*”, “*tradições africanas*”. O termo “*questão racial*” aparece junto a “*conflitos*”, “*racismo*”, “*preconceito*”, “*antagonismo racial*” e distanciado do termo “*direitos humanos*”. O termo antirracismo aparece junto ao qualificativo “*racista*”, que por seu turno surge junto à “*ideia*” e “*pensamento*”.

Nos anos 1960, as pesquisas são direcionadas à compreensão dos aspectos comportamentais e individuais da discriminação e do preconceito racial. Os investimentos na linguagem, nos modos de constituição que sustentam práticas racistas são intensamente divulgados e a educação aparece como pauta central de combate ao racismo. O termo “*racismo*” aparece junto à “*doutrina*”, “*ideia*”, próximo de “*consequência*”, “*desequilíbrio*”. Agregam-se expressões como “*atitudes raciais*”, “*caráter racial*”, “*racismo inconsciente*” “*analisar o comportamento em matéria de raça*”, “*discriminação racial*” e como objeto de estudo, “*descrição e análise dos preconceitos raciais e seus efeitos*”. O termo estereótipo é empregado com “*imagem*”, “*percepção*”, “*tratamento*”, “*causas*”, “*inconsciente*”, “*simbolismo*”, “*transmissão*”, “*frustração*”, “*emocional*”.

Nas décadas de 1970 e 1980, a política do *apartheid* se torna mais central nos artigos sobre a matéria, de modo a ser alvo de pesquisas específicas e de divulgação na revista. As análises centraram-se nos aspectos de execução do *apartheid* fundamentado na divisão das pessoas que ultrapassava a cor da pele, embora este item fosse decisório, percebe-se uma ênfase na leitura do *apartheid* como uma estrutura que atuava fracionando o espaço e impedindo não apenas o movimento dos corpos, mas a condição social e cidadã dos grupos. Os termos predominantes giram em torno de “*minorias*”, “*segregação*”, “*separação*”. Uma nomenclatura atrelada ao debate sobre o colonialismo e o Terceiro Mundo traz termos como “*imperialismo*”, “*opressores*” e “*oprimidos*”.

A partir dos anos 1990, a questão racial se volta para as problemáticas no interior do contexto europeu, deslocando-se dos contextos americano e africano com a entrada da temática da imigração e dos conflitos urbanos. Verifica-se que os temas dos artigos publicados constituíam as preocupações advindas de

acontecimentos que ocorriam em escala mundial, como a construção de meios para que as nações realizassem a passagem para a modernidade, sendo o que caracterizava tal modernidade a mudança das nações antes coloniais em espaços diaspóricos com as migrações. Termos como “*crise*”, “*modernidade*”, “*multiculturalismo*”, “*nacionalismo*”, “*democracia*”, “*intolerância*” são predominantes. Outros, como “*racismo institucional*”, “*racismo cultural*”, além de tipos específicos de racismo como “*antisemitismo*”, “*xenofobia*”, “*imigrados*” também estão presentes. Nos anos 2000 há um alargamento da concepção de racismo e os debates se dirigem a finalidade dos Estados em atribuir medidas políticas de correção das desigualdades raciais e na vigilância frente à presença de conflitos raciais nas formações nacionais.

Um dos objetivos intensamente buscados pela UNESCO com a divulgação incessante do material produzido dirigiu-se a propagação da legitimidade conferida à ciência. Há, portanto, uma percepção de que a ciência poderia agir na sociedade de duas maneiras, uma tecnicista ao permitir mudanças materiais, e outra intelectual “modificando os modos de pensamento” (UNESCO, 1950)³¹⁵. Hall (1997) argumenta que a ciência adquire uma “função cultural”. Por função cultural Hall entende os modos pelos quais a produção científica auxilia na construção de um determinado modo de abordagem sobre um assunto. No caso da UNESCO uma das funções atribuídas à ciência, nesta matéria, concerne ao modo como se deve pensar sobre o racismo, a raça e a questão racial. Esse modo de pensar está intrinsecamente ligado à possibilidade de ação que possa conferir alguma concretude, neste caso, a linguagem considerada como a adequada e correta, tendo assim, um modo de inserir-se na ação, de operar de forma diretiva no “real”. Esse modo de atuação advém da crença na ciência como arcabouço onde se localiza o saber, o modo correto de tratar o tema, os modos apropriados de se falar sobre o assunto em pauta.

³¹⁵ A afirmação está no interior de um texto que aborda a maneira pela qual condições da ciência transformaram uma indígena Guayaki em uma assistente de laboratório: “Comment peut-être... Guayaki? De nouvelles conditions de vie transforment une petite indienne de l’âge de pierre en assistente de laboratoire”. *O Correio da UNESCO*, Ano III, N° 8, 1950, p. 8.

Em relação às diferenças humanas, a produção científica oferece um tipo de enredo discursivo que fundamenta as diversas justificativas sobre tais diferenças. Hall argumenta que se em um período anterior a ciência se utilizou de definições exteriores para definir as diferenças raciais, contemporaneamente se utiliza do domínio do código genético que justifica a presença de tais critérios, exteriores, no corpo (HALL, 1997). Ou seja, a ciência continua se ocupando de artifícios para justificar, descrever, interpretar a “aparência” racializada do corpo. A ciência oferece “a garantia” da continuidade de investimentos a fim de que os questionamentos continuassem a ser realizados pela correlação entre características definidas pela genética e atributos culturais de modo a continuar sendo objeto central de muitos estudos científicos. Parte das pesquisas subvencionadas pela UNESCO seguiu esse caminho visto que inúmeras vezes artigos baseados na ciência indicavam que estudos científicos afastavam a qualquer analogia entre formação genética e desempenho cultural.

O investimento em uma linguagem atrelada a um tipo de conhecimento específico como a do refinamento do código genético, incontestável para quem não tem a capacidade de decifrá-lo, permite que algumas perguntas continuem sendo realizadas. Como exemplo, a pesquisa Retrato Molecular do Brasil³¹⁶ permite fazer um breve desvio para compreensão de como isto emerge na contemporaneidade. O estudo em questão, ao procurar “*fazer inferências históricas*” com objetivo de quantificar “*quanto há de ameríndio, europeu e africano em cada um de nós?*” mapeou o DNA de alguns brasileiros a fim de identificar suas linhagens e ascendências. Entre os pesquisados denominados “brancos” o estudo mostrou “que a esmagadora maioria das linhagens paternas da população branca do país veio da Europa, mas que, surpreendentemente, 60% das linhagens maternas são ameríndias ou africanas” (PENA, *et. all.* 2000).

A justificativa do estudo é ainda mais elucidativa: “Nós usamos *novas ferramentas* - a genética molecular e a genética de populações – para *reconstituir e compreender o processo que gerou o brasileiro atual*, no momento em que

³¹⁶ Realizada sob coordenação do geneticista Sergio Pena da Universidade Federal de Minas Gerais cujos resultados foram divulgados a partir dos anos 2000.

comemoramos 500 anos da chegada dos europeus ao Brasil”³¹⁷ (PENA, *et. all.* 2000). Ao nos voltarmos para o tipo de narrativa empregada para descrever uma pesquisa dessa natureza podemos compreender melhor a atribuição da ciência como uma funcionalidade cultural. Por um lado, o estudo utiliza-se da escolha das “ferramentas”, e, por outro, a busca de descrever o “brasileiro atual” a partir de outro acontecimento que remonta a origem: a comemoração dos 500 anos de “chegada dos europeus”. É o modo de *descrição* dos acontecimentos que nos informa “o que deve ser tomado como ícone dos acontecimentos a fim de torná-los ‘familiares’” (WHITE, 1994, p. 105)³¹⁸.

Para além dos resultados apontarem que o fenótipo descrito como “classificação morfológica” não corresponde a “classificação biológica” (SANTOS, MAIO, 2010, p. 187), não nos interessa aqui estender a uma analogia sobre as sinuosidades e pormenores da pesquisa. Este exemplo é mais fecundo se visualizado no interior de uma ilustração, de um modo de intelegibilidade em um aspecto teatral pelo qual a ciência é culturalmente empregada, especialmente no que se refere a questões raciais. Em primeiro lugar, por tratar-se da divulgação de uma pesquisa no momento de comemoração do “descobrimento do Brasil”, ou seja, a mobilização da narrativa de formação da nação. Em segundo lugar, ao fornecer um repertório científico para “quantificar o DNA” do brasileiro essa utilização da ciência permite que atribuamos sentido a essas definições “científicas” buscando-as em nosso repertório cultural quando a pergunta é sobre nossas “origens”.

As utilizações de alguns argumentos a partir desse estudo são também ilustrativas. Algumas se dirigiram para a informação de que os estudos genéticos embora tivessem sido empregados para definir grupos raciais rigidamente fechados, seriam na contemporaneidade ferramentas inócuas para se definir quaisquer demarcações raciais. Tal aceção invalidaria a aplicabilidade de uma categorização racial não apenas para definição racial de grupos, mas para a análise política acerca do posicionamento desses grupos no campo social.

³¹⁷ Grifos da autora.

³¹⁸ Grifo no original.

Outras argumentações pautaram-se no elogio do estudo que oferece ainda mais subsídios para afirmar a mestiçagem brasileira³¹⁹. Outros ainda apontam que a contenda em torno dos resultados demonstra “a enorme influência e força que o conhecimento científico tem no mundo contemporâneo” (SANTOS, MAIO, 2010). O que chama atenção não são os resultados propriamente, mas é o tipo de questão, o fato de continuar sendo formulada nestes termos: a utilização da mesma narrativa daquilo que pode nos dizer da forma como as pessoas são genética e biologicamente constituídas.

É o modo de produzir um espetáculo.

A “assimetria sexual” que aponta a presença das mulheres na formação genética do brasileiro é descrita no “fato” de que as mulheres indígenas e negras “exerceram um encanto especial, de cunho sexual, sobre os senhores de engenho de origem européia”³²⁰ (ZORZETO, GUIMARÃES, 2007). Novamente o mesmo texto. O regresso pela “genética” contemporânea é o modo de descrição da maneira pela qual uma relação hierarquicamente desigual (o das relações entre o homem branco – leia-se senhor de engenho – e as mulheres negras e indígenas no período colonial) é produzida visualmente como “encantada”. É o emprego deste tipo de narrativa, da sua receptividade, da maneira como de um modo a outro é a ciência que continua sendo utilizada para informar e produzir um discurso e o modo como ele é apropriado.

Hall (1997) afirma que embora racionalmente não tenha nada que justifique tal empreendimento “científico”, o mesmo continua a ser feito. A função da ciência em relação à questão racial na UNESCO consistiu, fundamentalmente, em investigar e divulgar experiências identificadas como positivas com objetivo de fundamentar a constituição de uma noção de ética para

³¹⁹ Elio Gáspari afirma que o estudo é “fenomenal” em razão de entre outras coisas apontar a “comprovação científica daquilo que Gilberto Freyre formulou em termos sociológicos” de que “Há mais gente com um pé na cozinha do que com os dois na sala” (GASPARI, E. O branco tem a marca de Naná. *Folha de S. Paulo*, 16 de abril de 2000, *on line*).

³²⁰ Ao que os autores fazem referência à obra de Gilberto Freyre. Aqui outra deriva a Fanon é ilustrativa, em sua análise sobre a constituição das patologias em torno do negro, afirma que estão todas envoltas a um “plano genital” ao fato de terem uma “potência sexual alucinante” e não se trata de nada objetivamente possível de ser confirmado já que “é este o termo: é preciso que esta potência *seja* alucinante” (FANON, 2008, p. 138. Grifo no original).

a concretização do projeto de “fraternidade universal”. Toda e qualquer tentativa da ciência acerca da questão racial e do racismo produzida anteriormente deveria ser descaracterizada, considerando apenas a produção encomendada pela UNESCO com o “embasamento científico” mais completo que havia sido publicado até aquele momento sobre o tema (HOFBAUER, 2006). Juntos, os documentos e as publicações da UNESCO formam um tipo de raciologia “o saber que conduz as realidades virtuais de ‘raça’” (GILROY, 2007, p. 29).

A exposição dos resultados das pesquisas nos auxilia a compreender o percurso utilizado pela UNESCO, mas a análise das metodologias utilizadas aponta as intencionalidades. As pesquisas foram direcionadas para o mapeamento dos aspectos comportamentais do racismo, com ênfase no caráter particularista da conduta racista, devido à influência na articulação entre a psicologia e a antropologia na produção dos dados, e de uma ênfase na leitura sociológica sobre os mesmos. A história é utilizada como recurso contextual a partir do qual se descrevem os acontecimentos. A educação é a ferramenta, o método pelo qual os resultados seriam alcançados. Tal postura propiciou que parte da ênfase fosse dirigida ao controle de comportamentos racistas, havendo certa ausência das questões estruturais que permitem a permanência do racismo. De maneira geral, essas vertentes demonstram as várias interpretações do racismo como forma de violência, de opressão, como tipo de comportamento, como forma de governo.

Contemporaneamente o questionamento sobre a possibilidade do “*viver juntos*” retoma com outros elementos a necessidade de elaborar alternativas para a convivência e ao mesmo tempo fortalecer as nações. Essa correlação que dimensiona as diferenças a uma ausência-presença é herdeira de uma tradição de pensamento que polariza e limita o campo social. Esse debate opera atualmente em termos transnacionais, além dos limites do Estado-nação (COSTA, 2006). Os debates se assentam igualmente no debate teórico, e na adoção de quais políticas, ditas antirracistas, isto é, de combate ao racismo e a discriminação racial, devem ser adotadas³²¹. A questão que permanece central nas análises é a compreensão da

³²¹ As propostas universalistas ou integracionistas são centradas no indivíduo, advindo do projeto iluminista, marcado pela razão, liberdade, princípio da igualdade, do Estado-nação estas propostas se associam a tradição de pensamento social brasileira; as propostas diferencialistas focadas na

maneira pela qual raça, entre outras categorias, são formadoras de uma hierarquia social que culmina em uma desigualdade social.

Inversamente, os estudos culturais, pós-coloniais e subalternos ao se voltarem para a problemática racial avançaram ao proporem construções metodológicas que ampliem a capacidade de analisar as problemáticas sociais em uma dimensão articulada a outras problemáticas, sobretudo com a proposição de um deslocamento conceitual. Há, portanto uma contingência que marca a presença destas categorias e seus efeitos no campo social, sobre qual perfil é elaborado, quais conjuntos de informações são mobilizadas quando a proposta é a de colocar as análises em perspectiva histórica o que permite compreender o decurso contemporâneo. É nesta configuração que deriva o debate contemporâneo sobre o antirracismo, analisado no próximo capítulo.

Capítulo 5

Conceituações em torno da política antirracista da UNESCO

A esta altura é possível identificar de modo mais concreto os princípios mobilizados pela UNESCO em direção a se constituir como um espaço de gestão de conflitos interpretados em termos transnacionais. No limiar dessa visualização configura-se o espectro que a potencializa como um conjunto propositivo a respeito da convivência pela salvaguarda da soberania das nações. As tensões colocadas a um modo de governança supranacional tornam-se mais delineáveis à medida que percebemos a finalidade que cerca determinadas diretrizes em seu campo normativo de ação. É neste sentido que a conjugação entre educação e antirracismo converte-se de modo mais claro na organização desta pesquisa como uma denominação acerca da plataforma política da UNESCO direcionada a questão racial.

Entre as indicações da UNESCO, pode-se extrair a presença de um princípio fundamental: o caráter do ser humano de poder educar-se e instruir-se. Aliada a essa perspectiva, sua política centrou-se em reconstruir a educação europeia no pós-guerra, projeto que se tornou o objetivo para o qual ela foi inventada (EVANGELISTA, 2000). A “educação permanente” ou “aprendizagem ao longo da vida” esteve entre os princípios centrais da UNESCO. Esse entendimento de que os países deveriam encorajar a educação de forma contínua “por toda a vida” é vinculada à noção de “educação de base” como slogan da UNESCO desde sua formação. O projeto de educação de base foi definido como um conjunto de elementos básicos a serem adquiridos para o enfrentamento à existência de desvantagens socioeconômicas (MAUREL, 2009)³²². A proposição em torno de uma educação básica universal e comum alia-se à concepção da

³²² As contradições em torno das orientações para a educação de base aparecem nas descrições dos relatórios dos projetos desenvolvidos pela UNESCO. Na década de 1940, no interior do projeto de educação de base desenvolvido no Haiti, por exemplo, aparece uma descrição sobre a língua *créole* que é definida como um “*dialeto*” construído por uma mescla de termos da língua francesa descrita como a língua de uma “*civilização superior*” condição para a obtenção dos conhecimentos fundamentais para o “homem moderno” (MAUREL, 2009).

humanidade como um conjunto vivendo em comunidade. A educação adquire a função de atuar como uma ferramenta contra a desvantagem social, pois ter acesso à educação é uma etapa a caminho do desenvolvimento socioeconômico.

Considerando essa inserção na proposta de planificação dos conteúdos a serem ensinados, a agência institucionaliza de diferentes modos, uma influência no sistema educativo das nações. Recomendar que diferentes sistemas educativos possuíssem elementos comuns constitui um tipo de intervenção política pautada não apenas no fortalecimento das nações, por meio da atribuição de soberania nacional, mas revela o estabelecimento de uma determinada configuração política transnacional. Essa proposição esteve ameaçada pelos conflitos que impediam o fortalecimento das nações, entre elas e os conflitos visualizados como raciais são atrelados ao objetivo de concretizar a promessa da convivência pacífica, minimizando os conflitos. Esta questão é o centro das propostas e da ação política da UNESCO sendo ainda uma problemática que continua em aberto. Este capítulo trata deste dilema e apresenta uma generalização de parte dos argumentos substanciais em torno do campo teórico do antirracismo aliado aos pressupostos da UNESCO e as problemáticas contemporâneas colocadas pelas propostas políticas que circundam o antirracismo. O capítulo procura ainda intervir no debate com a finalidade de expor questionamentos que possibilitem qualificar o debate sobre o antirracismo.

Com o objetivo de fortalecer a convivência entre culturas diversas, a UNESCO forja o conceito de “*cultura da paz*” como orientação central do “*viver junto*”, conceito que representa um empreendimento para a execução do projeto de convivência e adquire êxito após os acontecimentos da Guerra Fria. O Congresso Internacional sobre a paz no espírito dos homens, realizado na Costa do Marfim em 1989³²³ fundamenta em termos normativos a inserção do “*viver juntos*” fundamentado, sobretudo, na “*abolição da guerra*”³²⁴ (UNESCO, 2000). A *Declaração de Yamoussouko sobre a paz no espírito dos homens*³²⁵ procedente do

³²³ Congresso Internacional sobre a paz no espírito dos homens. Yamoussoukro, Costa do Marfim, 1989.

³²⁴ *Bref historique sur le concept de la culture de la paix*. UNESCO, 2000, p. 3.

³²⁵ Declaration de Yamoussoukro sur la paix dans l'esprit des hommes. Yamoussoukro, Costa do Marfim, 1º de Julho de 1989.

encontro define a “cultura da paz” como um valor universal junto à “vida”, “liberdade”, “justiça”, “igualdade”, e especialmente a “solidariedade” suporte de promoção e ação da UNESCO³²⁶.

Neste contexto é que a plataforma política da UNESCO dirige-se a interpretar os conflitos entre e no interior das nações como obstáculos a serem superados na busca pela paz. A articulação de “cultura” e “paz” em um conceito único agrega em si um dos pressupostos que embasam o movimento estabelecido pela UNESCO, especialmente pela apropriação dos saberes acadêmicos a fim de justificar suas ações. Em poucas palavras, ao interpretar a paz como um comportamento³²⁷ que pode ser aprendido percebe-se a apropriação da proposta de que a “cultura da paz” seja prevista como uma proposição política. O documento centra-se na extinção dos conflitos armados e demais “situações conflituosas” tais como o racismo, a intolerância e a discriminação³²⁸. A partir dele, a UNESCO estabelece um programa de medidas “concretas e eficazes” destinadas a promover programas no interior das nações para a promoção da paz, dentre as medidas destaca-se a indicação de que se promova a educação e pesquisas no campo da paz em uma perspectiva “transdisciplinar” (Declaração de Yamoussoukro sobre a Paz no Espírito dos Homens, 1989).

Comportar-se seguindo uma “cultura da paz” requer adquirir uma postura pró-ativa de convivência pacífica, nesse sentido seria possível aprender este pressuposto. O léxico que circunda o “*Aprender a viver juntos*” está expresso no documento *Educação um tesouro a descobrir*³²⁹ realizado pela Comissão Internacional da UNESCO sobre a Educação para o Século XXI em 1996. Este

³²⁶ “*Le Congrès international sur la paix dans l'esprit des hommes, réuni à l'initiative de l'UNESCO à Yamoussoukro, au coeur de l'Afrique, berceau de l'humanité et pourtant terre de souffrances et de développement inégal, a rassemblé des hommes et des femmes des cinq continents qui se consacrent à la cause de la paix.*” Declaration de Yamoussoukro sur la paix dans l'esprit des hommes. Yamoussoukro, Costa do Marfim, 1989.

³²⁷ “*La paix est un comportement*” Declaration de Yamoussoukro sur la paix dans l'esprit des hommes. Yamoussoukro, Costa do Marfim, 1989. .

³²⁸ Entre outros empecilhos destacam-se o “non-respect de l'intégrité des pays, le racisme, l'intolérance, la discrimination, notamment à l'égard des femmes, et surtout les pressions économiques sous toutes leurs formes”. *Declaration de Yamoussoukro sur la paix dans l'esprit des hommes*. Yamoussoukro, Costa do Marfim, 1989.

³²⁹ Conduzido por Jacques Delors na elaboração do texto o relatório ficou mais conhecido como Relatório Delors.

item deriva do projeto educativo conhecido pelos quatro pilares da educação para o século XXI: “*Aprender a conhecer*”, “*Aprender a fazer*”, “*Aprender a ser*” e “*Aprender a conviver*”³³⁰. Tais pilares ecoaram no debate sobre educação e o documento propagou-se como um manual para o planejamento das etapas a serem seguidas para obtenção destas metas. “*Aprender a viver juntos*” refere-se ao “desenvolvimento da compreensão dos outros em um espírito de tolerância, pluralismo, respeito pelas diferenças e paz” (UNESCO, [1996] 2010, p. 96).

No texto, o item *Aprender a viver juntos* indica medidas para que os professores ofereçam uma instrução que possibilite às pessoas conviverem harmonicamente e sugere que este ensino atue de modo a limitar o risco de conflitos com a finalidade de que se “descubra o outro” (UNESCO, 2010 p. 97). Este “outro” alude aquele situado no lugar da diversidade, seja por seu pertencimento étnico, racial ou ainda com outra religião ou língua. O texto ainda indica as disciplinas mais aptas a auxiliar tal empreendimento, como a geografia humana ou a história das religiões. Há uma crítica à proposta de “*Educação para todos*” recomendada para ser executada no período posterior a Segunda Guerra Mundial e a partir do contexto de “descolonização no século XX”. A crítica é em razão de que tal proposição não cumpriu as metas estabelecidas. Há ainda a sugestão de que se crie uma “nova educação” que “saiba tirar o melhor partido das tradições humanistas de todas as culturas” (UNESCO, 2010, p. 17).

No núcleo filosófico da proposta de que se possa *Aprender a viver juntos* está a questão política da diferença. No livro “*Aprender a viver juntos: será que fracassamos?*” publicado pela UNESCO em 2003, a partir dos debates realizados na 46ª Conferência Internacional da Educação (CIE) da UNESCO realizada em Genebra em 2001³³¹. O tema do encontro *Educação para Todos a fim de aprendermos a viver juntos: conteúdos e estratégias de aprendizagem* -

³³⁰ Os quatro pilares de “aprendizagens fundamentais”: *Aprender a conhecer* - Adquirir os instrumentos da compreensão; *Aprender a fazer* - Para poder agir sobre o meio envolvente; *Aprender a ser* - Via essencial que integra as três precedentes, e *Aprender a conviver* - A fim de participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas (Educação um tesouro a descobrir, Representação UNESCO no Brasil: Brasília, 2010).

³³¹ O tema do encontro centrou-se em Educação para Todos a fim de aprendermos a viver juntos: conteúdos e estratégias de aprendizagem - problemas e soluções (Educação um tesouro a descobrir, UNESCO, 1996).

problemas e soluções mostra a conclusão e/ou percepção de que a promessa do viver juntos ainda não se concretizou. O capítulo que inicia livro problematiza a temática central do evento com as palavras de Joseph Ki-Zerbo proferidas em um evento anterior: “*Viver juntos em melhores condições no século XXI ou desaparecer. Não seria esta a melhor aposta que uma educação de qualidade deveria ter a ambição de ganhar?*” (KI-ZERBO, *apud*, UNESCO, 2010, p. 14). Nesta avaliação encontra-se a proposta da UNESCO. O “*viver juntos*” converte-se em um emblema político no interior do debate sobre a convivência e o direito de existir de modo real. A convivência e os conflitos contemporâneos são analisados como o insucesso do projeto de tolerância, harmonia e cooperação propagada pela política de direitos humanos das Nações Unidas. A pergunta sobre a condição de fracasso do projeto de convivência refere-se diretamente à incapacidade de evitar os conflitos.

Em relação à frustração na execução do projeto de “*viver juntos*”, o texto acentua que as causas estariam relacionadas desde as estruturas econômicas desiguais, o desequilíbrio entre a produção de conhecimento e acesso da população, à ascensão de modelos nacionais democráticos junto a formas contemporâneas de uniformidade de identidades culturais em termos de diversidade cultural (UNESCO, 2003). A realização de um texto pautado em um fórum mundial sobre educação cuja pauta central foi o debate sobre a convivência em um mesmo espaço social aponta a forma como a problemática das diferenças prossegue de modo essencial no debate da UNESCO. O texto é finalizado com uma previsão otimista, de que embora se constate a “falha”, esta é apenas momentânea, a previsão de que ainda é possível viver junto (e bem) permanece como uma promessa a ser realizada.

O “*viver juntos*” tornou-se a expressão de um emblema político fundamentado no dilema que emerge de várias formações nacionais nas quais existem “tendências políticas [que] defendem a ideia de que a distância entre certas culturas é tão grande que não há como se entenderem” (MUNANGA, 2009, p. 180). Essa dificuldade é descrita por “paradoxos” trazidos pelas “formas assumidas pela mundialização” (UNESCO, 2010, p. 17). Dentre essas formas

expostas como “paradoxos” os movimentos migratórios são citados por criarem “novos problemas e novos desafios”, pois a convivência embora possibilite “conhecer o outro” pode reincidir em um tipo de retraimento “em sua identidade e nacionalidade” (*Op. cit.*, pp. 18-19). Esse movimento pressagia uma ameaça à diversidade das culturas em favor de uma “uniformidade cultural” (*Op. cit.*, p. 20).

O que essas questões atinentes à (im)possibilidade de convivência em um espaço comum trazem para a problemática contemporânea está assentada entre as relações de indivíduos e de coletividades. Tal perspectiva estimula a se ater aos princípios que se organizam e se constituem a partir da proposição de universalidade e, ao mesmo tempo, do exercício da força política de manter a cooperação entre as nações. Aqui é colocada uma tensão na posição da UNESCO, pois sua função é exatamente garantir a soberania das nações e incentivar o auxílio entre elas. Sua atuação nesta proposição consiste em um determinado modo de organização do social, pois ao definir os temas que serão promovidos no interior dos Estados Nacionais, delinea os conflitos de acordo com suas especificidades em determinadas esferas do social. Isso é importante: a finalidade de atribuir o que deve ser universal e, portanto integralmente adotado implica em um tipo de escolha política.

De modo característico, a UNESCO prossegue com a proposta de fortalecimento das nações ao indicar o modo adequado de resolução dos conflitos raciais. A escolha pela educação está implícita em uma proposição na qual a racionalidade é o mote. Deriva dessa ênfase a produção da crença na razão, como resolução de conflitos, o que no caso da questão racial significou uma conceituação primária, de que o racismo existe e opera por uma falsa ideologia, definida pela ideia de raça. Lembrando que, pelas muitas atribuições dadas ao termo ideologia, este acaba por adquirir um sentido próprio nessa conjectura.

Hall (2007) aponta que há uma limitação na análise a qual sugere uma dimensão homogênea entre a ideologia e a correlação da consciência que orienta a prática individual. Essa correlação pouco explica as formas plurais e “contraditórias” da existência de proposições baseadas em “ideologias racistas”, inclusive em instituições que deveriam em tese adotar “posições antirracistas”

(HALL, 2007, p. 313). Essa perspectiva impacta diretamente a analítica que se fundamenta em uma explicação ideológica acerca da operacionalidade do racismo. É necessário, portanto, uma proposição teórica mais complexa para a compreensão da existência de práticas preconceituosas (HALL, 2007, p. 313).

A política da UNESCO se pautou na proposição de desfazer a ideia de raça, de modo tal que atuaria na consciência das pessoas e por consequência modificaria suas ações práticas. Tal empreendimento conferiu ao campo científico e ao modo de produção das ideias um caráter fundamental, de maneira que todo investimento passou a ser feito na ciência, por intermédio dela as políticas deveriam ser elaboradas. O texto de apresentação de um dos temas do encontro de comemoração do sexagenário de existência da UNESCO completado em 2005 reafirma o caráter da organização de inspiração universalista e internacionalista na preservação da soberania das nações como modo a garantir sua legitimidade internacional³³². No evento, a historiadora australiana Glenda Sluga (2005) afirma que a criação da UNESCO, modificou as maneiras de interpretação das relações entre a universalidade e a diversidade, bem como a importância política que adquire a noção de diversidade cultural (SLUGA, 2005, p. 57).

No interior do debate sobre a diversidade cultural alguns termos adentram ao conjunto de proposições das Nações Unidas e de suas instituições especializadas. No que se refere à educação, a tolerância é propagandeada como ferramenta de ação possível e funcional frente à diversidade cultural. Nesta percepção, a tolerância equivale ao termo inclusão que paulatinamente passa a aparecer nas indicações da UNESCO sobre educação. A UNESCO confere à tolerância pela via da inclusão “uma forma dinâmica de responder positivamente à diversidade dos alunos e de olhar para as diferenças individuais não como problemas, mas como oportunidades para enriquecer a aprendizagem” (UNESCO,

³³² Fala de abertura de Glenda Sluga coordenadora do encontro sobre a criação da UNESCO. *In: UNESCO, 60 ans de l'histoire de l'unesco : Actes du colloque internationale*, 16-18 novembro, Paris, 2005, pp. 57-60. Eixo : Naissance d'une organisation internationale. Mesa redonda n° 1: D'une société des esprits à la création de l'UNESCO. Ver também capítulo 4 desta tese.

2005)³³³. A noção de tolerância é relacionada à “emancipação racional do homem” (CARDOSO, 2003), neste sentido, por meio de um processo racional o homem pode alterar o lugar que ocupa pela educação.

De acordo com Andrade (2009), a tolerância está na gênese de constituição das Nações Unidas (ANDRADE, 2009). A tolerância se torna uma das pautas da ação política da UNESCO em tão alto grau que em 1995, ano denominado “Ano da Tolerância”, é publicada a *Declaração de Princípios sobre a Tolerância*. A concepção de tolerância no texto desta declaração relaciona-se ao “respeito, a aceitação e o apreço da riqueza e da diversidade das culturas de nosso mundo, de nossos modos de expressão e de nossas maneiras de exprimir nossa qualidade de seres humanos [...] a tolerância é a harmonia na diferença” (Declaração de princípios sobre a tolerância, 1995, p. 11). Nesse excerto as noções de “diversidade de culturas” e “harmonização” entre a existência das culturas alinha o debate desencadeado pela UNESCO, garantindo a expressão cultural como um direito que, como vimos, ocorre pela constituição de um processo histórico.

Segundo Andrade, o emblema do “*direito à diferença*” tem sua gênese na extensão da “modernidade tardia”, que faz menção à tolerância como possibilidade daqueles colocados no lugar do “outro” ascender a “existência” em uma “sociedade plural” (ANDRADE, 2009, p. 79). De tal modo que o termo “educação para a tolerância” é popularizado a partir do fundamento no “respeito à dignidade e à integridade de todas as pessoas [...]” (CARDOSO, 2003, p. 109). Nessa esfera é potencializada a proposta de “educação para a tolerância” que consiste em “evitar que se forme nas novas gerações a atitude de superioridade de um grupo, de uma crença ou de um determinado modo de vida em relação aos demais” (*Op. cit.*, p. 110).

Ainda na atmosfera de promoção da diversidade cultural a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural publicada pela UNESCO em 2002 centra-se em uma terminologia associada a termos como identidade e pluralidade para afirmar que o reconhecimento de diversas culturas e as produções dos diversos

³³³ Manual da Equipe de Educação Inclusiva, www.unesco.org/education/efa. Orientações para a inclusão: garantindo o acesso à educação para todos. UNESCO, 2005, 38p. Tradução de Maria Adelaide Alves e Dinah Mendonça.

agrupamentos e sociedades que compõem a humanidade é um patrimônio comum a ser preservado (RODRIGUES, 2011). É a partir desses elementos que a UNESCO busca resolver a contenda em torno dos questionamentos sobre a diversidade, afirmando o pluralismo cultural como uma “resposta política à realidade da diversidade cultural” (UNESCO, 2002).

Nesse sentido, a educação é destinada a servir de plataforma para afirmar o caráter positivo da diversidade. Essas perspectivas alocadas nos debates da filosofia política ocidental, na qual a tolerância é estruturada filosoficamente por uma esfera de atuação ética cuja perspectiva se pauta pela moral e política notadamente modernas se tornam os pilares a serem recomendados para as formações nacionais. Tais leituras, por vezes, não se atêm ao modo como a racionalidade moderna e ocidental, nos termos de sua pretensa universalidade, possui um histórico conturbado, pois como já foi dito, a noção de racionalidade atribuída aos seres humanos manteve um debate sobre quem poderia ser considerado humano. Dessa forma, foi de modo terapêutico e paulatino que os “outros” puderam ascender à condição de humano. Essa proposta esteve na pauta inicial da UNESCO, sobretudo por meio da ciência, mas não de maneira imediata³³⁴. É a partir deste contexto que na contemporaneidade emergem termos como “educar para a tolerância”, “educar para a diversidade” e, de modo específico “educar contra o racismo” como uma plataforma política antirracista.

5.1 Diretrizes contemporâneas do antirracismo

Os eventos de âmbito global liderados pela ONU e suas agências especializadas voltadas à reflexão sobre o racismo nos informam sobre o debate político e os termos das disputas teóricas em torno das terminologias que impactam a conceituação do campo. De modo específico, a partir de determinados acontecimentos algumas mudanças se fizeram notar no debate. Entre 1973 e 2003 as Nações Unidas designaram um período de três décadas de luta contra o

³³⁴ Fanon já identificava que “os cientistas após muitas reticências, admitira que o preto era um ser humano” (FANON, 2008, p. 111).

racismo nos quais deveriam ser elaborados e executados programas de ação específicos para cada decênio. O primeiro decênio esteve voltado à constituição de uma campanha educacional em nível global sobre o tema, o segundo direcionado a uma campanha de informação para divulgação e incentivo de medidas legislativas específicas. Por fim, o terceiro decênio enfatizava a preparação de políticas direcionadas ao conhecimento das diversas práticas discriminatórias e o incentivo a medidas institucionais nos países a fim de coibi-las.

A AGNU de 1975 no interior da proposta dos três decênios de combate ao racismo dedicou-se a elaboração da resolução 3379 acerca da definição de racismo que ficou marcado pela contenda política no tocante a definição de racismo³³⁵. A resolução retoma alguns documentos específicos *Declaração do México sobre a Igualdade das Mulheres e sua Contribuição ao Desenvolvimento e à Paz* elaborada por indicação da ONU em 1975. O texto arrola uma mescla de acontecimentos de modo a favorecer “independência nacional, a eliminação do colonialismo e do neocolonialismo, da ocupação estrangeira, do sionismo, da segregação” (*Declaração do México sobre a Igualdade das Mulheres e sua Contribuição ao Desenvolvimento e à Paz*, 1975).

A resolução 3379, na medida em que dá ênfase ao reconhecimento da pluralidade dos povos, aponta já um direcionamento à ampliação dos debates sobre que o que deve ser denominado racismo. Retoma também o documento da Assembleia dos Chefes de Estado e de Governos das Organizações da Unidade Africana no ano de 1975, no qual se declara “que o regime racista na Palestina ocupada e o regime racista no Zimbábue e na África do Sul têm uma origem imperialista comum, que eles formam um todo e têm a mesma estrutura racista” (ONU, 1975). Neste sentido, esses regimes ao possuírem uma “aliança ímpia” atuariam “organicamente ligados em sua política destinada a oprimir a dignidade e a integridade do ser humano” (ONU, 1975). Por fim, a resolução decreta “o

³³⁵ Na AGNU de 1975 houve uma resolução que estabelecia o sionismo equivalente a uma forma de racismo. O debate intenso em torno dessa distinção e o posterior cancelamento da resolução é indicativo do movimento acerca da contenda política. Resolução 3379 da AGNU em 10 de novembro de 1975: “*O sionismo é uma forma de racismo e de discriminação racial*” (UNESCO, 1975). Anulada pela Resolução 4686 sob-revogação de Israel em 1991.

sionismo uma forma de racismo e de discriminação racial” (ONU, 1957) o que tornou a resolução conhecida por “resolução antissionista”. Esse debate específico, além de ser exemplo sobre a ampliação do racismo, impactará as demais conferências e encontros sobre o tema.

A primeira Conferência Mundial da luta contra o Racismo e a Discriminação Racial ocorrida em 1978 em Genebra enfatizou os debates sobre o *apartheid*, ainda em curso na África do Sul e a segunda conferência com o mesmo objetivo ocorreu em 1983. A terceira conferência apresentava já no título a atmosfera que refletia a ampliação de formas de discriminação descrita como a III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância. A reunião realizada em Durban, em 2001 cujo lema oficial foi: “*Unidos na luta contra o racismo: igualdade, justiça e dignidade*” que causou impacto na constituição política do combate ao racismo em diversos locais. Entre as decisões tomadas e dirigidas às nações, a equivalência entre colonialismo e racismo e o reconhecimento do escravismo como crime contra a humanidade destacam-se como acontecimentos importantes na história do antirracismo. Há ainda a introdução de terminologias de conflitos recentes como “*islamofobia*”, uma distinção em relação aos povos refugiados e a aplicação do termo racismo a práticas que ocorrem aos “ciganos, mulheres, jovens” entre outros. Alguns artigos elaborados a partir de encontros, fóruns e reuniões no interior de algumas das nações participantes, antes do encontro final em Durban, apresentaram dados interessantes sobre os debates na conferência. O texto de Nicolás Boeglin³³⁶ destacou o papel das organizações da sociedade civil que devem atuar “principalmente, como grupos de pressão, observadores e canais de informação” (BOEGLIN, 2001).

A III Conferência em Durban em 2001 constituiu-se como o marco de um debate político sobre o racismo e diversas intolerâncias em escala transnacional. Objetivou analisar o avanço do racismo, os entraves para execução de uma política antirracista, identificar suas causas e vítimas, bem como estabelecer

³³⁶ BOEGLIN, N. Estratégias de influência das organizações da sociedade civil na Conferência contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância Correlata. *Leituras Preliminares*: Instituto Interamericano de Direitos Humanos. São José, Primeira edição, 2001.

medidas de prevenção no âmbito da educação e do combate ao racismo no plano internacional³³⁷. A politização e popularização do tema impactaram o debate público retomado nos questionamentos sobre a existência ou não da raça e do racismo³³⁸. Os legados de Durban, da primeira edição em 2001, influenciaram os debates da conferência de exame em 2009³³⁹ centrados na ordem da inter-relação de diversas discriminações como as de gênero junto às raciais e étnicas.

Em âmbito local, as conferências impulsionaram o campo teórico sobre o tema, como no caso do Brasil, que assumiu o compromisso de elaborar e executar políticas diretas no campo do antirracismo. De acordo com Soares (2009) o evento marcou o delineamento de uma nova politização e popularização do tema retomado pela definição do racismo, da existência e valor do mito da democracia racial, e das políticas de ação afirmativas para efetiva justiça social. Essa nova captação acerca do debate inseriu as históricas demandas e iniciativas de pensadoras e pensadores negros que geraram um amplo acúmulo de conhecimento sobre o tema. Especificamente, o debate público brasileiro foi pautado sobre qual tipo de política de combate ao racismo e à discriminação racial deveria ser adotada.

A presença de representantes dos diferentes grupos que compõem o movimento negro brasileiro nos eventos demonstrou a ampliação da participação política daqueles comprometidos com a temática. Segundo Silva (2005), o processo de preparação para a Conferência propiciou um debate em escala nacional sobre o tema. Edward Telles identifica que uma das reuniões preparatórias para a Conferência de 2001 seria realizada no Brasil, mas a recusa do governo brasileiro em receber o encontro expôs “a preocupação do governo com o rápido desmoronamento da imagem internacional de tolerância racial do Brasil” (TELLES, 2012, p. 59). Entretanto, a realização de encontros regionais promoveu paulatinamente a importância do Brasil no debate sobre o racismo, na

³³⁷ UNESCO, *Luttes contre l'esclavage*, 2004, p. 64.

³³⁸ A Declaração e Plano de Ação de Durban se dirigiram às denúncias da continuidade e amplitude da gravidade das manifestações discriminatórias contemporâneas em escala global. [http://afro-
latinos.palmars.gov.br/_temp/sites/000/6/pdf/Declaracao_Durban.pdf](http://afro-
latinos.palmars.gov.br/_temp/sites/000/6/pdf/Declaracao_Durban.pdf).

³³⁹ Realizada em Genebra cujo slogan foi: “*Unidos contra o racismo: dignidade e justiça para todos*” <http://www.un.org/fr/durbanreview2009/>.

medida em que a delegação brasileira demonstrava o caráter do racismo brasileiro (*Op. cit.*, p. 59).

Considerando uma ampliação do significado de práticas discriminatórias racistas, o relatório que define a Declaração e o Programa de Ação de Durban como resultado final da conferência³⁴⁰ contém os pontos anteriormente debatidos e que se consolidaram na política da UNESCO sobre o racismo³⁴¹. Entre outras definições o documento promove a educação em direitos humanos como uma modalidade de educação na qual a luta contra o racismo deve ser incluída.

O relatório afirma, nas Questões Gerais:

Reconhecemos que racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata ocorrem com base em raça, cor, descendência, origem nacional ou étnica e que as vítimas podem sofrer múltiplas ou agravadas formas de discriminação calcadas em outros aspectos correlatos como sexo, língua, religião, opinião política ou de qualquer outro tipo, origem social, propriedade, nascimento e outros (Declaração e Programa de Ação de Durban, 2001, Questões Gerais, Ponto 2).

Em um dos eixos que estrutura o relatório:

[...] Acreditamos firmemente que a educação, o desenvolvimento e a implementação fiel das normas e obrigações de direitos humanos internacionais, inclusive a promulgação de leis e estratégias políticas econômicas e sociais, são cruciais no combate ao racismo, à discriminação racial, à xenofobia e à intolerância correlata (Declaração e Programa de Ação de Durban, 2001, Questões Gerais, Ponto 80)³⁴².

[...] Enfatizamos os vínculos entre o direito à educação e a luta contra o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata e o papel essencial da educação, incluindo a educação em direitos humanos, e a educação que reconheça e que respeite a diversidade cultural, especialmente entre as crianças e os jovens na prevenção e na erradicação de todas as formas de intolerância e discriminação (NAÇÕES UNIDAS, 2001, Ponto 97)³⁴³.

³⁴⁰ Elaborado pela psicóloga brasileira Edna Roland, nomeada relatora geral da Conferência de 2001, fato que demonstra a importância do Brasil nas negociações (SILVA, 2005).

³⁴¹ ONU. *Declaração e Programa de Ação*. Durban, 2001, 101p.

³⁴² Ponto referente ao item “Medidas de prevenção, educação e proteção com vistas à erradicação do racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata em níveis nacionais regionais e internacionais”. ONU. *Declaração e Programa de Ação*. Durban, 2001.

³⁴³ *Iden, ibidem*.

Um informativo que destaca as ações da UNESCO entre as Conferências de 2001 e a Conferência de exame de Durban em 2009³⁴⁴ ressalta o direcionamento da política UNESCO contra o racismo. Evidencia que o documento considerado referência no histórico da UNESCO nessa matéria é a *Declaração sobre raça e os preconceitos raciais* de 1978³⁴⁵. O texto retoma as “estratégias integradas” da UNESCO, apresentando o objetivo de historicizar os documentos normativos acerca do tema, considerando o recrudescimento do racismo e de “novas formas de discriminação” (UNESCO, 2009, p. 10). Dentre as estratégias recomendadas encontram-se a realização de pesquisas sobre o racismo, a discriminação e a xenofobia, a proposta de reavaliar ou revitalizar os instrumentos normativos sobre a temática, construir materiais pedagógicos, bem como metodologias de trabalho sobre o tema. Entre os objetivos normativos destacam-se as propostas de preservar a diversidade e ainda lutar contra a propaganda racista nos meios de comunicação (*Op. cit.*, p. 11).

No campo dos eixos de ação da UNESCO, o informativo frisa que as pesquisas científicas a serem desenvolvidas deveriam dedicar-se à análise da herança do racismo (sobretudo a partir do tráfico de escravizados); à questão de gênero e as discriminações específicas sofridas pelas mulheres; às demandas de identidade e os impactos da discriminação em sociedades multiculturais e multiétnicas; e ao uso da ciência na contemporaneidade, sobretudo as utilizações abusivas dos estudos da genética para justificar as diferenças humanas se configurando como vetores de ideias discriminatórias. Há a descrição de que a mundialização e os avanços da ciência provocavam novas formas de discriminação (*Op. cit.* p. 14-15). Essa percepção de mundialização está afeita a

³⁴⁴ O informativo descreve as ações propostas e programas debatidos na Conferência de Exame de Durban de 2009. *Renforcer la lutte contre Le racisme et la discrimination: les réalisations de l'UNESCO de la Conférence mondiale de 2001 contre le racisme, la discrimination raciale, la xénophobie et l'intolérance qui y est associée à la Conférence d'examen de Durban de 2009.* <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001848/184861f.pdf>

³⁴⁵ Além do documento, as ações enumeradas como as mais importantes da UNESCO são o *Programa especial do Apartheid* de 1966 criado para resguardar os vitimados deste “racismo institucional”, o projeto *Rota do Escravo* de 1993 para pesquisa científica e “sensibilização do grande público sobre o tráfico negreiro transatlântico” e as Conferências de Durban 2001 e 2009 (O Documento pretende enumerar as ações da UNESCO desde 2001 como terceiro evento desta natureza após os encontros realizados em 1978 e 1983 em Genebra), UNESCO, 2009.

um modo de apreensão do alcance não apenas virtual do capital e da economia, mas igualmente dos conflitos sociais tomados como conflitos globais.

O encontro de Durban é visualizado como um “fórum de estudos” não apenas para afirmar os princípios gerais dos direitos humanos para a “compreensão, coexistência e a cooperação entre os indivíduos e os povos” (*Op. cit.* 18). Destaca, ainda, a participação do Alto Comissariado dos Direitos do Homem das Nações Unidas constituindo o evento como o de maior importância da Década de luta contra o racismo e a discriminação racial das Nações Unidas. Dos objetivos das estratégias integradas da UNESCO, estão o desenvolvimento da pesquisa e o aprofundamento e difusão dos conhecimentos sobre o caráter das discriminações e os “novos fenômenos” como a xenofobia (*Op. cit.* 19).

Na segunda parte do informativo destacam-se as ações específicas nos campos da “educação, ciências sociais, cultura e informação” a partir do Programa de Ação de Durban. O texto indica que a UNESCO é uma das primeiras instituições a abordar o tema do racismo, destacando o texto de Lévi-Strauss *Raça e história* de 1952 como um texto fundador sobre o assunto. Entre as atribuições acerca da educação, as diretrizes por meio do Setor de Educação passam a oferecer aos países membros ferramentas para que possam construir medidas diretivas desde a revisão de programas de ensino, elaboração de materiais didáticos até a formação dos professores visando o combate contra a discriminação racial (*Op. cit.* p. 29-30). Ademais, o incentivo e a difusão de “boas práticas” estão dentre as medidas indicadas.

A utilização de exemplos como o de assegurar educação às crianças ciganas, e o diálogo “euro-árabe” demonstram uma multiplicação não apenas semântica acerca do racismo, mas das ações a ser realizadas neste campo. No que concerne às ciências humanas estas mantém a incumbência de difundir atividades de promoção a formas plurais de pensamento filosófico e de posições ideológicas. Na área da cultura destacam-se a “promoção da diversidade cultural” e do “diálogo intercultural” (*Op. cit.* p. 40). No campo da informação as ações são voltadas para a representação adequada das minorias, visto que há uma consideração de que a “imagem do outro” é projetada por valores culturais e

veiculados pelas mídias e sistemas educativos. Por fim, indica os debates realizados em torno da erradicação dos preconceitos e estereótipos negativos nas “sociedades modernas multiétnicas e multiculturais” (*Op. cit.* p. 69).

Verifica-se a partir dessas descrições o delineamento da projeção antirracista da UNESCO. A introdução do debate nos termos do multiculturalismo, com a ênfase em uma retórica sobre a cultura entre outras formas de discriminação religiosas e de gênero, é exposta a partir do léxico da “intolerância correlata”. As diferenciações de ordem terminológica apresentam distintas ordens de interpretações sobre o tema. Em torno dessa constituição e da dilatação do debate sobre o racismo é que o debate teórico sobre o antirracismo se delinea.

5.2 Pressupostos teóricos em torno do antirracismo

De maneira geral, a inclinação ao antirracismo como objeto de estudo tem apresentado investigações cuja produção tem fornecido uma ampliação de conhecimentos sobre as formas de racismo³⁴⁶. Todo um conjunto de pensadores debruçou-se sobre as mutações e evoluções acerca do racismo. Ressalte-se, contudo, que certamente os conflitos interferem nos modos de apreensão dados aos conceitos o que demonstra as diferenças de apreensão sobre o termo.

Entre as muitas dicionarizações definidas ao termo racismo, algumas apresentam semelhanças que permitem aferir que tipos de terminologias são empregados para defini-lo. Basicamente as descrições giram em torno de uma designação, doutrina que se baseia na crença de raças (BENBASSA, 2010)³⁴⁷. Além de ser descrito como “crença” baseada em um “racialismo”, é descrito como um tipo de comportamento, baseado no “medo do outro”. Mesclam-se junto às definições as causas dos comportamentos, a partir de acontecimentos históricos

³⁴⁶ Fanon já se debruçava sobre a necessidade de compreensão de como opera o racismo ao afirmar que o racismo na África do Sul, por exemplo, opera “porque a estrutura da África do Sul é racista” (FANON, 2008, p. 86).

³⁴⁷ O dicionário francês é descrito para descrever termos afeitos a racismos, exclusão e discriminações.

como os movimentos de articulação das nações, após a Segunda Guerra Mundial a partir dos quais se forjaram legislações específicas. Os termos mobilizados formam um campo semântico no qual aparecem expressões como “*hostilidade*”, “*hierarquia*”, “*etnia*”, “*nacionalidade*”, “*fronteiras*”, “*soberanias*”³⁴⁸. As definições estão pautadas em uma cronologia, a acontecimentos ocorridos em grupos atingidos pelo racismo na Europa contemporânea e fazem relação com a raça como uma ideologia motivadora, além de ser justificada por causas psicológicas, a partir de determinados contextos de tensões sociais. Essas aferições permitem identificar que embora o significado continue em disputa, algumas acepções são dominantes em seu uso.

Banton afirma que um conceito deve ser pensado de forma integrada a uma “família de conceitos que estão relacionados uns com os outros, apoiando-se mutuamente” (BANTON, 2010, p. 210). O racismo é uma ideia que deve ser pensada a partir da genealogia de sua constituição junto à constituição de termos e outras ideias como o nacionalismo e romantismo os quais possibilitaram uma política que serviu para a afirmação da desigualdade racial a partir da premissa de que “raça determina a cultura”; a categorização racial ocorre em um contexto em que há uma percepção geralmente “externa e evidente” em relação a um determinado grupo (*Op. cit.*, p. 211). Essa diferenciação se insere culturalmente e psicologicamente de modo que o preconceito racial é por vezes mais resistente que outros preconceitos (*Op. cit.*, p. 211).

Banton (2010) afirma que a definição de racismo como um termo aplicado à distinção de um grupo a outro esteve integrada, a partir da Europa, a diversos outros conceitos como “nacionalismo, romantismo” e formulada igualmente por autores em épocas específicas (*Op. cit.*, p. 210). Banton ao realizar uma breve genealogia do termo avança do caráter descritivo, no âmbito da política empregada nos anos 1930, para o debate teórico, em termos sociológicos, dos anos 1950. É neste último período que a preocupação geral passou a centrar-se em uma “legislação anti-discriminatória, a desagregação e a aplicação da psicologia à redução das tensões intergrupos” (*Op. cit.*, p. 211).

³⁴⁸ Verbete racismo (BENBASSA, 2010, pp. 573-580).

A ideia de racismo recuperada nos anos 1960 como “uma ideia política que integrava a afirmação da desigualdade racial” é articulada à maneira pela qual atuava nos anos 1930, adjacente a um modo de identificação baseado na compreensão de como a raça influencia a cultura (*Op. cit.*, p. 209). Banton argumenta, ainda, sobre a contestação de que as relações raciais possuem uma qualidade específica a outros tipos de diferenciação como a classe, a nação. Como indicativo metodológico afirma que como objeto de quem pensa o social as relações sociais devem ser analisadas conforme o contexto aos quais as pessoas lhe atribuem sentido seja estratificado racialmente, religiosamente ou de outras formas (*Op. cit.*, p. 209). Por fim, para designação dos tipos de relações em dado contexto indica que uma pesquisa histórica se faz necessária, sua indicação é de que como objeto sociológico deve-se utilizar do termo “minorias”, assim como o de “população” dos geneticistas, tal presunção, como vimos, está ligada à proposição das declarações científicas da UNESCO.

Munanga (1994) afirma que até os anos 1970 os debates sobre o antirracismo permaneceram circunscritos ao campo das ciências biológicas e, a partir dos anos 1980, adquire uma ampliação com redesenho de outras áreas que passam a debater o tema. Essa ampliação é basicamente identificada com a troca do vocábulo que marca a ideia de unidade determinada por alguma acepção biológica de raça pela suposição de variabilidade dada a partir da apropriação do termo cultura. Tal modificação modifica sobremaneira os discursos antirracistas de modo que demonstram uma ampliação quantitativa e qualitativa de discursos denominados antirracistas e da antinomia entre eles. Entre o final da década de 1980 e o início da década de 1990 delinea-se a inclusão dos temas da identidade e de etnicidade predominando na explicação dos conflitos denominados como raciais. A partir de então, no plano teórico, as leituras do antirracismo apresentaram quase sempre um modelo de análise dual. Segundo Munanga (2004), essa díade é deferida com a frequência das acepções universalista e diferencialista do racismo e de suas correlativas políticas antirracistas.

Munanga conceitua duas esferas nas quais esses discursos passam a ser articulados: uma “individual-universalista” que se dirige a proposições universalistas indicando a abolição das identidades de grupos fechados como

sendo de cunho racista e outra que deriva de uma lógica “tradicional-comunitarista” a qual proclama o direito à diferença na preservação das identidades e das tradições. Por ambas identificarem o racismo como um impeditivo a ser combatido as duas lógicas receberam a alcunha de perspectivas antirracistas, porém com distintos objetivos. Para Munanga o antirracismo diferencialista se opõe ao racismo universalista, cuja ênfase está na integração nacional de todos os indivíduos, a linguagem utilizada é da ordem da unidade, do universal, da nação etc. Inversamente, o antirracismo diferencialista mantém o enfoque na possibilidade de identificações múltiplas. Entre os termos utilizados, destacam-se a sua pluralização: sociedades plurirraciais ou pluriculturais (MUNANGA, 2004).

Segundo Munanga, muitos dos discursos identificados entre o racismo e antirracismo se utilizam de argumentos semelhantes, como por exemplo, as mesmas bandeiras do direito à diferença ou da preservação das identidades, no entanto com finalidades distintas (MUNANGA, 1994, p. 186). Essa alusão à empregabilidade de termos semelhantes alerta, portanto, para as conjunturas em que o debate é colocado e no direcionamento político dado ao antirracismo.

Além da designação básica dada pelo próprio termo antirracismo, como oposição ao racismo, as diferentes formas pelas quais o termo é aplicado, sobretudo no campo político revela uma pluralidade de suas formas de existência. Tal pluralidade se concretiza inicialmente pelo debate acerca da própria concepção de racismo e de quais práticas devem ser consideradas racistas. Isso ainda não é consenso nos campos teóricos como se pôde visualizar na Conferência de Durban. Isso é relevante, pois verificamos que o debate realizado naquele momento colocou novamente no centro da contenda a contrariedade acerca da definição de raça. Esse modo de colocar a questão na qual o racismo ocorre pela crença em grupos divididos por raças, não está afastado das pressuposições colocadas pela UNESCO desde os anos 1950.

Ledoyen descreve uma cronologia histórica da formação do antirracismo sobreposta a três acontecimentos: escravismo, colonialismo e os movimentos antinazistas (LENDROYEN, 1998). Benbassa (2010) afirma que ocorreu uma

divisão histórica no campo do antirracismo no período posterior a Segunda Guerra Mundial, basicamente esta divisão se deu pela disputa acerca dos fenômenos que deveriam ser qualificados de racismo. Essa pluralização forneceu uma heterogeneidade de “antirracismos” (BENBASSA, 2010). Esta autora estabelece uma tipologia das leituras do que viriam a ser interpretadas como antirracismo, inicialmente, aquele aplicado de modo institucional seria o menos problematizado pelos pressupostos teóricos. A clareza desta definição se assenta na percepção de ação diretiva sobreposta internamente ao Estado, mas o problema está no modo de apreensão da prática racista que deve ser englobada pelo antirracismo (*Op. cit.* p. 134). Isso acabou por criar uma “crise no antirracismo”, sobretudo a partir do modo de apresentação das problemáticas no contexto europeu, a imigração, a “islamofobia” e as reivindicações de identidades. A definição de “crise”, no entanto, assemelha-se mais ao modo como a problemática é colocada em termos da configuração do Estado-nação e mais precisamente de como se define o espaço da nação. Essa ampliação se refere, igualmente, aos tipos de discriminação aos quais as pessoas estão submetidas, as diversas formas de preconceito e ao modo conflituoso como se estabelecem as relações sociais espiraladas pelo racismo.

O antirracismo por ser um termo empregado para definir políticas contra os efeitos do racismo possui características amplas e múltiplas segundo os contextos locais e históricos específicos a que se destina. Como conceito teórico, o antirracismo adquire funcionalidade quando articulado a ações diretivas e igualmente na compreensão da produção e disseminação de discursos, representações, estereótipos que atuam de modo efetivo na constituição do racismo. Contemporaneamente, verifica-se uma ampliação do termo na mesma medida em que há um alargamento do que pode ser qualificado de racismo. De modo que constituir uma trajetória do antirracismo requer uma articulação entre os impactos dos acontecimentos e o histórico local de uma dada formação social.

Taguieff (1998; 1992) argumenta que o início do debate antirracista efetiva-se tendo como base a plataforma do universalismo a partir do iluminismo europeu. Identifica a formação análoga da raça ao status de homem individual, assim o antirracismo é alocado no debate político da igualdade entre os homens

(TAGUIEFF, 1992, p. 219). A articulação entre iluminismo e universalismo se aplica à gênese de ações da UNESCO, por se dirigir a um antirracismo de base racional, primeiramente pela definição de universalidade conferida ao ser humano, e paralelamente, pelo investimento no debate científico como fonte de todo o pensamento racional. Afirma que a conceituação do antirracismo acompanha a pluralidade de diferentes significações do racismo (TAGUIEFF, 1998). Neste sentido, o autor estabelece uma tipologia entre um “racismo clássico” que explicaria as diferenças com acepções biológicas e o “novo racismo” baseado nos conflitos pelas diferenças culturais. Em cada tipologia de racismo derivam outras em torno da impossibilidade de admitir a existência de diferentes grupos sobre a noção de humanidade.

A proposta de conceituação acerca do antirracismo colocada por Taguieff está atrelada à proteção ao regime do Estado-nação, o qual deve considerar cada contexto específico na elaboração das práticas antirracistas. No campo de estudos sobre as relações raciais, o conceito de “novo racismo” surge no contexto europeu por volta de 1990. Essencialmente a introdução desta nomenclatura com o objetivo de analisar as relações sociais mostram mais sobre os conflitos estabelecidos entre as categorias representativas do europeu e daqueles que compunham as minorias imigradas, os “não europeus”³⁴⁹. Dito de outra maneira, o “novo racismo” analiticamente é mais produtivo se empregado para compreender o modo como a representação do europeu é construída e modificada a partir da veiculação e da criação representativa do “não europeu”.

A ideia de “novo racismo” traduzido por vezes como “racismo sem raça” explica mais sobre as formas pelas quais o racismo foi sendo reformulado e reapropriado do que propriamente uma proposição analítica de substituição completa do racismo de base biológica. Gilroy (2009), antes de apontar como certo o término do “novo racismo”, define que sua utilização é na verdade uma espécie de renovação de antigas terminologias de oposição tais como “natureza e cultura”, “biologia e história” (GILROY, 2009, p. 55). Essa forma de

³⁴⁹ Ao localizá-lo a partir do contexto europeu pode-se ter a dimensão de seu surgimento e articulação com raça e nação, a partir dos discursos da nova direita na Grã-Bretanha no contexto posterior à Segunda Guerra Mundial (BARKER, *apud* BRAH, 2011).

aplicabilidade do termo baseada na oposição de termos é descrita, segundo ele em uma nova descrição um “bioculturalismo” (*Op. cit.*, p. 55). Lentin (2007) argumenta que aquilo que mobiliza o “novo racismo” não traz em si nenhuma novidade, pois se o pressuposto é de que esta perspectiva enfatiza a cultura, o antissemitismo já havia se consolidado historicamente como exemplo deste tipo de racismo.

A década de 1990 é marcada pela inserção de um debate epistemológico sobre a diferenciação entre o antirracismo científico, creditado a produção de conhecimento em âmbito acadêmico, e o antirracismo politizado identificado como aquele produzido pelas organizações da sociedade civil. A vigilância tornou-se mais incisiva e basicamente, era considerado antirracista aquele que não pensava e nem se exprimia usando qualquer terminologia racial. Essa inferência na linguagem ocorreu não apenas no campo teórico de interpretação, mas nas metodologias de pesquisa, como pudemos visualizar nas indicações da UNESCO. Contemporaneamente, a articulação da diferença racial seja em termos culturais ou naquilo que ela traz de mais arcaico em seu embasamento biológico pautado, sobretudo, em aspectos corpóreos, é visualizada cotidianamente no social. Hall (2002) identifica que esta articulação oferece uma possibilidade de pluralização conceitual sobre o racismo, principalmente ao se atentar aos tipos de elementos mobilizados sob sua subscrição.

Essa perspectiva alia a busca por construir uma proposta do equacionamento dos conflitos a um antirracismo cognitivo pautado na proposta de abdicação da palavra raça e de qualquer pronúncia com semântica racial, o que levaria as pessoas a não mais pensar em termos raciais. A simplificação desta lógica reverberou na UNESCO, confirmando o investimento na racionalidade elemento capaz de extinguir qualquer proposição corrompida por uma ideologia. Arendt (1989) argumenta que ideologia age por sua potencialidade de explicar as problemáticas mais gerais e elucidar o que deriva do “conhecimento íntimo e das leis universais ‘ocultas’, que supostamente regem a natureza e o homem” (ARENDR, 1989, p. 189). As ideologias que influenciam o modo de pensar não ocorrem sem recorrer às “nossas experiências ou desejos”, fato que habita fora dos

“fatos científicos” e atua, portanto, como “arma política e não como doutrina teórica” (*Op. cit.*, p. 189).

Etienne Balibar argumenta que as diferentes aplicações da palavra racismo implicam em um jogo epistemológico em que a teoria e as medidas práticas estão compostas, no entanto, a utilização do termo racialização para identificar os alvos de racismo pode oferecer maiores ampliações em termos teóricos (BALIBAR, 2005). Para Mignolo (2007) racismo é um tipo de discurso hegemônico que questiona a humanidade daqueles que habitam fora do “lôcus de enunciação” circunscrita por um tipo de “geopolítica do conhecimento” e da possibilidade de estabelecer “parâmetros de classificação” (MIGNOLO, 2007, p. 34). Para Shohat e Stam (2007) o racismo é antes uma relação social “um conjunto estruturado de práticas e discursos sociais e institucionais [...] é a tentativa de estigmatizar a diferença com propósito de justificar vantagens injustas ou abusos de poder” (SHOHAT, STAM, 2007, p. 47). Estes últimos autores argumentam ainda que o racismo é um sistema complexo constituído de forma hierárquica por um conjunto de práticas e discursos sociais e institucionais que mesmo que as pessoas não o pratiquem individualmente, são afetadas por ele em alguma medida, por conseguinte, o racismo opera “estigmatizando a diferença” (*Op. cit.*, p. 51) e justifica determinadas vantagens (*Op. cit.*, p. 47).

Wieviorka (2007) define o racismo como a caracterização de “um conjunto humano pelos atributos naturais, eles próprios associados às características intelectuais morais que valem para cada indivíduo dependente desse conjunto, e a partir disso, pôr eventualmente em execução práticas de inferiorização e exclusão” (WIEVIORKA, 2007, p. 11). Segundo o sociólogo há “duas lógicas” pelas quais o racismo será operacionalizado, a primeira alude a uma temporalidade do “passado”, designada pela prática do racismo “clássico”, o qual está fundamentado em uma hierarquização racial que “atribui aos grupos caracterizados pela raça um lugar na sociedade considerada” (*Op. cit.*, p. 38). A segunda “lógica” é da ordem do presente denominado pelo “novo racismo diferencialista” que opera pela exclusão e pela rejeição (*Op. cit.*, p. 38). Para

Wieviorka, entretanto, estas duas lógicas se fundem incidindo de forma conjunta na contemporaneidade.

Lentin (2000) argumenta que ampliação excessiva da ampliação semântica do racismo compromete o discurso antirracista da contemporaneidade, quando utilizada para nomear variadas formas de discriminação, preconceito e marginalização contra grupos diversos. Para que o debate não se atenha a uma mera descrição semântica, deve-se dirigir atenção não apenas ao possível reducionismo do termo, mas em que medida tal ação impossibilita a capacidade de identificar e definir o que seja uma prática racista, o que implica, necessariamente, no comprometimento de uma ação antirracista.

Essa utilização indiscriminada do termo obscurece uma precisão e impossibilita a identificação de atitudes e práticas racistas, além de perder a radicalidade que se exige de uma efetiva política antirracista que tenha por objetivo alterar as estruturas pelas quais o racismo é produzido. Segundo a autora, um substancial número de conceituações e de políticas pautadas na proposta de superação da utilização do termo raça pela insistência em sua correlação biológica, configurou-se em uma suposta era “pós-racial”. Ao relativizar diferentes experiências de discriminação no amplo espectro de racismo, acaba por auxiliar no seu perpetuamento (LENTIN, 2004).

Para Hall (1997) a apropriação indevida do racismo impede uma conceituação da experiência vivida do mesmo. O autor argumenta que articular as denominadas conexões dadas ao racismo como apontamentos do modo pelo qual o mesmo opera, permite identificar o modo como incide de forma capilar, logo, sendo um sistema socioeconômico de exploração e exclusão (HALL, 2009, p. 66). Por ser uma estrutura de conhecimento e de representação, constitui-se a partir da difusão da atribuição de sentido incessantemente propagada. Nesse sentido, deve-se pensar o conceito de forma plural “o racismo tem uma história específica que se apresenta de formas específicas, particulares e únicas, e essas especificidades influenciam sua dinâmica e têm efeitos reais, que diferem entre uma sociedade e outra” (HALL, 2005, p. 4). Van Dijk (2007) possui um argumento semelhante ao definir o racismo como um sistema que justifica a dominação e desigualdade

social. Bhabha (2007) argumenta que emergência do racismo moderno se deu como elemento que possibilitou a construção da ideia de “um povo” e sua “comunidade imaginada” (BHABHA, 2007, p. 345).

Por essas implicações, delineia-se um tipo de reatualização das primeiras políticas antirracistas da UNESCO, cujas ações centraram-se na prática de dirigir a linguagem correta a ser utilizada no campo do racismo. Isto tem sido definido por alguns autores como uma política antirracista, havendo, portanto, uma diferença entre antirracismo e antirracismo. O antirracismo se fundamenta na proposição de que o racismo opera pela existência da raça que não carrega em si mesma nenhuma existência concreta, atuando, portanto, por ideologia. A pressuposição de que a raça resulta de um conjunto de elementos manipulados sendo, por conseguinte, um engodo, é promovido de modo que a luta contra este reducionismo se torna central nas análises antirracistas. Esta diretriz foi fortalecida pela ação da UNESCO ao iniciar uma política contra o racismo por meio de estudos e pesquisas voltadas para o abandono da nomenclatura descritiva teorizada por uma ideia de raça.

Anthony Appiah (1997) afirma que raça deve ser abolida do vocabulário acadêmico, pois ela mascara as diferenças sociais fundamentadas entre as classes sociais atuando por meio de uma “ilusão”. O autor adota uma variante ao chamar de racismo o conjunto de doutrinas popularizadas a despeito da noção de que as características biológicas compartilhadas por um grupo de indivíduos possa ser denominada de “raça”, cuja existência concreta pode se integrar em uma “essência racial”. A natureza da origem da noção moderna de raça teve como objetivo a organização de um pensamento direcionado à categorização dos agrupamentos humanos (APPIAH, 1997, p. 75).

Para Appiah, o racismo é uma doutrina cuja definição se fundamenta na existência de “características hereditárias, partilhadas por membros de nossa espécie, que nos permitem dividi-la num pequeno número de raças” (*Op. cit.*, p. 76). Isso permitiria crer “que todos os membros de uma raça partilhem entre si certos traços e tendências que não são partilhados com membros de nenhuma raça” tal perspectiva se fundamenta a partir de uma “uma espécie de essência

racial” (*Op. cit.*, p. 76). Gilroy (2007) se alinha à mesma proposição, identificando que a utilização de raça quando mobilizada em articulação a uma nação e um povo tem em sua gênese uma noção essencialista de “pureza”, o que impede uma analítica sociológica sobre sua função. Para Gilroy a categorização racial impede a “individualidade” e aponta como a dimensão racial cria um “mecanismo” que suplanta a “humanidade” de brancos e negros. Segundo Gilroy somente uma proposta “pós-racial” e “pós-antropológica” pode projetar uma compreensão contemporânea do “ser humano”.

Em outra via de análise, Ndiaye (2008; 2006) afirma que mostrar o caráter imaginário da noção de “raça” não é suficiente para demonstrar as formas pelas quais os imaginários sociais operam por meio da sua existência metafórica. Com inspiração no pensamento de Aimé Césaire, Ndiaye propõe pensar a categorização racial para compreender a experiência de ser negro diretamente associado a uma experiência estigmatizada, e para realizar uma análise dos discursos que nos permitem compreender como se dá essa experiência. Assim, o historiador fundamenta sua tese com o termo “condição negra” e por ser condição é contingente sendo experienciada por uma noção de raça que permeia o campo social.

De modo que a condição negra é uma experiência socialmente construída, a partir da qual se potencializa, em determinados segmentos sociais, uma experiência social específica. Isto permite compreender como as pessoas são vistas e se veem como negras (ou qualquer outro pertencimento étnico) e porque existe uma noção de raça que fundamenta tal percepção (NDIAYE, 2008, p. 45). Assim sendo, apenas a rejeição do termo raça do vocabulário comum é limitada e não extingue o racismo (*Op. cit.*, p. 43). O autor argumenta que a existência de um discurso biológico racializante esteve a serviço do conhecimento científico, justificando sistemas de poder (*Op. cit.*, p. 43). Nesse sentido, a utilização da noção de raça como uma categoria social de análise auxilia na compreensão dos fenômenos de desigualdade social que operam de forma específica em grupos racializados. Para o historiador a categoria raça é “útil para pensar as desigualdades e fenômenos de dominação social” (*Op. cit.*, p. 38).

Silvério (1999) delinea um percurso histórico do desdobramento na utilização semântica do termo raça, primeiramente, de modo descritivo, como um grupo com características físicas que são diferenciáveis e observáveis de modo estático, a ascensão da raça como grupo mutável. Em seguida, há um direcionamento para o uso de raça como categorização universal: a “raça humana” a posterior utilização da raça como nação e, por fim, como uma categorização social que adquire diversos sentidos de acordo com o contexto no qual é empregada. Para este autor, dois acontecimentos modificaram a interpretação do termo no âmbito das ciências sociais. A primeira se refere aos estudos desenvolvidos no âmbito da Escola de Chicago e o segundo a mudança de orientação a partir da Segunda Guerra Mundial, do Movimento pelos Direitos Civis e o início de um amplo movimento imigratório em âmbito global (SILVÉRIO, 2003, p. 60).

Brah (2011) coloca o problema da conceituação sobre raça como um termo que possui uma variabilidade histórica de significados sociais. Para a autora, raça opera junto a outros tipos de “marcadores” que atuam como um significante de raça. É precisamente essa conjunção de marcadores que confere ao racismo um universo de distinções acerca da diferença racial:

Algunas formas de racismo destacan las características biológicas como indicadores de una supuesta diferencia ‘racial’. Otras formas pueden señalar la diferencia cultural como la base de una presunta e infranqueable barrera racial entre grupos. El racismo cultural puede callar al respecto o incluso negar cualquier noción de superioridad o inferioridad biológica, pero lo que lo determina específicamente como racismo es el trasfondo de diferencia innata que contribuye de forma implícita o explícita a calificar a un grupo como una ‘raza’. En otras palabras, el racismo construye la diferencia ‘racial’ (BRAH, 2011, p. 186).

Lentin indica que se posicionar contra a linguagem racializada não deve se opor a compreensão do modo pelo qual opera uma incessante produção que racializa as pessoas (LENTIN, 2004). De fato, a compreensão do papel que exerce a linguagem é fundamental, mas isso ultrapassa a existência de linguagem racista, se refere mais ao modo como ela é produzida. Essa proposição, ao limitar o antirracismo a um antirracismo, é pouco eficaz, sobretudo para a compreensão

da maneira pela qual uma estrutura racial se organiza no corpo social e político de uma dada formação.

O racialismo se fundamenta em torno da suposição da nulidade da definição biológica de raça. Essa indicação como única possibilidade para erradicação do racismo é exígua e empobrece o debate. A atenção deve ser dirigida ao modo pelo qual nos colocamos a pensá-la, pois seu caráter “significante” implica que denotar muitas coisas que oscilam de acordo com uma dada configuração seja o modo em que reside sua força. Não apenas sua eficácia pode ser visualizada, mas na capacidade de habitar, de se mesclar por entre definições difusas resulta igualmente a possibilidade de identificá-la.

Lentin fundamenta sua tese segundo a qual o que se configura na contemporaneidade é um “pós-racialismo” pautado, sobretudo na indicação da abolição do termo raça, ocupa lugar central no campo antirracista. Isto está pautado na política do multiculturalismo adotada nas sociedades europeias que articula um discurso e uma política que no limite negligencia a análise estrutural do racismo (LENTIN, 2000).

5.3 A aplicabilidade das conceituações antirracistas no Brasil

Atualmente, as acepções do debate sobre o antirracismo no contexto brasileiro podem ser observadas na mudança de orientação sofrida pela política contemporânea sobre as questões raciais. Basicamente, a educação é um campo fecundo no qual se pode visualizar o debate sobre a elaboração das políticas públicas que passam a considerar a constituição étnico-racial da população brasileira. Tais medidas trouxeram a público um debate sobre o significado das diferenças raciais na sociedade brasileira. Antigos temas e perguntas surgiram novamente e planificaram uma discussão sobre pertencimento étnico-racial cujo fundamento voltou atenções sobre qual seria a composição étnica e racial do brasileiro. A ausência de um consenso a respeito do caráter “ontológico” da

categoria raça permanece como ponto nodal do debate, embora não se tenha discordância da existência do racismo, mas sim, no modo como ele opera.

Schwarcz (1993 [2012]) afirma que os anos de 1870 e 1930 constituíram um marco na história das ideias no Brasil (SCWARCZ, 2012, p. 19). No que tange ao debate racial, o conceito de raça colocou-se como um “objeto de conhecimento, cujo significado estará sendo constantemente renegociado” (*Op. cit.* p. 20). A autora identifica que a preocupação com a raça significou diferentes coisas no período em questão, notadamente um dado científico e um conceito de descrição de particularidades.

Essa renegociação pôde ser revista no debate contemporâneo alavancado pelas proposições de medidas políticas a fim de diminuir os efeitos do racismo. As relações raciais foram intensamente debatidas e a democracia racial entrou novamente em pauta. Verificamos de que maneira a propaganda sobre o Brasil estampada nas páginas da revista *O Correio da UNESCO* apontou que a harmonia e a democracia entre as relações raciais foram muito mais que um mito, mas se constituíram em um projeto para as relações raciais que tinha o objetivo de ser exportado como exemplo para o mundo. Embora os autores encontrassem em suas pesquisas elementos de um racismo presente na sociedade brasileira o enfrentavam como um dos frutos do desenvolvimento social e econômico que se seguira com a industrialização. Paixão (2005) denomina de “moderna tradição culturalista” um modelo de análise empregado em alguns estudos sobre as relações raciais no Brasil que, em parte, declina da análise positivada das relações raciais brasileiras, a partir do qual a variável cultural se tornou determinante nas leituras sobre as desigualdades raciais no Brasil.

Como já citado, no Brasil a disputa contemporânea pela conceituação da categoria raça e a análise do racismo apresenta contradições e diferentes concepções. A divergência mais central do debate entre autoras e autores com posições diferentes e perfis intelectuais distintos refere-se principal, mas não exclusivamente, aos usos atribuídos à noção de raça. Entre as linhas de análise podem-se destacar, as que estão ligadas a abordagens no interior da antropologia social e cultural, focada nas identidades étnicas e elementos culturais de formação

da sociedade brasileira. Há ainda os estudos da perspectiva sociológica no modelo de relações raciais, que buscam compreender a dinâmica das relações sociais atravessadas pela dimensão racial, bem como, a intersecção com outras clivagens, de classe, gênero, sexualidade, (HOFBAUER, 2003), e ainda, de configurar os termos de ação política contra o racismo e a discriminação (SILVÉRIO, 1999).

Guimarães (1999) identifica no contexto ocidental os referenciais analíticos do antirracismo (especialmente dos contextos brasileiro e estadunidense). Para este autor, o racismo está atrelado a um tipo específico de discriminação que estrutura uma “hierarquia social” visível pela existência de “diferenças raciais”, articula doutrinas, atitudes e preferências que nesses limites pode ser combatido “por um desmascaramento da ideia de raça” (GUIMARÃES, 1999, p. 216). Os embasamentos do antirracismo ocidental estão diretamente ligados a ideias centrais da filosofia política do ocidente, derivadas da noção chave de cidadania.

Para Guimarães, o contexto brasileiro levado pelos principais pensadores da época, enfatizou o caráter individual do racismo dando pouca ênfase ao contexto mais estrutural da formação social brasileira do racismo. O contexto brasileiro teria ainda como especificidade, segundo Guimarães, o lugar dado à cor da pele (como uma marca metaforizada de raça) e ainda ao caráter de pesquisa das ciências sociais brasileiras que negligenciaram o caráter estrutural do racismo. Tais elementos configuraram o contexto que permitiu a constituição de um antirracismo brasileiro pautado inicialmente, na recusa do reconhecimento das raças, identificando a proposta assimilacionista para as relações raciais brasileiras. Além disso, o autor argumenta que uma política antirracista em um contexto de desigualdades raciais, ou seja, aquela marcada por marcadores raciais deve ser construída considerando tais marcadores.

Ainda segundo Guimarães, a terminologia do racismo perde força ao ser utilizada para nomear tipos diferenciados de discriminação, o autor preocupa-se também com os modos como o termo auxilia compreender as correlações entre raça, gênero, nacionalidade como componentes de um campo semântico em articulação. Para Guimarães há um processo de constituição do antirracismo,

primeiramente por meio da consolidação da cidadania como estatuto legal e formal (*Op. cit.*, p. 41), o que esteve a cabo de um antirracismo intelectualizado que se diferenciava do realizado pelos “pretos e mulatos”, identificado como popular. Posteriormente, segundo o autor, na década de 1960 o antirracismo no Brasil se direcionou para a denúncia das desigualdades raciais e nos anos 1970 para a afirmação de um nacionalismo negro baseado na valorização da cultura negra. A implicação na analítica sociológica das relações raciais brasileiras se deu pela formulação da existência no Brasil de preconceito de cor e não de preconceito racial sendo a “cor” como um tropo de raça. Guimarães sugere que como prática política, o antirracismo deve possibilitar a possibilidade de que as pessoas negras se identifiquem do ponto de vista racial (*Op. cit.*, p. 61).

Desse modo, Guimarães identifica que o movimento do antirracismo brasileiro avança a partir do antirracismo com enfoque no descrédito das doutrinas que se pautam nas variações de tratamento advindas de uma noção racial das diferenças. Essa descrição não se refere propriamente a um antirracismo (*Op. cit.*, p. 65). Posteriormente, de forma “orgânica” aos movimentos sociais negros brasileiros, o antirracismo vai ser pautado nos termos da proposição de uma autoestima negra, do combate à discriminação racial e às desigualdades raciais (*Op. cit.*, p. 228). Guimarães delinea a problemática pautada nas nacionalidades e no papel do Estado, na gramática da nação evoca língua, território, cultura e na valorização das diferenças entre as quais a investidura nas “políticas educacionais dos governos” (*Op. cit.*, p. 239).

Sansone (2007) sugere que uma postura antirracista deve escapar de uma noção baseada em uma categorização racial, mas que “redescubra e enfatize a beleza do internacionalismo”, que se norteie pela noção de “racismo sem etnicidade” (SANSONE, 2007, p. 284). Sansone sugere ainda uma análise utilizando o termo racialização no lugar de utilizar a categoria raça nas pesquisas teóricas, segundo ele, o termo racialização é útil para pensar as diversas formas de etnicidade em que a dimensão racial é uma delas, assim existiria um movimento de etnização e de racialização operando de forma intercambial em determinados contextos (SANSONE, 2007).

Costa (2002) vai definir como “paradoxo” o que ocorre em torno das duas proeminentes correntes que vão pensar o racismo e o seu antirracismo no Brasil. O autor denomina de “igualitaristas” aquelas que pretendem promover a igualdade sem distinguir em função disso, qualquer preferência a um “grupo demográfico”. Já a corrente, denominada de “integracionista”, enfatiza a “particularidade cultural” e prevê o combate ao racismo justamente pela promoção de identidades preservadas pela cultura (COSTA, 2002, p. 196).

Telles (2004) estabelece três linhas de pensamento sobre as relações raciais brasileiras, a primeira dos autores que afirmavam não haver discriminação racial no Brasil basicamente pela “grande fluidez entre as raças”. A segunda vertente vincula-se aquelas análises em que a discriminação racial é transitória embora difusa na sociedade, e por fim, a perspectiva de que a discriminação racial está estabelecida de modo permanente no tecido social (TELLES, 2004, p. 12).

Por trás destas conceituações sobre o antirracismo e o antirracismo pode-se evidenciar, segundo Silvério (1999) a oposição “não-racialismo/racialismo”, na qual se delineiam propostas sobre “uma sociedade pluralista, racial e etnicamente universalizante ou uma sociedade com projetos raciais e étnicos particularizantes em disputa por posições nas diferentes esferas da vida social” (SILVÉRIO, 1999, p. 154).

Hofbauer (2009) propõe que a gênese do pensamento social sobre a temática no Brasil pode ser encontrada em duas tradições de pensamento que conceituam diferentemente o racismo: uma tradição antropológica e outra sociológica. De acordo com o autor, as leituras antropológicas se constituíram de modo a visualizar as relações raciais em termos de aspecto cultural e notadamente específico do contexto brasileiro. Já a leitura sociológica se articulou na interpretação das relações entre negros e brancos, com ênfase na desigualdade social. Estas diferenciações teóricas, segundo Hofbauer, limitam a compreensão do modo como o ideário racial se constrói no Brasil.

No contexto brasileiro convivem as críticas sobre a forma como são construídos os estudos sobre as relações raciais, fundamentalmente a crítica mais

central refere-se à acusação de uma utilização simulada do modelo norte-americano de relações raciais para o contexto brasileiro, mesmo existindo posições que não se resumem a somente utilizar as leituras norte-americanas como espelho para as brasileiras. Os debates atuais redimensionam a tradição de pensamento social brasileiro da modificação da nação de mestiça para multirracial (SILVÉRIO, 2004; GUIMARÃES, 2005).

É consenso, no entanto, que é a partir dos anos 1970, com os estudos realizados por Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle e Silva, que se opera uma inflexão ao modo de apresentar a dimensão racial da desigualdade social brasileira. Estes estudos impulsionaram uma mudança em todas as áreas da pesquisa em ciências humanas, uma vez que já não se podia ignorar que as assimetrias da desigualdade social brasileira possuem uma constituição racial. Embora apresente discordância em torno da utilização das categorias, sobretudo da raça nas análises dos indicadores sociais e, principalmente, nas medidas que possibilitem a equidade social, essa dimensão modificou como um todo o modo de fazer pesquisa em relações raciais no Brasil. Os estudos deste período estruturaram a análise a partir da categorização racial que possibilitou avaliar a posição de cada grupo na estrutura social.

No entanto, nos anos 1980 verifica-se que a ideia de “democracia racial” estabelecia-se ancorada na divulgação feita pelo Brasil sobre suas relações sociais em termos raciais no interior das Nações Unidas. O relatório apresentado pelo Ministério das Relações Exteriores ao CERD em 1970 demonstra tal continuação, identificável na frase: “Tenho a honra de informar-lhe que, uma vez que a discriminação racial não existe no Brasil, o Governo brasileiro não vê necessidade de adotar medidas esporádicas de natureza legislativa, judicial e administrativa a fim de assegurar a igualdade das raças” (CERD, 1972, *apud*, SILVA, 2013, p. 167)³⁵⁰. Os demais relatórios apresentados ao CERD pelo Brasil seguem na mesma perspectiva, o que se modificaria apenas em 1995 em relação à descrição

³⁵⁰ Os adendos de 1972 ao relatório destacam ainda que “O clima de relações inter-raciais pacíficas e amistosas, um dos mais importantes traços da cultura brasileira, não apenas foi preservado, mas aperfeiçoado ao longo do último biênio. Não há qualquer privilégio racial ou sentimento de isolamento ou frustração da parte dos cidadãos brasileiros em função da cor da pele ou outras razões raciais” (CERD, 1972, *apud* SILVA, 2013, p. 167).

da situação racial brasileira e no posicionamento do país sobre sua política externa na matéria (SILVA, 2013). Havia, enfim, o reconhecimento da desigualdade racial e da discriminação no país. A apresentação do relatório de 2003 apresentou modificações na forma de elaboração com a participação de setores da sociedade civil e das aplicações do Programa de Ação de Durban (SILVA, 2013).

Essas conceituações permitem verificar quais elementos os estudiosos e aqueles que se colocaram em público para debater o tema mobilizaram bem como os modos diversos em que o debate ascendeu midiaticamente. As anacrônicas semânticas de convivência harmoniosa e da inevitável mestiçagem, ao contrário do que se pensava, não perderam a influência no pensamento social. Para Munanga (2007), as distinções do antirracismo elencadas acima, no caso brasileiro podem ser identificadas no modo como acionam a noção da mestiçagem. O antirracismo universalista promove a mestiçagem como elemento de integração, já o antirracismo diferencialista atribui à mestiçagem uma política que busca mitigar as diferenças, em ambos os casos, o Brasil tem um histórico emblemático.

Embora tais leituras sobre o antirracismo apresentem diferenças de interpretação, não há discordância em relação à educação como um caminho fundamental de erradicação do racismo. Não obstante, o debate contemporâneo das relações raciais e sua interface com a educação trouxe, uma possibilidade de modificação na analítica das relações sociais brasileiras. A educação tornou-se o objeto político de um debate iniciado nos anos 1930 no qual a dúvida girava em torno da constituição de uma identidade nacional.

A questão racial como objeto de estudo, cunhado inicialmente na sociologia e na antropologia, é incorporada ao campo educacional, primeiramente, pela ação política protagonista dos diversos grupos que compõem o movimento negro. Essa atuação política permitiu uma conjuntura na qual o movimento negro se constituísse como um ator político de peso no cenário nacional. A representatividade política desempenhada pelo movimento negro demonstra, inicialmente, dois ganhos fundamentais. Em primeiro lugar, por projetar e colocar no centro do debate público uma analítica em que se identifica o modo como

historicamente a educação no Brasil é, em sua gênese, racializada. De modo que se pode compreender a maneira como o movimento negro brasileiro pautou a educação como veículo de integração e resistência. Em segundo lugar, centrou-se na revelação que a loquaz narrativa da metarraça e da democracia racial, que organiza o modo pelo qual se descreve a nação brasileira, traduz-se em um engodo para o reconhecimento do modo racializado pelo qual a sociedade brasileira é estruturada. Hall argumenta que uma análise das “instituições e processos” da denominada “sociedade civil” são particularmente enriquecedoras para compreensão de “formações sociais racialmente estruturadas” (HALL, 2007, p. 313).

É possível compreender os delineamentos relativos ao campo educacional, como reflexo desta mudança de paradigma de reconhecimento da multiracialidade que compõe a sociedade brasileira. A educação se tornou o espaço no qual é possível visualizar os conflitos sobre a questão racial e contê-los, pois definir um espaço no qual este debate seja possível é fundamentalmente, por esta via, realizar uma espécie de justiça cultural (RODRIGUES, ABRAMOWICZ, 2013; RODRIGUES, 2011). Tal argumentação sobre a existência de um modo específico de contenção cujo papel tem sido desempenhado pela diversidade cultural está presente no pensamento de Bhabha ao identificar certa generalidade na ideia de que o endosso à diversidade das culturas constitui a educação multicultural (BHABHA, 1996, p. 35). Em outras palavras, a educação cultural torna-se, portanto uma retórica de referência, uma prática de intervenção no social.

A elaboração de políticas distributivas no plano social que considerem a pluralidade racial, a instituição de ministérios no âmbito do poder executivo³⁵¹ e de uma legislação específica para o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena, bem como as Diretrizes Curriculares³⁵² para sua implantação são efeitos

³⁵¹ A criação da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), em 2001 e da SECAD Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade criada em 2004, são exemplos da formulação de tais políticas.

³⁵² A Lei 10. 639/2003 alterou o artigo 26º A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996. Instituiu o ensino sobre História da África e Cultura Afro-Brasileira e Africana, alterada pela Lei 11.645/08 que incorpora a História Indígena e as Diretrizes Curriculares

da integração do tema à agenda política brasileira. No Brasil, especialmente as políticas de ação afirmativa serão definidas no contexto de ação da “nova política antirracista” (MAIO; MONTEIRO, 2010). Vale lembrar que a UNESCO subvenciona no contexto brasileiro uma dispendiosa intervenção por meio de projetos³⁵³, publicação de materiais didáticos, livros e pesquisas estatísticas e diagnósticas em âmbito acadêmico sobre a temática racial nos últimos anos, ação que reflete um modo de pautar o debate.

Hall argumenta que a “questão multicultural” ao colocar no centro do debate político sobre a constituição das nações as derivações da diferença, das identificações de raça e etnia, e as pluralizações culturais, modifica os termos centrais a partir dos quais o Estado é politizado: a universalidade, a cidadania, a igualdade todos os referenciais centrais do Estado-nação. Tais medidas são fundamentais, pois a “educação escolar” ou as “instituições etnicamente específicas” que desempenham “uma função vital na produção, sustentação e reprodução racialmente estruturada das sociedades” (HALL, 2007, p. 313). A interpelação ao sistema educacional possibilita analisar o percurso analítico e as consequências políticas que se colocam a gestão de tais problemáticas no interior do Estado. Brah indica que a educação se constitui de um dos campos principais de atuação em que o multiculturalismo transformou-se em política estatal (BRAH, 2011).

Estes debates se inserem no interior da projeção da educação como uma forma de antirracismo. Pensar o racismo como algo que emerge dos conflitos de diferença cultural coloca alguns limites em projetar a educação como um fator solucionador do racismo. Alocar a educação como um recurso para impedir o racismo vincula-o à problemática da modernidade, na crença de que o conhecimento, por meio da racionalidade, pode impedir práticas individuais de

Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, CNE/CP 3/2004.

³⁵³ O “*Programa Brasil-África: histórias cruzadas*” objetiva auxiliar na execução da Lei 10.639/2003. A descrição do programa na página da UNESCO no Brasil indica que o programa atua em eixos estratégicos de acompanhamento da referida lei, “produção e disseminação” de dados acerca da história dos afro-brasileiros e da África e ainda o “assessoramento no desenvolvimento de políticas públicas”. Cf. em <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/education/inclusive-education/brazil-africa-project/about-brazil-africa-crossed-histories/#c1098725>, acesso em 20 de janeiro de 2014.

racismo. As noções de diferença cultural desenvolvidas no interior dos estudos contemporâneos deslocam o debate obrigando a integração de outros elementos. Isto somente pode ser compreendido nas tramas a partir das quais os debates marcados pela reivindicação da diversidade e da diferença, no que se refere à questão racial, se assentam.

5.4 Decorrências no debate contemporâneo

Em meio às perspectivas aliadas à capacidade de equacionar o problema pela via da racionalidade, se distingue uma proposta dita fundamentalmente antirracista de negar qualquer tipo de vinculação à ideia de raça. Hall argumenta que essa proposição se assenta em uma “política de garantia” que consiste na crença em uma resposta racional às problemáticas sociais. Para este autor, os esforços empreendidos na ciência são expressivos dessa contínua necessidade. Aqui Cornel West nos é pertinente, quando afirma que “a maneira como estabelecemos os termos para debater os problemas raciais determina nossa percepção e reação a eles” (WEST, 1994, p. 19).

O modelo antirracista alocado contemporaneamente no desenho das tensões trazidas pela diferença cultural traz um repensar sobre o nacionalismo como um conceito, que restringe um espaço, um povo e um histórico que dá significado a si próprio. As questões que se fundamentaram sob a égide da nação, que se confrontam entre noções de unidade política e cultural perante um cenário desterritorializado e globalização em que se abolem as fronteiras. Mbembe (2010) analisa que a “política do futuro” está assente em questionamentos acerca das relações entre a convivência e a diferença diante da mundialização. A concepção de que a configuração política da contemporaneidade é composta pelo cosmopolitismo dirige-nos diretamente às questões colocadas pelo transnacional.

O conceito de “espaço da diáspora” desenvolvido por Brah (2010) é especialmente elucidativo ao possibilitar-nos pensar o modo como o espaço diaspórico subverte a dependência da unicidade do Estado-nação, ao fazer emergir como centralidade não o que é similar essencialmente, mas o plural e a diferença.

A autora argumenta que as diásporas do final do século XX inscrevem uma nova topografia social que questionam as fronteiras do Estado-nação, a partir da intensa migração transnacional de bens, pessoas e culturas (BRAH, 2011, p. 120). É inerente nesta sugestão o caráter diverso do que constitui uma cultura nacional, que não se restringe a exaltação de identidades. As genealogias nacionais expõem conflitos que resistem ao nacional, se exteriorizam e permitem cindir com uma concepção de sujeito antes desvinculado da classe, gênero, sexo, idade, etnia, mas como tais temáticas articuladas compõem os processos de formação do sujeito (MACCLINTOCK, 2010, p. 97). Posicionar-se a partir de uma esfera diaspórica significa rever a geografia ao tratar os territórios de modo desterritorializado, visto que são cada vez mais povoados por falantes de várias línguas, ou ainda a história na qual a periodização e a narrativa única não são mais as únicas referências centrais a serem consideradas. Nessa proposição, a classe, o gênero e a raça despontariam da ‘margem’ ou da ‘subalternidade’ na qual são colocados para uma análise mais complexa.

Bhabha (2007) argumenta que há uma mudança de interpretação naquilo que constitui a esfera pública marcada por uma multiplicidade de “identidades políticas”, ou processos que marcam os modos pelos quais nos identificamos estão em constante mutação. Isso se refere mais ao modo como essas identificações são sempre renegociadas e dos modos aos quais nem sempre possuímos o domínio de controle dessas identificações, o que nos coloca diante dos espaços e momentos que em determinada identificação é impetrada. Isso se refere à exterioridade do corpo, da linguagem na qual estamos inseridos, e dos diferentes modos pelos quais somos caracterizados.

Para Gilroy a diáspora “é um conceito que problematiza a mecânica cultural e histórica do pertencimento” (GILROY, 2007, p. 151). A diáspora inventa outros laços de pertencimento que escapam àqueles forjados junto à nação. Analogamente, Bhabha identifica que a noção de comunidade cinde “as divisões binárias do espectro social” (BHABHA, 2007, p. 317).

Stefanie Dufoix (2004) debruça-se para uma genealogia do conceito de diáspora a partir da área dos estudos de história das palavras. Para esta autora há

um processo de utilização da palavra diáspora desde seu emprego no interior de uma significação religiosa enfatizado no início do século XX. A partir deste momento há uma apropriação do termo para explicar a condição de todos os povos que viviam experiências de dispersão. Dufoix identifica três processos acerca da difusão da palavra. O primeiro é a condição das pessoas dispersadas, mas que mantém uma identificação religiosa. O segundo refere-se à ampliação do termo que circunda desde o discurso acadêmico ao jornalístico, e por fim, o uso como categoria analítica no interior das ciências sociais. Estas três esferas segundo Dufoix são interdependentes e mutáveis.

Para Dufoix, no campo acadêmico, é a partir dos anos 1990 que o termo diáspora ascende. Este processo ocorre junto a termos como transnacionalismo, mundialização e as influências das correntes pós-modernas e culturalistas (RAGAZZI, 2005). É no conjunto dos debates contemporâneos sobre identidades, migrações, nacionalismos enriquecido pelos estudos culturais e pós-coloniais que a diáspora se torna uma ferramenta fecunda de análise.

Para Brah a diáspora corresponde a uma categorização analítica que traz determinadas delimitações que, em certo sentido, desarticulam o modo pelo qual a nação tem sido pensada. A diáspora auxilia a compreensão das diferentes formas pelas quais as pessoas se movimentam, assim é possível descrever as genealogias “esto es, como un conjunto de tecnologías de investigación que construyen la historia de las trayectorias de diferentes diásporas, y analizan sus relaciones a través de los campos de lo social, la subjetividad y la identidad” (BRAH, 2011, p. 211). Nesta perspectiva, a condição de estar no espaço da diáspora como em “uma viagem” não requer a busca por um retorno a uma pátria. Daí que deriva outra dimensão desta variação conceitual dada pelo espaço da diáspora que é a aplicação de fronteira que deriva do conceito de “desterritorialização” de Gilles Deleuze e Félix Guattari.

Neste aspecto, a força da análise com termos como fronteira, lugar e política de localização se articula na análise da diáspora como percepção do espaço da diáspora como condição de “imanência”. O espaço da diáspora para Brah é não apenas o lugar daquele que está “em viagem” ou em movimento, mas

ao mobilizar as possíveis interseccionalidades entre a cultura, a economia e a política cria também uma condição diáspórica aos “autóctones”, pois “el concepto de espacio de diáspora (frente al concepto de diáspora) contiene genealogías de dispersión enredadas con aquellas que tienden a ‘quedarse donde están’” (Op. cit., p. 212).

O espaço da diáspora é o espaço da imanência onde atuam em articulação diásporas e políticas de localização como conceituações. O espaço é múltiplo, pois nele se interagem a interseccionalidade, nas “múltiples posiciones de sujeto” em que “se yuxtaponen, se cuestionan, se proclaman y se niegan; donde lo permitido y lo prohibido se interrogan de forma perpetua; y donde lo aceptado y lo transgresor se mezclan imperceptiblemente” (Op. cit., p. 240). Já a aplicação analítica do termo refere-se às “configuraciones de poder que diferencian las diásporas de forma interna así como las sitúan en relación a las demás.” (BRAH, 2011, p. 214)³⁵⁴. Desse modo:

El concepto de espacio de diáspora se basa en una noción performativa multiaxial de poder. Esta idea de poder sostiene que los individuos y los colectivos se posiciona simultáneamente en las relaciones sociales constituidas y representadas através de múltiples dimensiones de diferenciación; que estas categorías siempre operan en articulación. La multiaxialidad sienta las bases de la interseccionalidad de las facetas económicas, políticas y culturales del poder. Señala que el poder no habita en el campo de las macro-estructuras únicamente, sino que está profundamente implicado en lo cotidiano de la experiencia vivida (Op. Cit. p. 216).

Neste sentido é possível identificar as instituições internacionais como locus de exercício do poder, pois se inserem de modo supranacional impactando de formas diferenciadas as nações (Op. cit. 275). Tal definição de “concepción performativa multiaxial de poder” está pautada na análise de como os grupos construídos como minorias e maiorias de acordo com alguma diferenciação podem em outra configuração mudarem de posição. Nesta perspectiva a diferenciação com a qual algum grupo seja identificado perde seu sentido “fixo” de modo que “los sujetos individuales pueden ocupar posiciones de ‘minoría’ y

³⁵⁴ Grifos no original.

‘mayoría’ a la vez, y esto tiene importantes implicaciones en la formación de la subjetividad” (Op. cit. p. 220).

Vertovec³⁵⁵ conceitua diáspora em quatro categorizações “como categoria social”, “como forma de conscientização”, “como forma de produção cultural” e “como um novo tipo de problema” (VERTOVEC, 2000, pp. 169-171). Estas categorizações se referem à utilização do termo para descrição de um grupo dispersado além de fronteiras transnacionais e para as produções culturais destes grupos. Benbassa (2010) define que a acepção adquire ênfase a partir das leituras pós-modernas e dos estudos culturais que evidenciam as formas híbridas e as formas de identificação descentradas que são formadas nos espaços diaspóricos, adicionando à ideia de diáspora termos como “redes globais”, “transnacionais”.

Junto ao termo diáspora, há uma semântica que o acompanha composta por um conjunto de termos que se referem à experiência como “comunidade”, “comunidade de destino”, “identidades”; de movimento como “dispersão”, “retorno”, “deslocamento” e de espaço como “território” “exílio”, “expatriado”.

O termo diáspora modifica a ideia de nação, pois desafia as genealogias originárias, interroga uma estética única e absoluta. Além disso, questiona “costumbres y tradiciones puras y prístinas o de immaculados pasados gloriosos” (BRAH, 2011, p. 228). A diáspora, ao possibilitar as maneiras pelas quais as pessoas definem aquilo em que possam se identificar permite constatar os itens que compõem a “comunidade imaginada” (Op. cit., p. 228).

A distinção conceitual é a de que a noção de diáspora se aplica àqueles que estão em condição de diáspora por motivos variados, sejam como migrantes ou emigrados. Já o conceito de espaço da diáspora pode relacionar-se também àqueles tanto do interior como no exterior das fronteiras que contornam os espaços nomeados como diaspóricos os quais, acordo com determinados elementos contingentes, fazem emergir distintas representações da diferença, seja a raça, o gênero, a sexualidade.

A nação como uma das categorias centrais analisadas por autoras e autores dos estudos subalternos, pós-coloniais e culturais é analisada sob outras configurações. Alguns se voltam para projetos que busquem ir além das formas

³⁵⁵ Verbete *diáspora* do Dicionário de relações étnicas e raciais (VERTOVEC, 2000, pp. 169-171).

como as nações foram “imaginadas”, propondo tipos de cosmopolitismo ou transnacionalidade que ocorrem desde dentro do espaço e não fora, isso implica em considerar as identidades culturais formuladas fora do Estado-nação. Este debate ascende a partir dos anos 1990 e impacta a UNESCO, de igual maneira, dirigindo-se aos papéis das nações nos contextos transnacionais, assim, termos como mundialização e globalização são disputados. Do ponto de vista analítico, estão em concorrência no debate contemporâneo a globalização ou mundialização e cosmopolitismo, ou de modo preciso, o questionamento da existência do universal (ORTIZ, 2012).

Costa (2006) procura aplicar uma conceituação que dê conta dos “dos processos que não podem ser circunscritos no âmbito do Estado-nação unidade analítica por excelência das ciências sociais modernas” (COSTA, 2006, p. 122). Com este objetivo, o autor formula o conceito de “contextos transnacionais de ação”, articulado às categorias utilizadas para delinear a “dinâmica da transformação global” como “cosmopolitismo, globalização da reflexividade e hibridação, junto a outras categorias que tentam explicar o modo como “sujeitos, figuras e estruturas” não podem mais ser analisadas no interior do Estado-nação como “sociedade mundial de cidadãos ou sociedade mundial de riscos” (*Op. cit.*, p. 123). Segundo o autor um exemplo de “contexto transnacional de ação” é a existência de uma “rede anti-racista” que integra basicamente o Brasil e os EUA. Para o autor as diásporas negra ou judaica, são como exemplos de “contextos transnacionais de ação” (*Op. cit.*, p. 125) que se constituem por meio de “temas, estratégias e objetivos que não podem ser circunscritos a um Estado-nação particular” (*Op. cit.*, p. 126).

Esse debate, no entanto, é limitado se não forem questionadas as formas do alcance pelas quais se criam novas modalidades de diferenciação social. Shohat e Stam afirmam que “a natureza global do processo de colonização, assim como o alcance global dos meios de comunicação contemporâneos, obriga o crítico de cultura a ultrapassar os limites restritos do Estado-nação” (SHOHAT e STAM, 2006, p. 27). A diáspora permite analisar como as políticas e práticas da UNESCO se inserem entre o local, o nacional e o transnacional. No interior dessa discussão,

a dificuldade em criar referenciais comuns que possam ser partilhados entre as nações impõe-se como desafio às Nações Unidas.

Ao comporem possibilidades de identificação híbridas, a diáspora fragiliza o ícone central da constituição do Estado-nação: sua delimitação como fronteira. Na concepção diaspórica, elas atuam permitindo a construção de novas relações sociais e forçam a entrada de outros termos no debate sobre justiça social, de modo que “sujeito híbrido diaspórico se confronta com o desafio ‘teatral’ de se mover entre modos diversos de atuação em mundos culturais e ideológicos distintos” (SHOHAT e STAM, 2006, p. 81). A noção de hibridismo de Bhabha (2007) é elucidativa deste momento, pois sua definição indica uma desestabilização tanto das concepções fechadas de identidade interrogadas pelas diversas formas de diferença cultural, quanto das contradições em torno das posições de saber e de poder. Há uma mudança no significado do Estado-nação como unidade, visto que as nações passam a ser pensadas como “um *dispositivo discursivo*” que representa a diferença como unidade ou identidade (HALL, 2009, p. 62), “sendo ‘unificadas’” exclusivamente por meio do exercício de formas variadas de poder cultural (*Op. cit.*, p. 62). A diáspora pensada como conceito analítico que modifica o modo como se constitui a nação é impactada por outros fatores, como as noções de espaço, povo, mas, sobretudo as identidades (HALL, 2009). Implícitos ao debate acerca da ideia de diáspora, termos como pertencimento e identidade adquirem outros contornos.

Jacques Pouchepadass (2000) identifica que o “qualificativo subalterno” deriva dessa delicada trama e define-se como um tipo de simbolização daqueles que habitam as sociedades que passaram pela experiência de dominação colonial, sendo refratárias do “racionalismo das luzes, da modernidade ocidental e do Estado-nação” (POUCHEPADASS, 2000, p. 177). Ainda segundo este autor, a noção de “fragmento” é outro termo chave para a compreensão dos léxicos que compõem os estudos subalternos, sendo uma “antinomia polivalente da soberania, do universal, do homogêneo” (POUCHEPADASS, 2000, p. 177). Essa polivalência de sentidos nos coloca-nos diante dos questionamentos acerca da

função de uma organização cuja proposta é situar-se na manutenção da soberania das nações.

Esse debate nos é importante, pois a UNESCO estrutura suas ações na esfera da nação. Isto está presente na constituição das Nações Unidas, no princípio de não intervenção nas jurisdições internas, princípio básico da soberania das nações e da constituição de uma esfera transnacional. Em 2001, a UNESCO publica um conjunto de pontos denominados “marcos de ação” a serem realizados no Brasil. Definindo as mudanças ocorridas na organização diante da “nova ordem global” afirma que, em meio às mudanças globais, sua função “reside no fato de que suas ações nascem no consenso dirigido em meio à diversidade radical de 186 países em todo o mundo” (UNESCO, 2001, p. 24). No mesmo texto, destaca que a “UNESCO de hoje é foro mundial para que a comunidade internacional dê significado em consciência ao ambíguo processo de globalização” (UNESCO, 2001, p. 24).

Considerações Finais

A UNESCO ocupa um lugar estratégico no Sistema das Nações Unidas, dentre seus eixos de atuação, a educação exerce um papel central, que pode ser visualizado nos investimentos em programas e projetos em vários locais do mundo. No entanto, embora seja citada como instituição de referência no organograma das Nações Unidas, ainda é pouco problematizada, aparecendo de forma mais restrita como objeto de análise nas pesquisas realizadas no campo dos estudos de relações internacionais. Em geral, a referência à UNESCO em relação às relações raciais é feita nos estudos sociológicos e históricos sobre o tema. No Brasil a pesquisa na área de educação sobre a influência das instituições internacionais ainda é escassa.

O empenho aqui realizado foi no sentido de compreender os diferentes princípios e sentidos conferidos pela agência à questão racial, já que ao assumir para si a questão como problemática fundamental a ser equacionada a realiza por meio de uma complexa política antirracista, pautada pela designação aos Estados da obrigação moral de lutar contra o racismo. O princípio que orientou o trabalho foi o de delinear o modo pelo qual a produção de saberes sobre raça que a UNESCO empreendeu não apenas mediou o debate sobre a questão racial, mas atuou de modo a produzi-lo. Isso levou à análise de documentos e materiais que possibilitaram a identificação de mudanças nas conceituações adotadas pela UNESCO acerca da temática racial e que consideram a influência do contexto de publicação dos documentos na escrita dos textos.

O esforço desta pesquisa constituiu-se em olhar a UNESCO de forma transversal pelo debate racial ensejado por suas ações. Tratar dos problemas metodológicos, o desafio logístico de propor uma leitura processual de uma instituição ampla, densa, com tantas publicações, implicou em um ato arbitrário. Em outras palavras, algumas variáveis foram inexploradas – como os acontecimentos e temporalidades específicas como a Guerra Fria – embora a proposta se assente em um olhar retrospectivo, não se tratou de fazer uma história do passado da UNESCO nesta matéria, como já afirmado. Nesse sentido, este

estudo é pouco mais do que um esforço a lançar luz sobre a escolha e o modo de articulação e constituição que orienta nossas investigações. Em outras palavras, o empenho concentrou-se no compromisso em estabelecer um caráter síncrono, porém fecundo a fim de cartografar a aplicação teórica e a prática política quando pensamos as diferenças raciais. Por almejar tal intento e considerando os limites expostos o estudo se caracteriza, mormente por possuir em grande medida um caráter exegético.

Buscou-se traçar ao longo da pesquisa o percurso pelo qual a UNESCO por se constituir em um canal de representatividade transnacional projetando entre seus princípios normativos a educação como uma política antirracista. O enfoque aqui colocado se deu na análise dos materiais publicados e utilizados como fonte de informação sobre o tema. Como função política, a UNESCO responsabiliza-se em se constituir em um fórum de referência, sendo assim, a temática racial assume um caráter diferenciado na medida em que as especificidades raciais, religiosas, étnicas adquirissem um valor cultural. Neste percurso, a UNESCO projeta-se como espaço de produção de conceitos e políticas em favor da diversidade cultural nos Estados-membros. A temática da diversidade cultural paulatinamente entra como uma linha da política antirracista da UNESCO, colocada como uma problemática da convivência das diversas culturas no interior dos Estados nacionais³⁵⁶.

O escopo teórico apresentado, a partir os estudos pós-coloniais, estudos culturais e estudos subalternos trazem as perguntas mais interessantes para a compreensão do modo como o racismo opera. Esses estudos foram percorridos como fontes para estudar essa processualidade, em razão dessas linhas teóricas questionarem as categorias que permeiam o pensamento sobre a problemática. Isso permitiu a compreensão do percurso e de quais sentidos são atribuídos à proposta que tenta agregar diferentes nações no interior de uma agência que se propõe transnacional na equalização de uma problemática específica. O que se

³⁵⁶ Tal proposição permanece no âmbito de ação da agência como se pode observar com a indicação do Ano Internacional da Aproximação das Culturas em 2010 do qual a UNESCO foi designada agência líder. <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001887/188700por.pdf>, acesso em outubro de 2011.

refere apenas a uma ação indicativa, pois embora a UNESCO não tenha poder de coerção ou sanção no interior das nações, sua projeção é sintomática dos modos de influência na política global.

O fato é que a UNESCO, ao representar os objetivos das Nações Unidas, atua de modo a conservar as nações no interior de uma lógica que as mantenha conectadas. Isto em si explica as suas ações, no entanto, a compreensão deste percurso, especialmente no que se refere ao racismo e ao antirracismo, nos mostra mais o modo como se posiciona e quais os princípios que orientam as diretrizes da UNESCO. A fim de delinear o aspecto central desta tese, alguns caminhos foram percorridos para delinear o modo como a educação é potencializada como primordial para uma política antirracista.

O esforço de pensar tais questões, como proposto nesta pesquisa, revelou as dificuldades de empreender a junção entre teoria e empiria e, além disso, pensar desde logo a questão racial na UNESCO. O empreendimento ao utilizar a diáspora como unidade analítica permite um desenvolvimento importante, sobretudo para refletir sobre a articulação entre educação, raça e racismo na contemporaneidade. Esse movimento tem-nos permitido, por um lado, articular autoras e autores localizados em diferentes perspectivas teóricas não apenas nos momentos em que se encontram, mas nas suas descontinuidades e discordâncias. E, por outro lado, faculto-nos colocar de modo articulado acontecimentos históricos e encontrar os momentos em que eles “conversam” e quais vozes desse diálogo ecoam em nós no “tempo disjuntivo” (BHABHA, 2007, p. 247) na contemporaneidade. Desse modo, analisar a dinâmica social pela educação se torna uma via importante de compreensão das problemáticas sociais, a escola não é alheia às tensões sociais, os conflitos se espalham por todos os lados do campo social, a tensão está em tempo tácito, e quando emerge é porque, neste momento a visualizamos de determinada maneira.

Inicialmente, o foco do primeiro capítulo é direcionado para a formação da UNESCO e no modo como empreende sua política de atuação frente à questão racial. Nele mostro de que maneira inicialmente apresentando alguns aspectos institucionais da Organização sugiro que para executar a educação como uma

política antirracista a UNESCO a projeta como um espaço de contenção. Em seguida, ancorou-se a análise da insígnia que fundamenta o “Homem universal” como herdeira de uma concepção moderna na qual o emblema de homem, branco, heterossexual e ocidental tornou-se o símbolo do gênero humano universal a fim de concretizar a máxima de que “todos são pertencentes a espécie humana” garantida pela Declaração Universal dos Direitos Humanos. Masculinizado e singularizado esse Homem verteu-se como representação da humanidade que passou a ser investigada a partir dos “Outros” alocados fora dessa humanidade. Os caminhos percorridos para esta busca mostram mais sobre as próprias percepções de humanidade eurocêntricas que marcam o debate em torno do humano.

Isto levou ao objeto da parte final do primeiro capítulo que debate o modo como a concepção de humano gerou, por parte da Organização, a gestão de uma refundação em nome da espécie humana, na qual todos aqueles colocados no lugar de “Outros” puderam adquirir a alcunha de humano. Daí que este investimento fomentou, uma conceituação de gênero humano único e indivisível. Entretanto essa intencionalidade difundiu um empreendimento científico como fonte de conhecimento da diversidade humana. Neste sentido, a diversidade tornou-se um direito humano que permite que todos os “Outros” integrem a égide da universalidade sem abstrair-se daquilo que é identificado como diversidade.

Expresso na retórica do “patrimônio da humanidade” a diversidade é produzida como artefato central do princípio moral da UNESCO. Esse “outro” é agora reconhecido junto aos seus significantes de gênero, sexo, raça, religiosidade que passam a atuar como expressões da diversidade humana como um valor eminentemente humano. Essa atmosfera promoveu a constituição dos direitos humanos como uma política universalmente propagada que atua na contemporaneidade como uma prática institucional no interior dos espaços nacionais.

O segundo capítulo foi dedicado a realizar uma síntese das diversas proposições acerca da questão racial que serviram de atmosfera informativa para as diretrizes normativas da UNESCO. Estabeleço em diálogo com o corpo teórico que fundamenta a pesquisa a possibilidade de realizar uma reflexão sobre o

processo de categorização das diferenças humanas, na qual a natureza das distinções culturais e físicas tornou-se um artefato de saber. Os apelos à categorização das diferenças humanas como artefato de saber aludem o emprego de justificativas filosóficas, religiosas, políticas que circundam o debate.

As questões que perpassam a contemporaneidade demonstram o modo como o debate racial ainda é levado para o campo da existência e dos significados da categorização racial. Este entendimento aplica-se à categorização produzida no interior do que se constituiu como modernidade que, mesmo ao ser colocado na rubrica de pós-modernidade, guarda questões fundamentalmente modernas. Os itens que compõem a estrutura do capítulo abordam o enfrentamento com o qual a UNESCO se depara ao iniciar o debate sobre a questão da raça e do racismo e que dirige suas demais ações: o de identificar qual código ontológico de raça deveria operar na instituição. Procurou-se operar uma reorientação temporal que possibilitou a mudança cronológica da história moderna a partir de uma releitura dos dados da semântica em torno do “encontro colonial”, no qual a categorização racial encontra um lugar fundamental.

De modo específico, o debate realizado no segundo capítulo apresenta indícios do modo como há um processo de absorção e reutilização dos debates teóricos que se traduzem nas ações normativas da UNESCO. Este capítulo permitiu ainda verificar a maneira pela qual emerge um tipo de representação que essencializa, quando reduz as pessoas a um tipo de estereotípi. Esse é o modo de operação da racialização, quando ocorre uma identificação por meio de uma experiência, nas narrativas sobre a composição física ou dos atributos creditados à existência corpórea. Isto é particularmente importante, pois esse tipo de representação continua sendo encenada, confinando as pessoas tão somente a uma caricatura de si mesmas na qual os espaços de escape são escassos. Este é o tipo mais visceral pelo qual as pessoas são restringidas pela racialização, inexoravelmente expostas a existir em condições limitadas e pouco criativas.

Nos dois primeiros capítulos apresento o desenho do quadro conceitual de referência que possibilitou o exame dos distintos documentos e materiais analisados com o objetivo de explorar e identificar os termos em que se

estabeleceu o debate teórico empreendido pela UNESCO sobre a questão racial, objeto do terceiro capítulo. Ao voltar-se para o debate acerca da maneira correta e válida de se falar sobre a questão racial, o exame possibilitou uma visualização do modo como a UNESCO promoveu uma disputa no campo científico sobre o tema. A busca por tornar inteligível o racismo e a raça está diretamente associada à proposta de atribuir uma racionalidade a de conhecer o objeto que deve ser reprimido.

O fato de todos os textos aparecerem sob o escopo da ciência confere aos documentos um caráter de verdade, algo que somente pode ser creditado à ciência. A ciência dá ensejo à validação de uma determinada produção em torno do tema, das palavras a serem utilizadas, do modo de emprega-las, enfim, é isto que está em debate, ou seja, é uma disputa política a partir de um campo analítico legitimado para falar sobre a temática. Esse repertório direcionou a análise para outra esfera da ação política de propaganda que a UNESCO projeta sobre suas ações.

O quarto capítulo, versa sobre essa forma de propaganda ao se dedicar a uma análise de um periódico de responsabilidade da UNESCO. Nesta análise me debruço sobre dados mais específicos recolhidos da pesquisa das diretrizes da Organização e, sobretudo, o modo de aplicação de seus princípios centrais. A revista *O Correio da UNESCO* por se constituir como uma vitrine das ações e ideias da UNESCO foi examinada como um exercício analítico de verificação do modo como a temática racial era exportada pela organização.

Optei por examinar o processo pelo qual a revista não se transformou apenas em um veículo que expôs os argumentos e princípios da UNESCO, mas as maneiras pelas quais produziu, mesmo que implicitamente, um direcionamento ao debate. A investigação bibliográfica permitiu evidenciar as orientações no ativismo político antirracista evocado pela UNESCO. Podemos ver esta publicação como um veículo que reuniu uma plêiade de pesquisadores e ideias diversas formando uma rede construindo conhecimento sobre a temática. A análise dos periódicos selecionados constituiu-se como uma possibilidade de

mapear o que é publicado ao exterior do normativo no que se refere à questão racial.

O terceiro e quarto capítulo debruçam-se sobre a UNESCO como objeto de análise, a proposta foi traçar caminhos iluminados pelos materiais selecionados a fim de mapear o percurso da Organização. Procurou-se no quinto capítulo identificar o papel da educação na política antirracista da UNESCO, interpreto o modo como se aplicou uma funcionalidade como um mecanismo capaz de subverter a estrutura em que o racismo se fortalece e se mantém. A educação e o ensino estão atrelados à educação formal, aquela oferecida pelas escolas, que compõe o sistema dos Estados que devem zelar pelo seu pleno desenvolvimento.

Em síntese, o argumento segundo o qual a UNESCO atua como um espaço de contenção promovendo a educação como o lugar onde a diferença racial deve ser colocada é revelado de forma transversal entre os capítulos. Cada capítulo desenha esse percurso de contenção, a partir da ideia de regulação com a qual inicio a tese. O investimento na definição de humanidade, o lugar dado à diversidade, os aspectos que circundam a linguagem, numa adequação ao modo como se deve falar pesquisar e se referir à diferença racial. Este investimento perpetua-se na produção de pesquisas, na captação de intelectuais e de um determinado modo de aplicar o tema o qual buscamos mapear.

Analisada sob o índice de seus princípios normativos identifica-se que a UNESCO detém-se na produção de uma universalidade, sem abdicar da singularidade e de uma cultura global comum que inclua as culturas locais e específicas. Neste sentido, a tese é iniciada com a afirmação de que a UNESCO opera como espaço de contenção, dado que atua de modo a alocar os temas numa moldura universalista, ajustando-os de modo a fazer um tipo de incorporação que resulta no estímulo à diversidade cultural, mas não altera a estrutura que sustenta. Em outras palavras, a UNESCO optou por realizar este tipo de incorporação com viés universalista consagrando conceitos possíveis como humanidade, diversidade e tolerância sob a égide da cultura. Os pontos traçados nos capítulos anteriores se dirigem para o delineamento retrospectivo do quinto capítulo em torno das conceituações que circundam o antirracismo.

Conclui-se que há uma espécie de paradoxo, pois na mesma medida em que o investimento na desarticulação da ideia de raças humanas se fortalece, o racismo constrói-se justamente baseado por tal diferenciação social. A indicação de que com a destituição do conteúdo biológico dado à raça o racismo teria fim, não se concretizou. Dado que a continuidade contemporânea do tema revela-se no fato de que as pessoas continuam a se identificar e serem identificadas racialmente. Essa concepção não exige apenas a criação de novas formas de compreensão do racismo, mas, sobretudo sobre quais fundamentos antirracistas se devem operar. Identifica-se, portanto, a proposição segundo a qual negação da existência de uma constituição racial, base da política antirracista da UNESCO, paradoxalmente a constitui. Para negar a existência de raça a UNESCO produz um campo de saberes (edificando e reescrevendo cientificamente a categoria raça e ao mesmo tempo circunscrevendo-a) sobre o tema cuja ação é centralizada no combate à prática 'racista' formulando as bases de um antirracismo baseado na educação.

A UNESCO indicou desde o início de suas ações que a educação seria a via mais segura de afirmação da humanidade, considerando a sua pluralidade sem abandonar a unidade do gênero humano. Para corroborar essa tese empreendeu um longo percurso e investimento para afirmar a centralidade da educação como plataforma de uma política antirracista. Evidencia-se que a UNESCO estrutura-se com objetivo em constituir o humano, fundar o universal e proteger o Estado-nação. Para essa compreensão buscou-se identificar a maneira ostensiva com a qual a UNESCO pautou o debate, considerando-a sua função como representativa da política ocidental.

Isso se deu a partir da redefinição teórica do conceito de tolerância e diversidade de maneira a atuarem como estratégia política de manter intacta a ideia universal do humano. Isto possibilita-nos compreender o percurso através do qual a UNESCO mobiliza a cultura como elemento que nomeia, restringe e explica o caráter universal da humanidade, sendo, portanto politicamente empregada como conceito central de transformação social. A UNESCO tece uma política antirracista que consagra a educação como o espaço político de contenção, alocando neste espaço o debate sobre a diferença racial. A contenção

somente pode ocorrer sem tocar na diferença que deriva daquilo que desloca do que pode ser alocado no universal, na tolerância, na cultura como espaço de contenção.

Pode-se argumentar, portanto que a indicação da configuração política do presente não seja a tese desenvolvida do “mundo sem raças” ou “pós-racial”. Há algo mais naquilo que se configura como espaço diaspórico. A discussão teórica e política da qual deriva a conceituação trazida pelo espaço diaspórico enuncia as aspirações das problemáticas transnacionais, mas que são concretizadas nos limites do Estado-nação. O desafio do presente, daquilo “que dá a prática da vida cotidiana sua consistência como *contemporânea*” (BHABHA, 2007, p. 335) refere-se à diagramação de quem sofre determinada diferenciação social, ou seja, é alocado em um determinado espaço social da diferença. Isto coloca um desafio a uma Organização cujo objetivo é a gestão das problemáticas ainda serem pensadas no interior do que circunda o nacional, especificamente, ainda se questionar as implicações da educação continuar sendo o espaço social do conflito e daquilo que deve orientar a luta política e social antirracista no presente.

Bibliografia

ABRAMOWICZ, A. GOMES, N. L. (Orgs.) *Educação e raça: perspectivas políticas, pedagógicas e estéticas*. 1ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

_____. e SILVÉRIO, V. R. (Orgs.) *Afirmando diferenças montando quebra-cabeça da diversidade na escola*. Campinas: Papyrus, 2005.

AGAMBEN, G. *O que é o contemporâneo? e outros ensaios*. Trad. Vinicius N. Honesko, Chapecó: Argos, 2009.

ALLEMÃO, F. M. Antinomias entre os tratados internacionais de direitos humanos e o direito interno brasileiro. *Revista Eletrônica DÍKE*, vol. 1, no 1, 2011, pp. 1-27.

ALVES, J. A. A Conferência de Durban contra o Racismo e a responsabilidade de todos. *Revista Brasileira de Política Internacional*. 2002, vol. 45, pp. 198-223.

ALVES, L. *Viagens no multiculturalismo: o Comitê para Eliminação da discriminação racial das Nações Unidas e seu funcionamento*. Brasília: FUNAG, 2010.

AMIN, S. Geopolítica do imperialismo contemporâneo. DIECKSENS, W. TABLADA, C. *Guerra global, Resistencia mundial y Alternativas*, 2003.

_____. A África hoje na visão de Samir Amin. Entrevista. *Comunicação & política*, n.s., vol.VII, n.2, 2000, pp. 61-73.

ANDERSON, B. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRADE, M. *Tolerar é pouco? Pluralismo, mínimos éticos e prática pedagógica*. Rio de Janeiro: Novamerica, 2001.

APPADURAI, A. Savoir, circulation et biographie collective. In: *L'Homme*, nº 156, Out./Dez, 2000, pp. 28-38. Disponível em: <<http://lhomme.revues.org/78>>, acesso em 19 de outubro de 2012.

APPIAH, K. A. *Na casa de meu pai: A África na Filosofia da Cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

ARCHIBALDI, G. *Les États-Unis et l'UNESCO: 1944-1963. Les rêves peuvent-ils résister à la réalité des relations internationales?* Paris: Sorbonne, 1993.

ARENDT, H. *As Origens do totalitarismo*. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ASSAYAG, J.; BÉNEÏ, V. À demeure en diáspora. *In: L'Homme*, Nº 156, Out./Nov. 2000, pp. 15-28. Disponível em: <<http://lhomme.revues.org/78>>, acesso em 20 de outubro de 2012.

BALIBAR, E. La construction du racisme. *In: Actuel Marx*. Nº 38, 2005, pp. 11-28. Disponível em: <www.cairn.info/revue-actuel-marx-2005-2-page-11.htm>, acesso em 19 de outubro de 2012.

BANCEL, N. BERNAULT, F. *et. al. Ruptures postcoloniales: les nouveaux visages de la société française*. Paris, La Découverte/Cahiers libres, 2010.

BANCEL, N. L'histoire difficile: esquisse d'une historiographie du fait colonial et postcolonial. *In: BLANCHARD, P.; BANCEL, N.; SANDRINE, L. La fracture coloniale: la société française au prisme de l'héritage colonial*. Paris : Édition La Découverte/Poche, 2006.

BANTON, M. *A ideia de raça*. [1977] Trad. Antonio M. Bessa. *Perspectivas do Homem*. Lisboa : Edições 70 LDA., 2010.

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

BARLET, O. Le retour permanent de l'Afrique "au coeur des ténèbres". *In: BLANCHARD, P.; BANCEL, N.; SANDRINE, L. La fracture coloniale: la société française au prisme de l'héritage colonial*. Paris : Édition La Découverte/Poche, 2006.

BASTIDE, R. & FERNANDES, F. *Relações raciais entre brancos e negros em São Paulo*. São Paulo: Editora Anhembi/UNESCO, 1955.

_____. *O preconceito racial em São Paulo: projeto de estudo*. 1959. *In: HIRANO, Sedi, Org. Pesquisa social: projeto e planejamento*. 1979, pp. 135-166.

BATALHA, L. Emics/Etics revisitado: "nativo" e "antropólogo" lutam pela última palavra. *Etnográfica*, Vol. II, 1998, pp. 319-343.

BAUMAN, Z. *Modernidade e Holocausto*. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1998.

BELLI, B. *A politização dos direitos humanos: o conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas e as resoluções sobre países*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2009.

BENBASSA, E. (Org.) *Dictionnaire des racismes, de l'exclusion et des discriminations*. Paris: Larousse, Collection A présent, 2010.

BENEÏ, V. Nations, diaspora et *area studies*. *L'Homme*, Nº 156, Out./Dec., 2000, pp. 131-160.

BHABHA, H.K. *O local da cultura*. Trad. de Myriam Ávila, Eliana L. Reis e Gláucia R. Gonçalves. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

_____. O Terceiro Espaço. Entrevista. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, IPHAN, No. 24, 1996, pp. 35-41.

_____. A questão do 'Outro': diferença, discriminação e o discurso do colonialismo. In: HOLANDA, H. B. (Org.) *Pós-modernismo e política*. Trad. Francismo C. Lopes Jr. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1992, pp. 177-204.

BICUDO, V. L. Atitudes dos alunos dos grupos escolares em relação com a cor dos seus colegas. In: BASTIDE, R. & FERNANDES, F. *Relações raciais entre brancos e negros em São Paulo*. São Paulo: Editora Anhembi/UNESCO, 1955, pp.227-310.

BLANCHARD, P.; BANCEL, N.; SANDRINE, L. *La fracture coloniale: la société française au prisme de l'héritage colonial*. Paris: Édition La Découverte/Poche, 2006.

BOAVENTURA, S. S. ; MENESES, M. P. *Epistemologias do sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

BOEGLIN, N. Estratégias de influência das organizações da sociedade civil na Conferência contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância Correlata. *Leituras Preliminares*: Instituto Interamericano de Direitos Humanos. São José. Primeira edição, 2001.

BOLAFFI, G. BRACALENTI, R. *Dicctionary of race, ethnicity & culture*. British: SAGE Publications, 2003.

BRAH, A. *Cartografias de la diáspora: identidades en cuestión*. Trad. Sergio Ojeda. Madrid: Traficantes de Sueños, 2011.

_____. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, nº. 26, 2006, pp.326-376.

BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Conselho Nacional de Educação, MEC, 2004.

_____. *Parâmetros curriculares nacionais*. Secretaria de Educação Fundamental, MEC/SEF, 1998.

_____. *Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*: Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, MEC, 1996.

BURKE, P. Gilberto Freyre e a nova história. *Tempo social*. São Paulo, v. 9, n. 2, out. 1997, pp. 1-12.

BUTLER, J.; CHAKRAVORTY, S. *¿Quién le canta al estado-nación?: lenguaje, política, pertenencia*. Trad. Fermín Rodríguez. Ed. 1ª. Buenos Aires: Paidós, 2009.

CABECINHAS, R. E AMÂNCIO, L. Dominação e exclusão: Representações sociais sobre minorias raciais e étnicas. *Actas dos Ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia*. Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção, 2004.

CABECINHAS, R. Processos cognitivos, cultura e estereótipos sociais. *In: Actas do III SOPCOM, VI LUSOCOM e II IBÉRICO*. Vol. IV, 2004, pp. 539-547.

CARDOSO, C. e VAINFAS, R. (Orgs.) *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARDOSO, C. M. *Tolerância e seus limites: um olhar latino-americano sobre a diversidade e a desigualdade*. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

COMAS, Juan. Prefácio. *Raça e ciência*. Paris: UNESCO, s.d. 1956.

CORREA, M. Sobre a invenção da mulata. *Cadernos Pagu*, nº 6/7, 1996, pp.35-50.

COSTA, S. *Dois atlânticos: teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

CRUZ, A. C. J. Os debates do significado de educar para as relações étnico-raciais na educação brasileira. *Dissertação de mestrado em Educação*. Programa de Pós-Graduação em Educação. São Carlos: UFSCar, 2010.

CUCHE, D. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Trad. Viviane Ribeiro. 2ª Edição. Bauru: EDUSC, 2002.

DAVILA, J. *Diploma de brancura*. Política social e racial no Brasil, 1917-1945. Editora UNESP, 2006.

DELTOMBE, T. RIGOUSTE, M. L'ennemi intérieur: la constructions médiatique de lla figure de l' "Arabe". *In: BLANCHARD, P.; BANCEL, N.; SANDRINE, L. La fracture coloniale: la société française au prisme de l'héritage colonial*. Paris: Édition La Découverte/Poche, 2006.

DELEUZE, G. *Conversações*. Trad. Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 1992.

DUFOIX, S. Dufoix Stéphane. *La dispersion. Une histoire des usages du mot diaspora*, Éditions Amsterdam: Paris, 2011.

_____. *Les diasporas*. P.U.F.: Paris. "Que sais-je?", 2003.

_____. Généalogie d'un lieu commun "Diáspora" et sciences sociales. *Actes de l'histoire de l'immigration*, 1998.

EVANGELISTA, E. A Unesco e o mundo da cultura. Tese de doutorado em sociologia, Unicamp, 1999.

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Trad. Magalhães. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

FANON, F. *Pele negra máscaras brancas*. Trad. Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

_____. *Os condenados da terra*. Trad. Eunice Rocha, Lucy Magalhães. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.

_____. *Em defesa da revolução africana*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1980.

FASSIN, D. e FASSIN, E. *et. all. De la question sociale à la questions raciale: représenter la société française*. Paris: Édition La Découverte/Poche, 2009.

FASSIN, D. Nommer, interpréter: le sens commun de la question raciale. In: e FASSIN, E. *et. all. De la question sociale à la questions raciale: représenter la société française*. Paris : Édition La Découverte/Poche, 2009.

FERNANDES, F. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

FISTETTI, F. *Théories du multiculturalisme: uns parcours entre philosophie et sciences sociales*. Paris: Éditions la découverte, 2009.

FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Trad. S. T. Muchail. 8ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FRANÇOISE. V. Le Nègre n'est pas. Pas plus que le Blanc. *Actuel Marx*, nº 38, 2005. pp. 45-63. Disponível em: <www.cairn.info/revue-actuel-marx-2005-2-page-45.htm>, acesso em 12 de maio de 2011.

FREYRE, G. Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51ª Ed. rev. São Paulo: Global, 2006.

GATES Jr., H. L. A escuridão do escuro: uma crítica do signo e o Macaco Significador. In: HOLANDA, H. B. (Org.) *Pós-modernismo e política*. Trad. Cristina Cavalcante. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1992, pp. 205-216.

GASPARI, E. O branco tem a marca de Naná. *Folha de S. Paulo*, 16 de abril de 2000, *on line*, acesso em 20 de dezembro de 2013.

GIDDENS, A. *As conseqüências da modernidade*. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Unesp, 1991.

GILROY, P. *O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2001.

_____. *Entre Campos: Nações, Culturas e o Fascínio da Raça*. São Paulo: Anablume, 2007.

GINSBERG, A. M. Pesquisas sôbre as atitudes de um grupo de escolares de São Paulo em relação com as crianças de cor. In: BASTIDE, R. & FERNANDES, F. *Relações raciais entre brancos e negros em São Paulo*. São Paulo: Editora Anhembi/UNESCO, 1955, pp.311-361.

GODREAU, I. P. La semántica fugitiva: “raza”, color y vida cotidiana em Puerto Rico. In: *Revista de Ciencias Sociales*. Nueva Época. Nº 9, Junio de 2009, pp. 52-71.

GOMES, N. L. Cultura negra e educação. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, nº. 23, Ago., 2003.

_____. Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça. *Educação & Sociedade* (Impresso), v. 33, 2012, pp. 727-744.

GONÇALVES, L. A. Oliveira & SILVA, P. B. G. *O jogo das diferenças: o multiculturalismo e seus contextos*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

GROSGOUEL, R. Dilemas dos estudos étnicos norte-americanos: multiculturalismo identitário, colonização disciplinar e epistemologias descoloniais. *Ciência Cultura*, São Paulo, v. 59, n. 2, junho, 2007, pp. 32-35.

_____. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. SANTOS, B. MENESES, M. *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. Vers une décolonisation des ‘uni-versalismes’ occidentaux : le pluri-versalisme décolonial, d’Aimé Césaires aux Zapatistes. *Ruptures postcoloniales*. Les nouveaux visages de la société française, Paris, La Découverte/Cahiers libres, 2010.

NASCIMENTO, Abdias. *O negro revoltado*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982.

GOUNIN Y. Que faire des postcolonial studies?, *Revue internationale et stratégique*, 3, Nº 71, 2008, p. 145-149.

GUEYE, A. De la diaspora noire : enseignements du contexte français. *Revue européenne des migrations internationales*. vol. 22, nº1, 2006, Disponível em: <http://www.cairn.info/resume.php?ID_ARTICLE=REMI_221_0011> acesso em 12 de novembro de 2012.

GUIMARÃES, A. S. A. Contexto histórico-ideológico do desenvolvimento das ações afirmativas no Brasil. In: SILVÉRIO, V. MOEHLECKE, S. *Ações afirmativas nas políticas educacionais: o contexto pós-Durban*. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

_____. O Projeto UNESCO na Bahia. In: PEREIRA, C. L. E SANSONE, L. (Orgs.) *Projeto UNESCO no Brasil: textos críticos*. Salvador: EDUFBA, 2007. 462 p.

_____. Preconceito de cor e racismo no Brasil. *Revista de Antropologia*. V. 47, nº 1, São Paulo: USP, 2004.

_____. *Racismo e antirracismo no Brasil*. São Paulo: FUSP, 2005, 2ª edição revista.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro – 11ª ed., 1ª REIMP. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

_____. *Da diáspora identidades e mediações culturais*. Org. Liv Sovik. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, 1ª Edição atualizada.

_____. Identidade cultural e diáspora. *Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, IPHAN, nº 24, 1996, pp. 68-76.

_____. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu (org. e trad.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 103-133.

_____. Race, The Floating Signifier. Media Education Fundation, 1997, 17p. Disponível em: <http://www.mediaed.org/assets/products/407/transcript_407.pdf> acesso em 20 de junho de 2013.

_____. *Representation: Cultural Representations and Signifying Practices*. The Open University. Londres: SAGE Publication, 1997.

_____. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 22, nº2, jul./dez.1997, pp. 15-46.

_____. Identidade Cultural e Diáspora. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n.24, p.68-75, 1996.

_____. “Race, culture, and communications: looking backward and forward at cultural studies”. In: STOREY, J. (ed.). *What is cultural studies?* London: Arnold, 1996, pp.336-343. Tradução em 2005. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/volume31/traducao.pdf>> acesso em 12 de março de 2013.

HOLANDA, H. B. (Org.) *Pós-modernismo e política*. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1992.

_____. (Org.) *Tendências e debates: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1994.

HONNETH, A. Reconhecimento ou redistribuição? A mudança de perspectivas na ordem moral da sociedade. *Teoria Social Crítica no Século XXI*. SOUZA, J. MATTOS, P. (Orgs.), São Paulo: Annablume, 2007.

hooks, b. Linguagem: ensinar novas paisagens/novas linguagens. Trad. Carliane P. Gonçalves, Joana Plaza Pinto e Paula de Almeida Silva. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 16(3): 424, setembro-dezembro/2008, pp. 857-864.

IANNI, O. Dialética das relações raciais. *Estudos Avançados*. Vol.18, n.50, 2004, pp. 21-30.

Instituto Interamericano de Direitos Humanos, *Leituras preliminares: um ponto de partida*. Conferência Mundial contra o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e a intolerância correlata. São José, C. R. Instituto Interamericano de Direitos Humanos, 2001.

JAMESON, F. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. Trad. Maria Elisa Cevasco. 2ª Edição, São Paulo : Editora Ática, 2002.

KI-ZERBO, J. *Para quando a africa?* Entrevista com René Holenstein. São Paulo: Pallas Editora, 2006.

_____. Introdução geral. In: UNESCO, *História geral da África*. Vol. I Metodologia e pré-história da África, 2010, p. XXXI.

KOUASSI, E. K. A África e a Organização das Nações Unidas. In: UNESCO, *História geral da África*. Vol. VIII África desde 1935. Editor Ali Marzui, 2010, pp. 1053-1094.

LACLAU, E. A política e os limites da modernidade. In: HOLANDA, H. B. (Org.) *Pós-modernismo e política*. Trad. Carlos A. C. Moreno. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1992, pp. 127-150.

LANDER, E. (Org.) *A colonialidade do saber: perspectivas latino-americanas*. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2005.

LE GOFF, J. *História e memória*. Tradução Bernardo Leitão. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LEDOYEN, A. *le racisme des définitions aux solutions: un même paradoxe*. Commission des droits de la personne et des droits de la jeunesse. Quebec, 1998. Disponível em: <<http://www.cdpedj.gc.ca/publications/racisme.PDF>>, acesso em 20 de setembro de 2013.

LENTIN, A. After Anti-Racism? *European Journal of Cultural Studies*, nº 11, 2008, pp. 311-331.

_____. Europe and the Silence About Race. *European Journal of Social Theory* nº11, 2008, pp. 487-503.

_____. 'Race', Racism, Anti-Racism: challenging contemporary classifications. *European University Institute Social Identities*, nº 6 (1), March, 2000, pp. 91-106.

_____. Racial States, Anti-Racist Responses Picking Holes in 'Culture' and 'Human Rights'. *European Journal of Social Theory*, 2004, n. 7(4), pp. 427-443. Disponível em: <http://www.academia.edu/279091/Racial_States_Anti-Racist_Responses_Picking_Holes_InCultureandHuman_Rights>, acesso em 28 de agosto de 2013.

_____. Racism in a post-racial Europe. France : *Eurozine*, 2011, 10 pages. <http://www.eurozine.com/articles/2011-11-24-lentin-en.html>, acesso em 2013-04-12.

_____. What Happens to Anti-Racism When We Are Post Race? *Feminist Legal Studies*, n. 19, 2011, pp. 159-168.

LÜHNING, A. Verger e o Projeto UNESCO, In: PEREIRA, C.; SANSONE, L. (Orgs.) *Projeto UNESCO no Brasil: textos críticos*. Salvador: EDUFBA, 2007. pp. 173-184.

MACÉ, E. Des 'minorités visibles' aux néostéréotypes : Les enjeux des régimes de monstration télévisuelle des différences ethnoraciales, *Journal des anthropologues*, Hors-série, 2007, pp. 69-87. Disponível em: <<http://jda.revues.org/2967#quotation>>, acesso em 28 de outubro de 2011.

_____. Modernidade e racismo Costa Pinto e o projeto UNESCO de relações raciais. In: PEREIRA, C. L. E SANSONE, L. (Orgs.) *Projeto UNESCO no Brasil: textos críticos*. Salvador: EDUFBA, 2007, pp. 11-24.

_____. Abrindo a "caixa preta": o Projeto UNESCO de relações raciais. *Antropologias, histórias, experiências*. In: PEIXOTO, F. A. e SCHWARCZ, L. M. (Org.) Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004, pp. 143-168.

_____. Tempo controverso: Gilberto Freyre e o Projeto UNESCO, *Tempo Social*, Revista de Sociologia. São Paulo: USP nº11, maio de 1999, pp. 111-136.

_____. O projeto UNESCO e a agenda das ciências sociais no Brasil nos anos 40 e 50. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol.14 nº 41, Outubro, 1999.

_____. O Brasil no concerto das nações: a luta contra o racismo nos primórdios da UNESCO, *História, ciência, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 5, nº 2, Out., 1998.

MAIO, M. C. *A história do Projeto Unesco: estudos raciais e ciências sociais no Brasil*. Rio de Janeiro. Tese de doutorado em Ciência Política, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj), 1997.

_____. e SANTOS, R. V. *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/CCBB, 1996.

MALDONADO-TORRES, N. A topologia do ser e a geopolítica do conhecimento: modernidade, império e colonialidade. In: SANTOS, B. MENESES, M. *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

MALDONADO-TORRES, N. Pensamento Crítico desde a subalternidade: os estudos étnicos como ciências descoloniais para a transformação das humanidades e das ciências no século XXI. *Afro-Ásia*, 2006, pp. 105-129.

MATTELARD, A. Mundialização, cultura e diversidade. *Revista FAMECOS*. Porto Alegre, nº 31, 2006, pp. 12-19.

MAUREL, C. L'UNESCO entre européocentrisme et universalisme (1945-1974). *Les cahiers Irice*, nº 9, 2012, pp. 61-72.

_____. Le rêve d'un gouvernement mondial: des années 1920 aux années 1950: l'exemple de l'UNESCO, *Histoire@Politique: Politique, culture, société*, Nº10, janvier-avril, 2010.

_____. L'Unesco: un âge d'or de l'aide au développement par l'éducation (1945-1975). *Cahiers d'histoire, Revue d'histoire critique*, n. 108, 2009, pp.145-170.

_____. La question des races: le programme de l'UNESCO, *Revue d'Anthropologie et d'Histoire des Arts*, 2007. pp. 114-131. Disponível em: <<http://gradhiva.revues.org/815>> acesso em 30 de abril de 2012.

_____. L'Unesco de 1945 à 1974. *Thèse de doctorat d'histoire contemporaine*. École doctorale d'histoire de Paris I, 2005. vol. I.

MBEMBE, A. La pensée métamorphique à propos des œuvres de Frantz Fanon. Prefácio. *Frantz Fanon par les textes de l'époque*. Paris: Les petits matins, 2012, pp. 7-29.

_____. La République et l'impensé de la 'race'. In: BLANCHARD, P. *et. all. Ruptures postcoloniales*. Les nouveaux visages de la société française, Paris, La Découverte/Cahiers libres, 2010.

_____. Qu'est-ce que la pensée postcoloniale? Entretien avec Achille Mbembe. France, Eurozine. *Esprit*. 2008, 13p. Disponível em: <<http://www.eurozine.com/pdf/2008-01-09-mbembe-fr.pdf>>, acesso em 12 de abril de 2013.

_____. Al borde del mundo. Fronteras, territorialidad y soberanía en África. In: MEZZADRA, S. (Org.) *Estudios postcoloniales: ensayos fundamentales*. Trad. Marta Malo. Madrid: Traficantes de Sueños, 2008, pp. 167-196.

_____. De la scène coloniale chez Frantz Fanon. *Rue Descartes*, nº 58, 4, 2007, pp. 37-55.

_____. As formas africanas de auto-inscrição. *Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, Junho, 2001.

McCLINTOCK, A. Le postcolonialisme et l'ange du progrès. *Ruptures postcoloniales: Les nouveaux visages de la société française*, Paris, La Découverte/Cahiers libres, 2010. pp. 96-104.

_____. Race, classe, genre et sexualité: entre puissance d'agir et ambivalence coloniale. *Multitudes*, nº 26, 3, 2006, pp. 109-121.

MEZZADRA, S. (Org.) *Estudios postcoloniales: ensayos fundamentales*. Trad. Marta Malo. Madrid: Traficantes de Sueños, 2008.

_____. Temps historique et sémantique politique dans la critique post-coloniale. *Multitudes*, nº 26, 3, 2006, pp. 75-93.

MIGNOLO, W. D. *La Idea de América Latina: la herida colonial y la opción deocolonial*. Gedisa Editorial: Barcelona, 2007.

MOTTA, R. Gilberto Freyre, René Ribeiro e o Projeto UNESCO, PEREIRA, C. L. E SANSONE, L. (Orgs.) *Projeto UNESCO no Brasil: textos críticos*. Salvador: EDUFBA, 2007.

MUNANGA, K. Mestiçagem como símbolo da identidade brasileira. In: SANTOS, B. MENESES, M. *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. Fundamentos antropológicos e histórico-jurídicos das políticas de universalização e de diversidade nos sistemas educacionais do mundo contemporâneo. SILVÉRIO, V. MOEHLECKE, S. *Ações afirmativas nas políticas educacionais: o contexto pós-Durban*. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

_____. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade Nacional versus Identidade Negra*. Coleção Cultura e Identidade Brasileira. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____. *A identidade Negra no contexto da globalização*. Ethnos Brasil, Ano I- nº 1 -março 2002.

_____. Identidade, cidadania e democracia: algumas reflexões sobre os discursos anti-racistas no Brasil. *Resgate: revista interdisciplinar de cultura*, nº 6, 1996, pp. 17-24.

NDIAYE, P. Frères militants. *La Vie des idées*, 19 de junho de 2012. Disponível em: <<http://www.laviedesidees.fr/Freres-militants.html>>, acesso em setembro de 2012.

_____. *Les Noirs américains. En marche pour l'égalité*, Paris: Gallimard, Collection Découvertes, 2009.

_____. *La condition noire : essai sur une minorité française*. Éditions Calmann-Lévy, 2008.

_____. Questions de couleur: histoire, idéologie et pratiques du colorisme. *De la question sociale à la question raciale*. FASSIN, D. FASSIN, E. Paris: La Découverte, 2006, pp. 37-54.

_____. Pour une histoire des populations noirs en France: préables theoriques. *Le Mouvement Social*, n. 215, 2005, p. 91-208.

NOGUEIRA, O. Relações raciais no município de Itapetininga. In: BASTIDE, R. & FERNANDES, F. *Relações raciais entre brancos e negros em São Paulo*. São Paulo: Editora Anhembi/UNESCO, 1955, pp.362-553.

OLIVEIRA, A. J. M. Corpo e santidade na América Portuguesa. PRIORE, M.D.; AMANTINO, M. (Orgs.) *História do corpo no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2011, pp. 45-68.

ORTIZ, R. As ciências sociais e a diversidade dos sotaques. *Revista brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 27, n. 78, Fev. 2012.

OUTHWAITE, W.; BUTTOMORE, T. *Dicionário do pensamento social do século XX*. Tradução de Eduardo F. Alves; Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

PAIVA, E. F. Corpos pretos e mestiços no mundo moderno: deslocamento de gentes, trânsito de imagens. In: PRIORE, M.D.; AMANTINO, M. (Orgs.) *História do corpo no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2011, pp. 69-108.

PAIXÃO, M. Crítica da razão culturalista: relações raciais e a construção das desigualdades sociais no Brasil. *Tese de doutorado em Sociologia*: Instituto universitário de pesquisas do Rio de Janeiro. Iuperj, Rio de Janeiro, 2005.

PAIXÃO, M. *Manifesto antir-racista*: ideias em prol de uma utopia chamada Brasil. Rio de Janeiro: D&A; LPP/UERJ, 2006.

PASSETE, D.V. Lévi-Strauss e a UNESCO, *Ponto-e-vírgula*, nº3 2008, pp. 188-194.

PEREIRA, C. L. E SANSONE, L. (Orgs.) *Projeto UNESCO no Brasil*: textos críticos. Salvador: EDUFBA, 2007.

PIOVESAN, F. Direitos Humanos Globais, Justiça Internacional e o Brasil. *Revista Fundação Escola Superior Ministério Público Distrito Federal*. Brasília, Ano 8, V. 15, jan./jun. 2000, pp.93-110.

POUCHEPADASS, J. Les Subaltern Studies ou la critique postcoloniale de la modernité. *In: L'Homme*, nº 156, out./dez., 2000, pp. 161-186. Disponível em: <<http://lhomme.revues.org/82>> acesso em 20 de outubro de 2013.

PRAKASH, G. Les lieux de production du discours savant. *L'Homme*, nº 156. Out./Dez., 2000. pp. 65-74. Disponível em: <<http://lhomme.revues.org/82>> acesso em 23 de outubro de 2013.

PRIORE, M.D.; AMANTINO, M. (Orgs.) *História do corpo no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

QUIJANO, A. Dom Quixote e os Moinhos de Vento na América Latina. Dossiê América Latina, *Estudos Avançados*, São Paulo, 2005, vol. 19, nº 55, pp. 8-3.

_____. Colonialidade do poder e classificação social. *In: SANTOS, B. MENESES, M. Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

RAGAZZI, F. Compte rendu de séminaire de lecture: "diasporas". *In: Cultures & Conflits*. Nº 57, 2005.

RODRIGUES, T. C. A ascensão da diversidade nas políticas educacionais contemporâneas. *Tese de Doutorado em educação*, Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de São Carlos, 2011.

_____. ABRAMOWICZ, A. O debate contemporâneo sobre a diversidade e a diferença nas políticas e pesquisas em educação. *Revista Educação e Pesquisa*: São Paulo, v. 39, n. 1, jan/mar. 2013, pp. 15-29.

RODRÍGUEZ, V. Instrumentos internacionais sobre racismo no sistema das nações unidas e no sistema interamericano de proteção dos direitos humanos: sistematização, análise e aplicação. *Leituras preliminares: um ponto de partida*.

Conferência Mundial contra o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e a intolerância correlata. São José, C. R. Instituto Interamericano de Direitos Humanos, 2001.

SAADA, E. Un racisme de l'expansion. les discriminations raciales au regard des situations coloniales. In : FASSIN, D. e FASSIN, E. *et. all. De la question sociale à la questions raciale: représenter la société française*. Paris: Édition La Découverte/Poche, 2009.

SAID, E. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. O orientalismo revisto. In: HOLANDA, H. B. (Org.) *Pós-modernismo e política*. Trad. Heloisa B. de Hollanda. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1992, pp. 251-273.

SANSONE, L. *Negritude sem etnicidade: o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra no Brasil*. Trad. Vera Ribeiro. Salvador: Edufba, Pallas, 2007.

SANTOS, E. SCHOR, P. Brasil, estudos pós-coloniais e contracorrentes análogas: entrevista com Ella Shohat e Robert Stam. *Revista Estudos Feministas*, Vol. 21, nº2, 2013, pp. 701-726. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2013000200020>>, acesso em 21 de outubro de 2013.

SANTOS, J. T. De armadilhas, convicções e dissensões: as relações raciais como efeito Orloff. *Estudos Afro-asiáticos*. Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, 2002.

SCHAUB, J-F. La notion d'État Moderne est-elle utile ? *Cahiers du monde russe*. nº 46, 2005, pp. 51-64. Disponível em: <<http://monderusse.revues.org/2727>> acesso em 29 de novembro de 2012.

_____. Dossier, Le texte en perspective. *Race et Histoire, Claude Levi-Strauss*. Folioplus philosophie, Éditions Gallimard, 2007.

SCHNAPPER, D. De l'État-nation au monde transnational. Du sens et de l'utilité du concept de diaspora. *Revue européenne de migrations internationales*. Débats contemporains, Vol. 17, nº 2, 2001, pp. 9-36.

SCHWARCZ, L. M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCOTT, J. MARSHALL, G. *Oxford dictionary of sociology*. 3ª Edition, 2005.

SCOTT, J. *De l'utilité du genre*. Paris: Fayard, 2012.

SERENO, R. La semántica fugitiva: “raza”, color y vida cotidiana en Puerto Rico. *Revista de Ciencias Sociales Nueva Época*. nº 9, junho de 2000, pp. 52-71.

SHOAT, E.; STAM, R. *Crítica da imagem eurocêntrica*. Trad. Marcos Soares. São paulo: Cossaic Naify, 2006.

_____. Des-orientalizar Cleópatra: um tropo moderno de identidade. Trad. Plínio Dentzien; Revisão: Iara Beleli. *Cadernos Pagu*, nº 23, Jul.-Dez., 2004, pp.11-54.

_____. Notas sobre lo «postcolonial». In: MEZZADRA, S. (Org.) *Estudios postcoloniales: ensayos fundamentales*. Trad. Marta Malo. Madrid: Traficantes de Sueños, 2008, pp. 103-121.

SIBEUD, E. Post-Colonial et Colonial Studies: enjeux et débats. *Revue d'histoire moderne et contemporaine*, nº 5, 2004, pp. 87-95.

SILVA, A. O Itamaraty e o ano internacional dos afro-descendentes : um olhar sobre o discurso externo brasileiro acerca da questão racial. *Igualdade racial no Brasil: reflexões no ano internacional dos afrodescendentes*. Tatiana D. Silva, Fernanda L. Góes (Orgs.). Brasília: Ipea, 2013. 188p. Disponível em: <http://sistemas.mre.gov.br/kitweb/datafiles/IRBr/pt-br/file/CAD/LXIII%20CAD/Sociedade/Livro_completo_Cad_Sociedade.pdf>, acesso em 20 de dezembro de 2013.

SILVA, J. A. *As Nações Unidas e a luta internacional contra o racismo*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, Tese do autor no LII CAE (Curso de Altos Estudos) do Instituto Rio Branco, 2008.

SILVA, M. A. M. Reabilitando Virgínia Leone Bicudo. *Revista Sociedade e Estado*. Vol. 26, nº2 Mai./Ago., 2011, pp. 435-445.

SILVA, P. B. G. e BARBOSA, L. M. A. *Pensamento negro em educação*. EDUFSCAR: São Carlos, 1997.

SILVA, P. B. G. Ações afirmativas para além das cotas. SILVÉRIO, V. MOEHLECKE, S. *Ações afirmativas nas políticas educacionais: o contexto pós-Durban*. São Carlos: EdUFSCar, 2009, pp. 263-274.

SILVA, T. D.; GÓES, F. L. (Orgs.) *Igualdade racial no Brasil: reflexões no ano internacional dos afrodescendentes*. Brasília: Ipea, 2013. 188p. Disponível em: <http://sistemas.mre.gov.br/kitweb/datafiles/IRBr/pt-br/file/CAD/LXIII%20CAD/Sociedade/Livro_completo_Cad_Sociedade.pdf>, acesso em 20 de dezembro de 2013.

SILVEIRA, R. Etnia. *Cultura e atualidade*. Rubin. A. Org. Salvador: EDUFBA, 2005.

SILVÉRIO, V. MOEHLECKE, S. *Ações afirmativas nas políticas educacionais: o contexto pós-Durban*. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

_____. Negros em movimento: a construção da autonomia pela afirmação de direitos. BERNARDINO, J.; GALDINO, D. (Orgs.) *Levando a raça a sério: ação afirmativa e universidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

_____. Ação Afirmativa: Percepções da “Casa Grande” e da “Senzala”. *Perspectivas*, São Paulo, 26: 57-79, 2003.

_____. Ação Afirmativa e o combate ao racismo institucional no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, n. 117, novembro/ 2002.

_____. Raça e racismo na virada do milênio: os novos contornos da racialização. *Tese de doutorado em sociologia*. UNICAMP. Campinas, 1999.

SILVIO, J. A. S. O Itamaraty e o Ano Internacional dos Afrodescendentes: um olhar sobre o discurso externo brasileiro acerca da questão racial. BRASIL. *Igualdade racial no Brasil: reflexões no ano internacional dos afrodescendentes/* Tatiana Dias Silva, Fernanda Lira Goes. (Orgs.) Brasília: IPEA, 2013, pp.161-176.

SOARES, C. G., Raça, classe e cidadania: a trajetória do debate racial no Partido dos Trabalhadores (1980-2003). *Tese de doutorado em Sociologia*, UNICAMP. Campinas, 2009.

SOARES, G. A. Gilberto Freyre, historiador da Cultura. *Afro-Ásia*. Nº 27, 2002, pp. 223-248.

SPIVAK, G. C. *Crítica de la razón poscolonial: Hacia una historia del presente evanescente*. Trad. Marta Malo de Molina, Ediciones Akal: Madrid, 2010.

_____. Pode o subalterno falar? 1ª Ed. Trad. Sandra Regina G. Almeida; Marcos P. Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

_____. Estudios de la Subalternidad: deconstruyendo la Historiografía. In: MEZZADRA, S. (Org.) *Estudios postcoloniales: ensayos fundamentales*. Trad. Marta Malo. Madrid: Traficantes de Sueños, 2008.

_____. Quem reivindica alteridade? HOLANDA, H. B. (Org.) *Tendências e debates: o feminismo como crítica da cultura*. Trad. Patrícia Silveira de Farias. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1994, pp. 187-205.

STOCZKOWSKI, W. Racisme, antiracisme et cosmologie lévi-straussienne : un essai d'anthropologie réflexive, *L'Homme*, 2007, n° 182, pp. 7-51.

_____. [L'antiracisme doit-il rompre avec la science ?](#) *La Recherche*, n° 401, 2006, pp. 45-48.

_____. La pensée de l'exclusion et la pensée de la différence: quelle cause pour quel effet ? *L'Homme*, 1999, pp. 41-57.

TAGUIEFF, P-A. Le racisme. *Cahier du CEVIPOF*, n° 20, Paris, 1998, p. 132.

_____. Réflexions sur la question antiraciste. *Mots*, Paris, Mar. 1989, n°18. pp. 75-93.

Disponível

em:

<http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/mots_0243-6450_1989_num_18_1_1449> acesso em 12 de outubro de 2013.

_____. Du racisme au mot « race » : comment les éliminer ? *Mots*, décembre 1992, N°33. pp. 215-239.

TELES, E. O significado da raça na sociedade brasileira. Tradução para o português de *Race in Another America: The Significance of Skin Color in Brazil*. 2004. Princeton e Oxford: Princeton University Press. Versão divulgada na internet em Agosto de 2012. Trad. Ana Arruda Callado.

TEPERMAN, M. H. I.; KNOPF, S. Virgínia Bicudo: uma história da psicanálise brasileira. *Jornal de psicanálise*. São Paulo, v. 44, n. 80, jun. 2011, pp. 65-77.

TODOROV, T. *A conquista da américa* : a questao do outro. Tradução de Beatriz P. Moi. Martins Fontes : São Paulo, 2ª edição, 1982.

VAN DIJK, T. A. Le racisme dans le discours des élites. *Multitudes*, n°. 23, 2004, pp. 41-52. Disponível em: < <http://www.cairn.info/revue-multitudes-2005-4-page-41.htm>>, acesso em 16 abril de 2013.

ZECCHINI, L. Les études postcoloniales colonisent-elles les sciences sociales ? *La vie des idées*, jan., 2011, 13p. Disponível em: <<http://www.laviedesidees.fr/Les-etudes-postcoloniales.html>>, acesso em 30 de outubro de 2011.

WARE, V. (Orga.) *Branquidade*: identidade branca e multiculturalismo. Trad. Vera Ribeiro: Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

WEST, C. *Questão de raça*. Trad. Laura T. Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

WHITE, H. *Trópicos do discurso*: ensaios sobre a crítica da cultura, trad. Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: Edusp, 1994.

WIEVIORKA, M. *A diferença*. Trad. Manuel Pereira: Fenda, 2002.

_____. *O racismo uma introdução*. Trad. Fany Kon. São Paulo: perspectiva, 2007.

WYNTER, S. “1942: A New World View”, LAWRENCE, V. H; NETTLEFORD, R. (Orgs.), *Race, Discourse and the Origin of the Americas: a New World View*. Washington, DC: Smithsonian Institution Press, 1995.

YOUNG, R. J. C. *Desejo Colonial*. Trad. Sergio Medeiros: Perspectiva; São Paulo, 2005.

_____. Nuevo recorrido por (las) *Mitologías Blancas*. In: MEZZADRA, S. (Org.) *Estudios postcoloniales: ensayos fundamentales*. Trad. Marta Malo. Madrid: Traficantes de Sueños, 2008.

Artigos, documentos e materiais da UNESCO e da ONU consultados:

BANTON, M. Aspects sociaux de la question raciale. In: UNESCO, *Quatre déclarations sur la question raciale*, UNESCO: Paris, 1969, pp. 17-29.

Disponível em:

< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0012/001281/128130fo.pdf>>.

BIBBY, C. *L'educateur devant le racisme*. Nathan-UNESCO: Paris, 1965, 110p.

Disponível em:

< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0013/001355/135513fb.pdf>>.

BULLETIN D'INFORMATION, *Projet “La route de l'esclave*. Numéro spécial, Division des politiques culturelles et du dialogue interculturel, UNESCO: Paris, 2004, 40p. Disponível em:

< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0014/001427/142745f.pdf>>.

COMAS, J. Les mythes raciaux. In: UNESCO, *La question raciale devant la science moderne*, UNESCO: Paris, 1951, 45p. Disponível em:

< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0013/001354/135455fo.pdf>> .

CONGAR, Y. L'église catholique vant la question raciale. In: UNESCO, *Question raciale et la pensée moderne*, UNESCO: Paris, 1953, 58p. Disponível em:

< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0013/001332/133221fo.pdf>> .

ONU, *Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados*. ONU: Viena, 1969. Disponível em:

< http://legal.un.org/ilc/texts/instruments/francais/traites/1_2_1986_francais.pdf>.

DAUDET, Y. e EISEMANN, P. M. Commentaire Convention concernant la lutte contre la discrimination dans le domaine de l'enseignement. Droit à l'Éducation. UNESCO: Paris, 2005, p. 80. Disponível em:

< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0014/001459/145922f.pdf>>

DIOP, C. A. Unité d'origine de l'espèce humaine. *Racisme, science et pseudo-science*. Collection Actuel. UNESCO: Paris, 1982, pp. 137-141. Disponível em:

<http://www.cheikhantadiop.net/cheikh%20anta%20diop%20unite%20espece%20humaine.pdf>>.

DUNN, L. C. Race et biologie. In: UNESCO, *La question raciale devant la science moderne*, UNESCO: Paris, 1951, 59p. Disponible en:

< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0013/001354/135458fo.pdf>>.

ESPIELL, H. G. *Signification de la Convention concernant la lutte contre la discrimination dans le domaine de l'enseignement* (1960). UNESCO: Paris, 2005, 15p. Disponible en:

< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0014/001429/142908m.pdf>>.

FERNANDEZ, A. e PONCI, J.D. *Éducation et discrimination: réflexions sur la Convention concernant la lutte contre la discrimination dans le domaine de l'enseignement de l'UNESCO*, Editions Diversités-Genève, 2005.

HIERNAUX, J. Les aspects biologiques de la question raciale. In: UNESCO, *Quatre déclarations sur la question raciale*. UNESCO: Paris 1969, pp. 9-16.

Disponible en:

< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0012/001281/128130fo.pdf>>.

HOOFT, W. A. Le mouvement oecuménique et la question raciale. In: UNESCO, *Question raciale et la pensée moderne*, UNESCO: Paris, 1954, 70p. Disponible en:

< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0013/001336/133602fo.pdf>>.

JAHODA, Marie. - Les relations raciales et la santé mentale, in *Le racisme devant la science*. UNESCO: Paris, 1960. In: UNESCO, *La question raciale devant la science moderne*, Paris, 1953.

JAYATILLEKE, K. N. e MALALASEKERA G.P. Le bouddhisme et la question raciale. In: UNESCO, *Question raciale et la pensée moderne*. UNESCO: Paris, 1958, 71p. Disponible en:

< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0013/001371/137195fo.pdf>>.

KAMIL, A. L'islam et la question raciale, In: UNESCO, *Question raciale et la pensée moderne*. UNESCO: Paris, 1970, 69p. Disponible en:

< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0013/001374/137446fo.pdf>>.

KLINBERG, O. Race et psychologie. In: UNESCO, *La question raciale devant la science moderne*. UNESCO: Paris, 1951, 44p.

LABELLE, M. *Un lexique du racisme : étude sur les définitions opérationnelles relatives au racisme et aux phénomènes connexes*. Montreal: UNESCO/CRIEC, 2006, p. 49. Disponible en:

< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0014/001465/146588f.pdf>>.

LEIFAT, P. *Science et racisme : un mariage contre nature*. UNESCO: Paris, 1982, p. 35.

LEIRIS, M. Race et civilisation. *In: UNESCO, La question raciale devant la science moderne*. UNESCO: Paris, 1951, 60p. Disponível em:

< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0013/001354/135448fo.pdf>>.

LEVI-STRAUSS, C. Race et histoire. *In: UNESCO, La question raciale devant la science moderne*. UNESCO: Paris, 1951, 40p. Disponível em:

<http://unesdoc.UNESCO.org/ulis/cgi-bin/ulis.pl?req=0&mt=100&mt_p=%3C&by=3&sc1=1&look=default&sc2=1&lin=1&fut8=1&gp=1&hist=1&pn=1&text=race+et+histoire+strauss&text_p=inc>.

LITTLE, K. L. Race et société. *In: UNESCO, La question raciale devant la science moderne*. UNESCO: Paris, 1951, 53p. Disponível em:

<http://unesdoc.UNESCO.org/ulis/cgi-bin/ulis.pl?req=0&mt=100&mt_p=%3C&by=3&sc1=1&look=default&sc2=1&lin=1&fut8=1&gp=1&hist=1&pn=1&text=Race+et+soci%C3%A9t%C3%A9+little&text_p=inc>.

M'BOW, A-M. A. *L'Ouverture de la Conference Mondiale contre l'Apartheid*. Lagos, 1977, p. 8. Disponível em:

< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0002/000290/029033fb.pdf>>.

MORANT, G. M. Les différences raciales et leur signification. *In: UNESCO, La question raciale devant la science moderne*, Paris, 1951, 41p. Disponível em:

<<http://unesdoc.UNESCO.org/Ulis/cgi-bin/ulis.pl?database=&lin=1&fut8=1&ll=1&gp=0&look=new&sc1=1&sc2=1&nl=1&req=2&au=Morant,%20G.M>>.

ONU, *Convenção Internacional sobre a Supressão e Punição do Crime de Apartheid* 1973.

ONU, *Convenção Internacional da ONU sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial*. UNESCO, 1966. 3p. Disponível em:

< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0013/001393/139390por.pdf>>.

ONU, *Convenção de Viena sobre o direito dos tratados*, Divisão de Atos Internacionais, 1969.

ONU, *Carta das Nações Unidas*, 1945.

ONU, *Declaração e Programa de Ação adotados na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata*. Durban, 2001, 101p.

ROSE, A. M. L'origine des préjugés. *In: UNESCO, La question raciale devant la science moderne*, Paris, 1951, 45p. Disponível em:

< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0013/001355/135512fo.pdf>>.

ROTH, L. La pensée juive, facteur civilisation. In: UNESCO, *Question raciale et la pensée moderne*, Paris : UNESCO, 1954, 71p.

SHAPIRO, Harry L. - Les mélanges de races. In: *In: La question raciale devant la science moderne*, Paris, 1953, 57p.

SCHWARZENBERGER. G. La paix et la guerre dans une société internationale , *Bulletin international des sciences sociales*: revue trimestrielle publiée par l'UNESCO, vol. I, n° 3-4, Paris, 1949, pp. 69-76.

Disponível em:

< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0004/000412/041207fo.pdf>>.

UNESCO, *Combattre la discrimination dans l'enseignement*: principes directeurs pour l'établissement des rapports des États membres sur l'application de la Convention et la Recommandation concernant la lutte contre la discrimination dans le domaine de l'enseignement 1960, approuvés par le Conseil exécutif de l'UNESCO en 2011, p. 10.

UNESCO, *Educação um Tesouro a Descobrir*: Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre a Educação para o Século XXI. Pres. Jacques Delors. Paris: UNESCO, [1996] 2010. Disponível em:

< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0010/001095/109590por.pdf>>.

UNESCO, *Routes de l'esclaves*: une vision globale. Paris: UNESCO, 2010.

UNESCO, Renforcer la lutte contre Le racisme et la discrimination: les réalisations de l'UNESCO de la Conférence mondiale de 2001 contre le racisme, la discrimination raciale, la xénophobie et l'intolérance qui y est associée à la Conférence d'examen de Durban de 2009. Paris: UNESCO, 2009. Disponível em: <<http://unesdoc.UNESCO.org/images/0018/001848/184861f.pdf>>.

UNESCO, *Analyse comparative* : la Convention concernant la lutte contre la discrimination dans le domaine de l'enseignement (1960) et des articles 13 et 14 du Pacte international relatif aux droits économiques, sociaux et culturels. Droit à l'Éducation. Paris: UNESCO, 2008, p. 69.

UNESCO, *A Recomendação da OIT/UNESCO de 1966 relativa ao Estatuto dos Professores a Recomendação de 1997 da UNESCO relativa ao Estatuto do Pessoal do Ensino Superior*. UNESCO e OIT: EUA, 2008, 78p.

UNESCO, *60 ans d'histoire de l'UNESCO*: Actes du colloque internationale, 16-18 novembre, Paris, 2005, p. 555. Disponível em:

<http://www.UNESCO.de/fileadmin/medien/Dokumente/Bibliothek/60_ans_d_histoire_de_l_UNESCO.pdf>.

UNESCO, *A UNESCO e a cultura: buscando um papel central no desenvolvimento humano*, 2005.

UNESCO, *Combattre la discrimination dans l'enseignement: principes directeurs pour l'établissement des rapports des États membres sur la mise en oeuvre de la Convention et la Recommandation concernant la lutte contre la discrimination dans le domaine de l'enseignement 1960*, approuvés par le Conseil exécutif de l'UNESCO en 2005, p. 16.

UNESCO, *Orientações para a inclusão: garantindo o acesso à educação para todos*. Trad. Maria Adelaide Alves e Dinah Mendonça, Paris: UNESCO, 2005, 38p.

UNESCO, *l'UNESCO et la question de la diversité culturelle : bilan et stratégies, 1946-2004*. Paris: UNESCO, 2004. Disponível em:
<<http://portal.UNESCO.org/culture/fr/files/12900/10958784663DivCult-BilanStrat%E9gies-FRA-20sept04.pdf/DivCult-BilanStrat%E9gies-FRA-20sept04.pdf>>

UNESCO, *Aprender a viver juntos: será que fracassamos?* Brasília: UNESCO, IBE, 2003. Disponível em:
<<http://unesdoc.UNESCO.org/images/0013/001313/131359por.pdf>>.

UNESCO, *Bref historique sur le concept de la culture de la paix*. UNESCO: Paris 2000, 3p.
Disponível em:
<http://www3.UNESCO.org/iycp/kits/concept_cp_fre.pdf>.

UNESCO, *Declaration de Yamoussoukro sur la paix dans l'esprit des hommes*. Yamoussoukro, Costa do Marfim, 1989.
Disponível em:
<<http://www.UNESCO.org/cpp/fr/declarations/yamoussoukro1.htm>>.

UNESCO, *Recomendação sobre a educação para a compreensão, a cooperação e a paz internacionais*. UNESCO: Paris, 1974.

UNESCO, *Recomendação relativa à situação dos investigadores científicos*. UNESCO: Paris, 1974.

UNESCO, *Quatre déclarations de sur la question raciale*. UNESCO: Paris, 1969, 56p.

UNESCO, *Declaração dos princípios de cooperação cultural internacional*. UNESCO: Paris, 1966.

UNESCO, *Recomendação relativa à condição docente*. UNESCO: Paris, 1966, 35p.
Disponível em:

< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0015/001515/151538por.pdf>>.

UNESCO, *Convenção Relativa à Luta contra a Discriminação no campo do Ensino*. Paris: UNESCO, 1960. Disponível em:

< http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/conv_discriminacao_ensino.htm>.

UNESCO, *Declaração de Princípios sobre a Tolerância*, Paris: UNESCO, 1995, 19p.

Disponível em:

< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0013/001315/131524porb.pdf>>.

UNESCO, *Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural*, UNESCO, 2002, 7p.

Disponível em:

< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0012/001271/127160por.pdf>>.

UNESCO, *Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem*. UNESCO: Jomtien, 1990, 8p.

Disponível em:

< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0008/000862/086291por.pdf>>.

UNESCO, *L'Appel d'Athènes: des hommes des sciences contre le racisme*. Atenas: UNESCO, 1981.

Disponível em:

< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0004/000444/044432fb.pdf>>.

UNESCO, *l'UNESCO et la lutte contre Le racisme*. L'Appel d'Athènes. Paris: UNESCO, 1981.

UNESCO, *La route de l'esclave: la memoire affranchie*. Sources UNESCO: Paris. N° 99/Mar., 1998, 24p. Disponível em:

< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0011/001113/111347f.pdf>>.

UNESCO, *Lutttes contre l'esclavage: Année internationale de commémoration de la lutte contre l'esclavage et de son abolition*. Division des politiques culturelles et du dialogue interculturel, Paris 2004, 64p.

UNESCO, *Novos marcos de ação*, Brasília, 2001, 152p.

Disponível em:

< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0012/001253/125369porb.pdf>>.

UNESCO, *Qu'est ce-qu'une race ? Des savants répondent*. 1952, p. 88. Disponível em:

< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0013/001355/135511fb.pdf>>.

UNESCO, *Quatre déclarations sur la question raciale*, Rennes: UNESCO, 1969, 56p. Disponível em:

< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0012/001281/128130fo.pdf>>.

UNESCO, *UNESCO O que é? O que faz?*. Representação da UNESCO no Brasil, 2010, 28p. Disponível em:

< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0014/001473/147330por.pdf>>.

WIRTH, L. Commentaires sur l'application de la résolution du conseil économique et social relative a la lutte contre les mesures discriminatoires et a la protection des minorités. *Bulletin international des sciences sociales*: revue trimestrielle publié par l'UNESCO, 1950, Paris : vol. I, n° 3-4, pp. 146-154. Disponível em:

<<http://unesdoc.UNESCO.org/images/0004/000412/041207fo.pdf#41214>>.

UNESCO, *Problèmes de la culture et des valeurs culturelles dans le monde contemporain*. Paris: UNESCO, 1983. Disponível em:

< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0005/000546/054681fo.pdf>>.

UNESCO, *Le racisme devant la science*. UNESCO: Paris, 1973, 378p. Disponível em:

<<http://unesdoc.UNESCO.org/images/0000/000055/005546fo.pdf>>.

UNESCO, *Le racisme devant la science*. UNESCO: Paris, 1960, 544 p.

UNESCO, *Le concept de race: résultats d'une enquête*. In: *La question raciale devant la science moderne*, UNESCO: Paris, 1953, 117p.

Disponível em:

< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0013/001354/135473fo.pdf>>.

UNESCO, *Qu'est ce-qu'une race ? Des savants répondent*, UNESCO: Paris, 1952, 88p.

Disponível em:

< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0013/001355/135511fb.pdf>>.

UNESCO, *L'UNESCO et son programme: la question raciale*. Vol. III, UNESCO: Paris, 1950, 11p.

Disponível em:

< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0012/001282/128290fo.pdf>>.

UNESCO, *Etats de tension et comprehension internationale*. Section des sciences sociales. UNESCO: Paris, 1947, 24p. Disponível em:

< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0015/001556/155608fb.pdf>>

Edições completas e artigos do periódico *O Correio da UNESCO* consultadas:

AMADO, J. *Nous, peuples de metis... Le Courrier de l'UNESCO*, Ano XXX, N° 8-9, 1977, pp. 18-19. Disponível em:

<<http://unesdoc.UNESCO.org/images/0007/000748/074814fo.pdf#46681>> .

_____. *Jorge Amado: um désir de métissage*. Entrevista. *Le Courrier de l'UNESCO*, Ano XLII, N° 7, 1989, pp. 4-7.

AWAD, M. La peau des autres. *Le Courrier de l'UNESCO*, Ano XXIV, N°11, 1971, pp. 20-22. Disponível em:
< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0007/000784/078447fo.pdf#54306>> .

AZEVEDO, T. Bahia, la grand métropole noir. In: *Le Courrier de l'UNESCO*, 1952, N° V, pp.13-15. Disponível em:
< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0007/000711/071135fo.pdf#71122>> .

BALIBAR, E. Racistes et antiracistes. In : *Le Courrier de l'UNESCO*, D'où vien le racisme. 49^e année, Mars, 1996, pp. 14-16. Disponível em:
<<http://unesdoc.UNESCO.org/images/0010/001025/102577fo.pdf#102557>> .

BANFIELD, B. Où commence le racisme: le racisme dans les manuels scolaires *Le Courrier de l'UNESCO*, 1979, Ano XXXII, N° 3, p. 31. Disponível em:
< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0007/000747/074769fo.pdf#44095>> .

BASTIDE, R. Les relations raciales au Brésil. In: *Bulletin international des sciences sociales, Les noires aux États-Unis d'Amérique*, Bulletin trimestriel, Vol. IX, N°4, 1957. pp.525-548. Disponível em:
<<http://unesdoc.UNESCO.org/images/0002/000246/024624fo.pdf>>, acesso em 20 de setembro de 2011.

_____. *Les symbolismes des couleurs*. In: *Le Courrier de l'UNESCO*, Ano XI, N°6, 1958, p. 24-25. Disponível em:
< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0006/000662/066222fo.pdf#66225>> .

_____. Panorama des continents en Amérique Latine. In: *Le Courrier de l'UNESCO*, Ano XIII, N° 10, 1960, pp. 20-23. Disponível em:
< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0007/000781/078175fo.pdf#64838>> .

_____. São Paulo la cité tentaculaire. In: *Le Courrier de l'UNESCO* N° 8-9, 1952, p. 9. Disponível em:
< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0007/000711/071135fo.pdf#71112>> .

BEN JELLOUN, T. *Image du soi, image d'autre*. In: *Le Courrier de l'UNESCO*, 1983, Ano XXXVI, N° 11, pp. 25-27. Disponível em:
< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0007/000747/074705fo.pdf#56701>> .

BERGER, M. Droits égaux, chances égales: le travailleur "de couleur" revendiqué. In: *Correio da UNESCO*, N° 6, 1954, VIII, 6, 1954, pp. 14-16. Disponível em:
< <http://www.UNESCO.org/new/pt/unesco-courier/archives/>> .

BIBBY, C. *Je ne crois pas aux revenants... mais j'en peur.* In: *Le Courrier de l'UNESCO*, Ano IX, N°2, 1956, p. 24. Disponível em:

< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0006/000682/068278fo.pdf#68279>> .

BIBBY, C. L'antirracisme commence sur les bancs de l'école. In: *Le Courrier de l'UNESCO*, Ano XIII, N° 10, 1960, pp. 6-12. Disponível em:

< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0007/000781/078175fo.pdf#64836>> .

BRANDÃO, C. R. Indiens, noirs et blancs : les trois groupes qui ont crée le Brésil. In: *Le Courrier de l'UNESCO*, Ano XXXIX, N° 12, 1986, pp. 21-22. Disponível em:

< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0007/000716/071641fo.pdf#71618>> .

BREYTENBACH, B. Un véritable suicide culturel. In: *Le Courrier de l'UNESCO*, Ano XX, N° 3, 1967, pp.27-29. Disponível em:

< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0007/000784/078449fo.pdf#59672>> .

BRISCOE, I. BURGIO, A. In: Le racisme mondialisé. In: *Le Courrier de l'UNESCO*, Ano 54^e, n° 7, 2001. pp. 24-26. Disponível em:

< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0012/001235/123512f.pdf>> .

BRUTUS, D. Le drame du refus. In: *Correio da UNESCO*, Ano XX, N° 3, 1967, pp.20-22.

Disponível em:

< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0007/000784/078449fo.pdf#59667>> .

CABRAL, A. La culture et le combat pour l'indépendance. In: *Le Courrier de l'UNESCO*, 1973, Ano XXVI, N°11, pp.12-16. Disponível em:

< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0007/000748/074894fo.pdf#51844>> .

CAMARGO, O. Histoire d'une libération: Il y a cent ans, l'esclavage était aboli au Brésil. In: *Le Courrier de l'UNESCO*, 1987, Vol. XLI, N° 6, pp. 36-38. Disponível em:

< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0007/000797/079702fo.pdf#79711>> .

CASTILHO, C. *Caraïbes: parents proches, parents lointains.* In: *Le Courrier de l'UNESCO*, Ano XXXIX, N° 12, 1986, pp. 16-20. Disponível em:

< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0007/000716/071641fo.pdf#71614>> .

COMAS, J. Darwin et le racisme. In : *Le Courrier de l'UNESCO*, XXXV Année, Mai, 1982, pp. 30-31. Disponível em:

< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0007/000747/074714fo.pdf#48988>> .

CONGAR, P. E VISSER'T HOOFT , W. E.. L'Église et las races. In: *Le Courrier de l'UNESCO*, Ano VI, Vol. 11, 1953, pp. 8. Disponível em:

< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0007/000704/070452fo.pdf#70317>> .

CRISTOVÃO, F. A. L'influence brésilienne au Portugal. *In: Le Courrier de l'UNESCO*, Ano XXXIX, N° 12, 1986, pp. 37-38. Disponível em:
< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0007/000716/071641fo.pdf#71627>> .

DAMATTA, R. Brésil: manière de table, manière d'être. *In: Le Courrier de l'UNESCO*, 1987, V. XL, N° 5, pp. 22-23. Disponível em:
< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0007/000731/073178fo.pdf#73108>>.

_____. Brésil: um joli jeu de hanches. *In: Le Courrier de l'UNESCO*, 1992, Vol. XLV, N° 12, pp. 20-21. Disponível em:
< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0009/000930/093019fo.pdf#92999>>.

_____. *La troisième rive du fleuve*. *In: Le Courrier de l'UNESCO*, 1993, Vol. XLVI, N° 7/8, pp. 49-53. Disponível em:
< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0018/001840/184071fo.pdf#94902>>.

DAVIDSON, B. L'histoire de la honte. *In: Le Courrier de l'UNESCO*, XXXVI Année, Novembre, 1983, pp. 14-16. Disponível em:
< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0007/000747/074705fo.pdf#56698>>.

Le Courrier de l'UNESCO, L'Amérique Latine: immense mosaïque de cultures. Ano XXX, N° 8/9, 1977, pp. 4-69. Disponível em:
< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0007/000748/074814fo.pdf>>.

DEBETZ, Une seule race, la race humaine. *Le Courrier de l'UNESCO*, Ano XVIII, N° 4, 1965, pp. 4-7. Disponível em:
< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0007/000784/078423fo.pdf#60308>>.

FRAZER E. F. "Les aspects sociologiques des relations raciales". *In: Le Courrier de l'UNESCO*, Ano VI, Vol. 11, 1953, p. 10. Disponível em:
< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0007/000704/070452fo.pdf#70322>>.

FREDERICKSON, G. M. Fortune et décadence du racisme scientifique. *In: Le Courrier de l'UNESCO*, 54^e, septembre, 2001, pp. 24-26. Disponível em:
< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0012/001235/123512f.pdf#123463>>.

FREYRE, G. Le rôle des noirs dans la civilisation brésilienne. *In: Le Courrier de l'UNESCO*, n. 6/7, 1950, p.7-8. Disponível em:
< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0007/000711/071135fo.pdf#71110>>.

_____. L'expérience afro-brésilienne. *In: Le Courrier de l'UNESCO*, Ano XXX, N° 8-9, 1977, pp. 13-18. Disponível em:
< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0007/000748/074814fo.pdf#46680>> .

_____. Retour en Afrique. *In: Le Courrier de l'UNESCO*, Ano XXXIX, N° 12, 1986, pp. 16. Disponível em:
< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0007/000716/071641fo.pdf#71616>>.

FOURNIER, F. L'Action de l'UNESCO, *In: Le Courrier de l'UNESCO*, Ano XLV, N° 2, 1992, pp. 44-46.

Disponível em:

< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0009/000906/090699fo.pdf#90697>>.

FUTCHA, I. Le Code Noir. *In: Le Courrier de l'UNESCO*, “200 ans après as première abolition L'esclavage um crime sans châtiment”. XLVII Année, Octobre, 1994, pp. 19. Disponível em:

< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0009/000984/098493fo.pdf#98444>>.

GARDAZ, E. Une terre d'accueil. *In: Le Courrier de l'UNESCO*, Ano XXXIX, N° 12, 1986, p. 8. Disponível em:

< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0007/000716/071641fo.pdf#71608>>.

GEINGOB, H. G. Il se prépare d'autres écoles pour une autre Namibie. *In: Le Courrier de l'UNESCO*, 1977, Ano XXX, N° 11, p. 20-21. Disponível em:

< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0007/000748/074816fo.pdf#48057>>.

GUEYE, M'Baye. Le continent de la peur. *In: Le Courrier de l'UNESCO*, “200 ans après as première abolition L'esclavage um crime sans châtiment”. XLVII Année, Octobre, 1994, pp. 16-18. Disponível em:

< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0009/000984/098493fo.pdf#98438>>.

HABERLAND, E. Frobenius et la découverte de l'âme africaine. *In: Le Courrier de l'UNESCO*, Ano XXVI, N°10, pp.14-18. Disponível em:

< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0007/000749/074906fo.pdf#51827>>.

HIERNAUX, J. L'Avenir de l'homo sapiens Point de vue d'un biologiste. *In: Le Courrier de l'UNESCO*, Ano XVIII, N° 4, 1965, pp. 12-15. Disponível em:

< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0007/000784/078423fo.pdf#60434>>.

HOWELLS, W. W. La formation des races : une équation qui comporte beaucoup d'inconnues. *In: Le Courrier de l'UNESCO*, Ano VI, Vol. 11, 1953, pp. 5.

Disponível

em:<

<http://unesdoc.UNESCO.org/images/0007/000704/070452fo.pdf#70313>>.

HUTCHINSON, H. Nuances et demi-teintes. *In: Le Courrier de l'UNESCO*, 1952, N° V, p. 9. Disponível em:

< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0007/000711/071135fo.pdf#71117>>.

JACQUARD, A. Au regard de la science. *In: Le Courrier de l'UNESCO*, 1996, Ano 49, N° 3, pp. 14-16. Disponível em:

<http://unesdoc.UNESCO.org/images/0010/001025/102577fo.pdf#102560> .

_____. Les mythes au microscope. *In: Le Courrier de l'UNESCO*, XXXVI Année, Novembre, 1983, pp. 25-27. Disponível em:

< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0007/000747/074705fo.pdf#56706>>.

_____. Science pseudo-science et racisme. In: *Le Courrier de l'UNESCO*, Ano XXXIV, N° 5, 1981. pp. 23-27. Disponível em:
< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0007/000747/074739fo.pdf#44767>>.

JAHOUA, M. Portrait-robe d'un raciste. In: *Le Courrier de l'UNESCO*, Ano XIII, N° 10, 1960, pp. 24-27. Disponível em:
< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0007/000781/078175eo.pdf#64839>>.

JELLOUN, T. B. Image du soi, image d'autre. In : *Le Courrier de l'UNESCO*, XXXVI Année, Novembre, 1983, pp. 22-23. Disponível em:
< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0007/000747/074705fo.pdf#56701>>.

Jorge Amado: um désir de métissage. Entretien. *Le Courrier de l'UNESCO*, Ano XLII, N° 7, 1989, pp. 4-7. Disponível em:
< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0008/000833/083386fo.pdf#83360>>.

KABIR, H. Le mythe de la race. In: *Le Courrier de l'UNESCO*, vol. II no. 1, 1950. Disponível em:
< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0007/000749/074946fo.pdf#74960>>.

KI-ZERBO, J. Entrevista. *Le Courrier de l'UNESCO*, La Afrique et son histoire. Ano XXXII, N° 8/9, 1992, pp. 8-13. Entrevista concedida a Bahgat Elnadi e Adel Rifaat.

KLINEBERG, O. 32 *Les sociologues ont déposé contre la ségregation*. In: *Le Courrier de l'UNESCO*, Ano 7, N° 6, 1954, pp. 24-25. Disponível em:
< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0006/000699/069962fo.pdf#69955>>.

_____. Face a le pensée raciste d'aujourd'hui. In : *Le Courrier de l'UNESCO*, XXIV Année, Octobre, 1971, Ano XXIV, N°11, 1971, pp. 4-13.

KRIUKOV, M.V. *Les sources des idées racistes*. In: *Le Courrier de l'UNESCO*, Ano XXXVI, N° 9, 1983, pp. 6-8. Disponível em:
< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0007/000747/074705fo.pdf#56693>>.

KUPERMAN, D. Fausses notes dans la samba brésilienne. In: *Le Courrier de l'UNESCO*, 54^e, setembre, 2001. pp. 24-26. Disponível em:
< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0012/001235/123512f.pdf#123464>> .

LARA, O. D. Des outils que l'on fouette. In: *Le Courrier de l'UNESCO*, "200 ans après as première abolition L'esclavage um crime sans châtiment". XLVII Année, Octobre, 1994, pp. 8-10. Disponível em:
< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0009/000984/098493fo.pdf#98435>>.

Le Courrier de l'UNESCO, Apartheid: cronique d'une fin annoncée. XLV Année, fevrier, 1992, pp. 16-50. Disponível em:
< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0009/000906/090699fo.pdf#90698>>.

Le Courrier de l'UNESCO, Brésil, le géant du 20^e siècle. XXXIX Année, N°12, 1986, pp. 4-46. Disponible en:

< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0007/000716/071641fo.pdf>>.

Le Courrier de l'UNESCO, Une anthologie de l'COURRIER pour célébrer le 40^e anniversaire de l'UNESCO, XXXIX Année, Mai/Jun, 1986. Disponible en:

< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0006/000694/069416fo.pdf>>.

Le Courrier de l'UNESCO, 1986: Année de la Paix. Hommage à Paulo Freire. Ano XXXIX, N° 12, 1986, p. 46. Disponible en:

< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0007/000716/071641fo.pdf#71627>> .

Le Courrier de l'UNESCO, Année des droits de l'homme. XXI^e Année, N°1, Janvier, 1968. Disponible en:

< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0007/000782/078234fo.pdf>>.

Le Courrier de l'UNESCO, Aspects biologiques de la question raciale: un document capital. Ano XVIII, N° 4, 1965, pp. 8-11. Disponible en:

< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0007/000784/078423fo.pdf#61445>>.

Le Courrier de l'UNESCO, Comment peut-être... Guayaki? De nouvelles conditions de vie transforment une petite indienne de l'âge de pierre en assistante de laboratoire. Ano III, N° 8, 1950, p. 8. Disponible en:

< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0012/001237/123798f.pdf#123746>> .

Le Courrier de l'UNESCO, Contre le racisme ce drame qui divise les hommes. XXIV Année, Octobre, 1971. Disponible en:

< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0007/000784/078447fo.pdf>>.

Le Courrier de l'UNESCO, Couleur, nation, caste, ethnie, race: pourquoi le racisme? Coordenação René Lefort et Ivan Briscoe, Ano 54, N°9, 2001, pp. 4-32. Disponible en:

< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0012/001235/123512f.pdf>>.

Le Courrier de l'UNESCO, D'où vient le racisme. 49^e année, Mars, 1996, pp. 10-34. Disponible en:

< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0010/001025/102577fo.pdf>> .

Le Courrier de l'UNESCO, Ecole sans barrières : assimiler 2. 350.000 élèves noirs. Ano 7, N° 6, 1954, pp. 24-25. Disponible en:

< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0006/000699/069962fo.pdf#69956>>.

Le Courrier de l'UNESCO, Et la science vient étayer l'éthique de la fraternité universelle. Ano III, N°6/7, 1950 p. 8. Disponible en:

< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0008/000814/081475fo.pdf#81490>>.

Le Courrier de l'UNESCO, L'Ethnocide. XXXVI Année, Novembre, 1983, pp. 9-10. Disponible en:

< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0007/000747/074705fo.pdf#56694>>.

Le Courrier de l'UNESCO, Faits et chiffres : de la bataille contre les préjugés.
Disponível em:

< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0006/000699/069962fo.pdf#69961>>.

Le Courrier de l'UNESCO, L'enfant et l'image du monde. Ano XXXII, N° 3, 1979, pp. 4-33. Disponível em:

< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0007/000747/074769fo.pdf>>.

Le Courrier de l'UNESCO, L'Afrique australe aux prises avec le racisme. *In*: *Le Courrier de l'UNESCO*, XXX Année, octobre, 1977. Disponível em:

<<http://unesdoc.UNESCO.org/images/0007/000748/074816fo.pdf>>.

Le Courrier de l'UNESCO, L'Apartheid en Afrique du Sud. Ano XVIII, N° 4, 1965, pp. 20-28. Disponível em:

< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0007/000784/078423fo.pdf#60436>>.

Le Courrier de l'UNESCO, L'Apartheid. XXe Année, N° 3, Mars, 1967.
Disponível em:

< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0007/000784/078449fo.pdf#59678>>.

Le Courrier de l'UNESCO, L'appel d'Athènes: des hommes de science contre le racisme. XXXIV Année, Mai, 1981, p. 28. Disponível em:

< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0007/000747/074739fo.pdf#44768>>.

Le Courrier de l'UNESCO, Le racisme, cancer social de notre temps. Ano XIII, N° 10, 1960, pp. 4-5. Disponível em:

< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0007/000781/078175fo.pdf#64834>>.

Le Courrier de l'UNESCO, L'Unesco dans la lutte contre l'apartheid. Ano XXX, N° 11, 1977, p. 27. Disponível em:

< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0007/000748/074816fo.pdf#48060>> .

Le Courrier de l'UNESCO, Pourquoi le racisme? 54^e, septembre, 2001. pp. 4-32.
Disponível em:

<<http://unesdoc.UNESCO.org/images/0012/001235/123512f.pdf>>.

Le Courrier de l'UNESCO, Préjugé, intolérance, racisme, apartheid. XXXVI Année, Janvier, 1982, pp. 28-29. Disponível em:

<<<http://unesdoc.UNESCO.org/images/0007/000746/074686fo.pdf#52575>>> .

Le Courrier de l'UNESCO, Quelques étapes décisives : sur la route de l'égalité. Ano 7, N° 6, 1954, pp. 30-31. Disponível em:

< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0006/000699/069962fo.pdf#69958>>.

Le Courrier de l'UNESCO, Les savants du monde entier dénoncent un mythe absurde ... Le racisme. Vol. III, N° 6, 1950, p.16. Disponível em:

< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0008/000814/081475fo.pdf#81475>>.

LEIRIS, M. Le préjugé de race. *In: Le Courrier de l'UNESCO*, XXXVI Année, Novembre, 1983, pp. 4-6. Disponible em:

< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0007/000747/074705fo.pdf#56692>>.

LÉVI-STRAUSS, C. Race, histoire et culture. *In: Le Courrier de l'UNESCO*, D'où vien le racisme. 49^e année, Mars, 1996, pp. 10-34. Disponible em:

< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0010/001025/102577fo.pdf#102562>>.

M'BOKOLO, E. Qui sont les responsables ? *In: Le Courrier de l'UNESCO*, "200 ans après as première abolition L'esclavage um crime sans châtement". XLVII Année, Octobre, 1994, pp. 11-14. Disponible em:

< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0009/000984/098493fo.pdf#98436>>.

M'BOW, A-M. L'Apartheid, la forme la plus vile de l'esclavagisme moderne. *In: Le Courrier de l'UNESCO*, 1977, Ano XXX, N° 11, p. 4. Disponible em:

< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0007/000748/074816fo.pdf#48045>>.

MAcBRIDE, S. *Namibie la longue marche vers l'indépendance*. *In: Le Courrier de l'UNESCO*, 1977, Ano XXX, N° 11, p. 16-20. Disponible em:

< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0007/000748/074816fo.pdf#48055>>.

MARSHALL, T. Les droits dans les plateaux de la balance. *In: Le Correio da UNESCO*, N° 6, 1954, VIII, 6, 1954, pp. 22-23.

Disponible em:

< <http://www.UNESCO.org/new/pt/unesco-courier/archives/>>.

MARCORELLES, L. Lé cinema refuse le racisme! *In: Le Courrier de l'UNESCO*, Ano XIII, N° 10, 1960, p. 28. Disponible em:

< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0007/000781/078175fo.pdf#64841>>.

MARZUI, A. L'école et les l'apprentissage des trois. *In: Le Courrier de l'UNESCO*, Ano XXIV, N°11, 1971, pp. 28-30. Disponible em:

< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0007/000784/078447fo.pdf#54310>> .

MELLO, T. Le pays du soleil et la patrie de l'eau. *In: Le Courrier de l'UNESCO*, Ano XXXIX, N° 12, 1986, pp. 4-10. Disponible em:

< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0007/000716/071641fo.pdf#71606>>.

MEMMI, A. Heterophobie et racismes. *In: Le Courrier de l'UNESCO*, XXXVI Année, Novembre, 1983, pp. 11-13. Disponible em:

< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0007/000747/074705fo.pdf#56695>>.

MÉTRAUX, A. Pire qu'um crime, Le racisme c'est une faute. *In: Le Courrier de l'UNESCO*, Ano VI, Vol. 11, 1953, pp.3-4. Disponible em:

< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0007/000704/070452fo.pdf>>.

_____. Pour l'harmonie des races. *In: Le Courrier de l'UNESCO*, Ano XIII, N° 10, 1961, pp. 28-29. Disponible em:
< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0007/000781/078175fo.pdf#64841>>.

_____. Race et civilization. *In: Le Courrier de l'UNESCO*, 1950, Ano III, N°6/7, p. 8. Disponible em:
< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0008/000814/081475fo.pdf#81491>>.

MILES, R. La lutte contre la discrimination? *In: Le Courrier de l'UNESCO*, XXXVIII Année, Novembre, 1985, pp. 21-23. Disponible em:
< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0006/000666/066617fo.pdf#65934>>.

MORROE, B. *Sur Le Damier des Races : les noirs marquent les points*. *In: Le Courrier de l'UNESCO*, Ano 7, N° 6, 1954, pp.4-8. Disponible em:
< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0006/000699/069962fo.pdf#69937>>.

MOTA, A. V. B. Le theatre noir, éveil d'une conscience. *In: Le Courrier de l'UNESCO*, XXXIX Année, Decembre, 1986, pp. 18. Disponible em:
< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0007/000716/071641fo.pdf#71617>>.

NEPOMUCENO, E. *Un géant et ses voisins*. *In: Le Courrier de l'UNESCO*, Ano XXXIX, N° 12, 1986, pp. 21-22. Disponible em:
< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0007/000716/071641fo.pdf#71610>>.

NKOSI, L. *Les dialogues interdits*. *In: Le Courrier de l'UNESCO*, Ano XX, N° 3, 1967, pp.20-22. Disponible em:
< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0007/000784/078449fo.pdf#59666>>.

O Le Courrier de l'UNESCO, La Afrique et son histoire. Ano XXXII, N° 8/9,1979, pp. 4-70.
Disponible em:<<http://unesdoc.UNESCO.org/images/0007/000747/074777fo.pdf>> .

O'CALLAGHAN, M. De la Rhodésie a Zimbabwe : pour les noirs de Rhodésie le nom de l'antique Zimbabwe relie un passé prestigieux à la liberté de demain. *In: Le Courrier de l'UNESCO*, 1977, Ano XXX, N° 11, p. 22-25. Disponible em:
< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0007/000748/074816fo.pdf#48059>>.

OGOUKI, S. Quand le racisme disqualifie le sport. *In: Le Courrier de l'UNESCO*, 1977, Ano XXX, N° 11, p. 22-25. Disponible em:
< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0007/000748/074816fo.pdf#48060>>.

ORTEGA, H. Les stereotypes, un miroir deformant: le racisme dans les manuels scolaires. *In: Le Courrier de l'UNESCO*, 1979, Ano XXXII, N° 3, pp. 28-30. Disponible em:
< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0007/000747/074769fo.pdf#44093>>.

PARANAGUÁ, P. A. 'Cinema Novo': une révolution culturelle. *In: Le Courrier de l'UNESCO*, Ano XXXIX, N° 12, 1986, pp. 33-36. Disponible em:

< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0007/000716/071641fo.pdf#71627>>.

PATON, A. L'Influence de l'apartheid sur la culture. *In: Le Courrier de l'UNESCO*, Ano XX, N° 3, 1967, pp.14-19. Disponível em:

< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0007/000784/078449fo.pdf#59665>>.

PISA, C. La "littérature de cordel". *In: Le Courrier de l'UNESCO*, Ano XXXIX, N° 12, 1986, pp. 21-22. Disponível em:

< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0007/000716/071641fo.pdf#71625>>.

POLIAKOV, L. L'Antisemitisme plaie des temps modernes. *In: Le Courrier de l'UNESCO*, Ano XIII, N° 10, 1960, pp. 13-17. Disponível em:

< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0007/000781/078175fo.pdf#64837>>.

RAMOS, A. La question raciale et le monde démocratique. *In: Le Courrier de l'UNESCO*, 1949, ano II, N°10, p.14. Disponível em:<

<http://unesdoc.UNESCO.org/images/0007/000741/074130fo.pdf#74163>>.

REDDY, E. S. *Contre l'apartheid les Nations Unies mobilisent le monde entier.* *In: Le Courrier de l'UNESCO*, 1977, Ano XXX, N° 11, p. 4-8. Disponível em:

< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0007/000748/074816fo.pdf#48045>>.

REIS, M. C. C. *La contre-attaque culturelle.* *In: Le Courrier de l'UNESCO*, 1983, Ano XXXVI, N° 11, pp. 28-30. Disponível em:

< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0007/000747/074705fo.pdf#56716>>.

RETAMAR, R. F. La métissage culturel : la fin du racisme ? *In: Le Courrier de l'UNESCO*, XXXVI Année, Novembre, 1983, pp. 31-33. Disponível em:

< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0007/000747/074705fo.pdf#56717>>.

REX, J. Le racisme sous le masque. *In: Le Courrier de l'UNESCO*, Ano XXI, N° 1, 1968, pp.22-25. Disponível em:

< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0007/000782/078234fo.pdf#58763>>.

REYES, A. A. Ces indiens qu'on ne voit pas. *In: Le Courrier de l'UNESCO*, Ano 54, N° 9, 2001, pp. 18-20. Disponível em:

< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0012/001235/123512f.pdf#123462>>.

RUBIN, L. L'Afrique du Sud sous la loi de inégalité. *Le Courrier de l'UNESCO*, Ano XXIV, N°11, 1971, pp. 14-17. Disponível em:

< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0007/000784/078447fo.pdf#54304>> .

_____. La réalité travestie : les allégations du racisme en Afrique du Sud et le démenti des faits. *In: Le Courrier de l'UNESCO*, 1977, Ano XXX, N° 11, p. 8-14. Disponível em:

< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0007/000748/074816fo.pdf#48048>>.

SANÉ, P. Si! La conférence de Durban a été un succès. *In: Le Courrier de l'UNESCO*, Ano 54, N° 10, 2001, pp. 10-12. Disponible em: <<http://unesdoc.UNESCO.org/images/0012/001237/123798f.pdf#123746>>.

SAUDUY, S. Le choc de la poésie concrète. *In: Le Courrier de l'UNESCO*, Ano XXXIX, N° 12, 1986, p. 28. Disponible em: <<http://unesdoc.UNESCO.org/images/0007/000716/071641fo.pdf#71626>>.

SCHMIDT, N. Une abolition très progressive. *In: Le Courrier de l'UNESCO*, “200 ans après sa première abolition L'esclavage un crime sans châtement”. XLVII Année, Octobre, 1994, pp. 20-24. Disponible em: <<http://unesdoc.UNESCO.org/images/0009/000984/098493fo.pdf#98445>>.

SEGAL, R. Le cercle vicieux de la peur. *In: Le Courrier de l'UNESCO*, Ano XX, N° 3, 1967, pp.24-26. Disponible em: <<http://unesdoc.UNESCO.org/images/0007/000784/078449fo.pdf#59668>>.

SINGH, K. Conversations autour d'une table vide. *In: Le Courrier de l'UNESCO*, Ano XIII, N° 10, 1960, p. 28. Disponible em: <<http://unesdoc.UNESCO.org/images/0007/000781/078175fo.pdf#64840>>.

SOUZA, T. La musique, langue populaire. *In: Le Courrier de l'UNESCO*, Ano XXXIX, N° 12, 1986, pp. 29-32. Disponible em: <<http://unesdoc.UNESCO.org/images/0007/000716/071641fo.pdf#71627>>.

STEDMAN, M. S. Égalité mais séparation équivaut à inégalité: en matière d'éducation, les juges ont statué. *In: Le Courrier de l'UNESCO*, Ano 7, N° 6, 1954, pp.17-19. Disponible em: <<http://unesdoc.UNESCO.org/images/0006/000699/069962fo.pdf#69945>>.

STEIMBERG, S. L'“Affirmative action” aux États-Unis. *In: Le Courrier de l'UNESCO*, 1996, Ano 49, N° 3, pp. 14-16. Disponible em: <<http://unesdoc.UNESCO.org/images/0010/001025/102577fo.pdf#102559>>.

THURGOOD, M. Les droits dans les plateaux de la balance. *In: Le Courrier de l'UNESCO*, Ano 7, N° 6, 1954, pp. 22-23. Disponible em: <<http://unesdoc.UNESCO.org/images/0006/000699/069962fo.pdf#69949>>.

WACQUANT, L. J. D. Emeutes dans la ville. *In: Le Courrier de l'UNESCO*, XLVI Année, février, 1993, pp. 8-12. Disponible em: <<http://unesdoc.UNESCO.org/images/0009/000934/093440fo.pdf#93428>>.

WAGLEY, C. Les traditions sociales dans le nord-est et l'Amazonie. *In: Le Courrier de l'UNESCO*, 1952, N° V, pp.13-15. Disponible em: <<http://unesdoc.UNESCO.org/images/0007/000711/071135fo.pdf#71119>>.

WEST, P. S. e JAHODA, M. Aux U. S. A. Les relations de bon voisinage détruisent les préjugés raciaux. In: *Le Courrier de l'UNESCO*, 1953, Ano VI, Vol. 8/9, pp.18-19. Disponível em:

< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0007/000704/070452fo.pdf#70339>>.

WIEVIORKA, M. *Les mutations de la haine*. In: *Le Courrier de l'UNESCO*, 1996, Ano 49^e, N° 3, pp. 10-13. Disponível em:

< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0010/001025/102577fo.pdf#102557>>.

_____. *Les ruses du racisme*. In : *Le Courrier de l'UNESCO*, XLVI Année, février, 1993, pp. 13-15. Disponível em:

< <http://unesdoc.UNESCO.org/images/0009/000934/093440fo.pdf#93429>>.